

CICLO DE ESTUDOS
SOCIOLOGIA

“Empreendedorismo Social”

Uma abordagem sociológica crítica e sistémica.

Daniel Costa

D

2022



Daniel Filipe Nogueira Costa

“Empreendedorismo Social” Uma abordagem sociológica crítica e sistémica.

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Sociologia,
orientada pela Professora Doutora Cristina Clara Ribeiro Parente

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022

Daniel Filipe Nogueira Costa

“Empreendedorismo Social”

Uma abordagem sociológica crítica e sistémica.

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Sociologia,
orientada pela Professora Doutora Cristina Clara Ribeiro Parente

Membros do Júri

Presidente:

Professor Doutor Carlos Gonçalves

Vogais:

Professor Doutor Alcides Almeida Monteiro

Professora Doutora Natália Maria Azevedo Casqueira

Professora Doutora Ana Isabel Couto Silva

Professor Doutor Celso Luís Alves Pais

Professora Doutora Cristina Clara Ribeiro Parente

À minha Mãe, in memoriam

Para a Lu, Isaac e Inês

Índice

Índice.....	ii
Declaração de honra	v
Agradecimentos.....	vi
Resumo.....	viii
Abstract	ix
Índice de Figuras	x
Índice de Quadros.....	xi
Lista de abreviaturas e siglas.....	xii
Introdução	1
Pressupostos filosóficos	7
A perspetiva sociológica.....	13
Estrutura capitular (e questões de partida)	25
1.A “nova questão social”, a diferenciação do Terceiro Setor e a emergência do Empreendedorismo Social, no pequeno séc. XX	33
1.1 A “nova questão social” no ciclo ideológico do pequeno séc. XX	40
1.2 A emergência do “Terceiro Setor”, como sistema social funcionalmente diferenciado	50
1.3 O Terceiro Setor como atualização da “Economia Social”	58
1.4 Da constituição do Terceiro Setor aos paradoxos da realidade social	67
1.5 A emergência do Empreendedorismo Social	76
2.O Empreendedorismo Social e o Terceiro Setor: narrativa crítica de um processo de institucionalização, da <i>performance</i> sistémica à constituição social do sujeito	83
2.1 A <i>performance</i> sistémica do Terceiro Setor	86
2.2 O Terceiro Setor como um sistema “híbrido”	94
2.3 O que faz o Terceiro Setor?.....	106
2.4 A “inovação” e a “socialidade”: uma ilustração da função ideológica dos signos	113
3.Um “regime de verdade” para o séc. XXI: O Empreendedorismo Social, entre a evolução sistémica e a mediação discursiva	135
3.1 O Empreendedorismo Social e os seus procedimentos de controlo <i>interno</i> do discurso	142
4.A dimensão educativa do “Empreendedorismo Social”	163

4.1 A socialização e a institucionalização do conhecimento: alguns pressupostos epistemológicos e distinções conceituais	164
4.2 A educação para o Empreendedorismo Social: da visão panorâmica à seleção do caso	170
5. Resumo e apropriação do <i>Método do caso estendido</i> – Uma reflexão teórico-metodológica convertida em abordagem empírica.....	187
5.1 Os ciclos morfogenéticos, aplicados ao estudo dos processos de estruturação.	192
5.2 Fontes e técnicas de recolha e análise de dados.	196
6. A estruturação da Academia Ubuntu.....	200
6.1 A Academia Ubuntu como projeto de sentido.....	206
6.2 O “início” de uma organização.	212
6.3 A “Operação ‘Ubuntu’” – Da função ao domínio do simbólico.....	219
6.4 Síntese da primeira edição da AU, da <i>emergência</i> ao “colóquio final ‘Vidas Ubuntu’”: Uma estruturação à luz dos ciclos morfogenéticos	230
7. A (re)estruturação da AU.	238
7.1 A ação reflexiva que condiciona as práticas futuras: descrição das condições estruturais subjacentes à 2ª Edição da AU.	250
7.2 Síntese da “Incubadora Social Ubuntu”: uma reestruturação da AU.....	260
8. A participação na AU, à luz de um processo de “individuação”.	266
8.1 A (trans)formação do agente, ou a constituição do indivíduo, à luz de um processo sistémico.	266
8.2 O método de análise.....	282
9. A operação de individuação na AU, a partir de quatro <i>retratos psicossociológicos</i>	291
9.1 Retrato de João	298
9.2 Retrato de Ana	311
9.3 Retrato de Sofia.....	327
9.4 Retrato de Manuel	342
Considerações Finais.....	363
Referências Bibliográficas	380
ANEXOS	410
Anexo A – Poster “Em busca de um tipo-ideal de Empreendedorismo Social”, apresentado em maio de 2013.....	411
Anexo B – Exemplo de grelha de observação (excerto de Obs. #9)	412
Anexo C – Guião de entrevista aplicado à <i>Coordenação</i> da AU	413

Anexo D – Guião de entrevista aplicado a participantes da AU	422
Anexo E – Observação participante de eventos da Academia Ubuntu, edição 2013/2014 (Porto)	
427	
Anexos F	428
F1 – Observação da sessão de 11 de maio de 2013 – Atelier/seminário “Judo e Liderança”.	
428	
F2 – Observação da sessão de 13 e 14 de abril de 2013 – Fim-de-semana residencial e Seminário “Liderar como Mandela”.	436
F3 – Observação da sessão de 22 de março de 2014 – Seminário “O meu ponto de partida”.	
444	
F4 – Observação da sessão de 8 de março de 2014 – Seminário “Marketing e Comunicação”.	
457	
Anexo G – Excurso 1: O “Iluminismo” e a emergência <i>moderna</i> do Estado, Comunidade e Sociedade Civil.	464
Anexo H – Excurso 2: Reflexões sobre a “Economia Social”, a partir de uma perspetiva histórica e sistémica.	475
A “Economia social” no centro da disputa ideológica do segundo quartel do séc. XIX.	483
As condições para o ressurgimento da “Economia Social”, na segunda metade do séc. XIX.	
489	
A recuperação e reconstrução discursiva da “Economia Social”, encetada por Charles Gide.	
499	
A “Economia Social” como sistema social?	502

Declaração de honra

Declaro que esta tese é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Viana do Castelo, 5 de Abril de 2022,

Daniel Costa

Agradecimentos

Ainda que o exercício da atividade científica aparente ser uma experiência solitária, e o seja efetivamente em diversas e frequentes circunstâncias, devo o meu reconhecimento e agradecimentos às pessoas e entidades que, primeiro, a possibilitaram, e depois a transformaram numa indelével experiência de partilha, tanto de conhecimentos quanto de emoções.

Desde logo, agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia o instrumental e precioso apoio financeiro que me concederam, através da bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/82625/2011.

Devo igualmente transmitir a minha admiração aos docentes – nomeadamente os professores Carlos Gonçalves, Isabel Dias, Natália Azevedo, João Teixeira Lopes, Alexandra Lopes e Paula Guerra – que, por via do programa de doutoramento em sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, me apresentaram à sociologia e, enquanto me relembavam o prazer de aprender, assim me enriqueceram sobremaneira.

Um profundíssimo agradecimento está reservado para a minha orientadora, Cristina Clara Ribeiro Parente, pela liberdade e autonomia que sempre me concedeu, pela generosidade e diálogo que nunca enjeitou, e pela tolerância que demonstrou, inequivocamente e ao longo dos anos, muito para além daquilo que lhe era devido. Agora que este trabalho conhece o seu termo, recordo a relação com comoção, esperando que a mesma perdure na amizade, por longos e bons anos.

Agradeço também aos diversos atores que me auxiliaram durante a investigação, e especialmente no que diz respeito ao estudo de caso. À “Academia Ubuntu”, na pessoa do doutor Rui Marques, agradeço as portas franqueadas, o contínuo interesse e a sincera generosidade. Aos participantes da 2ª Edição / Porto (2013/2014), e especificamente àqueles cujo depoimento merece o destaque central do presente trabalho, o meu amplo reconhecimento e agradecimento por se constituírem fontes, de inspiração sobretudo.

Mostro-me ainda grato ao pessoal administrativo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e especialmente à Carla Amaral, pelo seu apoio, assim como ao Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, tanto pelo albergue institucional mantido, quanto pela cedência de um local de trabalho com excelentes condições, do qual usufrui durante uma fase em que tal possibilidade se revestiu de grande importância.

Por fim, a parte mais sentida dos agradecimentos afeta-se à minha família.

À família de Viana do Castelo, que nunca deixou de me apoiar, nos bons e nos maus momentos, e me deu sempre todas as condições de que necessitava. O meu mais profundo respeito dirijo-o a cada um de vós, com grande estima.

À família da Maia, que é a minha história, e parte imprescindível de mim.

À minha Mãe, por tudo o que me deu, e mais não pôde dar; pela nora e netos que amou e mais não pôde amar; por tudo o que quis ver concluir-se neste trajeto, e todavia não pôde ver. À sua memória – que viverá e perdurará enquanto alguém puder dizer “Maria da Conceição de Almeida Nogueira” – dedico este trabalho.

À Lu, por tudo o que construímos juntos. Obrigado por seres o meu pilar, e o de uma família constantemente posta à prova. É meu desejo profundo poder recompensar-te pelas agruras deste percurso, que é também – não esqueçamos – uma década de amor partilhado, e consolidado por uma confiança que nunca se quebrou. É por isso que este agradecimento ostenta a marca da esperança.

Tal como o último, que dedico aos meus filhos, os dois amores: Isaac e Inês. A esperança de um futuro com eles é bela e imensa.

Resumo

A presente tese propõe-se refletir sobre o fenómeno do Empreendedorismo Social, de uma forma abrangente e pluriperspetivada, a partir de uma lente sociológica. Espera ainda contribuir para os debates contemporâneos que, de múltiplos modos e a partir de diversos pontos de vista, se referem a estruturas e agentes dedicados à resolução de problemas sociais. Para o efeito, a investigação transcorre três níveis de análise distintos, mas interdependentes.

No plano das macrotendências sociais e históricas, a construção teórica e discursiva do objeto é analisada criticamente, tendo como quadro de referência a sua progressiva institucionalização no sistema social comumente designado Terceiro Setor; No plano intermédio, os modos como o Empreendedorismo Social tem vindo a ser socializado, sobretudo nas últimas duas décadas, são expostos e contrastados com as práticas e princípios atípicos de uma estrutura educativa, com um programa pedagógico particular – A “Academia Ubuntu” – sobre o qual é promovido um estudo de caso; Por fim, no plano individual, a participação no supracitado é referida a uma operação de desenvolvimento pessoal, encontrando-se a análise ao respetivo processo de individuação contextualizada por relatos autobiográficos considerados relevantes.

As perspetivas sistémica, crítica e social-construcionista são colocadas em diálogo permanente, numa abordagem sociológica integrativa e multidisciplinar que aponta quer à reflexividade dirigida a problemáticas complexas, quer ao estudo da evolução de realidades organizacionais particulares, quer ainda à compreensão dos modos como certos discursos, ou práticas discursivas, se interiorizam e exteriorizam pela ação dos sujeitos no contexto. Daí ressalta um objeto observado enquanto conhecimento técnico-científico consolidado, e saber-poder instrumental e “verdadeiro”, que assim que é aplicado em operações organizacionais ou, de forma particular, socializado em operações educativas, transforma sentidos e, conseqüentemente, provoca efeitos estruturais significativos.

Palavras-chave: [Empreendedorismo Social; Terceiro Setor; Sistema; Teoria Crítica; Estudo de Caso]

Abstract

This present thesis aims to reflect about the Social Entrepreneurship phenomenon, in a broad and multifaceted way, from a sociological point of view. We also hope to contribute to the contemporary debates that, from multiple angles and in a myriad of ways, refer to structures and agents that dedicate themselves to solving social problems.

In order to do so, the investigation traverses three distinct, although intertwined, levels of analysis: 1) At the level of the social and historical macrotrends that borne out the construct, its social and theoretical construction is critically analysed in juxtaposition with its progressive institutionalization in the social system known as Third Sector; 2) At an intermediate level, we expose the ways Social Entrepreneurship is being socialized, particularly in the last two decades, contrasting them with the atypical principles and social practices that are espoused by one educational programme in particular – the “Academia Ubuntu” – which is our case study; 3) At na individual level, participating in such a programme is considered to have evoked a developmental process, which is reflected upon taking into consideration other relevant autobiographical elements.

Several perspectives – systems, critical and social-constructionist – are put in a permanent dialogue within an integrative and multidisciplinary approach that points towards a reflexive stance focused on complex problems, as well as evolutionary organisational paths, and the ways in which certain discourses, or discursive practices, are not only embodied by the subjects, but also acted upon. From there, a vision emerges: knowledge and power become intertwined and structural effects begin to show.

Keywords: [Social Entrepreneurship; Third Sector; System; Critical Theory; Case Study]

Índice de Figuras

Figura 1 – O Terceiro Setor no triângulo do <i>welfare mix</i> (adaptado de Pestoff, 1992: 25).....	94
Figura 2 – “Dimensões do Empreendedorismo Social” (adaptado de Nicholls & Cho, 2006)....	114
Figura 3 – Adaptação do ciclo morfogénético de Margaret Archer (1995, 2016).....	193
Figura 4 - Ciclo I da AU: “Um projeto de sentido”	231
Figura 5 - Ciclo II da AU: “O início de uma organização”	233
Figura 6 - Ciclo III da AU: “A operação ‘Ubuntu’”	235
Figura 7 - Ciclo IV da AU: “A (re)estruturação da AU”	260
Figura 8 – Proposta de ilustração da estrutura geral da individuação.....	270
Figura 9 – As “espécies de self” (Adaptado de Damásio, 2013: 241).....	274
Figura aF2_1 – Policopiado do “Roteiro de interpretação” d’ “O filme Invictus e as lições de liderança de Mandela”	Anexo F2, p. 437
Figura Ex2_1 – Evolução de um sistema de tradução emergente.....	Anexo H, p. 503

Índice de Quadros

Quadro 1 – Invólucros-síntese da construção discursiva do Empreendedorismo Social.....160

Quadro 2 – Caracterização do conjunto de entrevistas semiestruturadas.....197

Lista de abreviaturas e siglas

ES	EMPREENDEDORISMO SOCIAL
TS	TERCEIRO SETOR
OTS	ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR
IS	INOVAÇÃO SOCIAL
ACD	ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO
NMS	NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS
AU	ACADEMIA UBUNTU

Introdução

A 12 de Agosto de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas publicou a sua agenda para transformar o mundo até 2030, que veio a ser, pouco depois, ratificada por todos os estados-membro, na cimeira do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas¹. Mediante a formulação de 17 “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, com suas 169 metas correspondentes, que servem de bússola para a prossecução de um compromisso internacional de largo espectro, a Agenda evidencia, de forma clara, o facto de que a Humanidade se encontra perante um conjunto de problemas sociais cujo escopo e magnitude parecem justificar uma ação global concertada, decisiva, urgente e transformativa.

O signifiante ali adotado – “Desenvolvimento Sustentável” – havia sido cunhado justamente numa conferência das Nações Unidas, em 1972 (Hall, 2010), ou seja, quase meio século antes. Por coincidência, ou talvez não, foi precisamente nesse ano que o sociólogo Joseph Ambrose Banks cunhou a expressão “empreendedor social” na sua obra “The Sociology of Social Movements”, associando-a aos agentes que “vêm a possibilidade de utilizarem competências gestionárias diretamente para propósitos socialmente construtivos (...) transformando [os sistemas sociais] radicalmente (Banks, 1972: 53, *cit in* Nicholls, 2006: 7).

Ambas as noções surgem, no mesmo espaço-tempo, com o ímpeto de radicalidade típico das ideias que, desde sempre, se apresentam como solução para situações altamente complexas. Mas apenas uma delas constituirá o objeto do presente trabalho, e essa será o “Empreendedorismo Social” (ES).

Esta escolha não se deve, evidentemente, à aleatoriedade. Deriva da experiência pessoal e profissional do investigador, a qual influenciou, decisivamente, a formulação

¹ Segundo a ONU, mais de 150 líderes mundiais juntaram-se de 25 a 27 setembro de 2015 na sua sede, em Nova Iorque, para adotar a ambiciosa nova agenda para o desenvolvimento sustentável, a plataforma para a ação da comunidade internacional e dos governos mundiais no sentido da promoção do bem-estar e da prosperidade partilhada (Disponível em: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/summit/>. Acedido a 3 novembro de 2015).

da problemática, e as opções quanto aos modos de a abordar. Intuindo que “o objeto [do conhecimento científico] é a continuação do sujeito por outros meios” (Santos, 1987: 50, *cit in* Caria, 1999) defendemos, juntamente com autores como Egon Guba e Yvonna Lincoln (Guba & Lincoln, 1985), que o estabelecimento da problemática teórica, bem como da estratégia metodológica desenhada para lhe fazer face, encontram-se dependentes do investigador e do seu percurso biográfico; e que estas opções, na medida em que correspondem a escolhas que efetivamente tiveram lugar, guiando e contextualizando a ação e a abordagem da investigação, devem ser expostas preventivamente.

Começando², então, por aí, reportamo-nos à participação do autor (durante um ano enquanto investigador-bolseiro “*junior*” e, até ao seu término, enquanto estudante de doutoramento e investigador voluntário) no projeto de investigação levado a cabo por um consórcio liderado pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (IS-FLUP), em parceria com o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), o Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (Dinamia’ CET- IUL) e a Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Sector (A3S), intitulado “Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação” (EMPSOC), financiado para entre 2010-2014 pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A experiência pessoal e profissional aí vivida marcou, de forma indelével, o presente trabalho, que em justa medida ali começou, pois foi aí que, nas palavras de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, se construiu o “espaço de visibilidade definidor das condições de surgimento dos problemas” (Almeida & Pinto, 1975: 368). É por isso é indispensável assumir essa herança, discernindo a sua influência (de aproximação e

² Através da precoce apresentação e demonstração da sua relevância, pretende-se sobretudo clarificar o sentido da articulação destas opções com o objeto de estudo, bem como a sua influência na formulação do desenho e objetivos da pesquisa. Espera-se que esta interposição seja percecionada como justificável e abonatória para a coerência geral do presente trabalho de investigação sociológica e das reflexões nele constantes.

afastamento) no presente trabalho, mas simultaneamente organizando e apresentando as bases para esta que é necessariamente a história de um caminho próprio.

A primeira fase do projeto de investigação aqui destacado corresponde ao período de dedicação exclusiva a um intenso aprofundamento teórico-conceitual – enquanto construção de um “estado da arte” – justificado pela “crescente popularidade do fenómeno [do ES]” (Parente et al., 2011: 268).

Não se aponta aqui algo como um erro, até porque “é próprio da sociologia uma constante sensibilidade em relação a tudo o que é novo, a tudo o que aparece e possa ser anunciador ou portador de profundas mudanças sociais” (Fernandes, 1992: 9). Contudo, tal aprofundamento não se revelou, na nossa opinião, profundo o suficiente. Com efeito, afirmamos que o entendimento do ES ali produzido, e de uma forma geral ainda mais, revelou-se parcial e deficitário pois, e partilhando da visão de Norbert Elias acerca dos parâmetros que devem orientar um exercício de sociologia do conhecimento (Elias, 2008), não considerou adequadamente três dimensões interrelacionadas, a saber: (a) as condições materiais de investigação e aquisição do conhecimento; (b) o processo de aumento ou desenvolvimento desse conhecimento e (c) o desenvolvimento mais amplo das sociedades onde os anteriores pontos se inscrevem.

Num primeiro exemplo daquela aceção, sabemos de antemão que diferentes atores, não só académicos, mas também mediáticos, governamentais e empresariais, têm participado ativamente na (tentativa de) institucionalização global do ES (Nicholls & Young, 2006). Apesar deste apelo acarretar a presunção de um objeto de estudo universal, também foi destacado que grande parte das revisões de literatura afetas ao ES indicam uma influência esmagadora dos autores e artigos norte-americanos e, numa escala menor, europeus (Nicholls, 2006; Zahra et al., 2008; Hoogendoorn, Pennings & Thurik, 2010; Kerlin, 2010). E, não obstante, sobre as condições sociais e teóricas que, nessas regiões geográficas, foram moldando os significados, discursos e práticas, pouco foi explorado.

Noutro exemplo, o objeto de investigação descrito por alguns autores como estando ainda no seu “estado de infância” (Dees & Anderson, 2006; Short, Moss, & Lumpkin,

2009; Choi, 2013), que não apresenta um quadro conceptual unificado, coerente ou consensual (Weerawardena & Mort, 2006), e no qual abundam as descrições, explicações, definições, dimensões e enfoques de análise (Mair & Martí, 2006; Nicholls, 2006), pode não ser sintoma de um processo de aquisição e desenvolvimento do conhecimento recente, mas sinal de uma tensão entre diferentes agentes, perspectivas e lógicas institucionais, embrenhados numa disputa de poder dinâmica e relacional que, possivelmente, extravasa o próprio processo de desenvolvimento do conhecimento (Foucault, 2008a).

Adicionalmente, e uma vez que, curiosamente, não são observadas grandes oscilações, diferenças ou clivagens quanto às formas e conteúdos de representação do objeto – o que faz com que este seja cada vez mais tratado como uma realidade objetiva que, consequentemente, tem implicações objetivas nos mundos sociais que toma por referência (Dey & Steyaert, 2010) – seria útil, do nosso ponto de vista, encetar uma análise mais cuidada ao percurso de construção teórica forjado historicamente pelo ES, da sua emergência à consolidação, passando pelos momentos de ascensão e queda, de avanços e recuos, de algumas das suas premissas.

O exemplo final, referido à investigação do EMPSOC a um produto seu do qual o autor foi, em tempos, entusiasta (cf. Anexo A), tem provavelmente origem na afirmação de que o ES pode ser mais bem descrito como um “cluster” agregador de vários conceitos, práticas e discursos (Choi & Majumdar, 2013), um chapéu-de-chuva conceptual, se quisermos, para um leque alargado de práticas discursivas e sociais relativas a temáticas sociais, ambientais, e outras conexas.

Animados, ainda, pela intuição de que o objeto, tratado como conceito, detinha um potencial disruptivo maior do que aquele que era manifestado nas conceptualizações exclusivamente anglo-saxónicas, tentou-se a superação desses estreitos limites, nomeadamente através da possibilidade de uma conciliação nomenclaturar.

Sabemos que os diferentes modos de apropriação dos conceitos (bem como da sua ligação e reconstrução), beneficiaram, em larga medida, da génese constitutiva da própria equipa de investigação, alargada e multidisciplinar, a qual permitiu que outros

conceitos fossem mobilizados, tais como o de “Economia Social”, “Terceiro Setor”, “Inovação Social” ou “Economia Solidária” (Parente, 2011; 2014).

Imbuídas de um espírito inclusivo, as discussões e reflexões em torno do ES permitiram que os significados centrais pudessem ser colocados em diálogo com temáticas conexas, daí resultando uma proposta eclética e original de ES, ancorada em quatro escolas de pensamento: (a) *escola da Inovação Social*; (b) *escola Empresarial* ou de Geração de Receitas; (c) *escola da Economia Social* e (d) *escola da Economia Solidária* (cf. Parente, 2014).

A grelha compreensiva foi posteriormente explorada e enriquecida pelas representações sociais de 27 atores-chave³ do panorama nacional, inferidas a partir de entrevistas semiestruturadas. Com este passo, o EMPSOC e a sua equipa evoluíram para a consecução de outros objetivos de investigação munidos de uma base teórica considerada “estável” e profícua.

Porque nos parece inadequado pensar o processo constitutivo de um determinado conhecimento enquanto súmula aritmética de processos constitutivos prévios, a teorização a partir de escolas de pensamento deve ser, antes de mais, contextualizada e problematizada. Por exemplo, aceitando que as “escolas de pensamento” arroladas contribuem para uma construção de sentido do ES – enquanto referência a, e “seleção a partir de outras possibilidades” (Luhmann, 2005b: 79) – será que contribuem, ou podem (vir a) contribuir de forma equivalente? Ou será que são articuladas e mobilizadas de formas diferentes, à medida que evoluem no tempo e espaço, consoante a função que exercem?

Assumimos que terá de ser desenvolvido um esforço para compreender (de outra forma) aquilo que está para além da aparente diversidade de perspetivas. Mas, desta feita, em estreito diálogo com as condições sociais e históricas subjacentes à emergência

³ Partindo do “pressuposto segundo o qual (...) o discurso e o perfil destes atores, detentores de algum grau de poder genericamente associado a funções dirigentes, influenciam a configuração atual dos processos de empreendedorismo social, em Portugal” (Parente, 2013).

e evolução de cada uma. Sendo uma tarefa que o EMPSOC não pôde cumprir, pretendemos retomá-la aqui.

Por fim, adiciona-se o incipiente movimento acadêmico crítico⁴ do ES, à virtual ausência de uma contextualização histórica, abrangente e evolutiva capaz de interpretar adequadamente como um conhecimento pode ser considerado “novo” (Nicholls, 2006) e encontrar-se num estágio avançado da sua *institucionalização* (Berger & Luckmann, 2004), tal como se comprova pela existência (e aumento progressivo) da oferta e procura relacionada com a sua socialização pedagógica às novas gerações (cf. Parente, Costa & Diogo, 2013).

Ao assumirmos, nesta breve reflexão, a estreita interdependência, e mútua influência, entre sujeito cognoscente (o investigador) e o objeto da investigação, pudemos conjurar aquele que é o objetivo geral, do presente trabalho:

Produzir uma reflexão crítica e abrangente do processo de construção, institucionalização e socialização do *Empreendedorismo Social* (ES).

Para o concretizar, retornamos àquilo que é, do nosso ponto de vista, absolutamente necessário: o pensamento filosófico como guia e modelo de ciência reflexiva (Burawoy, 1998a), no qual a perspectiva e “capacidade crítica é, e permanece, o elemento essencial da teoria científica” (Luhmann, 2005b: 72) e, especialmente, das ciências sociais (Thompson, 2017b).

Tal pensamento encontramos-lo no âmago da chamada Teoria Crítica, e de alguns dos seus meta-axiomas, que seguidamente vertemos para uma secção – que antecede a perspectiva sociológica e a estrutura capitular – dedicada aos pressupostos filosóficos do presente trabalho.

⁴ Apesar de honrosas exceções (E.g.: Evans & Shields, 2000; Cook, Dodds & Mitchell, 2003; Dart, 2004a; Eikenberry & Kluver, 2004; Dey & Steyaert, 2010, 2014; Dey, 2011, 2013; McMurtry, 2003).

Pressupostos filosóficos

No contexto das ciências sociais, a Teoria Crítica pode ser entendida como um paradigma de investigação abrangente e pluriperspetivado (Denzin, 2005; Creswel, 2009). Com pendor interpretativo e qualitativo (Willis, 2007), a mundivisão que a orienta constrói-se, invariavelmente, no sentido da colocação de algum tipo de desafio às relações de poder institucionalizadas (cf. Honneth, 1993). Ou, como refere Inês Leão, trata-se de um exercício sistemático “de questionamento aberto aos modelos e sistemas culturais e políticos (...) que favorecem e alimentam dinâmicas de produção de normalização, controlo e conformidade, associadas à desigualdade e desequilíbrio das relações de poder” (Leão, 2011: 5).

Embora com raízes filosóficas que vão de Kant a Hegel, passando por Marx, Nietzsche ou Foucault (cf. Lash, 1999), é commumente aceite que a Teoria Crítica se formou, historicamente, como um movimento de reação, ou contraponto às propostas epistemológicas e metodológicas de apreensão da realidade, de cariz tradicional e positivista⁵, que na primeira metade do séc. XX eram amplamente *hegemónicas*, no panorama das ciências sociais (Calhoun, 2001). O momento fundador terá sido, segundo Greg Calhoun (2001), a publicação, por Horkheimer em 1937, do ensaio intitulado “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, no qual o autor aponta as diferenças fundamentais entre os dois métodos, criticando justamente a primeira.

Aquele filósofo germânico foi dos mais acérrimos críticos do conhecimento produzido pelas ciências sociais da sua época, argumentando que estas imitavam as ciências naturais de forma a alcançar um patamar equivalente quanto ao valor prático e de mercado, daí deduzindo e evidenciando que o conhecimento não é somente um reflexo da realidade empírica (assim rejeitando os processos de mudança paradigmática

⁵ Segundo Creswell (2009), o “Positivismo” suporta-se nas conceções cartesianas de separação, ou dualismo, entre sujeito e objeto para postular a possibilidade de apreensão dos objetos na sua dimensão pura/essencial, pelo método científico. Este “paradigma” revela-se ainda na aplicação de procedimentos metodológicos característicos das ciências naturais (refletindo a noção de unidade da ciência) com vista ao teste de hipóteses, à generalização dos resultados, à previsão segundo as probabilidades e à formulação de leis constantes.

propostos por Kuhn), mas também um projeto social influenciado, por vezes até moldado, por fatores externos à Ciência (Horkheimer, 1993).

Da nossa parte, entendemos a Teoria Crítica como um sistema filosófico e interdisciplinar portador de diferentes lastros históricos e tradições, que aliás não se restringem aos contributos e ramificações da conhecida “Escola de Frankfurt”, da qual Horkheimer foi distinto membro, tal como Theodor Adorno, Erich Fromm ou Herbert Marcuse (Keucheyan, 2013; Thompson, 2017a).

Sobre isto, por exemplo, Scott Lash identifica como legítimas “duas tradições críticas (...) uma, a da dialética, e a segunda a da aporética” (Lash, 1999: 23), continuando que a “tradição ‘aporética’ fala de irreconciliáveis, ao passo que na ‘dialética’ há uma resolução (...) e reconciliação” (idem: 25). Como aditamento, e segundo Keucheyan (2013), os dois ramos a que Lash se refere dizem respeito às influências e continuidades das respetivas obras de dois influentes filósofos europeus: Kant, primeiro; Hegel, depois.

Obviamente, esta distinção labora a partir de um ponto de vista enviesado do discurso filosófico – eurocêntrico ou *ocidental* – excluindo da Teoria Crítica os conhecimentos que, mesmo enquadrando-se na definição acima proposta, advêm de diferentes latitudes e ostentam diferentes propósitos⁶. É uma distinção na qual, por exemplo, os fundamentos e a crítica da ética dos sistemas vigentes, de Enrique Dussel (1998), (ainda) não encontram respaldo ou o reconhecimento devido. Não nos esqueçamos disso, mas também não temos a pretensão de partir de tais lugares, de usar as suas lutas ou mobilizar as suas linguagens.

O nosso ponto de partida é o de uma Teoria Crítica enquanto epistemologia do Norte que, reconhecendo as invisibilidades do Sul (Santos, 2002, 2009) e as sucessivas derrotas históricas impostas pelo *outro* Norte (Keucheyan, 2013), revela-se-nos, apesar de tudo, com um potencial heurístico capaz da redenção, nomeadamente através de uma crítica

⁶ Sensível a esta questão, Boaventura de Sousa Santos (2009) tem feito, no seu percurso sociológico, um resgate produtivo daquilo a que chama de Epistemologias do Sul, nelas se advogando, como princípio basilar, que uma “perspectiva epistémica que parta de lugares étnico-raciais subalternos pode contribuir em muito para uma teoria crítica descolonial radical.” (Grosfoguel, 2009: 385, *cit in* Santos & Meneses, 2009).

imane (Antonio, 1981; Horkheimer, 1993) apontada, como pretendemos, a um objeto do conhecimento construído, também ele, a partir de uma epistemologia do Norte.

Como forma de auxílio nesse intento, e selecionados por nós (em função da relevância para o presente trabalho) a partir das referências supracitadas, apresenta-se seguidamente uma síntese das “armas” da Teoria Crítica de que dispomos – os seus meta-axiomas – relacionados ao ramo filosófico a que podem ser adscritos. O primeiro, de cariz metodológico, é o seguinte:

Concebemos uma Ciência que assume que a realidade, a natureza e a sociedade, não são externas ao observador (investigador), mas que este é parte integrante daquelas.

Sobre este meta-axioma, já dele demos conta, de certa forma, assumindo que não existe aqui qualquer *tabula rasa*, porque ela própria é impossível e todo o entendimento é preconceito, como nos ensina Gadamer (1989). Consiste tal assunção num elemento fulcral de reflexividade para o sociólogo, na medida em que chama a atenção para a inevitabilidade da ciência como processo de construção mútua; mas não menos para o leitor, como asseveraria Myrdal (1969), que assim a pode tomar em consideração – mormente as suas premissas valorativas – quando estiver a avaliar os méritos e deméritos do trabalho.

Assim se reforça a seguinte posição: a observação científica (e sociológica) é inexoravelmente moldada por uma subjetividade que se interroga sobre um objeto, acionando, em seguida, os meios de obtenção de possíveis respostas. Meios que não constam apenas da disciplina em que se labora (existindo como fronteiras, regras, técnicas e instrumentos), na medida em que assumem formas ligadas às percepções, experiências e mundividências do observador, ao conjunto daquilo que o inquieta no seu tempo e espaço.

A ambição daquele ponto estende-se às dimensões metodológicas do presente trabalho, especialmente na análise das contradições, determinações e possibilidades de

cada situação, que não pode deixar de ter em conta as diferenças entre aquilo que existe, e aquilo que potencialmente poderia existir (Antonio, 1981).

Ficando claro que, se a Alain Touraine se permite afirmar que os sociólogos produzem “uma interpretação da experiência social, sendo parte da realidade que os praticantes da disciplina tentam observar e explicar.” (Touraine, 1990, *cit in* Peck & Bryant, 2006: 2), isso é testemunho de um dos grandes legados da Teoria Crítica para a metodologia das ciências sociais, o mesmo também pode ser afirmado quanto à sua abertura à interdisciplinaridade, sobretudo no trabalho empírico (Horkheimer, 1993). Então, o segundo meta-axioma, também eminentemente metodológico, assume a seguinte forma:

Melhores estádios de compreensão e explicação da realidade social só poderão ser atingidos mediante a (prática da) interdisciplinaridade.

Com efeito, o desiderato passa a ser o de produzir uma sociologia integrativa, mediante a acomodação (na medida do possível parcimoniosa) de diferentes perspectivas e disciplinas das Ciências Sociais. Todas estarão, por defeito, convocadas. Não obstante, a historiografia apresenta-se, desde logo, com uma extrema utilidade para um diálogo profícuo com a sociologia⁷ (Wallerstein, 2000a), porque a via para o conhecimento acerca das sociedades não pode ser perseguida através de modos de explicação ahistóricos (cf. Adorno, 2001), na justa medida em que “a mudança histórica é mudança nas estruturas sociais e nas relações entre as suas partes componentes” (Mills, 2000: 166).

Este pressuposto não é novo, e pode ter influenciado a perspectiva e legado *marxianos* de questionamento da sociedade, e suas fundações, com base na sua historicidade (Balibar, 2007), pelo que apresenta óbvias conexões com o pensamento crítico, desde

⁷ Tal como Braudel (1970: 135) defendia: “Dos dois vizinhos, um introduz-se no passado que, no fim de contas, não é o seu campo específico, em nome, se se quiser, da repetição; o outro penetra no presente em nome de uma duração criadora de estruturas e desestruturas, tal como de permanências. Repetição e comparação por um lado, duração e dinamismo por outro, são ferramentas que todos podem utilizar”, para de seguida concluir: “é impossível que o sociólogo se encontre deslocado das oficinas de obras da história: reencontra aí os seus materiais, as suas ferramentas, o seu vocabulário, os seus problemas, as suas próprias incertezas.” (idem: 41).

então. Assim, o terceiro meta-axioma, de cariz sobretudo ontológico, por refletir sobre a natureza da realidade e dos modos de existência das diversas entidades (Cf. Willis, 2007), advoga que:

A Humanidade não se encontra nem no sujeito, nem nas sociedades, mas no processo constitutivo de ambos que se desenrola, a cada momento e ao longo da História, por via das múltiplas relações que entre si se estabelecem.

Como reflete Balibar (2007), Marx inaugura uma nova ontologia para as Ciências Sociais e, mediante o exposto, exorta-nos a observar os processos relacionais como historicamente situados, sempre dinâmicos e evolutivos, onde nada é perene e a mudança é ubíqua. Ubiquidade, todavia, não equivale a aleatoriedade.

Neste contexto onto-epistémico – que nos levará, de resto, a rejeitar, com Lakatos (1968), o falsificacionismo popperiano como bússola metodológica – é assumido que as relações mutuamente constitutivas que ocorrem em sociedade, num dado espaço e ao longo do tempo, tendem para a construção de uma dada ordem (social), dotada de sentidos partilhados e, apesar de tudo, de uma certa estabilidade de condutas.

Esta posição é congruente com a primazia ontológica⁸ da sociedade (e da ordem social que promove) sobre o sujeito, refletida nas condições históricas e sociais específicas que, num dado espaço-tempo, delimitam ação e estrutura. Aliás, tais condições são-nos transmitidas como realidade objetiva e ordeira apenas e só porque o seu passado e futuro foi traduzido em conhecimento “capaz, na maioria das vezes, de assegurar a direção e a estabilidade para a maior parte da conduta humana” (Berger & Luckmann, 2004: 76). Assim, tentar-se-á demonstrar, como *insight* epistemológico incontornável, o seguinte meta-axioma:

O processo pelo qual os produtos exteriorizados da atividade humana adquirem, nas práticas sociais, um carácter autoevidente, implica uma reflexão sobre o

⁸ Posição aqui subscrita e asseverada pelos autores: “Uma dada ordem social precede qualquer desenvolvimento orgânico. (...) A ordem social não é dada biologicamente nem derivada de quaisquer elementos biológicos (...) [a ordem social é] um produto humano ou, mais precisamente, uma progressiva produção humana” (Berger & Luckmann, 2004: 75-76).

conhecimento que sobre elas se produz, tendo em conta as dimensões de poder e controlo que lhe estão subjacentes.

Por aqui se pode começar a compreender que o estudo da construção social da realidade é indissociável de uma sociologia do conhecimento⁹ que, sendo crítica, não só enfatiza os aspetos históricos e contextuais da sua produção, como daí releva a natureza seletiva, hierárquica e excludente, aplicável às partes que impõem e legitimam uma suposta superioridade, por via do poder que exercem (Foucault, 1992; Santos, 2002a).

O poder, o conhecimento e os seus modos de produção viriam a encontrar um forte impulso, como se sabe, na obra de Foucault (1980, 1992, 2008a). Especialmente nos métodos arqueológico e genealógico por si preconizados, ambos originais ferramentas analíticas das Ciências Sociais, aplicáveis aos saberes a partir das suas condições de possibilidade, por observadores que rejeitam o saber estático de um conhecimento que se toma a si próprio como referência *positiva*.

Também estes métodos terão aqui a oportunidade de demonstrar a sua validade e utilidade. Não obstante, o presente trabalho é o cume, e face mais visível, de um percurso académico que conferirá ao seu autor, detentor de um mestrado em Psicologia, o grau de Doutor em Sociologia. É necessário não perder este facto de vista e, portanto, deve ser apresentada a perspetiva sociológica que, exercendo o seu controlo disciplinar, mais influenciou o presente trabalho e que o suporta integralmente (ainda que o grau de referenciação varie de capítulo para capítulo, e até entre as partes que o compõem). Essa perspetiva é a Teoria dos Sistemas, mormente com os contributos indeléveis do sociólogo germânico Niklas Luhmann.

⁹ Uma vez mais, apoiamo-nos nos autores para “declarar que a realidade é construída socialmente e que a sociologia do conhecimento deve analisar o processo em que este fato ocorre.” (Berger & Luckmann, 2004: 11), seguindo-se que “uma sociologia do conhecimento terá de tratar não somente da multiplicidade empírica do ‘conhecimento’ nas sociedades humanas, mas também dos processos pelos quais qualquer corpo de ‘conhecimento’ chega a ser socialmente estabelecido como ‘realidade’” (idem: 13-14).

A perspectiva sociológica

Niklas Luhmann é referência incontornável na chamada “viragem para a complexidade” na Sociologia, como lhe chama Urry (2005, *cit in* Castellani & Hafferty, 2009) a qual terá recebido o seu impulso definitivo na última década do séc. XX, sob os pressupostos de que novas teorizações¹⁰ são necessárias. Se esta questão permanece em aberto, deve dizer-se que isso não é um exclusivo da Sociologia, nem sequer das Ciências Sociais – o fenómeno parece aplicar-se transversalmente a todas as ciências, mesmo as mais “duras”.

Tomemos, como exemplificativo, o caso da Física, na medida em que se trata de um baluarte do método científico, uma força, tradicional e paradoxalmente, motriz de significados profundamente filosóficos que se estendem muito para além da sua posição na academia. Um dos físicos mais destacados do séc. XX, Ilya Prigogine, escreveu o seguinte, em 1987:

“A complexidade já não se limita à biologia ou às ciências humanas: está a invadir as ciências físicas e parece profundamente enraizada nas leis da natureza”. A disrupção provocada pela observação científica de fenómenos de “não-equilíbrio”, “instabilidade dinâmica”, “probabilidade”, “indeterminismo” ou “irreversibilidade”, levaram o autor a concluir que, devido a “novas perspectivas acerca das próprias fundações da física (...) [A] racionalidade já não pode ser identificada com ‘certeza’, nem a probabilidade com ignorância, como tem sido o caso nas ciências clássicas.” (Prigogine, 1987: 98-102).

¹⁰ A este propósito, Luhmann (2005a: 29) promove a distinção entre teorias sociológicas factoriais e sistémicas, demonstrando uma evidente preferência pelas últimas: “Se desejarmos comprimir numa fórmula sucinta o desenvolvimento teórico da sociologia, desde o século XIX até hoje, então pode falar-se de uma transição das teorias factoriais para as teorias sistémicas. Teorias factoriais – são tentativas de reconduzir a origem e as peculiaridades particulares das formações sociais a determinadas causas singulares, por exemplo, às necessidades económicas e aos modos de produção que as satisfazem, aos impulsos psicológicos como o impulso da competição ou o impulso de imitação, às diferenças de raças, às condições climáticas ou aos processos biológicos de selecção. Estas tentativas, como hoje se pode dizer com segurança, fracassaram nos seus conceitos elucidativos. (...) As teorias sistémicas, em comparação com as teorias factoriais, têm um potencial muito maior para a complexidade.”

No estudo das sociedades e suas instituições, a perspectiva sistémica acerca dos problemas da complexidade foi revigorada com o holofote da teoria *luhmanianna* (Luhmann, 2012, 2013), a qual integrou em pleno a “ideia de que a vida é holista, auto-organizante, emergente, altamente relacional e dinâmica, interrelacionada, não-linear e evolutiva” (Castellani & Hafferty, 2009: 21-22).

Já a tentativa de colocar estes e outros pressupostos em diálogo com outras correntes epistemológicas, e especificamente com a Teoria Crítica, embora não seja inédita (E.g.: Mingers, 1980; Fuchs & Hofkirchner, 2009; Fischer-Lescano, 2012; Cordero, Mascareño & Chernilo, 2016; Gangas, 2017; Minhoto, 2017) é relativamente incomum. Façamo-lo aqui, apontando os pontos de contacto que sobrevivem de uma (re)leitura dos meta-axiomas “críticos”.

Quanto ao meta-axioma #1, a extensa mobilização do conceito de *observação* na obra de Luhmann (1991; 2012) enquanto produção de distinção (desde logo, a mais básica, entre sistema e ambiente), implica aceitar que o observador estrutura a perceção da realidade, a qual consiste apenas numa aproximação enviesada pelo ponto de vista.

Nessa medida, a Teoria dos Sistemas não corrige, antes complementa o primeiro meta-axioma. E fá-lo em linha com a herança *kantiana* da Teoria Crítica, continuada por exemplo por Adorno (2001), que afirma que o objeto do conhecimento é co-construído pelo sujeito (observador), e que qualquer conhecimento, por mais objetivo que se apresente, é somente uma tradução do mundo externo a partir do pensamento, isto é, das potencialidades organizadas de quem se apresta a conhecer (cf. Coelho, 2013).

Por outro lado, no que diz respeito ao #2, não se trata tanto de um complemento, mas de um requerimento preferencial, digamos assim. Isto porque, pelo menos em certos momentos, pode apresentar-se difícil a aproximação e diálogo com o escopo, ambição e sagacidade da teoria *luhmanianna*, sabendo que o autor elege como problema sociológico central o incremento da complexidade das sociedades pela *diferenciação* (cf. Mingers, 1980), sendo a sua teorização ela própria complexa. Aliás, quem também o assume é José Manuel Santos, o organizador da primeira coletânea portuguesa de textos sociológicos sobre Luhmann:

“A obra de Luhmann, pela sua amplitude, multiplicidade de objetos estudados e, sobretudo, universalidade metodológica e categorial da teoria elaborada, tem incidências em praticamente todas as disciplinas das ciências sociais e humanas, muito para além, portanto, da sociologia (...) [exigindo] do recetor uma prática da interdisciplinaridade a um nível de reflexão teórica extremamente elevado para além de uma cultura científica enciclopédica” (Santos, 2005a: 7).

Sobre a necessidade de uma abordagem sociológica multiparadigmática e interdisciplinar, que procura, por um lado, sintetizar coerentemente conhecimentos diversos no âmbito da especificidade disciplinar da Sociologia, e pelo outro acolher e assimilar, de forma descomplexada, contributos teóricos de áreas disciplinares limítrofes das Ciências Sociais, ficamos elucidados.

Agora, como tarefa que cabe a qualquer sistema – Luhmann *dixit* (2005a: 64): “Como se afirmou, os sistemas têm a função de captar e reduzir a complexidade do mundo. Para isso devem eles próprios tornar-se complexos” – o que se segue é um exercício de redução, ou seja, uma interpretação do pensamento sistémico que se deseja ser capaz de, simultaneamente, dialogar com o meta-axioma crítico #3, e estabelecer algumas coordenadas fundamentais para o presente trabalho.

A dimensão ontológica do presente trabalho é devedora das teorias sociológicas que perspetivam os diferentes elementos da realidade social – grupos, indivíduos, instituições, organizações, etc. – a partir das (inter)relações que os mesmos estabelecem (e mantêm ao longo do tempo) entre si, e com o ambiente que rodeia e contextualiza a sua existência. De entre esse universo, extraímos uma perspetiva sociológica que, pelo menos desde Herbert Spencer, no séc. XIX (cf. Bailey, 1994), assenta os seus princípios, teorias e metodologias na noção de sistema¹¹ (social), enquanto figura analítica e

¹¹ Durkheim, Pareto, Weber, Coleman, Parsons, Giddens ou Habermas são autores clássicos que laboraram, senão a partir de uma perspetiva sistémica, pelo menos com alguns dos seus componentes teórico-metodológicos (cf. Castellani & Hafferty, 2009). Ainda assim, e seguindo o pioneirismo de Spencer e, posteriormente, de Parsons (Cf. Bailey, 1994), aceitamos, de forma preliminar, as premissas que estabeleceram toda uma nova abordagem para a teoria social, a partir da noção de sistema: “Ao longo dos anos 40, os desenvolvimentos no âmbito da teoria dos sistemas, tendo como pano de fundo as relações com a Cibernética e a Biologia, aceitaram como premissa que um sistema se define como um todo organizado formado por elementos interdependentes, rodeado por um meio exterior (*environment*),

metafórica fulcral, para a análise de uma realidade social altamente dinâmica, evolutiva e complexa.

Ao reduzir operacionalmente a complexidade – o terreno onde sobreabundam as relações, conexões e possibilidades, ou “a totalidade dos acontecimentos possíveis” (Luhmann, 2005b: 77) – os sistemas sociais existem não como elementos físicos, mas enquanto parte da comunicação de que as sociedades são feitas.

De facto, a comunicação assume um papel fundamental na teoria luhmanianna: ela é a condição de operabilidade dos sistemas, pelo que a sociedade é comunicação (Lee, 2000), como explica João Carlos Correia, a partir de excertos do autor:

“A comunicação surge, pois, como o operador que torna possível todos os sistemas de comunicação, por mais complexos que se tenham tornado no transcorrer da evolução: interações, organizações, sociedades. Por isso, ‘tudo o que existe que se pode designar como social resulta de um mesmo tipo de acontecimento: a comunicação’” (Correia, 2005: 330).

Num contexto comunicativo, o sistema social emerge sob a forma de um conjunto delimitado e ordenado de “elementos de um complexo de informações” (Luhmann, 2005b: 83), dotado de “regras internas” (idem) que advêm de uma “seleção mediada pelo sentido” (ibidem: 80).

Este último processo de mediação deverá significar que o sistema não só existe para organizar (reduzindo) a complexidade do meio ambiente, como possui as ferramentas internas, chamemos-lhe assim, para daquela poder construir possibilidades de ação e reflexão, sobretudo levando “a cabo a eliminação, num processo gradual, das outras possibilidades” (Luhmann, 2005b: 95).

Portanto, por intermédio de ações seletivas, reflexivas e operativas, um sistema consubstancia o seu sentido e a sua história, produzindo efeitos no seu contexto, à medida que (continuamente) *se torna diferente* daquilo que era. Sendo uma aceção

e que se designe o sistema que interage com o meio exterior como um sistema aberto no qual as relações com o meio exterior se processam através de trocas de energia e/ou informação” (Correia, 2005a: 323).

válida também para os sujeitos, vistos à lupa sistémica, o verbo tornar(-se) afigura-se crucial para descrever o plano ontológico que o presente trabalho subscreve.

Já quanto às “regras”, e seguindo os contributos de Anthony Giddens (1984), elas são o meio de reprodução das práticas sociais na medida em que configuram e comunicam sentidos apropriados, para um dado contexto e num dado espaço-tempo. Com o tempo, podem ser alteradas, evidentemente; mas enquanto são exercidas, necessariamente refletem determinados julgamentos e quadros normativos, sendo igualmente informativas quanto às sanções que os comportamentos acarretam, e quanto a quem tem poder para desencadear ou evitar os eventuais processos sancionatórios.

Sem prejuízo de outras entidades, a outros níveis da realidade social, as organizações parecem deter uma função central na construção e aplicação de regras (Seidl & Mormann, 2015) já que são elas que “recursivamente, e através das suas interações, geram e atualizam a rede que as produz” (Maturana, *cit in* Hernes, 2008).

Dotadas das mesmas capacidades de auto e hetero-observação dos sistemas sociais a que pertencem, as organizações caracterizam-se fundamentalmente por um tipo de distinção específico que produzem, relativamente aos processos comunicativos que observam dentro e fora de si: as decisões, de aceitação ou rejeição de uma possibilidade face a outras, sendo que a sua sucessão, vertida num processo organizacional eminentemente recursivo, constitui o seu modo particular de autorreprodução (Hernes, 2008; Seidl & Becker, 2010, 2013; Vidal, 2017).

Afirmando a inseparabilidade da organização e do (sub)sistema social de pertença, que faz com que as decisões ali tomadas constituam (e reproduzam) tanto uma como o outro (Seidl & Becker, 2010), as organizações são, deste ponto de vista, processos sociais através dos quais a comunicação (de que é feita a sociedade) produz os seus efeitos materiais, tanto quanto cada incerteza é absorvida e tornada generativa (já que a decisão anterior é a premissa da decisão seguinte), assim atualizando (confirmando ou infirmando, ao longo do tempo) as possibilidades observadas e selecionadas em sede superior.

Nessa medida, e enquanto entidades decisoras, às organizações cabe-lhes facilitar (e até certo ponto determinar), junto dos sujeitos, uma compreensão seletiva das regras internas do sistema que os levarão a comportar-se de acordo com as expectativas generalizadas, isto é, com a tendência de homologia das condutas sociais que transcende “o âmbito específico das partes interatuantes” (Esteves, 2005: 286) e se reveste do “carácter de generalidade de um acordo presumido de terceiros” (idem). Quando este fenómeno ocorre, isto é, quando parece existir uma “garantia de continuidade de uma dada linha de ação que foi definida, independentemente daquilo que realmente acontece ou possa vir a acontecer” (ibidem), podemos estar perante um processo de *institucionalização* de determinadas regras, a partir de determinados critérios e metas, mormente baseados em certos conhecimentos reconhecidos e legitimados do ponto de vista técnico-científico, mas também do ponto de vista social e cultural.

A continuidade temporal parece mesmo ser a dimensão fulcral das instituições, quando vistas enquanto “arranjos habituais, constituídos através de práticas sociais que consistem em configurações, mais ou menos complexas, de expectativas comportamentais mútuas e estáveis” (Jaeggi, 2012: 4). Com o tempo, elas tornam-se realidades “objetivas”, detendo a capacidade de limitar a inteligibilidade da experiência humana, de generalizar as expectativas partilhadas, e assim restringir os caminhos possíveis para a ação social (Berger & Luckmann, 2004).

Neste pressuposto, e tendo em conta que “uma ação é uma instituição e as instituições pressupõem uma ordem social na qual as ações do tipo X serão executadas por atores do tipo Y” (Berger & Luckmann, 2004: 79), caberá às organizações institucionalizar o conhecimento mais apropriado – no que se refere à adaptação ao ambiente e à autorreprodução – ao nível das operações que estruturam e estabilizam o sistema social ao qual pertencem, ao mesmo tempo que filiam sujeitos e motivações àquela que é a sua panóplia de condições e propósitos¹².

¹² Como refere o autor alemão, independentemente de vontades ou desejos pessoais, “a organização fornece uma generalização congruente de expectativas em virtude de estabelecer o reconhecimento de

Por outro lado, aquilo que delimita o sistema social, e o diferencia do seu ambiente, que assegura a sua descontinuidade e o dota de uma certa autonomia – esta última, uma “exigência inevitável das sociedades altamente complexas” (Luhmann, 2005b: 102) – não são fronteiras físicas, mas fronteiras comunicacionais. Ou melhor, são “‘fronteiras semânticas’ (*Sinn Grenzen*) entre acontecimentos, vivências ou ações possíveis” (Santos, 2005b: 147) que, traçando a linha que separa o possível do impossível, permitem (re)produzir uma dada realidade interna.

Dentro de tais fronteiras (semânticas, que por essa via configuram sentidos), pressupõe-se que cada conexão de sentido particular pode ser aferida e descrita a partir do grau de autorreferência dos seus elementos; pode mesmo afirmar-se que os sistemas sociais são primordialmente autorreferenciais, específicos, portanto, nos seus modos de comunicação (Luhmann, 2013), sendo precisamente essa especificidade aquilo que permite providenciar, a qualquer observador, uma determinada perspectiva da realidade, e um determinado sentido para a mesma.

Tal aceção leva a que, quer na obra do sociólogo alemão, quer sobretudo nos académicos que dela se servem, se encontre amiúde um enfoque no estudo dos (sub)sistemas sociais (funcionais), particularmente os sistemas económico, científico, jurídico-legal, ou religioso, entre outros (cf. Roth & Schütz, 2015).

Todavia, a teoria luhmanianna àqueles não se confina, porquanto se apresentam enquanto categorias conceptuais entre outras, que até detêm um estatuto ontológico equivalente, e que podem ser tipificadas, segundo o próprio (Luhmann, 2012a), em: A) Sistemas sociais, que englobam A1) Subsistemas sociais e A2) Organizações; B) Máquinas; C) Organismos vivos não-humanos; D) Sistemas psíquicos i.e. humanos; e E) Interações (no sentido de comunicações intersticiais).

determinadas expectativas como condição para se ser membro de um sistema” (Luhmann, 2005b: 99). Assim se percebe que, pese embora as trocas comunicacionais que se geram entre indivíduo e organização sejam multidimensionais e envolvam geralmente algum tipo de reciprocidade, é genericamente difícil argumentar contra a sua natureza determinista e profundamente assimétrica: “As motivações são generalizadas pela filiação [à organização]: os soldados marcham, as secretárias datilografam, os académicos publicam e os líderes políticos governam – quer isto aconteça, em cada situação, para os agradar ou não” (Luhmann, 1982, *cit in* Seidl & Mormann, 2015).

Sem levarmos a cabo uma caracterização destas categorias (tarefa que, no seu devido tempo e espaço, será efetuada na medida do que for exigido), pode dizer-se que esta perspetiva sociológica é de máxima extensão, apresentando-se como uma *grand theory* apta a cobrir diversas dimensões e camadas da realidade social (cf. Turner, 2001). Isto é relevante, na medida em que nos permite situar o nosso objeto na intersecção de biografias, história e estruturas sociais – elementos indissociavelmente complementares – e, dessa forma, laborar na clássica dicotomia da Sociologia (Macro-Micro).

Por outro lado, e porque perante uma dada circunstância, *evento*¹³ ou contingência pertinente para si um sistema social adscribe-lhe determinados significados e constrói para si um sentido (Luhmann, 2012), depreende-se que esse sentido não só se afigura indispensável para viabilizar a “escolha” de um determinado curso ou possibilidade de ação no horizonte futuro, como para desencadear a emergência de propriedades e estruturas que, a cada momento, produzem uma determinada ordem.

Se uma função é selecionada, a *estruturação* seguir-se-á, de forma concordante – esta é uma interpretação do pensamento de Luhmann, em cujo edifício teórico se atribui a primazia à função social sobre a estrutura, como julgamos encontrar-se patente na seguinte citação:

“A análise funcional deve ser libertada dos seus vínculos às representações da lei causal e desfraldar-se como método comparativo, e a teoria estrutural-funcional deve ampliar-se em teoria funcional-estrutural, para que ela se possa referir ao problema da complexidade e, sob este ponto de vista, aprender a indagar a função dos sistemas e das estruturas.” (Luhmann, 2005a: 41).

¹³ O “evento”, no sentido de acontecimento relevante, tem, como é sabido, um lugar de destaque na filosofia francófona, de Foucault a Derrida. Porém, também a teoria sistémica o deve utilizar em seu proveito, como refere Santos (2005: 132-133): “o sistema, que assume o lugar do sujeito constituinte da fenomenologia, não po[de] dispor de um ‘solo’, de uma terra firme ontológica, de identidades reificadas com duração no tempo; a identidade a construir é a do ‘acontecimento’, ou seja, a identidade de um instante que tem de ser constituída numa série temporal, a partir de uma diferenciação, de acontecimentos posteriores recorrentes, que o repetem, lembram, mas são outros.”.

Para além dos métodos de análise sociológica, interessará ampliar, de facto, a teoria que a suporta, remetendo aquilo que vemos para a função que exerce, especialmente quando dirigimos o olhar para as estruturas sociais que tomamos como objeto empírico. As teorias de estruturação tomarão então, necessariamente, esta forma, cuja primeira dimensão de enorme relevância consiste na temporalidade que subjaz a construção (da ordem social e estrutural) das sociedades.

Como refere Mitsuhiro Tada (2018: 1), “a ordem sistémica, ou ordem social, é temporalmente organizada através do mundo caótico e atemporal do significado”, pelo que “os fenómenos com que o sistema social se depara (...) são sopesados pelo passado e pelo futuro do sistema, sendo assim (e não ao acaso) seletivamente atualizados como unidades de significado para o presente” (idem).

Relembra-se que não são as idiosincrasias per se de cada elemento da sociedade – grupos, indivíduos, instituições, organizações, etc. – que a constroem enquanto tal, mas sim a evolução das (inter)relações entre sistemas e o respetivo ambiente (que rodeia e contextualiza a sua existência), sendo essa evolução aquilo que coloca as sociedades sempre a caminho de se tornarem *diferentes* do que já foram. Por conseguinte, um sistema não deriva a sua existência de um estado (pré)determinado, mas produz mudança e diferenciação quando se atualiza, existindo pela qualidade, modos e magnitude da sua integração na história e continuação das relações entre as coisas do mundo (cf. Luhmann, 2013).

Não obstante, se a sociedade é, sob um determinado ponto de vista, aquilo que torna “possível criar uma certa ideia de nós em face da pluralidade de desejos, ambições e projectos de cada um” (Correia, 2005: 322), isso pode muito bem dever-se aos sistemas sociais e suas *propriedades* (auto)organizantes. Assim, compreender como nas sociedades e (apesar de) tudo o que infinitamente nelas se apresenta como possibilidade, existe uma certa estabilização do real, uma certa ordem (social) que, apesar da inexorável mudança, se renova e afigura capaz de orientar, de forma relativamente estável, os comportamentos individuais e coletivos, é uma questão que a Sociologia em geral, e a teoria sistémica em particular, se atêm com vigor.

Desde que o problema da ordem foi endereçado por Morin (1981, *cit in* Montuori, 2008) que a articulação entre ordem e desordem – ou entre a organização generativa e possivelmente estruturante, e a entropia decadente e possivelmente caótica – é pensada como sendo mediada por interações complexas e mutuamente constitutivas, cujo resultado é eminentemente processual e evolutivo, relativamente imprevisível e indeterminado.

É, porém, justamente aí que sobressai o papel dos sistemas sociais enquanto “dispositivos supra-individuais que produzem uma ‘ordem emergente’ universal, tendencialmente ‘mundial’, e fundamentalmente temporal, à altura da ‘extrema complexidade’ de um mundo moderno” (Santos, 2005a: 157). Nessa medida, é lícito afirmar que “a Teoria dos Sistemas é um modo de encarar o problema da ordem social invocado sob um certo ponto de vista que implica a análise da construção social da realidade” (Correia, 2005: 322).

Pode ser difícil, num primeiro relance, relacionar esta perspectiva com a dimensão de poder e controlo aplicada à construção social do conhecimento, a qual se encontra, segundo o meta-axioma #4 da Teoria Crítica (cf. Capítulo 1.1), fortemente relacionada a um entendimento do processo histórico que institucionaliza determinados padrões de conduta em detrimento de outros (Berger & Luckmann, 2004).

Aliás, a perspectiva luhmanianna ostenta, famosamente, uma mínima pretensão normativa, já que nos referimos a um autor que (só aparentemente) “não dá respostas sobre o que deveria ser, mas apenas torna “transparente, inteligível, ‘o que acontece’ – *was der fall ist* – ou seja, de que modo os sistemas sociais resolvem o problema universal de reduzir a complexidade do mundo” (Santos, 2005a: 9).

Ora, face à naturalização do real enquanto única possibilidade de existência, que pelo caminho oblitera as alternativas e resistências, reduzindo a realidade ao que existe porque pode existir (Santos, 2002), a neutralidade teórica e normativa é impossibilitada por uma Teoria Crítica que toma como seu objetivo expor os padrões de dominação, os diferenciais de poder e os paradoxos inerentes aos arranjos sociais que sustentam o statu quo (Honneth, 1993; Adorno, 2001; Calhoun, 2001).

Perante tal condição, o diálogo epistemológico pode sustentar-se justamente na comunicação, começando por demonstrar que, a *ruídos*¹⁴ ambientais o sistema responde com irritação e elaborações próprias (Halsall, 2012). Uma vez que a “a comunicação é sempre uma ocorrência seletiva, o significado não permite outra coisa senão escolher e a comunicação é um processo de seleção” (Luhmann, 1998, *cit in* Correia, 2005: 330), a passagem da desordem à ordem depende, nesta perspectiva, de sistemas que se auto-organizam para produzir significado a partir da aleatoriedade (Atlan, 1986, *cit in* Montuori, 2008).

Vertendo estas considerações para o nosso objeto de estudo sociológico, o ES pode ser encarado como uma observação construída sistemicamente, ou mais precisamente, como uma distinção que distingue o que é conhecimento válido do que não o é a partir da autorreferência própria de um sistema social – chamemos-lhe Ciência, e dotemo-lo de sentidos técnico-científicos e preferências seletivas, sobretudo quanto à veracidade das suas interpretações e à racionalidade das suas operações – que, desde a sua emergência no séc. XVI, se converte e atualiza *também* enquanto ideologia e base de legitimação da ordem social (Habermas, 1987, 1999).

Deste ponto de vista, a Ciência produz uma descrição particular da sociedade, em cujo mapa de inclusões e exclusões encontramos as coordenadas da sua função, mormente estabilizadora da experiência do mundo social (Luhmann, 2005b).

Consequentemente, o olhar crítico deve deslocar-se para aquele processo, eminentemente seletivo e constitutivo, para compreender como certos sentidos integram a realidade social e suas instituições – especialmente, pela via da *socialização*

¹⁴ Ruído, irritação ou perturbação são significantes que surgem na teoria luhmanianna enquanto sinónimos para designar uma entidade ou evento que, pertencendo ao meio ambiente, é capaz de despoletar, nos sistemas que o observam, mudanças, desenvolvimentos ou disrupções nas operações internas (Halsall, 2012). A título de curiosidade – e para contrapor à recorrente crítica de que é alvo, nomeadamente a da eliminação do sujeito no seu corpo teórico – é possível que os denominados sistemas psíquicos sejam as maiores fontes de irritação para os sistemas sociais e, por conseguinte, dos seus processos constituintes, a fazer fé na declaração do autor: “Os sistemas sociais emergem à existência [no original *come into being*] na base do ruído que os sistemas psíquicos criam na sua tentativa de comunicarem (Luhmann, 1996: 214, *cit in* Halsall, 2012)

(Berger & Luckmann, 2004) ou educação – a expensas de uma miríade de outros que parecem não poder sair da latência a que foram devotados¹⁵.

Em síntese, a Teoria dos Sistemas, e especificamente a perspectiva luhmanianna, providenciará a orientação para as opções filosóficas a que fizemos anteriormente referência, no quadro de um diálogo entre conhecimentos que nesta secção principiou. Diálogo esse que até já produziu uma proposição de base, com efeitos teóricos e empíricos relevantes:

Da parte de um sistema social, a observação de um evento, ou contingência, enquanto problema (problematização) dará lugar à seleção de um sentido (semantização) coletivamente construído e partilhado como Conhecimento (socialização). Uma vez instituído nas práticas sociais – especialmente pelas organizações e ao nível das suas regras, operações e mecanismos de integração (institucionalização) – o Conhecimento afigura-se capaz de comunicar e programar a ação sistémica tida como apropriada, racional e legítima (legitimação), assim a orientando de acordo com uma determinada direção (ordem social). A ordem social, que por esta via se reproduz, torna-se então história (evolução) e realidade objetiva (objetivação), ambas pressupostas nos sistemas e estruturas que compõem as sociedades.

Dando-lhe seguimento, e esperando que este se torne cada vez mais visível ao longo do presente trabalho, partilhamos o reconhecimento de que a realidade social, tal como a institucionalização de um dado conhecimento, acontece de forma complexa e só poderá ser minimamente apreensível mediante a distinção de níveis analíticos – Macro, Meso e Micro – cada qual com suas propriedades emergentes, geradas por forças e tendências distintas, mas que, não obstante, interagem e se influenciam mutuamente (Cf. Turner, 2001).

¹⁵ Ainda que se deva afirmar que todo o conteúdo obscurecido é parte residual dos processos de construção de sentido e que, teoricamente, nunca pode ser totalmente apagado, quedando como potencial, num horizonte de possibilidades de atualização (cf. Arnoldi, 2010).

Para além da impossibilidade de um estudo asséptico, ou replicante de condições laboratoriais, a estratégia metodológica de aproximação ao objeto estará atenta à sua evolução histórica e percorrerá, de forma transversal, aqueles três níveis de análise distintos, mas interligados. Isto sabendo que o ES, enquanto discurso técnico-científico, produz efeitos materiais naqueles níveis da realidade social, não sendo propriedade exclusiva de determinadas entidades, nem circulando apenas nos gabinetes e anfiteatros de algumas universidades.

Assim, a problemática inserir-se-á numa estrutura analítica que não é metodologicamente coletivista nem individualista, antes se compondo de diferentes modos de aproximação ao real que, embora comportando propriedades e dinâmicas distintas, não se devem revelar enquanto categorizações-estaque.

Porque elas transgridem fronteiras e se influenciam mutuamente, procurar-se-á salientar a interatividade, interdependência e lógicas de penetrabilidade existentes – o que não é mais do que aceitar a promessa a que a imaginação sociológica sempre volta: a de compreender (melhor) história e biografia, e a relação entre ambas na sociedade (Mills, 2000). Resta-nos, pois, encetar a sua tradução para uma ordem sequencial de capítulos, cada qual orientado por uma questão de partida.

Estrutura capitular (e questões de partida)

Aplicando imediatamente alguns dos pressupostos filosóficos anteriormente desfiados, o Capítulo 1 embarca numa heterodoxia metodológica e teórica, recorrendo a diferentes *teorias auxiliares* (Almeida & Pinto, 1975), oriundas de outras disciplinas.

Fazendo jus ao desejo de aproximação entre a sociologia e a historiografia, convocamos Fernand Braudel (1970) para um foco na permanência e mudanças que nos trouxeram até aqui, da micro-história dos eventos à “longue durée”, passando pelos ciclos intermédios da história conjuntural. Já para enriquecer a dimensão teórico-conceitual, introduziremos três subdivisões analíticas caras à sociologia histórica proposta por Immanuel Wallerstein (1997) – a saber: espaço-tempo *estrutural*; *espaço-tempo transformacional* e *ciclo ideológico* – que nos auxiliarão a refletir sobre as causas e os

significados atribuídos à chamada “nova questão social”, emergente sobretudo na década de 1960.

Munidos destes conceitos, tentar-se-á demonstrar que as mudanças macroestruturais despoletadas pela resolução do espaço-tempo transformacional de 1968-1973, e consequente construção de uma dada ordem social para o remanescente do “pequeno séc. XX” (Hobsbawm, 1995a), incluíram a autonomização, diferenciação e especialização funcional de um sistema social, por alteração das relações sistémicas até ali vigentes, denominado *Terceiro Setor* (TS).

Esta designação ilustrará o locus prático-simbólico que albergou, por assim dizer, a *semente* do ES, e que possibilitou que esta viesse a ramificar e florescer enquanto resposta criativa, adaptativa e (progressivamente) institucionalizada, aos diferentes problemas evolucionários com que o sistema social emergente se foi deparando. Assim, o Capítulo 1 ensaia uma possível resposta à questão:

Que condições sociohistóricas forneceram ao ES um espaço prático-simbólico para se poder institucionalizar?

Contando que a estruturação de um sistema social é “projecto de sentido para o incerto, é já realização selectiva e não apenas directiva [porque] justamente como selecção, tem sentido informativo e, deste modo, directivo” (Luhmann, 2005b: 91), a “escolha” de um determinado curso ou possibilidade de ação para o horizonte futuro desencadeia a emergência de propriedades, relações e eventos, que não só produzem ordem, mas também alguns paradoxos.

No Capítulo 2, argumentamos que tais paradoxos só poderiam ser resolvidos por um aumento da reflexividade sistémica, e da consequente produtividade discursiva, ambos integrados num processo capaz de associar ao TS conhecimentos válidos, desde logo do ponto de vista técnico, para a efetiva e eficaz operacionalização da sua função social, isto é, para a sua *performance*. Assim, este capítulo segue a construção social do ES enquanto conhecimento e fenómeno discursivo aplicável ao TS, e tentando dar relevo,

sempre que possível, a diferentes dimensões do discurso que, segundo Norman Fairclough (1995), são o texto¹⁶, a prática discursiva e a prática social.

Guiados por contributos da semiologia e, particularmente, da Análise Crítica do Discurso¹⁷ (ACD) – uma linha de investigação da Teoria Crítica com pendor *frankfurtiano*, tanto quanto *foucauldiano* (Cf. Kendall, 2007) – o Capítulo 2 percorre as temáticas da performance e da hibridez do TS, passando por aquilo que este sistema “faz” (e o que o faz ser “social” e “inovador”), para enfrentar, no fim de contas, a seguinte questão:

Como é que o discurso técnico-científico, portador de determinadas condições sociais e teóricas, pôde auxiliar o TS no desempenho da função social que para si tomou?

O Capítulo 3, por sua vez, segue as pistas do anterior, dirigindo o olhar crítico para o conhecimento afeto ao ES, e para o interior dos (sub)sistemas técnico-científicos que o alimentam, de forma a analisar a forma como os diferentes discursos moldam a experiência da realidade, fornecendo a matéria para aquilo que, a cada momento, é percebido como normal, válido, científico (Foucault, 2008a).

Aqui, o poder e a perspetiva sistémica estreitam o seu diálogo para dar crédito à intuição foucauldiana, repescada por Axel Honneth (1993), de que uma dada ordem social não deve ser colocada sob o ponto de vista da posse do poder por parte dos atores; pelo contrário, deve partir-se do pressuposto de que a ordem social é um processo de aumento do poder, isto é, das possibilidades do mesmo ser exercido, por referência ao

¹⁶ No presente trabalho daremos primazia ao texto escrito, um tipo de discurso performativo que, sendo a realização concreta das formas abstratas do conhecimento (Lemke, 1995 *cit in* Wodak & Meyer, 2009), cremos que melhor instancia o uso da linguagem num certo espaço-tempo.

¹⁷ Que nos faz encarar o *discurso*, a partir da síntese proposta por Wodak e Meyer (2009): (a) como um aspeto da prática social que contribui ativamente para a construção da realidade social, nomeadamente dos objetos do conhecimento (daquele técnico-científico ao senso comum), das identidades e das relações sociais, ou dos esquemas conceptuais e representacionais individuais e/ou partilhados; (b) numa relação dialética com outras dimensões sociais, pois é constituído e constitutivo da realidade social, refletindo e moldando as estruturas sociais; (c) na sua historicidade, não podendo ser entendidos fora do contexto sociohistórico em que foram produzidos; (d) como sujeito à mudança diacrónica, sendo que os atores sociais por si posicionados podem alterá-lo, bem como às suas posições, por intermédio da agência; (e) também numa perspetiva ideológica, já que uma das suas funções é contribuir para a criação e reprodução de relações de poder desiguais na sociedade.

objetivo funcional da dominância ou máximo controlo, da maior quantidade possível, de processos da vida social. Sendo, porém, certo que “não há nenhum sistema que possa abarcar todos os aspetos da complexidade do mundo” (Santos, 2005: 10).

No seguimento, se concordarmos que o Capítulo 2 considera a construção de uma ordem discursiva a partir da sua *episteme*, e para aí dirige os seus esforços, digamos, arqueológicos¹⁸, o Capítulo 3 avança numa direção ligeiramente diferente: a exposição dos processos e mecanismos que articulam saberes e poderes através de uma genealogia de inspiração nietzscheana e foucauldiana (Foucault, 1992).

Nesta perspetiva, à luz da qual se torna indispensável compreender os efeitos regulatórios, seletivos e coercitivos do poder ao longo da história (Braudel, 1970; Honneth, 1993), os discursos constituem um saber-poder que, controlado por certos procedimentos, legitima atores e conceitos (uns mais do que outros), chegando a instaurar sobre o mundo social autênticos regimes de verdade (Foucault, 1980).

Argumentamos que, no decurso da sua institucionalização, é precisamente nisso que o ES se torna relativamente ao TS, à entrada para o séc. XXI, e por intermédio da consolidação das suas *formações discursivas* (ou “escolas de pensamento”) mais influentes. Porém, ao colocar em relevo os processos de observação, seleção, objetivação e legitimação inerentes à construção do ES, percebemos que aquele conjunto de “escolas de pensamento” (que o EMPSOC, como mencionámos, também adotou como referencial teórico) foi selecionado como discurso relevante pelas organizações integradas no TS, por razões funcionais diversas que merecem uma atenção particular.

¹⁸ Na aceção de Dalglish (2013), já Kant procurava na história (da Razão) as suas manifestações concretas, mediante uma espécie de arqueologia filosófica. E McQuillan (2010) interpreta o esforço *kantiano* como uma tomada de consciência de que o desenvolvimento histórico da filosofia é determinado a priori pela própria Razão e pelos modos como esta se foi articulando enquanto ciência. Sob estas influências, mas cada vez mais um profundo conhecedor de Nietzsche (Foucault, 1988), Foucault começa a percorrer o caminho de conhecer historicamente as estruturas sociais, voltando o dardo do saber contra si mesmo (Nietzsche, *apud* Habermas, 2000). Ao percorrer este caminho, o investigador social equipara-se a um arqueólogo do saber, cuja missão é a de contextualizar historicamente a verdade científica analisando a *episteme*, isto é, as condições históricas, sociais e culturais de constituição do discurso ou aquilo que, a cada época, regula e modela o que se pensa e o que se diz (Foucault, 2008a).

Dando-nos conta da redução de possibilidades discursivas e da sistemática exclusão de outros significantes e significados, e revelando a vontade de poder que subjaz este jogo de prescrições, exclusões e escolhas (Foucault, 1992), apresenta-se-nos como tarefa adicional o accionamento de um des-esquecimento (Gadamer, 1989), isto é, a negação de um “esquecimento” de sentidos e discursos derrotados, resgatando-os à memória que informa o futuro (Rabinow, 1984).

Através de uma hermenêutica diacrónica crítica, que nos relembra que “a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá a si próprio o direito de questionar a verdade nos seus efeitos de poder, e questionar o poder nos seus discursos de verdade” (Foucault, 1990: 41), tentar-se-á abordar a clássica questão, com que finalizamos a análise à nossa dimensão Macro:

Por que razões que alguns conhecimentos se institucionalizam e outros não?

Um outro modo de acostar a mesma questão, de outro ângulo, é investigar como se processa a socialização (ou a intencional educação) desse mundo institucional às novas gerações, um ponto pivotal em qualquer processo de institucionalização (Berger & Luckmann, 2004) e que, no presente trabalho, “preenche” analiticamente a dimensão Meso.

A este respeito, e apontando à integração simbólica, social e sistémica, por intermédio da transmissão de conhecimento de uma geração para outra, optamos por iniciar o Capítulo 4 com uma breve exposição de pressupostos, acompanhada das necessárias distinções conceptuais, de forma a poder avançar com uma panorâmica, contextualizada, das tendências mais relevantes da educação para o ES.

Se este capítulo abre caminho a um que elucida o leitor sobre as opções técnicas e metodológicas que presidiram a investigação empírica (Capítulo 5), neste nível, a um estudo de caso, também é verdade que se atém à seguinte questão orientadora:

Como, e por quem, tem sido desenvolvida a educação para o ES, a nível internacional e nacional? Que tendências gerais podem, aqui, ser destacadas?

Como foi afluado, o Capítulo 5 consiste, para além da apresentação das fontes e técnicas de recolha de dados, num resumo e apropriação de uma metodologia que nos permite responder ao seguinte desafio:

Como se pode desenvolver uma abordagem a um estudo de caso, aplicando os pressupostos críticos e evolutivos que guiam o presente trabalho?

No seguimento, o Capítulo 6 dedica-se, justamente, ao estudo de caso e, mais especificamente, à produção de uma narrativa do seu processo de estruturação – dos detalhes da sua emergência, até à introdução do discurso e práticas discursivas do ES no seu programa educativo – que atenta à dualidade entre estrutura e função, bem como aos modos como as seletividades se inscrevem na ação social, a partir de distinções elaboradas internamente.

O Capítulo 7, por seu turno, explora justamente esta última circunstância, no âmbito da (re)estruturação organizacional que afetou, a dado ponto, o caso estudado, principalmente devido à emergência de uma estrutura de “incubação” de empresas sociais.

Então, refletindo e criticando alguns dos seus efeitos nas práticas sociais e pedagógicas, e imbuídos da necessidade de “compreender como os agentes (re)produzem ou transformam as estruturas sociais, e são eles próprios reproduzidos ou transformados no mesmo processo” (Archer, 2016: 75-76), os capítulos 6 e 7 tentam responder à questão:

O que é que (o estudo de) caso nos pode dizer de si, do contexto teórico-social que o forjou, e dos atores que dele fizeram parte, atentando sobretudo às suas dimensões estruturais e prático-discursivas, e numa ótica evolutiva?

Como se depreende, a aproximação ao nível de análise Micro dá-se com o Capítulo 8, onde a participação no estudo de caso, efetivada na qualidade de público-alvo, é tida como um processo significativo e, como tal, produtor de sentido e promotor de desenvolvimento. Baseado em noções sistémicas, dinâmicas e evolutivas da constituição dos indivíduos – que serão, nesta instância, apresentadas – o método para

o estudo daquele processo significativo é desvelado como respeitante à “individuação”, e pretende, tão-somente, providenciar as bases para uma aproximação ao seguinte:

Como é que um sujeito, por via da participação num programa educativo, se torna diferente do que era?

Por fim, o Capítulo 9 é aquele que nos levará a estar mais próximos de refletir criticamente sobre as relações entre o sujeito, as técnicas e estruturas de socialização, e o mundo social, mediante a apresentação de quatro retratos psicossociológicos.

Conjurando posições sintéticas sobre o nosso objeto de estudo, bem como das múltiplas instâncias de internalização individual e coletiva do programa educativo em que participaram, este capítulo espera estabelecer algumas bases para um futuro e profícuo diálogo com as tendências e forças que têm vindo a desenvolver e legitimar, ao longo do tempo, o objeto do presente trabalho. Para tanto, tenta responder às seguintes questões:

Quais os efeitos das técnicas pedagógicas do estudo de caso nos seus participantes? Que tipo de relações intersubjetivas são cultivadas nesses contextos? Que momentos de crise, incerteza e mudanças nos padrões de atuação podem ser aduzidos da participação? E o que é os dados recolhidos nos podem dizer sobre o processo de institucionalização do ES, que é, afinal de contas, o objeto do presente trabalho?

Deve ser notada, ainda, a presença de anexos à tese. Para além de, nesta secção, constarem elementos habituais deste tipo de trabalho (e.g. Guião de entrevista a participante), chama-se uma especial atenção para dois momentos.

O primeiro diz respeito ao Anexo F, que promove a imersão em quatro instâncias de observação participação, mediante uma leitura rápida e impressionista de determinados eventos que, embora de grande relevância para a reflexividade do investigador, não puderam ser integrados de forma coerente no decurso do presente trabalho.

O segundo refere-se a dois ensaios, correspondentes a outros tantos desvios ao fio condutor do corpo da tese principal, a que demos o nome de Excursos (Anexos G e H). Com uma forte influência historiográfica, a partir de contributos de principalmente da Escola *des Annales* de Bloch e Braudel, mas também beneficiando dos apelos de uma historiografia sociológica típica em Wallerstein ou Arrighi, o propósito da sua construção e apresentação prende-se não apenas com o aprofundamento do pensamento sistémico, mas sobretudo com a descoberta daquilo que se pode considerar enquanto “monumentos arqueologicamente desenterrados” (Habermas, 2000: 351).

Paralelamente, ao abordar temáticas como a emergência dos principais sistemas sociais *modernos* (Anexo G) ou a construção discursiva e sistémica da “Economia Social” no “longo séc. XIX” (Hobsbawm, 1995b) (Anexo H), estes são contributos, que julgamos valiosos, para a clarificação de alguns dos eventos e meta-mudanças sistémicas que, desde a fundação da *Modernidade*, contribuíram para a construção de um conhecimento com as características do ES.

Apresentada que está a estrutura da presente dissertação, resta-nos sugerir a progressão da leitura para o que, efetivamente, pôde ser construído.

1. A “nova questão social”, a diferenciação do Terceiro Setor e a emergência do Empreendedorismo Social, no pequeno séc. XX

Refletir apropriadamente sobre a primeira metade do “pequeno séc. XX¹⁹” (1914 a 1991), como lhe chama Hobsbawm (1995a), não tem cabimento no presente trabalho. Foi esse o contexto do confronto da Humanidade com, provavelmente, o maior e mais inqualificável horror da sua História. Contudo, aquilo que cronologicamente se seguiu é, de facto, merecedor de reflexão mais alongada por representar, sob a perspetiva deste trabalho, a adição de matéria referente à (tentativa de) resolução de uma “nova questão social” (Habermas, 1987).

Numa visão macroscópica, o espaço-tempo estrutural²⁰ que principia no Pós-II Guerra Mundial (em rigor, principia antes até do término oficial das hostilidades), tem como referência histórica e simbólica de base as conferências de líderes vitoriosos de Bretton Woods (1944), Ialta e Potsdam (1945), estendendo-se até *circa* 1968.

A importância destes acontecimentos é aqui sublinhada por, a partir daí, terem sido consolidados dois modelos integração sistémica²¹ de certa forma herdeiros do

¹⁹ Seguindo a nomenclatura de Hobsbawm (1995b), o “pequeno séc. XX” começa em 1914 e dura até 1991, e ostenta o posicionamento dos Estados Unidos da América como Estado (-nação) central do sistema-mundo uma das suas marcas incontornáveis.

²⁰ Inspirados em Wallerstein (1997), por espaço-tempo estrutural concebe-se uma unidade analítica recortada da história na qual se percebe a convivência de diferentes dinâmicas de ordem e desordem social, de continuidade e de mudança. Como refere o autor (1997: 6): “Ao localizar [o espaço-tempo estrutural] temos a unidade significativa de análise da continuidade e mudança sociais. (...) fala-nos daquilo que não pode mudar (o sistema a curto-prazo) e daquilo que seguramente mudará (o sistema a longo-prazo)”.

²¹ O conceito de integração sistémica proposto por David Lockwood (1964, *apud* Mouzelis, 1997) tenta captar um mecanismo relativo à ordem social baseado na evolução das dinâmicas institucionais dos sistemas sociais no sentido da sua compatibilidade ou incompatibilidade. Dessa forma, quando estes elementos sistémicos atingem um alto grau de compatibilidade, sob a forma de arranjos institucionais complexos, o espaço-tempo que se segue (ou o meio ambiente pós-ordenado) pode apresentar um certo grau de estabilidade estrutural e de ordem social. Contudo, o inverso também pode ser afirmado, no sentido em que uma evolução na direção da incompatibilidade sistémica deve prenunciar mudanças na ordem social.

compromisso Estado-Mercado com que se finalizou o “longo séc. XIX”, mas mais aptos para o espaço-tempo do pós-II Guerra Mundial: (a) O Comunismo desenvolvido pela União Soviética enquanto modo diferente de produção e distribuição de bens e serviços, assente num controlo estatal sobre a produção industrial, bem como num planeamento e administração centralizados da distribuição dos seus produtos (Harvey, 2011) e (b) O Socialismo Democrático do Ocidente, desenvolvido pelas sociedades tradicionalmente centrais do sistema-mundo²², herdado da Modernidade ocidental (cf. Anexo G), e particularmente bem expresso pelos Estados Unidos da América.

Atentando no segundo caso, e no contexto de uma tendência agravada de diferenciação espacial entre regiões centrais, semiperiféricas e periféricas suscitada (em parte) pelo panorama acima descrito, os sistemas políticos (Estados) das regiões centrais tentam orientar o desenvolvimento das suas sociedades de acordo com uma nova ordem social, começando por responder às crises de legitimidade por que o Mercado atravessava (Habermas, 1987, 1999).

Fá-lo-ão, pelo menos até à década de 1970, afinando a primazia funcional do Mercado e redefinindo estrategicamente os limites e espaços da sua soberania, por exemplo através da absorção de “*superavits*” e aplicação em investimentos públicos infraestruturais, através do crescimento da dívida pública ou ainda da facilitação da acumulação do capital através de deslocamentos espaço-temporais, pela introdução dos modos de produção “*Fordistas*” em regiões periféricas do sistema-mundial (Harvey, 2001).

De forma similar ao que se verificou no último quartel do séc. XIX (Cf. Anexo H), o espaço-tempo estrutural do pós-II Guerra é marcado por uma reestruturação do Estado em que se aprofundam quer as políticas sociais de redistribuição de recursos através da

²² O sistema-mundo, expressão cunhada por Immanuel Wallerstein (cf. Wallerstein, 2000b), é um conceito sociológico que, adscrito à perspectiva sistémica, se apoia fortemente na disciplina e técnicas historiográficas. Um seu discípulo e divulgador, Christopher Chase-Dunn, define-a da seguinte forma: “A abordagem dos sistemas-mundo olha para as instituições humanas ao longo de extensos períodos e emprega a escala espacial que é necessária para compreender as interações entre sistemas.” (Chase-Dunn, 2001: 590).

generalização dos sistemas de proteção social²³ (Almeida, 2010) e do incremento das transferências de rendimento por via de uma fiscalidade progressiva (Laville, 2008), quer as políticas económicas intervencionistas que, intervindo em contraciclo no sentido de um equilíbrio sistémico homeostático, tentam evitar as oscilações decorrentes da expansão do Mercado e, sobretudo, das suas crises de superacumulação²⁴ (Harvey, 1993).

Tais estratégias têm, certamente, uma componente espacial²⁵. Mas a crescente interdependência sistémica é a nota dominante: justamente porque visa “gerir e regular democraticamente o capitalismo de modo a acalmar seus excessos e redistribuir seus benefícios para o bem comum” (Harvey, 2011: 182), o Estado desta conjuntura (que de Social de inspiração bismarckiana se atualiza a Providência de inspiração keynesiana e beveridgiana) complementa o Mercado, e ambos parecem ser mutuamente reforçados nos seus sentidos.

No seguimento, altos níveis de integração sistémica, e também social²⁶, são genericamente atingidos neste período histórico, no qual se materializa uma nova

²³ Como explica Almeida (2010: 84) “A protecção social elevada é assegurada por um Estado Providência de tipo beveridgiano de cobertura universal que, através de uma carga fiscal elevada, oferece uma grande variedade de serviços públicos bem como medidas activas de emprego. Sendo o modelo que apresenta o grau mais alto de desmercadorização, o acesso aos direitos sociais e benefícios é universal, não dependendo da necessidade ou da inserção no mercado de trabalho.”

²⁴ De origem marxiana e plenamente inscrito numa crítica funcional do capitalismo (Jaeggi, 2015), o conceito de superacumulação refere-se ao fenómeno de coexistência de capital ocioso e trabalho ocioso, sem hipótese de haver um acoplamento em torno de tarefas socialmente úteis. Sendo uma tendência geral do capitalismo, a questão volta-se para a contenção, absorção ou gestão dos momentos de crise, de forma a impor e estabilizar uma nova ordem social.

²⁵ Estratégias que, acrescenta Foucault, que obedecem a “planos, secreta ou discretamente construídos, desenhados por um dos protagonistas numa relação de força, planos que tomam em conta não só os meios e as características do adversário e da estratégia que ele pode colocar em marcha, mas também a configuração do *terrain*, a topografia a várias escalas do espaço social e a posição relativa que as forças presentemente ocupam. É por isso que saber como pensar o espaço tem tanta importância para qualquer raciocínio estratégico” (Foucault, 1980: 77).

²⁶ A integração social, conceito contraposto ao de integração sistémica, completa a dupla perspectiva proposta por Lockwood (1964) – a dos sistemas e a da agência – para a análise sociológica da mudança social. Nesta instância, dá-se primazia à relação de cooperação ou conflito entre atores num dado contexto espaço-temporal sob uma perspectiva da agência orientada pelo binómio ordem/desordem (Mouzelis, 1997). Altos níveis de integração social, no sentido de Lockwood, serão atingidos quanto mais indivíduos se encontram incluídos num ou mais sistemas sociais. No entanto, o contrário também é válido, e na medida em que a exclusão é sempre uma possibilidade (Braeckman, 2006), os níveis de integração

ordem social (aparentemente) sucedânea do seu oposto (i.e., o(s) totalitarismo(s) do séc. XX).

O novo arranjo sistémico começa por promover e assistir a uma expansão económica, demográfica e sociocultural sem precedentes – o que justifica o epíteto dos “trinta [anos] gloriosos” (Cf. Laville, 2008) – catalisada, sobretudo, pelo aumento dos excedentes de capital obtidos através investimentos produtivos na indústria e ainda, de forma mais ou menos automática, por via de um crescimento demográfico inédito²⁷. Sabemos, todavia, que a mudança de estados é uma característica intrínseca (à complexidade) dos sistemas sociais (Castellani, 2009) e, portanto, o grau de equilíbrio sistémico que cada espaço-tempo pode alcançar nunca se sustenta por muito tempo.

Com efeito, a instabilidade no sistema-mundo, mais visível a partir da década de 1960, releva-se a partir da emergência de novas dinâmicas na sua hierarquia centro-periferia, grande parte delas contra-hegemónicas²⁸, cuja ameaça direta ao Mercado, isto é, à deslocação geográfica flexível do capital anteriormente assegurada pelos padrões institucionalizados de transferência de excedentes da periferia para o seu centro (Harvey, 2001), se soma à perspetiva de recrudescimento de conflitos bélicos latentes, ou mesmo manifestos (e.g.: Guerra da Coreia 1950-1953 e Guerra do Vietname 1963-1973).

social (ie. cooperação com a ordem social) baixarão correlativamente às possibilidades que os indivíduos percecionam de serem incluídos pelos sistemas sociais. Nesse ponto, novas formas de integração sistémica são requeridas de forma ora a propiciar novas oportunidades de inclusão, ora a estancar as dinâmicas encadeadas de exclusão.

²⁷ Segundo Piketty (2013: 128), a população mundial progride 1,9% ao ano entre 1950 e 1970, um “recorde histórico absoluto” que equivale, teoricamente e segundo a lei do crescimento acumulado, a uma taxa de crescimento geracional (trinta anos) de quase 80%.

²⁸ De entre as quais se podem destacar (a) a recuperação económica das antigas potências coloniais arrasadas na II Guerra Mundial, nomeadamente a França, a Alemanha e o Japão; (b) a ascensão do complexo interestatal afeto à União Soviética e consequente período de conflito latente com os EUA (i.e. “Guerra Fria”); (c) o surgimento do Movimento dos Não-Alinhados, através de uma primeira conferência de líderes ocorrida em Bandung, Indonésia (1955), enquanto ação diplomática agregadora de países periféricos e recém-independentes em torno de uma agenda de equidistância perante as potências centrais então em disputa.

Adicionalmente, a regulação macroeconómica deste espaço-tempo estrutural coincide com níveis historicamente baixos de capitalização imobiliária e bolsista (Piketty, 2013) o que se reflete em fortes constrangimentos ao Mercado, aos seus interesses estratégicos e, de um modo perfeitamente nuclear, ao seu princípio constitutivo de distribuição desigual dos recursos (Cf. Anexo G).

Sobre este pano de fundo, os padrões de integração social encetam uma trajetória descendente, sendo acompanhados de uma agudização da consciência crítica face a diversos paradoxos socioculturais. Como por exemplo (quicá o mais ilustrativo e atual) a segregação racial nos EUA, que de questão *de facto* e *de jure* passa, especialmente a partir da década de 1950, a constituir-se como tensão fundamental de uma sociedade formalmente livre que não reconhece direitos a certos membros da sua Comunidade.

Sem surpresa, este statu quo redundará numa série de incompatibilidades sistémicas que anunciam um espaço-tempo transformacional, isto é, o “breve, muito raro, momento de mudança fundamental (...) de bifurcação no qual uma nova ordem irá emergir do caos”, e que surge “quando um sistema histórico exauriu os mecanismos para se reequilibrar, extinguiu a eficácia dos ritmos cíclicos e afastou-se de tal forma do equilíbrio que as oscilações se tornam selvagens e imprevisíveis” (Wallerstein, 1997: 6).

É então que se propicia a emergência de uma “nova questão social”, sucedânea da original “questão social” do primeiro quartel do séc. XIX (*vide* Anexo H), mas geradora de processos e características diferentes. De acordo com Jürgen Habermas, a “nova questão social” tem subjacente a seguinte premissa:

“(…) uma incompreensão relativa à causa por que a vida do indivíduo, não obstante o alto grau de desenvolvimento tecnológico, continua a estar determinada pela imposição do trabalho profissional, pela ética da competitividade no rendimento, pela pressão da concorrência de estatuto, pelos valores da coisificação possessiva e pelas satisfações substitutivas oferecidas, e da causa por que se mantém a luta institucionalizada pela existência da disciplina do trabalho alienado e da alienação da sensibilidade e da satisfação estéticas.” (Habermas, 1987: 91-92).

Construída a partir da (teoria) crítica às instituições das sociedades centrais do sistema-mundo, a “nova questão social” parece situar-se, como o excerto aponta, e também como defende Gamson (1991), nos interstícios entre o nível individual e a sociedade, a partir de um plano sociocultural e simbólico eivado das suas próprias distinções.

Conjetura-se que os baixos níveis de desigualdade económica e a afluência de que gozaram largas camadas sociodemográficas passaram, a partir de certo ponto, a representar uma compensação curta, e de certa forma incompreensível, face aos efeitos psicossociais do advento de uma sociedade fortemente disciplinar (O'Neill, 1986), tendente à construção do indivíduo conformista, domesticado, acrítico, unidimensional (Marcuse, 1991).

Ou, se quisermos utilizar outros termos, a ordem social do pós-II Guerra Mundial, tendo sido imposta (e coadjuvada pelo aperfeiçoamento das tecnologias de vigilância, controlo e punição) de formas crescentemente opressoras (porque punitiva de qualquer transgressão aos padrões normativos de dominação) e omnipresentes (porque suportada por uma racionalidade técnico-científica aplicada a processos de administração racional da vida), parece ter orientado um processo social, amplo e generalizado, de empobrecimento das dimensões imateriais e simbólicas da vida (Fernandes, 1992)²⁹.

É então que, nas décadas de 1950, e sobretudo de 1960, novos sujeitos históricos emergem sob a forma de “coletividades agindo com um certo grau de organização e continuidade fora de canais institucionais ou organizacionais, com o propósito de desafiar a autoridade” (Snow, Soule & Kriesi, 2004: 11).

Tidos como capazes de mudar os termos do contrato social e, através dele, reformar tanto o Estado quanto a Comunidade (Cf. Anexo G), a estes sujeitos históricos chamaram-lhes *Novos movimentos sociais* (NMS) (e.g. Cohen, 1985; Melucci, 1985),

²⁹ Como o seguinte excerto descreve: “(...) da esfera laboral, os conflitos deslocaram-se para o mundo da cultura, da socialização e da integração social. Os fatores detonadores não são propriamente a desigualdade na distribuição dos rendimentos, mas sobretudo as questões relacionadas com o estilo de vida, a realização individual, a generalização da cidadania, com a consequente garantia da igualdade de direitos e a possibilidade efetiva de participação em todos os níveis da vida social” (Fernandes, 1992: 21).

distintos no que se refere às suas estruturas organizativas, meios de luta política e objetivos propostos, face àqueles que lhe preexistiam e/ou se encontravam institucionalizados noutros sistemas sociais, nomeadamente os partidos políticos, ou os movimentos operários e sindicais³⁰.

Perseguindo objetivos sobretudo de ordem ético-moral, sociocultural, política e simbólica (Melucci, 1985), e energizadas por uma Arte cada vez mais popular e crítica do statu quo (Bell, 1976; Jameson, 1996), algumas das suas ações coletivas (e.g. Marchas, boicotes, eventos culturais, etc.) – as quais, lembra Melucci (1985), não eram até então considerados como meios legítimos de mudança social – focaram-se mais no reconhecimento e usufruto pleno de direitos e liberdades de determinados grupos, como os afro-americanos ou a população LGBT (Cohen, 1985), enquanto outras pareciam ter como preocupação central a mudança cultural de largo espectro (Bell, 1976), e daí a profusão de movimentos estudantis, pacifistas ou ecologistas.

Pode dizer-se que, tomadas no seu conjunto, todas estas ações coletivas ajudaram a precipitar a entrada do sistema-mundo num novo espaço-tempo transformacional – que consideramos no contexto deste trabalho ter tido o seu pináculo e opúsculo no período histórico entre 1968-1973 – durante o qual numerosas erupções populares e estudantis, cobrindo todas as zonas geopolíticas do globo, consubstanciam aquilo que pode ser descrito como uma revolução mundial (Wallerstein, 2011).

O seu alcance e magnitude, manifestando-se evidentemente em mudanças sistémicas que se lhe seguiram, deram efetivamente uma “nova face” ao Pós-II Guerra Mundial, mas nem por isso mais risonha (Lipovetsky, 1989). Procurando um sumário apropriado para o que então se vivia e sentia, encontramos-lo nas palavras de Richard Sennett:

³⁰ Numa análise tributária dos trabalhos de Alain Touraine, Cristina Nunes (2014: 136) elucida-nos quanto a esta distinção ao afirmar que “Tal como o movimento operário foi o produto da sociedade industrial, os “novos” movimentos seriam o resultado da sociedade pós-industrial ou programada, em que os principais conflitos sociais já não girariam à volta da divisão capital/trabalho, do controlo dos meios materiais de produção e da dicotomia de classes, mas da produção simbólica de bens, da informação e da cultura. Os novos movimentos sociais são animados por uma miríade de identidades, oriundas maioritariamente das classes médias, em que a rejeição das orientações culturais da sociedade substitui a contestação da privação e a defesa do bem-estar económico.”

“Na década de 1960 — essa época lendária de liberdade sexual e livre acesso às drogas — jovens radicais imbuídos de seriedade tomavam como alvo as instituições, especialmente as grandes corporações e os governos inflados, que por seu tamanho, sua complexidade e sua rigidez pareciam prender os indivíduos numa tenaz de ferro. Os insurgentes da minha juventude acreditavam que, desmontando as instituições, seriam capazes de gerar comunidades: relações pessoais diretas de confiança e solidariedade, relações constantemente negociadas e renovadas, um reino comunitário no qual as pessoas haveriam de tornar-se sensíveis às necessidades umas das outras. Não foi, certamente, o que aconteceu.” (Sennett, 2006: 11-12)

Não aconteceu, certamente porque tal conjunto de possibilidades foi, digamos, tornado menos possível do que outros. Embates foram dirimidos, discursos construídos, à medida que se ia desenrolando o ciclo ideológico³¹ que cobriu todo o espaço-tempo transformacional, antecedendo-o e sucedendo-o temporalmente. Vejamos então, de forma brevíssima, como a “nova questão social” foi disputada no plano das ideologias.

1.1 A “nova questão social” no ciclo ideológico do pequeno séc. XX

Se aceitarmos, com Wallerstein (1997), que os ciclos ideológicos têm uma duração cronológica superior aos espaço-tempo transformacionais, não é descabido defender que a disputa de mundivisões antecede o período de 1968-1973. Nesta vertente, já aflorada, destacam-se os movimentos e referências intelectuais feministas, anticoloniais e/ou anticapitalistas das décadas de 1950 e 1960 que, criticando os padrões sistémicos de opressão, fundamentam aquilo que, nas sociedades centrais do sistema-mundo,

³¹ Na aceção de Wallerstein (1997: 4-5), estes são “ciclos que ocorrem dentro do funcionamento de sistemas históricos particulares e que são efetivamente mecanismos regulatórios destes sistemas. (...) tendem a apresentar marcadores ideológicos, refletindo divisões definidas no âmbito das normas geoculturais do sistema histórico em questão (...) cuja função é a de [ajudar-nos a] perceber os padrões repetitivos de um sistema (...) limitado no tempo e espaço.”.

começa, com grande vigor, a construir-se enquanto “Nova Esquerda” (Breines, 1982; Keucheyan, 2013).

Num olhar mais minucioso, a produção intelectualmente sofisticada da Teoria Crítica (Cf. Introdução), desenvolvida pelo seu centro aparentemente mais produtivo – a chamada Escola de Frankfurt (Cf. Arato, 1985) – forneceu, em larga medida, o aparelho conceptual necessário a uma crítica das sociedades industriais avançadas, que ainda hoje perdura sob tantas designações e matizes, como por exemplo o Pós-Colonialismo (Young, 2001) ou as Epistemologias do Sul (Santos, 2009).

No âmago dos sentidos heterogêneos, e manifestações disruptivas, do ciclo de 1968-1973 encontra-se, segundo o diagnóstico da *Nova Esquerda*, uma “crise” de legitimidade da ordem social do Pós-II Guerra Mundial (Habermas, 1999), marcada por uma transferência dos conflitos sociais da esfera do Economia (e do Trabalho) para outros domínios da sociedade, como a Arte (Arato & Gebhardt, 1985).

Contudo, a ressonância significativa que esta matriz político-ideológica teve nos NMS pode dever-se ao facto de, enquanto ideologia *em si*³², e a partir das concepções de poder de Gramsci, ou do estruturalismo de Althusser, ter construído uma forte oposição ao Estado contemporâneo (Keucheyan, 2013).

Uma vez que este sistema foi ali visto como sede das configurações de poder vigentes, e parte inadimplente da atualização pós-II Guerra Mundial do contrato social advindo do séc. XIX (cf. Anexo G), tal como, de resto, encontramos na reflexão de Boaventura de Sousa Santos, que reproduzimos parcialmente:

“(…) a crise adveio do questionamento radical do conteúdo tanto social como democrático do contrato social subjacente aos Estados sociais-democráticos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Para o movimento estudantil – a que

³² Zizek (2012) auxilia-nos, recuperando a fórmula hegeliana que distingue ideologia em si (um composto de ideias, crenças e conceitos destinados a convencer sobre a verdade), de ideologia para si (a ideologia materializada em práticas, rituais e instituições), e ainda de ideologia em si e para si (quando a ideologia se converte numa rede implícita, *quasi-espontânea*, de atitudes e práticas sociais que favorecem a reprodução das relações de dominação).

logo viriam juntar-se os movimentos feminista e ecológico –, o contrato social, ao contrário daquilo que aparentava, visava, de facto, excluir e não incluir. Excluía por completo grandes grupos sociais (como as minorias e os imigrantes) e questões sociais importantes (como a diversidade cultural e o ambiente) (...) Por outro lado, tudo isto se tornara possível porque a democracia não conseguira cumprir a sua promessa de construção de sociedades livres e iguais (...) Foi uma crise de legitimidade porque foi uma crise do governo baseado no consenso, dominando a contestação política em todo o Norte durante a primeira metade da década de 1970” (Santos, 2005: 11).

Enquanto isso, parecia subsistir a crença, especialmente nalguns círculos marcusianos, de que o potencial produtivo do Mercado, apoiado pela Ciência e progresso técnico-científico, poderia ainda demonstrar, na prática, que as necessidades e potencialidades dos indivíduos são realizáveis no seu âmbito; desde que, evidentemente, uma mutação (emancipatória) nos marcos institucionais do Estado pudesse ocorrer, assim alterando o rumo e direção do progresso civilizacional (Marcuse, 1991; Habermas, 1987).

Sucintamente apresentado o núcleo substantivo de uma das correntes ideológicas envolvidas no ciclo ideológico em análise, passamos à adversária que, por sinal, se encontra ativa e a laborar há mais tempo ainda.

Dedicada à renovação e aprofundamento do Liberalismo clássico, e com raízes desde os anos 1930 – altura em que se discutiam ideias sob o epíteto de “ordoliberalismo”, levado até ao evento decisivo de 1947 que é a conferência do Monte Pèlerin – ela viria a originar aquilo que se convencionou chamar de Neoliberalismo (Cf. Mirowski, 2009). Os seus fundamentos, ampla e precocemente abordados por Foucault (2008b), podem aqui ser explanados, como *ideologia em si*, em três pontos.

Primeiro, as fronteiras de sentido e funções do Estado devem ser reconfiguradas (na direção da sua pronunciada e efetiva redução) para que o seu papel deixe de ser o de mecanismo compensatório das disfuncionalidades do Mercado, e se transforme numa garantia (e condição sociohistórica *sine qua non*) da propriedade privada e das relações no Mercado, assegurando, quer pela Lei, quer pelo acionamento dos seus aparelhos

repressivos e ideológicos, como diria Althusser (1970), que todos os agentes e instituições operam segundo as regras do Mercado e que as práticas e tendências anti-competitivas são erradicadas.

Segundo, o Mercado (e os modos de produção capitalistas) deve manter-se nos seus princípios institucionais básicos, mas as suas crises anteriores devem ser corrigidas, contidas ou deslocalizadas quer através de novos e flexíveis métodos e mecanismos de acumulação (Harvey, 2011, 2014), quer através da introdução de melhorias aos mecanismos e regulações estatais, especialmente no que toca às políticas monetárias e medidas potenciadoras da geração de mais-valias absoluta e relativa³³.

Terceiro, se existem áreas onde o Mercado não está presente, tais como os serviços de Educação, Saúde, ou Segurança Social, anteriormente enquadrados enquanto serviços públicos universais, então deve a sua presença ser introduzida ou facilitada numa óptica de “descentralização” que, obviamente, segue um padrão: “do político para o técnico; da participação popular para sistemas de peritos; do público para o privado; do Estado para o mercado” (Crozier et al., 1975, *cit in* Santos, 2005: 12).

Qualquer breve relance permitiria afirmar que alguns dos processos de (des)integração que apontámos na secção anterior são acomodados, neste quadrante ideológico, na asserção de que o Mercado e respetivo regime institucional macroeconómico de acumulação fordista carecia de um impulso para uma nova fase evolutiva, a ser conduzido sob renovadas premissas e assentes no aprofundamento das liberdades individuais.

Quando confrontados com o espaço-tempo transformacional de 1968-1973, os mais ilustres proponentes neoliberais interpretaram-no como evidência de que a

³³ Apoiando-nos na leitura de Harvey (2011) sobre estes fenómenos, entendemos que incrementos na mais-valia absoluta dizem quase sempre respeito a decisões que reduzem os custos relativos à mão-de-obra, por exemplo aumentando as horas de trabalho, mas mantendo o salário, ou reduzindo o salário real, ou ainda correlacionando de forma menos pronunciada o aumento da produtividade com o aumento salarial da força de trabalho. Quanto às estratégias de mais-valia relativa, assume-se que o Mercado se apropria das inovações tecnológicas e desenvolve novos métodos organizacionais no sentido da redução de custos por via do aumento da eficiência, da deteção atempada de erros de produção, ou do controlo mais apertado das tarefas.

Humanidade aspirava a viver numa sociedade individualista, livre e meritocrática, o que requeria uma minimização do tamanho e influência de uma parte das estruturas regulatórias, bem como uma maximização da possibilidade e variedade de escolha. Tal só poderia acontecer, por ali se pensava, por intermédio da reconfiguração das fronteiras do Estado, e da expansão ilimitada do Mercado.

A seu tempo, uma sucessão de crises macroeconómicas viria a desencadear o *ruído* que, reclamando o palco para a formação de sentidos no ciclo ideológico, atingiu de forma mais efetiva o epicentro do sistema-mundo: (a) Em 1971, o presidente dos EUA Richard Nixon decretou nula a convertibilidade entre o dólar e o ouro como resposta a uma crise monetarista, com isso, efetivamente reduzindo o acordo de “Bretton Woods” a letra-morta; (b) Um pouco mais tarde, a crise petrolífera de 1973, agravada por (c) mais um conflito bélico no Médio Oriente no mesmo ano (*i.e.* a guerra do “Yom Kipur”), viria a agudizar ainda mais estas condições estruturais, ao impor um horizonte sombrio (embora distendido no tempo) ao paradigma energético baseado na exploração e utilização massiva de um recurso natural finito; e, ainda no decorrer da década de 1970, (d) novos atores transnacionais (E.g.: Fundo Monetário Internacional) emergem a reboque da urgência em aplacar níveis galopantes de inflação, para construir tecnicamente as políticas económico-monetárias e sociais julgadas necessárias.

Considerando que o ruído ambiental é “categorizado e elaborado devido aos critérios da relevância, da proximidade, do interesse, da capacidade axiológica, que são internos ao sistema” (Luhmann, 2005b: 85), parece claro que, a dado ponto, o debate sobre putativas soluções para as diversas crises ficou ao dispor dos peritos, técnicos e especialistas dos sistemas técnico-científicos, tidos como os mais capazes de fornecer, às sociedades e suas relações de trabalho/poder, propostas decisivas e eficazes, com um carácter racional e, por isso, de disposição *necessária* (Giddens, 1991; Habermas, 1987).

Assim, também pelo seu valor performativo intrínseco, naturalmente, mas sobretudo pela dispensa de deliberações democrática e culturalmente mediadas, a racionalidade cognitivo-instrumental dos sistemas científicos volta a ser chamada a operar e a justificar (ideologicamente) o progresso da Humanidade (Habermas, 1987; 1999).

Neste contexto, não se pode deixar de mencionar a “guinada” positivista no seio das ciências em geral, e das ciências económicas em particular, a partir do momento em que a Ciência redescobriu e consagrou o modelo de racionalidade modelado a partir das ciências ditas exatas, no qual a imaginação se subordina à observação (Comte, 1990: 90-91, *cit in* Correia, 2004). Aqui, a hegemonização do pensamento económico clássico de Hume, Ricardo, Hobbes ou Smith – reinterpretado por autores neoclássicos como Ludwig von Mises ou Friedrich Hayek – estabeleceu uma ortodoxia que perdura no tempo (Leeson, 2000), nomeadamente na epistemologia das ciências económicas e sob a forma de uma tríade de axiomática (cf. Capítulo 3) composta pela equilibração metodológica, pelo individualismo metodológico, e ainda pelo instrumentalismo metodológico (Varoufakis & Arnsperger, 2009).

Com efeito, a *semantização* que produziram, isto é, os argumentos e interpretações por si propostos³⁴, ganharam suficiente amplitude comunicativa, nas sociedades centrais do sistema-mundo, para ser exteriorizada uma nova ordem social, tecnicamente legítima e ideologicamente suportada, para o pós-1973.

Ao aproveitar a oportunidade histórica para capturar um debate tecnocrático, o conjunto das observações neoliberais – um híbrido de doutrina económica com programa político (Bourdieu, 1998) – foi selecionado (julgamos que para lá de quaisquer dúvidas) para “resolver” as múltiplas crises de 1968-1973, esvaziar a crítica contra-cultural dos anos 1960 (Jameson, 1996) e, finalmente, consumir a “revolução conservadora que ratifica e glorifica (...) o retorno do capitalismo radical sem qualquer outra lei que não o do retorno do máximo lucro” (Bourdieu, 2001: 35, *cit in* Garrett, 2010).

³⁴ “Semantização” é, a partir de (Luhmann, 2005b) uma diferença operativa dos sistemas que se traduz na seleção sistémica de um dado sentido para uma dada contingência histórica. Implica, portanto, a “escolha” de um determinado curso ou possibilidade de ação no horizonte futuro que, ao mesmo tempo, nega às restantes opções (informações e “interpretações”) a possibilidade de serem atualizadas no processo de evolução sistémica. Na origem do fenómeno encontramos a aceção de “as fronteiras entre sistemas serem de ordem puramente ‘semântica’” (Santos, 2005b: 145).

Por um lado, a fragmentação das forças ideológicas da *Nova Esquerda* (cf. Katsiaficas, 1987) e consequente pulverização das alternativas, acompanhada da naturalização da lógica do Mercado, fazem da sua primazia uma “realidade” (Fisher, 2009) avidamente integrada pelos seus líderes-decisores³⁵.

Por outro, o Estado, que se torna neoliberal, assume uma faceta recorrente: o de servir de veículo para a reconfiguração em marcha das relações e estruturas de poder, tornando-se um intermediário e facilitador, justamente, de uma ordem social encimada pelo Mercado³⁶ (Block, 1987; Poulantzas, 1976). Como reforça Habermas (1999: 95), “no que diz respeito à sua função [ndr. do Estado], serve a persistência: só na medida em que o Estado complementa o Mercado pode, para este, ser instrumental”. E, numa perspetiva redutora, mas nem por isso falsa, foi mesmo um sentido instrumental aquele que desencadeou e moldou, juntamente com os discursos e práticas discursivas que o fundamentam, o macroprocesso de desregulamentação/re-regulamentação no sistema-mundo necessário à transição do fordismo para um regime de *acumulação flexível* (cf. Harvey, 2001).

De entre as primeiras, e mais duradouras emergências trazidas pelo novo regime, contam-se as políticas dirigidas à (re)comoditização do Trabalho (Burawoy, 2013), que tiveram como consequência imediata o aumento abrupto do desemprego e das situações de sub-emprego, particularmente no centro do sistema-mundo (Hall, 1978).

Assim, e à primeira vista, o primeiro obstáculo da nova ordem social do pós-1973, ao nível da integração social, centra-se no Trabalho e, mais especificamente, na inclusão socioeconómica dos contingentes afetados pelo previsível e previsto (e, com distância histórica, pode dizer-se factual e endémico) aumento do desemprego, pobreza e

³⁵ Como é sabido, “*Greed is Good*” passa a ser o mantra e bússola institucional de qualquer CEO digno desse título, especialmente a partir do artigo de Milton Friedman, reputado neoliberal, numa edição da revista New York Times em 1970, apropriadamente intitulado “The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits”.

³⁶ Não esqueçamos que o Estado *moderno*, tal como versões suas mais arcaicas, se encontra fortemente dependente da manutenção de um nível razoável de atividade económica na sua “jurisdição”, o que por sua vez é (cada vez mais) determinada pelas decisões tomadas no âmbito do Mercado, facto que parece constituir um incentivo *quasi*-perenial à aplicação de medidas políticas e fiscais àquele favoráveis (Block, 1987).

desigualdades. Como defende Richard Sennett (2006: 127), a insegurança laboral “não é apenas uma consequência indesejada das convulsões do mercado, estando na verdade programada no novo modelo institucional.”.

Deve ser enfatizada a noção de que perdura, permanece (e, em certo sentido, até se agrava) a necessidade de compensar ou mitigar as disfunções propiciadas pelos arranjos sistêmicos em vigor, sem que os sintomas das disfunções prévias tenham desaparecido propriamente.

A tarefa parece hercúlea, mas relembra-se que uma característica comum às duas correntes ideológicas, apresentadas enquanto opositoras no ciclo ideológico analisado, é que ambas apontam, embora com diferentes graus e nuances, o Estado como o principal “culpado” pelas incompatibilidades sistêmicas verificadas no espaço-tempo estrutural do Pós-II Guerra Mundial. Então, se o cerne problemático da “nova questão social” foi efetivamente deslocado para o terreiro do Estado, esse passou a ser o sistema social mais carente de operações sistêmicas tendentes à resolução da crise (ou à redução da sua complexidade), aquele para quem todos os olhares se focam, à espera de ver uma evolução do marco institucional propiciadora de dinâmicas de integração social menos conflitantes e mais cooperativas.

Não obstante, trata-se do mesmo Estado que se encontra impedido de insistir na prossecução de um modelo de integração sistémica tendente ao equilíbrio, já para não falar do exercício de anteriores funções a si adscritas, em virtude dos resultados do ciclo ideológico, e das seleções que vão tomando um determinado rumo histórico. O Estado encontra-se em processo de conversão neoliberal, assumido como instrumental para a expansão do Mercado.

Numa primeira fase, a reboque e em nome de um “discurso forte, que se é tão forte e tão difícil de combater é porque dispõe de todas as forças de um mundo de relações de força que ele contribui a fazer tal como é” (Bourdieu, 1998), assiste-se a uma imensa pressão para que sejam privatizados os subsistemas de segurança social e providência (colocando-os a funcionar em lógicas próximas dos seguros privados ou das taxas de utilização), para que sejam impostos cortes orçamentais substanciais nos serviços

públicos que ainda subsistem na sua alçada (tais como a Educação, a Saúde ou os Transportes), ou para que se restrinjam ou eliminem as mais variadas prestações sociais.

Assim que o neoliberalismo logrou transitar para a sua fase de *ideologia para si*, beneficiando de resultados favoráveis nas urnas eleitorais – os dois exemplos mais esclarecedores e commumente citados são porventura os de Margaret Thatcher, eleita Primeira-ministra do Reino Unido pelo Partido Conservador em 1979, e o de Ronald Reagan, eleito Presidente dos EUA pelo Partido Republicano em 1981 – foi, de facto, observada uma redução significativa das transferências de recursos financeiros estatais destinados à provisão dos chamados bens públicos, ou quase-públicos³⁷, caracterizados pela não-lucratividade, não-exclusividade e pela não rivalidade (cf. Almeida, 2010).

Tendo em conta este cenário evolutivo macro, é lícito afirmar que uma função social anteriormente adscrita ao Estado ficou, ao que parece, seriamente comprometida e, em última análise, carente de um sistema social apropriado e especializado.

Poderia a Comunidade ocupar este espaço deixado vago? Dificilmente, do nosso ponto de vista, já que a reconstrução discursiva, retrospectiva e seletiva da “nova questão social” implicou assumir que o espaço-tempo transformacional de 1968-1973 foi um período de desordem generalizada, no qual o sistema-mundo “afastou-se de tal forma do equilíbrio que as oscilações se tornaram selvagens e imprevisíveis” (Wallerstein, 1997: 6).

Dito de outro modo, reiterando o facto de que “toda a explicação de como algo é como é, e não é de outro modo, pressupõe uma prévia apreensão e exclusão de todas as outras possibilidades” (Luhmann, 2005b: 90), havia que classificar o largo espectro de práticas sociais daquele espaço-tempo como dissidentes, isto na expectativa de alguma ordem social poder vir a ser construída.

³⁷ Isso mesmo aconteceu nos EUA (no seguimento do primeiro orçamento aprovado por Reagan, pouco tempo depois de assumir posse como Presidente) quando Salamon e Abramson (1982) revelam que os custos das novas políticas públicas representam uma potencial perda direta de 33 mil milhões de dólares em transferências federais, bem como uma retração do Estado Federal na provisão de serviços que, podendo ascender a 115 mil milhões de dólares, deveriam somar-se a um aumento da procura pelos mesmos.

Então, como refere Santos (2005: 12), “o foco, antes centrado na incapacidade do Estado para fazer justiça aos [NMS] e às suas exigências, passou a centrar-se na necessidade de conter e controlar as reivindicações da sociedade relativamente ao Estado”, parecendo certo que as práticas alternativas experimentadas, nomeadamente pelos NMS, não poderiam nunca ser selecionadas no processo de atualização sistémica. Contudo, se a (re)estruturação Estado/Comunidade por aqueles pretendida se torna inviável pela derrota ideológica que lhe atribui um carácter transgressor e, portanto, extirpável, tal não quer dizer que ambos os sistemas não tivessem de ser reconfigurados nos seus próprios sentidos, ou que, e talvez de maior importância, a relação intersistémica entre os dois não tivesse de ser fundamentalmente alterada.

Ora, na nova ordem social, despolitizada e sob influência neoliberal, a crescente individualização, longe de ser novidade – já Durkheim, Simmel e Weber a haviam elevado a pedra-de-toque do diagnóstico sociológico da Modernidade (cf. Honneth, 2004) – instila a noção de que a (crescente) pobreza coletiva é resultado de um deficit individual (Rodger, 2012), assim acompanhando e exacerbando a atomização da Comunidade, como diria Bauman (2003). Aliás, seguindo a linha de raciocínio deste autor, pode mesmo afirmar-se que, ao ritmo que a(s) Comunidade(s) “se tornam cada vez mais dispensáveis (...) com o [consequente] enfraquecimento sucessivo dos laços nacionais, regionais, comunitários, de vizinhança, de família e, finalmente, dos laços que nos ligam a uma imagem coerente de nós mesmos” (Stein, 1960 *cit in* Bauman, 2003: 48), constituem-se os sujeitos-identidade³⁸ que “não conseguem perceber o que ganhariam permanecendo na e com a comunidade que já não tenham obtido por conta própria ou ainda esperam assegurar por seu próprio esforço” (idem: 50).

³⁸ Neologismo inspirado naquilo que “liga o indivíduo a uma identidade, impõe sobre ele uma verdade que ele próprio tem de reconhecer e que outros reconhecem nele” (Foucault, 1982: 212, *cit in* McNay, 2009). Sobre a relação com as dinâmicas na Comunidade, encontramos em Bauman (2003: 20) a seguinte passagem: “Como observou recentemente Eric Hobsbawm, ‘a palavra ‘comunidade’ nunca foi utilizada de modo mais indiscriminado e vazio do que nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico passaram a ser difíceis de encontrar na vida real’ (...) Jock Young faz uma glosa sucinta e pungente da observação e comentário de Hobsbawm: ‘precisamente quando a comunidade entra em colapso, a identidade é inventada’”.

Nestas condições, não só é difícil conceber a possibilidade de uma energia generativa dos recursos necessários à ocupação, por si só, das funções sistêmicas vagas como, pelo contrário, julgamos que a Comunidade é observada neste espaço-tempo, tal como no séc. XIX (cf. Anexo G), não como um sistema emancipatório, mas como o locus reprodutivo da ordem social que se quer instalar, em parte porque as relações de poder que aí se impõem passam a contar, cada vez mais, com a atitude delegatória (e, por vezes, demissionária) dos seus membros que, em troca de um futuro superlativo e ordeiramente civilizado, invariavelmente sacrificam uma certa dose de liberdade no presente da existência (Santos, 2002).

Por conseguinte, quando se parte de uma problemática histórica e específica para declarar que existem “coisas que o mercado e o governo não estão a fazer, estão a fazer mal ou não fazem com frequência suficiente” (Levitt, 1972: 7 *cit in* McGill & Leland, 1975), tal não quer dizer, necessariamente, que é a Comunidade que deve preencher esse vazio. Significa apenas que o Estado, a dado ponto, se colocou na posição de estar “obrigado” a negociar funções sociais cuja provisão deixou a descoberto, uma vez que era de si que se esperava uma resposta resolutive das problemáticas emergentes da “nova questão social”.

Vejamos que resposta sistémica foi conjurada, pelo discurso e sob influência neoliberal, sabendo que a definição sistémica do que é porque há de ser, e do que não é porque não pode ser, foi necessariamente elaborada enquanto critério de legitimação e aceitação das relações de poder que, já então, se desenhavam no horizonte, e que visavam formar uma certa “ordem normativa geral capaz de organizar mundividências, modos de estar e de ser, facilitadores de uma obediência racionalizada e, como tal, livre” (Bastos, 2012: 266).

1.2 A emergência do “Terceiro Setor”, como sistema social funcionalmente diferenciado

Quando uma dada realidade observada se consubstancia num produto comunicacional, com conclusões racionalmente construídas e colocadas à disposição da interpretação,

diz-se que emerge um discurso; quando uma panóplia de discursos se debruça sobre tal realidade, pode conceber-se a existência de um campo discursivo (Van Dijk, 1998). Guiados pela aceção de que qualquer discurso é constituído como uma tentativa de dominar um campo discursivo, de parar o fluxo de diferenças, de construir um centro (Laclau & Mouffe, 1985), podemos começar por dirigir o nosso foco para a forma como esse centro foi construído para o campo discursivo (cf. Foucault, 1992), relativo à provisão de bens (quasi)públicos, logo após o espaço-tempo transformacional 1968-1973.

Primeiramente, houve alguns sussurros prévios, proferidos em círculos restritos por académicos como Amitai Etzioni, que o descreveu como “a mais promissora solução para os (...) problemas domésticos devido ao potencial para combinar o melhor de dois mundos: a eficiência e o conhecimento do mundo empresarial, por um lado, e o escrutínio e serviço público das democracias ocidentais, por outro” (Etzioni, 1972: 41).

Pouco depois, foi estabelecida no congresso norte-americano, em 1973, a “*Comission on Private Philanthropy and Public Needs*”, mais conhecida por “*Filer Commission*”, com o mandato de investigar e reportar sobre o estado geral das organizações (à data) isentas de impostas³⁹ por via do seu carácter fundacional, filantrópico, caritativo ou, de uma forma mais geral, não-lucrativo.

Reconhecendo que a sua influência na provisão de serviços tinha um lastro histórico indelével, o impacto mais duradouro daquele relatório final, segundo alguns autores (Brilliant, 2000; Hall, 2006), reflete a sugestão de que aquelas organizações compunham não só um “setor” de atividade autónomo – o “terceiro”, depois do governo e das entidades privadas lucrativas – como um capaz de assumir, mesmo tendo em conta uma

³⁹ A este respeito, a “Filer Commission sucede-se a, e elabora, uma outra iniciativa governamental com profundos impactos para o eventual estabelecimento do TS, de base norte-americana: a “*Commission on Foundations and Private Philanthropy*”, também conhecida por “*Peterson Commission*”, dedicada à melhoria do funcionamento e transparência das fundações privadas nos EUA, bem como ao estabelecimento de um regime fiscal capaz de providenciar mais incentivos e oportunidades às atividades filantrópicas e caritativas. Para uma resenha histórica e comparada de ambas as comissões citadas, cf. Brilliant, 2000.

situação económica sob pressão, a provisão de serviços públicos até então providenciados pelo governo federal dos EUA.

Assim, o ponto nodal discursivo primeiro, aquele que organiza o discurso em redor de um significante ou ponto de referência central privilegiado (Rear, 2013), a expressão capaz de “unificar um determinado campo, constituindo a sua identidade” (Žižek, 1989: 95, *cit in* Rear, 2013) consistiu num TS coexistente com o Estado e o Mercado, assim posicionado como putativa solução para a “nova questão social”.

Em adição, pode dizer-se que esta noção de um espaço social autónomo, composto por um conjunto específico de organizações com “enraizamento histórico (...) dedicadas à intervenção social e com valores associados à solidariedade social, relevando as dimensões políticas, culturais e económicas da sua ação coletiva” (Quintão, 2011: 7), rapidamente se disseminou como parte integrante de uma nova visão para a regulação social.

Assim mesmo aconteceu também em Portugal, com a sua introdução ao mais alto nível regulatório, isto é, na Constituição da República Portuguesa, no Artigo 80.^{º40}, no Artigo 82.^{º41} que regula as suas estruturas organizacionais e no Artigo 85.^{º42} que define a

⁴⁰ Sob o cabeçalho “Princípios fundamentais”, lê-se o seguinte: “A organização económico-social assenta nos seguintes princípios: (...) b) Coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção.”

⁴¹ Partindo do pressuposto de que é “garantida a coexistência de três sectores de propriedade dos meios de produção. (...) O sector cooperativo e social compreende especificamente: a) Os meios de produção possuídos e geridos por cooperativas, em obediência aos princípios cooperativos, sem prejuízo das especificidades estabelecidas na lei para as cooperativas com participação pública, justificadas pela sua especial natureza; Alínea a) do n.º 4 do artigo 82.º alterada pelo n.º 1 do artigo 52.º da Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro, Quarta revisão constitucional (DR 20 Setembro). b) Os meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais; c) Os meios de produção objecto de exploração colectiva por trabalhadores; d) Os meios de produção possuídos e geridos por pessoas colectivas, sem carácter lucrativo, que tenham como principal objectivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista. Alínea d) do n.º 4 do artigo 82.º aditada pelo n.º 2 do artigo 52.º da Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro, Quarta revisão constitucional (DR 20 Setembro).

⁴² Acerca das “Cooperativas e experiências de autogestão (...) 1 – O Estado estimula e apoia a criação e a actividade de cooperativas. 2 - A lei definirá os benefícios fiscais e financeiros das cooperativas, bem como condições mais favoráveis à obtenção de crédito e auxílio técnico. 3 - São apoiadas pelo Estado as experiências viáveis de autogestão. Artigo 85.º renumerado pelo artigo 55.º da Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro, Quarta revisão constitucional (DR 20 Setembro). Redacção do anterior artigo 86.º,

natureza das relações a manter com o Estado. Note-se ainda o facto curioso desta ideia se ter implantado na mais elevada estrutura regulatória de um país como Portugal, antes mesmo do seu significante ser propriamente disseminado, uma vez que, pelo menos na Europa, e segundo Kendall (2000, *cit in* Ferreira, 2009a), o termo surge no Reino Unido apenas em 1978, também num relatório governamental, intitulado “*The Future of Voluntary Organisations*”.

Apenas um ano mais tarde, foi publicado em França um estudo da autoria de Jocelyne Gaudin e Jacques Delors – o último viria a ter uma carreira política longa e influente, especialmente no que diz respeito à construção da agora denominada União Europeia – denominado “*Pour la création d’un troisième secteur coexistant avec celui de l’économie de marché et celui des administrations*” (Delors & Gaudin, 1979, *cit in* Bidet, 2000), que se afirmou como um verdadeiro documento-bússola, não só para a configuração de um sistema de significados particular, como para a evolução de um TS atento às especificidades europeias.

Embora certamente fruto de uma aprofundada “reflexão acerca do papel do Estado e da sua interação com aquelas organizações” (Quintão, 2011: 7), o TS *emerge* no centro do sistema-mundo, sobretudo, enquanto tentativa de dominar um campo discursivo em formação, isto é, como proposta (portanto, em disputa com outras) de resolução para uma dada problemática, selecionada a partir de observações particulares e prescrita com base em novas relações de poder – e aqui, já o sabemos, o discurso é sempre poder a ser mobilizado (Foucault, 1992).

Repare-se que a emergência que notamos não ocorre por força de alterações materiais nos componentes a que se refere, nem se remete somente às organizações que servem de ponto de observação para os referidos textos (para)governamentais, uma vez que nem elas foram ali constituídas, nem a sua existência havia passado incólume pela história.

alterado pela Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de Setembro e renumerado pela Lei n.º 1/89, de 8 de Julho.

A novidade diferenciadora de que damos conta prende-se com o facto de ter sido o Estado – quiçá na sua qualidade de “banco de capital simbólico”, como apelida Bourdieu (1994: 122), e porque se encontrava na posição de (ter de) conceder legitimidade a outro (sub)sistema social que se afigurasse detentor das condições necessárias, tanto para a transferência das funções em causa, como para a sua consecução – a formar a hétero-referência que especializou, prospectivamente, um sistema social que, nesse momento, passou a ter um problema de existência⁴³ (Luhmann, 2005b).

Por outras palavras, assumimos que o Estado pôde especificar um curso de ação relativamente restrito para o TS – i.e. “resolver problemas sociais” – um fim determinado no passado, mas projetado num horizonte futuro plausível de ser construído (Luhmann, 2005b). E construído, diga-se, não como sub-integração, como havia acontecido com a Economia Social quase um século antes (cf. Anexo H), mas como experimentação de um novo modelo de integração sistémica para as sociedades centrais do sistema-mundo (outros modelos e subsistemas seriam posteriormente experimentados nas zonas periféricas⁴⁴).

No entanto, e uma vez que a observação peculiar e seletiva de um dado problema remete sempre, mesmo que somente no plano da expectativa, para uma dada capacidade resolutiva (Luhmann, 2005b), para o TS não bastou um simples enunciado para o soerguer como unidade de sentido e função (Vidal, 2017). Assim, modelo e sistema, como qualquer forma de organização social em processo de aquisição de

⁴³ De acordo com Luhmann (2005b: 86-87), “o problema da existência deve (...) referir-se a um sistema determinado (...) [onde] quase todos os acontecimentos do mundo se tornam irrelevantes, afora aqueles que fomentam ou afetam a preservação deste sistema”. Estamos em crer que o autor aponta para uma fase da evolução sistémica embrionária, uma vez que só posteriormente pode o problema ser deslocado e respondido “mediante determinação das propriedades sistémicas concretas”.

⁴⁴ Referimo-nos, neste caso, àquilo que viria a ser conhecido em território norte-americano como “*Foreign aid*” ou “*Foreign aid to development*”, dinamizado pela agência governamental USAID (<https://www.usaid.gov/>) e portador de uma renovada lógica de prossecução de política externa para a periferia mundial, num contexto pós-colonial, despoletada discursivamente pelo advento do conceito de “Desenvolvimento” e no seguimento do apelo de 1975 feito pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas aos “governos para adotar a participação popular como uma medida política básica para a estratégia nacional de desenvolvimento (...) encorajando o mais possível a participação ativa de todos os indivíduos e ONGs no Desenvolvimento, no seu processo, na formulação de objetivos e na implementação de planos” (Cohen & Uphoff, 1980: 213).

sentido próprio, tiveram de ser discursivamente comunicados enquanto coisa objetiva⁴⁵, e posteriormente legitimados por intermédio de “normas [de validade] que requerem justificação” (Habermas, 1999: 33).

Nessa senda, a autonomização do TS granjeou importantes aliados em observadores de segunda ordem. Por exemplo, Lundberg (1975: 473) caracteriza a solução encontrada não como uma “concessão” (presumivelmente, aos NMS) mas como uma resposta à “necessidade de decisões morais firmes por parte dos líderes” (idem); no mesmo tom, escreve que as Organizações do Terceiro Setor (OTS) “parecem representar uma importante manifestação contemporânea do centro responsável” (ibidem), saudando, portanto, a verificação de “uma reforma do sistema a partir de dentro, que previne a confrontação, evitando a polarização dos interesses instalados” (ibidem).

Menos reacionário, mas com igual ímpeto reformista, escreve Levitt (1972: 71 *cit in* McGill & Leland, 1975): “o velho Terceiro Setor procurou largamente suavizar as tensões causadas pelas operações dos outros dois setores (...) Agora há um novo [TS que] procura mudar as instituições que causam as tensões (...) preocupado com a reforma e a transformação social”.

Contudo, as fontes de legitimidade estendem-se para lá do simples comentário político. Após um primeiro processo de objetivação, deverão surgir, com toda a probabilidade a partir do sistema técnico-científico, algumas teorias “rudimentares” capazes de contribuir para a defesa das mudanças institucionais de larga escala decorrentes da diferenciação funcional de um novo (sub)sistema social e, de uma forma geral, para a legitimação do seu enquadramento na nova ordem social (Berger & Luckmann, 2004).

Tal como previsto pela teoria, até ao início da década de 1980 vimos surgir duas teorias económicas que servem esse propósito: A teoria dos bens públicos de Weisbrod (1975) e a teoria da falha do contrato de Hasman (1980) (cf. Almeida, 2010; Nyssens, 2000), tão

⁴⁵ Aqui, a objetivação diz respeito ao segundo estágio de um processo de institucionalização do conhecimento, tal como proposto por Berger e Luckmann (2004), no qual os produtos exteriorizados da atividade humana adquirem, após tipificação, um carácter autoevidente que favorece a sua transmissão a gerações futuras. Só a partir daí poderá o mundo ser “experimentado como realidade objetiva” (Berger & Luckmann, 2004: 86-87).

similares que a primeira pôde mesmo ser considerada “um caso especial da teoria da falha do contrato” (Hansman, 1987: 30, *cit in* Almeida, 2010⁴⁶).

Sobre a primeira elencada, escreve Vasco Almeida, numa excelente resenha (2010: 17-18) que “sendo talvez a mais citada, a teoria dos bens públicos veio a ter uma influência decisiva sobre as restantes abordagens que surgiram neste campo”, talvez porque, elaborando um momento discursivo – ou ponto de cristalização de significado afixado a um dado signo linguístico (Rear, 2013) – já anteriormente destacado, sustenta tecnicamente uma defesa da função do TS “para satisfazer uma procura residual que não é coberta nem pela provisão governamental nem pelo mercado” (*idem*).

Para além disso, e porque desenvolve o seu discurso a partir da observação de um conjunto de organizações que cumprem (ou podem vir a cumprir) com critérios formais que as demarcam quer das entidades governamentais, quer dos mecanismos mercantis, nomeadamente pela proibição estatutária de distribuição de lucros a fundadores ou a financiadores (Weisbrod, 1975), este reconhecimento do TS como realidade objetiva implicou não só a clara distinção entre sistemas sociais, como estabelece definitivamente os critérios de integração em vigência para o próprio, isto é, qualquer organização àquele pertencente tem de ser privada e não-lucrativa.

A segunda teoria elencada defende que as OTS são “formas não lucrativas [que] aparecem quando os mecanismos contratuais ‘normais’ falham” Almeida (2010: 23), delas se esperando uma aplicação mais transparente dos recursos que angariam ou recebem, supondo-se “que, contrariamente às empresas lucrativas, as ONL [ndr. organizações não-lucrativas], devido à restrição da não distribuição de lucros, não tiram qualquer vantagem das assimetrias de informação para enganar o consumidor não cortando, por exemplo, na qualidade do serviço prestado” (*idem*). Toda a teoria remata então, num característico tom formalista, que “quando os doadores têm confiança no

⁴⁶ Argumento concordante com a observação de Almeida (2010: 24): “(...) observa-se que a teoria da falha do contrato apresenta alguma convergência com a teoria dos bens públicos. Pode acontecer que o Estado, ao satisfazer a procura do eleitor médio, deixe de fora certas necessidades residuais (...) como as empresas lucrativas podem ter incentivo em desenvolver comportamentos caracterizados pelo oportunismo, os consumidores encontram proteção contra a exploração no seio de uma ONL.”

seu poder de monitorização, então, adquirem bens e serviços nas organizações do sector não lucrativo” (ibidem).

Através destes contributos podemos afirmar, sinteticamente, que o significado selecionado ou escolhido para este novo “setor de atividade” – tanto quanto “a comunicação é sempre uma ocorrência seletiva, o significado não permite outra coisa senão escolher e a comunicação é um processo de seleção” (Luhmann, 1998, *cit in* Correia, 2005: 330) – é aquele que desde logo o torna legítimo: os “consumidores” ali encontram uma providência de bens públicos que *não pode* ser providenciada noutro lugar, que *podem* confiar mais na qualidade dessa resposta face a outras possibilidades, e que *poderão* usufruir ali de maior liberdade, quer na definição dos conteúdos, quer nos modos de produção.

Assim se atesta, estamos em crer, que “a ordem institucional em expansão cria um correspondente manto de legitimações, que estende sobre si uma cobertura protetora de interpretações cognoscitivas e normativas” (Berger & Luckmann, 2004: 88). Porém, criar não significa necessariamente inventar.

A propósito, uma outra característica discursiva que se nos apresenta claramente, é que, materializando a pulsão de redução da complexidade própria dos sistemas sociais, as fronteiras de sentido do TS ganham forma pela apropriação, (re)construção e atualização de marcos comunicacionais e institucionais preexistentes. Há inúmeras razões que o justificam, muitas delas que remetem diretamente para as operações sistémicas de redução de complexidade, desde que se tenha em conta o que nos relembra Sílvia Ferreira:

“(...) estes conceitos, mais do que descritivos, devem ser vistos como estratégicos pois correspondem a um objetivo de afirmar (...) um conjunto específico de relações sociais (...) um espaço próprio e um campo de ação crescente como alternativa ou complemento das relações sociais típicas dos outros sectores” (Ferreira, 2009c: 2).

Encarada como construção e resultado da ponderação de “aspectos sociais e políticos que podem resultar na estabilidade política e numa maior coesão social” (Amable,

2005:10, *cit in* Almeida, 2010), a legitimidade do TS advém tanto da sua autonomização enquanto sistema social funcionalmente diferenciado, quanto da “negociação” de novos arranjos sistémicos, estes baseados em complementaridades institucionais verificáveis e de variadas magnitudes. Tal verificação beneficiou, em larga medida, e como veremos de seguida, da história recordada pelos sistemas⁴⁷.

1.3 O Terceiro Setor como atualização da “Economia Social”

Assumimos que a constituição de um sistema social funcionalmente diferenciado carrega consigo uma “história que está pressuposta nas estruturas sistémicas sem que de cada vez se tenham novamente de realizar” (Luhmann, 2005a: 64). Ora, na história pressuposta do TS existe já um sistema comunicacional erigido sobre uma configuração de diferentes modos de comunicação e respetivas traduções: mais concretamente, o sistema de tradução emergente da “Economia Social” (Cf. Anexo H).

Envolvendo (potenciais) complementaridades entre Estado, Mercado e Comunidade, a sua atualização para o séc. XX permitiu, pelo menos, três aportes importantes, que passamos a descrever.

O primeiro deles é que tornou desnecessário, digamos, transferir a função per se para o Estado, para o Mercado ou para a Comunidade. As soluções que implicavam uma mútua exclusão deste tipo foram decerto elaboradas por discursos mais ou menos técnicos, mais ou menos científicos; mas, à distância histórica a que nos encontramos, não chegaram, até agora e segundo a nossa própria sensibilidade, a constituir-se como discursos relevantes neste campo discursivo, em particular.

⁴⁷ Refere Luhmann (2005b: 98), acerca deste ponto: “A história recordada é, porventura, o meio mais importante, pelo menos um meio indispensável, de redução da complexidade. O passado já não tem mais possibilidades. É complexidade já reduzida e não pode, por isso, abandonar-se inteiramente ao passado, mas deve manter-se presente como história recordada a fim de, como directiva de expectativa e ajuda da decisão, simplificar o futuro. Como história das auto-descrições recíprocas dos homens e dos sistemas sociais, o passado já sempre ratificou e tipificou expectativas, providas de consenso. Esta realização não se deve desvanecer de instante para instante; é um valioso capital de orientação. Por isso, o passado adquire um valor simbólico para o que é correcto”.

Pelo contrário, e na medida em que reduzir a complexidade sistémica significa também tomar como pressuposto a impossibilidade de que tudo o que é possível possa ser atualizado (Luhmann, 2012), a história sistémica havia ensinado que nenhum dos principais sistemas sociais modernos poderia cumprir resolver “as questões sociais” de forma exclusiva.

Para além disso, na conjuntura histórica em que a análise se encontra, havia aparentemente uma vantagem para a qual Pierre Bourdieu (1987 *cit in* Fernandes, 2007) pode ser apropriadamente parafraseado: “o Estado não tem necessariamente necessidade de dar ordens, e de exercer uma coerção física, para produzir um mundo social ordenado (...) produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam de acordo com as estruturas objetivas e de assegurar (...) a submissão dóxica à ordem estabelecida”.

Com efeito “criado” por um procedimento eminentemente político⁴⁸ que o legitima (simbolicamente), e observado por observadores que o legitimam de um ponto de vista técnico, cognitivo e até moral-normativo, o TS passa a suportar e impelir a agenda de transferência de responsabilidades estatais para outras organizações paragovernamentais e não-governamentais.

Processo que, pode dizer-se, foi congruente com a transição do conceito de governo (*government*) para o de *governança* (*governance*) – no sentido de qualquer estratégia, tática, processo, programa ou procedimento destinado ao controlo, regulação, modelação ou exercício da autoridade sobre outros num país, organização ou localidade – ideologicamente mais favorecido naquele espaço-tempo (Rose, 1999).

Por conseguinte, ao nível da integração sistémica e face ao que até aqui foi desfiado, não surpreende que o TS seja “elegível” para a participação ativa e complementar na ordem social pós-1973, na medida em que se apresenta com uma “essência” privada e

⁴⁸ Neste ponto, julgamos útil partilhar a advertência de João Esteves (2005: 312) que “o que define propriamente a legitimação pelo procedimento não é um princípio democrático primacial, nem qualquer tipo de valor substancial – liberdade, igualdade, consenso ou cooperação. É sim a estrita performatividade da decisão, perante a qual todos os valores e princípios tomam um carácter meramente instrumental – para o fim que é a certeza da decisão (independente do conteúdo) e rapidez da sua execução”.

não-mercantil, à partida adaptável a uma evolução autopoietica, e certamente ciente das incompatibilidades sistémicas sentidas (de forma mais premente) no espaço-tempo transformacional anterior.

O segundo e vantajoso aporte é que, certamente, se colocou como hipótese mais eficiente aproveitar o sistema de tradução existente (Cf. Anexo H), que já tinha servido propósitos relativos ao estabelecimento de uma determinada ordem social e que tem memória dos interesses particulares de cada sistema social ali inscritos.

Uma vez que a produção discursiva envolve a estruturação de significantes pela inclusão e exclusão de certos significados – consubstanciando, assim, um exercício de poder – o TS reencarna um programa (de condições) de legitimação comparável ao reconhecimento jurídico-legal da Economia Social no séc. XIX. Isto no sentido em que se apresenta suficientemente a) flexível para nele incluir estruturas recém-criadas ou já anteriormente fundadas que servem o interesse geral e mútuo sendo privadas (o que exclui o Estado), ao mesmo tempo que se demarcam dos tradicionais mecanismos mercantis de acumulação de capital, isto é, proíbem ou limitam estatutariamente a distribuição de lucros a fundadores ou a financiadores (o que exclui o Mercado) e b) delimitado ao nível de uma significação cognitivamente apreensível, baseada no reconhecimento de personalidades jurídicas legítimas, facto que pode servir, tal como outrora serviu, para excluir juridicamente determinadas práticas e relações sociais (típicas da Comunidade), da ordem social que se pretende estabelecer.

Assim, a emergência do TS encontra-se ligada, na nossa perspetiva, à necessidade de identificação e reconhecimento de novas estruturas a um nível básico e “palpável”, pela aplicação de critérios de inclusão/exclusão organizacional⁴⁹, com base na partilha de

⁴⁹ A constituição de um subsistema social parece depender do estabelecimento de um critério de inclusão/exclusão aplicado ao nível organizacional de forma a indicar que dele só farão parte aquelas organizações cujas dimensões políticas, económicas e culturais são reconhecidas como relevantes, congruentes e, portanto, seleccionáveis para embarcar numa dinâmica evolutiva conjunta. Num patamar abaixo, também os indivíduos podem ser incluídos e excluídos das organizações a partir de processos semelhantes (a este respeito, cf. Braeckman, 2006).

uma certa homogeneidade institucional. Mas as semelhanças com outros períodos históricos não se ficam por aí.

Exemplificando como certas operações de reajustamento funcional e estrutural refletem padrões contidos no trajeto da evolução sistémica, a Pobreza e o Trabalho são, neste espaço-tempo, novamente visados, reforçando-se a centralidade do último, e penalizando-se o primeiro. Para a consecução de ambos, o TS afigura-se um veículo promissor, a julgar, pelo menos, por mais um momento discursivo incontornável, desta feita emanada de observações europeias.

Aqui referimo-nos especificamente à suposta “vocaçãõ” do TS que, a partir do relatório/manifesto de Delors & Gaudin (1979, *apud* Bidet, 2000), passa a ostentar uma dupla face, na medida em que os fins das suas organizações devem ser a integração social pela economia (preferencialmente nas organizações do Mercado) bem como a instauração de de novas práticas e relações sociais dirigidas a um determinado segmento populacional. De resto, tal desiderato viria a enformar a noção europeia de “empresa social”, desde o final da década de 1980, já que a mesma começou a ser aplicada como descritor de iniciativas privadas estabelecidas voluntariamente por grupos de cidadãos que apresentam uma atividade económica desenhada para facilitar a integração de pessoas em situação de desvantagem (Vaux et al., 1998).

Uma vez que grande parte da relevância do TS deriva do seu perfilamento enquanto resposta sistémica ao ruído ambiental, mormente advindo do espaço-tempo transformacional de 1968-1973, rapidamente aquele sistema social emergente se distingue dos demais, nomeadamente no que concerne às organizações e configurações institucionais consideradas legítimas, no seu âmbito.

Facto curioso é que tal distinção não impede, antes parece facilitar, a especialização do TS na aplicação supletiva de políticas sociais (selecionadas, desenhadas e patrocinadas pelo Estado) destinadas à inclusão rápida e eficaz de “beneficiários” que partilham um determinado perfil demográfico, problemas sociais ou mesmo contextos geográficos, num processo que apresenta semelhanças históricas notáveis com a construção da Economia Social no séc. XIX (cf. Anexo H).

Como complemento não despidendo, deve registrar-se que, ao longo do seu trajeto evolutivo, tal processo far-se-á, principalmente, mediante a supressão de *deficits* individualizados de “qualificação”, comportamento ou atitudes, e através das chamadas políticas sociais de “ativação⁵⁰”, tão entusiasticamente apoiadas por organizações como a OCDE, ou o Banco Mundial, como alternativa preferível aos modelos “passivos” de geração de empregos e manutenção de salários (Barbier & Ludwig-Mayerhofer 2004).

Em contraponto, se as novas relações sociais, por esta via impostas, não lograssem devolver, aos sujeitos marginalizados da nova ordem social, a cidadania que haviam perdido em virtude da “irresponsabilidade” das suas condutas – é ainda na década de 1970 que a cidadania deixa de ser plausível enquanto condição naturalizada que granjeia direitos aos cidadãos, para se transformar num estatuto condicional, conectado a uma simplificada consciencialização de deveres e direitos individuais: a de que têm de ser merecidos, através da demonstração e valorização de conceitos como a “autonomia”, as “competências” ou a “responsabilidade” (Pascual, 2007) – sempre haveria modo de os retirar do TS para os colocar sob custódia de estabelecimentos prisionais, também eles numa trajetória de crescimento exponencial, propiciada pela institucionalização da “penalização da pobreza” (*vide* Wacquant, 2001).

Para recentrar a discussão, devemos resgatar e introduzir o terceiro e último aporte elencado, e este tem que ver com uma intuição: a de que a diferenciação funcional do TS, sendo um passo evolutivo decisivo, ampliou o conjunto de ambiguidades que necessariamente rodearam a sua emergência.

Lembrando que a emergência, segundo Edgar Morin (2002: 82) pode, em termos sistémicos, ser categorizada enquanto “produção de variedade, ou novidade, e redundância, ou mesmidade”, o ponto que se deseja produzir é o seguinte: a

⁵⁰ Sinteticamente, as denominadas “políticas de ativação” podem ser caracterizadas por um objetivo genérico de ajudar os cidadãos a (re-)inserirem-se na sociedade mediante uma abordagem seletiva que, ambicionando mudar os comportamentos, atitudes e motivação individuais (o que pressupõe a promoção de um maior envolvimento do beneficiário no seu processo de inserção) intervém sobre sujeitos que partilham um determinado perfil, problemas sociais ou mesmo contextos geográficos (Cf. Pascual & Magnusson, 2007).

autonomização do TS enquanto sistema funcional permitiu, pelo menos a princípio, disfarçar a mesmidade de novidade, verificando-se a tendência para aquele ser observado como algo sem precedente histórico e, como tal, apto a ser configurado a bel-prazer, de acordo com o conhecimento e tecnologias mais em voga. Pelo menos, assim interpretamos a asserção de Lundberg:

“(...) os objetivos de mudança para as organizações do terceiro setor podem ser convenientemente descritos como um caminhar para, ou criar pressão para uma estrutura abertamente escolhida (...) utilizando uma *plethora* de novas tecnologias e conhecimentos” (Lundberg, 1975: 473).

Como ponto prévio, deve quedar registado que, apesar de defendermos uma perspectiva macroestrutural marcada por um certo padrão de mudanças sistémicas e institucionais, introduzido a partir do centro do sistema-mundo e repercutindo-se em direção à periferia, o TS apresenta, naturalmente, especificidades relativas aos contextos em que se insere⁵¹, não tendo a mesma carga denotativa e conotativa em todos os países e culturas, da mesma forma que não é interpretado da mesma forma por todos os observadores e atores sociais. Mas, até por isso, seria um erro, do nosso ponto de vista, considerá-lo como um mero agregado de estruturas de providência de bens e serviços, surgido do nada como invólucro “puro” ou neutro.

Mais prudente seria considerar o TS como parte de uma rearticulação funcional (por vezes instrumental) dos principais sistemas sociais modernos, que emergiu para contribuir para uma dada ordem social, preconizada por determinados sentidos e

⁵¹ Enquanto construção social, reflete ainda o resultado de processos dinâmicos imprimidos por forças dirimidas pelo menos a três níveis: (a) Os modelos particulares de provisão de bens públicos e *welfare* experimentados desde a formulação da “nova questão social” e evoluindo enquanto reflexo dos padrões de complexificação próprios dos seus sistemas e subsistemas sociais; (b) As condições económicas, culturais e sociais que se vão sucedendo e que apresentam, a cada momento histórico e em cada contexto geográfico, diferentes possibilidades de uma determinada observação do setor ter ressonância em determinadas estruturas sociais e (c) a diversidade e heterogeneidade das organizações que compõem o sistema, iterações locais de dinâmicas sistémicas que nunca são cópias de um modelo, em virtude de, por regra, se encontrarem intimamente ligadas às condições socioculturais e económicas das comunidades onde surgem.

relações de poder. A este respeito, a observação de Sílvia Ferreira afigura-se-nos certa:

“O terceiro sector surge assim que as separações entre Mercado, Estado e (por vezes) Comunidade, público e privado, formal e informal estejam estabelecidas, e oferece uma rearticulação destas. Enquanto conceito relacional, (...) estabelece fronteiras que também definem o Estado, o mercado e a comunidade (...) As teorizações em torno dos fracassos do Estado, do mercado ou da comunidade, e do papel do terceiro sector, fundamentadas nas observações das separações, são observações do Estado e do mercado, reflectindo e sendo constitutivas das observações destes e do terceiro sector.” (Ferreira, 2009a: 182-183).

Assim considerado, a perspetiva do TS e suas organizações como potencial *tabula rasa* olvida não só a dimensão histórica que permitiu que o primeiro, a partir de si próprio, incorresse numa operação de diferenciação funcional como aquela a que nos temos referido, como ignora que toda a ação social conserva aspetos potenciais que não se materializam, mesmo em face dos acontecimentos pertinentes a um dado sistema social poderem penetrar as fronteiras de outro e por essa via modificar, de alguma forma, os seus padrões de elaboração de sentido (Luhmann, 2012).

Congruentemente, a redução de complexidade que o TS se aprestou a operar não é puramente racional, nem exclusivamente de ordem interna; ela é, também, resultado permanentemente atualizado de um jogo de espelhos, feito de transações ambíguas entre sistemas sociais interdependentes, e entre sentidos ora explícitos, ora latentes ou pouco problematizados. Porém, a advertência que se pretende transmitir, será talvez mais eficaz mediante a observância do seguinte exemplo.

Quando o TS passa a integrar organizações afetas a determinadas “causas”, seja por efeito de uma reinterpretação pós-materialista, em larga escala, dos valores éticos e morais das sociedades ocidentais, como defenderia Ronald Inglehart (1981), ou enquanto manifestação sistémica de processos identitários complexos carentes de “orientação”, e ligados ao desejo (cada vez mais premente) por vivências “autênticas”, como poderia argumentar Charles Taylor (1992), a verdade é que tais possibilidades não

representam *todo* o sentido do sistema social em causa, nem a sua materialização significa *sempre* e *exatamente* aquilo que pretende significar.

Relembrando que as fronteiras, simultaneamente abertas e fechadas, dos sistemas sociais são “‘fronteiras semânticas’ (*Sinn Grenzen*) entre acontecimentos, vivências ou ações possíveis” (Santos, 2005b: 147), o sentido que o TS constrói para si será sempre resultante quer das atualizações históricas por que passa, quer da qualidade estrutural da sua membrana⁵², esta composta por práticas sociais selecionadas, observadas e sancionadas de cima para baixo, pela sociedade que possibilitou a sua emergência.

Então, face ao adivinhável macroprocesso de (re)estruturação de grande parte das OTS, acompanhado dos microprocessos que constituem, a cada iteração, os sujeitos-cliente e os sujeitos-interventores da nova intervenção social⁵³ proposta pelo TS, como devemos encarar a trajetória de crescente popularidade do “empreendedorismo” dedicado a causas de índole ético-moral, neste espaço-tempo?

Primeiramente, para refletir sistemicamente sobre o TS é necessário não perder de vista o facto de estarmos defronte de um exemplo de como os sistemas sociais, abertos às contingências, ao ruído e à complexidade do ambiente, assumem uma trajetória evolutiva indissociável das condições históricas e sociais que lhes dão origem (Luhmann, 2012; 2013). E, porque este (a) emerge com fronteiras de sentido (previa e historicamente alicerçadas) que não apenas lhe garantem autonomia sistémica, como

⁵² Chamando a atenção para a qualidade mediadora que a fronteira do sistema possui, podemos enriquecer a sua descrição através de mais um ponto de contacto com Gilbert Simondon: o conceito de “membrana”, proposto pelo filósofo francês para designar a “condição sine qua non” da vida e “a base para qualquer função” (Simondon, *cit in* Boucher, 2012: 99). De acordo com o autor, a membrana é fulcral para manter a estrutura topológica necessária à atividade no interior de um sistema, mas também para regular as relações e trocas com o seu exterior, na medida em que permite a existência de processos de interiorização e exteriorização de comunicações por intermédio da sua porosidade (assimétrica, uma vez que as trocas não coincidem no tempo, nem são qualitativamente equivalentes). Assim, podemos conceber que a organização é delimitada por uma membrana de sentido previamente dado (pelo sistema social a que pertence), ao mesmo tempo porosa (porque permite a relação com o meio ambiente) e assimétrica (porque assegura a sua integridade e a do sistema social a que pertence).

⁵³ A partir dos trabalhos de Pinto (2011), define-se “intervenção social” como um processo social em que um agente individual ou coletivo, por norma executando as políticas sociais de um Estado, se assume como sistema-interventor, isto é, como recurso social de um outro, com o objetivo de “o ajudar a suprir um conjunto de necessidades sociais, potenciando estímulos e combatendo obstáculos à mudança pretendida.” (Carmo, 2000 *cit in* Pinto, 2011).

auxiliam à (re)definição do que cada sistema e subsistema social é, e sobretudo o que cada um deve ser em relação aos outros, e (b) rapidamente se torna prospectivamente especializado, assim como tecnicamente legitimado, enquanto locus de acolhimento de uma função social (simultaneamente mitigadora dos novos problemas sociais criados ao nível sistémico, penalizadora dos comportamentos e práticas sociais dissidentes, e propiciadora de novas dinâmicas de integração social individualizadas e apolíticas): o TS constitui-se como um sistema social de pleno direito, isto é, funcionalmente diferenciado, dotado de elementos auto e hétero-descriptivos, apto a evoluir na direção da generalização de práticas sociais congruentes quer com o seu desiderato, quer com a ordem sistémica de que passa a fazer parte.

Ainda assim, já o sabemos, a diferenciação funcional é apenas um, eventualmente o catalisador, dos planos de diferenciação em que os sistemas sociais incorrem e têm à sua disposição para se tornarem reais; Os restantes evidenciar-se-ão com o tempo, à medida que o sistema e ambiente co-evoluem, e sobretudo quando o sistema social em causa passa da seleção de uma dada função, para a fase de aquisição e manutenção das condições de cumprimento e operabilidade da mesma (Luhmann, 2012). Será dessa forma que, ultrapassando as condições da sua constituição, bem como a sua mera apresentação enquanto solução racional (e legítima) para o espaço-tempo estrutural pós-1973, o TS se tornará *real*.

Por fim, aceitando que a “Teoria dos Sistemas é um modo de encarar o problema da ordem social invocado sob um certo ponto de vista que implica a análise da construção social da realidade” (Correia, 2005: 322) e que “não é possível, pois, outra possibilidade que não seja a de construir a realidade e observar como os observadores constroem a realidade” (idem), observemos e reflitamos, então, sobre os modos como os observadores construíram a realidade do TS, ou o TS como realidade.

1.4 Da constituição do Terceiro Setor aos paradoxos da realidade social

Os modos como o “conhecimento” se torna capaz de distinguir práticas sociais, orientar os comportamentos e contribuir para a memória coletivamente partilhada e aceite, sendo continuamente retroalimentado por condições sociais e teóricas (técnico-científicas) da mais variada ordem, é algo que também pode e deve ser alocado ao pensamento sistémico.

Luhmann, ele próprio, enquanto elaborou teoricamente as capacidades sistémicas de observação, auto e hétero-referência (Luhmann, 2013), acabou por dedicar substanciais esforços à conceptualização dos paradoxos da sociedade como contradições reais do processo de construção do conhecimento baseado em distinções. As contradições, que surgem destas distinções, avançam num sentido marxiano do termo, de tal modo que pode ser afirmado, neste contexto, que “entender a realidade social significa entender como se conseguem reduzir paradoxos” (Guibentif, 2005: 228). O sociólogo João Paulo Bachur, que dedica considerável atenção ao tratamento luhmanianno deste conceito, produz a seguinte passagem, que tomamos como auxiliar válido para a análise que se seguirá:

“Uma operação é paradoxal quando traz consigo suas condições de possibilidade e ao mesmo tempo suas condições de impossibilidade: ao operar uma distinção, um observador já a terá utilizado para se posicionar como tal. (...) A desparadoxização ocorre pelo encadeamento de operações e, por isso, remete à construção de sistemas sociais” (Bachur, 2009: 78)

O que este trecho nos leva a assumir é que a construção, e especialmente os processos de diferenciação, dos sistemas sociais, e por inerência do TS, far-se-á (também) pela (tentativa de) redução da complexidade observada no ambiente para efeitos de uma construção de sentido autorreferencial, que se quer desprovida, tanto quanto possível, das contradições ou impossibilidades ali constantes. Mas, talvez o melhor seja aplicar esta aceção ao objeto aqui em análise, tendo em conta que “os paradoxos que se formam por meio da auto-referência constituem não um ponto de chegada para a teoria

dos sistemas, mas, ao contrário, um ponto de partida” (Buckel, 2007, *cit in* Bachur, 2013).

Como vimos anteriormente, o TS foi um dos sistemas sociais a ter que se adaptar, pouco tempo depois da sua constituição, à dinâmica de retração do Estado, por inerência de alterações substanciais nos seus modos de relacionamento. Uma vez que o fenómeno era concordante com o modelo de integração sistémica ideologicamente informado e vigente, o cálculo da escassez entrou no processo de problematização do sistema social emergente, sem grande resistência ou suspeitas de arbitrariedade⁵⁴. Sendo que, da perspectiva de quem se encarregou de observar os efeitos e magnitude das consequências, tal não pôde deixar de significar um estado de crise.

Se os novos problemas de escassez assumem centralidade para estes observadores do TS e, como tal, “apresentam-se com pretensões elevadas à estrutura sistémica” (Luhmann, 2005a: 24), o pânico que pareceu instalar-se, pelo menos em alguns quadrantes académicos, só anunciava a premente necessidade de serem encontradas soluções, de preferência pragmáticas, que, substituindo fórmulas passadas e aproveitando as mudanças institucionais em curso, pudessem assegurar uma adequada alocação de recursos para o TS, num contexto em que a sua dependência ambiental (agudizada por supostas fragilidades internas) colocava sérios constrangimentos às atividades (Salamon & Abramson, 1982).

Caso fosse produzido um conjunto de soluções válido para o presente e futuro do sistema, e na condição de que ele viesse a ser integrado nos padrões de elaboração de sentido do TS, tal circunstância poderia acarretar reconfigurações de sentido noutros sistemas sociais. Nomeadamente no Estado, e com a consequência (em certos círculos classificável como bem-vinda) de ser “normalizada a perspectiva de que o modelo de

⁵⁴ Tal como seria previsível, tendo em conta as palavras de Luhmann (2005a: 24): “O cálculo da escassez pressupõe que o sistema social dispõe de meios abstractos de estimativa, que em si mesmos não são escassos, portanto, devem ser, em princípio, concebidos como infinitos, mas são limitados por constâncias de somas artificiais, modificáveis por decisão e que, neste marco, se podem quantificar e partilhar. Nem o dinheiro nem o tempo são, por exemplo, escassos por natureza, mas apropriam-se como meios, porque as razões da escassez devem buscar-se sempre fora delas próprias.”

estado-providência se havia tornado obsoleto, justificando dessa forma instrumental a lógica que via os quasi-mercados, ou mercados artificiais, como uma solução eficaz” (Dey, 2011: 9).

Então, a dado ponto, o conhecimento gerado a partir das observações técnico-científicas escancara a porta que permitia a introdução de práticas do Mercado no TS, julgando-se que o manancial acumulado, e especialmente as novas e excitantes teorias institucionais⁵⁵, afiguravam-no passível de incorrer num novo padrão de ação social, refletivo de um sistema cultural e normativo relevante e, por isso, legítimo face ao ambiente em que operava (Dowling & Pfeffer, 1975).

Num sentido mais específico, já existia mesmo um vislumbre de qual deveria ser o marco institucional a adotar, porquanto os critérios de sucesso devem referir-se aos da iniciativa privada de tipo empresarial, e na justa medida em que é *verdade* que os “corpos mais ineficazes dentro do TS se encontram no lado menos ‘privatizado’, mais ‘governamental’ (...) [pelo que] aqueles que foram mais relativamente ‘privatizados’ parecem ser, no geral, muito mais bem-sucedidos” (Etzioni, 1972: 44).

É certo que alguns autores, como Myron Fottler (1981), ou Newman e Walender (1978) um pouco antes, demonstraram desconfiança quanto ao que esta lógica de interpenetrabilidade (com relação ao Mercado e já então bem visível), poderia implicar, caso fosse perseguida. Escrevendo para a *Academy of Management Review*, os segundos produzem o seguinte excerto, revelador para o nosso entendimento:

“Um tema popular entre líderes dos negócios e pessoal das escolas de negócios é a ‘aplicação de métodos de gestão de negócios a agências [sic] não-lucrativas’ (...) A presunção é que conceitos de gestão básicos podem e devem ser aplicados a atividades não-lucrativas de forma tão diligente quanto a empresas lucrativas. Os membros da Academia de Gestão aplaudem este tipo de conversa,

⁵⁵ Deve ser referido que, nesta altura, a ortodoxia das ciências económicas contava com um domínio de investigação em franca ascensão: falamos da “teoria da dependência de recursos”, a qual tentava explicar como as organizações poderiam reduzir a dependência ambiental e a incerteza através de mudanças institucionais ao nível operativo/executivo, administrativo e político (cf. Hillman, Withers & Collins, 2009).

frequentemente com uma auto-satisfatória resposta: ‘é isso que temos vindo a dizer’. (...) [Mas] a crença popular de que conceitos de gestão de negócios podem ser prontamente aplicados a organizações não-lucrativas carece de qualificação. As empresas não-lucrativas diferem grandemente; cada uma tem as suas necessidades próprias de gestão (...) que modificam decisivamente quais os conceitos que serão eficazes.” (Newman & Walender, 1978: 24).

Parece claro, para estes autores, que só ao TS caberia problematizar-se e daí extrair uma possível (re)solução, específica e ajustada. O que não é, de todo, descabido, tendo em conta a ideia de que se um acontecimento se integra num dado sistema sob a forma de problema, daí se deve supor que é o sistema social funcionalmente diferenciado que o problematiza nos seus próprios termos, com os seus próprios meios comunicativos e segundo as suas próprias capacidades (Luhmann, 2012). Contudo, a fase relativamente embrionária em que o sistema social se encontra fá-lo parecer mais propício à consciencialização dos paradoxos suscitados pelas operações sistémicas em marcha.

Resultando de um aumento do interesse e atividade reflexiva de base técnico-científica, e tendo em conta que “o esforço de apreender a complexidade leva à especialização das estruturas generalizadas de sentido e daí nascem contradições imanentes ao sistema” (Luhmann, 2005b: 96), a primeira contradição paradoxal observada assenta nas tendências de integração sistémica anteriormente explicitadas e pode concretizar-se da seguinte forma: (a) o ambiente que se contrapõe ao TS é, nesta altura, marcado quer pelo fomento da competitividade inter-organizacional, quer pelo aumento da procura pelos seus serviços, quer ainda, e de forma decisiva, pela asfixia financeira do seu maior provedor de recursos; (b) a saída para o imbróglio parece ser a aquisição (por parte das suas organizações) dos recursos de que aparentemente necessitam; no entanto, (c) a sua pertença sistémica parece coartada na sua capacidade de obter recursos por si próprio, quer pela sua história de dependência estatal, quer pela residual penetração dos modos de produção capitalistas, destinados a assim continuar por força dos constrangimentos na distribuição de lucros, o chamado “*nondistribution constraint*” (cf. Hansmann, 1980).

A resolução deste paradoxo não se afigura fácil e viria a ser tema para as próximas décadas. Contudo, sabemos que “a complexidade crescente deve aumentar a tolerância perante tais contradições, devem institucionalizar-se rotinas mais eficazes para a solução dos conflitos e devem generalizar-se [as] fixações de sentido” (Luhmann 2005b: 96).

Assim, numa ordem social que propõe que as relações mercantis, bem como os novos modos de gestão e produção flexível, deixem de ter fronteiras, físicas e simbólicas, passando a permear todas as esferas do quotidiano, as dúvidas foram sendo aptamente ofuscadas, quer pela via ideológica, quer pela via operacional.

Por exemplo, o artigo de Mary Hatten (1982) é representativo deste desfazer de dúvidas pragmático, ao ser ali afirmado que “a provisão eficiente de serviços por parte de grupos não-lucrativos requer uma avaliação contínua das suas estratégias (...) [e] pode, de facto, beneficiar da aplicação de conceitos de gestão estratégica originalmente desenvolvidos por corporações lucrativas” (Hatten, 1982: 1).

Daí até ser formulada a pergunta “*Should not-for-profits go into business?*”, e a mesma ser respondida afirmativamente, isto é, que sim, devem – especificamente através de “projetos” laterais ao seu propósito ou missão organizacional (*earned income ventures*) desenhados para gerar receitas – transcorreu somente um ano (Skloot, 1983), embora um determinado sentido/orientação tenha ficado, entretanto, mais consolidado.

À margem da substância dos seus conteúdos, é de assinalar o facto desta perspetiva ter sido (re)formatada para guias passo-a-passo, alguns contendo dicas úteis (Newton & Buda, 1986), outros povoados de asserções reconfortantes – por exemplo, para Peter Brown (1986), é importante que se saiba e se comece a discussão com um: “*Making money is Okay (for nonprofits)*” – e outros ainda munidos uma “útil” lista de características⁵⁶ que, se encaradas como objetivos organizacionais, tornarão a gestão

⁵⁶ Da listagem é possível sumarizar as seguintes: (a) Tem um conjunto claro de metas e valores; (b) Foca as energias nas vantagens comparativas; (c) Faz uso da intuição na tomada de decisão; (d) Cria um ambiente organizacional adaptativo, flexível e experimental; (e) Apresenta produtos de qualidade excelente; (f) É perseverante; (g) Conjuga e cultiva pessoas com talento; (h) Cultiva relações cordiais com

destas organizações mais “empreendedora” (Firstenberg, 1986), argumento que, na senda de Hatten (1982), se suporta na convicção de que à medida que as atividades “comerciais” aumentam numa organização, mais a sua liderança deve acolher princípios comuns ao *business* (Firstenberg, 1986, *cit in* Germak & Singh, 2009).

Paralelamente, as *earned income ventures* parecem já fazer parte do portefólio de estratégias organizacionais ao dispor do TS (Nutt, 1984), com o seu proponente a voltar a publicar em 1987, desta feita para um público mais alargado, e sob a forma de guia prático para começar “uma atividade sustentada, relacionada com, mas não habitual, a organização e desenhada para ter lucro” (Skloot, 1987: 381).

O instrumentalismo metodológico subjacente a estas publicações, e eventualmente outras similares, não só parece refletir uma hierarquização de prioridades favorável à mudança das práticas de gestão organizacional em vigor no TS, como constitui evidência de uma óbvia e rápida passagem da produção de conhecimento para um modo de agir, no quadro de, como lhe chamam Chiapello e Fairclough (2002), uma aplicação prática do discurso.

Dessa forma, a introdução e institucionalização deste tipo de práticas, nas operações quotidianas de um sistema social em transformação, parece ter sido acelerada. Mas, aquilo que parecia resolver um paradoxo pela via operacional, parece conter, também, as sementes para paradoxos subsequentes, para outras contradições que, por seu turno, passam a ser endereçadas. Com efeito, o segundo grande paradoxo do TS, que passamos a analisar, diz respeito à relativa autonomia (conceptual, ao início, e prático, a partir do momento em que começa a gerar receitas próprias) do TS.

Neste enquadramento, a problemática prende-se com a necessidade de justificar a existência e manutenção de um regime jurídico-fiscal a todos os títulos excecional (que ainda hoje é aplicado, de forma generalizada), partindo do pressuposto ideológico de que no TS se devem inscrever instituições favoráveis à competitividade, e desfavoráveis

diferentes públicos; (i) Vê os clientes como consumidores e sabe o que eles precisam; (j) Tem uma liderança que abraça o risco e é positiva (Firstenberg, 1986).

a qualquer tendência anti concorrencial, mas também sabendo que, à medida que as suas organizações vão adotando práticas análogas às do Mercado, e se encontram integradas num sistema social ele próprio “tratado” como um subsistema de Mercado, pode haver espaço para uma perceção de benefício injustificado que cria pressões, não necessariamente para a sua abolição, mas para a atualização de determinadas propriedades sistémicas distintas, quer do Estado quer do Mercado. Tudo isto sob pena de fazer ruir o recente sistema social funcionalmente diferenciado e, com ele, todo o modelo de integração sistémica pós-1973.

Face a estas potenciais contradições, e principalmente tendo em conta os enormes riscos que comportam, observa-se, entre 1986 e 1987, uma espécie de arregimentação do campo discursivo afeto ao TS, com a publicação de duas coletâneas: (a) Um conjunto dos “mais influentes” estudos sobre a racionalidade económica subjacente à existência do sistema social, organizado por Susan Rose-Ackerman (Rose-Ackerman, 1986), a qual inclui e complementa as primeiras análises de Weisbrod (1975) com outros *papers* de uma “literatura em rápido crescimento”; (b) Um ano mais tarde, é publicada uma compilação de 24 capítulos, organizada por Walter Powell (Powell, 1987), os quais, no seu conjunto, “produzem uma revisão do estado da arte e avaliação da investigação académica do setor não-lucrativo (...) [com o propósito de] construir uma fundação sólida para um emergente campo de investigação multidisciplinar” (Powell, 1987: xi).

Enquanto representantes de um género discursivo distinto daquele que anteriormente mencionámos sob o chapéu-de-chuva da aplicação prática do discurso, estas publicações são eminentemente académicas (aferida subjetivamente pela sua proveniência, mas também pela sua extensão e âmbito), carregando consigo uma aura de autoridade capaz de conferir solidez teórica ao objeto e orientar desenvolvimentos subsequentes (Chiapello & Fairclough, 2002). Na linha da ACD, poder-se-ia afirmar que ambas constituem intervenções hegemónicas⁵⁷ num campo discursivo que, depreende-se, precisava de alguma ordem, para poder evoluir.

⁵⁷ Uma intervenção hegemónica pode ser vista, a partir dos trabalhos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (Laclau & Mouffe, 1985) como um conjunto de esforços concertados no sentido de rearticular discursos,

Parte integrante dessa ordem é o discurso explicativo, a partir das metodologias e visão axiomática do equilíbrio sistémico (ali reproduz-se integralmente a lógica da sua emergência como resposta a uma falha dos outros sistemas, e que as mudanças organizacionais fazem parte do restabelecimento homeostático), das funções e áreas de atividade de organizações que fazem parte do TS, um sistema social empiricamente verificável⁵⁸, regulado e competitivo, legitimado quer do ponto de vista histórico-cultural, quer do ponto de vista político, e até económico.

Sobre este último aspeto, a gestão empresarial das organizações é largamente acomodada, embora se reservem áreas ditas em pleno desenvolvimento, ou insuficientemente teorizadas. Tomando como unidade de análise a compilação organizada por Powell (1987), aquelas respeitam : (a) as relações sistémicas com Estado e com o Mercado (Parte 2); (b) as denominadas “fontes de suporte”, aqui praticamente equivalente a teorias emergentes sobre o comportamento filantrópico, registando a adição de um capítulo sobre a emergência das atividades comerciais e empresariais ao nível organizacional e potenciais desafios regulatórios (Parte 5) e (c) o alcance que a ideia de TS tem em outras latitudes geográficas (Parte 6).

Embora pareça ajustado afirmar que a segunda metade da década de 1980 vê o TS, acolhido e estudado sobretudo a partir de teorizações económicas de índole neoclássica (Gassler, 1990), estabelecer-se definitivamente enquanto modo de integração sistémica adequado (a necessitar, evidentemente, de refinamentos discursivos, que aliás chegariam na década seguinte), uma outra linha de investigação, correspondente a um outro paradoxo da ação social no TS, permanece, contudo, por abordar. Susan Rose-Ackerman colocou o problema do seguinte modo:

desambiguar significantes e resolver antagonismos, que ocorre pela estabilização de pontos nodais e através da rearticulação de signos flutuantes. O objetivo é o de se atingir a dominância de uma determinada perspetiva tornada mais forte, por um lado, pela integração de elementos díspares, mas congruentes e, pelo outro, pela eliminação de campos concorrentes e de fontes de dissonância.

⁵⁸ Esta conceção encontra-se presente na Parte 4 da publicação de Powell (1987) e foi repescado, com grande sucesso, numa publicação do ano seguinte, no qual van Til (1988) expande a noção do TS enquanto subsistema social autónomo, mas interdependente de outros subsistemas sociais, abrindo caminho a futuras medições do seu real impacto socioeconómico.

“Outra linha de investigação analisa os mecanismos de seleção que distribuem as pessoas pelas instituições: empreendedores que estão especialmente interessados em altos níveis de remuneração irão gravitar para empregos no setor lucrativo, enquanto os ideologistas [sic] e altruístas irão escolher as [organizações] não-lucrativas.” (Rose-Ackerman, 1986: 3, *cit in* Gassler, 1990).

Tal inquietação, prolongada pela mesma autora (1987), encontrar-se-ia em novas publicações até ao final da década, por exemplo no estudo de Preston (1989) que assume perplexidade quanto às razões que levam os trabalhadores das OTS a aceitar salários inferiores à média, atribuindo uma causalidade a fatores motivacionais intrínsecos, nomeadamente a oportunidade de “providenciar produtos com externalidades positivas” (Preston, 1989: 1).

Neste particular, a questão vai para além de meras previsões, como a de que “o executivo *senior* em cada organização do TS virá a assumir um papel gestor similar ao de um *chief executive office* de uma grande firma lucrativa” (Fram, 1980: 14), e muito menos se atém a ameaças vagamente veladas, por muito que se tenham tornado teoricamente justificadas⁵⁹: ou mudam de comportamento, tornando as “suas” organizações mais competitivas e mercantis, ou verão a sua capacidade de prover bens públicos diminuída (Skloot, 1983, *cit in* Powell, 1987).

Longe disso, o fulcro paradoxal encontra-se, a nosso ver, nas tendências de integração social delimitadas pela ordem social estabelecida no pós-1973. Se, de acordo com as expectativas ali generalizadas, e por esta altura em plena expansão, o sujeito deve encontrar a sua inclusão na sociedade, e máxima expressão individual, no empreendedorismo de Mercado e pelo labor incessante que devota à maximização do lucro – aquilo que Audretsch e Thurik (2004) designam como “Economia

⁵⁹ Referimo-nos, uma vez mais, à Teoria da Dependência dos Recursos de Pfeffer e Salancik (1978) uma vez que uma das mudanças institucionais a encetar, de forma a diminuir a dependência ambiental, era justamente a substituição dos executivos, como nos explicam Hillman, Withers e Collins (2009: 1413): “A fraca performance das firmas pode ser atribuída a um desalinhamento do comportamento organizacional com o ambiente. Substituir o CEO por alguém ‘capaz de lidar com os problemas críticos que a organização enfrenta’ (1978: 236) pode remediar esse desalinhamento.”

Empreendedora” – o facto de se verificar que existem cada vez mais sujeitos integrados no TS, em trabalho não-lucrativo, e/ou altruísta – não necessariamente em número de voluntários, mas por exemplo no número total de horas de voluntariado (Salamon & Abramson, 1982) – constitui um fator de alguma perplexidade.

É sobre aquela realidade paradoxal que Dennis Young virá a desvelar a sua própria e influente abordagem, em 1983. Tomemos algum espaço para a enquadrar convenientemente.

1.5 A emergência do Empreendedorismo Social

O caminho do ES já havia sido traçado, pelo menos desde que se sugeriu que o “empreendedorismo” é “particularmente crucial para o Terceiro Setor (...) e uma área merecedora de (...) desenvolvimentos” (Lundberg, 1975: 476). Mas, ao providenciar um *comentário*⁶⁰ a Schumpeter e à sua teoria do empreendedorismo (cf. Capítulo 4), nomeadamente concedendo que “a implementação de novas combinações parece inteiramente aplicável à produção de serviços não-lucrativos” (Young, 2013/1983: 89), o panorama que o autor observa e descreve é o de um sistema social em mudança:

“Se existe algum consenso entre observadores, acerca do que está a acontecer com o sector não-lucrativo, é que o sector está a mudar. Agências [sic] estão a desistir, a consolidação está a ter lugar, as finanças deslocam-se e, no entanto, o número de organizações também está a aumentar, aparentemente mais rapidamente do que no sector lucrativo, com o desenvolvimento de um número substancial de programas inovadores.” (Young, 2013: 10)

A tendência de crescimento quantitativo do subsistema, acoplada a condições cambiantes da praxis das organizações que detêm o estatuto “não-lucrativo”, parecem

⁶⁰ Este é um conceito que Foucault (1992) contrapõe ao de originalidade, introduzindo-o para indicar a permanência (repetição) de certos discursos em outros que os comentam e expandem, assim ajudando à sua realização. Segundo a interpretação de Hook (2001), o comentário dá a possibilidade de dizer algo para além do texto fundacional, mas na realidade é este que está a ser “murmurado” e que por esta via adquire permanência.

requerer a melhoria dos quadros conceptuais de referência, quer para efeitos de regulação social, quer ainda para que as novas exigências de performance sistémica possam ser suportadas por um sistema social confiável, ágil, eficiente e inovador (Young, 2013).

Porém, um dos aspetos mais intrigantes, para este autor, prende-se com a razão pela qual, perante todas as dificuldades que permeiam a ação social no TS, *vis-à-vis* condições ambientais de grande incerteza, se verifica um nível de participação relativamente elevado, incluindo um grande número de “novas” organizações, sabendo ainda que as recompensas individuais daí derivadas, especialmente ao nível remuneratório, não são sequer comparáveis às de outros sistemas sociais (onde o lucro é o alfa e ómega). Daí a pergunta que serve de título à sua publicação: “Se não é pelo lucro, é por quê?”⁶¹.

Munido desta questão orientadora, o autor norte-americano leva a cabo uma investigação que, a partir de um individualismo metodológico de inspiração *behaviorista*, se foca numa “classe particular de participantes – os empreendedores que mobilizam pessoas e recursos necessários para o estabelecimento de novas organizações” (Young, 2013: 83), de forma a “iluminar as razões por que (...) tipos particulares de empreendedores participam no setor não-lucrativo (...) discerni[ndo] as tendências comportamentais (...) que derivam desse processo seletivo” (idem).

Assim, as mudanças no TS são encaradas como epifenómenos dos novos padrões de integração social do espaço tempo-estrutural pós-1973, acelerados pelo “carácter subjacente” e comportamentos individuais de “vanguarda” (Young, 2013: 36) que, subsumidos pelo papel social do empreendedor, podem mesmo enquadrar-se numa tipologia, de recorte psicológico mais fino, um pouco à maneira de McClelland (1965)⁶², que inclui os “crentes”, os “poetas” ou os “profissionais”.

⁶¹ No original, “If not for profit, for what?”.

⁶² No plano individual, o psicólogo norte-americano David McClelland (1917-1998) contribui com toda uma nova gama de ferramentas conceptuais para o estudo das características do empreendedor (e sua comparação com outras tipificações) ao introduzir nesta equação o conceito psicológico de personalidade e necessidade (no sentido de desejo) de sucesso (*achievement*, no original) (McClelland, 1965). Sob este pano de fundo, o autor identifica um conjunto de competências típicas dos empreendedores, a saber: (a) apresenta a iniciativa para procurar oportunidades; (b) assume riscos; (c) aplica critérios de eficiência e

A observação de Dennis Young, para além do que representou para o campo discursivo do TS, confirma as condições para a resolução do paradoxo que nos encontramos a descrever: a ação social neste sistema social será possível e apreensível (apenas) se o ator principal for observado enquanto um empreendedor, com o seu quê de inédito e especial, uma vez que, segundo transparece da leitura global, o TS é sistema social devido à ação daqueles que fundam (ou reprogramam) as organizações à imagem das suas motivações particulares. Completando a asserção com a ressalva adicional de “que os motivos e as formas e procedimentos específicos para a criação de novas iniciativas podem diferir”, nomeadamente entre empreendedores do TS e de outros sistemas (Young, 2013: 83), cremos que Young provoca, em 1983, o surgimento efetivo do ES.

Na esteira nietzscheana e foucauldiana, concebemos este surgimento enquanto *entstehung* objetiva e subjetiva, ou a emergência simultânea do facto e do sujeito que conhece (Agamben, 2009). Já a procedência, a fonte, ou, se quisermos, a *herkunft*⁶³ daquela emergência é o “Empreendedorismo”.

Imbuídos do investimento *arqueológico* na análise sociológica (Cf. Introdução), devemos começar por compreender que, no terceiro quartel do séc. XIX, enquanto a “Economia Social” sofria um período de relativo esquecimento (Cf. Anexo H), o “Empreendedorismo” viajava para uma nação cada vez mais pujante no xadrez internacional do sistema-mundo – os Estados Unidos da América. E mesmo no plano técnico-científico, há um conjunto de abordagens de intelectuais norte-americanos relativamente ao “Empreendedorismo” desde final do séc. XIX, especialmente na explicação da origem do lucro e na justificação da necessidade e mérito da sua exploração (Karayiannis, 2005).

Uma das figuras centrais, neste contexto, é Amasa Walker (1799-1875), que advogou um tratamento específico do “Empreendedorismo” na teoria económica vigente, e

eficácia; (d) define objetivos; (e) planeia e monitoriza as atividades produtivas e a qualidade dos produtos; (f) denota uma capacidade persuasiva; (g) é independente e autoconfiante.

⁶³ Para uma resenha de Foucault aos termos arqueológicos e genealógicos utilizados por Nietzsche, tais como “Entstehung” (aparição, surgimento, formação), “Herkunft” (procedência, linhagem) ou “Ursprung” (salto originário, começo) (cf. Foucault, 1988).

introduziu uma concepção do empreendedor e da sua função social próxima da de Say (Cf. Anexo H), no sentido em que lhe atribui a função de gestão e coordenação dos fatores de produção em contraponto com as funções do trabalhador e do capitalista (Walker, 1866: 280, *cit in* Karayiannis, 2005).

Continuando esta linha de pesquisa, o seu filho Francis A. Walker (1840–1897), economista ligado a Yale e ao MIT e que viria a ser o primeiro presidente da Associação Americana de Economia, propõe-se a distinguir o empreendedor e o seu papel organizacional como uma classe emergente – os capitães de indústria – que chefia o processo produtivo e recebe a respetiva remuneração pelas tarefas de supervisão e gestão (Walker, 1876:10, 243, *cit in* Karayiannis, 2005).

Adicionalmente, diversos autores norte-americanos prolongaram as linhas de investigação da família Walker (Karayiannis, 2005), na transição para o séc. XX, entre os quais se destacam: (a) Frederick B. Hawley, autor que argumentou que o empreendedorismo, sob o ponto de vista da atividade empresarial que assume o risco e que por isso mesmo é recompensada com lucros, é na verdade o quarto fator produtivo (além do capital, trabalho e terra) (Hawley, 1890: 388, *cit in* Karayiannis, 2005); (b) J.B. Clark, que atribui ao empreendedor o papel de restauro do equilíbrio sistémico através da coordenação e organização, mas também da introdução de métodos organizacionais e produtivos mais eficientes (Clark, 1899, *cit in* Karayiannis, 2005); (c) Herbert J. Davenport, economista da Universidade de Chicago com fortes afinidades pela escola austríaca, insiste que os economistas devem aceitar a centralidade analítica da função e papel do empreendedor nas economias modernas (com regimes de propriedade privada, iniciativa individual e produção competitiva) especialmente ao nível da exploração das oportunidades lucrativas (Davenport, 1913: 19, 118, *cit in* Karayiannis, 2005).

Esta longa história (e tradição específica) do “Empreendedorismo” nos EUA foi então resgatada de um período de interlúdio – provavelmente fruto das condições sociohistóricas do Pós-II Guerra Mundial serem desfavoráveis, pelo menos, à sua ascensão na hierarquia da relevância científica – logo em 1968, quando William Baumol trata de exortar as observações científicas a considerar, por um lado, o “empreendedor”

como inovador disruptivo e, por outro, o “empreendedorismo” como pilar do crescimento económico e, portanto, como conceito a trazer para o *mainstream* – afinal de contas, não se pode discutir Hamlet sem mencionar o príncipe da Dinamarca (Baumol, 1968 *cit in* Ländstrom, Harirchi & Aström, 2012).

Caminhando para o fim do espaço-tempo transformacional, já Israel Kirzner (economista neoliberal norte-americano, e discípulo proeminente de Ludwig von Mises) lhe dava amplo seguimento, concebendo-o como o conjunto de comportamentos competitivos que conduzem as dinâmicas processuais do(s) Mercado(s) (Kirzner, 1973, *cit in* Davidsson, 2004).

Sobre este modelo conceptual salienta-se, por um lado, a competitividade como condição institucional *sine qua non* para a efetiva exploração das ditas oportunidades (explícita até no título da obra a que damos destaque) e por outro, uma posterior elaboração do papel do empreendedor tido como “um decisor cujo principal papel consiste em estar alerta para oportunidades que até então não tinham sido percecionadas” (Kirzner, 1979, *cit in* Chell, 2008).

Seria, porém, já num pleno espaço-tempo estrutural, e mais especificamente em 1982 (um ano antes da publicação de Dennis Young) que o “conceito” se estabeleceu, sem dificuldade, no cânone das ciências económicas, para daí não mais ser retirado. Com efeito, é a partir daquele ano⁶⁴ que, como demonstra o estudo de Ländstrom, Harirchi e Aström (2012) se dá a plena institucionalização do “empreendedorismo”, como objeto técnico-científico, e com certas características: um crescimento exponencial nas décadas de 1990 e fase de maturação na década de 2000; estudado a partir de um

⁶⁴ A partir de Ländstrom, Harirchi e Aström (2012), 1982 é um ano especialmente importante para o “Empreendedorismo” já que Hébert e Link fornecem uma visão sociohistórica da evolução dos significados associados ao empreendedor – promovendo uma primeira resenha (autoral) de referência – e se edita o primeiro, tanto quanto se sabe, *handbook* sobre a temática, apropriadamente intitulado “Encyclopedia of Entrepreneurship” (Kent, Sexton & Vesper, 1982, *cit in* Ländstrom, Harirchi & Aström, 2012). Paralelamente, Mark Casson publica o seu influente “The Entrepreneur: An Economic Theory” (1982), um esforço de integração e síntese de diversos autores e correntes que o precederam, do qual sobressai o “empreendedorismo” como processo de intermediação ou formação de mercados, e o empreendedor como ator especialmente competente na ação correspondente.

campo marcado por uma predominância geográfica incontestável dos EUA⁶⁵; e com uma epistemologia e hermenêutica centradas na disciplina da Economia e afiliadas (e.g. gestão), com tendência estável de alargamento da sua influência e correspondente diminuição das restantes ciências sociais.

Então, no ambiente de 1982, tendo em conta o caminho que já então se projetava, e sob tais condições sociais e teóricas, será a *entstehung* do ES um acaso? Julgamos que não. A emergência do ES, formalizada na cientificidade do seu discurso e na positividade do seu saber, produziu-se num determinado estado de forças, que não pode ser adequadamente compreendida na ausência de uma compreensão da sua *episteme*⁶⁶, isto é, de “uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época” (Foucault, 2008a: 214).

Nesse sentido, reafirma-se que foi sob a ampla influência do neoliberalismo como ideologia *para si* que as condições de possibilidade de emergência do ES foram aptamente reunidas. E que o termo se tornou momento discursivo do TS não pelo valor ou conteúdo científico que possivelmente apresenta, mas porque aquilo que afirma no seu âmbito entra nos limites do que pode ser concebido naquele espaço-tempo. Foi, de resto, isso que lhe angariou estatuto científico e lhe proporcionou existência.

Esta é uma advertência que deverá ser levada em conta quando, no capítulo que se segue, analisarmos como a problemática geral começa, paulatinamente, a dirigir-se para

⁶⁵ Escrevem Ländstrom, Harirchi e Aström (2012: 1163) “[Os] académicos dos EUA dominam o campo da pesquisa sobre o empreendedorismo (...) constituindo 84,6% do total J-Index de 135 obras fundamentais [core, no original], os seus pares na Europa 15,2% e académicos asiáticos uns meros 0,2%. A dominação dos EUA também se reflete nas instituições cimeiras [top-ranked, no original] na área do empreendedorismo.”

⁶⁶ Nas palavras do próprio Foucault (2008a: 214): “Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas. A *episteme* não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas.”

a forma como o TS pôde, efetiva e pragmaticamente – através do ES – assegurar o cumprimento da função social que lhe foi destinada e, como tal, evoluir nos vários planos de diferenciação que se encontram à sua disposição (Luhmann, 2013).

2. O Empreendedorismo Social e o Terceiro Setor:

narrativa crítica de um processo de

institucionalização, da *performance* sistémica à

constituição social do sujeito

Reveladas as condições sociais e teóricas que, em 1983, fizeram do ES uma figura epistemológica emergente e congruente com o seu tempo, não se descortinam motivos para deixar de insistir no valor da historiografia, e das ferramentas arqueológicas e genealógicas ao dispor da construção do conhecimento, para a sua análise, no quadro da evolução dos sistemas sociais modernos.

No seguimento, sabemos que só percorrendo um trajeto evolutivo é que o TS poderia “aprende[r]’ a distinguir-se do seu meio ambiente e, assim, a discriminar também a sua complexidade peculiar em relação à complexidade do mundo” (Luhmann, 2005b: 91). E também que, para se afirmar como “sujeito” e “constituir para si um mundo” (idem: 80), o TS teria sempre de se (re)produzir a si próprio, tornar-se autopoietico⁶⁷, e manter-se aberto ao mundo e às possibilidades que este vai oferecendo, à medida que a história se vai fazendo.

Partindo destes pressupostos, as mais diversas observações (distinções) sobre o TS, bem como a eventual operacionalização de tais distinções, refletem-se necessariamente em

⁶⁷ Ainda no âmbito da auto-organização, e para aferir os modos reprodução sistémica e materialização performativa da função observada, o sociólogo alemão passa a mobilizar o conceito (híbrido da biologia e cognição) avançado por Humberto Maturana e Francisco Varela (1980) para denotar uma dimensão sistémica, e amplamente relacional, comum a todas as formas biológicas: a autopoiese. A autopoiese, aplicada à perspectiva sistémica luhmanianna refere-se ao modo de organização de um sistema a partir dos seus próprios produtos, tidos como ponto de partida para todas as novas determinações, sendo graças às propriedades autopoieticas que um sistema social se afigura capaz de assegurar a sua autonomia, isto é, a reprodução das suas próprias fronteiras, componentes e estruturas de sentido (Luhmann, 2012). Assente na premissa de que “um sistema autopoietico é organizado (definido como unidade) como uma rede de processos de produção de componentes, de tal maneira que esses componentes (a) continuamente regenerem a rede que os produz e (b) constituam o sistema como unidade distinguível no domínio no qual ele existe (...) através de processos de selecção e através de uma lógica de reprodução própria que transcende a interação individual” (Correia, 2005: 326-327), é por este meio que um sistema social continuamente se (re-)cria a si próprio como distinto do seu meio ambiente.

processos de estruturação, porquanto a estrutura “estabelece a medida e as fronteiras para a complexidade própria do sistema e, deste modo, também para a complexidade do mundo apreensível no sistema” (Luhmann, 2005b: 93).

Para que o sistema social efetivamente se estruture, e não degenere face à sua entropia mais cedo do que aquilo que é suposto, as suas fronteiras devem ser atualizadas mediante a formação de novos elementos de sentido, preferencialmente favoráveis à reprodução interna (Bailey, 1994; Luhmann, 2012).

O próprio Luhmann refere (*cit in* Santos, 2005: 155) que “antes de toda a adaptação, o tempo já está presente na forma da constante desintegração (...) dos elementos (...) [pelo que] o sistema é obrigado a tornar-se a si próprio irreversível através da constante formação de novos elementos”. Portanto, só evoluindo mediante a construção (e aplicação) do conhecimento, adicionando novos elementos de sentido e superando as contingências da história, pode um sistema social existir e reduzir a complexidade do mundo; só assim, parafraseando Foucault (1992), poderá o sistema social dominar a aleatoriedade da sua existência, e controlar a sua pesada materialidade.

Para tanto, qualquer sistema social precisa de se acionar, isto é, de comunicar a informação (por vezes, discursivamente elaborada) até níveis sistémicos situados hierarquicamente abaixo, porque funcionalmente dependentes (Luhmann, 2005b), a saber: a) ao nível *performativo*⁶⁸, onde a produção discursiva irá aferir e modelar a eficácia no desempenho da função, tendo em conta o contexto macroestrutural, e b) ao nível programático das suas organizações, onde se espera que as sínteses comunicativas⁶⁹ produzidas no seu âmbito reduzam a improbabilidade da comunicação

⁶⁸ Referimo-nos aqui a um conjunto de critérios, “um projecto selectivo, simplificado, mas comprovável, do meio ambiente, de ponto de apoio a uma acção significativa e praticamente realizável (...) [no qual] a complexidade indefinida do mundo transmuta-se em problemas de automanutenção de mais exacta especificação”. Portanto, advêm do exterior, e são por um sistema integrados, certos “métodos teleologicamente mais claros da elaboração da informação”, e que por isso se afiguram mais eficazes na resolução de problemas da mais variada ordem (Luhmann, 2005a: 43).

⁶⁹ A partir de Maurer (2012), uma síntese comunicacional luhmanianna compreende a informação, a elocução e a compreensão: A informação refere-se ao produto selecionado de entre um repertório de possibilidades; àquela soma-se a elocução – a razão e a forma como a informação é veiculada – e a compreensão, que acontece quando a elocução e a informação são compreendidas como duas seleções

e, conseqüentemente, as condutas se “harmonizem” em torno da operacionalização do sentido construído pelo sistema social.

Se a última dimensão, intimamente ligada aos efeitos de poder decorrentes da construção do conhecimento (Foucault, 1980, 1992), constará do capítulo seguinte, neste a nossa atenção voltar-se-á para a primeira, entendendo que a plena afirmação do TS, como parte integral e complementar do arranjo sistêmico que produz a ordem social do pós-1973, fez-se depender das observações de segunda ordem⁷⁰ que, produzindo novas dimensões discursivas, se afiguraram capazes de aferir e moldar a performance ou desempenho do “setor (de atividades)”, tendo em vista o cumprimento da função por si tomada.

Tal aceção não significa que o TS pôde dispensar as observações de primeira ordem que o tornam autónomo, isto é, diferente do ambiente em que opera; mas deixa antever a emergência de uma nova tendência no discurso técnico-científico dominante: a da abertura da reflexividade relativa ao TS, especificamente na dimensão que observa a execução dos seus predicados, avalia a qualidade da sua especialização e, com isso, reorganiza sentidos e generaliza expectativas para além de situações particulares, ou circunstâncias mais ou menos imprevisíveis.

Assim, as formas como o ES se foi construindo e institucionalizando no TS, até ao final do séc. XX, resistindo às condições desfavoráveis e aproveitando as conjunturas favoráveis, é o tema do presente capítulo.

distintas capazes de enformar (ou não, dependendo da aceitação ou rejeição) um significado a ser aplicado em comunicações posteriores.

⁷⁰ Com este conceito, Luhmann (2012) tenta introduzir a análise teórica da sociedade como sistema à cibernética de segunda ordem, relevando-se daqui o carácter vital daquele que observa a observação (distinção) – assumamos que se trata, neste contexto, de um investigador do sistema técnico-científico – para o estudo e desenvolvimento de um sistema social (na estabilização de significados e designações, na arbitragem dos debates entre objetividade/subjetividade ou ainda no rearranjo das fronteiras entre sistema e ambiente, por conta da sua perspectiva simultaneamente fora e dentro (cf. Bailey, 1994)). Deve ainda registar-se que a observação de segunda ordem parte do pressuposto que a autobservação tem pontos cegos acessíveis apenas à hetero-observação, uma vez que um sistema não pode realizar uma operação de distinção da operação de distinção que se encontra a realizar, ou, por outras palavras, não consegue diferenciar aquilo que se encontra a diferenciar (Luhmann, 2012).

1.1 A *performance* sistémica do Terceiro Setor

Na segunda metade da década de 1980, o campo discursivo do TS parece albergar um conjunto de elucidativas disputas. De um lado, Lester Salamon encabeça os esforços para mover o eixo conceptual para além das teorias que anteriormente mencionámos, escrevendo, em 1987, o seguinte:

“Este artigo argumenta que a negligência devotada às relações governo-organizações não-lucrativas é menos um produto de falta de investigação do que de importantes fraquezas teóricas. Tanto a teoria do *welfare* e a teoria do setor voluntário são deficientes. Para ultrapassar estas fraquezas, o artigo avança uma formulação teórica alternativa que substitui (...) a teoria prevalecente ‘falha de mercado-falha de estado’ com uma teoria construída em redor do conceito de ‘falha voluntária’ [*voluntary failure*]⁷¹. Vistos através destas lentes conceptuais alternativas, o fenómeno da parceria governo-organizações não-lucrativas torna-se muito mais visível e compreensível.” (Salamon, 1987: 29)

Dispondo-se a apontar um caminho de maior equilíbrio (e menores constrangimentos) para o TS, baseado no estabelecimento de relações profícuas entre este e o Estado, e ao mesmo tempo defendendo a impossibilidade da sua substituição pela filantropia, esta perspetiva não enfrenta, todavia, uma ausência de contraponto.

Por exemplo, Steinberg (1987) argumenta, a partir de pressupostos sobre as ações de um ator racional num jogo competitivo, que a retração de financiamento público levaria, provavelmente, a um correspondente aumento de donativos privados, fator que, servindo para equilibrar balanços, dispensa questionamentos incómodos. Numa outra

⁷¹ Segundo Salamon (1987) o conceito de “*voluntary failure*” apoia-se essencialmente em três argumentos estruturantes: (a) Insuficiência filantrópica, que argumenta que a filantropia nunca disponibilizará recursos económicos suficientes à provisão destes serviços a uma escala espaço-temporal satisfatória; (b) Particularismo filantrópico, que aponta a tendência para a filantropia privilegiar sistematicamente certos grupos em detrimento de outros possivelmente mais necessitados e, decorrente desta, (c) Paternalismo filantrópico, que critica a disponibilização de recursos sistematicamente favoráveis à manutenção de estruturas de poder e do statu quo.

recensão, particularmente cáustica, Mark Hughes (1988) não deixa de particularizar a sua crítica, notando o seguinte:

“Alguns autores, particularmente Lester M. Salamon (...) estão predispostos para a noção de que o setor não-lucrativo tem uma relação mais próximo com o setor governamental do que com o mercado lucrativo. Consequentemente, eles negligenciam muita da literatura que vê a emergência do terceiro setor, e a atividade dentro do setor, no âmbito do processo de mercado. Esta é uma falha infeliz.” (Hughes 1988: 62, 63).

Para compreender os modos de resolução desta disputa, evocamos novamente a *episteme* do espaço-tempo em que nos encontramos e, muito especialmente, a magnitude da influência ideológica de um neoliberalismo transposto em *ideologia em si e para si*. Culminando num dos momentos históricos mais importantes no séc. XX – que foi a queda do Muro de Berlim em 1989, consequente desmoronamento do bloco soviético e, com ele, do Comunismo como opção política, económica e ideológica culturalmente aceitável para a regulação do sistema-mundo – o triunfo do neoliberalismo desvela-se num único caminho possível⁷²: o do realismo capitalista, como diria Mark Fisher (2009).

Sob este pano de fundo, algo de curioso acontece ao campo discursivo do TS. Por um lado, os estudos sobre o TS enquanto sistema social autónomo, e a partir de uma perspetiva nacional (que aqui equivale a dizer norte-americano), vão dando progressivamente lugar a análises comparativas transnacionais, que o distinguem dos seus ambientes/contextos particulares⁷³, como atestam as influentes compilações de

⁷² Suportada pela inculcação simbólica da ausência de alternativas credíveis face à banalidade da sua evidência (Bourdieu, 1998), e impactando praticamente todas as zonas geopolíticas do sistema-mundo, cremos que é a partir deste momento que a *Modernidade*, como afirma Lipovetsky (1989: 11) “deixou de ter dúvidas ou críticas fundamentais em relação a si própria, (...) [de existir] um contra-modelo ao que está posto, [de possuir] qualquer imagem gloriosa de si própria ou projecto histórico mobilizador”.

⁷³ É também por isto que a referência à ideologia enquanto matriz generativa e funcional (Zizek, 2012) não é despicienda, do nosso ponto de vista, já que, para além do que atrás foi sendo exposto, observar a distinção sistema/ambiente é também tomar sobre ela uma posição, partindo do pressuposto de que a observação dos processos e operações internas de um sistema redundaria necessariamente – pelo primado seletivo – na produção de uma sentença acerca daqueles que devem ser mantidos, e daqueles que devem ser descartados.

Jon Van (1988), de Lyman e Hodgkinson (1989), ou de Helmut Anheier e Wolfgang Seibel (1990).

Um dos pontos cruciais ali constantes tem como ponto de partida a suposta adequação da perspectiva económica neoclássica ao TS, e foi exemplarmente sumarizado por Robert Gassler, da seguinte forma: “que setor – governo, mercado ou terceiro – está mais apto a satisfazer preferências individuais (...)? Para responder a esta questão, precisamos de critérios de performance comparáveis.” (Gassler, 1990: 144).

Enveredando por essa linha de investigação e orientação, Lester Salamon propõe-se a liderar a equipa de um projeto de investigação de grande envergadura – “*The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*” – do qual resultaria o primeiro discurso verdadeiramente galvanizador de um TS mais apto a satisfazer as preferências em questão e que, por isso mesmo, poderia “provar-se tão importante para o final do séc. XX como a emergência do estado-nação foi para o séc. XIX” (Salamon & Anheier, 1994: 109).

Tendo existido, até, uma versão para Portugal e o seu próprio TS (Franco et al., 2005), estes estudos vieram contribuir para uma maior visibilidade de um sistema social empiricamente verificável e em suposto crescimento, traduzindo-o em termos económicos (mas também políticos) que possibilitaram, por exemplo, a quantificação do número de trabalhadores (remunerados ou voluntários), as horas de trabalho e de voluntariado despendidas, as receitas e o peso das diversas fontes de financiamento, entre muitos outros indicadores.

Parece certo que a crescente uniformização de classificações e indicadores permitiu desenvolver comparações internacionais (Salamon & Anheier, 1996) que acrescentaram ao campo discursivo do TS um sentido universal, afirmando a sua existência em diversos contextos espaciais e socioculturais, com o auxílio de métricas normalizadas e determinados critérios estatísticos.

Porém, este discurso não deixa de se posicionar no espectro da observação da função social e dos processos de estruturação do TS, ainda que introduza influentes contrastes/diferenciações entre domínios geográficos. É, aliás, nessa base que se

permite afirmar que uma “dominância de relações tipicamente mercantis” (Salamon, 1993: 16), baseada no crescimento de “taxas e vendas como principal fonte de crescimento não-lucrativo” (idem), constitui uma tendência – “a mercantilização do Bem-Estar”, também um tópico relevante na literatura contemporânea britânica (E.g.: Le Grand & Bartlett, 1993) – que “pode ter resultados positivos, mas levanta questões sérias acerca do futuro do setor não-lucrativo e acerca do acesso da parte dos desfavorecidos” (ibidem).

Ainda assim, tais inquietações não são partilhadas por todos os observadores. Se aceitarmos que, após o aval à função e primeiros processos estruturantes de um sistema social, é a sua performatividade e legitimidade que passam a ser privilegiadas (Esteves, 2005), pode dizer-se que cabe agora aos observadores de segunda ordem modernizar o TS, dotá-lo das condições de que este necessita para expressar a sua própria racionalidade⁷⁴.

No final da década de 1980, Lester M. Salamon representaria, porventura, uma fação de “velha guarda”, ligada a questões sistémico-funcionais cada vez mais percecionadas como ultrapassadas e que a década de 1990 trataria de descartar. Mas em favor de quê? Julgamos que, num impulso inicial decisivo, em favor de um TS como subsistema do Mercado (de troca⁷⁵), assim observável porque, como todos *sabiam* à altura, o “estudo dos mercados onde as organizações [do TS] (...) são ativas, é análogo às análises de

⁷⁴ A expressão aqui utilizada remete para a proposição de que os sistemas expressam a sua racionalidade quando conseguem utilizar como informação interna (e para efeitos de dotação de sentido) as observações externas referentes às suas próprias operações. Ligando-se, portanto, à construção social do conhecimento, explica o autor que: “como racionalidade sistémica, a racionalidade é relativa ao sistema; está, portanto, ligada simultaneamente de modo histórico e efectivo a estruturas constituídas da elaboração da vivência” (Luhmann, 2005a: 52), acrescentando-lhe o corolário: “como racional surgiria, então, cada vivência constitutiva de sentido e cada acção, na medida em que concorre para a solução de problemas sistémicos e, deste modo, para a conservação de estruturas redutivas num mundo extremamente complexo.” (idem: 53).

⁷⁵ Esta é a perspectiva, por exemplo, de James Douglas, autor de outro capítulo da compilação de Powell (1987): “As organizações privadas (tanto lucrativas como não-lucrativas não têm o poder [que o Estado tem] para comandar os recursos de que necessitam. Elas têm de trocar algo que possuem (...) por algo de que necessitam, ou descobrir uma veia de generosidade... A troca também desempenha um papel nas transações do setor não-lucrativo voluntário. Aliás, se usarmos o termo troca num sentido lato o suficiente, pode ser usado para albergar até os esforços voluntários mais altruístas” (Douglas, *cit in* Hughes, 1988: 63).

mercados competitivos e com informação imperfeita” (Rose-Ackerman, 1986, *cit in* Gassler, 1990).

É nesse contexto epistémico que Peter Drucker (1989), de forma aparentemente contraintuitiva, defende que as organizações lucrativas têm muito a aprender com as do TS, assim promovendo um exercício que, todavia, não pode deixar de ser visto como uma hábil forma de estabilizar determinadas “verdades” sobre as OTS, por intermédio da lisonja, a saber: (a) Um foco na missão organizacional; (b) Uma direção responsável (“*accountable*”) e cuja performance é regularmente avaliada; (c) Uma gestão de recursos humanos cada vez mais profissional e conhecedora das necessidades dos seus trabalhadores e voluntários.

O facto é que, ao salientar determinadas práticas das OTS enquanto standard de boas práticas válido para todas as atividades, aquele autor está preventivamente a exigir que aquelas cumpram com os seus próprios predicados, sendo, por outro lado, altamente duvidoso que os *businesses* tenham prestado muita atenção, em 1989, a esta espécie de lição. Já as OTS que não apresentavam tais práticas, encontraram ali, julgamos nós, um forte incentivo para mudar.

Mais explícita, a este respeito, é a narrativa que Steckel emprega no seu texto de 1989, sugestivamente intitulado “*Filthy rich and other nonprofit fantasies: Changing the way non-profits do business in the '90s*”: é necessário mudar as práticas e atitudes organizacionais, para a nova década que se avizinha, mediante o “empréstimo” de ferramentas do setor privado e a adoção de um modelo organizacional empresarial, condições essenciais para o cumprimento da sua missão e demais “fantasias” lucrativas (Steckel, 1989).

Sobre os modelos organizacionais mais apropriados a cada circunstância ambiental, Lifset (1989) encarregou-se de reduzir a panóplia a três opções (que merecem menção, face à atualidade que ainda apresentam): (a) uma atividade não-relacionada com a missão, no qual uma organização lucrativa faz reverter os seus dividendos para a “casa-mãe”; (b) uma atividade relacionada com a missão, isto é, uma organização com objetivos simultaneamente lucrativos e sociais, tal como apresentada pouco tempo

antes por Skloot (1987) ou (c) Uma contribuição individual ou *fee-for-service*, na qual os serviços prestados são pagos pelo “cliente”.

A ideia de que a obtenção de lucro é uma parte essencial da atividade das OTS parece naturalizar-se, por esta altura, restando apenas aos seus executivos a melhor forma de a traduzir, para a prática. Para os apoiar, novamente Peter Drucker (1990⁷⁶), *lui-même*, publica um guia prático de gestão para as OTS⁷⁷ e futuro *bestseller* que, entre entrevistas a figuras reconhecidas do campo (E.g.: Philip Kotler), contém pequenos ensaios sobre “estratégias vencedoras”, “regras básicas – *don’t’s and do’s*” e sumários de cada secção com “implicações para a ação”, especialmente do ponto de vista da estratégia organizacional, e do papel do líder e seu desenvolvimento “enquanto pessoa e executivo”.

Baseados em fundamentos de gestão de organizações lucrativas tidos como aplicáveis ao contexto específico do TS, discursos como estes que temos vindo a analisar passarão, para a década seguinte, com um estatuto de expectativa, no sentido em que passam a fazer parte dos processos de estruturação do sistema, orientando a sua evolução (Luhmann, 2005b). E, se quisermos ser mais específicos, torna-se evidente que o Mercado tomou conta, digamos assim, do processo de significação da evolução do TS.

Com efeito, se a aproximação do ES à sua *herkunft* era já evidente, na década de 1980, enquanto modo de comunicar eficazmente aquilo que se pensava ser uma agência desejável no seu âmbito, o discurso técnico-científico da década de 1990 irá dar-lhe óbvia continuidade, mediante a transferência, para o novo domínio (i.e. o TS), a assinatura particular do “empreendedorismo”, os seus discursos e os seus heróis, as

⁷⁶ Incidentalmente, Maria Fernandes (1991) completava no ano seguinte, em Portugal, uma tese de mestrado que toma como objeto as “organizações não-lucrativas e a sua gestão estratégica”, numa reflexão, como se vê, plenamente adequada aos desafios do seu tempo. Acrescenta-se que o tema, em Portugal, só viria lograr abordagens semelhantes muito mais tarde, nomeadamente nos trabalhos de Amílcar Ramos (2004), Paula Sebadelhe (2011) ou Maria Podence (2012).

⁷⁷ Em Portugal, o primeiro guia deste género de que temos conhecimento, intitulado precisamente “Guia Prático para Associações sem Fins Lucrativos”, data de 2005 e, tendo sido comissionado por uma autarquia, é da autoria de Cristina Fernandes e Paula Castro (Fernandes & Castro, 2005).

marcas visíveis e distintas que compõem o código matricial do seu sentido (Agamben, 2009).

Tendo em conta que, quando uma *assinatura* se transfere para fora do seu domínio original, ela: (a) marca no novo a referência a todo um universo interpretativo original; (b) sinaliza o que é esperado de todos com quem ele contacta (a quem é atribuído e a quem observa) e (c) indica que o novo é semelhante ao original (Agamben, 2009), apresentamos como primeira evidência a publicação de Fallon (1991: 47) a qual, insistindo numa exigência sistémica de “solvência fiscal” afirma, num tom académico que “contraria o senso comum” (idem), que as organizações “não-lucrativas devem ganhar lucro” (ibidem); Aliás, o conforto com esta asserção levá-lo-ia mesmo a construir, no decorrer do artigo, uma metodologia aplicável à determinação do nível apropriado de lucratividade que uma organização deve perseguir.

Grande parte dos observadores parece aderir à matriz de sentido que se encontra subjacente: As técnicas gestionárias são universais; as relações de produção devem orientar-se para um valor – evidentemente não de uso (ou usufruto partilhado), mas de troca mercantil (Harvey, 2014) –; o TS é semelhante ao Mercado, e o novo é semelhante ao original. Surpreende pouco, por isso, que as “coisas murmurem já um sentido que a linguagem só tem que fazer brotar” (Foucault, 1992: 30).

Veja-se o *zeitgeist* de meados dos anos 1990 plasmado no tom entusiasmado de Jerr Boschee (1995) ao declarar que “algumas organizações não-lucrativas estão não só a pensar o impensável, estão a fazê-lo – Ter lucro”. E, com textos sucintos e casuísticos que facilitam a passagem da prescrição à ação a suceder-se (e.g.: Oberfield & Dees, 1991), o próprio desiderato de sobrevivência do TS – colocado no centro das problemáticas sistémicas mais de uma década antes – já se modificou para um de autonomia financeira empoderada (Brinckerhoff, 1995). Em seu auxílio, acorrem os discursos do “marketing” que, a partir de certo ponto, passam a ser aplicadas a “clientes e doadores” com um grau razoável de sofisticação (Arbuthnot & Horne, 1997).

Enquanto os géneros discursivos como os manuais ou *handbooks* (e.g.: Oster, 1995) se tornam mais raros, a aplicação de técnicas, regras e lógicas empresariais, aliadas à praxis do serviço social, passam a objetivar a empresa social (Emerson & Twersky, 1996).

Com o desvelar de processos altamente recursivos⁷⁸, que aliás se vão reforçando mutuamente, parece ganhar ímpeto a necessidade das OTS se “adaptar[em] a certos fatores externos”, com “responsividade” e “inteligência de mercado” (Wood & Bhuian, 1993: 7), isto é, mediante uma “orientação de mercado” (Balabanis, Stables & Phillips 1997).

Ao anunciar a natureza da sua relação com a coisa designada, facto “que predispõe à interpretação de conhecimentos específicos” (Agamben, 2009: 66), o novo “conceito” parece adequar-se àquilo que se pretende institucionalizar, na dimensão performativa do TS. Contudo, e apesar destas tendências, a utilização do signo “empresa” também trouxe alguns problemas para os observadores do TS.

O raciocínio que se pretende expor prende-se com o seguinte: Se a autonomia do TS se sustenta a partir de um ponto de vista que o diferencia do seu ambiente (e de outros sistemas) e a “empresa” enquanto “signo significa porque traz consigo uma assinatura que necessariamente predetermina a sua interpretação e distribui o seu uso de acordo com regras práticas e preceitos que devem ser reconhecidos” (Agamben, 2009: 64), torna-se difícil, ou até paradoxal, que um sistema como o TS esteja a incorporar um signo de um sistema social diferente sem ter meios para o traduzir internamente. Dito de outro modo, se o TS não é o Mercado, então as suas organizações não podem ser “empresas”, sob pena das fronteiras de sentido ruírem, por assim dizer (Luhmann, 2012). Vejamos como este emergente paradoxo foi, aparentemente, resolvido pela via discursiva.

⁷⁸ Segundo Luhmann (1991: 72): “Um processo é chamado de recursivo quando utiliza os resultados das suas próprias operações como base para operações futuras – isto é, o que é empreendido é determinado em parte pelo que ocorreu em operações anteriores”. Num sentido similar, Foucault (Foucault, 2008a: 141) é, todavia, mais erudito: “A análise enunciativa supõe, finalmente, que se levem em consideração os fenómenos de recorrência. Todo o enunciado compreende um campo de elementos antecedentes em relação aos quais se situa, mas que tem o poder de reorganizar e de redistribuir segundo relações novas (...) redesenha o que o torna possível ou necessário, exclui o que não pode ser compatível com ele”.

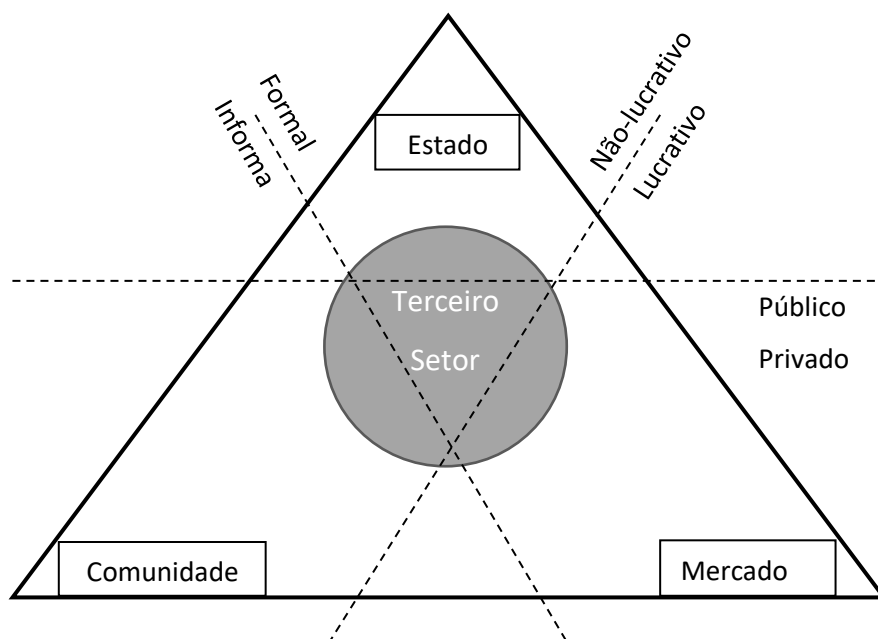
1.2 O Terceiro Setor como um sistema “híbrido”

A resolução de processos e paradoxos performativos teve como consequência não apenas a sinalização daquilo que passou a ser exigido ao TS e suas organizações após a sua autonomização, mas também uma “calibragem” dos significados adscritos às suas práticas, e lógicas subjacentes. Portanto, sempre se afigurou conveniente disseminar a ideia de que o TS se trata de um sistema social cujas fronteiras de sentido não são claras nem estanque, mas antes revelam uma fluidez comunicacional com outros sistemas sociais (facto que permite absorver, de cada um, certos conhecimentos, e até características institucionais).

A prová-lo, já McGill e Leland (1975) apontavam a não-conformidade (face a entidades públicas e privadas) como marca original do “novo” TS, composto por organizações com um alto grau de ambiguidade quanto a objetivos, bem como de funções e princípios de atuação potencialmente conflitantes no seu seio.

Não obstante, tudo isto se torna mais claro ainda quando o TS é observado, simbolizado e esquematizado (Cf. Figura 1) como um “setor” económico, social e político intermediário entre as esferas pública, mercantil e doméstica (Pestoff, 1992; Evers, 1993, 1995).

Figura 1 – O TS no triângulo do *welfare mix* (adaptado de Pestoff, 1992: 25)



Dispensando reflexões interpretativas alongadas, que certamente escapariam ao âmbito do nosso trabalho, o “*insight*” fundamental a retirar desta visualização é que, a partir deste momento, o TS reconstitui-se como sistema social “híbrido”, permeável a racionalidades advindos de outros sistemas sociais. Para o efeito, tornou-se necessário instituir novas regras de jogo, normas, convenções e hábitos que, não retirando a primazia funcional do TS, pudessem estabelecer a noção de que o cumprimento da sua função é altamente complexo e deve dizer respeito, de forma mais ou menos direta, a um arranjo intersistémico (frequentemente referida como “economia mista”) sob o signo de uma complementaridade (institucional⁷⁹) dinâmica (Cafferata, 1997). Eis a noção de bem-estar misto (i.e. *Welfare Mix*) a partir da qual uma vasta gama de agentes (e sistemas sociais) desenvolvem esforços coordenada e sinergicamente (ou pelo menos assim *devem*) especialmente no que toca à promoção de políticas públicas (Evers, 1995).

Dotado do conteúdo discursivo de que necessitava para atualizar o seu sentido, é sobre essa base auto-descritiva que irá construir uma identidade própria e diferenciada de sistemas passados, já que, a partir daqui, deve-se lidar com o TS não como um “fenómeno isolado a flutuar livremente no espaço social, mas como uma parte integral de um sistema social” (Salamon et al. 2000: 21 *cit in* Almeida, 2008: 5).

Em última análise, o fenómeno só vem admitir a interdependência sistémica⁸⁰, da qual o TS passa a ser sistema social a ter conta. Mas é evidente que as distinções promovidas levam à imaginação de um sistema social equidistante dos outros que consigo se relacionam. E esta torna-se uma ideia sedutora, julgamos que por diversos motivos.

⁷⁹ A complementaridade institucional pode descrever, a partir da conceção de Boyer (2005:39, *cit in* Almeida, 2008: 7) “uma configuração na qual a viabilidade de um formato institucional é inteira ou fortemente condicionada pela existência de outras formas institucionais, pelo que a sua conjugação oferece uma maior resiliência e proporciona uma melhor performance comparativamente a outras configurações”.

⁸⁰ Como refere Luhmann (1986, *cit in* Jessop, 2008: 7) “numa ecologia auto-organizada de sistemas sociais funcionalmente autónomos, a evolução da sociedade ocorre sempre através de uma co-evolução (...) formada por interdependências entre sistemas (...) na medida em que estes constituem ambientes mutuamente relevantes (...) e a evolução de cada um é condicionada por distúrbios que são criados por outros sistemas e aos quais têm que reagir e adaptar-se, se tal se impuser, nos termos dos seus respetivos códigos e programas”.

Desde logo, a natureza do arranjo sistémico que possibilitou a emergência do TS, e muita da sua evolução estrutural e discursiva, torna-se ainda mais opaca, uma vez que, reafirmando a autonomia e independência daquele, insulam-no da possibilidade (imaginada, latente ou atualizada) quer de servir de veículo de uma transferência funcional *top-down* por parte do Estado, quer da importação *tout-court* da racionalidade económica do Mercado avançada desde há décadas pelos autores norte-americanos. Ao invés, a tónica é colocada na necessidade do estabelecimento de uma complementaridade institucional capaz de refletir uma prática económica, mas também política e social, devotada ao interesse geral e à estabilidade social (Pestoff, 1992; Evers, 2000; Nyssens, 2000).

Certamente que esta construção discursiva deve ser enquadrada nas suas condições sociais e teóricas específicas, ou seja, interpretada como um contributo geograficamente específico para a defesa do chamado “modelo social europeu” e seu futuro na “era global”, como lhe chama Giddens (2007). Ainda assim, a proveniência do centro do sistema-mundo fá-lo ser tido suficientemente em conta noutras regiões geográficas, até porque responde a questões que até aí não haviam sido adequadamente respondidas, como por exemplo: Qual é o sistema social com o qual o TS deve estabelecer relações privilegiadas?

Num primeiro momento, depreende-se que uma afinidade (desde logo, histórica) com o Estado legitima uma dada preferência (Evers, 2000). E isso viria a traduzir-se, também, em mudanças adaptativas nas organizações do TS, as quais, como vimos, são agora vistas, cada vez com maior acuidade, como “empresas sociais”. No seguimento, estas elevam-se a parceiro ideal para a inclusão social dos pobres e excluídos (Seelos & Mair, 2005; Toner, Lyne & Ryan, 2008; Sodhi & Tang, 2011), sobretudo através do Trabalho e da geração de emprego (Borzaga & Defourny, 2001); Demoustier & Rousseliere, 2004; Borzaga, Galera & Nogales, 2008; Chaves & Monzón, 2011), à qual se soma, como vimos anteriormente (Cf. Capítulo 1), a interligação cada vez mais profunda entre políticas de proteção social e políticas ativas de emprego (Pascual, 2007).

Enquanto possibilidade de uma prática sociopolítica, na qual a expressão “*Big Society*” é de uso lexical corrente (cf. Rodger, 2012), assim se pode começar a construir um marco

institucional de governação pública que, influenciando a conceção de políticas sociais de largo alcance e concomitante distribuição de recursos⁸¹, parece tornar a sua colagem ao ES “inevitável”. Porém, e de forma recíproca, a legitimidade do mesmo parece depender da adesão das OTS (e não menos ao ES e suas práticas discursivas), conforme se pode ler no seguinte excerto de Anthony Giddens:

“As organizações da sociedade civil têm de ser centrais para a distribuição e configuração de programas de *welfare*. (...) Mas não se podem legitimar essas organizações em bloco. Eficácia e legitimidade são tão necessárias aqui como noutro lado qualquer. As organizações caritativas da velha guarda podem ter, quanto muito, um papel limitado. (...) O espírito empreendedor, que não pode ser confinado à dimensão do negócio, pode ter um papel vital. Assim, os empreendedores sociais devem estar alertados para as oportunidades e perseguir objetivos sociais, tal como líderes empresariais o estão relativamente objetivos económicos.” (Giddens, 2007: 102)

Como fica patente desta prática discursiva, nem só do Estado podem viver as OTS, porquanto, no âmbito das novas conceções relativas aos modos e princípios de integração sistémica a que o TS se deve adaptar, torna-se exigível a concomitante adaptação das estruturas organizacionais à nova realidade.

A este racional não podem ser alheios os contributos, ainda que distantes, de Edith Penrose que à margem do seu objeto de estudo central, na obra de 1959 “The Theory of the Growth of the Firm”, acaba por realçar certas qualidades dos empreendedores, como a visão e a imaginação, as quais permitem introduzir na e em nome da empresa novas ideias e expectativas⁸² subjetivas quanto às circunstâncias externas (Penrose,

⁸¹ Por exemplo, para a perspetiva política da União Europeia, a promoção do ES é uma prioridade de investimento específica quer do Fundo Social Europeu, quer do Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu, para o período de 2014 a 2020 (Cf. European Commission, 2013).

⁸² Essas expectativas (que, para a autora, dizem basicamente respeito a cálculos sobre que recursos são necessários e de que forma estes podem ser configurados para explorar uma oportunidade) vão posteriormente orientar estrategicamente o controlo administrativo da produção numa ótica de atualização face ao ambiente exterior – a seu ver, o maior fator de competitividade e crescimento das empresas (Penrose, 1959, *apud* Chell, 2008).

1959 *apud* Adaman & Devine, 2002). Ou ainda de Kenneth Arrow, autor que insiste na análise dos padrões de alocação de recursos no âmbito de modelos gerais de equilíbrio sistémico, intuindo que alterações num dado sistema (da gestão de inventário a decisões estratégicas) “provocam” reações quase automáticas de mudança num outro que, direta ou indiretamente, com aquele se relacione (Arrow, 1974, *apud* Adaman & Devine, 2002).

Se assim laborarmos, como parte dos economistas fará, nos modelos de formação exógena de expectativas subjetivas, e nos modos de introdução das mesmas numa organização, tendo em vista a sua evolução adaptativa e estratégica, então perceberemos melhor o alcance da proposta do TS como sistema social híbrido, e compreenderemos como a resposta para a questão anteriormente levantada não se encontra, de forma cabal nem definitiva, no Estado.

Muito pelo contrário, a partir do momento discursivo da “hibridez”, qualquer entidade do ambiente é perspectivada como potencial “*stakeholder*” ou parte interessada na resolução de problemas sociais, sendo que se todos devem estar aí implicados, nenhuma relação (ou prática social no seu âmbito) se afigura, à partida, mais legítima do que outra.

Segue-se que a introdução de novos “jogadores”, racionalidades ou interesses nas estruturas de controlo de uma OTS passa a ser vista como desejável e até necessária, aparentando representar uma decisão que cria valor, em primeira instância, ao fornecer mais opções de financiamento de atividades, e a partir de uma maior diversidade de fontes (Froelich, 1999).

Por conseguinte, e contando que a construção social da legitimidade⁸³ é um processo simultaneamente ativo e passivo, envolvendo uma organização e o seu ambiente

⁸³ Legitimar refere-se ao processo através do qual determinadas interpretações culturais são construídas para explicar e apoiar a existência de uma dada entidade social, seja ela um grupo, uma autoridade ou uma prática social, ocorrendo apenas quando aquela é congruente com as normas, valores e crenças partilhadas por uma sociedade num determinado tempo histórico (Berger & Luckmann, 2004). Como último estágio de um processo de institucionalização, “segue-se que a ordem institucional em expansão cria um correspondente manto de legitimações que estende sobre si uma cobertura protetora de interpretações cognoscitivas e normativas” (Berger & Luckmann, 2004: 88-89).

(Suchman, 1995), é sem surpresa que se observa a integração de novos atores sociais como suposta parte interessada, significando que uma nova vontade de poder (Foucault, 1988), ou de exercer poder no TS, é, a partir de certo ponto, espoletada em sistemas e agentes⁸⁴ que até aí não a tinham experimentado.

Assim se interpreta a gravitação do discurso técnico-científico afeto ao TS, na viragem do milénio, para as esferas dos “filantropos” (Reis, 1999; Reis & Clohesy, 2001) ou dos “*venture capitalists*” (Letts, Ryan & Grossman, 1997; Silby, 1997) – que, a propósito, são aqueles que conseguiram acumular capital no Mercado e que agora trazem e traduzem as suas práticas anteriores, e estrutura de poder, para um outro sistema social.

Sob esta lente, será pacífico notar que se trata de um exercício de poder que nasce da semente da desigualdade e da hierarquia social de um dado espaço-tempo, como é subliminarmente abordado por Salamon (1987), quando este, face a um aumento da popularidade do fenómeno, chamava a atenção para os défices de uma abordagem aos problemas sociais a partir da filantropia, nomeadamente para as tendências de favorecimento de determinados grupos e de alavancagem de recursos favoráveis à manutenção de estruturas de poder.

Portanto, suportado teoricamente por um *novo institucionalismo*⁸⁵, que prevê que determinados atores não-convencionais investirão no controlo das organizações do TS se “perceberem que os benefícios de controlo compensam os seus custos e que o benefício líquido é maior do que aquele que seria atingido por adquirir noutro lugar o bem ou o serviço” (Almeida, 2010: 31), o convite está lançado para que as OTS estabeleçam parcerias profícuas com estruturas do Mercado em torno de interesses (supostamente) comuns (Sagawa & Segal, 2000).

⁸⁴ Dispensando o aprofundamento do significado e estatuto teórico deste termo (para uma discussão mais aprofundada *vide* Pires, 2007), conceptualizamos o agente como o nível individual de um sistema, profundamente ligado quer ao papel social, quer ao desempenho desse papel, em estreita articulação com o self (autobiográfico).

⁸⁵ Estabelecido desde Powell e DiMaggio (1983), esta corrente discursiva prefigura que a legitimidade de uma organização é derivada primordialmente da ostentação de estruturas (instituídas e tanto quanto possível normalizadas) ou modelos organizacionais considerados apropriados pelos stakeholders,

E quem faz o convite e intermedeia a relação? O empreendedor (social), claro está, a peça-chave na evolução dos sistemas sociais na medida em que são estes que fazem a ponte entre os recursos presentes no ambiente, e a organização que deles necessita para sobreviver⁸⁶ e prosperar (Aldrich, 1979, *cit in* Ländstrom, Harirchi & Aström, 2012).

Para além de um alinhamento de vontades, assume-se que o empreendedor social se afigura apto a falar a mesma língua, por assim dizer, destes novos filantropos (Parkinson & Howorth, 2008). Aliás, no que diz respeito a ambos os agentes, as semelhanças são tornadas (ainda mais) evidentes quando a ambos se pode aplicar, segundo alguns observadores, a fórmula combinatória de um “instinto empreendedor com um compromisso de dar algo de volta à comunidade” (Michael, 2006, *cit in* Parkinson & Howorth, 2008).

Não obstante, os modos de comunicação não parecem assentar, primordialmente, numa coloquialidade, ou intersubjetividade de sentido habermasiano. Talvez porque aqueles capazes de financiar as atividades das OTS parecem pouco aptos a valorizar os objetivos e impactos sociais como tão atrativos quanto os económicos (Sud, VanSandt & Baugous, 2008), preferindo por isso refletir sobre a ação mediante a linguagem reificante que conhecem e dominam.

Na medida em que os “novos filantropos” reclamam para si uma nova forma de dar, recusando as antigas práticas da caridade e aplicando novas estratégias de investimento similares às que ocorrem no Mercado, nomeadamente do setor financeiro (Martin, 2007), o estabelecimento de relações interorganizacionais passa a depender, de forma crescente, na quantificação de resultados e impactos (Wagner, 2002). Novas exigências somam-se, desta forma, à lista de condições de existência de uma empresa social, à entrada para o séc. XXI.

Consequentemente, o sistema técnico-científico (cor)responde com o desenvolvimento (ou adaptação) de técnicas de prestação de contas – facilitadoras e demonstrativas da

⁸⁶ Neste aspeto é notória a influência dos trabalhos de Pfeffer e Salancik (1978) sobre a necessidade absoluta, tornada dependência, que as organizações possuem para angariar recursos que advêm exterior, sem os quais não existem.

integração das dimensões éticas e financeiras na performance organizacional (Zadek, 1998; Anheier, 2000) – legando para a posteridade todo um conjunto de medidas de impacto social (cf. Rawhouser, 2019) baseado em testes-bitola como o “*social reporting*” (Zadek, 1998), o “*triple bottom line accounting*” (Elkington, 1999) ou o “*balanced scorecard*” (Kaplan, 2001). Nessa senda, neologismos foram sendo criados para que, articulando-se com o ponto anterior, as estratégias de investimento pudessem ser “afinadas”, como é o caso, por exemplo, da expressão “*social return on investment*” (cf. Emerson, 2000).

É agora perceptível que, do ponto de vista organizacional, estes desenvolvimentos vêm auxiliar à construção de práticas discursivas estratégicas que têm em vista a atração de *stakeholders* para uma relação baseada em motivações especiais, como lhes chama (Oster, 1995), isto é, não-financeiras e de índole mais subjetiva.

Contudo, a disseminação de determinados critérios de medição, bem como a especificação de indicadores e dos modos para a demonstrabilidade de resultados mais “aceites” – numa linguagem importada diretamente do Mercado – pode fazer parte de de uma tendência mais geral de reposicionamento discursivo, tal como é aptamente explicado por Giddens:

“Grupos do TS e ONGs, por mais locais ou abrangentes que sejam, têm de se submeter ao escrutínio público, prestando contas e respondendo às medidas da responsabilidade pública, porque nem são eleitos, nem se encontram sujeitos às pressões dos mercados como um negócio lucrativo se encontra. Isto devia incluir contas tornadas públicas, uma governança interna efetiva e transparente, e uma preparação para trabalhar diretamente com uma variedade de grupos no governo, no setor não-lucrativo e no *business*.” (Giddens, 2007: 102)

Só na primeira década do séc. XXI é que se verifica que esta temática, produto da própria diferenciação e complexificação interna do TS, que de forma mais ou menos súbita passou a “contratar consultores, usar métricas quantitativas para a avaliação de programas, levar a cabo auditorias anuais e integrar outras práticas de gestão (...) pode conferir legitimidade e ajudar as [organizações] não-lucrativas a conseguir bolsas e

contratos governamentais” (Suarez, 2010: 5), se estabeleceu definitivamente enquanto problema para o discurso técnico-científico a si afeto. Isto apesar dos avisos de Gassler (1990: 145), décadas antes: “a empresa não-lucrativa cumpre a maioria dos critérios de eficiência alocativa (...). Isto implica que quaisquer ineficiências observadas são devidas a outras causas, tais como problemas de medição”.

Fica explícito, assim julgamos, que os observadores e peritos que têm vindo a moldar, ao longo do tempo, os sentidos do TS, não o fazem de forma insulada das expectativas e marcos institucionais que prevalecem no quadro de uma dada ordem social. E porque os sentidos do TS se atualizam e reconfiguram, começa mesmo a ser possível que uma OTS seja percecionada como uma empresa, eventualmente até como um tipo de organização de Mercado, uma vez que “nenhum sistema leva a cabo operações fora dos seus limites, e se novas operações são integradas, isso significa que os limites do sistema foram estendidos” (Luhmann, 1991: 69).

E isto leva-nos a uma reflexão anteriormente encetada: se as OTS navegam num mar de tensões, frequentemente contraditórias, as diferentes racionalidades e lógicas institucionais que informam as suas práticas (Evers, 1995; Brandsen & Pestoff, 2006) podem entrar em conflito, daí resultando, possivelmente, a ascensão de uma lógica como dominante. Com efeito, alguns estudos empíricos têm reportado casos em que uma determinada lógica institucional se “infiltra” numa organização e, competindo com uma pré-existente, torna-se dominante devido a pressões externas para atingir um determinado grau de legitimidade (Kitchener, 2002; Hensman, 2003) – fenómenos que, como se depreende, se devem menos aos méritos intrínsecos de cada lógica em questão, e mais à forma como elas “são tratadas na reflexão que delas se ocupa” (Berger & Luckmann, 2004: 91).

Assim, mesmo concedendo que as empresas sociais apresentam misturas particulares das racionalidades provindas Estado, Mercado e Comunidade, consoante as suas relações sociais e territoriais específicas e, por isso, são “arranjos heterogéneos, caracterizados por misturas de origens puras e incongruentes, tipos (ideais), ‘culturas’, ‘mecanismos de coordenação’, ‘racionalidades’ ou lógicas de acção” (Brandsen et al., 2005: 751, *cit in* Ferreira, 2009a), assumimos que a ordem trazida pela produção dos

conhecimentos, acoplada à tendência inexorável dos sistemas para a entropia, indeterminação e instabilidade, significa que a desordem deve ser gerida (cf: Innerarity, 2015). Isto, por várias razões que incluem a crítica manutenção das operações.

Assim, uma racionalidade será dominante, senão todo o tempo, pelo menos nos momentos de decisão em que tal se afigura socialmente correto. E há, efetivamente, boas razões para crer que aquela que se apresenta, no novo milénio, com maior potencial para a dominância nas chamadas empresas sociais, será aquela que pugna por objetivos comerciais (Zahra et al., 2009).

Primeiramente, relembra-se que, no início da diferenciação funcional do TS, o problema central primeiro foi o da (re)distribuição de recursos (financeiros) tidos como escassos (Cf. Capítulo 1). E, como defende Mitsuhiro Tada (2018: 1), a teoria dos sistemas não pode olvidar “os sistemas sociais como entidades temporais que apreendem a sua própria realidade a partir do mundo exterior”.

No seguimento, diversos autores notaram que as OTS “são cada vez mais impelidas a lançar estratégias lucrativas, pelo menos para parecer mais disciplinadas, inovadoras e parecidas com as empresas (no original “*business-like*”) aos olhos dos seus *stakeholders*” (Foster & Bradach 2005: 92)”, o que significa que poderão estar a incorrer num fenómeno de isomorfismo⁸⁷ (Nicholls, 2010, Dey & Teasdale, 2015).

Mais concretamente, a interatividade estruturante entre macro (sistemas) e microestruturas (organizações) pode resultar numa *mimetização tática* de organizações genericamente percecionadas como bem-sucedidas (Dey & Teasdale, 2015), pelo que poder-se-á intuir uma maior capacidade de penetração da lógica do Mercado e seus discursos que, desalojando progressivamente outros, fazem aproximar as OTS das suas

⁸⁷ Isomorfismo tem sido conceptualizado, no seguimento dos trabalhos de DiMaggio e Powell (1983) como um fenómeno organizacional, no qual as organizações de um determinado campo são sujeitas a pressões externas no sentido de adaptarem as suas características internas em conformidade com as expectativas das partes interessadas e, com isso, granjearem uma maior legitimidade institucional.

congêneres do Mercado, assim manifestando uma adaptação àquilo que se julga serem os desejos e interesses das potenciais fontes de apoio e recursos.

Também pela consideração desta possibilidade, estamos em crer que a integração de lógicas opostas na operação de uma OTS vem a originar, inevitavelmente, tensões normativas, particularmente. Tensões essas que tendem a ser “resolvidas” através de processos, espacial e temporalmente definidos, de hegemonização de uma determinada lógica sobre as demais. No terreno da disputa e da hierarquização, as lógicas que se traduzem em objetivos são escolhidas, no trajeto evolutivo, em função daquilo que é percebido como prática organizacional legítima, do ponto de vista social (relacional) e pragmático.

Daí se considerar que cada organização assumirá, estratégica ou intuitivamente, uma posição relativamente às suas prioridades organizacionais tendo em conta o “*stakeholder*” com que se encontra a comunicar. E, tal como o camaleão muda de cor consoante o que percebe a partir do seu ambiente, também as OTS funcionarão de acordo com uma lógica institucional que lhes permita sobreviver e prosperar na sociedade.

Porém, a cor que um camaleão apresenta num dado momento é muito mais um reflexo do ambiente, do que uma escolha essencial e autónoma. De forma similar, inerente à determinação dos objetivos, estrutura e práticas de uma organização encontra-se o ambiente, os seus sistemas sociais e as relações que entre si vigoram – e estes consubstanciam-se, necessariamente, no exercício de poder por parte dos stakeholders (DiMaggio & Powell, 1983). É tendo isto em vista que concordamos com Sílvia Ferreira, quando afirma o seguinte:

“A governação em rede cria um imaginário de igualdade entre os parceiros e de neutralidade dos mecanismos que não corresponde à realidade (...) [já que] os atores podem instrumentalizar a mudança de um modo de coordenação para outro, não por motivos de eficácia, mas como forma de proteção em relação aos desafios a partir do exterior” (Ferreira, 2008: 36).

Então, longe de um compromisso no qual diferentes lógicas institucionais coexistem, eventualmente mantendo-as insuladas uma da outra, funcional, espacial e temporalmente, como Dufays e Huybrechts timidamente propõem (2013), a internalização de determinadas prioridades, narrativas e até terminologia irá, previsivelmente, refletir-se nas práticas organizacionais, uma vez que a sua utilização, enquanto armas no seu arsenal discursivo, é tudo aquilo que se afigura necessário para a construção de uma estratégia retórica favorável para si (Ruebottom, 2013⁸⁸), e potencialmente desfavorável para todas as que resistem a estas táticas adaptativas, se opõem à hibridez ou, simplesmente, confiam que uma “essência” social será suficiente.

Não obstante, algo parece suficientemente claro, para já: a consagração de uma identidade sistémica e organizacional simultaneamente diferenciada, híbrida e universal, juntamente com os modos pragmáticos que devem reger as relações do TS com outros sistemas sociais, significa que o mesmo sofreu atualizações de monta, e já não pode ser suportado por mecanismos de reconhecimento de modelos organizacionais cuja história, e lastro institucional, que existem apenas sob uma ótica parcelar de um sistema social em plena evolução.

Como refere Luhmann (1976: 132) “qualquer mudança fundamental na conceção do passado não pode senão ter consequências para a perceção do futuro”. Também por isto, o critério de reconhecimento (e comparação) de quem deve pertencer ao TS começa a transmutar-se, daquilo que as organizações *são* do ponto de vista jurídico, para aquilo que as organizações *fazem*. Será esse o tópico da próxima secção.

⁸⁸ A partir de dez estudos de caso, Ruebottom (2013: 98-99) chega à interessante conclusão de que “a estratégia retórica usada por estas empresas [sociais] releva a organização como protagonista e aqueles que desafiam a mudança como antagonistas. As microestruturas subjacentes a tal estratégia incluem uma linguagem que evoca meta-narrativas culturais socialmente aceites, e mecanismos retóricos que sobressaem a positividade da meta-narrativa do protagonista e a negatividade da meta-narrativa do antagonista. A estratégia retórica então cose temáticas do protagonista e antagonista para criar tensões, enfatizar o contraste entre atores opostos e persuadir a audiência da legitimidade da organização.”

1.3 O que faz o Terceiro Setor?

O título desta subsecção é o ponto essencial da primeira proposta de “sistema de classificação de organizações não-lucrativas num largo espectro de países” (Salamon & Anheier, 1996: 1) assente numa categorização por áreas de atividade que vão desde a Educação e Investigação (Grupo 2, no qual se incluem universidades e “*business management schools*”); Saúde (Grupo 3, no qual se incluem os hospitais); Ambiente (Grupo 5, no qual se incluem organizações de proteção e conservação de recursos naturais); Lei, Advocacia e Política (Grupo 7, no qual se incluem os partidos políticos); Voluntariado e Filantropia (Grupo 8, no qual se incluem fundações e organizações de angariação de fundos).

Prosseguindo um ano mais tarde, chega-nos uma proposta de definição de critérios de pertença àquele TS, autónomo e universal, que se limita a reforçar os alicerces do edifício sistémico anterior: devem ser entidades (a) formalizadas, (b) de adesão livre (na qual se inclui o trabalho total ou parcialmente voluntário) e (c) de direito privado, que (d) não distribuem lucros e assentam a sua (e) autonomia num conjunto próprio de regras e instâncias de decisão institucionalizadas para o efeito (Salamon & Anheier, 1997).

A legitimação de determinadas organizações e suas práticas, por via da adesão a determinados critérios, categorias ou classificações, não é um exercício inédito. De facto, algo de muito similar foi proposto por Gide (1905) no início do séc. XX, em França, e para a Economia Social (Cf. Anexo H). E pode dizer-se que, em ambos os espaços-tempo, o discurso técnico-científico respondeu a uma dada evolução daquilo que observava, assumindo um pressuposto fundamental: uma organização é o que é, apenas e só quando aquilo que faz é observado por determinados peritos, que o avali(z)am como parte de um dado sistema social.

É claro que ambos os contextos históricos remetem, imediatamente, para o favorecimento da institucionalização de determinados modelos organizacionais. E, ao operacionalizá-lo, estes peritos assumem a função de “*gatekeeper*” do sistema social. Esta função, bem embrenhada no binómio inclusão/exclusão que caracteriza o plano

organizacional (Cf. Anexo H), é da maior importância, na medida em que estes atores socialmente legitimados (Cf. Capítulo 1) observam a diversidade do “terreno” e exercem o seu poder de decidir quem pertence e não pertence, o que equivale a consagrar quem pode ou não pode colher os benefícios dessa pertença, num contexto de competição por recursos tidos como escassos.

Imaginemo-lo como um juiz que avalia uma candidatura ao TS, com base em duas condições básicas, derivadas da Teoria dos Sistemas: (a) O respeito pela integridade do (sub)sistema social consagrada no momento da sua autonomização (*vide* critérios de pertença) e (b) A produção de decisões consentâneas com o cumprimento da sua função social. Naturalmente, uma organização só terá legitimidade para ser uma estrutura reconhecida dentro do TS se, a jusante, lhe for reconhecido não só uma certa aptidão institucional para manifestar uma função “social”, mas sobretudo um determinado comportamento organizacional, quotidiano e performativo.

Ora, sabendo que, à entrada para o séc. XXI, é relativamente consensual que tal comportamento deve ser “empresarial”, contributos académicos como aqueles que mencionámos na introdução desta secção constituem atualizações com importantes implicações políticas e regulatórias, não obstante resultarem da aparentemente inócua necessidade de se apresentarem “novos olhares” sobre a realidade social, e sobre os fenómenos que aí emergem.

É precisamente esse o mote para o diálogo estabelecido entre os investigadores europeus Jacques Defourny e Carlo Borzaga (2001) – editores em representação da recém-criada rede de investigação EMES⁸⁹ – com a noção de “empresa social” e, por inerência, com os observadores norte-americanos que o vinham construindo quase em exclusivo.

⁸⁹ EMES é a sigla da Emergence des Entreprises Sociales en Europe, ou Emergência das Empresas Sociais na Europa. Inicialmente remeteu para um projecto de investigação realizado entre 1996 a 2000 por um conjunto de investigadores, que mais tarde, constituem a actual rede EMES. A sigla EMES foi mantida quando a rede decidiu tornar-se uma associação internacional formal e passou a realizar outros projectos de investigação sobre as empresas sociais e, mais amplamente, sobre o TS. Actualmente, a EMES reúne dez centros de investigação universitários, bem como investigadores individuais especializados nestes campos, em toda a Europa (Defourny & Nyssens, 2010a).

Os objetivos daquela investigação e publicação eram relativamente diretos: considerando que a utilização europeia da noção de “empresa social” era diferente⁹⁰ daquele transacionado no mundo anglo-saxónico, os observadores atentos reconhecem que “há um novo fenómeno que pode ser identificado no âmbito do Terceiro Setor das economias modernas e que o mesmo pode ser visto como um novo ES, cujas características diferem parcialmente do alcance das abordagens tradicionais do [setor] não-lucrativo e da economia social” (Defourny & Borzaga, 2001: 16).

Ou seja, para utilizar termos luhmaniannos, foi aqui encetada uma distinção da distinção sistema/ambiente (cf. Luhmann, 2012), na qual se assume que há um novo modelo organizacional passível de ser institucionalizado no sistema em questão (porque, para o mesmo, é funcionalmente adequado), restando “apenas” identificá-lo enquanto tal.

Adicionalmente, ao pretender “definir um conjunto de critérios comuns que pudessem ser usados para identificar empresas sociais em cada um dos quinze estados-membro [da União Europeia]” (Defourny & Borzaga, 2001: 16), e em virtude de olhar “à forma como as empresas sociais são estruturadas internamente” (idem: 21), a intenção e resultado é “identificar e listar todos aqueles tipos de iniciativas que, com graus variáveis, podem ser chamadas de ‘empresa social’”, embora se reconheça que a “natureza híbrida das empresas sociais” não facilita um tal desiderato (ibidem: 18). Sobre estes pressupostos, procedem para uma definição de trabalho suportada numa “dimensão económica e empreendedora” e numa “dimensão social” (ibidem: 16) que, no seu conjunto, se apresentam quase como coordenadas de um tipo-ideal organizacional, uma meta, ou um “incentivo à mudança original para dentro destas

⁹⁰ Como explicam os autores, a noção europeia de “empresa social” foi discursivamente construída em Itália no final da década 1980 e convertido, por regulação jurídico-legal, em modelo organizacional pertencente ao TS italiano em 1991, de forma a reconhecer iniciativas – estabelecidas voluntariamente para providenciar serviços ou ter atividades económicas – que tinham como objetivo principal facilitar a integração social de pessoas em situação de desvantagem (Borzaga & Defourny, 2001). O sucesso foi assinalável, e o modelo foi sendo genericamente percebido como solução institucional de grande valia para a integração social (Estivill, Bernier & Valadou, 1997), sendo que ainda hoje se observa a sua existência, embora com outras designações correntes, nomeadamente “empresa social de inserção” (cf. Quintão, 2007).

organizações (...) baseado (...) na necessidade de combinar objetivos possivelmente antagónicos de diferentes categorias de stakeholders” (ibidem: 23).

A fórmula “empresa + social” torna-se assim baluarte *também* da chamada perspectiva europeia do ES (Kerlin, 2006; Defourny & Nyssens, 2010b), na qual as empresas sociais são observadas enquanto organizações de lógicas institucionais mistas – económica e social – tanto quanto produzem bens e serviços “sociais” mediante uma atividade empresarial, na qual (idealmente) se atinge “uma combinação equilibrada e uma fertilização cruzada entre os aspetos associativos e empreendedores do projeto” (Defourny & Develter, 1999: 30).

Aquém das diferenças (e semelhanças) entre as abordagens europeia e norte-americana ao ES (Defourny & Nyssens, 2010b), parece evidente que o reconhecimento europeu da influência da vertente empresarial, embora tardio, legítima e dá por adquirido que existe *de facto* um processo de empresarialização do TS em curso, e que este serve uma promessa de performance sustentável.

Nesse sentido, a aproximação do TS ao Mercado, que já se fazia sentir, na prática, desde a década de 1980, ascende a uma nova plataforma de entendimento na primeira década do séc. XXI, quando se assume plenamente que, como afirmavam Tracey e Phillips (2007: 267): “apenas operando de forma lucrativa é que os empreendedores sociais são capazes de engendrar uma mudança social sustentável”.

Se as “atividades comerciais (...) se apresentam como um dos meios diretos para o prosseguimento da (...) missão” (Ferreira, 2005: 6) das OTS, e se parte do pressuposto que a “‘renda ganha’ [no original: *earned income*] é necessária para assegurar a sustentabilidade da iniciativa e a autossuficiência financeira” (Mair & Martí, 2006: 39), a ideia de sustentabilidade passa a conotar-se com a obtenção *sustentável* de lucro, que por sua vez se apresenta como condição *sine qua non* da própria evolução ou desenvolvimento organizacional (Seelos & Mair, 2005).

Com efeito, a incorporação da racionalidade e conhecimentos típicos do Mercado, bem como de alguns dos seus elementos discursivos mais em voga – como por exemplo “capital social” (Tan, Williams & Tan, 2005) ou “externalidades positivas” (Santos, 2009)

– é agora tida como essencial para superar as lógicas de dependência económica e assistencialismo das tradicionais OTS (Reis, 1999; Massarsky & Beinhacker, 2002; Boschee & McClurg, 2003).

Embora ressalte da perspectiva europeia um equilíbrio inexistente na generalidade das observações norte-americanas, e que se traduz na premissa de que “assegurar a sustentabilidade (...) envolve estabelecer a mistura apropriada entre receitas geradas e o apoio estatal” (Borzaga & Defourny, 2001: 163), o sentido global genérico para o *novo* TS é claro: nele serão integrados apenas as organizações geridas como uma empresa. Afinal de contas, está em jogo o cumprimento de uma promessa em construção há décadas: há que tornar o TS “tão competitivo quanto o Mercado” (Drayton, 2002).

Ao ser delegada nas OTS uma expectativa comportamental efetivamente análoga à do Mercado, primordialmente através da institucionalização de uma linguagem economicista, técnica e tecnocrática – que inclui nomenclatura ligada à “estratégia competitiva”, à “missão” e “visão”, ou à “gestão de recursos humanos” (Dees, Emerson & Economy, 2001), assiste-se à recodificação do “empreendedorismo” para domínios e práticas sociais que o desconheciam (Dart, 2004a), pelo menos na forma daquele conceito-chave para a prossecução de políticas públicas desenhadas a partir de 1973 (Audretsch & Thurik, 2004) para assegurar que todas as instituições, organizações e indivíduos operam, reforçam e maximizam práticas caracterizadas pela “autonomia, inovação, risco, proatividade e agressividade competitiva” (Lumpkin & Dess, 1996, *apud* Chell, 2008: 132). Será assim, estamos em crer, que a assinatura *agambeniana* do “empreendedorismo” se transfere para o TS, e se incrusta na miríade das suas relações sociais, como manifestação material de uma nova “orientação”.

Não obstante, a teoria sistémica, como nota Arato (1994), pode ajudar à compreensão do fenómeno nos termos de uma correlação entre diferenciação e interdependência sistémicas: quanto mais diferenciados os sistemas, mais interdependentes se tornam. Ou seja, a progressiva diferenciação (e especialização) do TS provocou a emergência de temas e problemas que o Mercado assumiu para si como relevantes, acabando por multiplicar as circunstâncias em que o problema de um sistema social contribui para as tomadas de decisão num outro.

A interdependência entre os dois sistemas não é algo propriamente novo, podendo ser encontrada numa das referências utilizadas anteriormente, no caso, Etzioni (1972: 44) a citar Blumberg (1970) e a sua visão de uma atividade do TS que “consolida a posição e os interesses da corporação a longo-prazo, sendo que os gastos devem ser vistos como o custo político inevitável de fazer negócios”.

Contudo, a progressiva articulação e intensificação da comunicação entre ambos os sistemas sociais redundam numa interdependência ilustrável pelos múltiplos emparelhamentos discursivos e operacionais entre Mercado e TS que surgiram, com especial acuidade no início do séc. XXI, em torno de certas temáticas “transversais”.

Um exemplo de tais temáticas parece ser a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que parece encontrar nas novas “empresas sociais” do TS o parceiro ideal para as suas congéneres do *business*, das micro-empresas até às grandes corporações, poderem demonstrar que também são “sociais”, e que fazem mais do que aquilo a que estão obrigadas sob o ponto de vista dos investimentos e da regulação (ambiental, segurança no trabalho, etc.) (Portney, 2008).

Para o Mercado, tal afirmação faz sentido pelo menos desde que Prahalad e Hammond (2002) defenderam, perante os contextos social e economicamente deprimidos em que muitas multinacionais operam, que a solução para a maioria daqueles problemas se encontra no engajamento direto e sustentado dessas empresas no bem-estar das comunidades locais⁹¹.

Tal perspetiva viria a granjear maior popularidade por intermédio de um artigo de Michael Porter e Michael Kramer (2006), na qual os autores advogam as reais possibilidades da correspondência entre fazer lucros e fazer coisas socialmente úteis, sendo esse nexos uma fonte de inovação e de vantagem competitiva. Ecoando Blumberg, quase quatro décadas depois, o argumento que se enfatiza é o de que as empresas são responsáveis pela sociedade e pelo interesse público (assim como pelas consequências das suas ações), disso dependendo senão o seu sucesso, a sua própria sobrevivência.

⁹¹ Para uma excelente resenha histórica, cf. Carroll (2008).

Uma vez que esta proposta parece ter ganho alguma tração nas ciências económicas (precisamente num espaço-tempo que as organizações do TS necessitam de recursos e se encontram a institucionalizar o conhecimento afeto ao ES), e se estendeu mesmo à noção de que as empresas devem perceber os problemas sociais como oportunidades de negócio potencialmente lucrativas (Hammond, et al., 2007 *cit in* Zaefarian, Tasavori & Ghauri, 2015), então parece ter-se encontrado uma circunstância histórica em que as fronteiras discursivas entre ambos os sistemas se tocam e influenciam de forma crescente.

De forma ilustrativa, uma fusão conceptual foi até conjugada para representar as alianças entre organizações que promovem impactos sociais positivos (Bies et al., 2007) e assim embarcam numa estratégia *win-win*⁹² (Prahalad & Hart, 2004) em que todos (aparentemente) ganham algo (Kanji & Chopra, 2010, *cit in* Zaefarian, Tasavori & Ghauri, 2015): o resultado foi um elegante chapéu-de-chuva a que chamaram de *Empreendedorismo Social Corporativo* (Hemingway, 2005; Austin et al., 2005, 2006).

Em suma, à medida que o ES e RSC se institucionalizam, cada qual nos seus sistemas próprios, a reciprocidade torna-se cada vez mais evidente. Adicionalmente se exemplifica, estamos em crer, como determinadas observações sistémicas se podem articular, mediante acoplamentos estruturais⁹³ luhmaniannos, para produzir sentidos relevantes para a evolução dos sistemas a que se referem, e assim produzir aquilo que, num dado momento, pode (vir a) ser “aceite como ordem natural” (Mouffe, 2008, *cit in* Rear & Jones, 2013).

Contudo, lembrando as limitações e riscos inerentes à hibridez mencionada na secção anterior, uma tal (co)evolução discursiva não se compõem de observações neutras ou

⁹² A expressão utilizada por Prahalad & Hart (2004) é *win-win scenarios*, quando afirmam: “O que é necessário é uma melhor abordagem para ajudar os pobres, uma abordagem que envolva colaborar com eles para inovar e atingir *win-win scenarios* sustentáveis onde os pobres estão ativamente comprometidos e, ao mesmo tempo, as companhias que lhes proporcionam bens e serviços são lucrativas” (Prahalad & Hart, 2004: 3).

⁹³ O acoplamento estrutural diz respeito a qualquer mecanismo de articulação entre sistemas sociais em torno de ideias ou temas particulares, o qual permite que determinadas trocas comunicacionais se intensifiquem e, conseqüentemente, favoreçam uma dada coevolução (cf. King & Thornhill, 2003).

equidistantes, produzidas por interlocutores bem-intencionados de ambos os lados da fronteira sistémica. E, porque articulações similares não se verificaram entre o TS e a Comunidade, ou entre o TS e o Estado, as evidências não todam (antes validam) o compromisso com a lógica que orienta o presente trabalho: a mobilização do poder subjaz a produção do conhecimento (Foucault, 1980), tal como é através de relações de poder que se estabelecem e institucionalizam determinados padrões de conduta em detrimento de outros possíveis (Berger & Luckmann, 2004).

Concluindo, a crescente articulação discursiva entre TS e Mercado – fomentada e informada pela construção do ES, mas ofuscada por uma noção de hibridez que aparentemente trata os principais sistemas sociais com equidistância – parece ser um dos fatores que se afiguram capazes de elevar o perfil mediático do ES, inclusivamente em determinados círculos políticos e académicos.

Contudo, também essas mesmas condições apresentam o potencial entrópico para produzir erosão nas fronteiras (em mudança) do sistema social ao qual se referem, na medida em que a diferenciação é um processo crucial para a evolução sistémica (igualmente para o TS) e, a dado ponto, a legitimidade formal de organizações “proibidas legalmente de distribuir lucros ou (...) estruturadas de forma a excluir o lucro como objetivo principal” (Borzaga, Galera & Nogales, 2008: 5) pode revelar-se insuficiente.

Assim, a secção seguinte tratará de abordar aquilo que, nesta óptica de resolução de problemas, representa um avanço de monta para a legitimidade e institucionalização do ES, nomeadamente a produção de significados e sentidos acerca do que é, na prática, este “novo” conhecimento, aplicado ao domínio do “social”.

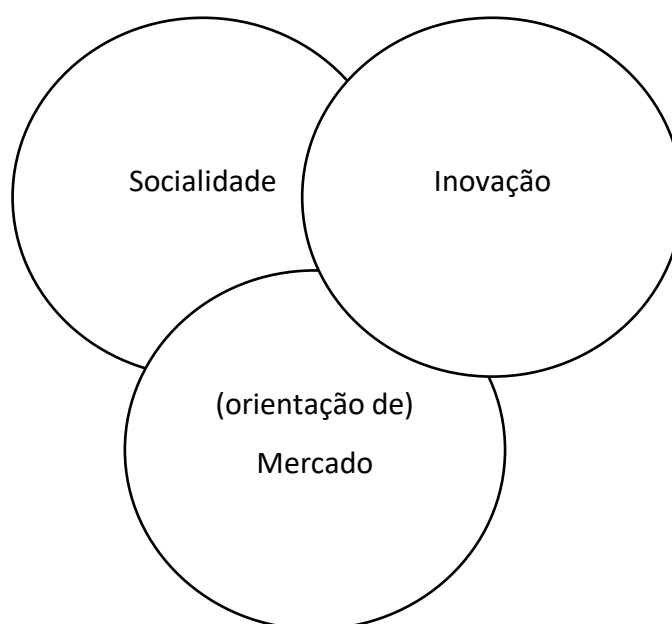
1.4 A “inovação” e a “socialidade”: uma ilustração da função ideológica dos signos

Asseveram Berger e Luckmann (2004: 92) que a “linguagem assegura a sobreposição fundamental da lógica sobre o mundo social objetivado”, adiantando que “o edifício das legitimações é construído sobre a linguagem e usa-a como seu principal instrumento”

(idem). Ora, no âmbito da filosofia da linguagem, e da semiologia em particular, Mikhail Bakhtin destaca-se como um dos autores mais prolíficos e influentes. E, pese embora o seu trabalho em torno da noção de “signo” (Bakhtin, 2006) se afigure antiquado, pelo menos para alguns observadores (e.g.: van Dijk, 1998), julgamos que o mesmo ainda conserva alguma utilidade à análise sociológica contemporânea, desde que devidamente apoiado.

Contando que, para van Dijk, um signo é a “unidade minimal de significado” (van Dijk, 1998: 205), mas que para Bakhtin é muito mais do que isso, começamos por abordar a seguinte proposta, relativa ao nosso objeto de estudo: o ES produz novos modelos para a mudança social sustentável porque conjuga as seguintes “dimensões” esquematizadas (cf. Figura 2): (orientação de) Mercado, Socialidade e Inovação (Nicholls & Cho, 2006).

Figura 2 – “Dimensões do Empreendedorismo Social”, adaptado de Nicholls & Cho (2006: 103)



Uma vez que a (orientação de) Mercado já foi suficientemente abordada nos capítulos anteriores, centremo-nos na Inovação e na Socialidade enquanto signos do ES que não valem por si próprios, mas apenas na relação entre si (bem como a outros conceitos e significantes) e na qualidade com que desempenham uma dada função (Bakhtin, 2006).

Relembrando o vaticínio de Diogo Vasconcelos (2010) – quando afirma que se os anos 1980 e 1990 se focaram nas dimensões tecnológica e económica da Inovação, o séc. XXI é primordialmente o cenário da Inovação Social (IS) – é seguro afirmar que tratamos de uma temática em voga, não apenas internacionalmente, mas também em Portugal⁹⁴.

Tal como o ES, a IS denota uma transversalidade assinalável de domínios de aplicação, nomeadamente a fenómenos ou problemas sociais tais como, entre outros e a título de exemplo, o aumento da esperança média de vida, as desigualdades socioeconómicas crescentes, a transição para a idade adulta ou os problemas comportamentais derivados da afluência (obesidade, adições, inactividade, etc.) (Mulgan, 2007; Phills, Deiglmeier & Miller, 2008; Caulier-Grice et al. 2012).

Adicionalmente, a construção do seu discurso, especialmente ao longo do séc. XXI, visa reconhecer e legitimar as organizações, redes ou instituições que aparentemente invertem ou criam novos padrões de resposta a objetivos, necessidades e problemas sociais que não são atendidas por outros agentes (Mulgan, 2007; Leadbeater, 2007; Howaldt, 2010). E aqui a ênfase deve ser colocada no adjetivo “novo”, posto que é este auxilia a temporalização da experiência (cf. Tada, 2018) do TS no último quartel do séc. XXI.

É certo que a origem etimológica deste signo – do latim *innovare* (*in* de “em” e *novus* de “novo” ou “recente”) – auxilia à indicação de que o TS se tornou novo, e que o seu presente se assemelha mais com o futuro do que com o passado. Ou seja, que a evolução já ali chegou, e que foi preciso cortar definitivamente com o passado (Skloot, 2000) para, assim, todo o potencial do TS poder ser realizado, como pedira Etzioni (1972), mais ou

⁹⁴ Ao nível das políticas públicas, a sua aplicação (provavelmente) mais emblemática é o Programa “Portugal Inovação Social”. Este consiste, segundo os promotores, de “uma iniciativa pública que visa promover a inovação social e dinamizar o mercado de investimento social em Portugal. Mobiliza cerca de 150 milhões de euros do Fundo Social Europeu, no âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020 [e] canaliza esta verba para o mercado através de 4 instrumentos de financiamento destinados a financiar projetos que proponham abordagens alternativas e inovadoras para responder a problemas sociais.” Disponível em: <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/sobre/portugal-inovacao-social/> , acedido a: 23/05/2020.

menos aquando aquele emergiu como sistema social autonomizado e prospectivamente especializado.

Não obstante, os seus atributos não se ficam por aqui. Aliás, deve dizer-se que a IS parece cobrir o micro, o macro e tudo o que se encontra no meio⁹⁵, sem, todavia, sustentar um consenso acerca do seu significado (Caulier-Grice et al., 2012). Qual é, então, a necessidade de utilizar e disseminar uma palavra, expressão ou signifiante cujo significado não ostenta fronteiras? Será, talvez, porque “a palavra (...) é neutra em relação a qualquer função ideológica” (Bakhtin, 2006: 37), sendo que, pelo contrário, “o signo é criado por uma função ideológica específica e permanece inseparável dela” (idem).

Curiosamente, uma das principais funções ideológicas do signo “inovação”, no contexto aqui em análise, é justamente a de providenciar uma hetero-referência ao Mercado, e ao “facto” de este ser tecnológica e organizacionalmente dinâmico, sendo que a introdução de inovações técnico-científicas, em ambas as dimensões, é crucial quer para o seu desenvolvimento, quer para a sua perpetuação (Harvey, 2011).

Genericamente, pode afirmar-se que a aplicação do conhecimento técnico-científico à atividade económica, pelo menos desde a revolução newtoniana, sempre deu azo a sucessivas e complexas teias de inovações técnicas, organizacionais e gestionárias cujas vantagens viriam a cifrar-se em níveis de produtividade superiores a qualquer espaço-tempo precedente (Freeman & Soete, 1997). Sob este auspício, no séc. XX, o conceito de “inovação” passa a ser correlativo do movimento abrupto de racionalização imposto, sobretudo ao nível da organização empresarial, pelo novo espaço-tempo estrutural na década de 1970, tanto que não é absurdo afirmar que “o poder da inovação (...) se tornou um objeto *fetish* do desejo capitalista” (Harvey, 2014: 55).

⁹⁵ Pensamos que este ponto fica explícito quando, segundo Phills, Deiglmeier e Miller (2008: 39) “uma inovação social pode ser um produto, um processo produtivo ou tecnologia, mas também pode ser um princípio, uma ideia, uma peça legislativa, ou movimento social, uma intervenção, ou alguma combinação de todos estes”.

Poder e desejo que convergem, acrescentamos nós, numa ação, num “ser inovador” enquanto forma de explicitar uma vantagem competitiva que se possui e comunica, porque tornada princípio absolutamente central do Mercado e suas organizações, cada vez mais diferenciadas entre si, num mundo que parece já não ser talhado para os grandes monopólios da era industrial.

Esta nota lateral serve apenas para demonstrar como a interação comunicativa contínua, retroativa e sinérgica dos sistemas sociais possibilita que um observe o outro e o tente “imitar”, nomeadamente importando os signos ideológicos mais eficazes. Porque “remete a algo situado fora de si mesmo” (Bakhtin, 2006: 31), a Inovação (social) é, para o TS e suas relações, justamente “um produto ideológico (...) [que] também reflete e refracta uma outra realidade, que lhe é exterior” (idem).

No seguimento, e sabendo que Luhmann (2012) encara a noção de *função* como uma forma de autodescrição de um sistema social que pode, mediante determinados arranjos sistémicos negociados, passar de um sistema social para outro – graças às propriedades de observação sistémica, diferentes formas de cumprir a função podem ser observadas, comparadas e experimentadas (Roth, 2015) – o signo “inovação” vem acentuar, no TS, uma tónica do ES: o impacto social como resultado de modelos, programas e princípios organizacionais inovadores (Alvord, Brown & Letts, 2002; Dees, Anderson & Wei-Skillern, 2004).

De forma muito similar ao que havíamos referido como *fetish*, a solução de problemas parece depender da mobilização de recursos, técnicas e tecnologias ao serviço uma solução que funcione para um dado problema social (Leadbeater, 2007; Mulgan, 2007), de preferência sendo ao mesmo tempo mais simples e mais barata do que as alternativas existentes (Howaldt, 2014). É, portanto, através da Inovação (Social) que convergem, para o TS, as preocupações com a eficácia e eficiência organizacionais enquanto metas de uma teleologia que, por seu turno, contribuem para a progressiva racionalização das suas estruturas organizacionais internas (Hokyu & Powell, 2009).

Desta conjugação, sobressai que o signo inovação acoplado a social é tudo aquilo que permite transformar discursivamente a “‘crise do social’ num problema técnico que

requer soluções pragmáticas, apolíticas e não-ideológicas” (Dey, 2013: 8), uma vez que a lógica subjacente é a de mobilizar recursos para resolver um dado problema, não a de questionar por que razão o problema existe, posição que, naturalmente, dispensa a politização das questões sociais (Cho, 2006). Subtraindo-as da esfera pública, como diria Habermas (1987), para as adicionar à esfera da disposição técnica julgada como *necessária*.

Se tais coordenadas são as possibilidades observadas, selecionadas e comunicadas em sede superior (Schoeneborn, 2011), percebemos como este “conceito” é um eficaz acelerador dos processos de diferenciação funcional (Luhmann, 2012), portanto operacional, do TS. Até porque só a partir das atividades e decisões de uma organização a si adscrita pode um sistema referir-se a si próprio como real, e assim reproduzir-se subjetiva e materialmente (cf. Vidal, 2017).

Todavia, aquela não é a única função ideológica específica da IS, especialmente se ativermos aos restantes processos sistémicos de diferenciação, (sem contar com a diferenciação *temporal* da experiência do TS, com que abrimos esta secção), nomeadamente nas dimensões *espacial* e *social* (Luhmann, 2005b; 2012).

No que concerne a diferenciação espacial, torna-se necessário adotar a perspetiva de que o sentido e valor que são dados a um produto, ideia ou processo socialmente inovador tem muito que ver com o contexto social, cultural e geográfico onde estes se implantam (Ilie & During, 2012). Portanto, a IS não representa a novidade universal, mas a perceção de que algo que funciona chegou a um determinado local, vindo de um outro diferente, como o seguinte excerto deixa a entender:

“[a IS] pode ser “qualquer bem, serviço ou ideia que é percebido (...) como sendo novo. A ideia pode ter uma longa história, mas é uma inovação para a pessoa que a vê como nova (...) e, alargando o seu âmbito, para a empresa que não a implementava, para a comunidade que a desconhecia ou para o país que a ignorava.” (Parente, Marcos e Diogo, 2014: 248).

O carácter questionável deste ponto prende-se com a suspeita – suportada em argumentos que noutra parte do presente trabalho foram desfiados (cf. Anexo H) – de

que a IS se apresta a ser discursivamente instrumentalizada pelo TS para que uma fronteira entre contextos centrais e periféricos possa ser claramente traçada.

Expliquemo-nos melhor: Uma vez que os primeiros têm algo que os segundos necessitam (quer o saibam ou não), corre em paralelo a ideia de que aquilo que já existe localmente é (sempre, ou quase) relativamente menos válida. Consequentemente, parece haver um forte incentivo para que certas organizações reproduzam os discursos e práticas dominantes, na perspectiva de saírem beneficiadas desse processo. E, uma vez que “todo o signo está sujeito a critérios de avaliação ideológica” (Bakhtin, 2006: 32), parece-nos evidente que as organizações e contextos que não alinham, não podem receber o seu selo de reconhecimento e aprovação, digamos assim.

É, de forma mais clara, na justa medida do seu alinhamento com este signo que as organizações, e nomeadamente as do TS, e especialmente as de um TS das regiões periféricas do sistema-mundo, se podem afirmar como sustentáveis (e não insolventes); profissionais (e não amadoras); autossuficientes (e não subsídio-dependentes); empoderadoras (e não assistencialistas); transformadoras (e não paliativas); transparentes (e não omissas); flexíveis (e não estáticas); cooperativas (e não conflituosas) entre muitos outros antitéticos pares comunicativos possíveis de enumerar, que existem e estão por existir.

Adicionalmente, como “todo multilinear” (Deleuze, 1992: 1) que é, todas as linhas da IS se subsumem a um resultado: ser ou não ser inovador, o grande determinante atual do posicionamento de uma organização, vista de fora para dentro, naquilo que se pode chamar de “constelação de reputação”⁹⁶ do TS (Power, 2007 *cit in* Nicholls, 2009).

⁹⁶ A noção de constelação de reputação (Power, 2007, *apud* Nicholls, 2009) – em que as fronteiras entre as organizações, os seus ambientes e sociedades são negociadas segundo dinâmicas concetuais, legais ou éticas – mostra que as organizações, em função dos estímulos exteriores e de opções endógenas, definem uma estratégia para atingir um certo nível de reputação ou legitimidade, que lhes permite manter os seus recursos e benefícios. Embora a reputação organizacional possa ser conotada com conceitos como “qualidade”, “estima” ou “prestígio”, o seu elemento central prende-se com a comparabilidade social entre estatutos (Deephhouse & Carter, 2005). Isto é, a reputação equivale a um conjunto variável de atributos a partir dos quais se exercem comparações entre organizações e se estabelecem posições relativas (E.g.: A Organização X tem melhor reputação que a Organização Y, que por sua vez tem melhor reputação que a Organização Z).

Portanto, a sua adscrição simbólica (não só a uma organização, mas também a um agente ou a uma prática social) é o que ilumina aquilo que deve servir de guia para o futuro e, como diria Deleuze (1992), obscurece tudo o que deve ser esquecido.

Evidentemente, podem surgir no caminho “barreiras [e] obstáculos” (Spear, 2012: 3) a este processo seletivo que a IS propicia: por exemplo, a “replicação de inovações sociais” (idem) pode ser colocada em causa por “comunidades que querem reinventar a roda, gastando esforços consideráveis para criar uma inovação para um problema local, ao invés de adaptar uma inovação de outro local” (ibidem), facto que, para além de lamentável, é ainda um “possível sinal de uma carência de empreendedorismo” (ibidem).

Contudo, isto pode ser ultrapassado, *in situ*, pelas novas formas de governação – das instituições e “ecossistemas” internacionais e regionais de apoio à “inovação”, até às redes locais de cooperação (Midgley & Richardson, 2007) – ou ainda, e talvez de forma mais fiável, diretamente pelas “organizações, públicas e privadas, que têm os recursos para disseminar, replicar e implementar a inovação social à escala” (Leadbeater, 2007: 8). O que este encadeamento vem sublinhar é que uma inovação de cunho social é menos algo de substancial, e muito mais resultado de um processo normativo e reflexivo de aprendizagem (cf. Cordero, Mascareño & Chernilo, 2016) que, envolvendo comunidades e stakeholders, muda uns e outros, enquanto se torna naquilo que é.

Esta posição pode ser eficazmente ilustrada mediante uma breve análise crítica ao contributo (simbólico-discursivo) muito propalado pela literatura afeta à IS, e que abaixo reproduzimos:

“A mudança social depende de alianças entre o que podemos chamar de ‘abelhas’ e ‘árvores’: as abelhas são as pequenas organizações, indivíduos e grupos que têm novas ideias e são móveis, rápidos e capazes de uma polinização cruzada. As árvores são as grandes organizações – governos, corporações e grandes ONGs – que são pobres em criatividade, mas geralmente boas na implementação, e que têm a resiliência, raízes e escala para fazer as coisas

acontecer. Ambos precisam um do outro.” (Mulgan et al., 2006: 20, *cit in* Jarvis & Marvel, 2013).

Por intermédio desta representação objetivada da realidade – através da qual um conhecimento socialmente representado adquire uma materialidade, uma fisicalidade, uma forma específica (uma imagem, uma metáfora) que representa um conjunto complexo de ideias e conceitos (Wagner et al., 1999) – ficamos a saber que o que passa por ser uma intervenção socialmente inovadora depende essencialmente de um entendimento negociado entre um sujeito (i.e. o empreendedor social) e as partes interessadas, justificando-se a seleção pelo facto de serem estes últimos aqueles que podem conferir outra escala à intervenção, isto é, que podem canalizar recursos para o crescimento da empresa social do primeiro.

O enfoque coloca-se, naturalmente, no empreendedor enquanto peça-chave na evolução dos sistemas sociais, na medida em que fazem a ponte – como nos indicam, de forma criativa⁹⁷ – entre os recursos presentes no ambiente e a organização que deles necessita para sobreviver (Aldrich, 2012), como já foi aflorado.

Posto isto, e entre ambos os polos desta ponte de, é caso para questionar o lugar reservado para os beneficiários: onde estão aqueles que, à partida, têm as melhores condições para valorizar a intervenção, tão funcional e tão autoevidente, a si e aos seus problemas dirigida? Serão eles a paisagem de fundo neste ecossistema do ES? Naquela objetivação, eles não existem. São invisíveis para o processo empreendedor, meros recetáculos de algo que, eventualmente, lhes será comunicado como “social” e “inovador”.

⁹⁷ Desde que Edith Penrose (1959) colocou no primeiro plano académico (no que diz respeito à literatura acerca do empreendedorismo e dos modelos económicos em geral) os efeitos e modos como as mudanças nas circunstâncias externas afetam as atividades e estratégias das empresas, forçando-as a adaptarem-se de modo a manterem a sua competitividade e uma trajetória evolucionária de crescimento, alguns autores “descobriram” a criatividade como resposta definitiva para o problema. Um exemplo é o de Sternberg & Lubart (1991, *apud* Chell, 2008: 168-169) que teorizaram a “decisão de ser criativo” a partir de uma noção de criatividade de banda-larga, lugar de confluência de valiosos (e por isso dignos quer de investimento, quer de recompensa) atributos cognitivos, afetivos e comportamentais.

Perante este cenário, torna-se difícil manter o pressuposto de que as pessoas têm de ser incluídas nas ações destinadas à resolução dos seus próprios problemas (Mulgan, 2007), isto é, na definição de objetivos e cursos de ação baseados quer na compreensão das necessidades sociais, quer na identificação de potenciais recursos e soluções (The Young Foundation, 2006). Talvez por isso, Sílvia Ferreira reflita nos termos em que o faz:

“Estas novas formas de governação têm muito de paradoxal, pois, se por um lado parecem apontar para uma crescente capacidade dos grupos sociais participarem na definição dos problemas e nas suas soluções, por outro lado, apontam para o controle crescente do Estado nos pressupostos que permitem a capacidade desses mesmos atores sociais participarem (em nível da metagovernação)” (Ferreira, 2008: 36)

Consequentemente, acredita-se que nestas configurações relacionais de poder, onde “apenas alguns atores, interesses ou vozes são admitidos a participar” (Santos, 2005: 14), o processo de implementação prático-discursiva da IS constitui, tal como acontece no ES *lato sensu*, um “espaço institucional fluído para os atores dominantes explorarem e moldarem” (Nicholls, 2010: 612).

Na “formalização do jogo entre desigualdades” (Foucault, 2008b: 120) – que, diga-se de passagem, parece favorecer e preservar as dinâmicas competitivas do Mercado, expandindo-as para contextos sociogeográficos onde elas não existiam – aplica-se integralmente a máxima foucauldiana (*apud* McNay, 2009): todos são bem-vindos ao novo jogo (da IS), desde que o joguem como empreendedores (ES).

A própria ação – “inovar socialmente” – não assume exclusivamente (ou sequer principalmente) a forma de uma “constituição semanticamente coerente da experiência” (Santos, 2005: 131), mas potencia-se enquanto objeto (previsto, favorecido e legitimado) de certas observações porque produz o domínio (ie. uma dada ordem social) como resultado (cf. Feyerabend, 2005). E aí, talvez o seu primeiro (e mais duradouro) impacto tenha sido a prefiguração de um discurso fiável na sua capacidade

de transmitir como aspiração individual aquilo que é, na realidade, do domínio da “decisão oficial⁹⁸”.

De resto, não é que as relações de poder e dominação sejam uma dimensão desconhecida dos teóricos da inovação. Aliás, quando vista à lupa da teoria (crítica) dos sistemas, compreende-se que a prática da inovação é extremamente dependente do observador, e especialmente dos stakeholders que se encontram capazes de exercer maior poder e coerção, nomeadamente no que diz respeito à seleção dos sentidos e significados daquilo que observam (Midgley, 1997).

As secções anteriores abordaram esta problemática pela perspectiva das lógicas organizacionais internas em competição. Contudo, os mecanismos de diferenciação, e a diferenciação social em particular, apresentam-se aqui como chave não apenas para distinguir de entre os titulares de interesses reconhecidos (stakeholders) – *alter* – e o empreendedor social – *ego* – mas também para providenciar, no quotidiano, uma “elaboração consciente da vivência” (Luhmann, 2005b: 80), isto é, uma experiência concreta da redução da complexidade para quem dela participa, e uma experiência opaca para quem dela fica de fora (Cf. Guibentif, 2005). E sabemos como, a partir da advertência de Zizek, a função ideológica dos signos, para os processos de dominação social, pode passar pelo encobrimento da legitimidade ou não dos mesmos:

“Estamos no espaço ideológico propriamente dito no momento em que o conteúdo – ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ (se ‘verdadeiro’, tanto melhor para o efeito) – é funcional relativamente a alguma relação de dominação social, de forma inerentemente não-transparente. A própria lógica de legitimação da relação de dominação deve quedar escondida, se é para ser eficaz.” (Zizek, 2012: 8).

⁹⁸ Inspiramo-nos aqui em Luhmann (1980: 34, *cit in* Esteves, 2005: 301) e no seguinte trecho: “A legitimidade não depende do reconhecimento “voluntário” da convicção da responsabilidade pessoal, mas sim, pelo contrário, de um clima social que institucionaliza como evidência o reconhecimento das opções obrigatórias e que as encara, não como consequências de uma decisão pessoal, mas sim como resultados do crédito da decisão oficial.”

Portanto, para tornar opaco o poder dos stakeholders na definição do que constitui um processo socialmente inovador, a representação de um *ego* diferenciado afigura-se crucial.

Primeiramente, afigura-se-nos que o signo “social”, apesar dos seus amplos usos, contém a dimensão semiótica de uma singularidade (cf. Bakhtin, 2006) que não só se renova (constantemente), na sua capacidade de obscurecer qualquer disputa de significados, como se torna, pelas compatibilidades que permite exercer, um signo facilmente percebido como relacional, empático e benévolo.

Num léxico sistémico, diríamos que entra na cadeia de comunicação do TS como um *meio simbolicamente generalizado*⁹⁹ (no binómio social vs. associal) que perpassa o sistema e os indivíduos que o irão compor. Aliás, a centralidade da “missão social” constitui ainda um pilar – resistente a inclusões e exclusões, indispensável a sínteses e aplicações – do edifício particular de significados do TS em geral, e do ES em particular (Cf. Parente, 2014).

No seguimento, podemos afirmar que a categoria *social* estrutura a autorreferência do TS por oposição ao seu ambiente, se for mobilizada numa observação de primeira ordem, e assim contribui para o estabelecimento de compatibilidades ao nível da integração sistémica. Já uma mobilização de segunda ordem poderá contribuir também para a compatibilização entre indivíduos e organizações do TS (i.e. a integração social), porquanto a sua utilidade faz vingar a ideia de que tudo o que é social é intrinsecamente bom e que, portanto, o sistema também o será (Dey & Steyaert, 2012).

⁹⁹ Os meios simbolicamente generalizados são dispositivos técnico-semânticos codificados que, emergindo enquanto síntese das seleções comunicativas, simbolizam e generalizam determinados significados segundo uma ordem de preferência, desonerando os sistemas sociais da tarefa de trabalhar a informação ou o sentido em toda a sua extensão (Luhmann, 2012). Para que estejam habilitados a desempenhar a sua função, isto é, para que exista um auto-encadeamento operatório da comunicação (autopoiese), os meios simbolicamente generalizados possuem uma estrutura própria, um código que estabelece a diferença entre o que é ou que não é definido pela comunicação (Correia, 2005). Eles são codificados por dois valores opostos e irreconciliáveis, operando uma duplicação da realidade num valor positivo e outro negativo, e funcionam como uma cadeia de transmissão de preferências e diferenciais de potencial (Luhmann, 2005b).

No nexu que articula os sistemas sociais e as instituições por si produzidas enquanto “instrumento, uma técnica, de produção de ordem social geograficamente localizada” (Santos, 2005: 157), crê-se que estas observações foram selecionadas como relevantes não só pelos seus aportes cognitivos, isto é, enquanto “especificação de determinados efeitos ambientais do sistema como seus fins, com a suposição de que a obtenção desses fins preserva a existência do sistema” (Luhmann, 2005b: 87), mas igualmente pela *verdade* instrumental que aportam – uma delas sendo o controlo das condutas possíveis – e que, cumulativamente, serviram e servem ainda de auxílio à estabilização da ordem social, encimada pelo Mercado.

Se esta aceção implica o reconhecimento de que o caminho que liga a constituição de um sistema social à sua incorporação nas ações individuais não é só mediado, mas é *intencionalmente* mediado, neste ponto, o raciocínio luhmanianno de João Pissarra Esteves (2005: 301) afigura-se extremamente útil para nos fazer compreender que “o que aqui está em questão é um mecanismo que faz os indivíduos ‘querer’ aquilo que é necessário à performatividade dos sistemas”.

Neste aspeto, a metáfora da abelha da IS é particularmente feliz, porque sugestiva de uma construção arquetipal quasi-mitológica: um ser pequeno, ágil e móvel, possuidor de qualidades que o tornam capaz de observar o seu ambiente como nenhum outro; paralelamente imbuído de um propósito maior do que si próprio, que é carregar o fardo de transportar algo quase milagroso – um pó quase invisível, mas indispensável ao equilíbrio dos ecossistemas vivos. A partir daqui, o conhecimento técnico-científico retém a imagem das pequenas ações dos pequenos heróis que produzem grandes impactos, através de abordagens inovadoras (Mulgan, 2007; Jarvis & Marvel, 2013).

Por um lado, por aqui se percebe a forma como “as ciências sociais transcodificam as ideologias práticas, dotando-se dos protocolos de cientificidade, formalizando-se e sistematizando-se de acordo com esses protocolos, ganhando coerência e autor” (Almeida & Pinto, 1975: 389), o que significará, indelevelmente, que “são justamente as representações que produzem, institucionalizadas como conhecimentos, que contribuem para a (...) função geral de organização, ‘racionalização’ e coesão das formações sociais, ao serviço e no interesse das respectivas classes dominantes” (idem).

Por outro lado, esta corrente de pensamento exemplifica, a nosso ver, a aplicação improdutiva de um individualismo metodológico exacerbado (cf. Capítulo 3) que nos lembra Althusser, aqui parafraseado: “não há ideologia excepto para sujeitos concretos e este destino da ideologia é tornado possível apenas pela categoria de sujeito e pelo seu funcionamento” (Althusser, *cit in* Zizek, 2012: 83). É também por este prisma – consciente dos mecanismos ideológicos em ação – que interpretamos o facto de, a dado ponto, se ter tornado lícito, e até corrente, ligar os empreendedores sociais a noções tão radicais como “transformação social” (Alvord, Brown & Letts, 2002) ou “revolução do séc. XXI” (Skoll, 2004, *cit in* Mulgan, 2007).

Na medida em que, como refere Bakhtin (2006: 33), “compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos”, a IS cavalga as forças da chamada “Sociedade Civil Global” (E.g.: Salamon et al., 2003) para atualizar o velho sentido hegeliano, e apresentar-se como uma proposta de novo contrato social.

Ou, então, articulando discursivamente¹⁰⁰ a Comunidade (Henton, Melville & Walesh, 1997; Thake & Zadek, 1997) a IS propõe-se como “lar supostamente natural”, como dizia Bauman (2003: 20), das consciências sencientes e generativas do novo milénio, reconfigurando nada menos que as relações de solidariedade orgânica da *Gemeinschaft*, que a ordem social pós-1973 se encarregou de pulverizar.

Portanto, num espaço-tempo em que (quase) todos “procuram por grupos a que poderiam pertencer, com certeza e para sempre [e] num mundo em que tudo se move e se desloca, em que nada é certo” (Hobsbawm, *cit in* Bauman, 2003: 20), um papel social sistémico¹⁰¹ desejável e excitante (mas também funcional e congruente com as

¹⁰⁰ Aqui se refere a “qualquer prática que estabelece uma relação entre elementos de forma que a sua identidade seja modificada por via da prática articulatória” (Laclau & Mouffe, 1985: 105), envolvendo um processo de reposicionamento relativo de cada elemento discursivo que os estabiliza, isto é, que torna possível parar (temporariamente e em sede de prática sociais) a flutuação de significados de cada elemento.

¹⁰¹ Podemos apontar aqui para o conceito de papel social, do ponto de vista sistémico, enquanto “scripts de atuação que não são suficientemente determinados a ponto de não deixar nenhuma margem de escolha para o indivíduo, nem tão gerais que não consigam orientar a escolha de cursos de ação disponíveis (...) permitem identificar constelações de expectativas (...) contra os quais o comportamento humano pode ser observado, discriminando os cursos de ação esperados dos cursos de ação efetivamente atualizados” (Bachur, 2009: 85, 287).

seletividades inscritas no discurso ao longo do tempo) encontrava-se pronto a interpelar¹⁰² os sujeitos do novo milénio, com uma possibilidade que se apresentava como muito mais do que um mero trabalho (Dey, 2011).

De facto, 1997 veio a ser um ano dourado para o “empreendedor social”, essencialmente devido a trabalhos de “*think tanks*” britânicos, ainda que o seu lastro pudesse não ser ainda totalmente claro para todos. Neste contexto, um dos mais citados é o relatório de Charles Leadbeater, aptamente intitulado “*The rise of the social entrepreneur*” (1997), no qual o autor contextualiza uma sociedade altamente complexa e num impasse quanto às suas redes de suporte e *welfare*, apresentando de seguida o empreendedor social como “uma das mais importantes fontes de inovação” (idem: 2).

Por outro lado, a ideia de “mudança social de larga escala”, tanto no TS quanto na sociedade em geral, que subjaz a IS (Westley, *cit in* Weber, 2021: 411) também se encontra plasmada no relatório de Thake e Zadek (1997), desta feita para a londrina New Economics Foundation, como ficará evidente no excerto que passamos a citar:

“As mudanças são tão imensas e numerosas que muitos observadores sugerem que estamos a experienciar uma profunda mudança nas assunções subjacentes que governam a forma como a sociedade pensa sobre si própria e se organiza. Esta revolução no pensamento é comparável àquela que associamos ao alvor da era atómica. Outros identificam-na com o fim da história. Qualquer que seja a explicação, é claro que algo de profundo está a acontecer.” (Thake & Zadek, 1997: 16)

Algo de profundo estava, realmente, a acontecer: “O Empreendedorismo Social atingiu um nervo”, anuncia Dees (1998: 1), com a sua ênfase *schumpeteriana* no carácter inovador do construto (Cf. Capítulo 3). Na vertigem do novo milénio, a “Inovação” parece deslocar a ação do empreendedor social do interior da sua organização de

¹⁰² A noção de interpelação proposta por Althusser (1971) e seguida por Foucault (1972) é apta à descrição do que entendemos aqui por papéis sociais, já que se assume que a linguagem constrói a posição social para o sujeito, constringendo a sua forma de pensar e atuar (o seu próprio processo de construção identitária) através de perceções coletivamente elaboradas e partilhadas enquanto guia para a praxis.

pertença para uma ação transformadora do ambiente, articulando macroestruturas e microrelações de modo a abrir caminho para o novo, descartando o velho.

Não é também isto que se revela, quando se afirma que “à medida que velhas instituições e formas de pensar se perdem neste panorama emergente, uma nova importância é dada às pessoas que podem liderar os processos de mudança” (Thake & Zadek, 1997: 6)? Ou quando se afirma que, na “Era do Empreendedor Social”, como lhe chama o pequeno, mas influente artigo de Catford (1998: 95), “a velocidade da mudança continua a acelerar globalmente e as tentativas de extrapolação do passado já não são válidas”?

Então, sendo a “mudança” tão inevitável quanto aparentemente necessária e bem-vinda, o catalisador mais promissor é o indivíduo (i.e., o empreendedor social), tal como os autores afirmam:

“Ao dar-lhes um nome estamos a reconhecê-los, a dar-lhes estatuto, a ajudá-los a explorar o seu potencial. Porém, uma parte da sociedade não (...) reconhece as suas qualidades e os contributos que podem dar. Raramente providenciamos o suporte adequado para os seus esforços (...) e no entanto, as nossas vidas são influenciadas por estas pessoas e o nosso futuro pode de facto depender deles. Eles são os empreendedores sociais” (Thake & Zadek, 1997:6).

A partir de uma análise imediata aos tempos verbais empregues neste trecho, podemos discernir que a afirmação inicial faz parte de uma modalidade categórica forte (Fairclough, 1995) que encontra no valor normativo da liderança individualizada um carácter universal e perene, aqui plenamente dramatizado, na medida em que o futuro daquele se faz depender. Todavia, para lá da semiologia, este parágrafo é bem demonstrativo da “viragem” ético-moral, na direção do sujeito, e que no final da década de 1990 começa a evidenciar-se, clara e precisamente.

Considerando que “todo o fenómeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação natural” (Bakhtin, 2006: 33), e que o signo deve ser um “material flexível, veiculável pelo corpo” (idem: 37), os “agentes de mudança” de que nos fala Gregory Dees (1998: 1), aqueles que desenvolvem “novos modelos para um novo século” (idem),

deveriam ter acesso a um papel social, prático e simbólico, discursivamente mediado e prontamente interiorizável.

O séc. XVIII, por exemplo, obteve o seu “empreendedor” para a “era do Capital” (Hobsbawm, 1995b) através da tipificação sintética de Adam Smith¹⁰³ (1776/2002) que, pela linguagem, pôde ligar eficazmente ator e ação a uma determinada trajetória sistêmica desejável, expectável e apropriada (Berger & Luckmann, 2004).

Para a contemporaneidade, um processo de tipificação similar estava em plena marcha, e no seu centro encontramos o empreendedor social, inovador, revolucionário e disruptivo:

“A liderança é requerida e sempre foi. Hoje em dia, é necessário um tipo particular de líder que vai para além de ações parciais ou remediativas, que desenvolverão soluções radicais que melhoram a qualidade de vida e são sustentáveis em termos humanos, organizacionais, financeiros e ambientais.”
(Thake & Zadek, 1997: 6)

Nesta dimensão reflexiva, o sujeito da IS parece não ter limites para a sua ação, e justamente quando a ordem social parece, paradoxalmente, ser cada vez mais rígida e fechada à intervenção humana (Santos, 2006), tudo parece ao seu alcance. Aí está, em toda a sua glória, a derradeira atitude *moderna*: a de que o mundo se encontra aberto à transformação por via da ação racional do Homem (Giddens, 1991).

Viver no presente e de forma emotiva (Han, 2014), acompanhando e instigando as mudanças culturais, dos valores éticos à expressividade identitária e pertença subjetiva (Inglehart, 1981), passando pela articulação com temáticas tão em voga como a

¹⁰³ Adam Smith (1776) observou as exteriorizações do seu tempo e daí tipificou os comportamentos (individuais) daqueles: (1) que metodicamente planificam os seus projetos comerciais, tendo em conta estratégias “racionais” e rigorosos cálculos especulativos (no original, *projectors*); (2) que, perante um meio ambiente ainda pejado de incerteza e riscos vários – fator que já tinha sido identificado por Cantillon – todavia arriscam e aplicam o capital de outros, antecipando o sucesso das suas empreitadas (no original, *adventurers*); (3) e que organizam os fatores de produção de forma a fazer equivaler, prudentemente e no âmbito do que é razoavelmente expectável, o risco da atividade económica com um proporcional aumento do lucro (no original, *undertaker*).

Ecologia¹⁰⁴ (Schaper, 2016): não é esta uma boa forma de ilustrar que o empreendedor social tem um propósito, e este pode ser o de produzir pequenas mudanças que, disseminando-se através dos sistemas, promovem as grandes mudanças por que as sociedades (des)esperam?

Assim, mais importante do que salientar que os empreendedores sociais atuam como agentes económicos responsáveis, comportamento sem dúvida possibilitado por aquilo que é descrito como uma ética pessoal e profissional robusta (Drayton, 2002), tornou-se necessário justificar a posição intermediária deste papel social nos fluxos de gestão das expectativas e da complexidade do mundo, pela ilustração de quem *realmente faz* a diferença.

Aqui, uma citação de Lévi-Strauss poderá ajudar à compreensão da razão por que antigos mitos – de Martin Luther King a Mahatma Gandhi (Martin {Martin & Osberg, 2007}), passando por Madre Teresa de Calcutá (Young, 2013) e Florence Nightingale (Drayton, 2002) – são frequentemente citados como agentes de mudança:

“Por detrás de cada edifício ideológico, edifícios mais antigos se perfilam. Eles continuam a repercutir os ecos de uma origem que remonta até àquele momento ideal em que, há centenas de milhares de anos, ou mais, uma humanidade balbuciente concebeu e proferiu os seus primeiros mitos.” (Lévi-Strauss, 2010: 157).

São, então, aqueles os ensinamentos e percursos de vida que devem ser seguidos e servir de motivação adicional a quem os absorve (Peredo & Maclean, 2006), esperando-se, através de uma comunicação de base inspiradora, sinalizar a todos os interessados

¹⁰⁴ Uma outra estratégia discursiva que nesta dimensão começa a ganhar relevo é o do recurso à articulação do indivíduo “empreendedor” a universos semânticos, e signos normativamente carregados, que à partida lhe seriam estranhos e que em alguns casos dão até origem a neologismos, como caso de “ecopreneurship” (indiciando a fusão de empreendedorismo com ecologia) Termo que começa a surgir no início dos anos 1990 (Blue, 1990) e que passa a ser corrente no fim do século XX em textos da autoria, por exemplo, de Astad Pastakia (1998) para descrever e analisar a perceção de que “a última década assistiu à emergência de uma nova estirpe de agentes com consciência ecológica que podem chamar-se de empreendedores ecológicos (ou *ecopreneurs* para abreviar)” (Pastakia, 1998: 157). Esta linha de investigação continua a desenvolver-se, como atesta a relativamente recente (segunda edição) do manual dedicado ao tema e editado por Michael Schaper (2016).

de que matéria é feita “o” empreendedor social (Dacin, Dacin & Tracey, 2011), e de que forma poderão atingir um estatuto similar ao de uma celebridade (Nicholls, 2006, 2010).

É, por conseguinte, sob o desígnio da absoluta previsibilidade que a construção discursiva do ES se embrenha profundamente na subjetivação¹⁰⁵ da ação socialmente inovadora: inicialmente, através da temática afeta à intenção, avaliação, construção e perseguição das tais oportunidades de “mudança”, isto é, as motivações para a ação (Guclu, Anderson & Dees 2002; Mair & Noboa, 2003); depois, a partir de uma autêntica “explosão” de discursos que, conjugando dimensões de interiorização e exteriorização¹⁰⁶ de comportamentos e normas socioculturais, apontam determinadas características psicossociais que, tomadas como um conjunto, começam a formar um arquétipo, bem à maneira *levi-straussiana*, do empreendedor social.

A linha basal do novo mundo do ES é explicada por Dees (1998: 1) como “[uma] paixão por uma missão social, combinada com a disciplina, inovação e determinação própria do *business*”. Configurando uma proposta nunca realmente rebatida, a partir daí foi só necessário acrescentar cores, e caracterizar o indivíduo comum que faz coisas extraordinárias (Drayton, 2002; 2006): é um “*risk-taker*”, isto é, assume o risco socioeconómico da iniciativa em prole das pessoas a que a organização serve (Peredo & Maclean, 2006); é energético, tenaz, persistente, confiante e persuasivo (e.g.: Bornstein, 1998); é um visionário benemérito e dedicado à sua paixão social, a qual perseguirá de forma imparável (E.g: Roberts & Woods, 2005).

Mantendo-nos atentos à “função que [os discursos] assumem para a ordem social extra-discursiva” (Honneth, 1993: 151), e tendo presente que “a produção do conhecimento acompanha, em princípio, o exercício de dominação social” (idem: 177), sobra-nos

¹⁰⁵ Neste contexto, conceptualizada como a “centração da atenção em relação às qualidades pessoais, apelando à sua diferenciação, conduzindo, por essa via, a uma acentuação do carácter reflexivo do funcionamento e processos psicológicos do self, e evocando a centralidade discursiva da experiência individual no processo de construção da identidade, passando o sujeito psicológico a ser definido como ontologicamente anterior à sociedade” (Leão, 2011:32).

¹⁰⁶ Tendo em conta que o conceito de exteriorização denota, numa perspetiva construtivista, uma atividade social tendencialmente diferente das que lhe preexistiam porque se baseia na criação de novos mundos socioculturais estruturados a partir do uso (e institucionalização) de novas regras de conduta (Cf. Berger & Luckmann, 2004).

aceitar que estes são alguns dos critérios, convertidos em informação, que os empreendedores sociais devem compreender¹⁰⁷. E, pese embora um cardápio de tal ordem não seja exaustivo, serve-nos, todavia, para estabelecer que as combinações ambiciosas e flexíveis de disposições psicológicas, organização social e conduta individual (Seelos & Mair, 2004) prometem transformar qualquer indivíduo no motor para o desenvolvimento social e económico do séc. XXI. Para a chamada *escola da inovação social* do ES, como veremos no próximo capítulo, tudo isto permanece como relevantes legados discursivos.

Por ora, interessa enfatizar que a relação entre os signos “inovação” e “social” serve e servirá a institucionalização do ES no TS enquanto *aparato*, isto é, como um manto heterogéneo e complexo de estratégias, discursos, técnicas, leis ou instituições, localizado na interseção de relações de poder e conhecimento, que se afigura capaz (ou pelo menos a isso aspira) de governar, controlar e orientar (de uma forma que se apresenta útil) as condutas e os pensamentos (Agamben, 2009).

Uma vez chegados ao nível Micro, o modo de produção das subjetividades do TS adquire novas possibilidades, de pensar e agir sobre as problemáticas de forma socialmente inovadora, sem, todavia, violar os princípios da autonomia do sujeito *moderno*, porquanto o encoraja na perseguição das suas vontades e desejos. Neste particular, recorreremos novamente àquilo que, enquadrado na fase de *ideologia em si e para si* do neoliberalismo, Byung-Chul Han (2014) descreve, com cunho foucauldiano, como *governamentalidade psicopolítica*¹⁰⁸, onde o controlo das condutas é efetuado por

¹⁰⁷ Com grande poder explicativo, remetemos para o seguinte excerto de Nollman e Strasser (2006: 24): “No seu quotidiano, os atores aplica esquemas interpretativos para apreender o significado daquilo que fazem. Luhmann integra esta ideia no seu conceito de comunicação e insiste na compreensão prática, de primeira ordem, como objeto da sociologia. (...) O significado do comportamento é constituído pelo ato comunicativo da compreensão (...) A compreensão seletiva constitui as regras sociais significativas que ajudam os atores a construir certezas sobre o que esperar do mundo social.”

¹⁰⁸ Muito resumidamente, aquele autor segue a linha que Foucault (2008b) deixou entreaberta, quando afirmou que o neoliberalismo constitui um projeto de sociedade assente não só em transformações ao nível macroestrutural, mas sobretudo ao nível micro, do indivíduo e da sua subjetividade. Na sua senda, Han (2014) desvela os argumentos que substituem a ideia de um poder disciplinar que usa a violência como único instrumento para modificar as subjetividades e submeter os indivíduos, por aquela que fala

quem, por si próprio e no usufruto da sua autonomia, a ela se submete, num processo habilmente urdido por uma “técnica de poder (...) que quer ativar, motivar, otimizar (...) um poder inteligente, amável, que não opera de frente contra a vontade dos sujeitos submetidos, mas que dirige essa vontade a seu favor” (Han, 2014: 16-17).

Num modo impressionista, não será sedutor um sujeito imaginar-se a si próprio como mistura, sem dúvida extraordinária, de características ou competências frequentemente vistas como antagônicas – “práticos e visionários, analíticos e criativos” (Thake & Zadek, 1997: 20) – que se forem colocadas em prática são capazes de “trazer mudanças dramáticas e substanciais através de iniciativas focadas e incrementais (...) [e] desenvolver as soluções e conceitos requeridos para o séc. XXI” (idem: 6)?

Não serão todas estas afirmações, e todas as construções similares, o resultado de uma *governamentalidade* permissiva, afirmativa e positiva, que “se esforça por gerar emoções positivas e em explorá-las” e que “seduz no lugar de proibir” (Han, 2014: 17)?

Efetivamente, poder-se-ia argumentar que a institucionalização das condutas “inovadoras” no TS corresponde à observação de novas, e até melhores, “condições sociais de autorrealização”, como lhes chama Axel Honneth (*cit in* Jaeggi, 2012). No entanto, a discussão sobre se estamos perante melhores instituições do que aquelas que existiam no passado perde relevância perante a concessão de que são as condições de um dado espaço-tempo, entrecruzadas com as propriedades e operações dos seus sistemas sociais, que possibilitam a emergência e consagração de discursos *verdadeiros* (Foucault, 1992) que, por sua vez e por isso mesmo, têm um determinado efeito regulatório sobre as instituições do presente, e também as do futuro.

Como deveria ser evidente, tal efeito não é inócuo por ser mais permissivo, nem benevolente por ser mais positivo, como adverte Han:

“Hoje, o poder adquire cada vez mais uma forma permissiva. Na sua permissividade, inclusivamente na sua amabilidade, depõe a sua negatividade e

de um poder-fazer que não conhece limites, que usa a liberdade como exploração e o indivíduo livre como seu próprio explorador.

se oferece como liberdade. O poder disciplinador não está, de todo, dominado pela negatividade (...) [e] não pode descrever o regime neoliberal, que brilha em toda a sua positividade. A técnica de poder própria do neoliberalismo adquire uma forma subtil, flexível, inteligente e escapa a toda a visibilidade. O sujeito submetido não está sequer consciente da sua submissão. A rede da sua submissão está-lhe completamente oculta. Daí que se presuma livre.” (Han, 2014: 16).

Para finalizar, deve dizer-se que esta temática será aprofundada no capítulo seguinte, sabendo que o “conhecimento se situa no coração da dialética fundamental da sociedade” (Berger & Luckmann, 2004: 94), na justa medida em que “objetiva este mundo por meio da linguagem e do aparelho cognoscitivo baseado na linguagem (...) [e] ordena-o em objetos que serão apreendidos como realidade”.

Assim partindo para uma outra exploração, dirigimos o olhar para a forma como o aumento exponencial da literatura dedicada a este objeto, na segunda metade da primeira década séc. XXI¹⁰⁹, construiu e preconizou, qual “consciência reflexiva [que] impõe a qualidade de lógica à ordem institucional” (Berger & Luckmann, 2004: 91), um arregimentar de condutas individuais e organizacionais em torno daquilo que podemos chamar de “regime de verdade” das sociedades do centro do sistema-mundo, já que, para Foucault (1980: 131) “cada sociedade tem o seu”.

¹⁰⁹ Por exemplo, Ávila et.al. (2011) afirmam que, em 2002, surgiram na Web of Science 36 artigos sobre o ES, o que contrasta positivamente com os 125 publicados em 2007 e com os 282 publicados em 2010.

3. Um “regime de verdade” para o séc. XXI: O Empreendedorismo Social, entre a evolução sistémica e a mediação discursiva

O capítulo anterior terminou com uma breve menção a um aumento de produção teórica relativa ao ES, sobretudo na primeira década do séc. XXI, conotando-a com a afirmação de um certo “regime de verdade” foucauldiano. Começemos por abordar esta possível relação, pela primeira parte da premissa.

Em termos cronológicos, é commumente aceite que as primeiras revisões de literatura do ES surgiram, de facto, na viragem do milénio (e.g.: Johnson, 2000; Zietlow, 2001). No entanto, o apelo relativamente fraco destas publicações (não sabemos se por ofuscar grande parte do processo de construção discursiva do objeto, que já se vinha fazendo desde a década de 1970) só logrou alimentar os clamores por significado, convertidos na forma de lamentos pela proliferação (acompanhada da falta de consenso) quanto a definições (cf. Mair & Marti, 2006; Roberts & Woods, 2005; Martin & Osberg, 2007). Talvez estes fossem sinais de que o tempo era adequado para um novo e derradeiro esforço de consolidação do campo discursivo do ES.

Neste particular, o período entre 2004 e 2006 associa anos particularmente importantes porque neles se concentraram notáveis esforços reflexivos, muitos agrega[ndo] “elementos discursivos de autorreflexão, auto-observação e autocrítica” (Arato, 1994: 136), mormente através da publicação de “*handbooks*” técnicos de largo alcance (Nicholls, 2006; Mair, Robinson & Hockerts, 2006).

São artefactos como estes que consolidam o ES, apresentando-o como uma “abordagem moderna” aos problemas sociais (Nicholls, 2006), um excitante conhecimento científico movido por novas “descobertas” (Christie & Honig, 2006) e “entendimentos” (Harding, 2007), que se assume como uma novidade teórico-prática distinta do que antes havia (Spear, 2006).

Paralelamente, a informação em que consiste este *novo* e promissor “conceito” – que alguns autores já classificavam, sem grandes reservas, como “fonte de explicação,

predição e deleite” (Mair & Martí, 2006) – é já tentativa de orientação do futuro e do leque de possibilidades que o mesmo contém (Short, Moss & Lumpkin, 2009; Mair, 2010).

É evidente, como defende Pascal Dey (2010: 86), que nos referimos aqui às falácias linguístico-discursivas que promovem, no discurso do ES, “a impressão de que não tem antecedentes históricos”, assim o concretizando e legitimando “como uma necessária e fértil rutura com o passado” (idem). E, como vimos no capítulo anterior, a rutura com o passado, que advém da referência à IS e à memória daquilo a que se refere, é justamente uma das principais forças do ES, e a matriz que orienta o futuro por si preconizado.

Porém, a partir de uma perspectiva crítica, importa salientar que uma tal matriz de possibilidades não poderia ser construída, do nosso ponto de vista, se não pudesse ser integrada numa “política geral de verdade” foucauldiana, isto é, “os tipos de discurso que aceita e que faz funcionar como verdade” (Foucault, 1980: 131), e em cujos alicerces encontramos:

“Os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, o modo da sua sanção recíproca; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para chegar à verdade [ou ainda] o estatuto daqueles que têm o encargo de designar o que funciona como verdadeiro.” (Foucault, 1980: 127).

Subjacente a esta linha de reflexão (que completa a premissa com que abrimos este capítulo) encontra-se o diagnóstico de que os processos constitutivos das sociedades e dos sujeitos da Modernidade assentam na (e são orientados por regras, jogos e discursos em torno da) Verdade. Seguem-se então, naturalmente, as invetivas: nesse caso, quem é se encontra na posição de afirmar algo como sendo verdadeiro? Porquê? E por que meios?

Argumentamos que, essencialmente a partir do séc. XVII, tal mister tem sido confiado à Ciência e, por inerência, aos seus (sub)sistemas, organizações e peritos (Habermas, 1987; Giddens, 1991) que, sucedendo-se a filósofos, reis e profetas, se constituem como

os novos intérpretes legítimos da experiência humana, e guias das suas sociedades cada vez mais racionais.

A observação desta circunstância é tudo o que permite aceitar “a diferenciação da verdade como meio, e das ciências como seu sistema portador” (Luhmann, 2005b: 110). E é, de resto, apanágio moderno admitir que a “racionalização progressiva da sociedade” se encontra dependente, como reflete Habermas (1987: 45), da “institucionalização do progresso científico e técnico”.

Julgamos que, apesar de todas as dúvidas que assolam a contemporaneidade, esta aceção ainda se mantém genericamente válida. Contudo, o mérito de tal articulação não pode fundar-se numa lógica de neutralidade *cartesiana* que a Ciência moderna nunca teve, tem, ou poderá ter (Bourdieu, 1975; Santos, 1995).

É sabido que as diferentes ciências frequentemente “transcodificam as ideologias práticas (...) e exercem, por sua vez, uma acção em retorno de racionalização sobre as ideologias práticas, às quais fornecem (...) conferem nova consistência e ‘legitimidade’” (Almeida & Pinto, 1975: 389), pelo que a sua função social pode tender para a acrítica “‘racionalização’ e coesão das formações sociais ao serviço e no interesse das respectivas classes dominantes” (idem). No mínimo, os seus contributos para a estabilização do real, e da ordem social aí produzida, não podem ser escondidos ou negados. A este respeito, escreve Niklas Luhmann o seguinte:

“A ciência deve garantir a si, através da estabilidade dos sistemas, o significado permanente da experiência, que ela investiga e em cujo marco de referência interpreta as experiências (...) consiste ela em preservar o mundo como domínio extremamente complexo de possibilidades e em orientar, apesar de tudo, a vivência e a ação seletivas.” (Luhmann, 2005b: 118)

A partir da nossa interpretação, a orientação (seletiva) da vivência e da ação desdobra-se em dois processos, concomitantes e multidimensionais, que o autor alemão por vezes refere como *semantização* e *programação*. Para além do que já ficou escrito sobre estes conceitos, julgamos útil reforçar alguns pontos.

No que diz respeito ao primeiro vocábulo, semantizar prende-se à construção de referenciais comunicativos (nos quais se inclui todas as formas do discurso) que, controlando a distribuição de informação e sentido, auxiliam princípios e (macro)processos de diferenciação em curso, nomeadamente através de distinções semânticas do que é necessário ou dispensável, progresso ou barbárie, moderno ou antiquado.

Uma vez que a semantização, como qualquer operação de redução de complexidade, sempre se efetua “a partir de”, sendo “ao mesmo tempo, referência a outras possibilidades” (Luhmann, 2005a: 79), relembra-se que tal implica escolhas que afetam o presente e o futuro dos sistemas, que assim se constroem pela negação (ou confirmação da negação) das possibilidades não atualizadas numa dada ordem social.

Apesar da semantização técnico-científica poder desencadear uma série de eventos conjugáveis num processo simultaneamente “explosivo, destrutivo e, enquanto tal, incontrolável e dissolvente” (Santos, 2005a: 128), mas também “construtivo, criador de novidade e diferença” (idem), a Ciência, enquanto sistema social funcionalmente diferenciado, tende a operacionalizar uma certa continuidade temporal das suas interpretações. Já Berger & Luckmann (2004: 89-94) nos falavam de “cursos de ação institucionalmente ‘programados’”, onde o “conhecimento (...) programa os canais pelos quais a exteriorização produz um mundo objetivo” (idem), e se obtém como resultado do processo que “quanto mais a conduta é institucionalizada, mais se torna previsível e controlada” (ibidem).

Portanto, de forma a assegurar que “as regras, segundo as quais se trabalha, permanecem constantes durante algum tempo e se podem estabelecer resultados de um passo para os passos ulteriores” (Luhmann, 2005a: 44) e para que “em cada passo, não se desintegre tudo novamente [e] se tenha sempre de começar outra vez” (idem), o processo incremental (e recursivo) de institucionalização do progresso científico de que falamos sustenta-se, em grande medida, numa *programação* da ação social.

A proposta luhmanianna encara a programação sistémica como um princípio geral de seletividade da ação social (Martens, 2006; Seidl, 2010; Bachur, 2009), que acolhe os programas enquanto conjunto complexo de critérios de referência para a ação correta.

Assim, os sistemas sociais regulam, ou controlam, as suas operações a partir de programas que – porque estabelecem quer as condições de realização de um dado comportamento (*programa condicional*), quer as metas ou consequências desejadas para o mesmo (*programa finalístico*) – auxiliam a determinar aquilo que deve ser levado em conta para se decidir se certas ações são legítimas/ilegítimas, verdadeiras/falsas, úteis/inúteis, etc (Cf. Luhmann, 2012).

Por via do pressuposto de que “as realizações seletivas devem transferir-se intersubjetivamente [e] poder transferir complexidade reduzida sem que a redução se deva, de cada vez, novamente levar a cabo” (Luhmann, 2005b: 109), entendemos que é lícito estabelecer, neste ponto, que a aparente ordem social, que regula inúmeros aspetos da existência individual e coletiva, se dissemina dos (sub)sistemas sociais para as organizações sob a forma de programas, e daí para os sujeitos.

Será efetivamente ao nível intermédio da organização que as tipificações, estratégica e discursivamente construídas para integrarem determinados programas, produzem grande parte dos seus efeitos (cf. Introdução).

Ora, sabendo que o processo seletivo das possibilidades tidas como viáveis, pelos diferentes sistemas sociais, é aquilo que vai fornecendo aos sujeitos as instruções de que necessitam para fazerem parte da sociedade¹¹⁰ – ou a *informação* que deve ser percebida e percebida como percebida (cf. Arnoldi, 2010) – a programação da ação social afigura-se crucial para a tomada de “decisão sobre as premissas da decisão, em cuja consideração a ação é correta e em cujo erro é falsa” (Luhmann, 2005b: 88). Deste ponto de vista, portanto, a programação deve “especificar-se” (idem) de forma a limitar

¹¹⁰ Como explica Daniel Lee (2000), se um indivíduo participa na sociedade através de uma organização, ele fá-lo utilizando um tipo de comunicação que o habilita para tal e que o constitui num sistema psíquico com determinadas características, o que significa que mesmo que esse indivíduo participe na sociedade através de múltiplas organizações, fá-lo-á sempre como sistema agregado de múltiplas parcialidades, nunca como totalidade.

“problemas de coordenação” (ibidem) e, na medida do possível, “evitar ‘erros’” (ibidem). A programação aplicável aos contextos organizacionais suporta-se naquilo que Luhmann designa por:

“estruturas de sentido com maior potencial para a complexidade, a saber, papéis e programas, (...) [que] constituem a camada genuinamente portadora de estrutura, em relação à qual as pessoas, depois, se mobilizam e os valores se ideologizam”. (Luhmann, 2005b: 96).

Agora elaborando a partir da interpretação de Bachur (2009), os programas organizacionais podem ser categorizados, em sede de análise empírica, como:

- *Finalísticos*, porque focados na coordenação das operações sistémicas *vis-à-vis* um conjunto de resultados elaborados internamente como apropriados;
- *Condicionais*, porque produzem os necessários mecanismos seletivos e causais (na forma dicotómica “se/então...”) que permitem a integração sistémica das organizações, e a estas a distribuição congruente de recompensas e sanções;
- *Sociais*, no sentido dos papéis sociais com que os sujeitos são interpelados pela sociedade (cf. Capítulo 2), uma vez que, para que uma ação social específica, tipificada e apropriada, se materialize, torna-se necessário que a mesma encontre tradução num papel social que o sujeito seja capaz de reconhecer e emular, tendo em vista uma dada integração social (Berger & Luckmann, 2004), e que não raras vezes diz respeito à aquisição de saberes específicos (cf. Capítulo 4).

Então, pode ser afirmado que a eficácia com que os programas e papéis sociais se institucionalizam, nos sistemas sociais e suas organizações, correlaciona-se, e depende em grande medida, da proficiência com que comunicam o “conjunto limitado de hipóteses de organização (interna) do sistema” (Esteves, 2005: 303), isto é, as formas *corretas* como os (sub)sistemas sociais podem, efetiva e pragmaticamente, desenvolver as operações que concorrem para o cumprimento da função social a si adscrita. Assim, e relembrando a introdução desta secção, os programas e papéis terão maior

probabilidade de institucionalização se forem construídos, técnica e cientificamente, enquanto *verdade*¹¹¹.

Contudo, um raciocínio crítico impõe-se: Uma vez assumido que operações sistêmicas como a semantização e a programação, porque introduzem a “técnica no mundo prático da vida” exigem, como refere Habermas (1987: 101) “uma reflexão científica (...) uma compreensão do mundo explicitada cientificamente” – e todavia os seus produtos não são axiologicamente neutros, nem sequer necessariamente orientados pela estrita observância das regras científicas de formação e validação de conceitos (Lakatos, 1968; Feyerabend, 2005) – então só poderemos aceitar que “a verdade não está fora do poder, nem existe sem poder” (Foucault, 1980: 131), e que produtos técnico-científicos, tal como o ES, são construídos sempre tendo em conta determinados critérios e procedimentos, bem como relações e hierarquias sociais (Foucault, 1980, 1992).

De forma a evidenciar alguns dos modos como “a produção do discurso se encontra controlada, selecionada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar os poderes e os perigos” (Foucault, 1992: 5), passamos a operar uma subdivisão que se espera heurística, distinguindo procedimentos de controlo *interno* – mais ligados aos processos de semantização típicos da autodescrição dos sistemas sociais – e *externo*, mais facilmente adscritos às noções de programação anteriormente descritos.

¹¹¹ Como refere o sociólogo alemão: “Verdadeiro é todo o sentido a que ninguém pode recusar o reconhecimento, sem se excluir da comunidade dos homens racionais, que vivem no mundo real. A especificação deste meio tem lugar através da precisão das condições sob as quais cada um pode fornecer a si determinadas representações ou percepções cujo sentido deve, em seguida, reconhecer. Estas condições formulam-se como regras operacionais e (...) facultam também a diferenciação da verdade como meio e das ciências como seu sistema portador” (Luhmann, 2005b: 110).

2.1 O Empreendedorismo Social e os seus procedimentos de controlo interno do discurso

Ir ao âmago dos produtos técnico-científicos implica, reafirmamos, tomar como objeto de análise o discurso. Certamente que os discursos são construídos por signos, funcionais do ponto de vista ideológico, como o Capítulo 2 tentou demonstrar. Nessa medida, eles fazem mais do que simplesmente designar coisas; logo, como diz Foucault (2008: 55): “é esse ‘mais’ que os torna irredutível à língua e ao ato de fala, e é esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”.

Se a construção social do conhecimento é também este quadro maior de entendimento, e obedece a princípios e procedimentos de controlo interno da sua produção, a partir dos quais se joga a seleção e hierarquização dos discursos (Foucault, 1992), devemos, a partir do autor francês, destacar essencialmente três, que devem encontrar-se subjacentes a qualquer análise da ordem discursiva (idem: 17-21):

- O *comentário*, que indica a permanência (no sentido da repetição) de certos discursos, frequentemente fundacionais ou de alguma forma baseados em grandes narrativas de uma sociedade, em outros que os revisitam, comentam e expandem, assim ajudando à sua realização;
- A *disciplina*, que permite construir sistematicamente um objeto, segundo um preceito composto de métodos, regras, conceitos e técnicas aceites como verdadeiras, isto é, cientificamente válidas;
- O *autor*, como princípio agregador do discurso que, frequentemente através da certificação pela autoridade, o limita ao jogo da identidade e à forma da individualidade.

Vejamos como, a partir destes critérios, a institucionalização do ES no TS pode assumir, finalmente, o carácter dúplice de um saber-poder que, assim constituído, legitima determinados atores, conceitos e práticas sociais, ao mesmo tempo que exclui outros tantos.

Em primeiro lugar, todo o conhecimento que ao TS se afeta, desde a sua emergência, não seria o mesmo caso um comentário em particular não se tivesse tornado a sua verdade fundacional:

O TS ocupa um espaço próprio e legítimo na sociedade porque providencia serviços que nenhum outro sistema social (Estado, Mercado ou Comunidade) tem condições de (ou está disposto a) providenciar por si só.

Repetida *ad nauseum* na introdução de qualquer texto académico (e.g.: Salamon & Sokolowski, 2016) sobre a temática, só esta proposição é garante da existência sistémica. Quer pela autonomia que produz, quer pela especialização que induz, quer ainda pelas relações sistémicas que passam a poder existir, no quadro de um bem-estar misto.

Mas, como vimos anteriormente (cf. Capítulo 2), a formação de, e as soluções para os chamados “problemas sociais”, adscvem aos principais sistemas sociais modernos uma função supletiva. Concomitantemente, a reconfiguração de sentidos destes sistemas é limitada pelo facto de se encontrar em cena um sistema social especializado.

Dito de outro modo, qualquer reforma significativa, focada nas contradições que os seus princípios geram, não é interpretada sistemicamente com a premência quer seria, se o TS simplesmente não existisse. Esta é, pois, a primeira condição que permite que o ES se apresente como um objeto técnico-científico.

Outro comentário que se presta a regulares atualizações, e que tem ajudado, de sobremaneira, à sua concretização quase como profecia autorrealizada, é aquele que labora no seguinte predicado:

As OTS tornam-se sustentáveis (apenas e só) se forem geridas como empresas.

O entusiasmo face àquilo que o Mercado e suas organizações têm para oferecer ao TS é revelador de um desejo de integração sistémica popular em certos círculos, contendo implicações que o podem tornar realidade *de facto*. E um dos fatores que para tal mais contribui é a introdução de uma lógica de racionalidade dirigida a fins que, para atingir determinados objetivos terminais, mesmo que sejam “sociais”, introduz critérios de

produção de valor a partir de cálculos normalizados, de forma a torná-lo coisa quantificável e, evidentemente, transacionável (Cook, Dodds & Mitchell 2003) junto de agências governamentais, fundações, empresas e outros beneméritos e filantropos.

A partir de uma lente marxiana, dir-se-ia, por isso, que o valor social que as abordagens do ES clamam criar corresponde a uma comoditização de necessidades mediante um trabalho privado (principalmente despendido na produção de bens e serviços por conta de outrem) que vê aquilo que produz ser transformado numa categoria reificada, quantificada, valorizada e monetizada (ie. realizada na forma de dinheiro, que é imediatamente distribuído e reinvestido), assim incorrendo em contradições semelhantes às aquelas que são imanentes ao modo de produção capitalista (Harvey, 2014).

Por último, e cumprindo a profecia de que os “agentes de mudança (...) terão provavelmente de ser mais empreendedores, criando e reconhecendo oportunidades para a mudança” (Lundberg, 1975: 477), a observação a que este autor deu voz deixou uma impressão duradoura, e abriu caminho a toda a uma hoste de narrativas exemplares (e até heroicas) dos empreendedores sociais de sucesso, nomeadamente a partir do momento em que se assumiu como verdadeiro o seguinte comentário:

O empreendedor social é o agente em foco no TS porque tem todas as características do empreendedor comum (e depois mais algumas).

Como ficou patente (cf. Capítulo 2), é daqui que deriva a profusa colocação do foco analítico nas características individuais dos empreendedores sociais, invocando uma narrativa que enaltece a figura do sujeito providencial que alcança a mudança social como resultado da sua audácia e iniciativa individual.

Numa perspetiva arqueológica, é incontornável a referência a Frank Knight, enquanto teórico decisivo, do ponto de vista histórico, para a ligação do “empreendedorismo” à noção de risco (Hoogendoorn, 2011): o seu pressuposto é o de que “os homens possuem diferentes capacidades de perceção e inferência para desenvolver julgamentos corretos

sobre os eventos futuros no meio ambiente” (Knight, 1921: 241), sendo que alguns são excepcionais¹¹² e merecem algum tipo de crédito, enquanto outros nem tanto.

Complementarmente, a capacidade de julgamento analítico do contexto, a acomodação da incerteza, bem como a tomada de decisão e a assunção das responsabilidades a elas inerentes, é aquilo que separa o empreendedor de outras tipificações, como por exemplo um “mero” gestor (Chell, 2008), sendo que a independência com que o faz, isto é, “ser o seu próprio patrão” (Knight, 1921: 366), é julgada como uma importante fonte de motivação para o comportamento.

Serve este apontamento para afirmar que quando se anuncia, com pompa, que “esta é a Era do empreendedor social” (Catford, 1998: 95), não é porque finalmente se conheceu um novo Homem, mas porque aquele que vale a pena considerar já foi observado, e é bem conhecido: trata-se do empreendedor, mas no TS. E ele é o ator que se afigura capaz de fazer pelo TS o que o seu homólogo fez pelo Mercado durante séculos, isto é, fazê-lo avançar, por via da microfísica do poder (Foucault, 1980) e através dos sentidos simbólico-discursivos primordiais do “empreender” (Cf. Anexo H), a suas sucessivas atualizações, do séc. XX em diante.

Não obstante, e como tentámos já argumentar, “o Homem conhecido (alma, individualidade, consciência, conduta, o que se lhe quiser chamar) é o objeto-efeito da sobreposição entre subjetivação e objetivação, da observação-dominação” (Foucault, *cit in* Honneth, 1993: 177), pelo que a sua caracterização exaustiva seria sempre indispensável à plena institucionalização de um construto com as características do ES.

Ora, tal caracterização não seria possível sem o cunho de um outro princípio de controlo do discurso, que é o *autor*, pelo que assim encontramos o pretexto ideal para avançarmos nessa direção.

¹¹² A noção de excecionalidade emerge do pensamento de Knight, que assim complementa o raciocínio: “Esta capacidade, para além disso, está longe de ser homogénea, uma vez que algumas pessoas são excepcionais a prever certos tipos de situações.” (Knight 1921: 241).

A institucionalização do ES, no TS, enquanto discurso progressivo e conhecimento *verdadeiro*, não poderia ter ocorrido, da forma como temos vindo a demonstrar, sem alguma sustentação de uma autoridade, como Theun van Dijk sempre argumenta (1998), seja ela de índole técnico-científica ou, digamos, prática.

Tomemos como exemplo disso o manual editado por Alex Nicholls (2006), no qual se parte dos signos analisados no capítulo anterior (i.e. Mercado, Socialidade e Inovação) para a construção de modelos agenciais (Grenier, 2006), empresariais (Alter, 2006), filantrópicos (Osberg, 2006) e educativos (Bloom, 2006) que, no seu conjunto, constituem “fundações sólidas” para a prática e investigação daquele construto (Anderson & Dees, 2006).

O ponto que queremos produzir é o seguinte: alguém dos conteúdos substantivos, uma das razões pelas quais tais “fundações” se mostraram, de facto, sólidas, passa pelos intermediários escolhidos, que podem ser considerados a nata dos *practioners*. Ali estão Bill Drayton, fundador da Ashoka, Jeff Skoll, fundador da Skoll Foundation e Muhammad Yunus, recipiente do Nobel da Paz em 2006; estão também os já mencionados Gregory Dees, Charles Leadbeater e Jed Emerson; para além de consultoras e executivas com extensa bibliografia publicada, como Sutia Alter, Rowena Young ou Pamela Hartigan.

O que encontramos naquele conjunto de personalidades é apenas uma amostra de uma crescente rede de indivíduos e organizações que existem para orientar os atores e práticas adscritas ao ES. E, de entre aqueles, existem, evidentemente, certos *autores* mais influentes do que outros, uns mais consagrados do que outros.

A este respeito, e tal como a Economia Social teve Charles Gide como seu *autor* fundamental (Cf. Anexo H), aqui a referência a Gregory Dees é incontornável, tratando-se de um dos mais citados no campo discursivo do ES e figura de tão estimada autoridade¹¹³ que há quem lhe chame o pai (da educação para) o ES (cf. Worsham,

¹¹³ Falecido em 2013, Sally Osberg, presidente e CEO da Skoll Foundation, recorda-o da seguinte forma: “o mais raro dos académicos. Durante duas décadas, o seu conhecimento e professorado foram seminais para o campo do ES; ninguém foi mais influente, ninguém mais inspirador. Lamentamos a sua morte, mesmo sabendo que o seu legado continua na determinação de homens e mulheres de todo o mundo,

2012), mormente pela sua teoria de mudança do ES ligada à ideia da inovação disruptiva (cf. Capítulo 1).

A este respeito, valerá a pena referir que foi Joseph Schumpeter, o economista austríaco posteriormente radicado nos EUA, quem colocou no centro da sua teoria económica o empreendedor como um fator catalítico da mudança (Chell, 2008), um agente desestabilizador do statu quo e do sistema económico que, com a sua atividade inovadora, mina os equilíbrios sistémicos existentes e leva-os para uma ordem superior (Van Praag, 2005 *cit in* Ländstrom, Harirchi & Aström, 2012).

A partir dos seus escritos, o empreendedor é conceptualizado como alguém que revoluciona¹¹⁴ os padrões produtivos através da exploração de oportunidades possibilitadas por novas tecnologias, pela criação de novos produtos e bens ou ainda por novas (i.e. inovadoras) combinações nos fatores de produção; ou, em menos palavras, reage criativamente à mudança implementando qualquer coisa de novo, o que resulta na abertura de mercados inexplorados, ou na reorganização de indústrias inteiras (Chell, 2008).

Na esteira da *entstehung* de Dennis Young (cf. Capítulo 1), Dees também “murmura os discursos fundacionais” (Hook, 2001: 9) do “empreendedorismo”, e a construção social do ES comprova o sucesso dessa empreitada.

No mesmo ano em que Dees se tornou “viral”, em tempos pré-redes sociais, David Bornstein (1998) dedicava um artigo de cinco páginas, na conhecida revista *Atlantic*, a Bill Drayton, também um *autor*, essencialmente a partir da sua invectiva – todos são agentes de mudança (i.e., *everyone [is] a changemaker*) (Drayton, 2006) – cujos ecos

na construção de um mundo melhor.” (in, “*Greg Dees, a Pioneer of Social Entrepreneurship, Dies at Age 63*”, disponível em <https://today.duke.edu/2013/12/gregdees>, acessado a 14 de abril de 2020.)

¹¹⁴ Segundo o mesmo autor, o sucesso empreendedor despoleta uma série de reações em cadeia, que vão do declínio de antigos padrões produtivos (e, eventualmente, das organizações anteriormente dominantes) à imitação de outros empreendedores e organizações que seguem o exemplo original, concebendo-se então a inovação como um processo cíclico que o mesmo apelida de “destruição criativa” (Schumpeter, 1996 [1905-1950]). Cf. Chell (2008:48)

nos asseguram, até aos dias de hoje, que qualquer indivíduo pode extrair do ES a possibilidade de mudar o mundo.

Por serem os *autores* que rodaram definitivamente a chave que articula a inovação e a mudança social (Drayton, 2006) com a dupla fé no indivíduo e no Mercado (Dees, 2012), tanto o reputado académico, quanto o reverenciado empreendedor, são as vozes consagradas do ES, os representantes da sua legitimidade e, consequentemente, os rostos da “resistência pluriforme e rígida ao conhecimento científico que tende a negá-las, ligada à necessidade de reprodução da formação social, na pluralidade dos seus níveis” (Almeida & Pinto, 1975: 389).

Para completar esta breve análise, introduzimos um princípio de controlo do discurso que não recolhe a totalidade da sua validade do *autor*, mas que possibilita a formulação de proposições com implicações práticas, sob condições relativas ao objeto e mediante uma possível inscrição em certas “balizas” teórico-metodológicas. Falamos, claro está, da *disciplina*.

Seria expectável que o conhecimento acerca do ES (tal como foi construído nas últimas três décadas) fosse balizado pelas disciplinas hegemónicas das ciências sociais desse período temporal. Isso é, de facto, algo que se verifica, de forma clara, através de algumas meta-revisões que, a partir de diferentes métodos, chegaram a conclusões parecidas.

Por exemplo, na revisão de Short, Moss e Lumpkin (2009), o ES foi o objeto central de 152 artigos científicos, sendo que as disciplinas de origem dominantes foram, segundo foi apurado, a Gestão (26%), o Empreendedorismo (11%), a Economia (9%) e o Marketing (6%).

Já no estudo de Ávila e colegas (2014: 93), a combinação dos tópicos “empreendedorismo e empreendedorismo social” permitiu identificar 1167 publicações, no período de 2002 a 2011, das quais uns impressionantes 1078 (ou seja, 92%) pertenciam à “área temática” da “economia empresarial (*business economics*)”. Disciplinas como História (n= 29) ou Geografia (n= 54) apresentam um número de publicações comparativamente muito baixo. Por seu turno, e a partir de uma amostra

ainda maior (N= 2984), Rey-Martí, Ribeiro-Soriano e Palacios (2016) atribuem àquela mesma categoria (i.e., *business economics*) 1851 publicações, o que corresponde a 62%.

Contraste-se, agora, este panorama de domínios, nomeadamente com análises qualitativas como a seguinte:

“A distribuição dos documentos por áreas disciplinares tem-se mantido relativamente estável ao longo do tempo (...). No entanto, tendo dito isto, [as áreas disciplinares] “negócio” [“*business*”, no original], gestão” [“*management*”, no original] e negócio e finanças [“*business and finance*”, no original] têm vindo a reforçar as suas posições, enquanto diversas áreas disciplinares nas ciências sociais, como a sociologia, ciência política, psicologia e história têm-se tornado menos importantes (...) [assim] o campo parece cada vez mais centrado em “negócio”, “gestão” e “economia”. (Ländstrom, Harirchi & Aström, 2012: 1170).

O padrão denotado, que é claro nas homologias que daí se extraem, envolve e dialoga com os restantes princípios de controlo do discurso. Por exemplo, Dees e Drayton, tal como outros possíveis *autores* são, na sua esmagadora maioria, formados pelas ciências económicas de um dado espaço tempo, nas quais a ortodoxia neoclássica está presente desde há décadas e, salvo provas em contrário, tem mantido hegemonia.

Ainda assim, neste “jogo de prescrições que designa exclusões e escolhas” (Foucault, 1981, *cit in* Hook, 2001), há que votar outros saberes à latência, como explica Luhmann:

“A problemática desta redução (de complexidade) é expressa pelo conceito de latência, que deriva da psicanálise. Ele não indica apenas a pura facticidade do deixar fora de atenção, mas indica que a acção humana deve ocultar a si própria aspectos parciais da sua realidade social, para não perder a capacidade de orientação e de motivação. Uma certa ignorância, um recalçamento de várias informações seria uma autodefesa necessária dos sistemas pessoais e sociais da acção (...) Não se trata, portanto, de descurar elementos de pouca monta, mas do recalçamento de aspectos importantes do mundo da acção.” (Luhmann, 2005a: 26-27).

A respeito dos conhecimentos excluídos, julgamos ser aceitável declarar que, especialmente a partir do espaço-tempo transformacional de 1968-1973, o sistema científico e suas *disciplinas* traçaram, ou foram levados a traçar, uma nova fronteira entre ciência e não-ciência, fundamentada numa viragem filosófica de influência marcadamente *popperiana*, que o renovou enquanto sistema social (crescentemente) seletivo, hierárquico, desqualificante e excludente. Sob este auspício seletivo, que o poder inevitavelmente configura, os enunciados desqualificam e excluem:

“(...) o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo (...) formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes, sejam elas realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe. São o que existe sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir.” (Santos, 2002: 14-15).

Como vimos, a estabilização de significados, que não é mais do que uma formação seletiva de sentidos que objetivam, confina tudo o que não é selecionado para a latência. Como tal, o ES, que se apresenta como conhecimento científico apropriado ao sistema social ao qual normalmente se refere, não podia deixar de votar outros conhecimentos àquele estado, ou de os manter numa posição de subalternidade teórica e normativa.

É nessa posição que se encontra a chamada Economia Solidária, um campo discursivo próprio que observa objetos e fenómenos que o ES também observa, mas cuja lente incisivamente política e económica (Cattani et al., 2009; Laville, 2009) só parece ter-lhe granjeado adesão, em grau apreciável, nas geografias semiperiféricas, especialmente na América do Sul (Lianza & Henriques, 2012). Neste contexto sociogeográfico, para além da incursão relativamente aprofundada às questões conceptuais, teóricas e epistemológicas que enformam este construto, destaca-se a sua aplicação multicultural, contornando o etnocentrismo de outros discursos (Cattani et al., 2009; Ramos, 2011).

A radicalidade desta *formação discursiva*¹¹⁵ assenta no *momento* da “solidariedade” – um elemento central de disputa ideológica desde que Kropotkine o utilizou, no final do séc. XIX como antagonista do utilitarismo de Jeremy Bentham (cf. Warburton, 1999) – que se manifesta através de relações intersubjetivas equitativas, quer na organização interna do trabalho autogestionado (Melo, 2007), quer em relação às comunidades envolventes, na qual, por exemplo, não cabe a noção de interventor/intervencionado, ou de prestador/cliente.

Com efeito, é em nome da solidariedade que, historicamente (cf. Anexo H, se constroem os “laboratório[s] das formas associativas e das utopias da associação” (Laville, 2008: 24), pelo que, a sua crítica é, obviamente, dirigida primeiramente ao Mercado e à sua ascendência ideológica e primazia na definição dos modos de integração social e sistémica (Filho, 2007). E, com efeito, a sua recusa em limitar os fenómenos económicos àqueles que são definidos como tal pela ortodoxia económica questiona igualmente este poder de delimitação que a ciência económica possui, alimentando, com frequência, uma reflexão mais geral sobre as suas definições e instituições (e.g.: Laville, 2009).

Nesse sentido, a rejeição de algumas das categorias inquestionadas da ortodoxia teórico-prática vigente leva a que a Economia Solidária favoreça outros conceitos (cf. Cattani et al., 2009), como por exemplo a economia popular, cooperativa ou comunitária (Filho, 2007), assim colocando em prática os princípios económicos da redistribuição, da reciprocidade e da troca, com a consequente formação de redes de cooperação, e não competição, com outras organizações, relativamente à aquisição e uso de recursos monetários e não monetários (Hillenkamp, 2013).

A denúncia quer do reformismo sociopolítico que tutela e instrumentaliza, em cada período histórico, determinadas organizações e seus trabalhadores, quer da lógica

¹¹⁵ Para definir o conceito de formação discursiva escreve Foucault (2008:42, 43): “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva”.

económico-financeira dos empreendimentos, especialmente do ramo das cooperativas, que as levam a tornar-se “simulacros” da empresa capitalista – nos quais a aplicação de regras internas de democracia (e externas de justiça social) são, por vezes, pouco mais do que letra morta (Vienney, 1994) – leva a Economia Solidária a testar, continuamente, a sua oposição à natureza utilitária, racionalizante e excludente da economia mainstream. Também por isto, a Economia Solidária tem construído um campo discursivo que perfila determinados discursos enquanto desafio à tradicional Economia Social europeia (e, evidentemente, ao próprio ES).

Numa perspetiva *arqueológica*, também assim o foi: mobilizado por Léon Bourgeois (1896) no fim do séc. XIX, o termo “solidariedade”, integrado na corrente do “solidarismo”, foi concorrente de momentos discursivos da Economia Social francófona, especialmente no que diz respeito às concepções do contrato social, à época.

Mais recentemente, a Economia Solidária emerge, em meados da década de 1990, e novamente por intermédio de autores francófonos, como reação a condições de desintegração social que se manifestavam em altos níveis de desemprego, no fecho de inúmeras empresas e consequente (re)energização de movimentos trabalhistas – dimensões para as quais a Economia Social, aparentemente, não tinha resposta (Lechat, 2002).

O que se torna curioso é que o antagonismo histórico, entre ambas as formações discursivas, é frequentemente negado, em favor de uma abordagem que considera que “a economia solidária deve ser encarada como uma expressão sinónima de economia social” (Namorado, 2009: 65). Outros autores colocam o problema da seguinte forma:

“De forma a retirar do caminho as questões terminológicas e os refinamentos conceptuais, acabamos esta secção notando que até no Francês e Espanhol, as expressões “*économie solidaire*” e “*economia solidaria*” ocasionalmente competem com a designação “*economia sociale*” (economia social) e por vezes até a substituem completamente, como ocorre em certas regiões da América Latina. Apesar de introduzir uma inclinação ligeiramente diferente, estes conceitos não se desviam realmente do significado da economia social. A

economia solidária refere-se primeiramente aos mais recentes e inovadores desenvolvimentos na economia social. Neste sentido, está próximo da “nova economia social” (...).” (Defourny & Develtere, 1999: 21-22).

O que sobressai deste excerto é, para nós, uma tentativa de *intervenção hegemónica* do discurso (Laclau & Mouffe, 1985), isto é, integração de um discurso para reforçar a posição hegemónica do outro, visto que a visão que se apresenta é a de que um engloba o outro, que assim se vê esvaziado de conteúdo significativo.

Um resultado desta relação (de poder) pouco dialética pode ser a hierarquização dos saberes (Foucault, 1992), tanto mais visível quanto um dos signos flutuantes¹¹⁶ que ambas as perspetivas parecem partilhar (ou disputar, consoante a perspetiva) – o “social”, ou “socialidade” (cf. Capítulo 2) – é articulado como legado da Economia Social, como se pode verificar nos textos de Kerlin (2006, 2010) e de Defourny e Nyssens (2010a, 2010b). Textos que, pelo seu conteúdo discursivo, e sentidos e relações objetivas que configuram, também podem ser qualificados de intervenções hegemónicas, certamente úteis aos seus propósitos.

Assim como aos interesses particulares de um campo social e científico¹¹⁷ em crescimento, que atribui posições com base não apenas na proficiência e autoridade técnicas (Bourdieu, 1975), mas também no resultado agregado das disputas, consagrações e submissões que têm vindo a marcar a positiva institucionalização de certos conhecimentos enquanto saber-poder (Cf. Foucault, 1980; 1992).

Em suma, sem direito a expressão própria, ou subsumida na expressão “Economia Social e Solidária”, julgamos que a Economia Solidária é um conhecimento *de facto* esquecido,

¹¹⁶ No âmbito da ACD, são elementos discursivos que são suscetíveis de serem adscritos a significados particulares e que, geralmente, são parte da disputa entre discursos competidores (Phillips & Jorgensen, 2002: 28, *cit in* Rear & Jones, 2013).

¹¹⁷ Como escreve Bourdieu (1975: 19): “Como um sistema de relações objetivas entre posições já ganhas (em disputas anteriores), o campo científico é o locus de uma luta competitiva, no qual o assunto específico em jogo é o monopólio da autoridade científica, definida inseparavelmente como capacidade técnica e poder social (...) no sentido da capacidade socialmente reconhecida de um agente particular falar e agir legitimamente (ie. de uma forma autorizada e autoritativa) de assuntos científicos.”

quer pela sua “irmã” mais velha (i.e. A Economia Social), quer, como está claro, pela construção teórica e social do ES.

Todavia, uma outra forma de olhar para estes fenómenos, franqueando os seus mecanismos e normas, bem como as dinâmicas de poder que podem (ou não) configurar, consiste em contemplar a função dos discursos ligada às condições externas da sua possibilidade – será isto a determinar aquele princípio geral “segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados” (Foucault, 2008a: 135), isto é, os modos através dos quais as seleções sistémicas se inscrevem na prática discursiva. Será este o mote para a secção seguinte.

2.2 O Empreendedorismo Social e os seus procedimentos de controlo *externos do discurso*

Ao dirigirmos o olhar para os constrangimentos (ambientais) que a ordem social, a evolução sistémica e suas exigências, impõem sobre os modos de construção do ES, enquanto discurso técnico-científico, devemos ter em conta que os discursos não são meros conjuntos de signos, conceitos ou teorias, mas práticas (Foucault, 1992).

Envolvidas pela dupla hermenêutica que nos indica que o discurso é simultaneamente constituído, isto é, materialmente constrangido, e constitutivo de situações, objetos e relações (Fairclough, 1995), tais práticas (discursivas) têm subjacente, do nosso ponto de vista, uma certa sistematicidade, que vale a pena ser analisada.

De um modo muito concreto, e uma vez que há temas e conceitos que podem ser resgatados da sua dispersão pela homogeneidade que se apresentam à observação, é seguro afirmar que existem “escolas de pensamento” que têm vindo a estruturar discursivamente o ES nas últimas duas décadas (cf. Dees & Anderson, 2006b; Bacq & Janssen, 2008; Defourny & Nyssens, 2010b; Hoogendoorn, Pennings & Thurik, 2010; Hoogendoorn, 2011). Contudo, tais “escolas” devem ser observadas por aquilo que realmente são: *formações discursivas* cujos enunciados foram selecionados (para institucionalização) não necessariamente por causa da sua pretensa originalidade, ou

mesmo pela veracidade e rigor dos seus postulados, mas porque se afiguram relevantes, do ponto de vista funcional (Foucault, 1992, 2005).

A compreensão de tal relevância, para além do mais ou menos óbvio é, portanto, um desiderato chave para a uma análise crítica frutuosa. Então, laborando “sobre os fundamentos de sentido encobertos, sobre as infraestruturas difíceis de pôr a descoberto, e que fixam no interior do discurso aquilo que em cada caso deve ser considerado como verdadeiro ou falso” (Habermas, 2000: 347), os procedimentos de controlo externo do ES encontram-se, desde logo, na ligação entre as suas formações discursivas e as suas condições de possibilidade externas (Foucault, 1992; 2005), que é como quem diz, ambientais.

Voltando-nos para as condições ambientais do TS – sem deixar de recordar a introdução desta secção, e a premissa *lévi-straussiana* indicativa da relativa “obediência” dos sistemas sociais a programas que, tal como um código genético, transportam consigo uma finalidade, cujo cumprimento depende das circunstâncias exteriores (os eventos) que sobre ele incidem retroativamente (Lévi-Strauss, 2010) – pode dizer-se que, inscritos no código genético do TS, por assim dizer, encontramos os modos de resolução das *questões sociais* do séc. XIX e do séc. XX (Cf. Anexo G e Capítulo 1).

Ali, as amplas irritações sistémicas provocaram aumentos da complexidade nos principais sistemas sociais de cada época, sendo que a grande diferença entre um espaço-tempo e o outro, é que (a) no séc. XIX a especialização funcional foi residual, tendo os sistemas sociais incorporado sentidos que, de uma forma ou de outra, endereçavam as problemáticas a que se referiam e (b) pelo contrário, o séc. XX diferenciou um sistema social a partir das bases de comunicação preexistentes, especializando-o para lidar com o ruído do presente e do porvir, desse modo exonerando os restantes sistemas quer da sua resolução, quer do seu evitamento.

A seleção desta última possibilidade diminuiu a entropia a curto-prazo, mas provocou um aumento da complexidade interna de todos os sistemas, a qual se traduziu em ambientes particulares a cada um também mais complexos, já que, “em geral, qualquer aumento da complexidade de um sistema funcional aumenta a complexidade do

ambiente de outros sistemas e força-os a aumentar a sua própria complexidade interna” (Baraldi et al., 1998, *cit in* Jessop, 2008).

O ambiente, relativo ao TS especialmente, sofreu profundas alterações que colocaram desafios prementes à sobrevivência do último, sendo que o mais premente foi, como vimos (cf. Capítulo 1), a introdução de problemas (económicos) relativos à escassez (imposta pela distribuição sancionada dos recursos). Ora, se a adequada gestão dos recursos financeiros (dependência, angariação e gestão) constitui a principal problemática e passou a prioridade operacional, então a solução, ou cura para os males do TS, consistiu numa apropriação dos conhecimentos do Mercado, de uma aculturação empresarial (Sepulveda, 2009) que, eventualmente, fez da criação de valor económico um pré-requisito da produção de valor social (Dacin, Dacin & Tracey, 2011).

O que não surpreende, se concordarmos com Jessop (2008), que argumenta que quando as atividades das organizações de um dado sistema dependem da aquisição de recursos económicos, o Mercado se encontra sempre numa posição vantajosa para “colonizar outros sistemas funcionais com a sua lógica de comodificação (...) orientada para o lucro” (idem: 15), num processo de institucionalização programada de operações que ostentam as “receitas líquidas como código secundário” (ibidem).

Aqui, a programação desvela-se como linguagem ontogenética própria dos processos de formação e institucionalização do conhecimento, uma vez que quando as organizações se apropriam dos conhecimentos tidos como meritórios e necessários à tomada de decisão potencialmente mais isenta de erros – como afirma Luhmann, a vantagem “o problema originário da complexidade do ambiente resolve-se e limita-se assim a problemas de coordenação do programa e evitar ‘erros’” (Luhmann, 2005: 88) – com ele e a partir dele produzem as suas próprias distinções, tornando-se ambos (organização e sistema de pertença) em algo diferente.

De facto, o TS, no último quartel do séc. XX, tornou-se diferente do que até então existia, estamos em crer devido à incorporação generalizada de temas, normas e conceitos que confluem, pela sua homogeneidade, numa formação discursiva representativa de um programa finalístico: a *escola Empresarial* (Dees & Anderson, 2006b; Defourny &

Nyssens, 2010; Hoogendoorn, Pennings & Thurik, 2010; Hoogendoorn, 2011), também conhecida por pela gestão empresarial e/ou geração de receitas (cf. Parente et al., 2013).

Lembrando a inseparabilidade da organização e do (sub)sistema social de pertença, que faz com que as decisões ali tomadas constituam (e reproduzam) tanto uma como o outro, foi nas OTS que aquela formação discursiva teve os seus efeitos materiais, ao programar a sua comunicação através do código binário empresa/não-empresa que as distinguiu. Portanto, esta foi a “escola” que, acolhendo a teleologia típica do Mercado (e ainda mais do Mercado pós-1973) no TS, a pôde implantar nas operações quotidianas das suas organizações; e quanto mais organizações aderiam ao seu programa, mais visível era a adoção de novas rotinas e operações estranhas aos seus sentidos prévios, e mais parecido com o Mercado o TS se tornava (Dart, 2004a, 2004b).

Este facto não pôde deixar de ser observado pelos peritos encarregues de refletir sobre o TS, e porque o sistema social tem de manter a sua fronteira de sentidos coerentemente diferente do seu ambiente, a observação crítica de uma realidade paradoxal contou com algumas denúncias vigorosas (cf. Capítulo 1).

Contudo, e mesmo perante um risco de desintegração do TS, grande parte das produções teóricas que se seguiram foram destinadas a prevenir esse risco, adicionando mecanismos de estabilização sem, simultaneamente, deixar de acomodar, justificar e até institucionalizar, a evolução empresarial das suas organizações, como até aqui ficou claro.

Aliás, por se afigurar pronta a “corrigir” supostos erros de interpretação e ação relativos ao TS, talvez porque advinda de um espaço-tempo onde a opinião pública e o lastro institucional elevam a ideia de Estado Social a uma estima mais elevada do que noutras latitudes (Giddens, 2007), uma certa formação discursiva afigura-se como o *programa condicional* do ES por excelência. Referimo-nos à *escola da Economia Social*, da EMES” (Hoogendoorn, 2010; 2011) ou europeia (cf. Defourny & Nyssens, 2010b; Parente et al., 2013), o “porteiro” discursivo, de aparência técnico-científica, que, a partir de configurações mais ou menos arbitrárias do que é ou não social (cf. Capítulo 2), decide

que quem é social (isto é, quem adere aos seus critérios) está dentro, e quem não o é (porque àqueles critérios não adere) está fora.

Uma vez que ali foram programados os mecanismos seletivos e causais (na forma dicotómica “se/então...”) que permitem, mediante verificação, poder-se afirmar uma determinada organização como pertencente ou não àquele sistema social, logo apta ao estabelecimento de relações (comunicativas) com congéneres de outros sistemas sociais, esta é uma formação discursiva que se afigura plenamente funcional para o TS. Delineando atalhos para a adequação das hierarquias e estratégias organizacionais internas – estas perfeitamente alinhadas com a “prestação de contas” enquanto estrutura de acoplamento que conecta e facilita a tradução da informação entre sistemas sociais diferenciados, que assim podem aplicar os seus respetivos códigos – e conjugando critérios externos de legitimidade e sucesso, para além de aportes mais abstratos que, cumulativamente resultam numa socialidade que, ainda que pobremente definida como ideal-tipo de governança interna democrática, poderá servir de critério para aquilo que do TS se pode esperar. Já que esperar do TS outra coisa que não socialidade, seria fazer ruir todo o sistema.

Por fim, e assumindo que os papéis sociais, como os programas, são informação comunicada e retroalimentada por condições sociais e teóricas (técnico-científicas) historicamente situadas, então a *escola da Inovação Social* que “tem como unidade de análise primordial o empreendedor social” (Parente et al., 2013: 28), deve ser enquadrada como a formação discursiva que engloba os temas e conceitos correspondentes ao papel social institucionalizado pelo ES.

Já anteriormente dedicámos espaço a esta “escola” (cf. Capítulo 2), mas valerá a pena registar que, ao veicular uma soma linguisticamente articulada de determinadas características psicológicas e normas de conduta que, no seu conjunto, dão azo ao ator social modelar, a *escola da Inovação Social* é, sobretudo, a formação discursiva que “liga o indivíduo a uma identidade, impõe sobre ele uma verdade que ele próprio tem de reconhecer e que outros reconhecem nele” (Foucault, 1982: 212, *cit in* McNay, 2009). Sendo que a referida identidade é a do empreendedor no TS – é este o núcleo de sentido

do papel social – pelo que não o ser é o erro que consta do programa individualizado do ES.

Se, em adição, recordarmos o que foi escrito nos capítulos anteriores sobre a *episteme* e a construção teórica do ES, compreendemos que os procedimentos de controlo interno do discurso, acima aduzidos, são possíveis também porque se inscrevem, diríamos perfeitamente, nos axiomas metodológicos neoclássicos, prediletos no espaço-tempo da sua construção.

Instruídos na matéria por Varoufakis e Arnsperger (2009), assumimos que a ortodoxia das ciências económicas contemporâneas assenta metodologicamente numa tríade axiológica ao qual o “empreendedorismo”, e por conseguinte o ES, se adequa sem mácula: individualismo metodológico com ênfase no agente individual (empreendedor social) que toma decisões racionais de alocação (mais eficaz e eficiente) de recursos no âmbito da empresa social (instrumentalismo metodológico) tendo em vista fins que contribuem para a sustentação de um dado modelo ordeiro de integração sistémica, no caso, um “*welfare mix*” (equilibração metodológica).

Tomemos, de forma exemplificativa, os comentários elencados: (a) o primeiro selecionado afigura-se ideal para os esforços empíricos a partir de metodologias devotas ao equilíbrio sistémico, onde existe uma implícita preferência pela ordem, consenso e integração, já que se admitem como viáveis apenas um certo número de comportamento e estratégias ao nível macrossistémico; (b) o segundo é o terreno ajustado para um instrumentalismo metodológico, de lógica utilitarista, através do qual diferentes estratégias relativamente a fins são analiticamente escrutinadas e comparadas com alternativas, “naturalmente” selecionando aquelas que, sob um determinado índice ou meta de sucesso, melhor se adaptam aos fatores exógenos; finalmente, (c) o terceiro e último reflete a aceção de que qualquer fenómeno social deve ser apreendido, sintetizado e explicado por via de um conhecimento atomizado, derivado do nível do comportamento individual, seja enquanto ente isolado (na sua versão *hard*), ou na sua plena interação com as estruturas (na sua versão *soft*).

Assim se ilustra a possibilidade de um ajustamento entre um conhecimento em busca da sua formalização, sistematização e institucionalização, face a um modo de conhecer plenamente estabelecido e que, pelo seu estatuto e legado, pode conferir ao primeiro a legitimidade técnico-científica de que necessita para se afirmar *verdadeiramente*.

À laia de sumário do *regime de verdade* que é o ES, poderíamos então analisar as ligações entre diferentes ângulos de observação técnico-científica, sobre tendências e processos macrossociais tão complexos e dispersos (Cf. Quadro 1).

Quadro 1 – Invólucros-síntese da construção discursiva do ES.

Formação discursiva	Signo	Tipologia de programação	Meta-axiomas neoclássicos	Comentário
“Gestão Empresarial”	Mercado	Programa Finalístico	Instrumentalismo metodológico	“As OTS tornam-se sustentáveis (apenas e só) se forem geridas como empresas”
“Economia Social”	Socialidade	Programa Condicional	Equilibração metodológica	“O TS ocupa um espaço legítimo porque providencia serviços (sociais) que nenhum outro sistema social tem condições de (ou está disposto a) providenciar.”
“Inovação Social”	Inovação	Papel Social	Individualismo metodológico	“O empreendedor social é o agente em foco no TS porque tem todas as características do empreendedor comum (e depois mais algumas)”.

O Quadro 1 traz à colação: (a) as formações discursivas que dão regularidade a conjuntos de temas e conceitos afetos ao ES; (b) Os signos que, de forma funcional e ideológica, fazem o objeto “falar”; (c) Os tipos de programas que constituem, em parte, as suas condições externas de possibilidade; (d) os meta-axiomas neoclássicos que são aquilo que lhes confere a sua positividade e (e) os comentários a que sempre voltam, quer produzam novidade, quer mesmidade.

Da sua observação sobressai a consideração de três categorias analíticas, quase como invólucros-síntese da construção social, e espaço-temporal, de um saber-poder discursivamente mediado e controlado – o ES – institucionalizado, por inúmeras contingências e jogos de poder, no TS. Adicionalmente, a sistematicidade que tal observação evoca, assim condensadamente apresentada, leva-nos a concordar com Foucault, acerca das “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (2008a: 55).

Como até aqui ficou explicitado, construção prática e discursiva do ES tomou o seu tempo: das primeiras e dispersas objetivações, fortemente imbricadas nos processos de diferenciação que se sucederam à autonomização e especialização funcional do TS, ainda na década de 1970, a uma regularidade semântica e programática que obedece a certos cânones, certas regras que não são obra do acaso. Pelo contrário, na medida em que o acaso não distingue funcionalidades, ou complementaridades, na hora de hierarquizar aquilo que pede hierarquia. Assim, voltamos a concordar com o filósofo francês, e de outra das suas obras, retiramos os devidos ensinamentos:

“Os discursos (...) não são, como poderia se esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras. (...) analisando discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes das palavras e das coisas e separar um conjunto de regras próprias à prática discursiva.” (Foucault, 1992: 64).

Explicitado o tal conjunto de regras da prática discursiva do ES, da forma que o fizemos, julgamos que o conhecimento técnico-científico a si afecto não mais pode sofrer de invetivas sobre um suposto estado de infância (Dees & Anderson, 2006a; Hoogendoorn, 2011; Choi & Majumdar, 2013). E é sabido que, assim que evolui para uma fase de maturação suficientemente estruturada e sistematizada, um corpo de conhecimento acumulado torna-se, sob certas condições, transmissível como realidade social objetiva (i.e., “é assim que se faz”) às novas gerações, que assim mesmo a experimentam, em toda a sua concretude (Berger & Luckmann, 2004). Observador atento deste postulado, também Norbert Elias o sentenciou:

“O modo de vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e sempre co-determinado pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra, portanto, pelo ingresso do singular no mundo simbólico (...) já existente de seres humanos” (Elias, *cit in* Setton, 2013).

Pode ser redundante, para qualquer exercício em ciências sociais capaz de acomodar um olhar antropológico, afirmar que “todo o grupo social precisa de transmitir a sua experiência acumulada no tempo à geração seguinte, como condição da sua continuidade histórica” (Iturra, 1994:1).

Porém, ao assumirmos, como premissa inicial (cf. Introdução), que a continuidade da sociedade, ou os modos pelos quais se reproduz, depende da transmissão intersubjetiva e intergeracional do conhecimento, estamos a conceber a existência de uma miríade de processos sociais que não só intermedeiam a relação dos sujeitos com a mesma, como se afiguram capazes de orientar toda a complexidade (inclusive comportamental) num determinado sentido, e segundo uma determinada ordem (Berger & Luckmann, 2004).

Tendo em conta que tais processos evolutivos se suportam, e extraem validade geral, dos sistemas sociais dedicados (funcional e estruturalmente) à produção de uma dimensão educativa e socialmente diferenciadora – isto é, aquela que “facilita” uma compreensão tendencialmente uniformizada das seletividades inscritas na comunicação sistémica, assim reproduzindo os sistemas sociais pelo ajuste de expectativas e condutas entre *ego* e *alter* (Cf. Baraldi & Corsi, 2017) – será altura de avançarmos, precisamente, nessa direção.

4. A dimensão educativa do “Empreendedorismo Social”

No capítulo anterior, argumentámos que o ES apresenta, de facto, uma maturidade que frequentemente lhe é negada. A corroborá-lo, a entrada para o séc. XXI – que é o período de maior disseminação e afirmação do ES, ao nível global (cf. Kerlin, 2010), no qual passa as fronteiras físicas e virtuais das nações centrais do sistema-mundo, para ser aplicada em outras paragens, do Sudeste Asiático (Tan, Williams & Tan, 2005; Sakurai & Hashimoto, 2009) à África Oriental (Martin & Novicevic, 2010), passando evidentemente por Portugal (Parente et al., 2012, 2014) – coincide com uma fase evolutiva do construto em que já é possível observar dinâmicas correspondentes ao último e decisivo marco do seu processo particular de institucionalização: a *socialização*.

A sua relevância para o presente trabalho torna meritório o escrutínio que se seguirá, e que pode ser resumido da seguinte forma: primeiro, será promovida a clarificação e desambiguação de determinados conceitos teóricos, nomeadamente “socialização”, “formação” e “educação”, bem como dos significados, usos e nomenclatura àqueles geralmente associados; depois, e à luz dos pressupostos teórico-epistemológicos assumidos, será produzida uma análise reflexiva e crítica, embora breve, dos modos de socialização do ES mais estruturados e intencionais – as práticas educativas – do panorama internacional, nas últimas três décadas; por fim, e como corolário da nossa abordagem à educação para o ES, apresentar-se-á a justificação para o método de análise empírica escolhido, com a consequente elaboração e explicitação das opções técnico-metodológicas àquele inerentes.

Assim, por intermédio do presente capítulo, portador da ambição de aproximação a um nível da realidade Meso, espera-se providenciar um espaço de transição e contextualização, útil à leitura dos restantes e sem prejuízo de novas investidas teórico-metodológicas, especialmente quando for apropriado delinear a abordagem metodológica às estruturas educativas (cf. Capítulo 5), e se afigurar necessário efetuar uma transição para o nível de análise Micro (cf. Capítulo 8).

3.1 A socialização e a institucionalização do conhecimento: alguns pressupostos epistemológicos e distinções conceptuais

No acolhimento sociológico tradicional, que se estende pelo menos desde Durkheim, a socialização radica do primado da sociedade sobre o sujeito para afirmar um conceito que diz invariavelmente respeito a uma interiorização, ou aprendizagem, das atitudes e práticas socialmente instituídas (ou seja, precedentes), por parte das “novas gerações”, num processo que produz efeitos tanto ao nível individual quanto coletivo (Dubar, 1997). E ainda que seja imperativo não confundir reciprocidade com equivalência, e muito menos com neutralidade, pode ser afirmado que a socialização corresponde a um processo interativo e recíproco de constituição social dos agentes e de individuação dos agentes sociais (Lahire, 1998 *cit in* Pires, 2007).

Contudo, a posição charneira entre as construções do mundo social e as realidades subjetivas, como lhes chamam Berger e Luckmann (2004), deve garantir, desde logo, uma correspondência favorável à instituição das primeiras. Ou seja, este é um sistema intermediário que favorece a tendência, genérica e previsível, da incorporação (no decurso do desenvolvimento individual e coletivo e através das práticas sociais) de um sistema de disposições congruente com, e orientado para a suposta objetividade do real e das instituições que o suportam.

Assumindo claramente esta direccionalidade – que em Durkheim se expressava enquanto educação moral e disciplinar ligada aos grupos sociais (Dubar, 1997) – a teoria luhmanianna encara a socialização tão-somente como “o processo comunicacional que, pela interpenetração, forma o sistema psíquico e o comportamento corporal do ser humano que controla (i.e. o sujeito e a sua conduta) (Luhmann, 1995: 241 *cit in* Vanderstraeten, 2000). Como tantas vezes é verdade com o sociólogo alemão, desta definição aparentemente simples podemos extrair e expandir diversos elementos reflexivos úteis para a definição da nossa abordagem metodológica.

Primeiramente, o *formar*, quando no sentido de modelar ou programar, parece ser um termo demasiado restritivo na sua semântica, especialmente se o encararmos enquanto inculcação de regras, normas ou valores a indivíduos passivos, que assim vão sendo

progressivamente constituídos como sujeitos robotizados, numa ótica de condicionamento clássico. Nessa medida, a sua utilização poderá obscurecer os importantes contributos, para a sociologia, de Piaget ou Percheron, para nomear apenas alguns autores, cuja ênfase se encontra nos processos (co)construtivos e transaccionais da socialização (Cf. Dubar, 1997).

Paralelamente, e caso houvésssemos escolhido o conceito de “formação” para orientar a nossa análise empírica, provavelmente estaríamos a afastar-nos tremendamente dos postulados da aprendizagem social¹¹⁸ (Bandura, 1986, 1989) que sustentam, a um nível básico, aquilo que, a dado ponto, será colocado em evidência.

Como alternativa, optámos por mobilizar o conceito de *educação*, seguindo também premissas e promessas luhmaniannas, sobretudo assentes na relação entre sistemas psíquicos e sociedade mediada por acoplamentos estruturais específicos, e dotados de intencionalidade, com vista a uma determinada aprendizagem, quer dizer, a uma redução da incerteza e, conseqüentemente, à reprodução sistémica (Baraldi & Corsi, 2017).

Surgindo a intencionalidade (de quem participa na educação) como fator distintivo¹¹⁹ face à socialização, parece-nos que ela é já um importante auxílio à ponderação, por um lado, da forma como as expectativas e projeções influem nos processos de desenvolvimento individuais; e, por outro, do carácter sistémico (funcional e estrutural) que suporta as práticas socializantes, e que lhes confere não só um sentido prático-

¹¹⁸ Segundo a perspectiva cognitivo-social de Bandura (1986), os sujeitos não são primariamente conduzidos por impulsos internos, nem moldados e controlados automaticamente por estímulos externos. Pelo contrário, conceptualiza-se o funcionamento humano em termos de um modelo de reciprocidade triádica no qual os fatores individuais, os fatores ambientais e o comportamento operam em conjunto como determinantes uns dos outros. Assim, considera-se que tanto o meio (ambiente) como o sujeito aprendiz são elementos ativos e interatuantes, aceitando-se o princípio de que a aprendizagem resulta da interação entre o sujeito, o meio e a generatividade das práticas sociais e comportamentais no contexto.

¹¹⁹ Elaborando este tópico, Vanderstraeten (2000) refere que o aparato teórico de Niklas Luhmann pretende, com a desambiguação e separação do conceito de “educação” do de “socialização”, chamar a atenção para a coordenação de esforços intencionais (e atribuíveis à intenção) quanto à definição de comportamentos a adotar e quanto aos meios pedagógicos para tal necessários, isto é, para um tipo de ação correspondente à transmissão de um dado conhecimento que não ocorreria por si só, naturalmente e em sede das múltiplas experiências de socialização do quotidiano.

simbólico commumente partilhado entre membros de um grupo, como também uma possibilidade de evolução dentro de determinados limites estruturais.

Da consideração das práticas educativas enquanto “sistemas de ação (coletivos) regulados, codificados e significativos, desenvolvidos através do seu acionamento repetido por comunidades [de práticas] específicas e associados às suas condições de existência” (Abrantes, 2011: 126), sobressai a possibilidade de uma perspetiva sociológica dos processos educativos que apresenta como ponto de partida a configuração, num dado espaço-tempo, de conexões e relações sociais de interdependência.

Também a comunicação especializada dos sistemas educativos, com o acionamento repetido de certas regras e signos, práticas e significados, não apenas suscita a criação de uma lógica performativa própria, potenciada por técnicas pedagógicas “que tornam subjetivamente plausível (...) [através da] transmissão vívida de assuntos importantes e interessantes (...) a continuidade entre os elementos originais do conhecimento e os novos” (Berger e Luckmann, 2004: 191), como solicita, adicionalmente, a participação do sujeito individual e/ou coletivo num acervo de conhecimentos e esquemas interpretativos da realidade social, à maneira *schutziana* (Cf. Correia, 2004).

De resto, pode dizer-se que é através da expressividade comunicativa e prática deste acervo – processo inerentemente social, tanto no plano do diálogo intersubjetivo, quanto no da inscrição de seletividades¹²⁰ no discurso e na linguagem – que as instituições se tornam “reais”, objetiva(da)s, lógicas e legítimas (Berger & Luckmann, 2004).

Ambicionando um aprofundamento analítico, poderia afigurar-se útil distinguir tais seletividades através da clássica subdivisão entre socialização “primária” – de sentido

¹²⁰ A este respeito, recorde-se o que acolhemos anteriormente da perspetiva sistémica acerca dos processos seletivos dos sistemas sociais, contrastando com a seguinte afirmação advinda do construcionismo social de Berger e Luckmann (2004: 62): “A soma das objetivações linguísticas (...) pode ser objetivada, conservada e acumulada. A acumulação, está claro, é seletiva, pois os campos semânticos determinam aquilo que será retido e o que será ‘esquecido’, como partes da experiência total do indivíduo e da sociedade. Em virtude desta acumulação constitui-se um acervo social de conhecimento que é transmitido de uma geração a outra”.

lato, cotidiano, familiar e biográfico – e socialização “secundária”, mais apta a circunscrever as dinâmicas de incorporação de saberes especializados/profissionais (Dubar, 1997). E poder-se-ia argumentar que esta distinção se encontra no âmago da diferenciação/especialização do subsistema educativo, especialmente se ativermos à formação do seu meio específico – o “aluno” – como entidade que deve ser preparada para a integração social (Baraldi & Corsi, 2017), que é como quem diz, para a adoção de um determinado papel socialmente institucionalizado e legítimo (Berger & Luckmann, 2004).

Aqui recordamos que a construção social de papéis sociais é o meio através dos quais as instituições se incorporam nos indivíduos porque, se os papéis tornam possível a existência das instituições (Mead, 1992), também o outro lado da moeda nos deve indicar que os sujeitos “não podem desenvolver-se e possuir *selves* plenamente realizados senão na medida em que cada um (...) reflete na sua experiência pessoal, essas atitudes ou atividades sociais organizadas que encarnam ou representam as instituições sociais” (idem: 78-79).

Por conseguinte, e partindo do pressuposto construtivista que afirma que “a linguagem objetiva as experiências partilhadas (...) e é o meio mais importante pelo qual as sedimentações objetivadas são transmitidas” (Berger & Luckmann, 2004: 96), a experiência educativa *moderna* é, então, muito mais do que a transmissão linguisticamente mediada dos conhecimentos partilhados pelos antepassados. Ela corresponde, sobretudo, à “inscrição social dos sujeitos em quadros coletivos de interdependência e de diferenciação” (Abrantes, 2011: 126), o que pressupõe, de igual forma, uma certa (inter)dependência (com graus de aproximação que variam consoante as conjunturas históricas em análise) entre as estruturas e subsistemas educativos e outros sistemas sociais relevantes, tais como a Família, o Estado ou o Mercado.

Assim, o acoplamento estrutural entre o subsistema educativo e o sistema psíquico pode expressar e performatizar, na estrutura educativa que materializa tal relação, um

modo de articulação, similar embora particular, entre sistemas sociais¹²¹ – por exemplo, entre a Educação e o Mercado, baseado na necessidade do último em contar com mão-de-obra qualificada – sem que isso se traduza, necessariamente, na constituição de um indivíduo socialmente integrado nas estruturas do sistema social que primeiramente colheu a referida preferência.

Dados os desígnios funcionais da *moderna* divisão do trabalho, bem como as relações de poder que aí se cruzam, o que se pretende dos subsistemas educativos pode muito bem ser a especialização funcional e respetiva (re)produção de profissionais dotados "do monopólio legítimo de uma competência atestada, baseada na especialização do saber e na delegação de autoridade legal" (Weber, 1946: 678, *cit in* Dubar, 1997), independentemente do sistema social em que serão integrados.

Reforça-se, portanto, o seguinte: devemos tomar em linha de conta que a educação não se esgota na “interiorização de submundos institucionais”, como referem Berger e Luckmann (2004: 184), mas contém um grau de indeterminação assinalável. E a principal razão prende-se com o facto de que a educação desencadeia, nos sistemas psíquicos, e pela relação por eles estabelecida com as estruturas educativas, a produção de operações de construção de significado, sendo aquela um dos seus principais efeitos (Baraldi & Corsi, 2017).

Quererá isto dizer que a educação se imiscui em, e é generativa do desenvolvimento individual, intuindo-se que a participação fomenta o desejo de criação, molda o pensamento à projeção (porque progressivamente se abre a um novo mundo de possibilidades, no qual um outro futuro se torna plausível) e, por fim, orienta a

¹²¹ Talvez com maior poder explicativo, recorreremos à explicação suplementar de Pierre Guibentif (2005: 229): “Com efeito, podemos verificar que existe algum grau de articulação entre, por exemplo, os sistemas jurídico, político e económico. Face a estes fenómenos, a teoria dos sistemas constrói o conceito de “acoplamento estrutural” (...). Admite-se que, embora os acontecimentos de um determinado sistema não sejam directamente relevantes para um outro sistema, este vai desenvolver, no processo de evolução da sociedade, mecanismos facilitando uma atenção focalizada para determinados aspectos do outro sistema e, por assim dizer, uma tradução entre os dois sistemas”.

exteriorização (de uma parte) do potencial individual, sob a forma de ação social num dado contexto¹²².

Então, ao invés de consagrar uma ou outra categoria (frequentemente hermética e excludente), afigura-se mais apropriado colocar a socialização em geral, e a educação em particular, bem no centro, quase como fiel mediador, do “duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade” (Bourdieu, 1983: 47).

Concomitante à aceção de se trata de um processo simultâneo de constituição e evolução da sociedade, e dos sujeitos e grupos que a compõem (efetivado a partir de interações e práticas sociais específicas), deve ser devotada especial atenção às múltiplas formas como os processos de socialização, e mais especificamente os processos educativos, se desvelam enquanto práticas sociais interativas.

Assim, torna-se imprescindível, num contexto de análise empírica, considerar não só a perspectiva estrutural das práticas educativas, mas também a perspectiva da constituição do sujeito que percebe a sua participação nelas como uma oportunidade de desenvolvimento individual (e até de integração social), parecendo certo que os resultados dessa dinâmica – não obstante serem sempre subjetivos, inacabados e multiformes – pertencem não apenas à matéria de que é feita a complexidade do mundo, mas também àquela de que são feitos os sistemas sociais contemporâneos.

É que se estes processos são plurais, também os sujeitos o são, desde logo porque vão sendo socializados, ao longo das respetivas trajetórias de vida, por múltiplas experiências e instâncias heterogêneas – algumas delas contraditórias, outras complementares – levando-os a apresentar, a cada espaço-tempo, uma pluralidade de disposições com variados graus e tipos de sistematicidade (Lahire, 2005).

Concluída esta secção introdutória, onde ficaram expostos os principais pressupostos teórico-epistemológicos em que laboramos, o presente capítulo avançará para a primeira perspectiva elencada, correspondente à dimensão estrutural (e discursiva) das

¹²² Já Maria Amália Medeiros (1975: 10) defendia que “educativa é aquela aprendizagem que implica o indivíduo na ação de tal forma que esta última é desejada e amada e conduz à criação, ou seja à integração, do eu no mundo e à transformação recíproca do mundo pelo eu e do eu pelo mundo”.

práticas educativas, promovendo uma visão panorâmica relativa ao nosso objeto e, posteriormente, justificando as opções técnicas e metodológicas subjacentes à análise empírica que constará do capítulo seguinte. Quanto à perspectiva individuante da constituição do sujeito, a ela retornaremos no Capítulo 8.

3.2 A educação para o Empreendedorismo Social: da visão panorâmica à seleção do caso

Parece ser um dado adquirido que, no séc. XXI, a educação para o ES ganha visibilidade e estruturas educativas em todo o mundo (Lawrence, Phillips, & Tracey, 2012), atraindo cada vez mais a atenção de organizações privadas¹²³ e públicas, empresas de consultoria e meios de divulgação académicos, como são disso exemplo os inúmeros *websites* convertidos em repositórios de materiais e recursos pedagógicos (Cf. Zietsma & Tuck, 2012), ou ainda a criação de edições especiais devotadas ao tema em reputados jornais científicos¹²⁴.

De acordo com Mirabella e Young (2012), a educação para o ES teve o seu tímido início nas sociedades centrais de expressão anglo-saxónica, começando com um curso universitário na Universidade de Columbia (ainda na década de 1970, razão pela qual foi considerado pioneiro), e tendo alcançado a costa leste dos E.U.A. somente na década de 1990, quando a Universidade da Califórnia lançou uma iniciativa educativa cujo “modelo de desenvolvimento de liderança para a mudança social” (Bonous-Hammarth, 1996: 4) pretendia, pelo que é indicado, desenvolver “uma pessoa consciente e

¹²³ A este respeito, temos em mente a ASHOKA - uma sofisticada rede de organizações que existe para apoiar e tornar visíveis os “agentes de transformação social” (i.e. os empreendedores sociais) e o seu trabalho (vide <https://www.ashoka.org/pt-pt>) – enquanto organização particularmente ativa neste domínio, por devotar consideráveis esforços para disseminar práticas sociais concretas em ambientes universitários, especialmente norte-americanos: da publicação de guias do estudante (Koteles *et.al.*, 2012); às linhas orientadoras para a criação de programas de educação para o ES em *campi* universitários (Leaman *et.al.*, 2012). Tudo redundando no estabelecimento da “Ashoka U”, uma rede internacional de “*changemaker campuses*”, isto é, de instituições universitárias certificadas enquanto líderes na educação para o ES (vide <https://ashokau.org/>).

¹²⁴ Como, por exemplo, o número especial “Academy of Management Learning & Education, 2012, Vol. 11, No. 3”. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5465/amle.2011.0002>. Acedido a 20/12/2012.

congruente, capaz de colaborar com outros e de se tornar um participante comprometido na moldagem do propósito comum do grupo, capaz de ajudar a resolver controvérsias com civilidade e ser um cidadão responsável”(idem).

É a partir de meados da década de 1990 – como vimos, no espaço-tempo a que parecem corresponder condições sistémicas favoráveis à socialização do construto – que se verifica um “crescimento exponencial do número destes programas” (Mirabella & Young, 2012: 44), com iterações a poderem ser encontradas em universidades norte-americanas de renome, tais como Harvard, Stanford e Berkeley. Na primeira década do milénio, o ritmo não abrandou, antes pelo contrário.

Com efeito, Debbi Brock (2008) identificou: em 2002, dez organizações académicas envolvidas na educação para o ES, ao nível universitário; em 2004, já seriam 23, incluindo três universidades europeias (Universidade de Oxford, no Reino Unido; Universidade de Genebra, na Suíça e Universidade de Navarra, em Espanha); em 2007, é pela primeira vez identificado um curso no continente asiático, conducente ao grau de mestrado, no Instituto de Ciências Sociais TATA, na Índia.

As entradas a esta lista têm vindo a multiplicar-se desde então, embora o número global de organizações alegadamente envolvidas na educação e formação para o ES oscile consoante os autores e metodologias por si adotadas: 148 segundo Kim e Leu (2011, *cit in* Worsham, 2012); mais de 500, em 148 países de todos os continentes e com programas de diversos formatos (Brock & Steiner, 2008b). Numa outra pesquisa, Mirabella e Young (2012) revelam dados mais modestos, aferindo apenas 20 cursos graduados nos EUA e 16 em universidades estrangeiras.

Em sede de investigação própria (Parente, Costa & Diogo, 2013: 377) chegou-se a uma amostra de “138 instituições de educação, formação e investigação, distribuídas por 28 países de 5 continentes diferentes”, donde se concluiu, a partir de um exercício de tipificação das diversas iniciativas, “que a oferta graduada e pós-graduada representa 25% da oferta total de educação e formação para o ES, revelando-se a mesma uma aposta forte, em termos relativos e absolutos, das instituições educativas europeias (37%) comparativamente a outros continentes e subcontinentes, como por exemplo o

da América do Norte, onde este tipo de oferta totaliza apenas cerca de 16% do seu total.” (idem: 379). Por seu turno, naquele contexto geográfico verificou-se que “a predominância de *Business Schools* norte-americanas [ndr. 69%], o prestígio dos seus programas executivos (MBA) e, provavelmente, o facto do construto ter aí a sua origem, são fatores que podem ter contribuído para a profusão de instituições que incluem unidades curriculares de ES nos seus *curricula*” (ibidem: 380).

A partir de autores como Tracey e Phillips (2007), ou Brock e Steiner (2008), este tipo de evolução dependeu de fatores como um crescimento da procura por competências de negócio e/ou experiências diretas com negócios sociais, mas também pelo crescimento do número de alunos desejosos por uma educação com maior significado. Contudo, cremos que um eventual exercício de busca por razões, se é que vale a pena ser empreendido, não deve estacar do lado da procura.

Com efeito, do mesmo trajeto evolutivo é possível concluir que uma das consequências do processo de institucionalização do ES consistiu numa interpelação direta, e ao nível global, aos sistemas de educação e suas estruturas (Parente, Costa e Diogo, 2013), mais especificamente para o “estabelecimento de cursos especificamente dirigidos às necessidades dos empreendedores sociais” (Thake & Zadek, 1997: 64). Portanto, por aqui se começa a construir a quem se dirigem tais programas educativos, isto é, o alvo, ou a “forma que providencia a observação da identidade individual num contexto comunicativo” (Baraldi & Corsi, 2017: 40).

Na medida em que tais “cursos” se elevam à condição de apoio fulcral, quer para a evolução de um sistema social funcionalmente diferenciado (i.e., o TS), quer para o avanço de um campo discursivo e profissional emergente (i.e., o ES), no que diz respeito à oferta, parece haver um intenso desejo de “entrar no comboio” da educação. E as baterias são mesmo apontadas para todos os níveis desenvolvimentais, do pré-escolar (Sarikaya & Coşkun, 2015) ao ensino universitário (Jones, Warner & Kiser, 2010).

Relativamente ao último, não é de estranhar que recolha a maior parte das atenções, no domínio da educação para o ES (Mirabella & Young, 2012), face à proliferação de *verdades*, como aquela que declara que os empreendedores sociais têm “um papel

central na resposta aos desafios do mundo moderno e (...) que a sua presença irá aumentar grandemente o impacto que as universidades têm na sua abordagem a estes problemas” (Thorp & Goldstein, 2010: 56).

Aparentemente, às universidades se reserva o nobre propósito de “acarinhar a próxima geração de empreendedores sociais e apoiá-los nos seus esforços de criação de valor social de maneiras inovadoras” (Lawrence, Phillips & Tracey, 2012: 320), mas a função aqui em causa é, evidentemente, o suporte à emergência de profissões¹²⁵ e práticas profissionalizadas, englobadas pelo ES. Ainda que tal suporte não seja tão linear quanto aparenta.

Pode, de facto, ser prematuro dar-se por adquirido que a generalidade da oferta educativa para o ES se dirige para aqueles que fundam ou desenvolvem empresas sociais (Tracey & Phillips, 2007). Isto porque não é raro que outro tipo de resultados também seja esperado e valorizado.

Um deles tem que ver com uma prática organizacional reflexiva e aprendente, por intermédio do agente socializado, capaz de institucionalizar o ES numa variedade de contextos e estruturas (Schön, 1983, *cit in* Howorth, Smith & Parkinson, 2012). A este nível, Dees, uma vez mais, aponta o caminho:

“As medidas certas têm mais a ver com o equipar os nossos estudantes com as ferramentas para ser eficaz em qualquer atividade socialmente empreendedora que se envolvam – seja através de um empregador corporativo, numa firma consultora, a trabalhar com um empreendedor social, a servir numa Direção, a providenciar consultoria voluntariamente, ou áreas similares” (Dees, *cit in* Worsham, 2012: 450).

¹²⁵ A partir dos trabalhos de Claude Dubar, Clara Santos (2011: 417) afirma que “uma profissão emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica definida, baseada numa formação especializada” (...). Esta definição sucinta era complementada pelas ideias de que: (1) a especialização dos serviços prestados por pessoas com competência especializada (*adequate qualification*) permitiria aumentar a satisfação de uma clientela; (2) a formação devia assentar num “corpo sistemático de teoria”; (3) a existência de uma linha de separação entre essas pessoas e as pessoas “não qualificadas” levaria a aumentar o prestígio do “ofício”.

Assim, a métrica mais adequada à avaliação do (in)sucesso de um programa educativo para o ES pode não ser resumida à criação de organizações por parte de estudantes que transformam ideias de mudança social em “*start-ups*”, mas sim a qualidade do seu contributo para uma diversidade de desafios que se colocam às OTS (Bloom, 2006). Laborando neste horizonte alargado, Tracey e Phillips propõem:

“três desafios-chave inerentes ao ES (...) que precisam de ser endereçados na educação dos empreendedores sociais: gestão da prestação de contas (*accountability*), gestão de objetivos sociais e comerciais (*double bottom-line*), gestão da identidade” (Tracey & Phillips, 2007: 266)

Esta é uma clara alusão à necessidade de acomodar e equilibrar exigências a diversos níveis da realidade social. Mas, curiosamente, ou não, tais preceitos integram-se, sem grande esforço interpretativo ou abstrativo, na perspetiva teórica do presente trabalho sobre a programação da ação social (Cf. Capítulo 3), com os seus três pilares: programa finalístico, programa condicional e papel social.

Começando por esta última categoria analítica, podemos afirmar que a síntese de regras, experiências passadas e expectativas futuras, esquemas perceptivos e relações de poder, interesses e performatividade – que configura, na nossa perspetiva, qualquer papel social – é moldada pela participação em estruturas e práticas educativas adscritas ao ES, que por sua vez se subordinam àquilo que foi a construção social deste objeto.

Ora, se não é falso assumir que o ES “vem unir à performance atomizada dos empreendedores a questão do bem comum” (Casaqui 2013: 5), ambas as dimensões se afiguram cruciais para a modelagem de um papel social (como vimos anteriormente, quase mitológico), simultaneamente estruturado e estruturante. Por um lado, são assim traduzidas as metas de uma ação social correta, objetiva e legítima (porque cientificamente explicitada) e, por conseguinte, expectável de ser internalizada, isto é, de ser “reintroduzid[a] na consciência, no curso da socialização” (Berger & Luckmann, 2004: 87); Por outro, o papel social afigura-se, e não raras vezes, como uma fonte de significação prático-simbólica para o sujeito que a ela recorre, talvez pelo desejo de, nas suas águas purificadas, ver refletida a singular subjetividade, uma qualquer dimensão

nuclear ou essencial que, até então, não havia estabilizado um significante adequado (Castoriadis, 1975).

É por isso que, no âmago do “empreendedor social”, na linha de força e subjetivação em que se tornou esta formação discursiva (Deleuze, 1992), revela-se um certo *espírito*, como diriam Boltanski e Chiapello (2007), de uma vida excitante e moralmente superior, com algumas garantias de segurança económico-financeira pela via remuneratória, que ainda se alia a justificações de índole ética e emocional.

Ou não fosse a circunstância de se aceitar que qualquer empreendedor social deve adotar um comportamento racional acoplado a um certo tipo de inteligência emocional e ética (Kickul, Janssen-Selvadurai & Griffiths, 2012), esta suportada no valor moral genericamente atribuído à empatia e à ação responsável relativa ao bem-estar dos outros (Bacq, Hartog & Hoogendoorn 2016). Neste enquadramento, não é despidianda a interpretação que nos diz que os indivíduos que se inscrevem em programas educativos para o ES estão, na realidade, a apaziguar os seus anseios por uma educação com maior significado (Tracey & Phillips, 2007), esperando aí encontrar, como prometido, um propósito pessoal.

Descrevendo, portanto, uma subjetividade que deve ser encontrada/moldada algures entre o coração e a mente (Plaskoff, 2012), que competências deve um empreendedor social demonstrar pela sua ação? Com uma abordagem empírica, Miller, Wesley e Williams (2012) tentaram responder a essa questão através de dois estudos.

No primeiro, e de acordo com a “literatura relevante” (Miller, Wesley & Williams, 2012: 353), identificaram 36 competências, de entre as quais uma amostra de 150 “empreendedores sociais e gestores de topo” foi chamada a pronunciar-se (idem: 354). Aí, foram mais valorizadas as seguintes, por ordem decrescente: (a) “habilidade para resolver problemas”; (b) “construir equipas eficazes”; (c) “gestão de capital financeiro”; (d) “habilidade para liderar / desenvolver outros” e (e) “habilidade para comunicar com clientes, fornecedores e outras partes interessadas” (idem, 356).

Já numa segunda abordagem, os mesmos autores analisaram os conteúdos, reportados publicamente, de 77 cursos de educação para o ES em todo o mundo (dos quais 84%

estavam integrados em escolas de negócios) verificando que as principais competências que aí figuravam eram as seguintes: (a) “gerir o desenvolvimento estratégico”; (b) “gerir o capital financeiro”; (c) “capacidade para medir resultados”, (d) “inovação e criatividade”; (e) “identificação, avaliação e exploração de oportunidades” (idem, 359).

Seguindo uma metodologia, semelhante, uma pesquisa elaborada por Mirabella e Young (2012) vem até reforçar este tipo de expectativas: uma análise de conteúdo dirigida à apresentação pública online de diversos cursos universitários revelou que a liderança e o compromisso na criação de valor social num contexto de desenvolvimento organizacional era o objetivo mais corrente, seguido da adoção de lógicas empresariais e da utilização de ferramentas e soluções empreendedoras.

Estes estudos não deixam dúvidas quanto à emergência dos conhecimentos empresariais e empreendedores, convencionais do ponto de vista técnico-científico, na programação da ação social. Aliás, o que parece sobressair destas tendências é a sugestão de que a educação para o ES deve ser construída a partir dos moldes que já existem em programas de educação para o empreendedorismo (Pache & Chowdhury, 2012), com o duplo objetivo educativo de proporcionar a aprendizagem/aplicação de conhecimentos de empreendedorismo *tout court* e de revelar nos sujeitos a motivação e as competências necessárias para a resolução de problemas sociais (Kickul, Janssen-Selvadurai & Griffiths, 2012).

Isto tem óbvias implicações para uma prática social que alguns autores (desta feita, a partir da perspetiva do sistema educativo) insistem que se encontra pouco teorizada (e.g.: Pache & Chowdhury, 2012), na medida em que certos tópicos e elementos discursivos do “empreendedorismo” – tais como “identificação de oportunidades”, “inovação” e “alocação de recursos” (Brock & Steiner, 2008b), ou ainda “escalabilidade”, “sustentabilidade financeira”, “modelos de negócio” e “estratégias de crescimento” (Kickul, Janssen-Selvadurai e Griffiths, 2012) – acabam por dominar o carácter linguístico-discursivo *também* das estruturas e programas educativos para o ES, o que é, evidentemente, mais um passo na direção da sua institucionalização e prevalência nas OTS.

Por outro lado, a construção do “empreendedor social” parece encontrar-se fortemente alinhada também com o desenvolvimento de competências de liderança que têm vindo a nortear a evolução do Mercado nas últimas décadas. Ideia que é adicionalmente corroborada pelo estudo de Arabella & Young (2012: 48) que demonstra até que ponto as “competências de mercado” (presente em 37% dos cursos analisados e em 75% daqueles oferecidos por “*business schools*”) e as “competências filantrópicas” (presentes em 34% dos cursos analisados) são valorizadas em detrimento de outras.

Este dado permite-nos expandir a direção da análise para os programas luhmaniannos, desta feita para as condições e relações que as organizações e o seus atores constroem com as chamadas partes interessadas, tema onde os paradoxos e as exigências antagónicas se revelam centrais (cf. Capítulo 2).

Por exemplo, este tema está presente na reflexão sobre a educação para o ES de Pache e Chowdhury (2012), agora problematizado enquanto necessidade de se compreender as mundivisões particulares de cada “*stakeholder*”, as diferentes normas e regras do jogo, de cooperar com sistemas que possuem diferentes lógicas institucionais e de combinar estas lógicas quando necessário; porque só este comportamento adaptativo e híbrido, defendem os autores, conseguirá assegurar o imprescindível apoio social e financeiro. Sem cuidar de uma perspetiva crítica, como o fizemos (cf. Capítulos 2 e 3), a última ideia é, naquela instância, bem explícita:

“[Um dos objetivos pedagógicos deve consistir na “experiência de participar em atividades e interações sociais de uma forma compatível (...) isto é, em conformidade com a regras e normas estabelecidas pela lógica (no original: *logic-compliant way*). Autorizar que os estudantes pratiquem as várias lógicas institucionais é tão importante quanto deixá-los falar quando aprendem uma nova língua” (Pache & Chowduhry, 2012: 503).

Partindo do pressuposto *miseano*, fulcral para certa literatura do “empreendedorismo”, de que a avaliação é subjetiva e dependente de quem avalia, pelo que a comunicação

externa pode ser contruída e adaptada a uma multiplicidade de constituintes¹²⁶, denota-se aqui a prescrição para que os sujeitos se apropriem das regras comunicativas de outras estruturas sistémicas para daí obterem recursos para si e para as suas organizações.

Para o efeito, sugere-se (sem grande pudor) que adaptem taticamente os seus próprios discursos e retórica às dos seus interlocutores, tal como foi evidenciado, por exemplo, por Ruebottom (2013) ou Dey e Teasdale (2015). Tal ação converte-se, portanto, não apenas numa condição para a realização de atividades socialmente empreendedoras, mas quase numa necessidade (programada enquanto) imperiosa para a sobrevivência.

Tratando-se de uma vertente da educação para o ES que se orienta pelos interesses dos stakeholders, “envolvendo doadores, consumidores, autoridades públicas, voluntários e trabalhadores” (Bacchiega & Borzaga, 2001: 274), não podemos deixar de interpretar tal facto enquanto forma de institucionalizar o alinhamento entre performance, ética e prestação de contas (Zadek, 1998), considerado fulcral face à crise de transparência e responsabilidade que, segundo Salamon e Anheier (1997) caracteriza o TS (cf. Capítulo 1).

Se aquela “crise” se apresenta como chaga aberta do TS, a outra consiste, como se sabe, na aparente escassez de práticas organizacionais dirigidas que apresentam como meta, ou finalidade, a criação simultânea de valor social e económico (Reis, 1999; Emerson, 2003; Alter, 2006).

Aceitando que a pertença disciplinar dos conhecimentos influencia, de sobremaneira, a construção prático-discursiva dos seus modos de socialização (Foucault, 1992), podemos começar a compreender a dimensão finalística dos programas educativos do ES através de um facto, estabelecido por Wu, Kuo e Shen (2013): o top-5 das

¹²⁶ Aqui, não podemos deixar de mencionar a incorporação do pensamento económico (e neoliberal) de Ludwig von Mises na construção do “empreendedorismo”, e do papel do empreendedor, à luz de uma lógica universal, composta a) pela soma de todas as atividades individuais na esfera económica que b) num contexto de incerteza, competição por recursos e conhecimento imperfeito sobre as variáveis em jogo, c) refletem a constante tomada de decisões instrumentais relativamente a recursos e inovações d) tendo em conta a natureza subjetiva e exógena da atribuição de valor. (Cf. Chell, 2008).

especializações disciplinares dos docentes, presentes em mais de 700 programas curriculares analisados, inclui, por ordem decrescente: Gestão; Finanças/Contabilidade; Economia; Ética empresarial/Responsabilidade Social Corporativa e “Marketing”.

Quererá o estudo afirmar que a socialização e educação do ES se processa, basicamente, através de docentes ligados à Gestão e Economia, que reproduzem os programas finalísticos das suas origens disciplinares. Tanto quanto se suportam, de uma forma ou de outra, em vetores como: a focalização no valor (social); a identificação de oportunidades de negócio; a prática da inovação (social); a alocação de recursos; a escalabilidade; a medição de impacto (social); ou a sustentabilidade dos modelos de negócio (Brock, 2008). E embora haja autores que têm reclamado a necessidade de legitimar outras perspetivas – por exemplo a da ecologia do espaço simbólico e físico (Elmes et al., 2012) – ou até áreas do conhecimento alternativas, mas apropriáveis pela dimensão educativa do ES – a gestão na área das Artes é um exemplo (Clark & Stewart, 2012) – estes são tópicos que parecem não sair das margens da literatura disponível.

Sem surpresa, verifica-se que as práticas educativas parecem ser textualmente importadas daquilo que a educação *mainstream* para o “empreendedorismo” tem vindo a utilizar, nas últimas décadas, e que incluem: a elaboração de planos de negócio, a análise de estudos de caso, as entrevistas a (ou fóruns com) empreendedores sociais, a consultoria a organizações do sector social, o estudo quantitativo de métricas de impacto social e económico, as competições entre projetos organizacionais ou ainda a consecução de estágios curriculares e/ou profissionais em empresas sociais (Tracey & Phillips, 2007; Brock & Steiner, 2008; Kwong, Thompson & Cheung, 2012; Smith et al., 2012, Kickul, Janssen-Selvadurai & Griffiths, 2012).

Ainda no que diz respeito ao carácter pedagógico-performativo de tais práticas, observa-se um progressivo desvio das técnicas expositivas para contextos de aprendizagem cada vez mais “reais” e interativos. Por exemplo, Kummitha e Majumdar (2015) descrevem um programa de educação para o ES na Índia, mais concretamente no *campus* de Mumbai do Tata Institute of Social Sciences, administrado ao longo de 2 anos, que assenta nas seguintes fases de desenvolvimento: (a) Compreensão do contexto e ideação do problema; (b) Desenho experimental para a resolução do

problema social; (c) Consolidação; (d) Planeamento da organização (*venture*); (e) Arranque da organização (*venture start-up*).

Neste tipo de programas educativos, parecem-se fundir-se as abordagens pedagógicas mais tradicionais com uma aprendizagem mais experiencial, supostamente mais em contacto com a realidade social situada, presente e imediatamente acessível, estruturada com vista à vivência de experiências socioprofissionais (embora de certa forma simulada e com diferentes graus de proteção ao “falhanço”) (Smith et al., 2008; Gundlach & Zivnuska, 2010; Chang, Benamraoui & Rieple, 2013).

De resto, é isso mesmo que o conceito de incubação (de negócios) pretenderá transmitir, razão pela qual, desde há algum tempo, se vem imiscuindo no âmbito da nossa problemática, frequentemente sob a designação de “incubadoras sociais”¹²⁷ (Ferreira, 2010).

Talvez por tudo isto, parece verificar-se uma tendência para considerar as escolas de negócio, ou “*business schools*”, como o tipo de estrutura educativa ideal “para contribuir para o desenvolvimento de empreendedores e inovadores sociais” (Lawrence, Phillips & Tracey, 2012: 320).

Num certo sentido, bastaria alguém como Greg Dees, um dos *autores* consagrados do ES (cf. Capítulo 3), afirmar, para estabelecer uma tendência, que “se tivesse de escolher um sítio para albergar um currículo de ES, escolheria a escolas de negócios” (Dees, *cit in* Worsham, 2012: 449), justificando-o no mesmo fôlego: “porque somos bons a ensinar as competências de negócio fundamentais que são tão importantes, quer se trate de uma [organização] não-lucrativa ou lucrativa” (idem).

¹²⁷ Sílvia Ferreira providencia-nos uma boa caracterização do conceito: “As incubadoras sociais, assim autodesignadas, difundiram-se nos anos 1990 com clara referência ao modelo e funções das incubadoras de empresas, cujo conceito surgiu nos anos 1950s nos Estados Unidos. As incubadoras de empresas forneciam a pequenos negócios no seu início um conjunto de infraestruturas como partilha de serviços, equipamentos e espaço e, mais importante, apoio em formação e acesso a informação. Muitas incubadoras sociais possuem a mesma preocupação de desenvolvimento económico, aqui por via da integração de públicos desfavorecidos na economia e estão também associadas ao movimento da economia solidária e das empresas sociais em vários países do mundo.” (Ferreira, 2010: 2)

Isto encontra-se patente nas investigações empíricas internacionais em que nos temos vindo a apoiar: Brock e Steiner (2008) analisaram 107 cursos de ES em 72 universidades e reportaram que 68% dos cursos se encontram em universidades norte-americanas, e que 75% destes encontram-se baseados em “*business schools*”; similarmente, dos 20 cursos analisados por Mirabella e Young (2012), 65% são MBAs pertencentes a “*business schools*”. Não obstante, estes dados merecem escrutínio.

De forma caucionária, Frances Westley argumenta, persuasivamente, que se deveriam “construir estratégias ao nível sistémico, alavancar oportunidades políticas (...) construir deliberadamente redes e capital social (...) que raramente ou superficialmente são abordadas em programas de empreendedorismo ou MBAs” (Westley, *cit in* Weber 2012: 415). E, numa veia similar, até mesmo Gregory Dees acaba por reconhecer, pese embora a opinião manifestada no antepenúltimo parágrafo, que as “*business schools*” são “fracas (...) na compreensão de como se atinge a mudança social de uma forma significativa e sustentável sem criar consequências indesejadas” (Dees, *cit in* Worsham, 2012: 446), concluindo que seria desejável “incorporar diferentes perspetivas e enquadramentos (...) de outras disciplinas que estão fora das escolas de negócios e que melhor compreendem as dinâmicas sociais e a mudança social” (idem: 449).

Outros autores abordam diretamente esta problemática, eventualmente de forma mais contundente. Por exemplo, Mirabella e Young (2012) alertam para o fraco enfoque nas dimensões éticas e políticas do ES – tais como a inclusão de minorias, a compreensão das diversas forças e correntes políticas e económicas que moldam a realidade, ou ainda o compromisso da cidadania para com o processo político – e deixam no ar um cenário sombrio de capitulação:

“O campo convergirá em direcção ao modelo de educação para o ES das escolas de negócio, talvez puxando todo o campo de gestão de OTS consigo. (...) Cenário (que) refletiria a tendência societária generalizada da eficácia das soluções empresariais [business management] para problemas públicos e a desvalorização [das soluções] governamentais (...) Sendo igualmente consistente com os dados que recolhemos neste pesquisa [e que apontam] que os currículos das [escolas] de administração e políticas públicas estão a absorver ideias

curriculares de programas das escolas de negócios, mas o contrário não parece ser verdade” (Mirabella & Young, 2012: 54).

A tendência, que os autores apontam como quase inexorável, é aquela que já havíamos destacado enquanto característica da construção do ES (Cf. Capítulo 2) – a transferência da assinatura (Agamben, 2009) do “empreendedorismo” para o TS, ou seja, “a migração de características associadas àquele para um universo idêntico, porém de cuja finalidade não é a da acumulação da riqueza ou lucro” (Parente et.al., 2012: 41). Porém, tal fenómeno revela-se com novas matizes na dimensão educativa, marco fulcral do processo de institucionalização de qualquer conhecimento técnico-científico.

A preferência por uma articulação com o Mercado, com os notórios processos de tradução dos conhecimentos àquele afetos, acaba a legitimar a consequente praxis pedagógica como sendo apropriada a qualquer contexto (Tracey & Phillips, 2007). Nessa medida, é o Mercado que se institucionaliza, via educação, em sistemas sociais que, até então, não atribuíam às suas ações os significados que o primeiro construiu para si.

En passant, se acabámos de descrever uma via rápida para a integração sistémica, deve afirmar-se que a tendência aqui em análise não seria possível caso o TS não fosse percebido como uma “nova” realidade, institucionalmente aberta ao reforço e maximização das práticas do “mercado livre” concorrencial, ou seja, ele mesmo um nicho de oportunidade para a penetração do Mercado, e para a observação científica dessa penetração.

Mas, é também por tudo isto que, em vez de apresentar um currículo autónomo, o ES se dilui perfeitamente nos cursos de gestão e empreendedorismo das “*business schools*” norte-americanas, que assim maximizam os sentidos do Mercado, bem como as oportunidades em que este se pode diferenciar, através da implantação local de organizações empresariais, umas mais “sociais” do que outras. Ainda assim, subsistem dúvidas no que diz respeito ao papel social que as estruturas educativas do ES pretendem “moldar”, ou fazer “internalizar”.

Por outras palavras, encontra-se relativamente estabelecido que uma parte considerável das práticas educativas, neste âmbito, se apresenta enquanto *proxy* do *real*

(e da sua participação nele através das relações sociais e do trabalho), pelo que a dimensão pedagógico-performativa tende a ser genericamente favorável ao desenvolvimento de ações de âmbito organizacional, mediante a aquisição e exercício de determinadas competências socioprofissionais que, no seu conjunto, contribuem para a adoção de um determinado papel social.

Contudo, se a última parte desta sentença não colhe unanimidade, menos ainda se verifica quanto aos sentidos que devem definir tais sujeitos. Sobre este problema, e utilizando a nomenclatura de Claude Dubar (1997), parecem emergir três sentidos polarizados para o empreendedor social que se pretende educar:

- Um *profissional*, no sentido em que o domínio do conhecimento técnico específico se justapõe às competências de gestão, liderança e prestação de contas;
- Um *vocacional*, no sentido de uma ética pessoal transposta para o mundo laboral enquanto autorrealização capaz de exceder a mera execução de tarefas;
- um *sagrado*, no sentido em que o empreendedor social se encontra mandatado, pelas autoridades que o reconhecem e pelo conhecimento assim construído, para intervir no problema social, para reintegrar o que se encontra no âmago da exclusão, ali, onde nenhum outro ator aparentemente consegue ou quer intervir.

Entre eles, certamente que os alvos dos programas educativos afetos ao ES podem desenvolver mecanismos de resistência perante aquilo que considerem ser incompatível com o seu próprio sistema de valores e crenças (MacDonald, 2012, *cit in* Howorth, Smith & Parkinson, 2012). Ou até mesmo rejeitar a assunção de determinados padrões identitários supostamente partilhados pelos empreendedores sociais, com base em fontes de socializações várias (Howorth, Smith, & Parkinson, 2012) e sob a forma da experimentação de conflitos com estruturas internas mais sedimentadas, quer se trate de normas e valores percebidos como antagonistas (Tracey & Phillips, 2007), de papéis socioprofissionais desejados por contraponto aos que lhes são incutidos, ou ainda de categorias nominais (ou identidades sociais) cuja adoção se lhes afigura repulsiva (Parkinson & Howorth, 2008).

Tais fenómenos mais não são do que expressões da incerteza autogerada pela comunicação dos sistemas, a qual indica que o resultado a priori determinado pelas operações (neste caso, de cariz educativo) nem sempre é verificado junto dos receptores da mensagem, que àquela podem reagir de forma imprevisível, aceitando-a ou rejeitando-a (Baraldi & Corsi, 2017). Mas, tal decisão não depende exclusivamente do sujeito e seus recursos internos.

Primeiramente, há que sopesar a qualidade e lógica da tradução dos conhecimentos privilegiados e mobilizados pelas estruturas educativas, e que por uma linguagem educativa se convertem em papéis sociais e programas organizacionais, na medida em que só “assim, a ‘lógica’ atribuída à ordem institucional (...) [pode ser] tomada como natural e certa” (Berger & Luckmann, 2004: 92).

Depois, deve ter-se em atenção a natureza dos acoplamentos locais (escolhidos e promovidos ao longo da sua evolução num dado espaço-tempo), bem como a metodologia e práticas pedagógicas utilizadas, e até as características dos públicos que se pretende atingir, apenas para enumerar alguns fatores a ter em conta numa análise empírica.

A propósito, uma pesquisa extensiva em que participámos, que destacava justamente a dimensão educativa em território português, revelou uma “importação modesta dos postulados do Empreendedorismo Social de origem norte-americana” (Parente, Costa e Diogo, 2013: 405). Já uma posterior recolha e análise interpretativa dos registos orais de “atores envolvidos no campo, quer enquanto fundadores de programas, quer enquanto docentes ou formadores nos mesmos” (Parente, Diogo & Costa, 2014: 373) produziu um resumo de práticas pedagógicas e de direções para o futuro não totalmente alinhadas com as tendências internacionais verificadas.

A este respeito, e como anteriormente ficou exposto (cf. Introdução), não é exagerado afirmar que o trabalho colaborativo desenvolvido naquele projeto de investigação deu efetivamente o mote para o que agora se apresenta, especialmente pelo envolvimento num estudo comparativo de três casos, que se saldou num contraste heurístico entre estruturas organizacionais que apresentavam diferentes orientações e objetivos

(Parente, Diogo & Costa, 2014). Todavia, face aos objetivos que nos norteiam, faz sentido aprofundar, mediante uma análise reflexiva e crítica, um caso que se distinguia dos demais pelas suas particularidades imediatas, e o tornava numa espécie de anomalia: esse caso dava pelo nome de Academia Ubuntu (AU).

Por um lado, desenvolvia um processo de ensino-aprendizagem temporalmente extenso, cuja promoção se encontrava sob a responsabilidade de uma OTS e não, como seria de supor¹²⁸, sob a responsabilidade de uma qualquer organização do sistema educativo tradicional; por outro, os dados recolhidos e apresentados permitiam conjecturar sobre um potencial transformador inerente às práticas socioeducativas que ali se desenvolviam, munidas de saberes e técnicas pedagógicas incomuns.

Que invulgar registo era aquele, que se destacava quer no conjunto das ocorrências, quer no exercício comparativo levado a cabo? Que significados encerrava? Qual a sua ligação ao ES, e quais os efeitos da sua aposta no desenvolvimento de competências ligadas a uma “liderança servidora”, que na pesquisa de Arabella e Young (2012) se encontravam presentes em apenas 3% dos cursos analisados?

Dirigida a nossa atenção, desenhámos uma metodologia de investigação que se afigurou capaz de conceber um caso como anómalo ou atípico (em relação ao corpo de generalizações existente), valorizando-o em termos analíticos e reflexivos de uma forma que os modelos de ciência positivistas não concebem nem preconizam, mas que a Teoria Crítica amplamente reconhece.

¹²⁸ A coleção da oferta educativa e formativa para o ES, relativamente ao território português, levada a cabo por Parente, Costa e Diogo (2013) resultou em 128 entradas relativas à formação contínua, sem ciclo de estudos ou graduação correspondentes; e (2) 15 entradas relativas a formação pós-graduada, concretamente “Mestrados” e “pós-graduações”, ministrada por instituições académicas no âmbito do 2.º ciclo de estudos e conducentes a um determinado diploma de certificação e/ou grau de habilitações. No que diz respeito à formação contínua, 73% dos eventos ocorreram nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, cerca de 43% foram promovidos por OTS, e “quase 2/3 de todos os eventos formativos ocorridos desde 2009 a março de 2012 diz respeito a sessões essencialmente expositivas” (Parente, Costa & Diogo, 2013: 387). Por sua vez, a formação pós-graduada apresenta uma implantação significativa, na medida em que foram identificados 7 programas de mestrado e 8 pós-graduações dedicados a estas temáticas, essencialmente promovidas por universidades (11).

Animados pela perspectiva de Granjo (2016: 9) acerca do estudo de caso como método das ciências sociais – “nem ele tem que ser habitual, nem os casos mais ricos e esclarecedores costumam ser típicos¹²⁹” – descobrimos em Michael Burawoy (1991; 1998b) a orientação adequada. Vejamos, no seguinte capítulo e mais detalhadamente, aquilo que é definido pelo autor do *método do caso estendido* (ndr. no original “*extended case method*”, idem), e de que forma nos apropriámos dele para a nossa própria abordagem empírica.

¹²⁹ Acrescentando que “as situações sociais que mais se adequam à observância da regra - e que mais tentados seremos a pressupor como típicas - fornecem-nos material analítico menos rico, para a compreensão da regra geral e da sua vivência, da sua plasticidade e subversão, do que aquelas que estão pejudadas de exceções e particularismos. Dessa forma, uma ideia de representatividade estatística não é um valor em si própria, podendo pelo contrário a falta dela constituir uma mais-valia para a compreensão do geral.” (Granjo, 2016: 16-17).

5. Resumo e apropriação do *Método do caso estendido* – Uma reflexão teórico-metodológica convertida em abordagem empírica.

Com a defesa de uma Sociologia “pública” (Burawoy, 2005) e “crítica” (Burawoy, 1998a), Burawoy sustenta a necessidade de um modelo de ciência reflexiva, que não se submete à separação (tecnicamente mediada) entre sujeito e objeto, nem se ampara na representatividade estatística (procurada nas pesquisas por questionário) para testar teorias e fazer avançar o conhecimento. Ademais, a prática profissional do sociólogo norte-americano afigura-se congruente com tais pressupostos, revelando um percurso onde prevalece um foco total e deliberado sobre casos únicos, específicos na sua própria complexidade, para daí extrair os elementos reflexivos necessários a uma articulação sociológica entre o particular e o geral (cf. Burawoy, 1998b).

Considerando, como descritor de um *estudo de caso estendido*, um conjunto discreto e sequencial de situações sociais, “que comunguem entre si os mesmos participantes e uma continuidade temática” (Granjo, 2016: 19), assumimos um contexto de investigação sobre o qual se impõe uma lógica de extensão indutiva e evolutiva, de forma a “extrair o geral do único, a mover do micro para o macro, e a conectar o presente ao passado em antecipação do futuro, construindo sobre a teoria preexistente” (Burawoy, 1998b: 5). E, como efeitos ou condições a ter em conta, neste tipo de contexto, o autor (idem) elege os seguintes: (a) a intervenção; (b) o processo; (c) a estruturação e (d) a reconstrução. Vejamos como estes elementos são abordados metodologicamente e, depois, como devem ser “estendidos”.

Acerca da *intervenção* (do cientista social, claro está) declara: “as intervenções criam perturbações que não são ruídos a expurgar, mas música a apreciar” (Burawoy, 1998b: 14), referindo ainda que “nenhuma pretensão de imparcialidade nos pode libertar do dilema de fazer parte do mundo que estudamos, ou das consequências não-intencionais daquilo que escrevemos” (idem: 17).

Aqui se consubstancia uma posição hermenêutica consentânea com os postulados da Teoria Crítica (Cf. Introdução), na medida em que, rejeitando o axioma do observador externo (que tem o dever de limitar/ocultar/evitar a perturbação que a sua prática científica provoca), se apela à noção de que aquilo que se faz ou se escreve tem consequências, por vezes disruptivas, naquilo que é estudado.

Acomodando esta condição como uma vantagem, e não um *handicap*, a “extensão” adequada levar-nos-á a assumir um determinado papel no estudo, na estrutura de relações sociais e, até, na própria evolução do caso (Cf. Caria, 1994, 1999). A assunção desse papel, quando apoiada numa reflexão crítica, tal como aquela enformada pelos princípios ontológicos e epistemológicos que norteiam o presente trabalho, não é uma ação neutra, nem se revela uma prática inerte, antes produzindo reflexão e mudança¹³⁰, independentemente de saber a que escala a produz.

Já a qualidade da intervenção está sempre dependente do *processo*, o que nos remete para a perspectiva weberiana acerca do pretenso âmagô da sociologia: o de interpretar e compreender os significados (inter)subjetivos atribuídos à ação e interação, nos seus contextos espaço-temporais, de forma a poder explicar causas e efeitos (Weber, 1947, *cit in* Bryman, 2012). Nessa senda, Burawoy (1998b: 14) insta o investigador a mover-se, no espaço e no tempo, com e através das experiências situacionais dos participantes, de forma a, primeiro, agregar o conhecimento das situações, para depois condensar os conhecimentos situacionais em processos sociais.

Quanto à prática técnico-científica propriamente dita, ela deve desenvolver-se, neste enquadramento, a partir de múltiplas fontes e técnicas de cariz etnográfico. Sobre este cariz, ou qualidade processual, caracteriza-o Telmo Caria da seguinte forma:

“Como é sabido, a investigação etnográfica tem como características, entre outras, a presença prolongada do investigador num local e a observação

¹³⁰ Relembremos o compromisso da Teoria Crítica (cf. Introdução), recuperando ainda uma pequena reflexão de Habermas (1968: 139-140) sobre os impactos práticos de uma sociologia crítica: “Uma ciência social crítica (...) espera que a informação sobre nexos causais desencadeie, na consciência de quem está implicado, um processo de reflexão; deste modo, o estágio da consciência irrefletida, que pertence às condições iniciais (...) pode modificar-se”.

continuada das interações entre os indivíduos com o fim de compreender a lógica das constricções simbólicas elaboradas pelo grupo social (...) [que] permita uma aproximação à compreensão do outro.” (Caria, 1994: 37).

Aceitando tais princípios, procuraremos, no presente trabalho, descrever aspetos tangíveis e intangíveis das práticas sociais (pedagógicas) e dos atores que as incorporam e lhes dão vida, nomeadamente através da “coleção de diferentes leituras (...) da participação, do fazer coisas com e àqueles que estão a ser estudados” (Burawoy, 1998b: 15), para revelar “o não-discursivo, o não explicado, o conhecimento tácito, por vezes referido como consciência prática, que subjaz qualquer interação social” (idem).

Paralelamente, deve ser notado que a dimensão processual deste método apresenta diversas conexões com os restantes efeitos e domínios de extensão preconizados, sendo possível discernir o desiderato de cumprir com uma lógica indutiva que deriva da valorização do caso não como único (porque não nos interessa a sua representatividade) mas como anómalo (porque nos interessa o seu contributo para a reconstrução teórica) em relação à teoria preexistente.

Entrando, assim, no domínio da *reconstrução*, aborda-se o conhecimento científico vigente e anteriormente (re)construído à luz das novas constatações providenciadas pelo exercício empírico, aí se atendo a crítica racional e reflexiva, tal como preconizado, pelo menos desde Bachelard (cf. Carvalho, 2010). O objetivo do método em análise não é, pois, a confirmação empírica de uma dada teoria, mas, pelo contrário, a sua elaboração/refutação, obtida somente pelo percurso (de extensão) do particular para o geral. Telmo Caria ilustra-nos este caminho, uma vez mais, da seguinte forma:

“[É] como se o investigador se deixasse surpreender pelos factos, permitindo que eles possam, *a posteriori*, influir sobre a problemática e o quadro de hipóteses inicialmente construídos (...) e revelar elementos pouco explícitos da problemática teórica ou pressupostos ideológicos e morais ocultos, que importará integrar no quadro de hipóteses” (Caria, 1994: 43).

Munidos deste espírito reconstrutivo, partimos à exploração do que é que um caso particular nos pode “dizer”, não apenas do corpo de generalizações que enforma o

objeto central da investigação (i.e., o ES, tal como o concebemos a partir do retrato evolutivo da sua construção sociodiscursiva), mas também acerca da sociedade em que o mesmo se insere e constrói (Burawoy, 1998b), como é defendido por Paulo Granjo, da seguinte forma:

“[o objetivo do estudo de caso] não é apenas (nem talvez prioritariamente) compreender aquele caso, mas compreender melhor, a partir dele, a sociedade em que se insere. Não por assumirmos que o caso que estudamos seja representativo da forma como ali ocorrem todos os casos semelhantes (...) antes porque procuramos detetar e aprofundar, no tal jogo entre as expressões de exceção e de regra, as indicações de como aquela sociedade se pensa e se estrutura.” (Granjo, 2016: 9).

Por sua vez, a compilação do conhecimento acerca das situações sociais implica assumir que o investigador, porque “se junta aos participantes por períodos extensos de tempo e em diferentes lugares (...) num processo de aproximação sucessiva” (Burawoy, 1998b: 17), se coloca numa posição vantajosa para discernir a evolução dos processos de produção e reprodução social tornados realidade pela participação nas estruturas (e nas relações de poder que as pressupõem), sendo que, claro está, diferentes agentes detêm diferentes posições sociais na estrutura e, por conseguinte, o seu poder diferencial manifesta-se no modo como estes mobilizam a estrutura ao agir (Mouzelis, 1991, *cit in* Pires, 2007).

Então, a extensão do *processo* dá azo a uma ideia de evolução sequencial que apresenta as estruturas sociais não como um produto das ações atuais, mas sim como um conjunto estruturado de ações passadas que condicionam, objetiva e subjetivamente, as ações e posições sociais seguintes.

No seguimento, julgamos útil resgatar a proposta onto-epistemológica de Margaret Archer, neste caso sobre a sequencialidade temporal que se pretende transmitir: (i) (...) a estrutura precede necessariamente a ação que conduz à sua reprodução ou transformação; (ii) (...) a elaboração estrutural sucede-se necessariamente às sequências da ação que a originaram” (Archer, 1995: 15). Acompanhamos por inteiro

ambas as asserções, que nos introduzem ao último efeito de contexto sinalizado por Burawoy – a *estruturação* – e que, não por acaso, assume lugar de destaque no presente trabalho.

Como é sabido, o conceito de estruturação retornou à popularidade, no âmbito das Ciências Sociais, quando o passou a mobilizar Anthony Giddens (1984, 2000), enquanto auxiliar do estudo das forças e formas pelas quais os sistemas sociais são produzidos e reproduzidos em interação: no seu entender, as estruturas sociais e a ação humana estão interligadas por um elo de causalidade – uma dualidade entre *agente* e *estrutura* – que envolve a equação de aspetos objetivos e subjetivos quanto à sua formação o que inclui a mobilização de crenças, regras e recursos.

Michael Burawoy reconhece mérito à generalidade dos seus contributos, embora desconfie do teorema giddeniano, que faz “evaporar qualquer noção intuitiva de estrutura (...) deixando-nos com uma visão voluntarista que enfatiza o controlo que exercemos sobre o mundo” (Burawoy, 1998b: 15), preconizando, sobre este último aspeto o “retorno a uma noção mais convencional de estruturação na qual a ‘estrutura’ ou as ‘forças sociais’ realmente confinam o que é possível, apesar de também elas serem continuamente reconfiguradas” (idem).

Ainda que não haja como negar a existência de fortes dinâmicas relacionais e transacionais entre estrutura e ação sociais segue-se, como corolário lógico a partir desta perspetiva, que a consideração analítica das ações individuais procurará focar-se menos numa regressão micro às características dos seus agentes, e mais numa regressão macro às estruturas nas quais aqueles se localizam.

Desta orientação metodológica sobressai a necessidade de se proceder a uma análise que, não olvidando as dinâmicas de mobilização/ativação de recursos e regras por parte dos agentes – particularmente específicas quando abordamos, neste caso, uma estrutura de *significação*, como lhe chamaria Giddens (1984) – estende os processos sociais (compósitos contínuos das situações sociais) aos “regimes de poder” que os superintendem, isto é, às forças “que podem ser económicas, políticas ou culturais” (Burawoy, 1998b: 13) engajadas na reprodução ou transformação da ordem social.

Para sermos auxiliados na sua prossecução, convocamos a dialética proposta por Roy Bhaskar (1993, *cit in* Fuchs, 2009) – “A estrutura social é uma condição necessária e o meio da agência intencional, que por sua vez é uma condição necessária à reprodução ou transformação das formas sociais” – sobre a qual viria a fundar-se a corrente do chamado *Realismo Crítico* (cf. Danermark et al., 2001), com evidentes implicações para a Teoria dos Sistemas (cf. Fuchs, 2009).

Para além da congruência em aspetos basilares do construtivismo esta perspectiva chama a atenção para três aspetos que acompanhamos por inteiro: (a) Os conceitos de *estrutura* e *agente/agência* devem permanecer, a bem de um dualismo analítico clarificador e heurístico, mutuamente exclusivos e irreduzíveis; (b) à *estrutura* deve ser dada uma primazia ontológica e, por conseguinte, uma primazia cronológica no que diz respeito à análise sequencial e/ou prolongada no tempo (tal como é aconselhável para uma metodologia de estudo de caso alargado); (c) Ambos os conceitos devem ser relacionados tendo em conta que o “poder causal formas sociais é mediado pela agência social” (Bashkar, 1989, *cit in* Archer, 2016).

Daqui, partimos para uma interpretação mais ou livre da abordagem dos *ciclos morfogenéticos* de Margaret Archer (1995; 2016: 75-76), enquanto representação teórico-reflexiva das fases discretas de um processo sistémico de estruturação.

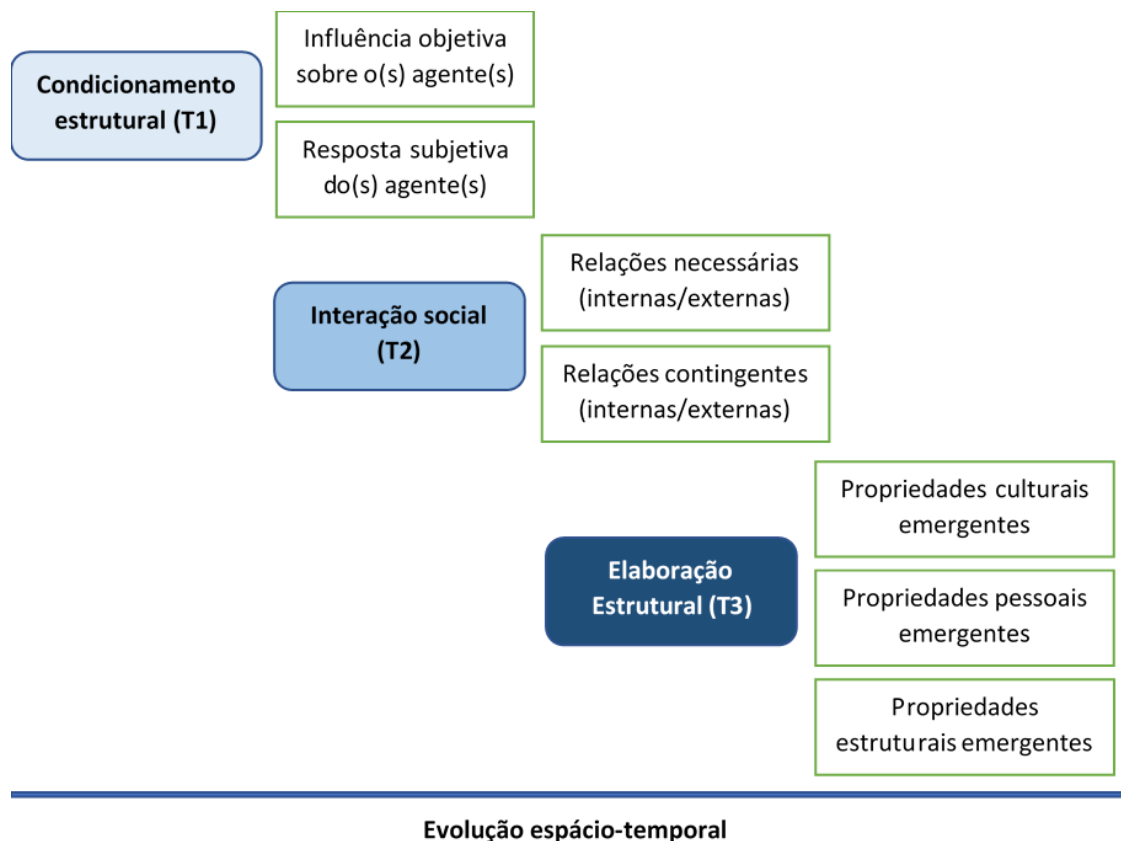
4.1 Os ciclos morfogenéticos, aplicados ao estudo dos processos de estruturação.

Como reconhece a autora, o termo morfogénese foi “cunhado inicialmente por Walter Buckley em *Sociology and Modern Systems Theory* (1967)” (Archer, 2016: 75-76), logo por aí se denotando a dimensão sistémica que necessariamente o configura. Já o conceito de ciclo morfogenético tem por base “duas proposições fundamentais: a estrutura necessariamente precede a ação ou ações que a transforma(m) [e] a elaboração estrutural necessariamente sucede estas ações” (idem: 76). Aqui, a elaboração estrutural mais não será do que a evolução de uma dada estrutura sistémica que ora muda de forma ou estado – nesse caso se designando *morfogénese* – ora

mantém os elementos anteriores num estado relativamente inalterado – designado de *morfoestase*.

De forma a, como refere Archer (2016: 76), “dar conta da estruturação ao longo do tempo e, com ela, das mudanças resultantes na constituição da agência”, começamos por dirigir o nosso olhar para a Figura 3, tentando demonstrar as diferentes “fases” por que uma estrutura pode passar, ao longo da sua evolução.

Figura 3 – Adaptação do ciclo morfogenético de Margaret Archer (1995, 2016).



Uma leitura rápida permitirá conceber os condicionamentos estruturais e/ou culturais próprios do início de cada fase (T1) de uma estrutura sistémica, e que constituem essencialmente um conjunto de fatores e mecanismos que ora restringem, ora capacitam ação. Descreve-se, depois, o processo de interação social (T2), quer do ponto de vista das relações que a sustentam, quer da ação *reflexiva* ou subjetiva àquelas dirigida. E a figura finaliza com o “retrato” possível de uma forma estrutural elaborada

(T3) não só diferente de T1, mas também diferente daquilo que seria a simples soma das relações estabelecidas em T2.

Sobre o T1, a autora relembra-nos que “condicionamento não é determinismo” (Archer, 2016: 82), uma vez que está em causa “a interação entre dois tipos diferentes de poderes causais: aqueles pertencentes às estruturas e aqueles pertencentes aos agentes” (idem: 83), o que “envolve, em primeiro lugar, uma especificação de como os poderes estruturais e culturais impingem sobre os agentes e, em segundo, de como os agentes usam seus próprios poderes pessoais para agir ‘de um modo, em vez de outro’ em determinadas situações” (ibidem).

Já as relações estabelecidas na interação social, em T2, são indispensáveis à evolução estrutural do ponto de vista funcional, normativo e social. Sobre este ponto, e na medida em que são as relações (de interdependência) que sustentam a existência da estrutura, e que a suportam como uma unidade discreta e diferenciada de outros sistemas e do ambiente, não será demais lembrar o leitor da influência dos conhecimentos e discursos (coletivamente) construídos (Berger & Luckmann, 2004), quer na orientação da agência, quer necessariamente na evolução morfológica dos sistemas e respetivas estruturas a que se referem.

Complementarmente, as relações estruturais podem ser distinguidas quanto às suas qualidades. Por exemplo, Cristina Roldão (2010) propõe uma que pode revelar-se heurística: entre relações *necessárias* e *contingentes*.

Por seu turno, no T3 tentaremos identificar, também pela dupla extensão proposta pelo método anteriormente descrito (que agrega situações em processos, e estes em forças), as propriedades emergentes da estrutura social (Archer, 1995; Fuchs, 2009), porquanto são, simultaneamente, o reflexo das relações e decisões que vão pontuando a sua evolução, e as portadoras do seu poder causal. Uma vez que a própria Margaret Archer (*apud* Fuchs, 2009) viria a subcategorizá-las como (a) *propriedades emergentes estruturais*; (b) *propriedades emergentes culturais* e (c) *propriedades emergentes*

peçoais, utilizaremos estas subcategorias para tentar estabelecer, em sede empírica, se estas exercem os seus poderes causais em congruência com os agentes que os ativam¹³¹.

Nesse caso, integrar-se-ão como “forças” no regime de poder burawoyano que, estruturando progressivamente as situações sociais em processos, podem gerar (caso sejam internalizadas) novos ciclos morfogenéticos ou morfoestáticos, aí se constituindo como dimensão atualizada de condicionamento estrutural (T1).

Em suma, queda apresentado o fundamento teórico-metodológico que define a abordagem ao nosso estudo de caso, com a apropriação e adaptação promovida ao *método do caso estendido* burawoyano, complementado por um desígnio empírico que se dirige aos processos de estruturação inspirada pelos *ciclos morfogenéticos* de Margaret Archer. É, de resto, este fundamento que nos permite sustentar a seguinte premissa:

A AU é uma estrutura social educativa e programática, albergue de um conjunto delimitado de situações sociais e relações de interdependência inscritas num dado espaço-tempo, que opera através de práticas sociais e pedagógicas específicas, e que apresenta uma dada evolução morfogenética. Esta é fruto da ação dos seus agentes e das propriedades estruturais emergentes, que assumem particular relevância naquilo que diz respeito à comunicação intencional, performativa, intersubjetiva e linguisticamente mediada de um determinado conjunto de conhecimentos ligados, de alguma forma, ao ES.

¹³¹ Como explicita Archer (2016: 84): “Primeiro, as propriedades sociais emergentes, ou mais exatamente o exercício de seus poderes, são dependentes da existência daquilo que venho denominando ‘projetos’ agenciais, que são quaisquer cursos de ação em que um ser humano se engaja intencionalmente. Estes projetos, tal como concebidos subjetivamente pelos agentes, são necessários para a ativação de propriedades sociais emergentes, isto é, sua transformação em poderes. Segundo, somente se houver uma relação de congruência ou incongruência entre a propriedade social emergente e o(s) projeto da(s) pessoa(s) é que os últimos irão ativar a primeira. (...) Situações em que a congruência prevalece representam uma capacitação estrutural; onde existe incongruência, uma restrição estrutural se apresenta. Terceiro (...) os agentes têm de responder a essas influências, utilizando seus próprios poderes pessoais de deliberação reflexiva sobre como agir em tais situações, sempre segundo suas próprias descrições.”

Sobre esta base, avançamos para a efetivação do método atrás descrito, que contou com diversas fontes, e mobilizou variadas técnicas de recolha e análise de dados, respeitando a natureza qualitativa da presente investigação (cf. Introdução).

4.2 Fontes e técnicas de recolha e análise de dados.

Para além da análise interpretativa que recaiu sobre diversos relatórios de avaliação e outros documentos oficiais afetos ao caso estudado¹³² – útil na extração de definições, normas, representações e outros elementos autodescritivos – um primeiro conjunto de técnicas pode dizer respeito à construção de doze (12) entrevistas individuais e semiestruturadas por guiões adaptados (Cf. Anexos C e D), realizadas entre junho de 2013 e junho de 2018, dirigidas não apenas a membros da estrutura organizacional da AU, mas também a outros intervenientes diretos da sua estruturação e do seu processo de ensino-aprendizagem, como forma de providenciar detalhe e diversidade, através de um espectro alargado de stakeholders (cf. Quadro 2).

¹³² Nos capítulos seguintes surgirão codificados da seguinte forma: R1 – Relatório de execução do IPAV (2011) intitulado “Academia Ubuntu”; R2 – Relatório de execução do IPAV (2012) intitulado “2º ano – Incubadora Social Ubuntu”; R3 – Relatório de avaliação do CEPCEP (2012) intitulado “Ubuntu – Um processo educativo para formar líderes e incubar empreendedores”; R4 – Publicação do IPAV – Centro de inovação social (2013) intitulado “Manual Academia Ubuntu”.

Quadro 2 – Caracterização do conjunto de entrevistas semiestruturadas.

Código	Descrição funcional	Data	Duração
E1	Responsável da organização avaliadora	04-06-2013	96'41
E2	Coordenadora-adjunta (2010-2012)	30-06-2013	73'71
E3	Diretor da organização financiadora	30-06-2013	74'42
E4	Coordenador-Geral	01-07-2013	72'43
E5	Coordenador-adjunto (2012-)	01-07-2013	86'29
E6	Coordenador-Geral	25-10-2017	36'27
E7	Coordenador-Geral	02-11-2017	73'11
E8	Participante	12-05-2018	92'30
E9	Participante	15-05-2018	96'26
E10	Participante	19-05-2018	70'03
E11	Participante	01-06-2018	111'46
E12	Participante	08-06-2018	160'13

Os registos audio das entrevistas, captados com o consentimento explícito dos intervenientes, foram transcritos na sua totalidade e inseridos num programa digital apropriado à análise de conteúdo textual: o “QDA Miner Lite” da Provalis Research™. Ainda que se advirta que os procedimentos da análise de conteúdo diferiram entre entrevistas, uma vez que os guiões semiestruturados variaram consoante a descrição funcional do/a entrevistado/a, e em função dos objetivos particulares da investigação a cada momento, dando azo, consequentemente, a diferentes profundidades analíticas.

Exemplificando, a análise de conteúdo promovida para as entrevistas de E1 a E7 foi mais imediata e lexical do que nas restantes¹³³, tendo o seu conteúdo sido codificado e

¹³³ Já os dados recolhidos através das entrevistas E8 a E12, conduzidas junto de participantes da AU, foram alvo de um tratamento mais aprofundado, também com o auxílio de *software* digital apropriado. Aqui, foram livremente codificados segmentos de texto, procedendo-se à sua progressiva integração em categorias mais abrangentes, inferenciais e compreensivas. A análise de conteúdo, propriamente dita, atentou aos temas surgidos de forma esperada e inesperada, às conexões e contrastes promovidos pelos interlocutores, às metáforas e analogias utilizadas, e às descrições dos sujeitos, acontecimentos, contextos e relações, enfim, tomou em consideração analítica a assinalável densidade discursiva e simbólica recolhida pelo método qualitativo e advinda (também aqui) dos objetivos de investigação

integrado numa estrutura categorial temática relativamente hermética, mais predeterminada e refletiva dos propósitos da investigação para os Capítulos 5 e 6. Assim, as unidades de análise transcritas (frases e parágrafos) são pragmaticamente apresentadas como evidências e ilustrações relacionadas a uma narrativa geral, nomeadamente aquela que ambiciona promover uma contextualização e compreensão adequadas do processo de (re)estruturação do caso.

Neste ponto, relembra-se que, para a construção dessa narrativa, também contribuíram os dados recolhidos por intermédio de técnicas etnográficas de observação participante – o segundo conjunto de “ferramentas” analíticas – aqui se incluindo a aplicação de grelhas de observação (cf. Anexo B), a recolha e análise de materiais pedagógicos e registos fotográficos, bem como a manutenção de um diário de campo (escrito na primeira pessoa, onde constam descrições e apontamentos particulares, conversas casuais, reflexões avulso e pensamentos sintéticos).

Foram ainda consideradas para análise substantiva nove (9) sessões da AU, ocorridas num período temporal compreendido entre 13/04/2013 e 05/07/2014 (Cf. Anexo E).

Os elementos analíticos e reflexivos, por este meio despoletados, serão dispersamente integrados nos próximos capítulos, tendo em conta a sua relevância para as temáticas aí versadas. Sendo certo que, para além de se almejar uma melhor compreensão das dinâmicas coletivas, e dos modos de acesso e apropriação das regras e recursos vivenciadas pela participação (institucional), não se privará dessa leitura crítica a indicação de alguns dos efeitos psicossociais que potencialmente advêm de tais operações.

Conjugando todos os elementos que acabámos de resumir, julgamos ter no método, bem como nas técnicas de recolha e análise de dados por aquele sancionadas e por nós aplicadas, uma base firme sobre a qual apoiar a investigação empírica do próximo

particulares, nomeadamente a construção e ilustração de narrativas individuais, vertidas em retratos psicossociológicos (Cf. Capítulo 9).

capítulo e responder àquele que se tornou, por via da perplexidade descrita aquando do primeiro contacto com a AU, o seu objetivo geral:

Compreender como diferentes agentes construíram e (re)produziram a Academia Ubuntu, da sua génese à edição alvo da observação-participante, ilustrando o seu processo estrutural, evolutivo, dinâmico e relacional, enquanto evidência de um modo particular de institucionalização do ES, e meio de transformação individual e coletiva.

6. A estruturação da Academia Ubuntu.

Quando tomámos conhecimento da existência da (à altura denominada) Academia Ubuntu (AU), em 2010, a organização desenvolvia a segunda edição do seu programa educativo. As suas origens, percurso e histórias da primeira edição, foram temas que explorámos, logo num primeiro contacto. Indagando mesmo sobre o seu momento inicial, o seu eventual momento de *emergência*, uma primeira pista foi assim apresentada:

“O início da Academia [Ubuntu] foi um desafio da Fundação [Calouste] Gulbenkian ao Presidente do IPAV para que se desenvolvesse um projeto qualquer – não havia nenhuma ideia – de formação em liderança e, portanto, completamente aberto à criatividade do IPAV e nomeadamente do seu presidente.” (E2)

Neste excerto, começamos por notar a utilização do vocábulo “*desafio*”, porque no ato de desafiar ou provocar se encontra, a um nível explícito, a premissa que, quando comunicada, estabelece o âmbito e limites da ação. Já a um nível implícito, dá-se o estabelecimento de uma relação entre entidades dotado de uma certa potência generativa, pois de um desafiado intui-se a capacidade (potencial) de corresponder, e de um desafiante a capacidade (potencial) de suportar essa mesma correspondência.

Quanto à organização “desafiante”, ela é a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), uma organização reputada e histórica do TS português, “criada por testamento de Calouste Sarkis Gulbenkian” e “nascida em 1956 como uma fundação portuguesa para toda a humanidade, destinada a fomentar o conhecimento e a melhorar a qualidade de vida das pessoas através das artes, da beneficência, da ciência e da educação”¹³⁴.

A sua ação no âmbito do TS parte da configuração institucional que partilha com outras fundações e que as leva a providenciar, a outras organizações (estruturalmente mais pequenas) com as quais interagem, os recursos materiais e imateriais de que estas

¹³⁴ Disponível em <https://gulbenkian.pt/fundacao/o-que-somos/>, acedido a 04-01-2018.

geralmente dependem, para poderem desenvolver as suas próprias ações no terreno. Essa providência dependerá, entre outros fatores, da aferição de um certo grau de congruência em torno de determinados princípios de atuação, e um “desafio” na área educativa parece enquadrar-se naqueles. Mas quem é a contraparte? Uma organização ou um agente específico? A última hipótese será factual, como o próprio explica:

“Não [não foi ao IPAV], foi a mim pessoalmente porque eu tinha uma relação muito forte com a FCG. Ainda tenho. (...) Enquanto fui Alto-Comissário desenvolvi muitos projetos com a FCG (...) Tive muita colaboração, muita proximidade e muita afinidade com a FCG, portanto os responsáveis conheciam-me bem...” (E4).

Impõe-se então um certo número de questões: Quem é o “desafiado” e que condições apresentava para poder encarnar esse papel? Qual a natureza das relações aqui estabelecidas? Que tipo de ação, assim intermediada e condicionada, foi então levada a cabo?

Primeiramente, o agente de quem se esperou uma resposta ao desafio colocado é Rui Manuel Pereira Marques, mais conhecido por Rui Marques, lisboeta nascido em 1963, licenciado em Medicina, mestre em Ciências da Comunicação e Indústrias Culturais e doutorado em Sociologia Económica e das Organizações¹³⁵, um dos fundadores da AU e sua figura incontornável.

Ao longo da sua vida, este agente tem desenvolvido uma intensa atividade pública e cívica. Nos anos de juventude, funda a revista Fórum Estudante em 1991 e, no mesmo ano, envolve-se apaixonadamente “*na causa dos direitos humanos [e] toda a luta pela causa de Timor-Leste*” (E4), daí sobressaindo a aventura do Lusitânia Expresso¹³⁶ e,

¹³⁵ Fonte: Wikipedia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Rui_Marques) acedido a 03-01-2018.

¹³⁶ “Na sequência do massacre levado a cabo por militares indonésios a 12 de novembro de 1991 no cemitério de Santa Cruz em Díli, Timor-Leste, estudantes de vários países do mundo realizaram uma arriscada viagem marítima que ficou conhecida por missão “Paz em Timor”. A missão, uma iniciativa da equipa da revista “Fórum Estudante”, liderada por Rui Marques, foi levada a cabo no *ferryboat* “Lusitânia Expresso”, que transportava habitualmente veículos. Um navio com muitas limitações, sem quilha, iria fazer uma enorme viagem até à Austrália. Partindo de Lisboa com 15 tripulantes a bordo, chega a Darwin...” Fonte: RTP. Disponível em <http://www.rtp.pt/programa/tv/p29596> acedido a 15/12/2013.

depois da constituição da República Democrática de Timor-Leste, a participação na construção de um centro de acolhimento juvenil em Díli.

Ao nível político-partidário, funda o “Movimento Esperança Portugal” em 2008, dissolvido apenas 4 anos mais tarde como consequência dos poucos resultados obtidos nos 4 atos eleitorais em que se apresentou a votos¹³⁷.

No período intercalar, destaca-se por ter sido, entre 2002 e 2008, um dos principais responsáveis políticos pelo acolhimento e integração de imigrantes em Portugal, primeiro como Alto-Comissário Adjunto no extinto Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e, depois, como Alto-Comissário para a Imigração no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI¹³⁸). Para além de tomar contacto direto com as diversas realidades e provações dos imigrantes em Portugal, é este cargo público que lhe permite liderar e reestruturar um dos programas mais emblemáticos daquele organismo, o “Programa Escolhas”¹³⁹.

Esta experiência profissional, aportando altos níveis de visibilidade, prestígio e outros benefícios intangíveis, viria a estabelecer definitivamente a sua relevância e posição social, no seio da elite político-cultural portuguesa. Curiosa e acidentalmente, foi na vigência do seu segundo mandato como Alto-Comissário que aconteceu um dos episódios sociais e mediáticos mais insólitos das últimas décadas, na sociedade portuguesa: o (pseudo) Arrastão de Carcavelos¹⁴⁰. Segundo o próprio, aquele episódio trouxe à luz:

¹³⁷Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Esperança_Portugal acedido a 15/12/2013

¹³⁸A evolução, ao longo do tempo, deste “instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa” implicou constantes alterações de nomenclatura. Atualmente, a designação oficial é a de Alto Comissariado para as Migrações, ou ACM (fonte: <http://www.acm.gov.pt/acm>).

¹³⁹“O *Escolhas* é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI, IP, cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social”. Disponível em: <http://www.programaescolhas.pt/apresentacao> acedido a 15/12/2013

¹⁴⁰“Inicialmente, a PSP de Lisboa divulgou a ocorrência de “uma onda de criminalidade”, levada a cabo por “cerca de 500 indivíduos negros”, recorrendo ao método “conhecido como arrastão”. Seguido de um alarme público generalizado e um alastramento do sentimento de insegurança “Verifica-se que as

“não só a injustiça de todo o processo, a falsidade que estava por trás (...) toda uma atitude mediática e social negativa (...) e todo o estigma reforçado sobre uma realidade social: os jovens descendentes de imigrantes, mas também a dificuldade de encontrar protagonistas que pudessem ser as vozes desta comunidade (...) que pudessem defender o seu ponto de vista” (E4).

Ao que tudo indica, os meios de comunicação nacionais não se coibiram de disseminar uma imagem distorcida do evento, ancorando-se em arquétipos estereotipados de forte pendor identitário para criar um significado *noemático* negativo (i.e. jovens “africanos”) dos bairros da periferia lisboeta desceram às praias da capital para semear o caos e a violência), de resto, pouco ou nada condizente com a realidade do mesmo (cf. Andringa, 2005).

Não obstante, o poder dos *media* na construção da realidade – ângulo aliás subsequentemente abordado por diversos autores (e.g.: Rosa, 2011) – não constituiu o centro da observação do agente, nem foi exatamente por aí que desenvolveu a sua ação. Que, diga-se de passagem, não decorreu primariamente no campo político ou mesmo mediático, no sentido de uma defesa da honra de quem não o poderia fazer.

Ao invés, decidiu coordenar diretamente, no âmbito do ACIDI, um projeto de intervenção de base junto de descendentes de imigrantes, onde *“constitui um pequeno grupo de dez, doze jovens com potencial de liderança, ligados a associações e com eles (...) desenvolvendo um programa (...) um encontro semestral, procurando capacitá-los para uma liderança mais eficaz, e nomeadamente uma relação com o media mais eficaz.”* (E4).

Apesar da natureza discreta e pacificadora deste conjunto de ações, foi produzido um ruído, no sentido luhmanniano, suficientemente audível para ser “ouvido”, *“porque fez o seu caminho, porque deu origem a um livro, porque foi conhecida de várias pessoas e*

primeiras informações fornecidas que davam conta de um enorme arrastão a ocorrer na praia de Carcavelos não se confirmaram”, refere o relatório que a PSP entregou, no passado dia 12, ao ministro da Administração Interna (MAI)” Fonte: Jornal de Notícias e Lusa, 20/07/2005, disponível em http://www.jn.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=504380&page=-1 Acedido a 14/08/2013.

*instituições entre as quais a Fundação [Calouste] Gulbenkian.” (E4). Isso é corroborado por um responsável da FCG, que coloca em relevo esse “*historial enquanto Alto-Comissário*” e proporciona o devido contexto: “*quando a FCG começou a trabalhar a questão das migrações, o Dr. Rui Marques foi sempre um conselheiro que levámos em conta*” (E3)*

Assim voltamos ao início desta secção: Só existe uma emergência da AU, um T1 do Ciclo I, porque se deu o acontecimento absolutamente contingencial de, no microcosmos da inclusão social de imigrantes em Portugal, o prestigiado detentor de uma posição socioprofissional de alto nível decisório, com um passado formativo e profissional na área da Comunicação, se ter cruzado com um evento altamente mediatizado e nele ter reconhecido um significado particular sobre o qual poderia agir, exercendo o seu próprio poder e influência de maneira intencional e eficaz.

Na sequência, a FCG produziu a sua própria observação do sucedido e, anos mais tarde, abordou aquele agente específico, balizando a potencial ação do seguinte modo:

“A [Fundação Calouste] Gulbenkian veio abordar a questão se seria possível desenvolver algum projeto relacionado com jovens provenientes de contextos vulneráveis (...) [Houve lugar à] reflexão interna a partir de um olhar do que é que era possível e o que é era desejável fazer (...) Ligámos todas as experiências e surgiu a ideia de poder desenvolver uma ação de capacitação de jovens líderes (...) muito focad[a] nos descendentes imigrantes.” (E3)

Transparece deste excerto uma primeira orientação da ação do agente (que nunca ocorreria se a FCG não fosse uma organização dotada de recursos e disposta a disponibilizá-los), em trânsito para uma reflexividade que despoleta modos de atribuição de sentido relativamente autónomos (que também nunca ocorreria se não houvesse uma reação de anuência por parte do agente àquelas condições).

Quanto ao primeiro aspeto, releva-se a tal congruência de princípios. Revelando “*que é nos jovens que nós queremos trabalhar, é nas jovens lideranças que queremos apostar, [são eles] que queremos capacitar*” (E3), a FCG demonstra não apenas a sua apetência

pela socialização das gerações seguintes (cf. Capítulo 4), como a credibilidade e capacidade para iniciar conversas prometedoras. No seguimento:

“Começámos a construir um projeto com enormes riscos, no sentido em que era um projeto radicalmente inovador (...) Portanto, estávamos a sair de uma praia segura, de um formato, de uma metodologia, de um conjunto de conceitos, se quisermos, clássicos do modelo de formação e a afastarmo-nos para um modelo (...) de educação não-formal // a partir da visão de um modelo de liderança servidora – esta ideia de liderar para servir – e tendo o Ubuntu como filosofia, como exemplo.” (E4)

A construção prospetiva (note-se a utilização do vocábulo “visão”) da AU começou assim, num processo reflexivo não individualizado (note-se a pessoa dos tempos verbais). Na verdade, e tendo em conta a expectativa de que surgisse, a partir de um agente específico, uma estrutura organizacional nova e original no contexto da oferta educativa nacional, não é despidendo apontar que as tarefas iniciais de estruturação foram partilhadas com uma *“pessoa chave (...) a pessoa mais próxima e mais influente na construção do projeto”*¹⁴¹ (E4).

Essa pessoa é Francisca Assis Teixeira, *“licenciada (...) [cuja] formação de base é História”* (E2), mas que detém um percurso profissional também ligado aos meios de comunicação social (Rádio Renascença e revista Fórum Estudante), à temática da imigração (ACIDI), ao TS (IPAV e Programa Escolhas) e ao voluntariado (causa de Timor-Leste). Através destes agentes e da sua ação conjunta, a AU passaria à existência, a partir de um sentido co-construído. Vejamos como este foi projetado.

¹⁴¹ Crê-se que a afirmação que sobre este agente recaem decorre do facto de este ter conseguido, naquele espaço-tempo, aliar em simultâneo (1) as competências e experiência profissional adequadas a um projeto educativo deste tipo, e (2) uma sólida relação de confiança pessoal e profissional com Rui Marques, cimentada pela correlação de percursos de vida que um casamento proporciona.

5.1 A Academia Ubuntu como projeto de sentido

Na teoria social sistémica, o sentido é um conceito fulcral: qualquer sistema social (e, por decorrência, qualquer organização) é definido primeiramente pelo sentido que a si mesmo atribui, que é aquilo que justifica a sua função e as suas operações, que o delimita e distingue do seu ambiente, que dá forma à sua existência (Luhmann, 2012).

Segundo a interpretação que Arnoldi (2010) deriva de contributos cruzados da fenomenologia de Husserl e da teoria sistémica de Luhmann, podemos considerar que um sentido é estabelecido, pela via comunicativa, através de três processos interatuantes, a saber: (a) a seleção intencional de um objeto; (b) a atribuição de um significado racional; e (c) a utilização, ao nível operacional, de meios simbólicos relevantes. Suportados neste tripé, analisemos a construção de sentido da AU

Quanto ao primeiro processo, pode dizer-se que a imersão na identidade tematizada e específica dos “descendentes de imigrantes” foi uma decisão consciente e assumida, que seguramente partiu do pressuposto de que a reflexividade dirigida às problemáticas e políticas identitárias potencia as dinâmicas de ação social dos grupos minoritários a que se refere (Costa, 2002).

Então, um grupo selecionado e classificado segundo atribuições identitárias esteve, por assim dizer, na origem do caso aqui em análise. Não obstante, para além de se lembrar que outros grupos, eventualmente enquadráveis no âmbito da inclusão social, não possuem tais atributos e assim quedam remetidos, tal como os que não são “jovens”, para a parte latente da estrutura em construção, há outras reduções que devem ser levadas em conta.

Por exemplo, aquela que se apoiou em perceções sedimentadas de que um problema existe – “Muitos dos jovens descendentes de imigrantes enfrentam dificuldades importantes na sua plena integração na sociedade portuguesa. Sofrem uma maior exposição à pobreza, à exclusão social, ao racismo e à discriminação.” (R2) – e merece ou justifica, por isso mesmo, uma dada intervenção, não necessariamente original, mas atualizada e tornada possível, como vimos, pelo recurso às experiências pós-arrastão anteriormente descritas.

Escolhido o objeto, a atribuição de significados racionais acrescentará mais uma camada de sentido à estruturação em curso. Neste patamar, uma certa racionalidade parece emergir a partir de uma suposta fragilidade comunicativa dos jovens visados: a da ineficácia de um (bio)poder, para utilizar uma expressão de Foucault (2008b) face a um outro poder, muito maior e muito mais bem preparado para o jogo da argumentação e da disputa; da impotência das vítimas de uma falsidade em demonstrarem essa mesma falsidade; do perigo das reações desorganizadas, desadequadas, inconsequentes ou violentas. Destes significados outrora estabilizados, os quais podem tornar-se virtualmente intemporais, surge uma suposta solução:

“Os sentimentos de desânimo, de revolta e de desintegração que poderiam gerar essas experiências podem e devem ser contrariados por uma verdadeira igualdade de oportunidades e pelo reforço de modelos e de lideranças de referência.” (R2)

Encontra-se aqui uma *raison d'être*, traduzível no seguinte: propõe-se uma educação para jovens que sejam uma referência para os seus pares, na expectativa de que, perante situações adversas, a sua ação (individual e coletiva) seja qualitativamente diferente daquilo que já se viu acontecer, consequentemente aportando um impacto diferenciado e benéfico, extensível às suas comunidades.

Partindo destes pressupostos, as diversas fontes demonstram uma ênfase na qualidade da liderança face aos seus contextos, especialmente os mais excluídos ou deprimidos, ao nível económico, social e/ou cultural, passando a assumir-se que esta é uma relação que é tanto mais sinérgica, estreita ou produtiva, quanto maior for a capacidade do líder para se descentrar de si e estabelecer pontes com os outros e o seu entorno. Esta dicotomia é assim descrita pelo seu fundador:

“Para existir transformação social, o papel dos líderes comunitários é essencial. Sem eles não há o fermento que faz levedar a massa. É evidente que o líder por si só não faz nada. É um elemento que pode ser totalmente ineficaz se não for capaz de se ligar à sua comunidade. Mas, também é verdade que uma comunidade sem lideranças é uma comunidade amorfa.” (E4)

Indivíduo e meio: um não existe sem o outro, já o sabíamos. Aqui, porém, pensa-se que o líder é tão melhor quanto maior for o seu autoconhecimento e a sua predisposição para *servir* os outros.

Por um lado, um líder *“tem de se conhecer bem a si próprio, conhecer as suas características, os seus pontos fortes, os seus pontos fracos, a sua personalidade. A forma como interage, como lida com situações de stress, etc. (...) tem de saber e conhecer os seus talentos, e construir a partir deles”* (E4). A partir daqui, a AU assumirá, por princípio, que o conhecimento aprofundado das forças e fraquezas que *“compõem”* cada sujeito provoca uma percepção de maior autoconfiança, e essa é uma das razões pelas quais o processo educativo investe, de sobremaneira, em momentos propícios ao confronto do participante consigo mesmo.

Segundo um entrevistado, isso *“faz-se com, criando-se circunstâncias ao longo do processo educativo (...) vários momentos em que, por exemplo, as pessoas são confrontadas – confrontadas no sentido de desafiadas – a reconhecer as suas próprias capacidades.”* (E1). Assim, a noção de *auto-conceito*¹⁴² poderá adequar-se melhor, de uma forma geral, às ideias que parecem aqui ser veiculadas.

Por outro lado, e de forma concomitante *“no centro do plano de formação e objectivos da Academia Ubuntu está o conceito de liderança servidora”* (R4), através do qual não se pretende concentrar a liderança *“num só indivíduo, na verticalidade hierárquica ou na lógica de poder, mas na capacidade de um ator de um determinado contexto, em registo relacional e interdependente, potenciar as capacidades dos outros em prol do bem comum”* (R4).

Assentando *“na capacidade de gerar consensos e na vontade colectiva de procura de soluções para problemas”* (R4) a comunicação deste acréscimo de sentido não se esgota na transmissão, linguisticamente mediada, de informação, até porque não se encontram

¹⁴² Tal como o define Coimbra (2008: 34) *“refere-se a uma auto-avaliação que pondera uma variedade de autoreacções e crenças, tais como crenças de valor próprio, e percepções mais globais de competência para um determinado domínio, não estando directamente veiculadas a nenhum contexto ou tarefa específica.”*

determinadas a priori as situações concretas, físicas/materiais, sobre as quais se deve aplicar aqueles saberes.

Pelo contrário, reconhece-se a dinâmica infinitamente complexa, variável e indeterminada das situações sobre as quais se poderia, concebivelmente, agir como um líder servidor, ao introduzir-se uma última camada de sentido – o “*bem comum*” (E4) – que, deslocando-se para o domínio do abstrato/simbólico, simultaneamente potencia e condiciona a eficácia comunicativa.

É nesta dimensão, o terceiro processo de elaboração reflexiva de sentido para a AU, que se introduz definitivamente a linguagem simbólica, através da apresentação de um signo a institucionalizar – Ubuntu – que indica e veicula (mas de forma alguma nele se esgota) o que significa, afinal, uma conduta individual enquadrada (e generalizável) enquanto “liderança servidora”.

De forma lata, Ubuntu pode ser considerada uma filosofia prática que coloca toda a ênfase nas relações entre seres humanos, tidas como condição material da existência. No seu centro, como encontra-se:

“A ideia de que a humanidade de um indivíduo se desenvolve numa rede de relações humanas, tal como é capturada no provérbio Zulu que o ajudou a tornar popular (...): *Umuntu ngumuntu ngabantu*, que se traduz sensivelmente por ‘eu sou porque tu és; nós somos porque tu és’” (Ogude, 2019: 17).

Embora este seja um *insight* tão rigoroso quanto esquecido, pelo menos nas sociedades contemporâneas da individualização programada e amplamente institucionalizada (Honneth, 2004), ele não é estranho a discursos filosóficos de outras paragens, inclusivamente ocidentais.

Por exemplo, na coletânea, já referenciada, de James Ogude (2019), vemo-lo em diálogo com o pensamento cristão das sociedades centrais, ou com a noção de *buen vivir* das sociedades indígenas da periferia mundial. E não seria preciso aplicar manobras de contorcionismo para rapidamente se estabelecer um paralelo com a tradição hegeliana do *reconhecimento*, o qual, partindo do pressuposto de que “a identidade do Eu só é possível através da identidade do Outro que me reconhece, identidade que, por seu

turno, depende do meu reconhecimento” (Habermas, 1987: 19-20), forneceu o substrato necessário a todo um conjunto de teorias de *intersubjetividade*¹⁴³ desenvolvidas até aos nossos dias.

Porquê, então, o acolhimento reflexivo deste conhecimento, em detrimento de outros? Avançamos com duas hipóteses que, não sendo mutuamente exclusivas, podem mesmo reforçar-se, uma à outra.

A primeira, também derivada das experiências biográficas do agente desafiado – a intervenção de John Volmink no programa educativo pós-Arrastão inspirou-lhe o *“fascínio por esta abordagem, por esta filosofia. Se quisermos, por esta estratégia política e social (...) [quando] ainda nem sequer sonhava com a ideia de existir uma Academia Ubuntu”* (E4) – poderá ser uma percepção de adequação daquele conceito àqueles que são os designados objetos da intervenção.

A nossa lógica é a seguinte: se o grupo de participantes da AU viesse a ser efetivamente composto por descendentes de imigrantes, e se a sua maioria fosse de origem africana (o que era expectável face à composição demográfica da área metropolitana de Lisboa, à época), então a associação entre ambos os elementos talvez tenha sido relativamente imediata, *“até porque é em África que este conceito Ubuntu surge e que é aplicado”* (E3), eventualmente se intuindo as vantagens da ocorrência de um processo de identificação social (cf. Hogg, 2006), que, a ser eficaz neste contexto, não seria de desprezar.

Neste ponto, uma leitura crítica deve advertir que os efeitos (genericamente) positivos da identificação social (Tajfel & Turner, 1986; Hogg, 2006) não podem permitir obscurecer possíveis indícios da sua instrumentalização¹⁴⁴, nomeadamente quando este

¹⁴³ Que incluem, por exemplo, as de George Herbert Mead (1991, *cit in* Jaeggi, 2013: 123) – “nós somos o que somos através de outros e, por conseguinte, como sujeitos dependemos fundamentalmente (e em sentido que ultrapassa a compreensão instrumental) da sociabilidade e da interação com outros”, ou as de Norbert Elias (1993: 63, *cit in* Mateus, 2011) – “o que neste cosmos humano marca e liga o ser humano singular (...) não são simplesmente os reflexos da sua natureza animal, é sim a sua integração irrevogável no contexto global das suas necessidades e seu comportamento com o de outros homens, com os vivos e os já mortos e, de certa forma, mesmo com os ainda não nascidos. Em resumo, é a sua dependência de outros e a dependência de outros dele, as funções de outros para ele e a sua função para os outros”.

¹⁴⁴ Conforme se depreende pela correlação assim descrita num relatório oficial: “A relação de confiança e interajuda que estabelecem, a identificação com os pares, a partilha de experiências passadas, mas

fenómeno clássico da psicologia social é mobilizado para uma espécie de imersão sociocultural num conjunto de expectativas que, emanando, evidentemente, a partir da estrutura social, passará a recair, como veremos, sobre o grupo de participantes.

A segunda hipótese aventada parte da referência explícita ao conceito de “Ubuntu” enquanto conduta pessoal que “contém em si um estado (ser) e uma ação (tornar-se) que se complementam num modo de estar interdependente” (R4), especulando-se que o projeto educativo em construção poderá ter tido em conta o facto de que, provavelmente os seus mais influentes proponentes e intérpretes (ie. Desmond Tutu e Nelson Mandela) são figuras públicas contemporâneas, cujas biografias têm vindo a ser amplamente analisadas, sob diferentes ângulos e suportes, incluindo pelas indústrias culturais.

Descontando a análise crítica à utilização dos mitos para fins pedagógicos ou similares – algo que já aqui fizemos (Cf. Capítulo 3) – deve ser destacado, por ora, que a evocação prático-simbólica da filosofia Ubuntu completa o processo de aquisição de sentido da nova estrutura. Pode até constituir-se como putativo meio simbolicamente generalizado da AU.

Acrescentando ao que já ficou registado (Cf. Capítulo 2), relembramos que os meios simbolicamente generalizados são configurações de sentido particulares¹⁴⁵, através das quais se torna possível simbolizar (ou autonomizar dos contextos) e generalizar (estabilizar socialmente) as motivações, processando a síntese das seleções comunicativas, facilitando a comunicação e oferecendo enquadramentos institucionais favoráveis aos acoplamentos sistémicos (Luhmann, 2005a; 2012).

também de vivências e responsabilidades, proporciona-lhes união, aprendizagem cooperativa, identificação positiva, estímulo e orientação. (...) O sentimento de pertença a um grupo provoca efeitos ao nível pessoal e comportamental, na medida em que fornece um lugar seguro para aprender novos conhecimentos, experimentar novos comportamentos: a aceitação dos outros da expressão das suas ideias reduz a ansiedade, liberta energias para atingir os objectivos.” (R2)

¹⁴⁵ Ainda de acordo com o mesmo autor, contam-se, de entre aqueles mais importantes, a Verdade, o Poder, o Amor e o Dinheiro, que assim se constituem como referentes comunicacionais unificadores das experiências individuais e em torno dos quais se estruturam os mais importantes sistemas sociais.

A esta luz, “Ubuntu” pode vir a ser o meio simbolicamente generalizado da AU, até tendo em conta a comum aplicação à linguagem construída e apropriada no decurso da sua evolução, como por exemplo “*é suposto isto ser Ubuntu*” (E12) ou “*não vou lá com aquele discurso Ubuntu*” (idem).

Faltará, contudo, clarificar como este sentido foi integrado numa estrutura apta a socializá-lo. Que organizações foram aqui envolvidas? Que relações foi preciso estabelecer? Quem implementou e executou o programa educativo? Como se deu, enfim, o início de uma organização dotada de tal projeto de sentido?

5.2 O “início” de uma organização.

Quanto ao papel de fiel depositário da confiança e dos recursos da FCG, esse coube ao Instituto Padre António Vieira (IPAV), uma OTS cuja missão, segundo consta do seu web sítio, é “intervir na defesa e promoção da dignidade humana, através da inovação social, do diálogo intercultural e da solidariedade em Portugal e no Mundo.”¹⁴⁶

Quando os motivos da entrada do IPAV como entidade promotora da AU foram indagados, uma das respostas foi a seguinte:

“[A Academia UBUNTU foi] o primeiro projecto assim que foi desenvolvido, que foi na área em que se pretendia que a organização [IPAV] trabalhasse (...) Sendo que esta temática da diversidade cultural; da exclusão social por razão da origem de uma minoria; a questão da pobreza; a questão da igualdade de oportunidades... São tudo temas que nos mobilizam muito e que evidentemente fazem parte do nosso ADN, da nossa identidade enquanto IPAV.” E4

Desde logo, encontra-se aqui plasmada a remissão desta organização à função social do sistema social a que pertence: a inclusão social. Assim que o “desafio” é observado como enquadrável nos parâmetros da sua putativa ação, uma primeira condição para um acoplamento estrutural é constituída.

¹⁴⁶Disponível em <http://www.ipav.pt/index.php/ipav>, acedido a 14/08/2013

Pese embora se possa aceitar que a motivação principal para a adesão a este projeto conjunto seja de elevada ordem ético-moral, não deve ser ignorada a possibilidade de que a oportunidade de “fechar” um novo e aliciante projeto possa ter sido representada como uma junção feliz entre opções normativas de governança interna e a aparentemente crónica dependência de recursos (cf. Capítulo 2).

Diga-se ainda, de passagem, que esta representaria uma fonte não despicienda, num espaço-tempo, à altura, pouco confortável para as OTS, *“tendo em conta uma concorrência brutal que existe do TS (...) de gente atenta a tudo o que seja qualquer oportunidade de obter financiamentos, que hoje em dia são completamente escassos”* (E3).

A isto podemos ainda adicionar uma cultura organizacional sensível ao cariz “radicalmente inovador” que se pretendia para a proposta, à qual não será alheio o pensamento estruturado do seu diretor-executivo (desde 2008, dois anos antes, portanto, da AU) sobre temáticas da IS¹⁴⁷.

Relembrando a predileção desta formação discursiva pela relação entre empreendedor social e stakeholders (cf. Capítulo 2), e admitindo que o alinhamento prático-discursivo entre abordagens socialmente inovadoras, dirigidas à exclusão social e à juventude, providenciou a ponte comunicativa, ou acoplamento estrutural no léxico luhmanianno, para que fosse definitivamente estabelecida a relação estrutural entre a FCG e o IPAV, estamos perante a circunstância de ter sido ratificada uma “congruência” (Archer, 2016: 84) entre as propriedades do “desafio” inicial, e os projetos individuais e organizacionais daqueles que viriam a encarregar-se de o ativar.

¹⁴⁷ Aqui numa passagem do seu livro intitulado “Esperança em Movimento”: “Muitas vezes, perante problemas crónicos de (in)justiça social repetem-se as mesmas soluções, sem tentar procurar novos caminhos. Faz-se o que sempre se fez, não se ambicionando novas abordagens que possam acrescentar valor. A inovação social, que agora começa a entrar sistematicamente na agenda das organizações solidárias, deve constituir uma permanente ambição. Não que inovar por inovar seja bom em si mesmo, ou que por outro lado, se deva deitar fora soluções consolidadas e eficazes só porque são antigas. Nada disso. Com equilíbrio e bom senso é possível somar inovação à tradição, numa permanente reconfiguração das respostas sociais em função de níveis superiores de inclusão e coesão sociais. Esse é o verdadeiro desafio que deve estar no topo das nossas prioridades” (Marques, 2009: 75).

Sobre esta congruência, e respetivos entendimentos, parece impor-se um processo de diferenciação interna da AU, o que é indicativo da generatividade deste ciclo morfogénico. Um dos seus efeitos principais é a constituição de três sub-unidades funcionais, encarregues, desde logo, de institucionalizar o sentido construído anteriormente, e assegurar a tomada de decisão, nomeadamente: (a) *Conselho consultivo*; (b) *Coordenação* e (c) *Equipa técnica*.

Intuindo que esta opção foi tomada de modo a tornar mais eficaz a ação comunicativa e a operacionalização programática, vejamos em que consiste cada um destes novos centros decisórios, e que ramificações quedam expostas a partir da sua constituição, antes de refletirmos sobre os seus modos específicos de articulação.

A primeira sub-unidade – o *Conselho consultivo* – é uma estrutura de governo, justificada com a necessidade de haver uma estrutura interna capaz de “*apoiar a equipa técnica na definição do programa pedagógico da Academia [Ubuntu]*” (R1). Integrando Luísa Valle, à data no cargo de “diretora de projeto” da FCG (no que encaramos como um sinal da influência que aquela organização pretendia exercer sobre as atividades e evolução da AU) ou Pedro Calado, à data coordenador do “Programa Escolhas” (conhecido dos intervenientes e decisor de topo de uma importante reserva de recrutamento de participantes), este grupo de aconselhamento, eventualmente ao estilo de um *advisory board*, incluiu quer peritos na área das Ciências Sociais, quer atores de alto nível de responsabilidade e influência no TS.

É provável que o papel de cada membro se restringisse à chamada governança organizacional, com responsabilidades limitadas nas operações que viriam a ser delineadas e executadas. Então, para se relacionar efetivamente a esta dimensão, é constituída uma equipa de *Coordenação*, sendo que no seu âmbito, integra-se o já referido Rui Marques, no papel de coordenador-geral, assim como a já mencionada Francisca Assis Teixeira, no papel de coordenadora-adjunta.

Aparentemente, emana desta sub-unidade uma “*liderança forte e uma organização que funciona, [que] permite que as pessoas se vão sentindo donas do próprio projeto e que faça sentido.*” (E5). Enquanto estrutura intermediária, influenciam a governação e ao

Conselho consultivo vão prestando as primeiras contas, simultaneamente propiciando a inclusão de outros quadros do IPAV para desempenharem papéis mais específicos, ligados à operacionalização.

Falamos, nomeadamente, de Pedro Salgueiro, Raquel Pereira e Rui Nunes, que integraram a *Equipa técnica*, um órgão encarregue de vir a co-construir o processo educativo e de coadjuvar nas dimensões de logística, registo audiovisual das sessões e dinamização da vertente tecnológica.

Os agentes assim constituídos refletem, por um lado, sobre o programa educativo e vão detalhando algumas das suas especificidades, subsumidas na opção por um modelo de educação não-formal. Prefigurando uma lógica indutiva, as razões subjacentes a esta opção descortinam-se não apenas pela afinidade com aprendizagens de índole ético-moral que este modelo educativo, em particular, se afigura apto a apresentar, mas também porque se pretendia *“responder ao máximo às necessidades que nós depreendemos e aos desejos de quem vamos trabalhar”* (E2) e obedecendo a *“uma preocupação enorme de adequar a oferta à procura”* (idem).

Contudo, ao invés da fundamentação se encontrar nas práticas mais comuns da educação para o ES, ou até naquele que parece ser um dos seus propósitos mais substantivos (cf. Capítulo 4), ela repousa sobretudo numa distinção, por contraste, face aos modelos, estruturas e processos do ensino tradicional, porque *“baseado[s] nas experiências de terreno, em realidade, experimentação e vivências”* (E5), e *“por se distinguir claramente de uma formação centrada na teoria, apresentando uma componente prática com aplicação nos contextos onde trabalham e nas suas próprias vidas.”* (R3).

Como se depreende, a vertente pedagógica ganhava forma e conteúdo à mesma velocidade com que as sub-unidades estruturais laboravam na procura pelo estabelecimento de relações externas, desde logo por dizerem respeito a duas necessidades cruciais, por um lado a constituição de um grupo de participantes do projeto educativo e, por outro, o acolhimento físico das práticas sociais.

De forma a suprir a primeira necessidade, e apontando “à maior abrangência de destinatários possíveis na zona de Lisboa” (E1), foi encetada uma aproximação a *organizações informantes*, denominação vaga para um conjunto de “130 instituições (entre elas escolas, associações de emigrantes, desportivas e/ou culturais, juntas de freguesia, projetos do “programa escolhas”)” (R3), investidas da função e responsabilidade de identificar e recomendar jovens em cumprimento de determinados pré-requisitos.

Para além de uma “baliza” etária de juventude situada entre os 18 e os 35 anos de idade, foram utilizados critérios¹⁴⁸ como o “elevado potencial de liderança” (R2) “a motivação, a disponibilidade e maturidade dos candidatos” (R3) manifestada numa “firme determinação de cumprir todo o programa” (R2) e a proveniência a partir de “circunstâncias ou contextos vulneráveis” (R2).

Desempenhando um papel mediador indispensável no seio da estrutura da AU, as *organizações informantes* promoveram e avalizaram as candidaturas, tornando-se assim coprodutoras do projeto educativo. Contudo, esse facto acarreta importantes condições para a ação da AU, essencialmente por duas vias.

A primeira intui que as relações agora estabelecidas (senão todas, a maior parte) já existiam sob outras formas e com outros propósitos – “selecionar pela bola de neve” (E1) implica isso mesmo – isto é, seriam relações interorganizacionais pré-existentes. A ocorrência de uma transposição de redes e parcerias indicaria não apenas um exercício de poder sobre 130 organizações “investidas” de uma dada tarefa, mas também um padrão de relacionamento cuja função depende de uma *compreensão* necessariamente seletiva da informação comunicada (Maurer, 2012).

Pretendemos, assim, fundamentar o seguinte: se uma apreciação objetiva/substantiva da informação é altamente improvável, especialmente quando a mesma envolve quer

¹⁴⁸ De referir ainda que o critério relativo a qualificações académicas se encontra duplamente ausente: quer nos critérios de admissão quer ao nível da certificação (a conclusão do programa é simbolizada por um diploma que não granjeia ao seu detentor qualquer grau académico). Conclui-se que o projeto educativo se encontrava aberto a candidatos possuidores de qualquer grau académico.

uma noção tão vaga quanto “perfil de liderança”, a ser aferida em potência e *ex-ante*, quer um processo de categorização étnica com inerentes dificuldades e notórios dilemas¹⁴⁹ (Mateus, 2013) então uma comunicação bem-sucedida expressa um certo alinhamento prático-discursivo; e uma vez que este é acionado por 130 relações estruturais individualmente consideradas – quantidade que parece elevada, mas não esgota, certamente, o universo de associações, escolas, projetos e entidades públicas da região metropolitana de Lisboa – ele traduz, necessariamente, um viés de preferência, já que exclui várias outras organizações (eventualmente com práticas e discursos contrastantes) da sua configuração estrutural.

Mesmo admitindo que tal viés é diminuto (e, até certo ponto, inevitável), quedamo-nos com a percepção de que o condicionamento estrutural desta fase da AU se encontra tanto na substância, quanto na formalidade funcional da sua existência. Isto é, as relações externas entre a AU e as *organizações informantes* resultam numa pressão para que haja uma propriedade emergente consentânea com a função social dessa “parceria”, isto é, para que daí surja (pelo menos) um participante. Se o mesmo não surgisse, a responsabilidade seria atribuível à organização informante, pelo que seria sempre preferível selecionar alguém do que ninguém, independentemente do seu grau de adequação ao “perfil” requerido.

Por outro lado, seguramente se compreende que a exequibilidade do projeto educativo passava também pela disponibilidade de um contexto físico para a intervenção, algo que por si só a AU não conseguia ainda prover. Desta tarefa encarregar-se-á Rui Marques, a outra metade da *Coordenação*, e a sua intencionalidade é, neste aspeto, contraintuitiva, pois se é verdade que “*qualquer espaço servia [para] ter um grupo, em sala*”, também se percebeu que “*estar num contexto de academia era interessante*” (E4).

¹⁴⁹ Partilhando das reservas e interrogações expostas por Mateus (2013), se as categorias, taxonomias, nomenclaturas ou classificações são construções sociais, de que forma as mesmas espelham a perspetiva, posição e poder daqueles que as constroem e utilizam? Como analisar os processos de produção/reprodução da alteridade que lhes estão subjacentes, sem neles participar? Como evitar a estigmatização de um determinado grupo se a base para o seu reconhecimento e inclusão é precisamente o reconhecimento desse estigma? Estas são, eventualmente, algumas das questões que assumem centralidade num debate deste tipo.

Com efeito, cumpre-se mais um momento importante com a entrada em cena, enquanto *relação externa necessária*, da Universidade Católica Portuguesa (UCP), uma organização portuguesa privada de índole académica¹⁵⁰ que, num primeiro momento, e na medida em que não havia “*espaço logo à partida configurado*” (E5), providencia o acolhimento físico ao programa educativo.

Aquele espaço parece providenciar a oportunidade ideal para subverter, de certa forma, os significados e regras ali partilhados, quer no que diz respeito à tradição escolástica de transmissão do saber, quer sobretudo ao direito de admissão reservado aos próprios alunos universitários que, especialmente no caso da UCP, são seguramente, e na sua maioria, provenientes de estratos socioeconómicos privilegiados. Todavia não esgotamos, por ora, o papel que esta organização foi adquirindo e negociando na AU ao longo do tempo.

Optamos antes por vincar a assunção, a título gratuito, de uma função essencial para as atividades da AU. Facto a que não deverá estar alheia quer a proximidade histórica entre esta organização e Rui Marques¹⁵¹, quer a existência de uma outra relação contingente

¹⁵⁰ Que, segundo a sua autodescrição “é a primeira universidade portuguesa moderna que não foi instituída pelo Estado mas sim pela Igreja católica, ao abrigo da Concordata de 1940 entre o Governo português e a Santa Sé. (...) Data de 1967 e o reconhecimento oficial de 1971. (...) Reconhecida pelo Estado como instituição universitária livre, autónoma e de utilidade pública. (...) Uma comunidade académica que contribui para a defesa e o desenvolvimento da pessoa humana e do seu património cultural mediante a investigação, o ensino e os serviços prestados (...) procura aliar excelência académica e formação para os valores. (...) Uma presença no mundo universitário português que se caracteriza por uma visão cristã do homem, dando um contributo específico ao conjunto dos conhecimentos (...) Que, em 45 anos de existência, concedeu graus a mais de 20.000 alunos”. Disponível em <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplportalpag.asp?sspageID=5&lang=1> acedido a 02/09/2013

¹⁵¹ Foi aqui, na Faculdade de Ciências Humanas da UCP em Lisboa que este ator completou, entre 2002 e 2004, o seu mestrado em Ciências da Comunicação e Indústrias Culturais. Disponível em: <http://www.essa.pt/portal/wp-content/uploads/2016/09/Rui-Marques-CV-PT-versao-longa.pdf> acedido a 01/03/2018.

e com história, desta feita académica¹⁵² tanto quanto de amizade e estima pessoal¹⁵³ entre aquele e Roberto Carneiro, figura pública e quadro da UCP¹⁵⁴.

Com funções, deste e de outros modos, satisfeitas, e um sentido pronto a ser socializado, a AU encontrava-se dotada de organização, pronta para iniciar as suas operações e abrir portas aos seus participantes.

5.3 A “Operação ‘Ubuntu’” – Da função ao domínio do simbólico.

Como ficou patente, antes de qualquer prática educativa per se, existia já toda uma trajetória na AU determinante, em parte, daquilo que viria a acontecer. Por exemplo, se é defensável afirmar que as opções tomadas quanto ao recrutamento de participantes acarretam uma dose considerável de variabilidade e acaso, o posterior processo de seleção trataria de (tentar) clarificar a quantidade e qualidade das (in)congruências.

Encarregue de o levar cabo, primeiro através da avaliação a uma carta de apresentação/motivação (que era requerimento formal) e depois através da condução

¹⁵² Ambos colaboraram em pelo menos uma publicação académica incidindo sobre o tema da educação: Marques, Rui (2001) “O Centro da Educação” in Carneiro, Roberto (coord.) “O Futuro da Educação em Portugal – Tendências e oportunidades. Um Estudo de reflexão prospectiva”, Tomo IV, Ministério da Educação, Lisboa. Disponível em: <http://www.essa.pt/portal/wp-content/uploads/2016/09/Rui-Marques-CV-PT-versao-longa.pdf> acedido a 01/03/2018.

¹⁵³ A comprová-lo, a seguinte passagem “Assim nascia o Observatório da Imigração (...) E essa obra deve-se essencialmente à capacidade de direcção estratégica e coordenação de Roberto Carneiro. A sua disponibilidade para colaborar no ACIME [atual ACIDI], desde o início, foi absolutamente essencial para o trabalho realizado. Conhecíamos-lo bem, pois tem sido um companheiro de percurso nestas etapas de construção da esperança. A sua inteligência analítica muito fina, a capacidade inesgotável de trabalho e o brilhantismo na oratória, compõem uma qualidade humana que faz de Roberto Carneiro uma figura ímpar na sociedade portuguesa que, como tantas vezes acontece, o país tem sabido aproveitar mal.” (L1, pp. 116-117)

¹⁵⁴ No seu CV público lê-se o seguinte: “Roberto Carneiro é Professor Associado da Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Humanas e Faculdade de Educação e Psicologia – onde dirige os seminários de doutoramento e mestrado em Ciências da Comunicação e leciona nos seminários de doutoramento e mestrado em Ciências da Educação. Na mesma Universidade preside [desde 1985] ao Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.”. Refira-se ainda que desempenhou, no sistema político, as funções de “Secretário de Estado da Educação (1980/81), Secretário de Estado da Administração Regional e Local (1981/83) e Ministro da Educação (1987/91).” Estas e outras informações encontram-se disponibilizadas em: <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/CEPCEP/CV-Rcarneiro.pdf>, acedido a 25/01/2018.

de entrevistas individuais – momentos que “assumem para alguns jovens um papel fundamental no seu percurso na Academia, sobretudo pela reflexão provocada e frontalidade no contacto” (R3) – esteve a coordenadora-adjunta. Na medida em que, dir-se-ia para tudo, o número de participantes tinha um limite máximo, a ação de uns e outros passa a ser condicionada (restringida ou capacitada) também por este crivo amplamente subjetivo.

Para a primeira edição da AU foram recebidas 150 candidaturas, tendo sido abertas exceções pontuais quanto à baliza etária previamente assumida. E daquelas foram aceites apenas 27,3%, que viriam a formar um grupo de participantes constituído por 41 sujeitos, dos quais 30 tinham completado, no máximo, o ensino secundário. Este grupo foi caracterizado, num relatório de avaliação externa, do seguinte modo:

“É possível concluir que em termos sócio-familiares, os participantes pertencem na sua maioria a famílias numerosas, com uma situação económica frágil, residentes em bairros sociais. Destaca-se o facto de pertencerem, na maioria, a famílias monoparentais. (...) A maioria dos participantes colabora ou já colaborou no âmbito de projectos sociais, enquanto participantes, voluntários ou como profissionais.” (R3)

Repartido de forma relativamente equitativa por ambos os sexos, e com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos, talvez nenhuma das propriedades emergentes até agora descritas seja uma variável tão decisiva e condicionante quanto esta, que mostrou que era real, tinha rosto(s) e história(s).

A 30 de outubro de 2010, de forma voluntária e sem qualquer obrigação tácita ou explícita que não seja o do “sentido de compromisso através da frequência assídua aos seminários e atividades, bem como na participação empenhada nas tarefas e nos desafios lançados regularmente” (R4) os participantes da primeira edição da AU iniciam *de facto* o programa educativo, o qual viria a desdobrar-se em “sessões quinzenais, com duração média de seis horas por sessão” (R1).

Pode afirmar-se que o formato prototípico destas sessões consistia nos chamados *seminários*. Ocorrendo, geralmente, num contexto de sala disponibilizada pela UCP,

estes implicam sempre o debate e reflexão sobre determinadas figuras históricas (E.g. Nelson Mandela, Martin Luther King ou Madre Teresa de Calcutá), cujas condutas se podem situar num plano ético, moral e normativo “superior”.

A apresentação de líderes e estilos de liderança como fonte de inspiração (e emulação) é algo que os autores do ES passaram a favorecer, como vimos, a dado ponto (Cf. Capítulo 2). Neste contexto, o sentido é fundamentalmente o mesmo, embora as particularidades da AU desaguem numa “liderança servidora” compatível com as qualidades Ubuntu.

Porém, deve dizer-se que este é um substrato que não se encontra presente noutros tipos de seminário, nomeadamente aqueles que versam sobre temas específicos relacionáveis ao sentido da AU (e.g.: seminário “Comissão verdade e reconciliação”, de 9 de abril de 2011, ou ainda o seminário “Diversidade, tolerância e preconceito”, de 2 de julho de 2011), e menos ainda em seminários cujos títulos (E.g.: “Gestão de conflitos e negociação, de 27 de novembro de 2010; “Gestão de projetos”, de 2 de abril de 2011; “Liderar e comunicar: como falar em público” e “Como organizar um evento”, ambos desenvolvidos a 18 de junho de 2011) remetem para uma pedagogia de competências assumidas como *“mais técnicas (...) que também podem ser salpicadas no meio dos momentos que não falam tanto à emoção, mas mais à razão”* (E5).

Paralelamente, o programa educativo, na sua primeira edição, contemplou outro tipo de sessões conjuntas, envolvendo outros formatos e técnicas pedagógicas. Por exemplo, os *ateliers* da AU consistiram em experiências diversificadas de observação e prática de atividades, mais frequentemente ligadas às áreas artísticas e desportivas, das quais se espera uma ligação a conhecimentos e insights valiosos para a construção de lideranças (servidoras).

Noutra instância, tais objetivos foram perseguidos de forma diferente, em *fins-de-semana residenciais* nos quais, como o próprio nome indica, ao longo de um fim-de-semana passado gratuitamente numa unidade hoteleira, os participantes foram expostos a situações (intencionalmente ou não) propícias ao desenvolvimento de determinadas condutas individuais e coletivas, fazendo-se pleno uso dos meios de

comunicação diversificados¹⁵⁵ que são apanágio quer da educação formal, quer do programa educativo da AU.

A primeira sessão da primeira edição da AU foi precisamente um atelier – “O judo e a liderança”, dinamizado por Nuno Delgado, ex-atleta olímpico e membro do Conselho consultivo da AU¹⁵⁶. Duas semanas depois, ao segundo encontro da AU (13/11/2010), houve lugar a um *fim-de-semana residencial*, apresentando como pretexto formal a reflexão sobre Nelson Mandela e temáticas acostadas à sua vida e estilo(s) de liderança. Ambos os eventos, reproduzidos numa edição posterior, foram alvo da nossa observação participante (Cf. Anexos F1 e F2).

Este exercício metodológico foi, em grande parte, aquilo que nos permitiu enquadrar devidamente algumas dimensões relativas à operacionalização (dos sentidos) da AU.

Uma primeira, digna de relevo, é a introdução de novos atores no processo de ensino-aprendizagem e, como consequência, no próprio processo de estruturação aqui em análise. Numa lógica colaborativa, pautada pela aparente facilidade em “*criar parcerias à volta de uma ideia*” (E2), vão sendo estrategicamente estabelecidas relações (ao longo do programa educativo, mas aparentemente previstas desde o seu início¹⁵⁷) que podem ser categorizadas numa sub-unidade própria – a dos *convidados*.

¹⁵⁵ Sendo apenas uma das vertentes de um processo de ensino-aprendizagem que deve surgir como novidade relativamente aos diversos percursos escolares de cada um dos participantes, parte dos elementos que compõem aqui a novidade passam pela integração de tecnologias da web 2.0 (E.g.: redes sociais, websites, *wikis* e outras plataformas de partilha de conteúdos), em conjunto com meios audiovisuais não específicos ao terreno da educação e formação como os filmes de longa-metragem, e ainda outros materiais analógicos, tais como guiões interpretativos e livros.

¹⁵⁶ No seu CV resumido é possível ler-se: “Licenciado em Ciências do Desporto pela Faculdade de Motricidade Humana (...) Nuno Delgado é considerado o melhor judoca de sempre em Portugal, tendo alcançado o ponto mais alto da carreira nos Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000, prova onde conquistou pela primeira vez para a modalidade uma medalha de bronze, tendo sido, no mesmo ano, distinguido com a Medalha de Honra ao Mérito Desportivo. (...) Actualmente é o mentor da Escola de Judo Nuno Delgado, um projecto de cariz desportivo e social.”. Disponível em <https://www.nunodelgado.net/nuno-delgado/> acedido a 12/05/2013.

¹⁵⁷ Como a seguinte passagem assume: “De facto, desde o início que a equipa coordenadora definiu como uma das estratégias da Academia, o envolvimento de convidados de grande prestígio e/ou qualidade científica para a realização de conferências e seminários, com vista a proporcionar aos jovens uma experiência inédita de contacto e aprendizagem com figuras de relevo, valorizando, dessa forma, o próprio grupo.” (R3).

A primeira edição da AU viria a contar com a presença de 18 atores ali enquadráveis, fosse em seminários e fins-de-semana residenciais, ou até em espaços dedicados ao seu exclusivo efeito, descritos como “conferências temáticas dinamizadas por convidados, incluindo período de perguntas e respostas (...) indicadas como momentos chave (...) sobretudo pela mais-valia dos diferentes convidados, pela diversidade das áreas de conhecimento abordadas e por se tratarem de pessoas importantes e influentes em Portugal.” (R3).

Então, ancoradas em figuras públicas (na sua maioria, de alto impacto mediático), oriundas dos mais diversos contextos socioprofissionais (da religião ao jornalismo, passando pelo desporto e pelas artes), tais relações podem ser chamadas de *contingentes*, porque baseadas no “*network pessoal do Rui Marques e numa credibilidade pessoal*” (E1). Porém, também seria possível argumentar que tais relações são *necessárias*, no contexto evolutivo da AU, tendo em conta não apenas o facto de que as diferentes biografias e características de pessoalidade se julgam útil à transmissão de certos conhecimentos, mas também o valor, subjetivo e intangível, que aparentemente é criado a partir das interações com os participantes.

Noutro quadrante, pode dizer-se que, no decurso deste ciclo em análise, grande parte das situações sociais observadas detêm uma forte componente simbólica e performativa, capaz de operacionalizar, de facto, determinados sentidos – e isso foi amplamente verificado em diversas circunstâncias, na AU – o que nos poderá levar ao terreno da construção das utopias (Burrell & Dale, 2002), ou até especular sobre se a AU se constitui, deste modo, numa “utopia real” (Wright, 2009), isto é, uma configuração institucional “que corporiza uma determinada alternativa emancipatória aos modos de organização social dominantes” (idem: 1).

Contribuindo para estes efeitos, podemos igualmente salientar os espaços físicos/geográficos que acolhem as práticas educativas. Neste caso, o objetivo de “selecção cuidada do local e preparação da logística de apoio para que a acção em si mesmo (para além do tema) tenha um carácter pedagógico” (R1) parece verter-se numa possibilidade de produção diferenciada do ser e do fazer (Lefebvre, 1991).

Nesse sentido, o espaço contribui para a construção da “utopia real” sempre que, ele próprio, se apresenta aos envolvidos como uma heterotopia – uma noção foucauldiana (cf. Crampton, 2007) que usamos para designar um contra-espço subversivo e interativo, capaz de interromper a normalidade do espaço quotidiano pela profunda inversão das práticas e relações sociais aí inscritas.

Exemplificando: quando o grupo de participantes da primeira edição se deslocou à sede da FCG (18 de junho de 2011) e foi recebido pelo seu presidente e outros dignitários (posteriormente passeando pelos seus magníficos jardins, usufruindo da sua beleza e interagindo com os seus frequentadores habituais), pode dizer-se que aquele espaço inverteu, ainda que momentaneamente, as relações sociais (de poder) que habitualmente representa, tornando-se, por via da descontinuidade, num território fecundo em novas possibilidades para os sujeitos.

Outras experiências heterotópicas viriam a proporcionar-se via AU, numa demonstração de amplitude assinalável, e das quais se destacam as visitas a um bairro *guetizado* da Grande Lisboa, ao Palácio de Belém¹⁵⁸, ou às favelas do Soweto¹⁵⁹.

Estes são claros indícios de que a evolução da AU, neste ciclo morfogenético, se apoiou fortemente numa matriz prático-simbólica orientada por uma educação não-formal capaz de “entregar” experiências subjetivamente percecionadas como diferentes e (potencialmente) transformadoras. Tal só foi possível na medida em que as práticas sociais foram dotadas de uma lógica e linguagem específicas, e sagazmente abordadas (e amplificadas) por via de técnicas pedagógicas eficazes, de uma hábil gestão de espaços e tempos, bem como da profusa utilização de elementos simbólicos¹⁶⁰. Os resultados repercutem-se, evidentemente, ao nível social e até individual.

¹⁵⁸ Reportamo-nos ao “dia Mandela”, então comemorado a 18 de julho de 2011, que é a data em que uma delegação da AU é recebida no Palácio de Belém pelo Presidente da República em funções, Aníbal Cavaco Silva (cf. R1).

¹⁵⁹ Aqui, referimo-nos à viagem intercontinental à África do Sul, enquanto espécie de despedida do programa educativo da AU, naquele que se apresenta como (outro) momento-chave, carregado de simbolismo, para os participantes que o concluíram (cf. R1).

¹⁶⁰ Note-se que, a todos os participantes, foram disponibilizados, a título gratuito, objetos alusivos à AU, tais como crachás, cadernos, mochilas ou *t-shirts*.

A cada evento que se sucede, os atores parecem contagiados por algo que coletivamente os impele (ou eleva) para um tipo de intersubjetividade genuinamente dócil, afável, e sim, pode dizer-se, afetuosa. Poderá dizer-se que a evolução da operacionalização da AU está positivamente relacionada com uma crescente maestria simbólica da prática social, evidenciada por parte dos participantes.

A partir de uma leitura do conceito de *maîtrise symbolique* proposto por Bourdieu, José Madureira Pinto (2007: 48) exorta-nos, a propósito da “multiplicidade de determinações sociais da reflexividade”, a tomar em devida conta os “instrumentos de domínio da prática (...) [que] remetem para formas de competência e para capacidades de monitoração que os agentes accionam no processo de produção das práticas” (idem: 33), daí colocando em relevo aqueles onde “é pressuposta uma relação com a prática mediada por operadores simbólicos e, eventualmente, formas discursivas mais ou menos elaboradas” (ibidem).

É certo que a nossa avaliação deste processo de inculcação de sentido também não é outra que não subjetiva, e aferida menos por trocas linguísticas verbais, do que pela linguagem não-verbal que uma ou outra situação possibilita.

Contudo, ou adicionalmente, a disseminação de determinados padrões ou exigências de responsabilidade pessoal e coletiva¹⁶¹ – que vão desde a pontualidade como “*hábito que se vai criando*” (E5), ao “*saber em cada momento comportar-me*” (E5), passando pelo “*gosto pelo arrumo [e] pela limpeza [que] também se educa*” (E2), ou ainda pelas constantes demonstrações de gratidão, vertidas no “*gesto habitual, sempre, que é: ninguém passa na Academia [Ubuntu] sem ser agradecido e sem levar uma lembrança*” (E5) – atesta a existência de uma estrutura social investida na produção, circulação e

¹⁶¹ Porque, não nos esqueçamos, este é um programa (educativo) onde, por conseguinte, se tenta moldar atitudes e comportamentos de forma ativa e consciente: “aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal” (R4); e “aprender a viver juntos desenvolvendo a compreensão do outro e a perceção das interdependências — realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos — no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.” (R4) são passagens que ilustram o sentido de responsabilidade individual pela integração num coletivo, da seguinte forma sintetizado: “(...) emergência de “uma nova identidade” – e toda uma consciência acrescida do que significa, para cada um, ser responsável, sentir-se responsável e agir responsável.” (R3).

inculcação de um sentido prático-simbólico, que, em última análise, deve ser apropriado pelos participantes, e vertido para as suas próprias atitudes e comportamentos.

Por um lado, a comunicação da AU apresenta-se complexa, constando no seu cardápio de funções a invocação de “uma dialética entre identidade pessoal e social” (Archer, 2002, *cit in* Fuchs, 2009: 13) que, para a maior parte dos envolvidos, parece redundar numa acrescida “*capacidade de confiar e (...) ser confiável*” (E1).

Esta invocação mediada, que afasta da equação a simples espontaneidade reflexiva, reflete-se então na emergência de uma espécie de identidade social “ubuntu”, sendo (também) esta nova pertença social/grupal que transforma a organização num lugar “seguro para aprender novos conhecimentos, experimentar novos comportamentos” (R4), num locus de “união, aprendizagem cooperativa, identificação positiva, estímulo e orientação” (R4) e, por que não, numa instituição que promove o “*crescimento mútuo*” (E3).

Por outro lado, ao provocar efeitos comportamentais (como, por exemplo, a cordialidade) que se estendem a outros atores, a outros tempos, e inclusivamente a contextos (grupais) fora do âmbito da AU, o programa educativo da AU afigura-se potente naquilo que se refere à emergência de um *mim*, para utilizar o conceito de George Herbert Mead (1992), isto é, uma internalização das convenções, dos papéis, atitudes e expectativas projetadas por um dado grupo social, e processado na matriz intersubjetiva, interativa e simbólica de uma dada situação social.

O que se enfatiza, neste momento, é que se tal fenómeno é aparentemente propício ao desenvolvimento de determinadas competências, designadamente no domínio do saber-ser e/ou saber-estar, também sucede que a internalização das normas, papéis e expectativas (neste caso, inscritas na AU) pode detonar determinados conflitos internos, no caminho das reconstruções de pessoalidade que elicita, e consoante a estrutura das situações sociais que os provocam.

Por outras palavras, o *mim* que emerge a partir da frequência na AU, e da participação plena na sua comunicação específica, pode tornar-se, a dado ponto, alvo de questionamentos vários. Pode suscitar resistências ou até mesmo a rejeição explícita,

violenta, definitiva. Aliás, isso mesmo parece ter acontecido quando, três meses após o início da AU, “se deu um dos momentos mais marcantes (...) uma grave crise no grupo, com a saída de alguns elementos (...) [que] representou ao mesmo tempo um momento de viragem, pela oportunidade de readaptar metodologias e de responder às necessidades sentidas pelos próprios jovens” (R3).

Algo bem diferente de uma situação social na qual “*as pessoas são confrontadas – confrontadas no sentido de desafiadas – a reconhecer as suas próprias capacidades*” (E1), apontamos aqui à existência de um conflito interior diferente e que se externalizou para todo o grupo¹⁶².

Colocando-se um desafio de difícil gestão – porque alguns participantes (12, para ser exato) não integraram o novo *mim* e, como tal, desistiram da participação na AU – recorreu-se à metodologia da educação não-formal quer para redescobrir o “enfoque no educando, na sua história de vida, percurso, competências, limites e potencialidades” (R4). Em consonância, escolheu-se mobilizar uma nova técnica pedagógica: a partilha de histórias de vida, consistindo estas nos testemunhos pessoais que “*passam a ser tema central da formação que se está a desenvolver*” (E4).

Aqui dá-se uma inflexão no percurso evolutivo da AU, uma desestabilização das certezas até aí adquiridas, para endereçar aquilo que, até então, parecia não ter sido endereçado: “a opção de dar a voz” (R3) a quem se assumiu, desde o início que não tinha voz (*vide* construção de sentido “pós-arrastão”).

Seguindo a nomenclatura de Fernando Canastra (2009: 5) aplicada a uma sociologia da educação, dir-se-ia que a AU passou a contemplar uma “abordagem biográfico-narrativa (...) de tipo experiencial” que consiste, basicamente, na preparação e comunicação, perante o grupo de participantes e demais atores, de uma seleção de memórias autobiográficas compostas numa narrativa temporalmente linear, cuja duração de

¹⁶² Apresentamos um outro relato sobre esse evento: “Isso também pode trazer o reverso da medalha. Portanto o Rui já contou, eu não presenciei, mas já contou a história que ao fim da quarta ou da quinta sessão da primeira edição da Academia Ubuntu ia-se pegando tudo à estalada e a Academia ia acabando ali. Porque houve alguma críspação entre dois elementos que tinham [imperceptível] dentro do grupo (...) e aquilo foi um processo de negociação complicadíssimo.” (E3)

aproximadamente dez minutos obedece a esta e a outras instruções externamente adjudicadas pela própria disposição técnica.

Mais do que possa parecer, à primeira vista, esta técnica pedagógica pode provocar efeitos cognitivos e emocionais significativos a quem dela se serve. Nomeadamente, sabemos, a partir de contributos da neuropsicologia, que a reativação e organização de alguns dos factos fundamentais da biografia individual – um tipo de reflexividade suportado por diversos tipos de memória, linguagem e raciocínio, assim como por sentimentos, emoções e expectativas – é uma das chaves para a consciência alargada¹⁶³, isto é, para “a faculdade de criar um sentido de perspetiva individual, bem como um sentido de pertença e capacidade de ação individuais” (Damásio, 2013: 240). Ora, a partilha de uma versão de cada uma das histórias de vida dos participantes, com toda a sua complexidade e originalidade, exigirá certamente um grau de envolvimento emocional, não só no sujeito, mas também, e este é o ponto fulcral, nos pares que a ouvem e sobre ela se posicionam.

Conjugando elementos que, adiante, se tornarão mais explícitos (cf. Capítulo 9), julgamos que aquela técnica abre uma via de desenvolvimento autorreflexiva, e fá-lo pela via freiriana da intersubjetividade e do diálogo, onde os pares se reencontram e reconhecem, assim catalisando não apenas a inspiração, mas também a redenção (Freire, 1987). Nessa senda, o racional pedagógico ficou oficialmente exposto, do seguinte modo:

“As histórias de vida partilhadas por todos os participantes da academia são momentos de exposição determinantes para o processo de desenvolvimento individual, promovendo também a aproximação entre todos. Sendo histórias pessoais e muitas vezes difíceis, podem gerar momentos de tensão que a Academia procura trabalhar positivamente pela sua possibilidade de produzir

¹⁶³ Segundo António Damásio (2013: 238, 240) “O *self* autobiográfico baseia-se na reativação consistente de conjuntos de memórias autobiográficas. (...) Na consciência alargada, o *self* inclui também a exibição consistente e reiterada de algumas das nossas memórias pessoais, dos objetos do nosso passado pessoal, daqueles objetos que podem facilmente confirmar, a cada momento, a nossa identidade e a nossa pessoalidade”.

aprendizagens de crescimento pessoal e de grupo. A partir das tensões é trabalhada a unidade na diversidade e a verdade.” R4

Revelando-se como um exercício verdadeiramente único, o repto para serem comunicados aspetos da própria autobiografia (e não, por exemplo, relatos do tempo passado enquanto participante da AU) parece despoletar uma experiência imersiva, na qual a solicitada problematização das experiências autobiográficas é aquilo que leva os participantes a penetrar nas representações que detêm de não só de si, mas sobretudo de si a partir dos outros. Portanto, esta é uma técnica pedagógica que se afigura importante para efetivar “um processo de aprendizagem e de transformação social através de uma pedagogia da relação” (R4).

Há, de resto, a convicção de que tais aspetos se encontravam salientes em 2013, quando observámos o “Seminário ‘Vidas Ubuntu’”¹⁶⁴, não havendo razões para crer que o evento original, aquele que finalizou o “ano letivo” da primeira edição da AU a 15 de outubro de 2011, fosse diferente.

A operacionalização (dos sentidos prático-simbólicos da AU) atingiu o seu ápice, com efeito, através do “colóquio final: Vidas Ubuntu” onde, para além da apresentação do livro “Vamos” de Jacinto Lucas Pires e de uma série de vídeos da realizadora Kattia Hernandez – ambos tendo como temática central os participantes da AU e os seus testemunhos – “cada participante que concluiu o programa foi convidado a preparar uma apresentação de dez minutos, inspirado pelo tema ‘Vidas Ubuntu: o meu passado, presente e futuro à luz do espírito Ubuntu’” (R1). Com este evento a AU encerrou as

¹⁶⁴ Referimo-nos ao “Seminário ‘Vidas Ubuntu’”, ocorrido no dia 7 de dezembro de 2013, num auditório da Fundação de Serralves, aberto ao público. Naquele contexto, os símbolos da AU foram certamente mobilizados, e os seus discursos fortes foram sendo reproduzidas pelos participantes, de forma mais ou menos consciente. Porém, não se ouviu “Ubuntu” gritado em uníssono, como noutras ocasiões. Ao invés de redundar numa expressão de coletivismo, a técnica valorizou as particularidades de cada sujeito, colocando-as numa dinâmica de partilha de afetividade, na qual o não-dito foi tão ou mais importante do que aquilo que foi, de facto, dito. Um pequeno vídeo de apresentação e resumo do encontro pode ser encontrado em <https://youtu.be/umF3WI8iAuA> (acedido a 01/03/2018). As intervenções de Filipe Pinto e Rui Marques após o conjunto de apresentações ter terminado também podem ser aqui visualizadas https://youtu.be/4kAJG9hSu_Q (acedido a 01/03/2018).

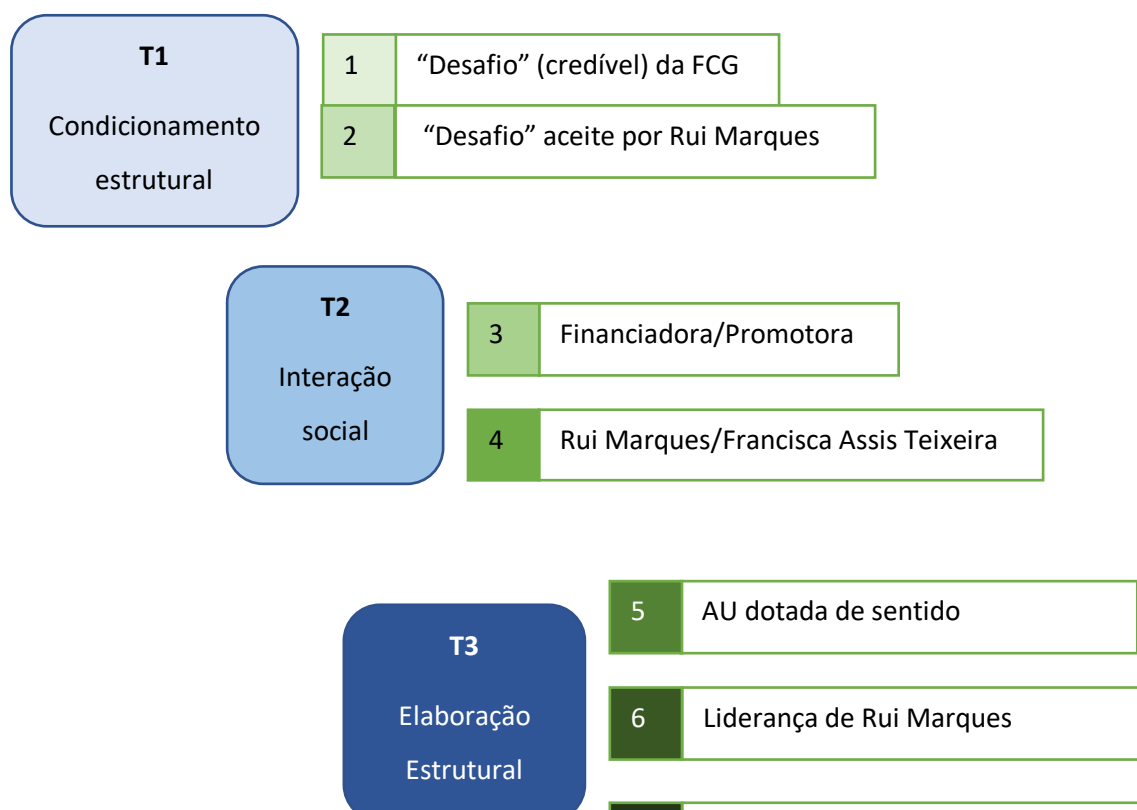
suas atividades, pelo menos por algum tempo. Para nós, isso significa que é tempo de sintetizar o que até aqui se discutiu, à luz da metodologia enunciada (cf. Capítulo 5).

5.4 Síntese da primeira edição da AU, da *emergência* ao “colóquio final ‘Vidas Ubuntu’”: Uma estruturação à luz dos ciclos morfogenéticos

Com a abordagem teórico-metodológica adotada, e aqui executada, pensamos ter colocado em relevo, para a análise das instituições e organizações, a importância do passado na configuração do presente e futuro (Archer, 1995).

Desde logo, a partir do entrecruzamento de fatores sociais, espaciais e temporais relevantes, argumentamos que a (re)ação muito própria de um agente (que, pode dizer-se, parece o agente certo, que se encontra na posição certa, à hora certa) a uma dada contingência ocorrida há mais de uma década é, na realidade, o primeiro momento de *emergência* da AU. Ou seja, simultaneamente a sua semente e o meio de produção de sentido da sua estrutura, um evento perfeitamente contingente viria a colocar a AU no caminho da existência, isto é, na calha para o Ciclo I (Cf. Figura 4).

Figura 4 - Ciclo I da AU: “Um projeto de sentido”



Legenda:	
1	Influência objetiva sobre o(s) agente(s)
2	Resposta subjetiva do(s) agente(s)
3	Relações necessárias
4	Relações contingentes
5	Propriedades culturais emergentes
6	Propriedades pessoais emergentes
7	Propriedades estruturais emergentes

Em T1, como vimos, reporta-se primeiramente a um ruído que uma OTS (a FCG) reconhece na sua sociedade e converte num “desafio” credível a um agente (Rui Marques): a construção de um programa educativo de capacitação de jovens líderes. Ao responder positivamente ao “desafio” colocado, aceitando as suas condições, Rui Marques dá início a um T2, que se traduz na interação social subjacente ao estabelecimento das relações tidas como imprescindíveis à concretização estrutural.

É aqui que se estabelece uma *relação necessária* entre a FCG, organização “financiadora” capaz de providenciar determinados recursos materiais e imateriais indispensáveis à prossecução do projeto educativo, e o IPAV enquanto organização potencialmente “promotora” deste.

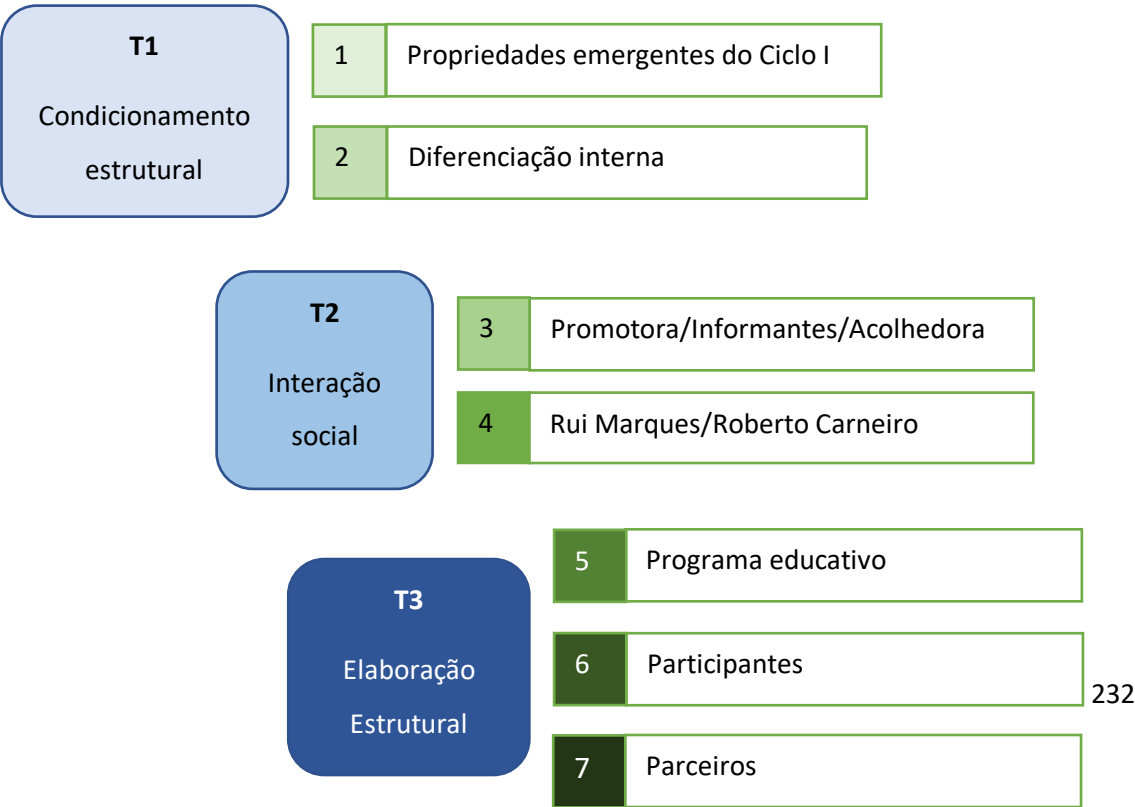
Se aquela “*relação umbilical fortíssima*” (E4) era, evidentemente, necessária à estrutura que se desenhava (um acoplamento estrutural funcional, poder-se-ia chamar, utilizando um léxico sistémico), não menos importante foi a contingência de Rui Marques poder partilhar este, e outros projetos de vida, com uma pessoa experiente e competente.

Como vimos, e segundo nos foi relatado, Francisca Assis Teixeira foi fulcral para a *ação reflexiva*, que envolveu da seleção de um objeto (i.e. jovens descendentes de imigrantes), à explicação lógica e racional que lhe dá significado (i.e. a incapacidade dos seus líderes), até à mobilização de discursos e artefactos carregados de simbologia (i.e. a liderança servidora).

No Ciclo I, tais condições e relações vieram a gerar a elaboração estrutural subsequente – o T3 – na qual a AU surge objetivada e dotada de um sentido particular (a propriedade cultural mais significativa deste ciclo), assumido como produto reflexivo (e recursivo) de um agente que, por aquele se responsabilizando, assume igualmente a liderança da estrutura emergente (a propriedade pessoal mais significativa deste ciclo). Ao serem aceites estas premissas, por quem de direito, pode dizer-se que a AU como entidade autónoma e delimitada por uma morfologia própria a (propriedade estrutural mais significativa deste ciclo).

O Ciclo II da AU corresponde a uma fase preparatória ou pré-operacional, e “aproveita” os produtos do Ciclo I, nomeadamente as suas propriedades emergentes, como ponto de partida (Cf. Figura 5).

Figura 5 - Ciclo II da AU: “O início de uma organização”



Legenda:	
1	Influência objetiva sobre o(s) agente(s)
2	Resposta subjetiva do(s) agente(s)
3	Relações necessárias
4	Relações contingentes
5	Propriedades culturais emergentes
6	Propriedades pessoais emergentes
7	Propriedades estruturais emergentes

Aqui, a FCG no papel de “*co-decisora*” (E4) apta a financiar, e o IPAV no papel de OTS apta a promover (mas não especializada), têm em mãos, como condição para a evolução da AU, a tarefa de a tornar numa *organização* com capacidade para decidir autonomamente. Tendo isto em vista, neste T1 encontramos um processo de diferenciação *interna* que desembocou na constituição de três sub-unidades ligadas funcionalmente entre si.

A partir deste passo, e da interação social e reflexividade que gerou, pôde ser construído, no sentido de planificado, um programa educativo mais evoluído do ponto de vista técnico-pedagógico em T3 (a propriedade cultural mais significativa deste ciclo).

Mas também é relevante apontar para outro aspeto tornado possível: o acionamento dos recém-adquiridos poderes por via de uma estratégia de recrutamento e seleção desenvolvida de forma assimétrica e pouco ortodoxa, porque baseada em organizações informantes sobre as quais se impôs uma determinada “baliza” comunicacional. Se a isto somarmos a convicção de que era imperativo assegurar infraestruturas físicas

adequadas aos efeitos pretendidos, e que por isso haveria que estabelecer relações com uma entidade acolhedora das práticas educativas, então quedamo-nos com as relações consideradas *necessárias*, nesta fase.

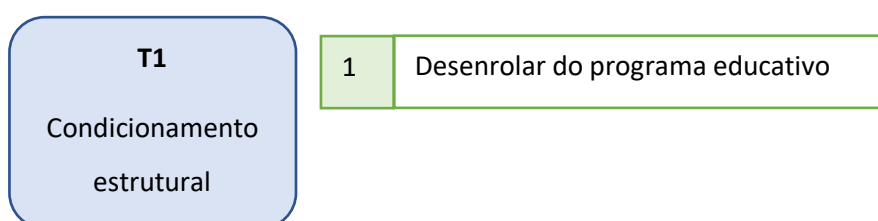
Não obstante, é relevante compreender que o tipo de infraestruturas desejadas, bem como os modos específicos de gratificação de tal relação, só puderam ser satisfeitos, estamos em crer, devido a uma relação contingente, pessoal e preexistente, entre Rui Marques e Roberto Carneiro, alto-funcionário da UCP.

Desta evolução resultaram, naturalmente, propriedades emergentes para a AU. Para além da já referida planificação do programa educativo, é elucidativo compreender que a estrutura internamente diferenciada (consolidada com a existência de Conselho consultivo, Coordenação e Equipa técnica) é também aquela que se encontra mandatada para, mantendo a separação entre sistema e ambiente, ir recolher deste último aquilo que necessita para evoluir. A quem fornece tais recursos, a AU designa de parceiros (e esta é a propriedade estrutural mais significativa deste ciclo).

Finalmente, foi nesta fase que se iniciou uma outra relação, interna e necessária a qualquer programa educativo, que é aquela que o liga diretamente ao seu objeto: falamos dos *participantes*. Quanto a estes, por terem sido convidados a refletir sobre a participação na AU, e por nela terem decidido participar, munidos dos seus próprios sonhos e expectativas, revestem-se coletivamente das qualidades de uma propriedade pessoal emergente, a mais significativa do Ciclo II da AU.

Neste ponto da narrativa, vemos já as múltiplas intersecções dos momentos de condicionamento estrutural (T1) de interação social e ação reflexiva (T2), e dos precedentes na elaboração estrutural posterior (T3). Contudo, julgamos que esta separação analítica é uma mais-valia quando lidamos com fenómenos multidimensionais e complexos como este. Em concordância, insistimos com a fórmula e apresentamos o esquema do Ciclo III (Cf. Figura 6).

Figura 6 - Ciclo III da AU: “A operação ‘Ubuntu’”





Legenda:	
1	Influência objetiva sobre o(s) agente(s)
2	Resposta subjetiva do(s) agente(s)
3	Relações necessárias
4	Relações contingentes
5	Propriedades culturais emergentes
6	Propriedades pessoais emergentes
7	Propriedades estruturais emergentes

O Ciclo III da AU corresponde à sua operacionalização, propriamente dita. No início desta fase consta a vertente para a nossa análise mais relevante, que é o desenrolar do seu programa educativo. Da planificação à aplicação técnica, do comando da comunicação à mobilização de regras e recursos, a direcionalidade encontra-se, neste patamar, perfeitamente estabelecida: da AU para os seus participantes. Destes, a resposta

subjetiva consistirá, neste T1, e desejavelmente (do ponto de vista da AU) numa participação curiosa, ativa e assídua.

No T2 encontra-se a parte substancial de uma sociologia educativa. Sem a explorarmos muito, pode dizer-se que, à medida que o programa evolui, as interações sociais vão dando azo a uma vivência (cada vez mais) emocionalmente comprometida das relações. Isto parece verificar-se nas relações *contingentes* que vão sendo estabelecidas entre todos os atores envolvidos, eventualmente com maior acuidade entre participantes. Mas também nas relações *necessárias*, onde no papel de dínamo e pedagogo-mor encontramos o coordenador, devidamente coadjuvado por convidados (a maioria de assinalável perfil mediático) que não só se encarregam de (co)operacionalizar e acrescentar aos sentidos da AU, como são a prova de como os recursos e capacidades das estruturas internas (particularmente a coordenação) são eficaz e continuamente mobilizados em prol de objetivos estratégicos e operacionais.

Certamente que diversos indícios relativos ao T2 apontam para um forte contributo na emergência de uma das propriedades destacadas em T3: referimo-nos, claro, ao desenvolvimento individual e coletivo enquanto propriedade pessoal mais significativa deste ciclo. E, se esta aceção se sustentar, isto é, se a participação na AU aportou disposições diferentes, novas possibilidades e transformações significativas, então podemos afirmar que emerge como propriedade cultural do Ciclo III um programa educativo fiel à sua função e sentido. O que é, se quisermos, a prova de conceito da iniciativa.

Por fim, resta destacar que o final oficial, e à partida definitivo, da AU, também trouxe a oportunidade para se olhar para o trajeto percorrido e produzir um balanço. Assim, o programa completo foi avaliado, pelos participantes, de forma “francamente positiva (4,71 em 5)” (R2), sendo “que 16 das 18 actividades avaliadas teve uma média de classificação superior a 4” (idem) e, curiosamente, a “atividade melhor avaliada” (ibidem) foi o fim-de-semana residencial ‘Mandela’ (cf. Anexo F2), seguida do atelier/seminário “Judo e liderança” (cf. Anexo F1).

A reflexividade não se ficou, todavia, por este tipo de elementos, informativos com certeza, mas sem o alcance estrutural de uma observação interna focada em potenciais melhorias. De entre aquilo que ficou escrito e assumido, encontramos propostas como “Programar as apresentações individuais desde o início (...) Criar um modelo de tutoria (...) Estimular os participantes a desenvolver um projecto (...) integrando progressivamente no desenho do projecto os saberes e competências aprendidas (...) [e] Incluir uma componente de avaliação externa” (R1).

Sabemos que pelo menos as últimas duas propostas tiveram seguimento e, como é lógico, influenciaram o T1 do próximo ciclo da AU. É, portanto, curioso perceber que, enquanto todos os participantes assumiam que o seu percurso na AU havia terminado naquele colóquio final, a estrutura decisória da AU laborava com outros pressupostos e segundo outras intenções. Esse será o tema do próximo capítulo.

7. A (re)estruturação da AU.

O capítulo anterior apresentou uma visão do processo de estruturação da AU, para tanto se suportando na descrição de variadas fases ou ciclos morfogénéticos que, da construção de um sentido até à última sessão operacionalizada, perpassaram a evolução de uma organização anómala no panorama educativo português, tal como fora preconizado (Cf. Capítulo 4).

Das interações e decisões multidimensionais às relações estabelecidas, da angariação de parcerias organizacionais formais, passando pelos convites à participação de diversos convidados, até à dinamização das próprias sessões pedagógicas, sabemos agora como o fundador da AU assumiu uma centralidade inequívoca em todas as suas fases. Ora, por ação (reflexiva) coletiva, mas por si seguramente influenciada (senão liderada), as propriedades emergentes dos ciclos precedentes da AU marcaram uma conclusão, que não é senão condicionante: o grupo de participantes *“tinha conseguido um patamar de motivação, de orientação para novos desafios, de captação de sonhos que (...) não podia ficar por ali”* (E5). A este respeito, uma fonte recorda o encadeamento de eventos da seguinte forma:

“O segundo ano não estava planeado de início. Segue, imaginemos, a dois terços, três quintos do fim do primeiro ano. Começamos a ter conversas e quando tudo apontava para agarrarmos em mais uma fornada de não sei quantos jovens e fazermos um outro ano igual, a Fundação [Calouste Gulbenkian] provoca um bocadinho o Dr. Rui Marques para algo que eu acho que ele também já estava cada vez mais sensibilizado, que é: antes de nos atirmos a novos jovens, até que ponto que é estes que agora estão claramente mais fortalecidos? Como é que os ajudamos a devolver? (...) Nós queremos que eles devolvam à comunidade onde estão integrados. Até que ponto não os podemos ajudar a arrumar ideias e a canalizá-las no sentido de as devolverem efetivamente?” (E3)

Fazendo jus à ligação, que o ES supostamente promove, entre o “instinto empreendedor com um compromisso de dar algo de volta à comunidade” (Michael, 2006, *cit in* Parkinson & Howorth, 2008), a AU passa a procurar orientar novos modo de

exteriorização para os seus participantes, cujo desiderato passava por uma “preparação” para um *“trabalho [social] que se desenvolve no domínio do serviço ou bem comum, em particular nas zonas de maior necessidade (...) [e no sentido de] promover a igualdade de oportunidades”* (E4).

Aproveitando uma possibilidade que, formalmente, não estava prevista ou delineada, a AU projetou um novo caminho evolutivo para si própria, no qual um segundo ano se soma ao primeiro, para que “os participantes que transitem do primeiro ano” (R4) possam “devolver à comunidade a aprendizagem vivida” (idem).

Se tal extensão surge racionalizada como *“uma dimensão prática de poder aplicar (...) um projeto concreto, um projeto de empreendedorismo social que possa ser desenvolvido a partir do zero, como original.”* (E4), facilmente se perceberá que a linguagem do “empreendedorismo” e da “inovação”, acoplados ao “social”, passam a apresentar-se enquanto conceitos-chave para o programa educativo da AU.

Obviamente, estes termos não são desconhecidos para o coordenador, nem se encontram ausentes das práticas (discursivas) quer do IPAV, quanto da FCG. No pensamento do primeiro, ES e IS têm pontos em comum, no sentido em que a *“inovação social é difícil de acontecer sem empreendedores, sem pessoas que sejam capazes de arregaçar mangas e correr o risco de desenhar e executar uma solução”* (E4). Deve ser ainda notado que o acervo de conhecimentos mobilizado tende para uma preferência pela IS, julgamos que por dois motivos. O primeiro tem a ver com a seguinte ideia:

“No [campo] social a inovação pode cumprir o papel que cumpriu na área científica, tecnológica, empresarial, ou seja, ser um fator de reforço, de eficiência e de eficácia da intervenção [já que] os grandes saltos de desenvolvimento económico deram-se em torno de uma enorme capacidade de inovação e de criatividade” (E4).

A ideia da diferenciação é, como vimos, a grande atração dos discursos da IS (Cf. Capítulo 2) e encontra-se aqui perfeitamente plasmada, na renovação do *“sermos capazes de encontrar novas soluções para velhos e novos problemas // E, perante essas realidades,*

que novas soluções? Que novas metodologias? Que novas abordagens são possíveis?” (E4).

Um segundo motivo parece suportar-se na consistência discursiva e ideológica atribuída aos significantes antes interligados: Enquanto a *“inovação social parece (...) que constituiu, além da moda do momento (...) uma dimensão muito importante”* (E4) o ES parece encerrar quer a esperança e a promessa de uma transformação positiva da sociedade – aferidas pela globalidade da prática discursiva – quer as consequências negativas de se achar que *“todas as pessoas [podem ser] empreendedoras”* (E4) e de, por essa via, tudo ficar perdido numa novidade que pode vir a não ser mais do que uma moda passageira, de acordo com o mesmo interlocutor:

“O endeusamento dos empreendedores sociais é muito arriscado, porque rapidamente se poderá perder a noção de que (...) nem todas as pessoas são empreendedoras (...) e são tão relevantes quanto as pessoas que têm esse traço de empreendedorismo // Vejo com uma enorme esperança a afirmação do ES, mas gostava que fosse uma realidade sólida, consistente, coerente. Que resista ao dia em que deixar de ser moda (...) Portanto, sou um entusiasta desta matéria, mas não sou um homem das modas.” (E4).

O papel social adscrito à ação (desejável), aquela que entusiasma, é classificado a partir do ES. E parece ser ponto assente para a coordenação, e por inerência para a AU (na justa medida em que é inconcebível que a AU passasse a desenvolver práticas incongruentes com o discurso do seu coordenador) que, coletivamente, precisamos de empreendedores sociais, *“se nós queremos ter uma sociedade mais justa, mais humana, mais eficiente e mais eficaz no combate às desigualdades”* (E4). Para a caracterização desse papel social, providencia-se o seguinte excerto:

“Os empreendedores sociais são pessoas que são capazes de encontrar novas soluções para velhos e novos problemas (...) de responder a necessidades sociais ainda não resolvidas, ou não resolvidas adequadamente, com soluções novas (...) no sentido de poder, dentro de uma organização, encontrar uma nova resposta, ou mesmo criar soluções novas de raiz. (...) Portanto, são pessoas que fazem a

diferença, no sentido que são capazes de enfrentar as necessidades com uma resposta pró-ativa (...) Depois haverá um ou outro conjunto de capacidades que têm que estar presentes, desde a capacidade de motivação, a capacidade de construção de parcerias, a capacidade de envolver os participantes (...) de olhar a realidade e encontrar as necessidades que ainda não estão resolvidas e procurar novas soluções, ainda que imperfeitas ou incompletas.” (E4)

Se a isto juntarmos outros elementos recolhidos – como o *“gosto pelo risco”* (E4); A capacidade de *“empatia e descentramento de si”* (E1); A capacidade de se manter *“focado”* e *“motivado pelo quotidiano”* (E4); A posseção de boas capacidades analíticas, quer relativamente a si, quer relativamente ao seu entorno (E1; E5); A proatividade na angariação de recursos (E2); a persistência ou *“resiliência”* para desenvolver um projeto nesta área (E5); A capacidade para perseguir uma visão de mudança a partir de um *“novo olhar”* sobre a realidade (E4, E5); ou a capacidade de envolver todas as pessoas (potencialmente) interessadas nessa *“visão”* e numa lógica colaborativa (E1, E4).

Em paralelo com a descrição das capacidades ou competências – muito semelhante àquelas por nós anteriormente descritas, seja no processo de construção do conhecimento (Cf. Capítulos 1 e 2), seja na socialização do mesmo (Cf. Capítulo 4) – releva-se um ponto adicional: a constante remissão à ação teleológica que a organização (a que o empreendedor social pertence, porque lidera) deve assumir.

Isto é algo que, de facto, também se encontra noutros depoimentos, nomeadamente com nuances de obstinação – porque *“quando o empreendedor desenvolve um determinado projeto (...) está preocupado com o problema e com alguma forma de o resolver (...) acredita[ndo] que a sua ideia de facto [vem] colmatar uma necessidade e [por isso] leva-a até ao fim, não desiste dela”* (E5) – pelo que acreditamos ser neste pressuposto que se afirma que *“é fundamental continuarmos a ter empreendedores [sociais] e a capacitá-los para a acção”* (E4).

Por outro lado, quase nem valeria a pena mencionar que a ação do empreendedor social se quer, para além de resolutiva, eficaz e eficiente, nos seguintes termos:

“As questões relacionadas com a eficiência e a eficácia, quer dizer, não chega ter ideias boas, não chega ter capacidade de iniciativa. É preciso perceber se as soluções que se propõem são efetivamente mais eficazes e mais eficientes do que as soluções que existem, porque às vezes o novo pode ser péssimo. Neste sentido, pode ser muito menos eficaz e muito menos eficiente do que o antigo.” (E4).

Tendo em conta todos estes elementos, a AU passará a complementar (ou a substituir?) o seu “líder servidor” com um programa educativo para *“pessoas que fazem mexer”* (E4), à imagem e semelhança de *“um empreendedor tradicional”* que identifica *“um determinado problema para o qual não existe uma resposta adequada, no seu entender”* e para isso *“dedica o seu tempo, e a sua energia, e as suas competências”* (E5).

Trata-se, ali, de aportes discursivos por nós sobejamente conhecidos, pelo que interessa demonstrar que, de outro ângulo – o ponto de vista dos participantes – a adoção deste papel social a-ser-socializado implica um processo de (co)construção, paulatino, faseado e estruturalmente suportado.

Sobre o que é o ES e em que consiste, o participante pode ter começado por se ancorar em noções básicas – da constatação de que existem problemas sociais à intuída necessidade de sobre eles se ter uma outra atitude – progredindo posterior e paulatinamente para a descoberta de uma atividade socioprofissional eventualmente atraente. Na mesma linha de pensamento, o que entendiam ser um produto socialmente inovador, pode ter evoluído de um esquema conceptual mais rudimentar, que aponta para a necessidade de ser/fazer diferente daquilo que se era/fazia no passado, para uma mudança de paradigma baseada na capacidade criativa e solidária para produzir impacto na sociedade.

Mas estes são apenas exemplos clássicos de uma narrativa schutziana que nos indica que a maior participação num dado acervo de conhecimento, impelida pela perspectiva de um projeto futuro de agência, faz progredir as generalizações simbólicas em termos da sua sofisticação – também pela necessidade de diferenciação face conhecimento prévio (ou previamente tipificado) – o que resulta na circunstância dos horizontes de

possibilidade se expandirem, assim providenciando (para o sujeito) novos potenciais de ação (Schutz, 1982) e novas expectativas para o futuro.

Como vimos, os alvos de um programa educativo não deixam de ser seres reflexivos, e parte ativa na (re)construção dos papéis sociais que lhes foram atribuídos, não se adaptando simplesmente às sucessivas introjeções a que são expostos (Cf. Capítulo 4), mesmo em processos educativos tão intencionais e estruturados quanto o da AU. Porém, no reverso da medalha, para que o acervo de conhecimento se “corporeize (...) continuamente, como presença real na experiência de indivíduos vivos” (Berger & Luckmann, 2004: 104), é necessária uma estrutura educativa, devidamente investida e preparada para o efeito.

Ora, de forma a materializar novos intentos, a FCG cumpre a sua função principal e dota o programa educativo de um novo investimento financeiro, destinado à diferenciação de uma estrutura interna na AU, denominada “Incubadora Social Ubuntu”. Esta, “focada nas áreas das crianças e jovens em risco e do desemprego juvenil” (R2), dedicar-se-á a “apoiar o desenvolvimento e o lançamento de dez projectos de inovação social, por parte dos participantes da Academia Ubuntu” (idem) e a “criar sustentabilidade técnico-financeira para os projectos lançados” (ibidem).

Para que os participantes, a prazo, *“possam voar sozinhos seja sobre a forma de uma empresa, seja sob a forma de uma associação”* (E4), algumas relações estruturais são criadas, e outras estreitam-se ainda mais. Com efeito, o IPAV disponibilizou-se para ser *“um ambiente protegido”* (E4), como se explica da seguinte forma:

“O facto do IPAV disponibilizar-se enquanto instituição para dar um contexto institucional aos projetos. (...) é uma ferramenta que temos na fase de incubação. [Para] quem quiser desenvolver um projeto, o IPAV funciona contabilisticamente como um centro de custos, presta[ndo] as suas contas. Quem tiver de fazer protocolos, é o IPAV que assina por eles, pelo projeto. Faz-se sempre uma coisa a três, não é? Entre a entidade que faz o protocolo, o IPAV e o responsável pelo projeto. Em termos de espaço vamos cedendo aquilo que é necessário.” (E5)

Por outro lado, e de forma a prover a uma prestação de contas mais proficiente – foi apurado que o desbloqueamento de verbas por parte da FCG apresentou como contrapartida a introdução de mecanismos de avaliação externa da intervenção, algo cuja ausência no primeiro ano foi considerada “*uma falha*” (E3) –, reconfigurou-se uma relação estrutural já existente, ao invés de ser estabelecida uma totalmente nova.

Mais concretamente, a organização de acolhimento alarga o seu papel e competências de forma a prover a esta nova necessidade, convidando à mobilização de uma das suas estruturas internas de investigação, nomeadamente o Centro de Estudo de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa¹⁶⁵ (CEPCEP). Oficialmente, esta relação surge descrita da seguinte forma:

“Na sequência da colaboração do CEPCEP-Universidade Católica com a Academia Ubuntu durante o ano de 2010/2011, foi solicitada a continuidade dessa parceria, alargando-a, para além da cedência das instalações da universidade para os seminários quinzenais, à responsabilidade pela elaboração de um trabalho de avaliação permanente que acompanhe a execução da Incubadora até Junho de 2012 (...)” (R3)

Numa análise mais fina, a relação estabelecida com o CEPCEP não pode desligar-se da natureza eminentemente contingente das relações (pessoais) aqui em jogo, nomeadamente aquela entre Rui Marques e Roberto Carneiro, à data Presidente do CEPCEP, bem como a daqueles com José Manuel Seruya¹⁶⁶, cuja experiência passou a

¹⁶⁵ Segundo a sua autodescrição, “O Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa foi criado em 25 de Fevereiro de 1983”, estando “especialmente vocacionado para o estudo da interacção cultural que a presença portuguesa gerou em povos de vários continentes e o fomento, por essa via, da compreensão e aproximação mútuas.”. Como objetivo principal, “pretende contribuir para a promoção dos Saberes e da Cultura nos planos intelectual, artístico, moral e espiritual, como instrumento de realização integral da pessoa humana”. Quanto à relação com a casa-mãe, informa-se que “por despacho da Reitoria nº 192/2002, de 24 de Outubro, o Centro foi integrado na Faculdade de Ciências Humanas da UCP”. Estas e outras informações encontram-se disponíveis em: http://icm.fch.lisboa.ucp.pt/site/custom/template/ucptpl_fac.asp?sspageID=1015&lang=1, acedido a 25/01/2018.

¹⁶⁶ Um dos entrevistados para o presente trabalho, José Manuel Seruya é doutorado em Gestão, professor (auxiliar da UCP), consultor e administrador de várias empresas de serviços nacionais e multinacionais e formador nas áreas do desenvolvimento pessoal, liderança, ética e comunicação. Na qualidade de

ser mobilizada não só para a coordenação do processo de avaliação externa, mas também como convidado para a nova fase da AU, nomeadamente no “Seminário sobre desenvolvimento pessoal”, conduzido a 31 de março de 2011, pela primeira vez.

A natureza e temática deste seminário, em particular, merecerá uma atenção ao detalhe, com elementos provenientes de uma observação participante (Cf. Anexo F3), até porque pode parecer incoerente, à primeira vista, que este tipo de matérias faça parte do lote de conteúdos de uma incubadora típica – ainda que, nesta fase da AU, continue a haver espaço para o visionamento de longas-metragens (Sessão de abertura e seminário “Páginas de Liberdade I”, de 3 de dezembro de 2010), ou para o treino de competências (Seminário “Falar em público”, de 31 de março de 2011).

Não obstante, desvela-se já uma tentativa de junção de sentidos, provocado pela introdução do ES e da IS no programa educativo da AU: um preexistente, que diz respeito ao líder que aparentemente se conhece a si próprio; e um por construir, que é o empreendedor (social) que age sobre o seu contexto, munido das competências e qualidades anteriormente descritas. Ambas as dimensões parecem ter como pedra-de-toque uma certa ideia de sustentabilidade, como é oficialmente descrito, e seguidamente se reproduz:

“Sustentabilidade do projecto não menos do que sustentabilidade pessoal i.e. da pessoa que o lidera e leva à prática: a conjugação consistente destas duas preocupações é um traço muito marcante da Incubadora [Social Ubuntu], talvez até mais desta do que da própria Academia [Ubuntu]. (...) O investimento (...) foi na interacção deliberada de ambas, desafiando os participantes nos dois territórios que eles têm, e terão, permanentemente de reconhecer e saber ocupar: o do auto-conhecimento, o da consciência apurada de quem são naquilo que fazem e na sua relação com os outros, a par do como melhor agir nos

membro do CEPCEP constituiu-se coordenador da equipa de avaliação externa da AU, primeiramente da sua iniciativa “incubadora social”.

contextos humanos específicos que lhes são dados viver e nos quais se propõem, de algum modo, ‘fazer a diferença’.” (R3).

Curiosa, uma vez mais, a referência à sustentabilidade como dimensão estruturante do ES (Cf. Capítulo 1) e daquilo que se pretende atingir com o processo educativo, especialmente nesta nova vertente da incubação. A isto não será alheia *“uma convicção de partida muito grande”* (E1): *“é tão importante trabalhar a sustentabilidade do projecto quanto a sustentabilidade da pessoa e disso vejo muito pouca coisa... [Isto é] do melhor que conheço”* (idem).

Se ambas as vertentes, assim interligadas, podem contribuir para um melhor entendimento daquilo que se preparava para ser transmitido na nova “Incubadora Social Ubuntu”, também não é descabido afirmar que se a fase de reestruturação da AU fica marcada por algum aspeto, esse é, inevitavelmente, pelo estabelecimento de novas relações estruturais capazes de suprir as necessidades funcionais, entretanto atualizadas. Aliás, a presença e participação ativa de José Manuel Seruya, quase como membro da equipa técnica, só confirma a necessidade que, a certo ponto, parece ter-se agudizado: a de municiar a estrutura existente com novos atores coadjuvantes, dotados quiçá de outros conhecimentos e competências.

A este respeito, deve dizer-se que a ocorrência de algumas mudanças quer na equipa técnica – “reforçada” com a afetação de Madalena Saldanha proveniente do IPAV – quer na coordenação – com a substituição no cargo de coordenador-adjunto de Francisca Assis Teixeira por Rui Nunes da Silva, também proveniente do IPAV – não foi considerada suficiente.

Com efeito, e uma vez que os novos objetivos programáticos implicavam novas sessões de ensino-aprendizagem, vertidas numa *“formação inicial de 3 meses em empreendedorismo social”* (R2), a lista de convidados para os “novos” seminários da AU

passa a integrar mais atores de relevo no emergente campo do ES em Portugal, como são os casos de Amândio Rodrigues, Miguel Alves Martins ou Madalena Alves Pereira¹⁶⁷.

Denota-se já um fio condutor que, não obstante, não seria desvelado apenas por esta via, antes se apoiando, de forma mais significativa no *“período desenvolvimento do projeto”* (R2) em duas novas estruturas internamente diferenciadas: a dos *padrinhos/madrinhas* e a dos *consultores*.

Os primeiros, que incluíam *“quase todos, ou uma maioria pessoas que tinham passado como convidados do primeiro ano, durante os seminários (...) pessoas amigas, novamente, ou da rede, ou pessoas (...) que ‘casavam’ bem no momento”* (E5), foram convidados a colaborar no programa educativo, com dois propósitos mais ou menos explícitos: (a) Orientar pelo menos um dos projetos da incubadora (aparentemente com o qual houvesse maior afinidade), dessa forma assumindo alguma responsabilidade pelo rumo e sucesso da empreitada, tal como na relação de parentesco que lhe dá o nome, através de uma espécie de tutela informal; e (b) estabelecer uma relação de suporte com os participantes, mediante encontros regulares, favorável quer à consolidação dos objetivos programáticos, quer eventualmente à obtenção de benefícios indiretos do alargamento da rede de contactos.

Quanto à estrutura dos consultores, que *“surgem apenas na fase da Incubadora, com o grande objectivo de apoiar os participantes da Academia na definição e montagem do seu projecto de intervenção social”* (R3), ela é criada e alimentada por relações formalizadas tendo em conta as necessidades funcionais de uma *“metodologia de gestão de projecto, com as diferentes dimensões desde o diagnóstico, objectivos,*

¹⁶⁷ No seminário *“Páginas de Liberdade II”*, de 17 de dezembro de 2011, *“o orador convidado da tarde foi Amândio Rodrigues, presidente da ASHOKA Portugal, que apresentou os objectivos daquela organização mundial de apoio ao ES. Em conversa informal com os promotores, foram identificados vários factores de convergência com os projectos incubados o que resultou numa óptima troca de experiências.”* (R3). Já no seminário *“Empreendedorismo Social”*, de 14 de Janeiro de 2012, *“o convidado foi Miguel Alves Martins, director do Instituto do Empreendedorismo Social, que explicou aos participantes da Incubadora Social Ubuntu o que significa ser empreendedor na área do Terceiro Sector e quais os desafios que que isso traz.”* (R3). Finalmente, no *“Seminário de Gestão de Projecto I”*, de 21 de janeiro de 2012, *“a tarde foi dedicada ao tema do Fundraising com a presença da convidada Dra. Madalena Alves Pereira, presidente da Call to Action, empresa especializada neste domínio.”* (R3).

recursos, acções, parcerias, avaliação, entre outros.” (idem). Para o preenchimento desta categoria foram estabelecidas parcerias com duas organizações: a EVERIS¹⁶⁸ e o IADE¹⁶⁹.

Embora eventualmente menos contingentes do que outras (não dispomos de evidências num sentido ou no outro), sobre estas relações estruturais e o modo como foram estabelecidas, sobressai uma vez mais a ação de Rui Marques, enquanto coordenador, que não só ratifica determinadas necessidades funcionais como decide do seu preenchimento apropriado e criterioso.

Julgamos trazer um aporte teórico interessante, ao expor um ator que, fazendo uso dos seus próprios contactos e experiências, do seu conhecimento e mundivisão, centraliza os principais processos de “escolha” dos acoplamentos estruturais. É esta opção que nos relembra que há ações e escolhas – necessariamente ideológicas, e inscritas em relações de poder, digamos assim – que levam os processos de estruturação a evoluir para além da simples supressão/satisfação das necessidades funcionais que se vão apresentando aos sistemas (sociais).

Efetivamente, a forma estratégica como as funções e necessidades organizacionais são supridas revela as preferências dos decisores, acerca dos conteúdos substanciais que

¹⁶⁸ A EVERIS Portugal faz parte de “uma consultora multinacional que oferece soluções de negócio, estratégia, desenvolvimento e manutenção de aplicações tecnológicas e outsourcing. A consultora desenvolve a sua actividade nos sectores das telecomunicações, indústria, *utilities* & energia, seguros, administração pública, media e saúde. Actualmente tem escritórios em 14 países e conta com mais de 10.000 profissionais.” Disponível em <http://www.everis.com/portugal/pt-PT/sobre-a-everis/empresa/Paginas/empresa.aspx> *acedido a 02/09/2013*. Sobre a natureza da colaboração, desvenda-se que “após um contacto inicial por email e demonstrado o interesse da Everis Portugal em colaborar com a Incubadora Social Ubuntu, o projecto foi apresentado formalmente em reunião com o CEO da empresa. Dessa reunião ficou acordado que a Everis Portugal (...) alocaria a cada projecto incubado um consultor sénior com disponibilidade de uma hora semanal. Foi lançado o desafio internamente aos colaboradores da empresa, tendo-se voluntariado 16 pessoas entre gerentes e gestores de projectos.” (R3)

¹⁶⁹ O IADE é uma escola do ensino superior português (Instituto Universitário) da área da Arte e do Design, criada em 1969. Disponível em <http://www.iade.pt/pt/sobre/a-nossa-hist%C3%B3ria.aspx> , *acedido a 02/09/2013*. A colaboração com o IADE seria materializada “através do IADE Creative Weekend [ndr. este evento teve lugar nos dias 28 e 29 de Abril de 2012 nas instalações da Cowork Lisboa, um ninho de empresas integrante do espaço LX Factory], um fim-de-semana criativo que visa dar apoio aos projectos da Academia Ubuntu através das competências dos alunos do IADE e de profissionais da área do Design Gráfico, com vista à criação da imagem corporativa de cada projecto.” Relatório 2.

uma escolha acarreta e outra não. Mas é também importante referir que as organizações que albergam os consultores aceitaram-no “numa lógica de responsabilidade social” (R3), levando os seus trabalhadores a assumir os compromissos de forma voluntária e gratuita.

Fica, assim, à vista não só o poder das propriedades emergentes da AU descritas no capítulo anterior (e que a consubstanciam como um programa credível, ao qual é positivo estar associado), mas também as qualidades persuasoras de um agente que, ciente disso, apenas dá como retorno, para além de agradecimentos formais e informais, a oportunidade de participar (no processo de estruturação).

Com esta nova configuração, a “incubadora social Ubuntu” contou com um grupo de participantes ligeiramente distinto – envolveu, desta feita, “35 participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 49 anos. Deste universo, 20 participantes transitaram do primeiro ano da Academia Ubuntu, tendo a Academia Ubuntu envolvido, neste segundo ano, 15 novos participantes.” (R3).

No período temporal que teve a duração de nove meses, de novembro de 2011 a junho de 2012, houve lugar a “um concurso de ideias (...) desenvolvimento de parcerias e uma formação inicial de 3 meses em empreendedorismo social, que deram lugar a um trabalho de desenvolvimento do projecto (...) até chegar à apresentação final” (R3). No que diz respeito ao suporte estrutural e institucional, a AU assumiu, e “a Incubadora [Social Ubuntu] garante, por um período de sete meses (...) espaço, telecomunicações, equipamento informático, formação e apoio técnico diferenciado, bem como um pequeno capital semente para o arranque do projecto (25.000 € para o global dos projectos)” (R2).

Embora se afigure provável que a mensagem da coordenação tenha sido pautada pela prudência, é lícito afirmar que esta nova fase, para os (novos) participantes, não despoletou apenas um processo aquisitivo e incremental, isto é, uma passagem de esquemas básicos de significação da experiência para outros patamares cognitivos ou normativos. Na realidade, não há como omitir a condensação de significado que subjaz a decisão de “incubar” uma ideia própria, coletivamente partilhada.

A atualização do sentido atribuído à AU passará a incluir, necessariamente, expectativas de integração socioprofissional, uma vez que isso é parte do sentido generalizado de um “projeto incubado”, ou até de uma *start-up*, seja ela “social” ou não; A nova estrutura da AU, aparentemente dotada de meios e identidade, promete “sustentabilidade”, como vimos, individual e organizacional; E os novos conhecimentos, linguagem e práticas (discursivas) providenciam, pelo menos em teoria, vias de aplicação e orientação para uma ação social *significativa*.

Após a fase de intensa interação social que se verificou na (primeira) experiência da “Incubadora Social Ubuntu”, avançamos para uma análise dos seus produtos e da forma como estes, através da reflexividade, provocaram uma elaboração estrutural marcada por vincadas alterações.

6.1 A ação reflexiva que condiciona as práticas futuras: descrição das condições estruturais subjacentes à 2ª Edição da AU.

Quanto ao saldo da orientação programática e pedagógica para a exteriorização socialmente empreendedora, se assim a podemos qualificar, a categoria mais emblemática, neste sentido, deverá ser a “apresentação de 15 projetos” (R2), que albergam os participantes que até aí resistiram.

Apesar de algumas organizações incubadas terem sido, nas entrevistas recolhidas, destacadas enquanto exemplos positivos que conseguiram “*ir mais à frente, por via de disponibilidades, por via de contactos, por via de serem projetos mais exequíveis que outros*” (E4), não procedemos aqui a qualquer observação.

Mais interessante, do nosso ponto de vista, é a assunção, por parte da estrutura decisória da AU, de que foram mais valorizados os processos de experimentação prática, do que propriamente o número de projetos incubados. Aparentemente porque se acredita que os primeiros, por estarem imbuídos de uma originalidade pedagógica, tiveram um impacto transformador nos participantes.

Portanto, ainda que exista alguma relutância em abordar o conjunto das organizações incubadas pelo critério do sucesso/insucesso, na medida em que, segundo o que foi

reforçado diversas vezes, “a Academia Ubuntu não é uma incubadora de projetos que mede os seus resultados pela quantidade de projetos que tem.” (E5), nem a AU se foca “no output formal do que é que isto resulta, quantas empresas ou quantas associações...” (E4), é indubitável que esta fase foi genericamente percecionada, pela estrutura da AU, como uma “*experiência bem-sucedida*” (E3), independentemente desta se fazer sentir sobre as condições laborais e/ou económicas dos participantes.

Estas camadas discursivas justificam-se, ao que tudo indica, quer pela complexidade dos processos de incubação, quer ainda pelo contexto socioeconómico daquele espaço-tempo, percecionado como particularmente desfavorável. Porém, elas radicam numa atitude geral de prudência que parece perpassar os diferentes olhares sobre o fenómeno.

Com efeito, parece haver a perceção clara de que nem todos os participantes poderiam, pela via direta da incubação, assegurar um modo de subsistência. Até porque, relembra-se que a coordenação tinha a noção de que “*nem todas as pessoas têm esse traço*” (E4).

Noutro quadrante, os produtos desta fase da AU podem ser colocados no plano de uma ação reflexiva que tem o seu primeiro momento impactante quando o conhecimento prático, até então acumulado, é integrado e vertido no “Manual Academia Ubuntu” de 2012, um esboço de *grounded theory* – em cujos separadores encontramos dimensões como “Filosofia”; “Valores”; “Princípios”; ou “Metodologia” – onde é já explanado o chamado *Método Ubuntu*, desenrolado (como foi) ao longo de 2 anos.

Deve ter-se presente que, quando um conjunto de operações sistémicas se torna possibilidade futura, quase tangível, a diferenciação é prognosticada como plausível, o que implica que o sistema social pode, mediante a auto-observação e a reflexão de segunda ordem, colocar-se a si próprio num determinado ponto, situar-se como entidade algures entre o passado e o futuro (cf. Luhmann, 1991).

Simultaneamente recursiva (como é característico de um processo contínuo de autoavaliação) e distintiva (porque as novas fronteiras de sentido tornam reconhecível o que o sistema social é *agora*) a reflexão que cristaliza um dado ponto temporal – de onde viemos, para onde vamos – afigura-se, portanto, altamente relevante para a nossa

análise. E o que é o “Manual Academia Ubuntu” senão um documento que, coligindo as experiências do passado, visa estabelecer inequivocamente o que a AU é naquele momento, e o que dela pode ser esperado para o futuro?

Talvez mais importante do que uma hipotética resposta, vislumbra-se logo aí, no centro da sua autodescrição, as marcas da integração dos dois sentidos/significados, até aí produzidos, num só:

“A Academia Ubuntu é um projeto de capacitação de jovens com elevado potencial de liderança, provenientes de contextos de exclusão social, com o objetivo que possam vir a desenvolver projetos de empreendedorismo social ao serviço da comunidade. (...) No primeiro ano, a Academia proporciona 18 seminários temáticos, com a duração de um dia e dois fins-de-semana residenciais. Durante o primeiro semestre esses seminários estarão focados na liderança e no segundo semestre no desenvolvimento de um projeto de empreendedorismo social que coloque na prática o espírito Ubuntu. As sessões são quinzenais, com duração média de 6 horas por sessão.” (R4)

Daqui retemos uma atualização de sentido que se propõe a aglomerar elementos anteriores em torno de distinções mais clarificadoras: A “capacitação” ganha um objeto – um projeto de ES é o produto esperado da atividade educativa – e o “jovem com elevado potencial de liderança” tornar-se-á num novo sujeito – ser empreendedor social entra aqui para o lote de expectativas iniciais de qualquer participante de futuras edições.

Assim se demonstra como o ES e a IS passaram a fazer-se sentir na AU sob a forma de novas práticas discursivas com poder (pelo menos potencial) para operar ruturas com sentidos anteriores e, por essa via, constituir-se como derradeiro condicionante da ação social futura. Mas existem outros focos de possível análise neste “Manual”.

Com um artefacto deste tipo, o projeto educativo conhecido por Academia Ubuntu pôde descolar-se, finalmente, do afixo “piloto”, permitindo-se encarrear para uma 2ª Edição (iniciada em 2013 e terminada em 2014) munida da *“enorme vantagem de ter a primeira como herança, como património”* (E4).

A este respeito, devemos acolher o seguinte raciocínio: se o tempo foi certo para a AU produzir uma observação de si própria, também o deverá ter sido para outros atores relevantes produzirem as suas próprias observações da AU. Adicionalmente, se a AU planeara ter existência material para além de um ano (que agora era já transato), as relações estruturais mais relevantes tiveram de ser cultivadas e consideradas.

Naturalmente, ambos os aspetos são interligados através da comunicação, da participação em construções institucionais, e no trânsito discursivo que aí se verifica. Processo que pode ser exemplificado mediante duas situações.

Sabemos que a relação (tornada) necessária com a sub-unidade avaliadora (CEPCEP) foi estreitada ao longo deste ciclo morfogénico; e sabemos que foi por aquela produzida uma observação – materializada no relatório de avaliação da incubadora social (ndr. R3) – que coligiu conhecimento a partir de inquéritos e entrevistas, observações presenciais e reuniões, imprimindo através disso uma determinada cultura de avaliação e prestação de contas partilhada pela AU, que inclui, naturalmente, a FCG ou o IPAV.

Ora, a partir do momento em que se afirma, por exemplo, que “existe o reconhecimento inequívoco de que a Incubadora não pode concretizar-se sem a primeira fase” (R3), o acolhimento deste contributo traduz uma atualização das diferentes práticas educativas que (como irá ser verificado na chamada 2ª edição) se projeta numa só, bianual e mesclada, como se a mesma obedecesse a um modelo pedagógico unificado e coerente. Explicitando o raciocínio, lê-se num relatório oficial:

“Em suma e do conjunto de informação analisada é possível compreender que a Academia e a Incubadora, são dois momentos de um só, ou seja, constituem-se como componentes de um processo de desenvolvimento que não formou apenas líderes e empreendedores, mas sobretudo formou pessoas (...) Esta conjugação traduz o processo educativo que foi transversal a toda a experiência, num movimento de consciência e conhecimento de si próprio, para posteriormente assumir o seu papel e lugar no mundo.” (R3).

Concludentemente, o programa educativo que corresponde à segunda edição da AU (alvo privilegiado da nossa observação) já estabelece, à partida, o seguinte:

“No segundo ano o Método Ubuntu utiliza o modelo de “ação-formação”, procurando devolver à comunidade a aprendizagem vivida durante o primeiro ano. Através da Incubadora Social Ubuntu, os participantes que transitem do primeiro ano, iniciarão em grupo, o projeto de empreendedorismo social que desenvolveram no 2º semestre do primeiro ano.” R4

Mais do que uma relação causa-efeito, percebemos aqui como uma ação social futura é condicionada por ações e co-observações, propriedades e reflexões, anteriormente colocadas em marcha e experienciadas no decurso da evolução da AU.

De forma similar, a partir do momento em que a organização avaliadora comunica que “relativamente à constituição do grupo de participantes e considerando o futuro do projecto, são vários os discursos que apontam para um alargamento no perfil dos participantes, nomeadamente que os destinatários não sejam apenas descendentes de imigrantes e que haja um maior número participantes abrangidos.” (R3), isso é levado em consideração na evolução projetada da AU.

Daí originando o facto de, para a edição seguinte, o público-alvo já não se restringir à população específica original (“jovens descendentes de imigrantes”), antes contemplando, de forma mais genérica, “jovens com elevado potencial de liderança, provenientes de contextos de exclusão social” (R4).

Independentemente de se poder vir a achar que uma mudança desta ordem é mais ou menos benéfica – e a opinião geral parece inclinar-se claramente para o lado dos benefícios expectáveis (e até justificáveis) à luz da função de inclusão social que ostenta – importa-nos aqui realçar o potencial alcance dos processos de observação de segunda ordem na definição das possibilidades de evolução dos sistemas sociais. Na verdade, eles são suficientes, como exemplificámos, para operar transformações até ao nível nuclear das chamadas *arquiteturas de inclusão* (cf. Allman, 2013), desestabilizando anteriores relações e discursos de poder associados para atingir, nada menos do que, a génese da própria AU (*vide* Ciclo I, Capítulo 6).

A questão volta a ser então por que razão é que algumas ideias atingem proeminência discursiva e estratégica, enquanto outras eventualmente desaparecem. Numa incursão

deste tipo, é inevitável abordar as relações entre as partes e as suas dinâmicas de poder. Assim, poder-se-ia apontar para a influência decisiva da FCG no processo de tomada de decisão narrado nos parágrafos anteriores.

De uma forma mais ou menos explícita, foi-nos transmitido que *“a [Fundação Calouste] Gulbenkian foi muito entusiasta desta ideia: que este projeto tinha tal valia e tal relevância que era uma pena limitá-lo só ao grupo de jovens descendentes de imigrantes.”* (E4); que era seu o desejo de que a AU chegasse a mais pessoas, e a outras latitudes geográficas, e que esta era uma prerrogativa sua, como o demonstra o seguinte trecho:

“Que é uma das grandes liberdades que as fundações têm: podem decidir pura e simplesmente como é que querem fazer o seu piloto. E depois, nesta segunda edição, decidimos inserir algumas mudanças em relação à primeira. Uma delas é claramente tornar o projeto acessível a qualquer jovem e não exclusivamente a jovens imigrantes ou descendentes de imigrantes. E a segunda grande alteração foi alargar o projeto ao Grande Porto.” (E3).

Podendo revestir uma posição de compromisso para com a estrutura da AU, é certo que esta observação pode ter sido acolhida de forma absolutamente consensual. Pode até ter sido algo que até então não havia sido pensado (daí a utilidade da observação da observação: ter consciência de algo que até aí permanecia latente). Mas, tendo em conta a dinâmica de integração das diversas sub-unidades em torno da AU, é também nestes momentos que o poder se exerce, isto é, nos momentos em que é possível (re)direcionar a trajetória evolutiva.

Não podemos especular acerca de eventuais exigências ou imposições, especialmente quando o próprio agente, embora concedendo que *“não há autonomia total, no sentido em que não se faz o que se quer porque se está numa relação e se é dependente, interdependente de um conjunto de atores e instituições”*, afirma todavia que *“o IPAV não se relaciona com ninguém na base de que se lhe possa ser exigido ou forçado”*, rematando *“nunca nos foi imposto nada que nós não concordássemos, [porque] isso seria inaceitável”* (E4).

Certo é que a circunstância do projeto educativo passar a contemplar não só área metropolitana de Lisboa, mas também a do Porto, representa um alargamento substancial da sua base de incidência, mas também todo um novo conjunto de desafios e necessidades.

Para as suprir, e de forma a poder dar resposta cabal às novas exigências ditadas pelas opções estratégicas tomadas nesta fase, procedeu-se a algumas alterações na constituição das estruturas internas da *Coordenação* e da *Equipa técnica*.

Aquela mais acima na hierarquia evoluiu para um secretariado executivo composto “*pelo Rui Nunes da Silva e pela Madalena Saldanha, em Lisboa. Depois, o Filipe Pinto e a Joana [Castro] no Porto. E esse é o núcleo do secretariado executivo.*” (E4). Contudo, claro está, esta estrutura bifurcada tem como âncora Rui Marques, que assim reassume uma centralidade formal no organograma, se lhe quisermos chamar assim, da AU.

Adicionalmente, se os dois primeiros atores, já anteriormente referidos, transitam de ciclos morfogénéticos anteriores, formando agora o núcleo da equipa técnica de Lisboa, o mesmo já não acontece com Francisca Assis Teixeira que, refira-se como nota lateral, deixa de deter quaisquer responsabilidades e tarefas designadas na AU (embora ainda seja presença recorrente, na qualidade de voluntária), tendo transitado profissionalmente, por coincidência ou não, para a instituição financiadora, a FCG.

Relativamente aos novos membros baseados no Porto, Filipe Pinto e Joana Castro, pode dizer-se que o seu percurso académico e profissional apresenta aqui algumas ligações interessantes. Ambos são sensivelmente por esta altura recrutados pelo IPAV¹⁷⁰,

¹⁷⁰ Joana Castro em 2011 enquanto “Coordenadora Norte” para “Implementação, apoio e acompanhamento dos projectos do IPAV, com particular vocação para a reflexão e intervenção nos domínios das migrações e diálogo intercultural, inovação social e prospectiva.” - Fonte: <https://www.linkedin.com/in/joana-morais-e-castro-a43a6821/> acedido a 05/03/2018; e Filipe Pinto em 2013 enquanto “Coordenador Delegação Porto”, incumbido de tarefas de “Gestão de equipas, negociação e gestão de conflitos; Conceção e dinamização de projetos numa perspetiva de parceria, com divisão de responsabilidades e estabelecimento de complementaridades; Planeamento, implementação e avaliação de projetos e atividades (...) [ou] Elaboração de relatórios de acompanhamento e avaliação de projetos”, entre outras – Fonte: <https://www.linkedin.com/in/filipe-pinto-059b8a135/> acedido a 05/03/2018.

ostentando um passado e presente ligados, no caso de Joana Castro, ao ACIDI¹⁷¹ e Programa Escolhas¹⁷², e, no caso de Filipe Pinto, ao ACIDI¹⁷³ e aos quadros de uma conhecida ONGD portuguesa – Associação Leigos para o Desenvolvimento¹⁷⁴ - da qual Rui Marques foi Secretário de Direção (1987-1989) muito pouco tempo depois da sua fundação. Incidentalmente, ambos se conectam também à UCP e, especificamente, ao seu centro regional do Porto, uma vez que Joana Castro obteve aí a sua licenciatura em Direito (1996-2002) e que Filipe Pinto é aí docente desde 2012.

Com o alargamento à área metropolitana do Porto, o centro regional da UCP no Porto foi selecionado para desempenhar o mesmo papel do seu congénere em Lisboa, isto é, o de acolhimento físico da prática educativa regular e quinzenal.

Como continuamos a não descartar a existência e importância das relações contingentes, especialmente quando estas se situam a altos níveis de decisão, neste

¹⁷¹ Foi “Coordenadora do CNAI do Porto” do ACIDI de 2005 a 2010, responsabilizando-se por tarefas de Consultadoria jurídica na área da imigração; Coordenação do diversos Gabinetes de Apoio ao Imigrante do Centro Nacional (CNAI Porto); Articulação e interlocução institucional com as estruturas da Administração Central presentes no CNAI; Planificação e dinamização de acções de formação direccionadas à equipa de mediadores [e] Representação institucional.” Mantém ainda ligação, de 2013 até ao presente, no papel de “formadora”. Fonte: <https://www.linkedin.com/in/joana-morais-e-castro-a43a6821/> acedido a 05/03/2018

¹⁷² Fez parte da “Equipa de Coordenação da Região Norte e Centro”, de 2010 a 2011, sendo responsável pelo “apoio, acompanhamento e avaliação dos projectos aprovados e financiados na zona Norte e Centro; Coordenação das equipas técnicas responsáveis pela execução das acções no terreno; [e] Representação institucional.” Fonte: <https://www.linkedin.com/in/joana-morais-e-castro-a43a6821/> acedido a 05/03/2018

¹⁷³ Foi “Formador” ligado ao ACIDI de 2009 a 2017 em áreas como “Mitos e factos sobre a imigração, Sensibilização para o diálogo intercultural, Diálogo inter-religioso, Acolher e celebrar: serviços de apoio e pequenas ideias e Aprender com as histórias: primeiros passos para a interculturalidade.”. Fonte: <https://www.linkedin.com/in/filipe-pinto-059b8a135/> acedido a 05/03/2018.

¹⁷⁴ “Fundados em 11 de abril de 1986, os Leigos para o Desenvolvimento são uma associação sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica canónica e civil, reconhecida oficialmente como uma Organização Não-Governamental de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGD). O Governo Português, através do IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconheceu-lhe o estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública em 1995. Uma Associação Católica e uma obra de inspiração Inaciana, que partilha com os Jesuítas princípios e uma missão comuns.” Disponível em <http://www.leigos.org/sobre-nos/quem-somos.html> , acedido a 06/03/2018. Nesta organização, Filipe Pinto foi “Representante Oficial em São Tomé e Príncipe e Administrador Escolar (2.º, 3.º ciclo e secundário)” de 1995 a 1996; “Formador, responsável da equipa de formação do núcleo do Norte e responsável nacional da formação” de 1996 a 2007; tendo ascendido posteriormente ao cargo de “Presidente de Direção”, cargo que ocupou de 2010 a 2016.

caso em particular, e para além daquilo que anteriormente foi descrito, fornecemos como evidência adicional o facto do interlocutor da UCP Porto, Américo Mendes¹⁷⁵, se encontrar à altura num dos extremos de uma relação paralela com a FCG que, apesar desta pertencer a um âmbito e esfera de ação totalmente diferentes, servir-nos-á o propósito de demonstrar a existência de um conhecimento prévio dos atores em questão, isto para além de outras (eventualmente prováveis) conexões de cujas qualidades desconhecemos.

Por outro lado, novas relações necessárias viriam a ser estabelecidas na Área Metropolitana do Porto, emulando, até certo ponto, as características formais e substanciais das que haviam sido estabelecidas, em ciclos precedentes, com organizações baseadas em Lisboa.

O melhor exemplo disso será, porventura a entrada em cena da Lipor¹⁷⁶ que, ostentando uma experiência de mais de 30 anos na gestão profissional de resíduos, foi persuadida a doar o tempo e a disponibilidade dos seus profissionais para o grupo de consultores (do Porto), numa ótica de responsabilidade social corporativa em tudo semelhante àquela acordada com a Everis, havia mais de um ano.

De forma não tão imediata, buscou-se também o envolvimento de uma fundação, preferencialmente de reputação inquestionável, tendo o mesmo sido materializado pela adesão da Fundação de Serralves, não como financiador, mas como parceiro incluído no

¹⁷⁵ Américo Mendes, segundo o seu perfil público, é desde 2015 coordenador da equipa da UCP (Porto) responsável pela avaliação externa de três projectos de economia social financiados pelo Programa Cidadania Ativa da Fundação Calouste Gulbenkian e apoiado pelos EEA Grants 2014; Noutra circunstância, foi membro da equipa da UCP que realizou o “Estudo de Diagnóstico das ONG em Portugal” para a Fundação Calouste Gulbenkian Disponível em: <http://www.catolicabs.porto.ucp.pt/pt/corpo-docente/americo-mendes/1218>, acedido a:

¹⁷⁶ “A LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – é a entidade responsável pela gestão, valorização e tratamento dos Resíduos Urbanos produzidos pelos oito municípios que a integram: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila do Conde. Constituída como Associação de Municípios em 1982, a LIPOR tem vindo a implementar uma gestão integrada de resíduos, recuperando, ampliando e construindo infra-estruturas, complementadas com campanhas de sensibilização junto da população.” Disponível em: <http://www.lipor.pt/pt/a-lipor/quem-somos/historial/>, acedido a 19/02/2014.

processo de ensino-aprendizagem no “âmbito da sua política de apoio à comunidade”¹⁷⁷.

Aliás, a única relação de índole estrutural cujo paralelo não pode ser encontrado em fases de estruturação precedentes é aquela que se estabeleceu com a União Distrital das IPSS (UDIPSS-Porto). Incidentalmente, esta é, porventura, a única organização com a qual a AU não estabelece uma relação estrutural diretamente verificável pelo seu conteúdo funcional.

Presumindo-se que um dos papéis esteja reservado para fases mais adiantadas do projeto educativo, a relação com a UDIPSS-Porto é mais uma ocorrência interessante, na medida em que se permite gravitar em torno da AU por via das relações, tanto contingentes quanto necessárias, que foi estabelecendo com as suas estruturas ambientais mais próximas, como por exemplo as relações mantidas com as organizações informantes da área metropolitana do Porto (no sentido em que os últimos são, em grande medida, associados da UDIPSS), ou ainda o seu envolvimento (precisamente no mesmo espaço-tempo) num projeto de investigação de grande envergadura conhecido por MAIS¹⁷⁸, em cuja promoção se envolveram, entre outros, a FCG e a Católica – Porto Business School.

Por fim, e dando resposta parcial às questões relativas à integração socioprofissional dos participantes deste ciclo morfogenético, há ainda a salientar o projeto de integração de alguns *“quer pela identificação daqueles que têm maior potencial, maior capacidade, mas também cruzando com a disponibilidade e o interesse”* (E4) naquele que viria a ser

¹⁷⁷Disponível em <http://www.serralves.pt/pt/actividades/vidas-ubuntu/> Acedido a 19/02/2014

¹⁷⁸ “O MAIS nasceu em 2012/2013, como um projeto piloto promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Montepio, Accenture, Católica Porto Business School, UDIPSS Porto e TESE. A dinâmica deste projeto inovador de formação e consultoria contribuiu para a criação de 52 novos agentes de mudança nas organizações participantes, elaboração de um diagnóstico dos problemas das 32 organizações inscritas, criação de redes de contacto e de parceria entre as organizações, implementação de planos personalizados decorrentes de 7 consultorias bem como a definição de reformas estruturais ajustadas à mudança de paradigma resultante da atual crise económica. As mudanças já em curso nas organizações que participaram na primeira edição foram apresentadas no Seminário de Encerramento do MAIS, que teve lugar no Porto no dia 21 de Junho de 2013 e que contou com 77 participantes de 59 organizações sociais.” Disponível em: <http://mais.org.pt/sobre-o-mais/>, acedido a 09/05/2016.

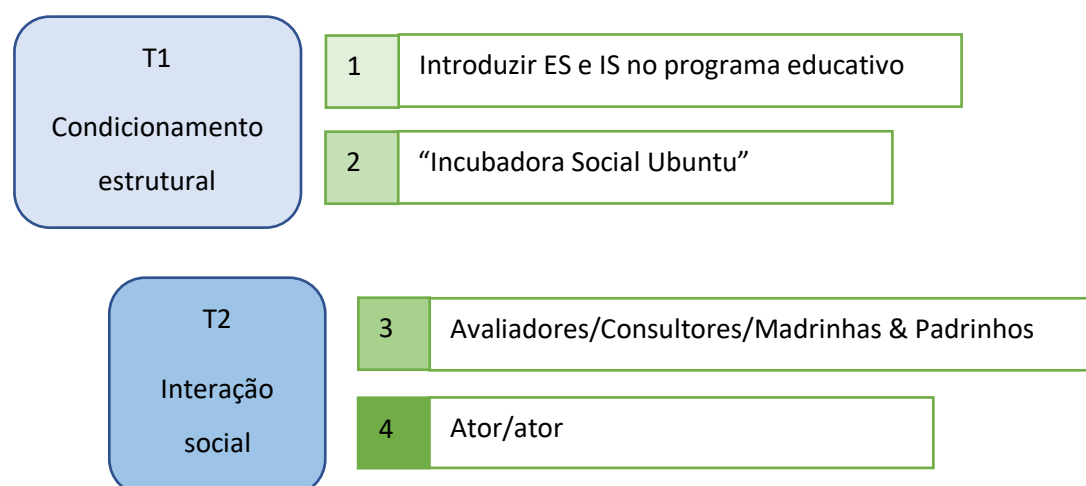
o ciclo seguinte, numa nova estrutura interna, a partir da chamada 2ª Edição: os *formadores ubuntu*.

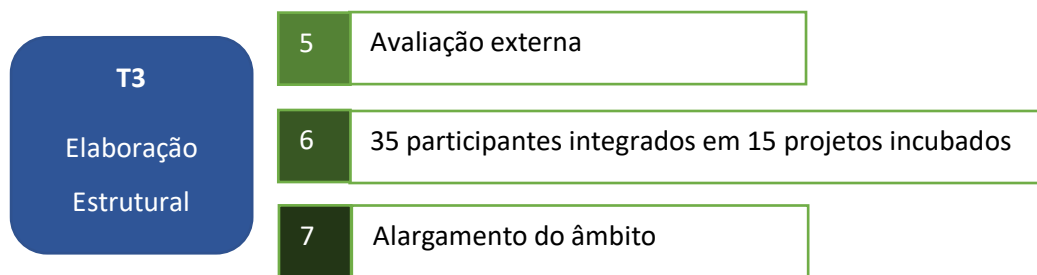
Relativamente ao papel consignado, o seu conteúdo é informalmente transmitido, isto é, não consta de um qualquer perfil de responsabilidades, tarefas ou competências inerentes a uma posição organizacional. Falamos de um corpo que, “numa lógica de passagem de testemunho” (R3), pode socializar (fazendo uso de toda a legitimidade que a veteranaria lhes confere) o que a AU é e representa, quase como uma prática de suporte e mentoria que, ao contrário de outras estruturas internas da AU, poderia ser desempenhada por figuras percecionáveis como pares por aqueles que iniciarão o seu próprio percurso, dessa forma abrindo a possibilidade de novas, gratificantes e recíprocas aprendizagens.

6.2 Síntese da “Incubadora Social Ubuntu”: uma reestruturação da AU

O presente capítulo sucede e é consequência dos (por nós identificados três) ciclos morfogenéticos da AU anteriores. Congruentemente, o período de elaboração estrutural que presidiu o fim “oficial” da AU (e respetiva avaliação) condicionou estruturalmente a AU e o início da sua “Incubadora Social Ubuntu”, que é o T1 do Ciclo IV – “A (re)estruturação da AU” (Cf. Figura 7).

Figura 7 - Ciclo IV da AU: “A (re)estruturação da AU”





Legenda:	
1	Influência objetiva sobre o(s) agente(s)
2	Resposta subjetiva do(s) agente(s)
3	Relações necessárias
4	Relações contingentes
5	Propriedades culturais emergentes
6	Propriedades pessoais emergentes
7	Propriedades estruturais emergentes

Como vimos, a influência objetiva partiu de uma avaliação subjetiva acerca do que o primeiro ano da AU foi e representou para os envolvidos. Dessa ação reflexiva resultou uma condicionante à evolução da organização: para se desenvolver, teria que introduzir, na prática discursiva do seu programa educativo, as expressões “empreendedorismo social” e “inovação social”, naquele espaço-tempo perfeitamente em voga no TS¹⁷⁹.

¹⁷⁹ Cronologicamente, não se pode dissociar da amplificação de que ambos os discursos, na altura, beneficiavam (Parente, et al., 2011), inclusivamente ao nível das políticas da União Europeia. Note-se que 2011 foi um ano marcante, deste ponto de vista, com o lançamento da “Social Business Initiative – Criar um clima favorável para as empresas sociais”, de 25 outubro de 2011 (COM/2011/682 final), e da divulgação do parecer exploratório, de 26 de Outubro de 2011 (INT/589-EEESC-2011-1584) intitulado “Empreendedorismo social e empresa social”. No ano seguinte, viria a lume a “Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos Fundos de Empreendedorismo Social Europeus” (COM/2011/862 final).

A oportunidade de serem acrescentadas novas práticas e novos discursos, ao programa educativo, foi estrategicamente aproveitada, perseguida e justificada enquanto experiência com potenciais proveitos quer para os promotores, numa ótica de integração socioprofissional velada, quer para as suas comunidades, numa ótica de “devolução”, no sentido em que se espera que as propriedades pessoais emergentes de ciclos morfogénéticos anteriores se possam exteriorizar e cumprir nos contextos de pertença.

Do ponto de vista da AU, talvez outras provas de conceito poderiam, com aquela adição, serem forjadas. Todas elas, julgamos, ambicionando demonstrar o mesmo: *“a possibilidade de se fazerem coisas extraordinárias a partir de muito pouco, e às vezes sem doadores de topo”* (E3).

Independentemente de quaisquer respostas subjetivas desta índole, o Ciclo IV da estruturação da AU, correspondente ao desenvolvimento da “incubadora social Ubuntu”, representou uma adição de monta ao programa educativo, ostentando uma dinâmica própria, até pela diversidade de atores e estruturas envolvidos.

Ao nível estrutural, são criadas relações necessárias com determinadas organizações para que cada projeto, ou proto-organização, seja dotada das “ferramentas” de que aparentemente necessitam para atingir os seus fins. Parecendo, porém, demonstrar uma relativa insensibilidade face à provável diversidade de atividades propostas (i.e., modelos de intervenção e públicos-alvo), é de notar que estas relações são estabelecidas com organizações exclusivamente provenientes da esfera empresarial, o que parece confirmar tendências anteriormente apontadas.

No seguimento, a fase de incubação, perpassada pela já mencionada dialética da interiorização da exterioridade objetivada (i.e. a inculcação do conhecimento do mundo social) e da exteriorização da interioridade subjetiva (i.e. a projeção do agente social na sociedade) (Bourdieu, 1983), pareceu alicerçar-se em duas dimensões de sustentabilidade: uma relativa ao projeto organizacional a exteriorizar, outra relativa aos sujeitos nele integrados.

No primeiro caso, a inédita mobilização de técnicas psicológicas, ou de intervenção no desenvolvimento psicológico dos sujeitos, pode ter provocado mais efeitos do que aqueles que eram previstos; no segundo, e de modo a concretizar determinados modelos de organização (do trabalho), uma racionalidade instrumental foi amplamente ativada. Quanto a este, a dotação de uma imagem corporativa e a perseguição de objetivos parecem suportar a *gramatização* de um processo de construtivo de uma organização à imagem e semelhança do Mercado, e do seu formalismo técnico-científico (Cf. F4), isto é, na comunicação normativa que estabelece o conteúdo prático-discursivo para as operações em que são concretamente aplicadas.

Tangencialmente, a apresentação de quinze iterações deste processo padronizado de incubação pode ter sido considerada um sucesso por muitos dos que o observaram, mas talvez ninguém lhes tenha atribuído tanto significado simbólico quanto os participantes. Por mais precária ou transitória que tenha sido a integração social e “profissional”, por esta via que culminou um trajeto certamente marcante, cada experiência destas é a mais meritória propriedade pessoal emergente deste ciclo morfogénico, para não ir mais longe.

Contudo, é importante referir, ainda no patamar da interação social, que as organizações contactadas, justamente, para provocar a emergência daquelas propriedades, seja mediante uns reformulados seminários, seja através de um acompanhamento (ora generalizado, ora personalizado) do desenvolvimento dos projetos, preenchem as categorias de consultores com os seus próprios quadros. Simultaneamente, a AU resgata dos seus anteriores convidados e voluntários os sujeitos que passam a assumir-se como madrinhas e padrinhos dos projetos em incubação.

Ora, aliado ao facto de não haver critérios qualitativos subjacentes aos emparelhamentos entre atores, também se demonstra a dificuldade em discernir, a partir de certo ponto, quais são as relações necessárias e quais as que se apresentam por contingência, uma vez que certas estruturas se diferenciam internamente de acordo com necessidades observadas na prática social. Porém, tais lugares parecem invariavelmente vir a pertencer a sujeitos com quem são mantidas relações pessoais. Já

assim fora em ciclos morfogenéticos anteriores, e sensivelmente o mesmo se veio a verificar na 2ª Edição da AU, como tentámos expor.

Inscrita neste quadro de interdependência está a relação acordada para a condução de um processo de avaliação externa (com o CEPCEP), no qual tudo o que até aí fora angariado foi objeto de um processo de observação/elaboração reflexiva que, entre o passado e a projeção de um futuro possível, se cristalizou naquilo que se sagrou como a primeira avaliação formal externa e “independente”, relativa à AU. Considera-se mesmo que esta é a propriedade cultural, com maior relevância, a emergir do presente ciclo, uma vez que reordenou sentidos, clarificou significados e práticas, e preparou a AU para novas possibilidades.

Dentro deste conjunto, o alargamento de âmbito, tanto no que diz respeito ao público-alvo, quanto à abrangência geográfica, foi efetivamente a propriedade estrutural emergente que despoletou o estabelecimento de novas relações necessárias à evolução estrutural, prévia e estrategicamente delineada, e fez com que a AU passasse, a partir daí, a navegar um complexo de relações (inter e intra) organizacionais, atores e processos, de uma ordem quali e quantitativamente bem distinta daquela com que iniciámos a descrição do processo de estruturação do caso.

E, não obstante, as práticas e técnicas pedagógicas, bem como o programa educativo, parecem, à partida para a 2ª Edição, mais consolidados do que nunca em torno de uma *“noção muito mais aprofundada do que é que resulta e o que é que não resulta”* (E2). É também isso que, inserindo-se no arco complexo de uma estrutura em permanente evolução no tempo e no espaço (quer no sentido que ostenta, quer nas práticas sociais que desenvolve) que acabámos de narrar, nos permite conjecturar uma paulatina aproximação da AU a um estado de *morfoestase* (Archer, 1995), isto é, a uma fase da evolução estrutural onde são mais os elementos que se (auto)reproduzem do que aqueles que são gerados.

Esta é uma hipótese que, intuindo um poder causal cada vez maior da própria estrutura da AU, poderá ser mais bem compreendida por outros modos, nomeadamente através de uma abordagem aos processos de desenvolvimento solicitados a, e experienciados

pelos participantes. Aqui, houve, seguramente, experiências diversas, umas mais produtivas do que outras, umas mais prazerosas do que outras, sabendo que, tal como já havia acontecido, o conjunto de esquemas orientadores da ação que foi sendo progressivamente adquirido e sedimentado poderia, a qualquer momento, entrar em “crise”, desestabilizado pela incerteza e pela dúvida, forçando o sujeito a reavaliá-lo e a construir espaço para outros sentidos (Arnoldi, 2010).

Já quanto aos produtos da incubação, foi surpreendente, de certo modo, verificar que a mudança das condições materiais de existência dos participantes não foi um dos itens mais valorizados pela reflexão e posterior elaboração estrutural. Mas, se isto foi assumido, a questão que então se deve colocar é a seguinte: terão eles e elas partilhado desta percepção? Como foram sendo geridas as suas expectativas? E que tipo de acolhimento tiveram estes novos conhecimentos e práticas pedagógicas? Também por isso, nos próximos capítulos abordaremos certas dimensões que não foram, até aqui, endereçadas de forma cabal.

8. A participação na AU, à luz de um processo de “individuação”.

Ao procurar e interpelar “jovens com elevado potencial de liderança, provenientes de contextos de exclusão social [ou que estão disponíveis para trabalhar nesses contextos], com o objetivo que possam vir a desenvolver projetos de empreendedorismo social ao serviço da comunidade” (R4) a AU selecionou uma temática, e todo um discurso sobre ela, capaz de comunicar uma interessante oportunidade de desenvolvimento.

Ou, pelo menos, assim o julgamos, contando que se trata de um programa educativo “alternativo”, que se imiscui na evolução dos seus atores (especialmente, na dos seus participantes) pela comunicação de possibilidades de integração social através do ES (cf. Capítulo 2), não deixando de nomear onde e quando tais possibilidades podem vir a ser materializadas – a AU para começar, os “contextos de exclusão social” depois.

Nesse sentido, um racional encontra-se subjacente, e diz respeito ao seguinte: as práticas sociais educativas e concretas do presente podem mediar a relação (simbólica e subjetiva) entre o passado e o futuro de um sujeito, tendo em conta que este se encontra numa permanente construção de si próprio, algures entre a continuidade e a mudança. A análise desta mediação e trajeto evolutivo – do ponto de vista do utilizador (chamemos-lhe assim, por enquanto) e consubstanciada na noção de *participação* – é o foco da secção seguinte.

7.1 A (trans)formação do agente, ou a constituição do indivíduo, à luz de um processo sistémico.

Partimos do pressuposto que a participação na AU representa um marco desenvolvimental significativo, possivelmente apresentando-se como uma fase de um trajeto biográfico que se abre à reconstrução subjetiva, à mudança e às possibilidades de um vir-a-ser diferente, tal como já Hegel concebera:

“No processo de (re)criação da sociedade, há o surgimento de novas propriedades estruturais e individuais, e um desaparecimento de certas

propriedades velhas. O ‘tornar-se’, ou o vir-a-ser, é uma inquietação instável que desemboca num resultado estável” (Hegel, 1812, *cit in* Fuchs, 2003: 149)

Na medida em que parece existir, ao longo de todo o espectro da ordem social, um padrão partilhado de expectativas relativo às práticas sociais, e mais especificamente à adoção de determinadas atitudes, condutas e/ou comportamentos como resultado da socialização de um dado conhecimento (especialmente quando nos situamos numa fase tardia do seu processo de institucionalização), julgamos que um tal padrão deverá ser submetido à análise e reflexão sociológicas focadas nos modos como o indivíduo se constrói a si mesmo, na interação com o seu ambiente.

Certamente que as noções ligadas à complexidade e à evolução sistémica, noutros capítulos amplamente desfiadas, nos influenciaram a observar a educação como meio de (re)construção disposicional pela via pedagógica, tendo em vista não apenas uma ação contextual legítima (i.e. uma dada exteriorização), mas também um determinado modo de integração social e sistémica (ie. uma dada interiorização).

Porém, apoiados nos escritos de Bernard Lahire (2005: 30-31), também defendemos que a “ilusão”, que “não deixa de ter fundamento social” (idem), “de um eu unificado, homogéneo, coerente” (ibidem), não pode ser legitimamente suportado por qualquer ponto de vista situado nas ciências sociais.

Por seu turno, procurar contextualizar e compreender aquilo que faz de cada sujeito um Ser inacabado, complexo, frequentemente oscilante e incoerente, afigura-se muito mais congruente com os pressupostos filosóficos e teórico-metodológicos do presente trabalho. Se estes nos sugeriram sempre, em poucas palavras, a pessoa nunca realmente constituída, jamais matéria ou forma, mas em permanente transformação, a descoberta da obra de Gilbert Simondon (Simondon, 2005; Leão, 2011; de Boever et al., 2012), constituiu um feliz e frutuoso acaso, que nos abriu as portas para o *vir-a-ser*, para o constante tornar-se *outro*.

Parte da originalidade da obra de Gilbert Simondon consiste na superação do tradicional debate filosófico acerca do indivíduo, dominado desde Aristóteles pela dicotomia forma/matéria ou essência (cf. Bowden, 2012), pela consideração do “Ser não como

substância, ou matéria ou forma, mas como sistema tenso, supersaturado, abaixo do nível da unidade, não consistindo apenas em si mesmo” (Simondon, 2005: 3). Como tal, a superação advém da integração do Ser num processo recorrentemente emergente de estados e propriedades.

No que diz respeito à qualificação deste Ser, deve apontar-se o seu caráter inextricavelmente relacional, e heurísticamente compatível com a perspectiva sistémica que concorda que “[a] emergência da vida a partir das propriedades auto-organizadas providencia as condições para uma série de virem-a-ser [no original: *becomings*] que elaboram (...) a transformação e emergência de novos estados e propriedades auto-organizadas” (Grosz, 2012: 62). Nessa medida, continua a autora, “o Ser é, ao mesmo tempo, pré-individual, individuante e individuado; ele torna-se algo, algo emerge ou irrompe, mas deixa (...) um resíduo ou excesso que é condição para futuras emergências” (idem: 38).

Se, como nos adverte o próprio Simondon, “o indivíduo deve ser compreendido como tendo uma realidade relativa, ocupando apenas uma certa fase de todo o ser em questão – uma fase que, como tal, implica um estado pré-individual que lhe precede” (Simondon, *cit in* Grosz, 2012: 38), sucede que “a unidade e a identidade só se aplicam a uma das fases do ser, posterior à operação de individuação” (Simondon, 2005: 3) e, consequentemente, o indivíduo só pode ser efeito do processo de individuação, o seu epifenómeno (Beistegui, 2012).

A análise à dimensão processual da individuação deve começar por concebê-la como mais ampla do que a individualidade, na medida em que, como explica Grosz (2012: 38): “O indivíduo é sempre mais do que si próprio, pois é um indivíduo com o potencial contínuo para experienciar mudanças após ser constituído como tal”. No seguimento, o processo de individuação recai sobre a distinção entre fases transitórias de um contínuo vir-a-ser, e esse é o seu princípio fundamental, como elabora Inês Leão:

“Deste modo torna-se compreensível que uma das condições para se pensar a individuação (...), a partir de um ponto de vista ontogenético, consiste no reconhecimento de que a *déphasage* do Ser – da qual decorre a ordenação da

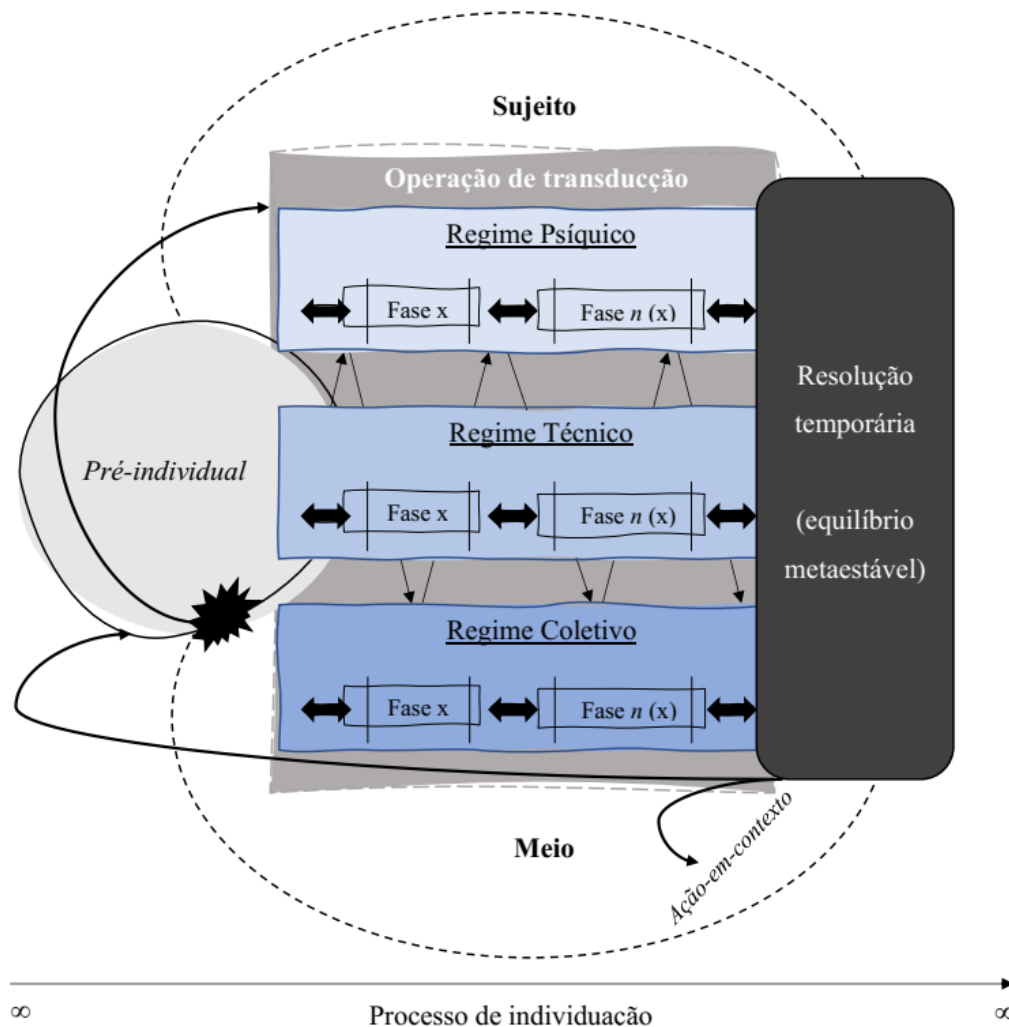
sua estrutura e a sua repartição em novas fases –, se organiza e depende da manutenção de equilíbrios de uma outra ordem, os quais sejam capazes de incentivar a promoção de estruturas novas do Ser, admitindo, continuamente, novas problemáticas” (Leão, 2011: 17).

Ao concebermos a individuação “como desdobramento do Ser em fases (...) como sistema fundamental de construção de realidades e ao mesmo tempo como sistema de mediação e ordenação das experiências de aproximação e participação no real, conferindo sentido, significado e finalidade (*télos*) ao Ser, em geral, e ao indivíduo, em particular” (Leão, 2011:17, 25), enformamos uma génese do indivíduo (ontogénese) cuja “ênfase”, diz-nos Beistegui (2012: 166) “está na operação através do qual o ser individuado, o qual normalmente se tende a tomar como ponto de partida para a investigação, emerge progressivamente do pré-individual, do horizonte pré-fenomenal” (idem).

Para além da condição evolutiva, um outro ponto de contacto com a perspetiva sistémica, e concretamente com os postulados luhmaniannos, diz respeito à relação dual entre o sistema de individuação e o seu ambiente, ou *milieu* (Barthélémy, 2012), na justa medida em que “a individuação [que] não só traz à luz o indivíduo, mas também a díade individual-ambiental” (Simondon, *cit in* Grosz, 2012: 38).

Contudo, antes de a explorarmos extensivamente, vejamos como a observação da Figura 8 nos pode auxiliar na compreensão da ontogénese da individuação.

Figura 8 – Proposta de ilustração da estrutura geral da individuação (adaptado de Leão, 2011: 19).



Nos extremos latitudinais da figura encontramos aquilo que se designa por realidade ou estado pré-individual, “uma realidade germinal e concentradora de potencial, tensão e informação” (Leão, 2011: 15). Fonte teoricamente inesgotável, inquantificável e inabarcável, o estado pré-individual não só “existe antes de qualquer experiência do indivíduo, mas que, a acrescentar, está presente em toda e qualquer experiência do indivíduo” (Leão, 2011: 16), deduzindo-se a partir daí que a individuação é sempre desencadeada na realidade pré-individual, e pelas forças que aí se encontram.

Como a própria designação indica, estes estados pré-existem¹⁸⁰ o indivíduo, radicando do primado da sociedade sobre o mesmo¹⁸¹. É aos recursos e potenciais, existentes nestes estados, que o sujeito recorre para se tornar indivíduo, e é das suas problemáticas e tensões que emergirá uma resposta provisória do Ser, pelo que devem ser vistos como condição imanente da individuação. Mas, estas “zonas de indeterminação carregadas de potenciais” (Boucher, 2012: 96), fundamentalmente dinâmicas e desordenadas, são da “ordem da pura diferença, de diferença sem distinção (...) são singularidades, especificidades, tendências, forças, mas [porque] não ainda modos de ordenação ou organização no âmbito de sistemas (...) [são o] caos.” (Grosz, 2012: 45-46).

Para que tais forças, recursos ou tensões sejam, de facto, generativos de processos individuates, é necessário que ocorra algo que de desestabilizador, que faça com que a sua convivência se torne problemática, por vezes intolerável, mas sempre, e de alguma forma, insustentável, tal como nos indica a intuição de Foucault:

“Na verdade, para que um domínio de ação, ou um comportamento, entre no campo do pensamento, é necessário que um certo número de fatores o tenha tornado incerto, ou que lhe tenha provocado determinadas dificuldades. Estes elementos resultam de processos sociais, económicos ou políticos e o seu papel é a instigação” (Foucault, 1986: 41, *cit in* Armstrong, 2008).

Para que tal instigação possa ocorrer, parece ser necessária, como a imagem de Simondon evoca, uma *semente*¹⁸² que, quando introduzida (nem sempre de forma

¹⁸⁰ Como refere Grosz (2012: 38-39) “as forças pré-individuais preexistem e tornam possível a emergência da individualidade (...) Não só antecedem o indivíduo, mas também constituem tanto o indivíduo quanto as possibilidades que aquele indivíduo contém e que o sustêm e transformam. O indivíduo é sempre mais do que ele próprio porque é um indivíduo munido de um potencial recorrente para mudar após se constituir a ele próprio. O estado pré-individual é o recurso através do qual seres emergem (...) e a individuação é o processo através do qual isto ocorre.”

¹⁸¹ Baseamo-nos aqui na assunção que, desde Mead, postula que “o *self*, enquanto objeto de si e para si, é essencialmente uma estrutura social que surge da experiência social”, e que “se (...) o *self* emerge através da comunicação com outros, e só mediante (...) uma comunicação significativa, então o *self* não pode preceder o corpo social: o último deve existir primeiro.” (Mead, 1992: 140; 233).

¹⁸² A metáfora da semente (de cristalino) é mobilizada nas teorizações de Gilbert Simondon, e pode ser assim descrita: “A cristalização manifesta o surgimento de dimensões e estruturas no processo do ‘tornar-

intencional, mas sempre a partir da relação com o ambiente) no substrato pré-individual, se constitui como informação vital para o sistema, isto é, como “uma singularidade catalítica portadora (...) de uma tensão emergente de elementos problemáticos e heterogêneos, os quais requerem a produção de uma nova dimensão capaz de resolver essa disparidade” (Sauvagnargues, 2012: 60). A essa nova dimensão, nem indutiva nem dedutiva, “que atravessa o pré-individual para o estruturar, para que algo daí possa emergir” (Grosz, 2012: 42) chamaremos de *transducção*, ou *operação transductiva*, que, segundo Simondon é:

“uma operação física, biológica, mental, social, estruturante, através da qual uma atividade é gradualmente estendida dentro de um domínio, sendo a sua difusão baseada numa estruturação do domínio ocorrendo de uma parte a outra, cada região de estrutura constituída servindo como princípio de constituição para a seguinte” (Simondon, *cit in* Venn, 2010: 145).

Estruturada e estruturante, a transducção é o palco para o “teatro da individuação”, como lhe chama Stiegler (2012), não apenas porque aqui se manifesta o princípio de desfasamento, mas sobretudo porque ela “exprime a individuação e permite pensá-la (...) permite compreender as condições sistemáticas da individuação, a ressonância interna, a problemática psíquica” (Simondon, 2005: 9).

Quando a realidade pré-individual se individua, as relações sistemáticas da individuação emergem, abrindo “as possibilidades de ressonâncias internas no processo de individuação psíquica e coletiva, assim reconstituindo os seus termos” (Stiegler, 2012: 186).

se’ (becoming). A ênfase é a mudança entre fases, não estados. (...) Primeiro, uma solução cristalina num ponto de supersaturação; depois a introdução de uma semente de cristalino capaz de produzir esta tensão problemática; depois a movimentação (*disparation*) que precipita a formação do indivíduo cristalino, antes da emergência do cristal como resposta criativa do sistema. Há aqui uma sucessão de fases transductivas, uma vez que cada rearranjo do sistema providencia o ponto de partida para novas transformações.” (Sauvagnargues, 2012: 60). Neste sentido, são notórias as semelhanças com o conceito de ruído sistémico proposto por Niklas Luhmann, até pelo desenvolvimento que o autor francês lhe dá enquanto categoria de informação trabalhada pelo próprio sistema (Cf. Simondon, 2005).

Neste âmbito, e com o objetivo de proporcionar uma maior clareza analítica (que não devem obstar a uma noção holística do desenvolvimento), podem distinguir-se regimes de individuação onde existe uma (re)conversão de potenciais pré-individuais. Designadamente, podemos distinguir um regime de individuação psíquica de um coletivo (ou psicossocial, dada a inerente polaridade sistema/ambiente¹⁸³) mas também de um biológico, ou até tecnológico (Barthélémy, 2012).

Poderá ser útil conceber estes regimes enquanto trajetórias faseadas e dotadas de algumas especificidades, que por isso resultam em processos e “produtos” tidos como distintos, embora interligados.

Simplificadamente, à individuação psíquica do “eu” enquanto sujeito psicológico, “acedido como produtor de regras de ordenação e estabilização do real, que (...) produz elementos de estruturação à medida que vai estruturando o seu mundo” (Leão, 2011: 9), corresponde um processo de individualização, do qual resultará uma integração ao nível da individualidade (que é o mais próximo que se chegará a qualquer noção de identidade ou personalidade); à individuação coletiva do “nós” enquanto meio (ambiente) associado corresponde um processo de socialização do qual resultará uma integração ao nível do grupo ou coletividade¹⁸⁴.

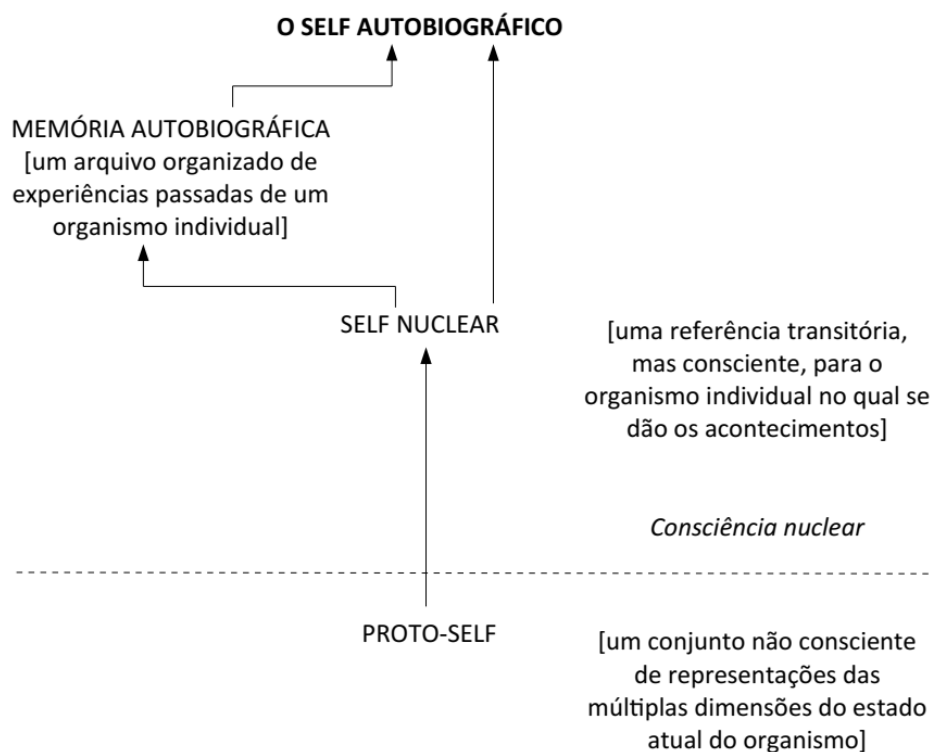
Porém, sabemo-lo bem: quando navegamos a complexidade, nada é assim tão linear. Vejamos, a título de exemplo, como o regime psíquico da individuação pode ser complexificado pela consideração da existência de diferentes estruturas do *self*, a partir

¹⁸³ Daí, também, a frequente subsunção do conceito de socialização à individuação, na tradição de Hegel a Durkheim (Habermas, 1987: 16), apoiada na ideia de que a socialização não é a integração na sociedade de um indivíduo já dado, é antes ela própria que suscita a individuação permanente do Ser.

¹⁸⁴ Como tentámos que ficasse explícito (cf. Capítulo 4) que a socialização pode referir-se a virtualmente qualquer processo mediador da relação entre indivíduo e o seu ambiente, já que aquele é socializado sempre que incorre em interações sociais. Tais interações são, como temos vindo a defender, a base para a modelagem de si mesmo enquanto ser-no-mundo diferenciado, autónomo e adaptável, uma unidade de sentido para si e para os outros. Assim a integração do ser individuado numa coletividade é indispensável a um processo de individuação tal como vimos a definir, “traduzindo o reconhecimento da necessidade de adopção e selecção de uma história colectiva, como condição para o reconhecimento do indivíduo psíquico ou Ser individuado (sujeito psicológico) como unidade pensável, bem como para a expressão plena do sistema de individuação” (Leão, 2011: 74)”.

da esquematização proposta por António Damásio (2013: 241) que abaixo reproduzimos (cf. Figura 9).

Figura 9 – As “espécies de self”¹⁸⁵ (in Damásio, 2013: 241)



Este modelo esquemático baseia-se numa divisão da consciência do self em três estádios:

- Um *estádio pré-consciente*, onde muito cedo se estrutura um proto-self como “conjunto coerente de padrões neuronais que cartografa a cada instante, o estado da estrutura física do organismo nas suas numerosas dimensões” (Damásio, 2013: 191);

¹⁸⁵ O autor oferece ainda, para facilitar a leitura da figura, a seguinte explicação: “A seta entre o proto-self não consciente e o self nuclear consciente representa a transformação que ocorre como resultado do mecanismo da consciência nuclear. A seta em direção à memória autobiográfica indica a memorização de experiências repetidas do self nuclear. As duas setas em direção ao self autobiográfico significam a sua dependência dupla, em relação quer às pulsações contínuas da consciência nuclear, quer às reativações contínuas das memórias autobiográficas.” (Damásio, 2013: 241).

- Uma *consciência* ou self *nuclear*, responsável por um “sentimento de conhecer” e ativo sempre que, com “a atenção dirigida para um objeto em particular”, se gera “um relato imagético e não verbal da relação objeto-organismo” ou um “enredo imagético (...) fornecido em grande abundância ao processo fluente a que chamamos pensamento” (idem: 209-211);
- Um estágio de *consciência alargada* onde desponta o self *autobiográfico*, lugar do “sentido de perspectiva individual, bem como um sentimento de pertença e capacidade de ação individuais”, cujo movimento de “reativação consistente de conjuntos de memórias autobiográficas” confirma ou não, a cada momento e para cada processamento de um novo objeto, “a nossa identidade e a nossa personalidade” (idem: 238-240).

Através destes contributos da neuropsicologia, temos presente que qualquer análise dirigida a um processo de individuação psíquica deve desdobrar o seu olhar por processos intrapsíquicos, eles próprios complexos, sem esquecer que “o ser vivo é, no interior de si mesmo, um nó de comunicação informativa; ele é sistema em um sistema, comportando nele mesmo mediação entre duas ordens de grandeza [interioridade e exterioridade]” (Simondon, 2005: 5).

Se a isso acrescentarmos que “a *psyche* não pode resolver-se apenas ao nível do ser individuado, mas pela participação numa individuação muito maior, que é a do coletivo” (Simondon, 2005, *cit in* Venn, 2010: 146), percebemos que um regime de individuação não existe sem o outro, sendo que a individuação completa resulta da efetiva integração de cada subproduto. O resultado da integração destas integrações, por assim dizer, constituirá (sob certas condições) a informação¹⁸⁶ sobre a qual se ergue uma nova estrutura *metaestável*.

¹⁸⁶ A informação “não é um termo; ela supõe tensão de um sistema de ser; ela é sempre inerente a uma problemática; a informação é aquilo pelo que a incompatibilidade do sistema não resolvido torna-se dimensão organizadora na resolução; a informação supõe uma mudança de fase de um sistema pois ela supõe um primeiro estado pré-individual que se individua segundo a organização descoberta; a informação é a fórmula da individuação, fórmula que não pode pré-existir a essa individuação; poder-se-ia dizer que a informação está sempre no presente, atual, pois ela é o sentido segundo o qual um sistema se individua.” (Simondon, 2005: 8)

Aqui, alguns pontos de contacto entre teorias, utilizadas no presente trabalho, são notáveis. Temos aqui em mente a metáfora de Simondon sobre a formação de cristais: “a cristalização manifesta o aparecimento de dimensões e estruturas no processo da (...) emergência do cristal como uma resposta criativa às disparidades do sistema” (Sauvanargues, 2012: 61); ou ainda a aproximação da ontogénese da individuação ao estruturalismo típico nas teorias sistémicas, como nota Beistegui (2012: 166), no sentido em que “as estruturas não governam processos de identidade, mas de diferenciação, não produzem substâncias, mas eventos”.

A estrutura a que corresponde o (estado de) equilíbrio metaestável é tendencialmente sintrópica (ie. coordenadora de fatores numa determinada direção) e equilibrante¹⁸⁷, simultaneamente orientada ou ordenada pelos significados¹⁸⁸ extraídos da experiência, e ordenante na medida em que adjudica sentido¹⁸⁹. Consequentemente, o *indivíduo* é aqui, sobretudo, “o [sítio] onde e através do qual há significação, o ser que aparece quando existe significação” (Simondon, 2005, cit in Venn, 2010: 146).

¹⁸⁷ Aqui se alude a Jean Piaget e aos seus contributos para as ciências sociais, e não menos para a análise dos processos de socialização, que Claude Dubar (1997: 123) explicita: “[Piaget opera] uma rutura com uma representação linear e unificada da formação entendida como acumulação de conhecimentos ou progressão contínua das competências. As noções de ‘estádio’ e de processo de equilibração reenviam para uma conceção dinâmica da socialização da criança como desestruturação e reestruturação de equilíbrios relativamente coerentes, mas provisórios: a passagem de uma coerência para outra implica uma crise e a reconstrução de novas formas de transação (assimilação/acomodação) entre o indivíduo e o seu meio social. Esta passagem de uma forma de equilíbrio para outra implica uma primeira fase de desestruturação (...) uma segunda fase de desequilíbrio (...) e uma última fase de reestruturação que corresponde a um novo equilíbrio dos dois processos.”

¹⁸⁸ Como reflete Leão (2011: 21): “a individuação, como processo-em-progresso, recusando a constituição do Ser como uma trajectória de condução linear de informação entre meios homogéneos, passa a estar comprometida com o processo de significação, uma vez que apoiada na operação de individuação, a qual através das relações transductivas introduz e resolve em cada fase problemáticas vitais, promovendo novas estruturas (equilíbrios meta-estáveis), denuncia a sua operação sob a forma de transformação de signos em significados, emergindo daqui o sentido e a orientação que informam todo o processo, i.e., organiza os seus limites e continua a individuar-se neles e com eles”.

¹⁸⁹ Poderá ser útil continuar a traçar paralelismos com o aparelho conceptual luhmanianno, enfatizando que a meta-estabilidade, sucedendo-se ao desfasamento, é uma estrutura resolutive que “não é uma solução, mas uma decisão”, como afirma Stiegler (2012: 187) que representa e concretiza, por meio da dotação de sentido (ou significação ou semantização) “um novo tipo de ordem e organização que provisoriamente integra aquilo que era anteriormente uma fonte de tensão” (Grosz, 2012: 39) – e sabemos já a posição que quer o sentido, quer a decisão (quer ainda a dimensão coletiva que subjaz ambos os conceitos) ocupam na teoria Teoria dos Sistemas luhmanianna.

Não obstante, deve notar-se que, uma vez que qualquer estrutura meta-estável deve ser entendida no seio “de um regime de equilíbrios precários, porque ao invés de dissipar ou esgotar as energias de cada fase, converte-as em estruturas do Ser, conservando, desse modo, a tensão e a conflitualidade como características do Ser” (Leão, 2011: 17-18), se imagina que os resíduos não atualizados (potencial não concretizado) dessa operação revertem novamente para a realidade pré-individual.

Parecendo-nos apropriado estabelecer aqui um paralelo com a reflexão de Luhmann (1995, *cit in* HERNES, 2008) acerca do fechamento operacional dos sistemas sociais – “a autorreferência produz um fechamento recursivo e circular, mas o fechamento não serve de fim em si mesmo (...) ao invés, é a condição de possibilidade para a abertura (...) as operações não absorvem o significado total, não totalizam mas meramente acompanham; porque elas não concluem, não levam a um fim, não concretizam um telos, somente abrem para fora” – o estado metaestável não se apresenta como fim, e a operação transductiva não esgota os potenciais da individuação, como o seguinte excerto nos elucida:

“O indivíduo [é] apenas uma dessas múltiplas fases – uma dobra no tempo –, donde se conclui a antecendência de uma realidade germinal e concentradora de potencial, tensão e informação, designada por realidade ou meio pré-individual e, simultaneamente, a incapacidade inerente à suposição de qualquer limite pré-estabelecido para as possibilidades de individuação, sendo a individuação conservada como um processo inacabado na virtualidade da reconversão contínua dos seus potenciais.” (Leão, 2011: 15).

Assim, e só assim, é possível entender a individuação como processo permanentemente inacabado, pois se a vida é ela mesma uma “perpétua individuação” (Simondon, 1989: 27) e “o indivíduo vivo é sistema de individuação, sistema individuante e sistema se individuando” (Simondon, 2005: 5), qualquer estrutura meta-estável poderá vir a redefinir, pelas propriedades emergentes que apresenta, o sujeito enquanto sistema

auto-organizado¹⁹⁰ (embora, neste quadro teórico, nunca o faça total ou definitivamente, até pela tendência que os sistemas apresentam para a entropia). Portanto, tido enquanto resultado operativo da individuação, o estado meta-estável deve ser considerado:

“(...) como resolução parcial e relativa que se manifesta num sistema comportando potenciais e contendo uma certa incompatibilidade em relação a si mesmo, incompatibilidade feita tanto de forças de tensão quanto da impossibilidade de uma interação entre termos extremos das dimensões” (Simondon, 2005: 2).

No entanto, para que uma tal resposta provisória emergja, é necessário que as operações transductivas que a antecedem sejam capazes de assegurar, pela manutenção de circuitos relacionais apropriados, não só um trânsito contínuo e faseado em cada regime de individuação, mas também (e sobretudo), um desdobramento generativo (e, por isso, tendente à meta-estabilização) entre regimes.

É neste hiato, onde forças psíquicas e coletivas se desafiam mutuamente, que o discurso, os saberes, o conhecimento e a técnica – fundíveis num regime próprio de individuação, designadamente técnico – assumem o seu papel na operação de transdução atuando “como mediadores da relação simbólica do sujeito psicológico com o meio, revitalizando os potenciais da realidade pré-individual e localizando o Ser em novas e sucessivas fases” (Leão: 2011: 77).

¹⁹⁰ De resto, a convocação de operações que se efetuam por intermédio de potenciais, tensões, significados e seleções, faz-nos reforçar que as possibilidades de diálogo com a teoria sistémica luhmanianna são vastas e dignas de exploração, não apenas no presente trabalho, mas também noutras instâncias. Por exemplo, a leitura que Hernes (2008: 90-91) produz, acerca das reflexões de Niklas Luhmann, deve fornecer uma adequada explicação para esta nossa asserção, se atentarmos no seguinte excerto: “(...) o significado (...) ‘tem de ser encarado como basalmente instável, inquieto, com uma compulsão para a auto-alteração’. A conceção de Luhmann acerca dos sistemas sociais assenta, portanto, na perspetiva de haver uma constante tensão entre, por um lado, a sua base de auto(re)produção e, por outro, a sua propensão para a mudança. (...) Para Luhmann, o significado – que é a base sobre a qual os sistemas se constituem – é a contínua atualização de potencial (...) a diferença entre o que é atual e o que poderia potencialmente ser diferente (...) [encontrando-se] a potencialidade representada pela possibilidade, isto é, seleções possíveis feitas pelo sistema.”

Se o nível técnico cumprir a sua função operativa, que é a de assegurar os meios para o estabelecimento de relações associativas entre os níveis psíquico e coletivo, podemos dizer que a operação de transdução traduzirá uma *transindividuação*¹⁹¹ na qual um coletivo real se torna imanente ao indivíduo; se, pelo contrário, o regime técnico só for capaz de organizar relações de tipo dissociativo, a meta-estabilização dos múltiplos níveis é inviabilizada, admitindo-se somente uma individuação parcial, e uma integração parcial do indivíduo já não num coletivo real, mas numa *interindividuação*, isto é, numa comunidade composta por relações interindividuais (cf. Barthélemy, 2012) entre sistemas psíquicos que se observam mutuamente como objetos.

No primeiro caso, assume-se que os produtos das individuações a diferentes níveis são correlativos e interdependentes (Leão, 2011), pelo que a nova estrutura meta-estável, para além de ser teórica e potencialmente mais generativa (pois se o potencial combinado dos dois regimes é maior do que o potencial de apenas um, os resíduos não atualizados devem ser igualmente maiores), tende a despoletar uma compreensão dos, e ação social nos, diferentes contextos que se pode considerar privilegiada, do ponto de vista dos benefícios psicossociais que, de uma forma geral acarretam.

Tal asserção, podendo ser difícil de verificar empiricamente, sustenta-se pela consideração do caso contrário, isto é, pela circunstância de, na ausência ou interrupção de um circuito transindividuante, qualquer um dos processos (de individualização, tecnicização ou coletivização) se poder tornar dominante, acarretando as consequências psicossociais que têm (pre)ocupado grande parte dos cientistas sociais, entre as quais se contam, à laia de exemplos, a *reificação* de que se ocuparam Marx (1991, *cit in* Balibar, 2007), Lukacs (2009) ou Honneth (2005), a *racionalização* de Weber

¹⁹¹ A transindividuação é definida por Simondon (1989: 18, *cit in* Barthélemy, 2012) como a “unidade sistemática da individuação (interior) psíquica com a individuação (exterior) coletiva”, e pode caracterizar-se adicionalmente da seguinte forma: “as relações transindividuais são elas próprias a consequência de uma transdução, a transformação, a um nível superior, de um problema encontrado na relação entre a matéria informada e a informação transmitida. Os coletivos transindividuentes respondem a problemas que os indivíduos psíquicos (n.d.r. sujeito psicológico) não são capazes de responder. Eles criam um modo superior de resolução e utilização das tensões do pré-individual que permanecem irresolvidos. O transindividual, seja na forma do próprio pensamento, ou na forma de coletivos supraindividuais, simultaneamente excede e estende o individual, é parte dele e vai além dele.” (Grosz, 2012: 50).

(1964), Horkheimer e Adorno (1944/2004) ou Habermas (1987), ou ainda a *alienação* e a *ansiedade* destacadas até pelo próprio Simondon (cf. Barthélémy, 2012).

A chave capaz de decifrar o hiato entre indivíduo e coletivo, iluminando os efeitos psicossociais que daí advêm, parece encontrar-se então, na intencionalidade e gramatização da técnica. São estes os fatores que enformam propriedades associativas, que formam *circuitos transindividuentes*, ou propriedades dissociativas, que formam *circuitos interindividuentes* (Leão, 2011).

Primeiramente, isso implica, continua Leão (2011: 74) a “consideração da técnica, e dos objectos que supõe, como uma exteriorização ou artificialização da memória, como um prolongamento da existência por outros meios, assegurando a transmissão do património cultural e simbólico coletivo”. Integrando contributos anteriores, será aqui que o “acervo social de conhecimento que é transmitido” (Berger & Luckmann, 2004: 62) se relaciona com o património mnésico individualizado, ou self autobiográfico (Damásio, 2013), pela linguagem¹⁹² latu sensu, e pela prática discursiva que a instancia. Encontrando-se a qualidade desse diálogo, em sede de operação transductiva, dependente da regulação do regime técnico e dos instrumentos e dispositivos prático-simbólicos naquele implantados.

De forma complementar, se levarmos em linha de conta as diferenças simondianas entre transindividuação e interindividuação, e se trouxermos novamente à liça os postulados luhmaniannos sobre a função social dos sistemas psíquicos para os sistemas sociais (i.e. o primeiro só existe para o segundo como sujeito parcial e individuado quando cumpre uma dada função social), podemos distinguir os modos de gramatização da técnica também a partir da verificação, na prática social e discursiva, de um pressuposto que antecede a cognição (Honneth, 2005) e, portanto, a compreensão cognitiva dos conteúdos do conhecimento por parte de quem o receciona: falamos do

¹⁹² Já Hegel o defendera, juntamente com as categorias da família e do trabalho, como dimensão fundamental do “processo de formação do espírito autoconsciente”, expressão do particular e do universal. Aqui, é do uso dos símbolos e da memória que emerge a consciência que ordena o caos das sensações e é neles que a mesma se experimenta como sujeito. (cf. Habermas, 1987: 23-25).

reconhecimento (intersubjetivo¹⁹³ ou interindividual) (Habermas, 1987; Honneth, 2005; 2011; Jaeggi, 2013).

Uma vez que a noção de reconhecimento, aqui mobilizada, revolve em torno daquilo que Rahel Jaeggi (2013: 123) denomina de “percepção original” e que consiste na “convicção de que (...) nós somos o que somos através de outros e, por conseguinte, como sujeitos dependemos fundamentalmente (e em sentido que ultrapassa a compreensão instrumental) da sociabilidade e da interação com outros”, então assume-se que a intersubjetividade que o pode qualificar, apenas e só quando “um Eu pode identificar-se com outro Eu, sem abandonar a não identidade entre ele o seu outro” (Habermas, 1987: 17).

Da nossa parte, acrescentaríamos que um Eu só pode identificar-se com outro Eu quando é capaz de gerar (pela qualidade afetivo-emocional¹⁹⁴ das relações eu/nós mutuamente constitutivas que impõe), o tipo de interação favorável à (co)individação plena e recorrente¹⁹⁵, já que o valor do sistema pessoal permanece holístico e “mais-do-

¹⁹³ Oriundo da tradição filosófica ocidental, este conceito tem figurado no centro da problemática da consciência desde que Hegel o formulou e desenvolveu como resposta, crítica, contraste e contraponto ao Eu kantiano (Habermas, 1987), baluarte das teses individualizantes que grassam, pelo menos desde o Iluminismo. Nessa tradição, continuada em grande medida pela Teoria Crítica (Cf. Honneth, 2005), todo um conjunto de teorias do reconhecimento foram sendo desenvolvidas até aos nossos dias.

¹⁹⁴ A afetividade parece ser um fator fundamental tanto para a qualidade do reconhecimento quanto para a efetividade da transdividação. Sobre a primeira dimensão elencada, Honneth (2005) recolhe de autores como Dewey, Mead ou Adorno os elementos que consubstanciam a disposição emocional-afetiva como condição para a intersubjetividade e mesmo para cognição, interferindo diretamente, portanto, nos processos de construção de sentido. No que se refere à transdividação, em concordância, a sua importância pode ser deduzida da seguinte afirmação: “A afetividade e a emotividade constituem a ressonância do ser em relação consigo mesmo, ligando o ser individuado à realidade pré-individual que lhe está associada (...) [são] aquilo que traduz e perpetua a possibilidade de individuação num coletivo (...) e o *index* do vir-a-ser.” (Simondon, 2005, *cit in* Venn, 2010: 144).

¹⁹⁵ Explica Leão (2011: 74) “consistindo na meta-estabilização das significações das individuações psíquicas (“eu”) e colectivas (“nós”), possibilitando que indivíduos psíquicos (substrato epigenético) individuem colectivamente realidades pré-individuais (substrato filogenético), através do desencadeamento e alimentação de circuitos trans-individuantes, traduzindo o reconhecimento da necessidade de adopção e selecção de uma história colectiva, como condição para o reconhecimento do indivíduo psíquico ou Ser individuado (sujeito psicológico) como unidade pensável, bem como para a expressão plena do sistema de individuação”

que-um” (Simondon, 2005, *cit in* Venn, 2010: 143), não se esgotando na parcialidade que o ser individuado é para o outro ou para a sociedade.

Pelo contrário, se o reconhecimento não é intersubjetivo, ele é um *(des)reconhecimento* constitutivamente assimétrico (Jaeggi, 2013) que, suportando uma interindividuação instrumental, e provavelmente reificante, de sujeitos tidos como plenamente individuados, tende a especializar sistemas psíquicos para a organização racional de meios tendo em vista fins pré-determinados, isto é, para a ação racional teleológica (Habermas, 1987).

Nesse caso, a apropriação de um papel social (em larga medida construído e legitimado externamente) identifica o sujeito para a, e na sociedade (Lee, 2000) de um modo que o torna mais apto a instituir a ordem social como realidade legada, objetiva e aparentemente imutável (Berger & Luckmann, 2004), ao invés de o tornar mais apto a aceder a novas problemáticas e processos de (co)individuação.

Também por isto, e conclusivamente, a posição central da análise da individuação, no contexto do presente trabalho, deriva da concepção de um eixo analítico Micro que, no caso de terem sido aceites as premissas que suportam o objetivo central desta tese (i.e. “Produzir uma reflexão crítica e abrangente do processo de construção e institucionalização do ES”) não pode deixar de ser articulado com as dimensões Macro e Meso. Vejamos, mais pormenorizadamente, em que consiste o método para o seu estudo empírico.

7.2 O método de análise.

As questões próprias deste nível de análise, têm aqui o seu espaço de aprofundamento qualitativo, tido como o mais adequado “meio de explorar e compreender o significado que os indivíduos (...) atribuem a uma dada problemática” (Creswell, 2009: 4). Na sua concepção, fomos inspirados, principalmente, por Bernard Lahire, pela sua sociologia à escala individual (Lahire, 2005; Lopes, 2012), e pelas questões que a mesma coloca ao investigador:

“Como é que o indivíduo vive a pluralidade do mundo social, bem como a sua própria pluralidade interna? O que é que esta pluralidade (interior e exterior) produz na economia psíquica, mental dos indivíduos que a vivem? Que disposições o indivíduo investe nos diferentes universos (no sentido lato do termo) que é levado a atravessar? Como distribui ele a sua energia e o seu tempo entre esses mesmos universos? Eis uma série de questões que uma sociologia à escala do indivíduo necessariamente se coloca.” (Lahire, 2005: 25)

Para o autor francês, a complexidade interna de cada sujeito torna-o plural e singular (Lopes, 2012), embora qualquer abordagem empírica às suas práticas e processos reflexivos deva começar por aceitar que aquele se encontra “na intersecção de diferentes esferas e forças sociais”, como refere Caetano (2012: 16). Aí, práticas e discursos encontram o “quadro de uma teoria da acção” que se funda, como defende Lahire:

“sobre uma sociologia da pluralidade disposicional (a socialização passada é mais ou menos heterogénea e dá lugar a disposições para agir e para crer heterogéneas e, por vezes, mesmo contraditórias) e contextual (os contextos de actualização das disposições são variados)” (Lahire, 2005: 35).

Este ponto de vista tem, evidentemente, implicações analíticas e hermenêuticas. Ao nível das últimas, tivemos especialmente em conta os constrangimentos e possibilidades da agência em cada contexto, pugnando pela perspectiva de que os efeitos da individuação na acção parecem depender da eficácia das operações individuanes. Mas também dos padrões de suspensão/ativação das disposições individuais que, quando em sede equilíbrio meta-estável, se atualizam ou não, se dissolvem ou se fixam com maior ou menor força¹⁹⁶, dependendo sempre do contexto. Deve enfatizar-se ainda

¹⁹⁶ Como refere Lahire (2005: 21) “As disposições distinguem-se entre elas segundo o seu grau de fixação e de força. Existem disposições fortes e disposições mais fracas, e a força e a fraqueza relativas das disposições dependem, em parte, da recorrência da sua actualização. Não incorporamos um hábito durável em apenas algumas horas, e certas disposições constituídas podem enfraquecer ou apagar-se pelo facto de não encontrarem condições para a sua actualização, e às vezes mesmo pelo facto de encontrarem condições de repressão.”.

que, nesse particular, os efeitos não são neutros, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista individual, como o próprio explica:

“Porque somos portadores de disposições, de capacidades, de saberes e saberes-fazer que devem por vezes viver longamente num estado de suspensão devido a razões sociais objectivas, podemos sentir um mal-estar que se traduz geralmente na ilusão de que o nosso “eu autêntico” (“pessoal” e, portanto, pensado como a-social) não encontra o seu lugar no quadro constrangedor da sociedade (assimilada a um conjunto de normas sociais estranho à própria pessoa). Essa situação é favorável ao reforço da ilusão da existência de um “foro interior” ou de um “eu íntimo” (autêntico) independente de qualquer quadro social, quando é precisamente o desfasamento ou a disjunção entre o que o social colocou em nós e o que ele nos oferece como possibilidade de accionamento das nossas diversas disposições e capacidades em tal ou tal momento do tempo que está na origem de um tal sentimento.” (Lahire, 2005: 38)

Noutro quadrante, que diz respeito aos modos de análise sociológica, reforça-se a convicção de que nada poderemos mostrar ao leitor que não seja pela via do acesso e reconstrução do discurso, já que, como refere Coelho (2012: 93) “uma disposição é uma realidade reconstituída que, como tal, nunca é observada diretamente”, urgindo “captar essas disposições através de um processo de desconstrução do discurso do sujeito, e de todo um procedimento de reconstrução (...) enquadrando-o nos contextos que lhes estão subjacentes” (idem).

Tendo em conta que os *retratos sociológicos* se afiguram o método lahireano por excelência (cf. Coelho, 2012), afirmamo-nos somente “inspirados” uma vez que não dispusémos nem dos meios, nem do espaço (físico e simbólico, no âmbito da presente tese) requeridos para uma aproximação rigorosa ao escopo, profundidade e investimento que aquele dispositivo metodológico parece exigir¹⁹⁷.

¹⁹⁷ Por exemplo, afirma Lahire (2010, *cit in* Gomes et al., 2014) que trabalhou “em profundidade uma série de estudos de casos (oito pessoas entrevistadas seis vezes e de forma prolongada sobre temas muito diferentes - escola, família, trabalho, amigos, lazeres e actividades culturais, desporto, alimentação,

Ainda assim, nada nos impede de reconhecer os valiosos contributos deste autor para as nossas opções metodológicas e, no seguimento, desenvolver um conjunto de *retratos psicossociais*, de forte pendor interpretativo e interdisciplinar, cruzando disposições e reflexividade subjetivas com os efeitos da participação na AU.

Porque se desejava aceder, pela via discursiva, à riqueza dos processos e configurações que emergem das estruturas de significação (pertença do sujeito assim concebido), e tendo em conta que um processo de individuação, da forma que aqui foi delineado (enquanto construção pessoal e experiência subjetiva que requerem uma articulação a diversos níveis analíticos), tentou-se impor à reflexividade analítica uma lógica, de certa forma, mista ou abductiva.

Este racional afirma que “a teoria é importante, mas não está sempre pré-estabelecida à investigação como na abordagem dedutivo-empírica” (della Porta & Keating , 2008: 26), pelo que é justo dar crédito à força indutiva tanto por detrás do processo de recolha de dados, quanto da análise de dados.

Embora seja aceite que da opção pelos desenhos de investigação qualitativos decorre a necessidade de se adotar um estilo analítico indutivo propício a descobertas e emergências de variados tipos, a maturação da problemática ao longo de capítulos anteriores acabou por impor aqui os seus elementos estruturantes e dedutivos. Por conseguinte, a nossa abordagem poderá ser combinatória de ambas as forças, e abductiva por desenho.

A técnica de investigação considerada mais adequada aos propósitos acima descritos acabou por ser a entrevista semiestruturada de tipo autobiográfico (Atkinson, 1998). A assunção da prerrogativa de desconstrução e contextualização dos discursos que, em última análise, se conseguiram obter, implicou tentar, sempre que possível,

saúde, indumentária...) - para varrer os domínios de actividade e dimensões de existência suficientemente diversificados”. Ora, tendo em conta o nosso programa de investigação, é-nos virtualmente impossível dedicar, a esta tarefa, recursos semelhantes. Ao invés de “varrer” os diferentes aspetos de uma vida, focar-nos-emos em alguns pontilhados que daí emergem, tentando a partir daí co-construir uma narrativa heurística, e aceitando o preço a pagar por não se conseguir “entrar no detalhe das variações intra-individuais pondo em causa as evidências sobre os mecanismos de transferibilidade das disposições” (idem).

“compreender o hiato entre aquilo que os indivíduos dizem fazer e o que fazem realmente” (Caetano, 2012: 22).

Com efeito, um guião foi elaborado a partir da problemática estabelecida (cf. Anexo 4), o qual permitiu a condução e aplicação de 6 entrevistas¹⁹⁸ a outros tantos participantes (N=6) da 2ª edição da AU (Porto), entre os dias 12 de maio de 2018 e 8 de junho de 2018.

Após a determinação de alguns dados (E.g.: nome, idade, sítio onde vive e situação profissional) conducentes a uma caracterização básica do/a entrevistado/a, o primeiro bloco de questões incidiu no estabelecimento de uma narrativa, reflexiva e relativamente estruturada, das experiências marcantes da história de vida de cada um (cf. Clandinin & Connelly, 2000; de Oliveira, 2011).

Isto mediante um “encadeamento de eventos biográficos apresentados na narrativa e a (mutável) atitude do entrevistado em relação a esses eventos, a sua história e a si mesmo” (Dausien, 1996: 129, *cit in* de Oliveira, 2011) que tentou não omitir o “enquadramento sociocultural, na qual são compreendidas as condições sociais e de pertencimento a um grupo que antecede a narração de um sujeito” (Costa, 2002:19).

O intuito passou por aceder a estados pré-individuais, ao longo de dimensões espaciais, temporais e relacionais (Clandinin & Connelly, 2000), assim explorando aspetos como: a) a influência do contexto onde nasceu e cresceu; experiências e acontecimentos relevantes e/ou marcantes; atividades de lazer preferidas; grupos e pessoas de referência; b) a trajetória escolar e avaliações subjetivas de sucesso/insucesso; cursos académicos e razões para a sua escolha; avaliação e expectativas adquiridas pela frequência nos diferentes graus de ensino; ou c) atividades profissionais anteriores e atuais; experiências laborais significativas; (des)coincidências entre o exercício

¹⁹⁸ Refira-se que houve percalços na fase de recolha dos testemunhos. Era nosso objetivo contar com oito fontes de discurso direto, uma por cada projeto organizacional “incubado” e apresentado publicamente no dia 19 de julho 2014 (cf. “Apresentação projetos incubados”), porém tal não foi possível realizar devido a défices de comunicação tornados em indisponibilidades várias. Assim sendo, seis (6) foram os discursos recolhidos, cinco (5) foram aqueles gravados em boas condições, e quatro (4) as nossas fontes primárias. A todas foi apresentada a “Declaração de Consentimento Informado” e todas assinaram, tal como o investigador na sua presença.

profissional e a qualificação académica; e representações sobre a área e campo profissionais.

Já as questões agregadas no bloco seguinte dirigem uma atenção específica para a operação de individuação que se crê ter acontecido pela frequência na AU, daí colocando em relevo a relação evolutiva do participante com o programa educativo, nas suas diversas facetas.

Começando por ligar os potenciais inscritos na realidade pré-individual a uma disposição para agir concreta – a candidatura e frequência na AU – este bloco explora, entre outros temas: (a) as razões que levaram ao ingresso na AU, bem como as expectativas iniciais em torno da frequência e também da construção de um projeto organizacional de cariz social; (b) as interiorizações, crises e significados construídos, individual e coletivamente, que permanecem do tempo em que participaram na AU, o que inclui as aprendizagens consideradas mais significativas, as competências que se percecionam como adquiridas, e também as eventuais incongruências e resistências resultantes de momentos de crise e dúvida; ou (c) As atitudes e ações predominantemente afetivas ocorridas naquele contexto, assim como a qualidade e manutenção de relações pessoais e/ou profissionais com elementos da equipa técnica, colaboradores e participantes (ou até mesmo com organizações ligadas ao processo de estruturação anteriormente descrito).

O último bloco de questões tenta, por fim, unir os pontos da singularidade disposicional, com a(s) socialização(ões) que a constituíram, e o conhecimento que, por sua vez, ali se encontra subjacente. De resto, é o próprio Bernard Lahire que o justifica, apresentando da seguinte forma o programa de investigação inerente aos seus retratos:

“De facto, é difícil compreender totalmente uma disposição se não reconstruirmos a sua génese (isto é, as condições e as modalidades da sua formação). Apreender as matrizes e os modos de socialização que formaram tal ou tal tipo de disposições sociais deveria ser parte integrante de uma sociologia da educação, concebida como uma sociologia dos modos de socialização

(escolares e extra-escolares) e articulada a uma sociologia do conhecimento.”
(Lahire, 2005: 17).

Assim, e partindo do pressuposto de que os indivíduos “simultaneamente ‘vivem em’ e ‘são constitutivos de’ esses macro-objectos” (Lahire, 2005: 12), um novo conjunto de questões pretende evocar, mais concretamente, as representações construídas pelos participantes acerca do papel de “empreendedor social” e dos programas organizacionais favorecidos pela estrutura educativa, ao mesmo tempo que permitem aferir em que medida estes foram incorporados, corrigidos ou sedimentados enquanto disposições para agir (em conformidade, ou não).

Dito de outra forma, o “duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade” (Bourdieu, 1983: 47) que apresentámos anteriormente (cf. Capítulo 4), será o ponto de equilíbrio das dimensões espaço-temporais, estruturais e institucionais presente na construção subjetiva (i.e. os modos como a operação de individuação na AU se corporizou num sujeito), com a exteriorização de determinadas disposições (para agir ou para crer), consideradas enquanto hábitos, discursos, capacidades e saberes vertidos, ou não, para o terreno da ação social (Lahire, 2005).

Nesse sentido, não podia deixar de ser questionada a relação entre as estruturas de significado, realizadas pelo equilíbrio meta-estável, e o contexto social, a partir daquilo que consideramos serem os elementos fundamentais dessa relação, como por exemplo:

“Como é que certas disposições se combinam entre si para explicar comportamentos em tal ou tal contexto? Têm elas existência relativamente, independente umas das outras e combinam-se entre si de maneira diferente, dependendo dos contextos de acção? Como podem elas entrar em conflito e entravar a acção ou a decisão? Eis algumas questões que devem, mais uma vez, encontrar terrenos empíricos para a sua resolução, em vez de serem tratadas na ordem puramente teórica e retórica.” (Lahire, 2005: 27).

Porque a relação que forma a unidade que é a *acção-em-contexto* (Leão, 2011: 77) não só não é exclusivamente constrangedora, como pode afigurar-se generativa e até, por que não dizê-lo, transformativa, da hermenêutica estabelecida sobressairá a resolução

parcial de um indivíduo constituído enquanto atualização do seu património de disposições, pela inibição de um conjunto delas ou pela formação de outras, entendendo que a ativação ou suspensão de partes ou da totalidade desse conjunto de disposições depende da relação com o contexto e das oportunidades de realização que o mesmo proporciona e determina (Lahire, 2005).

Nesse sentido, e não deixando de ter presente as funções normalmente adscritas a um programa educativo, particularmente na internalização de papéis sociais (Cf. Capítulo 4), este bloco interpela os sujeitos com questões, ao longo de um espectro que percorre: (a) desde variados aspetos relativos à experiência de “incubação” (E.g.: ideia inicial do projeto; modo de constituição da equipa de trabalho; distribuição e assunção de papéis; representações sobre a natureza mais ou menos empresarial do projeto; discursos construídos e disseminados acerca do projeto); até (b) a ação sobre o meio, os investimentos e os horizontes prospectivos explorados através de disposições postas ou não em prática, sobretudo em termos dos modos atuais de integração socioprofissional (ou, se for conforme ao caso, as expectativas, motivações ou intenções) e face às ameaças e oportunidades reconhecidas no contexto temporal e geográfico relevante; (c) passando por uma avaliação subjetiva e genérica acerca do TS na atualidade, e pelo confronto com as circunstâncias que levaram a que projeto organizacional incubado na AU tivesse um funcionamento contínuo desde então (ou, por outro lado, que se tivesse dissolvido).

Sumariamente, os diferentes níveis de análise presentes na nossa investigação foram articulados de forma a abrir um campo de análise sociológica à escala individual, que apresenta no seu centro o ator plurideterminado e pluripotenciado, e estabelece como pedra de toque a participação na AU, e a decorrente socialização (do ES), enquanto oportunidade e operação de (co-) individuação; De forma complementar, procurou-se resgatar indícios de novas estruturas do Ser, isto é, de novos equilíbrios meta-estáveis, eventualmente atribuíveis aos processos de individuação tidos como mais relevantes.

Através da recolha semi-estruturada do discurso de cada participante, modelada pelos parâmetros que acabámos de enunciar, a análise sociológica foi vertida para o Capítulo 9, com o qual fechamos o presente trabalho. Quatro retratos psicossociológicos

ilustrarão, portanto, outros tantos caminhos de construção de si, fundamentados em potenciais e forças, sedimentados por experiências e eventos passados, atualizados em disposições que evidenciam o sujeito como ser-no-mundo diferenciado.

9. A operação de individuação na AU, a partir de quatro *retratos psicossociológicos*

Com os riscos inerentes, tomamos como garantido que o início da relação dos participantes com a AU pode ser reportado ao momento em que, pela primeira vez, aqueles tomaram contacto com o folheto informativo e daí selecionaram algo de relevante para si.

Sabendo que, “em cada momento do seu percurso biográfico, os agentes individuais e coletivos são convidados a escolherem entre o que lhes interessa e o que não lhes interessa (...) entre numerosas escolhas (...) que articulam a constituição das nossas experiências e das nossas ações” (Correia, 2004: 145-146), e que, prossegue o autor, “a relevância diz respeito à atenção seletiva pela qual estabelecemos os problemas a serem solucionados pelo nosso pensamento e os objetivos a serem atingidos pelas nossas ações” (idem), é lícito afirmar que os sujeitos que viriam a ser participantes da AU compreenderam a informação e a *utterance* sistémicas (Cf. Maurer, 2012) que se lhes foram oferecidas num simples flyer ou email, tomando em consideração o seu percurso biográfico e os seus contextos de vida, bem como os seus sonhos, ambições e expectativas.

Não obstante, já Albert Bandura (2000: 75) o afirmava, “as pessoas são parcialmente produtos dos seus ambientes; mas porque selecionam, criam e transformam as suas circunstâncias ambientais, elas são igualmente produtoras de ambientes”, facto que as torna “capazes de influenciar o curso de eventos e as suas vidas” (idem). Portanto, *ex ante*, há fatores sociais e comunicacionais que, quedando-se no lado latente deste acoplamento bem-sucedido entre AU e os seus participantes, não podem ser adequadamente compreendidos a partir de uma perspetiva consequencialista, ignorante quer das contingências e dos acasos, quer da possibilidade que cada sujeito possui para construir, a partir da mesma mensagem, o seu próprio edifício hierárquico de significados, e o seu universo pessoal de justificações.

De facto, as especificidades do espaço-tempo que escolhemos para análise, e das situações sociais peculiares a cada sujeito que entrevistámos, jogaram a favor da decisão de participar no programa educativo da AU. Num caso, a familiaridade com o espaço onde o mesmo se iria realizar, que era o mesmo onde o sujeito desenvolvia atividade profissional, soma-se à recém-descoberta disponibilidade de tempo livre para ali ser investido (E8). Noutro exemplo, uma situação de desemprego, associada a um estado depressivo, caracterizado pelo isolamento social e despoletado por uma série de infortúnios, fornece as condições mínimas para a ação: *“como eu estava na altura... Sinceramente pensei mesmo 'e porque não?' 'Ok, fim-de-semana, não estou empregado nem nada, o que é eu perco? Vou lá.'”* (E12).

Relembra-se que o capítulo prévio notou, a partir do seu foco na dimensão estrutural/estruturante, que havia propriedades da AU (i.e. as parcerias e, especialmente, as organizações informantes) que resultavam numa pressão para que daí surgisse (pelo menos) um participante, facto que nos parece deter o potencial de obviar, na prática, os critérios de recrutamento oficiais, e favorecer a construção de processos de significação ad hoc¹⁹⁹.

A estratégia de recrutamento e seleção já deixava antever, pela sequência evolutiva até aí apresentada, e para o grupo de participantes cuja experiência se pretende ilustrar, a existência de uma variabilidade assinalável de ambientes e biografias. E confirma-se que os contextos experienciados até à idade adulta são muito diversos entre si: do interior pacato de uma ilha de Cabo Verde (E11), a um agitado bairro social numa pequena cidade costeira do Norte de Portugal (E12); de um meio socioeconómico privilegiado que permite viver *“num sítio bastante protegido [com] as condições todas necessárias para ter uma vida equilibrada”* (E8) até à manifesta pobreza e destituição atenuada pela *“alimentação do programa alimentar mundial (...) e comprimidos, vitaminas, porque*

¹⁹⁹ De entre os entrevistados, há pelo menos um caso em que a categoria de *participante* acaba por ser preenchida por um sujeito (E10) consciente dessa necessidade exterior e acima de si – “até porque a própria instituição [ndr. organização informante] fez um bocado de força para ter alguns membros nessa Academia Ubuntu.” – e que, todavia, a aceita como ponto de partida para a co-elaboração de um quadro prospetivo altamente dinâmico.

éramos crianças de certa forma subnutridas” (E11), sem esquecer as camadas socioeconómicas intermédias, sempre afetadas pelas sucessivas crises financeiras e socioeconómicas que têm assolado o séc. XXI (E9 e E12).

Se, nos grandes aglomerados periurbanos, a competitividade e a agressividade são as respostas visíveis à delinquência e sobrepopulação (E12), nas zonas suburbanas os laços sociais e modos de convivência tipicamente comunitários ainda subsistem e permitem que alguém diga *“todos nos conhecíamos, toda a gente conhecia a minha família”* (E9).

Já a solidão mais ou menos forçada de um local de pasto em montes e vales, pode somar-se à onnipresença do mar e produzir nostalgia feita do *“contacto com terra, mar, vento, pó”* (E11). Neles, isto é, nas suas memórias autobiográficas e através destes ambientes, ficaram gravadas quer as grandes tragédias, quer os pequenos prazeres. E, apesar dos contrastes, a influência dos contextos é genericamente bem vincada, facto ao qual não serão alheias, claro está, as redes e relações sociais aí estabelecidas que constituíram, evidentemente, importantes fontes de socialização, embora de modos diferentes para cada um.

Porventura em nenhum outro tema isso é tão claro quanto no da família, suas dinâmicas e sua influência no desenvolvimento pessoal. Nos interstícios, encontrámos todos os sinais de vivências familiares complexas, de entre os quais se destaca – excluindo um caso em que a família nuclear foi e continua a ser um baluarte da existência, providenciando um ininterrupto suporte material e emocional (E12) – um padrão de ausência.

Ausência que, por ser para o E9 sobretudo física, e porque se atribui ao tempo passado em contexto laboral num negócio próprio, ainda hoje marca toda uma perspetiva acerca dos modos e organização do trabalho na contemporaneidade (como veremos adiante). Ausência que, por ser para o E8 sobretudo afetiva, e encontrando-se certamente na base de relações desequilibradas entre irmãos e entre filhos e pais, denuncia o carácter altamente destrutivo e determinista que um único e traumático evento pode representar para uma família inteira.

Em circunstâncias como estas, os vazios vão sendo preenchidos por outros indivíduos significativos fora do círculo familiar próximo, sejam eles outros membros da família alargada ou até vizinhos (E9), sejam as amizades que se vão consolidando em fases cruciais da vida (E8). Noutros casos, as atividades desportivas e/ou artísticas (E11 e E12) providenciam um importante escape, destacando-se até como um valioso fator protetor.

Mas, como se pode ser pessoa quando tudo isso não se encontra, por algum motivo, presente? Aí, a imaginação pode mesmo ser o recurso mais importante de um indivíduo, exercitada pelas *“ruas a esfarrapar os joelhos e a brincar”* (E12) ou *“no contacto com, no respeito pela natureza”* (E9); aguçando-se com cada leitura dos *“recortes dos jornais velhos que encontrava na rua”* (E11), ou com cada noite passada *“fora de casa, em casa de amigos [ou] em campos de férias”* (E8).

Assim se foram (e)laborando sonhos e horizontes, por vezes a partir de objetos tão simples quanto um poster de uma equipa de futebol, afixado num pequeno quarto a mais de 3000 km de distância²⁰⁰. Esse misto de construção do *real* a partir do onírico manifesta e soma-se às contingências do mundo social, que são aquelas que produzem os subtis acasos, tão indispensáveis quanto indecifráveis, para a efetivação da união entre sistemas sociais e pessoais.

A título exemplificativo: se E8 não fosse detentora de *“um cargo de liderança lá na Universidade Católica”*, provavelmente não teria sabido *“que há um projeto aqui da casa”* e pensado *“vou-me meter nisto”*; Se E9 não estivesse, à data, a colaborar enquanto voluntária técnica numa OTS, não teria ninguém habilitado a escrever-lhe *“uma carta de recomendação”*; Se o ano letivo no Brasil tivesse começado mais cedo que em Portugal – *“Fiz candidatura para Portugal e Brasil. Consegui a vaga em ambos [mas] como o ano letivo no Brasil só ia começar em Fevereiro, eu não queria esperar muito e*

²⁰⁰ Tendo em conta o seguinte trecho: “E uma coisa curiosa: eu escolhi o Porto, curiosamente, porque antes, muito antes de ter a consciência das coisas, eu já era do Futebol Clube do Porto. Ou seja, eu era um adepto virtual do FCP, porque o meu irmão mais velho, desde que me lembro, ele tinha lá um poster: ‘campeões nacionais de 1992’. Tinha lá Vítor Baía, Kiki, Jaime Magalhães, e por aí fora. Não tive opção. Comecei a dizer, sou portista, sou portista (...) [e] o facto de ser portista foi um dos critérios que usei para escolher a universidade: sempre quis conhecer o Porto.” E11

optei por vir para Portugal.” – nunca o E11 teria ingressado numa universidade pública do Porto e numa OTS da mesma cidade, que por acaso o informou da existência da AU “através de um e-mail dizendo que era uma oportunidade, digamos, de ter alguma formação”; Se o amigo de E12, “que foi ele que foi abordado para ser participante”, não tivesse sido pai naquela altura, nunca o teria incentivado a participar dizendo ““não tenho muito tempo, os meus miúdos nasceram agora e tudo, mas acho que serias gajo para isto””.

Auxiliando à compreensão de cada sujeito como ser original e em constante evolução, continuamente habitado por um conjunto específico e moldável de disposições para agir e para crer (Lahire, 2005), afirmamos que não há um motivo único e fundamental para que cada um deles tenha decidido participar na primeira edição da AU, no Porto: das perceções de que ali encontrariam mais uma oportunidade de formação e aquisição de competências (E9, E11, E8), à vaga intuição de uma oportunidade para começar de novo (E12), as memórias são, a este respeito, difusas.

Fosse “*sem fazer ideia daquilo em que me estava a meter*” (E8), com “*zero expectativas*” (E12) ou já com a expectativa de encontrar “*uma boa oportunidade de conhecer por dentro como é que se faz[em] as coisas*” (E11), o que se nos afigura como verdadeiro é que, ao cabo de um protocolo de recrutamento e seleção – levado a cabo, por vezes, com displicência (E8 e E12) – tais decisões levaram à participação num processo transformador, individual e coletivamente falando.

O evento que marca definitivamente o início desse processo, ou melhor, da operação de individuação propriamente dita, sucede a 9 de março de 2013²⁰¹. Logo ali, mediante a apresentação dos atores e objetivos do programa educativo, são promovidas ligeiras reorganizações nas expectativas dos entrevistados.

Uma tentativa de sistematização rápida revelaria indícios de uma primeira generalização de expectativas a partir da qual se formam significados ora de tipo instrumental – “[*a ideia*] *era entrar na academia [ubuntu] e sair com conhecimentos concretos que pudesse*

²⁰¹ Uma breve apresentação do evento, da responsabilidade do IPAV, está disponível em https://youtu.be/-H_Diqhl1Yw.

implementar no meu projeto” (E11) – ora mais próximos de juízos ético-morais – “conhecer outras realidades. E os valores que estavam por base faziam-me todo o sentido” (E9) – ora ainda divididos entre ambas as racionalidades – “Fiquei com expectativas (...) de conseguir incubar aqui ideias que ao longo dos anos andaram um bocado a passar aqui por cima das nossas cabeças (...) Mas logo ali, no primeiro dia, também percebi que poderia ter algum impacto a nível pessoal, especificamente pela fase de vida em que eu estava.” (E12).

Note-se ainda que, segundo os dados de que dispomos, a conceção e desenvolvimento de um projeto de cariz social – critério fundamental para que fosse por nós abordada enquanto estudo de caso – nem sequer entrou nas cogitações iniciais de dois entrevistados (E8 e E9).

Para além da clarificação daquilo que se poderia esperar da participação na AU, o que é sempre uma primeira sintonização de condutas (cf. Luhmann, 2005b), aquele evento adquiriu relevância noutros domínios, por via das modalidades discursivas aí utilizadas. Aqui consideramos, especialmente, duas delas, que passamos a descrever.

A primeira, relativamente aos putativos participantes, leva à constatação de que quando foram “todos convidados a falar, logo no primeiro dia, [sobre] o que esperávamos daquele programa, e o que é que queríamos trazer para a mesa” (E12), uma tal partilha da dinâmica comunicativa é capaz de ajustar os diferenciais de poder dos atores sem que isso prejudique a intenção original dos promotores; Pelo contrário, a intenção de participar de facto no programa educativo em questão parece ter saído reforçada (E9, E11 e E12).

Assumimos que, a partir do momento em que quem está naquela posição (até aí subalterna, do ponto de vista comunicativo) é chamado a controlar (ainda que momentaneamente) a situação social através da expressão daquilo que para si é relevante, a assunção de um compromisso não tem mais força apenas porque é feito publicamente, mas também e sobretudo porque passa a ser um compromisso consigo próprio, com aquilo que o próprio discurso determinou.

A segunda, completamente distinta, beneficia da invocação de duas funções comunicativas, derivadas de Roman Jakobson por Roland Barthes (1977) ou Jürgen Habermas (2000), por exemplo, e que são, nomeadamente, a função apelativa – corporizada por um orador, Rui Marques, dotado de excelentes capacidades retóricas – aliada à função poética (da “mensagem” Ubuntu que, sendo rigorosamente intraduzível, não deixa de ser um objeto capaz de veicular algo mais, algo “de dominante e estruturalmente determinante” (Habermas, 2000: 281). Os seus efeitos cumulativos podem começar a ser revelados pelo seguinte testemunho:

“O que me marcou (...) foi a palestra do Rui Marques, a apresentação da filosofia Ubuntu. (...) Eu diria [que] foi lá que me interessei mesmo, conscientemente, para o que íamos fazer durante esse tempo todo. (...) Fiquei totalmente interessado pela Filosofia Ubuntu (...) Fiquei com a sede de perceber mesmo por dentro. Ele criou em mim, digamos, essa expectativa de descobrir, a cada encontro, a filosofia Ubuntu.” (E11).

Tomando seriamente esta citação, podemos compreender que o seu autor participou de uma realidade distinta do que até ali havia vivido, porque na AU se comunicou de forma *diferente*, numa outra linguagem, com toda uma nova semântica; ou, pelo menos, uma semântica contraposta à individualização típica da contemporaneidade. Então, com a hetero-referência como princípio basilar do conhecimento a veicular (i.e., a filosofia Ubuntu), começa a produzir-se naquele entrevistado um novo sentido para a sua participação, uma redefinição generativa daquilo que a AU poderia representar, e daquilo que ele, nela participando, poderia vir-a-ser. Pelo menos para o E11, tudo ali ganhou uma primeira forma e um novo horizonte. Partamos agora para ver ambas, forma(s) e horizonte(s), e o mais que for relevante, em cada um dos seguintes retratos psicossociais.

8.1 Retrato de João

Do líder solitário ao líder solidário: alegoria sobre a generatividade das vivências trágicas, quando é o coletivo que fornece a resposta.

Há 33 anos nascido na Baía, uma aldeia interior da ilha de Santiago, do arquipélago de Cabo Verde, João considera-se *“um homem do campo e não da cidade”*, assumindo que o sítio onde nasceu, apesar de *“pobre”* ou *“subdesenvolvido”*, o influenciou *“profundamente”*.

Detentor de *“poucos amigos”* e de um temperamento reservado e *“melancólico”*, *“calmo”*, *“muito tímido”* e até *“solitário”*, descreve-se todavia como um *“líder”* e *“autodidata”*. Prova desta última característica, sobressai o facto de ter aprendido a ler e a escrever *“a partir dos recortes dos jornais velhos que encontrava na rua”*, aí encontrando uma forma de passar o tempo enquanto pastoreava, *“isolado, sozinho”*, o gado pertencente à família.

Estas competências viriam a adquirir crescente importância, primeiro suportando um percurso académico de excelência, no qual chegou *“a estar no quadro de honra”*; depois, providenciando um *“escape”* às primeiras agruras, sob a forma de um diário que, desde cedo, manteve preenchido. Foi para *“uma tira de papel”* que verteu as frustrações e as esperanças do fim da infância, marcado pela morte da mãe, por volta dos 12 anos de idade.

Mais tarde, foi impelido a prosseguir os estudos universitários fora do seu país, em parte porque a única universidade do arquipélago, sendo privada, cobrava uma propina mensal inoportuna para os seus familiares. Por um misto de acasos, ingressa numa faculdade do Porto, num curso que, apesar de tudo, o mantém próximo do que *“sempre quis fazer (...) trabalhar com algo diretamente ligado à Natureza”*.

Ali, despoleta a sua disposição para agir, coletivamente, sobre uma problemática por si observada a partir própria *“experiência lá na faculdade”*. Com efeito, nesta nova fase da sua vida integra-se numa OTS com ligação umbilical àquela universidade pública, e começa *“a trabalhar a questão da integração”* dos estudantes cabo-verdianos. Problemática que, deve dizer-se, pela polarização que lhe provoca ver conterrâneos *“à*

margem da sociedade”, vem a influenciar decisivamente o seu percurso socioprofissional desde então.

Contudo, à data da entrevista, encontrava-se no seu horizonte prospetivo um regresso à sua aldeia-natal para *“no futuro, fazer alguma coisa”*. Com efeito, o retorno ao sítio onde nasceu e cresceu não é algo esporádico; pelo contrário, ele constituirá um retorno prático e simbólico recorrente, como adiante veremos. Aliás, novas dimensões analíticas nos esperam assim que é devidamente acolhida uma das propostas fundamentais do paradigma que escolhemos: “conhecer o indivíduo através da individuação em vez da individuação a partir do indivíduo (...) considerando como primordial a operação de individuação a partir da qual o indivíduo vem a existir” (Simondon, 2005: 2).

Antes de mergulhar a fundo neste predicado, mas já tomando em consideração a participação na AU, percebemos desde logo que, para o João, o significado atribuído à experiência não foi uniforme, já que *“entre a fase (...) do que aprendemos filosoficamente [e] a fase de efetivação dos projetos houve um buraco (...) uma quebra (...) um pântano”*. A aparente desconexão entre fases parece corresponder à passagem de um estado *“de adrenalina”*, que energizou *“de certa forma, uma certa expectativa”*, para um de desilusão face a *“ritmos diferentes”* com os consultores, e um palpável *“desacerto”* entre estes e o que a *“AU tinha planeado para os projetos”*, tudo culminando numa ausência de acompanhamento da AU face ao seu projeto – referido doravante por Y – sobretudo após a sua apresentação oficial.

A falha na atribuição de capital-semente²⁰² – *“Se calhar alguma falha técnica (...) não tinham os meios para avançar (...) com os projetos, ou se foi porque já não havia para dar... Se já tinham dado tudo o que tinham para dar naquela primeira fase.”* – levou a

²⁰² Corroborada por outra fonte: “Se nos tivessem dado a oportunidade de o projeto ter tido um financiamento da incubadora social da AU, passado dois ou três meses de termos desenvolvido o projeto, tinha sido completamente diferente, do que ter sido passado um ano ou dois. Porque essa situação aconteceu, mas foi passado um ano ou dois, ou até mais, depois de teres desenvolvido o projeto. // Não sei se as verbas só apareceram depois, ou foi uma estratégia para ver qual era o projeto que se aguentava durante um ano sem ninguém querer ressuscitá-lo. Não sei mesmo...” E10.

que o sentimento de desilusão evoluísse para um significado amargo, assim descrito pelo próprio:

“A única coisa que não ficou esclarecida, para mim, é como é que, internamente, a Academia [Ubuntu] avaliou os projetos. É a única coisa que não ficou bem esclarecida. E acho que a Academia [Ubuntu] não fez questão de esclarecer. // Até hoje não recebi um e-mail a dizer 'olhe, o projeto tal e tal foi avaliado de determinada forma, porque cumpriu com os objetivos que propomos (...) Não sei se houve projetos avaliados ou não, ou se acederam a um determinado recurso ou não (...) Eu gostaria que a Academia [Ubuntu] tivesse feito a avaliação. Ou se a fez, que divulgasse.” (E11)

Como é evidente, nem a claríssima distinção entre fases operativas, nem a quebra de confiança observada após o final da participação na AU, poderiam aqui ser escamoteadas, até porque fizeram parte da operação de individuação do João, e também os seus significados contribuíram para ele pudesse atribuir, à totalidade da experiência, um determinado sentido. Sobre esse âmag, João remete sobretudo para a *“primeira fase (...) excelente, excelente em tudo”*, isto é, para o período de socialização e apreensão dos princípios da *“filosofia ubuntu”*; é aqui que ele verdadeiramente se desdobra e se reconstitui como sujeito *“diferente”* que, a partir daí, passa a ver *“as pessoas de outra forma”*.

Neste particular, o regime técnico foi fundamental. As mudanças perceptivas foram acontecendo progressivamente e mediante *“coisas concretas”*, porque *“a Academia [ubuntu] não foi uma coisa, digamos, teórica, como aprendemos na faculdade, coisas que nem sequer sabemos o que é”*. Por exemplo, do âmbito propositadamente prático do “atelier” de Nuno Delgado por si descrito como um *“excelente orador”*, extraiu duas dimensões de significado para a liderança: (a) o estoicismo, no sentido em que *“[Foi isso] que eu descobri naquela palestra que o Nuno fez (...) que às vezes é necessário nos sacrificarmos para obter um determinado resultado, e não mostrar fraqueza”*; e (b) o autodomínio, conotado como uma espécie de ferramenta útil para a convivência, especialmente em contexto laboral: *“Aplicando esse princípio de ver o bem que há nos outros, acabo sempre por me controlar mesmo, a mim mesmo, antes de responder à*

peessoa. Isso sim, é das coisas, dos princípios que eu tento aplicar sempre e aplico todos os dias, no contexto profissional”.

Já nos seminários, através dos quais “a mensagem, o essencial, conseguiram fazer passar, quer através das atividades, filmes didáticos, explicações e finos detalhes que se calhar, a olho nu, a pessoa não conhecia”, os potenciais pré-individuais, as suas memórias e as tensões conservadas do passado, foram objeto de uma renovada atenção, convidados mesmo a ganhar nova forma. Com efeito, ao participar nestes eventos, os quais lhe davam “muito prazer”, João analisava “o desenvolvimento das características dos líderes”, ouvia “histórias de pessoas experientes” e, assim, começou “a perceber, a ficar por dentro” do que era, afinal, a liderança servidora.

Uma evidência, porém de outra ordem de grandeza, de que houve lugar ao estabelecimento de um rapport com aquele conhecimento é a admissão de que *“antes de lá entrar já estava a tentar querer servir, mesmo não sabendo como, mas já estava a tentar querer servir”*. Sinal de um padrão de comunicação ativa, de uma ressonância interna operativa da individuação (Simondon, 2005), aqui é sobretudo o espaço-tempo, sem forma e indeterminado, que se imiscui na aprendizagem: como o próprio admite, *“estava na Academia [ubuntu] e se calhar não estava”*.

Intui-se que, por força da mediação exercida pelos contextos da AU, o passado torna-se contemporâneo e vem à tona, buscando algum tipo de resolução. Estaria o João na sua infância, no topo de uma colina insular, a mirar não apenas o imenso oceano, mas as tragédias²⁰³ que ele conjura para quem dele (sobre)vive?

É possível que a primordial polarização campo/mar se tenha resolvido como empatia pelos infortúnios dos outros, para si reservando uma sensação de privilégio e relativa segurança. Mas é igualmente plausível que a influência do *seu* território, sobre ele exercida, tenha o cunho de uma profunda desigualdade de poder, reiterada ao longo

²⁰³ João, descrevendo um evento traumático da sua infância: “(...) ainda hoje acontece, pescadores irem ao mar e não voltarem porque... Condições marítimas... N fatores. Pescam naquelas embarcações pequenas, barcos, botes (...) ali a pescar naquela costa. E quando é a época da chuva em que as condições marítimas costumam estar péssimas... há um grupo que até hoje mesmo não apareceu, para aí com 6 pessoas...”.

dos tempos, especialmente por processos de diferenciação espacial que, como afirma Neil Smith (2008, *cit in* Peck, 2019: 50), não podem senão produzir a “desigualdade social gravada na paisagem geográfica”.

De qualquer modo, as primeiras preferências, no que a putativas respostas diz respeito, manifestam-se quando, à entrada para a adolescência, o exílio da sua aldeia-natal é relembrado a partir da *“sorte de ter entrado naquela residência”*. Mais concretamente, esse período coincidiu com a ida para a capital, Praia, onde teve *“a sorte”* de ir *“estudar para um internato, da cooperação luxemburguesa, que se chama residência estudantil Madre Teresa de Calcutá”*.

Anos após ter recebido vacinas e alimentos de organizações de ajuda ao desenvolvimento – o outro TS (cf. Capítulo 1) – João usufrui, desta feita, de *“condições propícias”* a continuar o seu desenvolvimento académico (básico e secundário) e social, dedicando-se *“aos estudos e convivendo com diferentes cabo-verdianos”* da mesma faixa etária, advindos de vários pontos do arquipélago, todos sob a alçada de *“um determinado regime”*.

Não se pense, todavia, que se tratou de uma dedicação totalizante ou excludente. Na verdade, tornando-se cada vez *“mais consciente”* do seu novo estatuto construído no seio de *“uma elite estudantil”*, começa a *“ver a aldeia com outros olhos”* e para lá se desloca com alguma frequência, principalmente para coorganizar debates e intervenções em torno de *“temas sociais”*, como a *“gravidez precoce (...), doenças sexualmente transmissíveis (...) ou alcoolismo”*.

Então, na atitude de *“que era necessário fazer alguma coisa, e que eu podia dar algum contributo”* vemos os indícios de uma disposição estruturada, como diria Lahire (2005), para usar o privilégio (percecionado), de forma a aliviar o sofrimento dos outros. *Voilà* a lição já aprendida e que, evocada desde a primeira sessão da AU, e reiterada a cada seminário, com cada gesto de Mandela, e a cada discurso de King, se interioriza no João como sentido do Ser. Consequentemente, a percepção de uma maior autoconfiança assume-se, paulatinamente, como pilar para o sentido global daquilo que a AU significou para si, tal como nos revela o seguinte trecho da entrevista:

“Em mim a Academia [Ubuntu] pôs aquela gotinha de água no oceano: consigo fazer, eu consigo marcar a diferença em alguma coisa, consigo fazer alguma coisa. // Mais capaz de fazer alguma coisa, sim. (...) Saí de lá com a certeza de que posso fazer mais coisas. E, principalmente, [que é possível fazer] o que tinha na mente antes de entrar na Academia [Ubuntu]” (E11)

É claro que, neste processo individuante (e recorrente), as experiências coletivas detêm um papel de enorme importância. Que um grupo pode aglutinar diferentes contextos e biografias, diferentes realidades pré-individuais, e configurar uma entidade específica e dotada de agência coletiva, como lhe chamaria Bandura (2000), isso é algo já por si vivido e assimilado.

Mas, tais experiências, como as ações empreendidas na juventude em Cabo-Verde, permanecendo simultaneamente vivas no self (autobiográfico) e quedadas inexoravelmente no passado, sofrem necessariamente os efeitos da passagem do tempo e da entropia. Uma porta abre-se à emergência de dúvidas: estarei sozinho naquilo que penso? Sobre isto, a AU parece ter providenciado, a João, alguma clarificação:

“O que foi marcante, acima de tudo, foi encontrar um conjunto de pessoas de outro sítio (...) com as mesmas preocupações que eu tinha na altura. Pessoas com a mesma visão, ou... Não é a mesma visão. Diria as mesmas preocupações. Foi mesmo aí que eu percebi que (...) o mundo não está totalmente perdido, que há pessoas interessadas por coisas sociais, ou ao menos pessoas que querem fazer alguma coisa. Foi marcante nesse sentido.” (E11)

Como se denota, as dúvidas sobre se haveria alguém “*com as mesmas preocupações que (...) tinha na altura*” dissipam-se de forma relativamente rápida, e uma certa estrutura disposicional (fundada em anteriores individuações coletivas) começa a poder trilhar um novo caminho para a sua atualização.

A potencial renovação dos sentidos da experiência coletiva (que aqui parece seguir-se ao despoletamento de um processo de individuação psicossocial) pode ter sido efeito direto ou indireto das técnicas pedagógicas desenroladas, isto é, pode ter resultado de

uma soma de tarefas em grupo ou de uma convivência espontânea nos intervalos, ou de tudo isso numa dose que só é “*certa*” quando se declara que ali se fizeram amigos “*para a vida, mesmo*”.

Adverte-se, porém, que os contributos do regime técnico da AU não são todos equivalentes, nem homogêneos, nem apontam todos para o mesmo sentido. Aliás, os testemunhos em apreço alertam-nos para ameaças reais ao nível superior da transindividuação. Por exemplo, é possível que um sobreinvestimento da AU na dimensão introspectiva (e.g. autoconhecimento, autoconfiança) possa levar a um correspondente investimento na individuação pelo regime psíquico, criando um padrão de ensimesmamento tendente à obscuração de tensões pré-individuais relevantes.

Quando o regime técnico incentiva a que o sujeito seja a sua própria (e única) fonte de soluções, as tensões e respostas que daí emergem podem não significar ou representar uma introdução (completa e equilibrante) na axiomática dos problemas vitais²⁰⁴. Neste ponto, a (re)confirmação de um João “líder” e “autodidata”, que não demonstra “fraqueza” e está preso a um “dever” de ação face às problemáticas não de si, mas sempre dos outros, pode não espelhar uma operação transductiva nem partilhar dos seus benefícios.

Especialmente se nos ativermos a um estado metaestável demasiado estabilizado nas suas certezas, e ainda mais ignorante das causas que já anteriormente haviam suscitado respostas similares – temos aqui presente, sobretudo, o seu modo de resolver a perda da mãe: sem ter sentido “*o impacto logo*”, aparentemente deu “*a volta por cima*” solitariamente, voltando-se para si mesmo mediante a escrita e precisando, desde então, “*das coisas também que [desenvolveu] dessa solidão*”.

O que pretendemos aqui salientar é que as técnicas pedagógicas utilizadas pela a AU – o seu regime técnico – nem sempre associam o psíquico e o coletivo num circuito

²⁰⁴ Esta é uma posição que nos parece consentânea com a aceção geral de Simondon (2005: 5) de que “o ser vivo resulta de problemas, não somente se adaptando, ou seja, modificando sua relação com o meio (como uma máquina pode fazer), mas modificando a si mesmo, inventando estruturas internas novas, introduzindo-se completamente na axiomática dos problemas vitais.”.

transdividuaute, capaz de fornecer “um modo superior de resolução e utilização das tensões do pré-individual que permanecem irresolvidos” (Grosz, 2012: 50). Há, porém, uma notória exceção: os momentos e eventos dedicados às “histórias de vida” dos participantes.

Na medida em que uma salutar evolução do regime psíquico depende dos confrontos não só entre o sujeito e o grupo, mas como vimos, dentro do próprio sujeito sob o binómio *meadiano* “eu/mim”, o potencial generativo e estruturante das operações transductivas da AU – com especial incidência na supracitada técnica pedagógica – começa por manifestar-se sob a forma de questionamentos que surgem, frequentemente, a despeito da vontade. E isso, sendo uma tarefa que até começa por ser solitária, é indispensável à individuação, como seguidamente se denota:

“Tive de fazer uma viagem para a minha infância. Descobrir, digamos, fases boas, fases menos boas. Temos sempre de [nos] confrontar com essas coisas. (...) Mas nunca tive curiosidade de contar essa história a alguém. E escrever, ou rever essas histórias com o intuito de apresentar às pessoas é... Não sei explicar muito bem o que é. É uma viagem melancólica.” (E11).

“Para além do interindividual, a solidão; para além da solidão, o coletivo” – é esta a máxima que Krtolica (2012: 85) utiliza para afirmar que a solidão, enquanto des-individuação (que se quer provisória), é a primeira e necessária travessia até ser possível aceder ao coletivo e, portanto, à individuação psicossocial. Então, tal como as teses simondianas preconizam, será do primeiro ponto, até à sua resolução temporária, que a informação emerge e se conserva como parte fulcral do processo de significação, como, de resto sem surpresa, nos é revelado:

“Se eu tivesse de resumir, diria que foi mais uma viagem para o interior de mim mesmo. Passei a conhecer-me mais a mim mesmo (...) eu tentava perceber muitas coisas à minha volta e eu era totalmente ignorante à minha pessoa. Digamos, a filosofia Ubuntu fez-me voltar para mim mesmo, perceber quem eu sou, (...) Antes de fazer alguma coisa eu era sempre: tentar perceber o mundo, porque é que as coisas são assim. Por acaso, nunca me tinha preocupado em

pensar no que eu sou, ou quem eu sou. A Academia Ubuntu fez-me esta questão, por dentro (...) fez-me pensar noutra perspetiva: não só quem eu sou, mas como sou. E foi mais nessa, digamos, linha, que eu tive de fazer a viagem para o interior de mim mesmo.” (E11).

Através de uma lente hegeliana, aquilo que a “*viagem*” parece representar, para o João, é uma renovação da consciência de ser mais-do-que-indivíduo, porque do diálogo consigo mesmo, que começa na infância, emerge como novo objeto da consciência não apenas uma distinção entre fases da sua própria evolução, mas também, e de forma decisiva, uma capacidade de se desfazer, isto é, de operar e incorporar mudanças, de evoluir com “*o bom e o mau*” através de sucessivas superações de si próprio.

Julgamos que, especialmente através da técnica pedagógica aqui em análise, este entrevistado pôde diluir a sua aparente disposição para se resolver consigo mesmo, ganhando com isso alguma liberdade *vis-à-vis* os limites frequentemente auto-impostos da sua própria subjetividade. De resto, e para que tal pudesse acontecer, a operação transductiva teria de haver constituído não apenas problemáticas próprias, mas promovido uma transdividuação (convocando, portanto, uma dimensão coletiva) através da qual aquelas poderiam ser efetivamente resolvidas.

Com efeito, foi à escala do evento, naquele espaço solidário, que se tornou possível verter algumas das mais íntimas confidências, que se levantou o espelho que cada um observa no outro. Ali, a transdividuação manifestou-se plenamente, mediante uma técnica e um artefacto que permitiram encontrar e entender a natureza gregária de pertença como uma necessidade básica dos seres humanos:

“(...) porque percebi que naquele meio somos humanos né? E estávamos lá todos para dizer um pouco da nossa vida. E foi praticamente um incentivo, comparando as histórias que ouvi e que contei, foi um incentivo. Porque percebi que não sou o único no mundo que tem histórias para dizer, que já passou por coisas boas e menos boas.” (E11).

Este excerto representa nada menos do que a verbalização do *reconhecimento* do “outro” não como participante da AU, mas sim como história vivida de um sujeito mais-

do-que-individualidade. Suspensa, assim, a modalidade funcional e interindividuante (eventualmente inscrita nas relações entre participantes por via de outras técnicas pedagógicas), pode dizer-se que a intersubjetividade foi ali fundada na emotividade da descoberta do transindividual.

Apresentando-se de forma mais transcendente para uns do que para outros, para o João, *“a experiência foi boa, custou, mas foi boa”*, culminando numa *“sensação de alívio”*. Acreditamos que, neste ponto, a sua *“viagem”* deixou de ser solitária, entrando em cena o coletivo como parte da, e possibilidade de resposta às crises²⁰⁵ por que passou, como o seguinte excerto parece apontar, ainda que subliminarmente:

“Como disse, tenho uma filha, e, na altura, quando entrei na Academia [Ubuntu], estava a passar uma fase complicada, porque separei-me com a mãe da minha filha. Obviamente que não era uma história fascinante, uma coisa que eu queria que as pessoas soubessem. Mas pronto, tive de contar essa história também (...) Interessante porque sempre faço essas viagens, principalmente, quando estou sozinho” (E11).

“Interessante” porque deixou de ser norma, e o hábito foi quebrado. Então, atingindo uma simbiose entre regimes técnico, individual e coletivo, a abordagem das *“histórias de vida”* afigura-se não somente capaz de reforçar a disponibilidade e a apropriação dos caminhos abertos pela intervenção sociopedagógica, como de abrir novos caminhos para a resolução das crises (ie. tensões pré-individuais) dos sujeitos, levando-os a compreender, de forma original e impactante, que *“o problema do sujeito reside não na*

²⁰⁵ Sobre as crises pessoais e o seu impacto na ação, especialmente quando sobre elas incide uma reflexão apropriada, Caetano (2012: 25) elabora o quadro conceptual de Bernard Lahire para concluir que *“apesar de Lahire considerar que a reflexividade individual não se cinge a momentos de crise, é sobretudo nesses contextos que encontramos na sua obra mais referências a esta problemática. De acordo com o autor, as situações de desajuste (...) fazem parte da existência em sociedade (muitas vezes sem grandes implicações), contradições culturais, rupturas nos trajetos de vida, desfasamentos entre disposições e posições, conflitos entre hábitos incorporados concorrentes. Estas ocasiões, associadas a quadros de plurisocialização, são potencialmente geradoras de insatisfação, angústia e tensão e potenciam activação de competências reflexivas na orientação da ação.”*

dimensão individual, nem na social, mas antes na dimensão coletiva” (Krtolica, 2012: 86).

É também nestes moldes que a individuação, “procedendo por saltos quânticos através dos equilíbrios sucessivos” (Simondon, 2005: 3), possibilita a ligação daquilo que se foi àquilo que se pode vir-a-ser, do pré-individual ao devir, este enquanto “modo de resolução de uma incompatibilidade inicial rica em potenciais” (Simondon, 2005: 2). Assim se organiza um estado metaestável que, por mais desconfortável que tenha sido a sua obtenção, parece conservar as tensões do passado, atualizando-as como potencial de ação.

No retrato aqui em análise, a descoberta do tempo como dimensão sistémica vital capaz de organizar e conferir significado à experiência (tendo sido despoletada pelo regime técnico da AU) parece proporcionar isso mesmo, ou seja, uma atualização sob a forma de um renovado desejo de retornar a “*casa*”, o qual é, até, literalmente expresso:

“Sim, sim. Sinto isso, que devo alguma coisa à minha aldeia, sim. Sinto isso. Eu nasci lá, cresci lá. Como disse, sou um homem do campo, sei como vivem as pessoas lá. Sinto que também sou de lá, sou parte de lá. Saí, tive acesso a alguns conhecimentos e a alguns recursos, se calhar, que outras pessoas lá nem sequer sonham ter. E é meu dever contribuir com alguma coisa. É mesmo meu dever, porque eu não sou nada, nem serei nada, se não fizer nada pela minha aldeia. Sinto que é meu dever nesse sentido. Eu gostaria de ser lembrado, na minha aldeia, como uma pessoa que nasceu lá, cresceu lá, sente-se parte de lá, e que fez alguma coisa lá. É isso, sinto que é meu dever fazer alguma coisa (...) mesmo não voltando, fazer alguma coisa pela minha casa.” (E11)

É certo que a perspetiva da “*dívida*” à sociedade pode ser instrumentalizada – e tem-no sido, nomeadamente na educação para o ES (Cf. Capítulo 4) – para que os sujeitos sejam levados a incorporar, de forma atomística, as crises do mundo no seu projeto de desenvolvimento pessoal (Honneth, 2004), dessa forma assumindo individualmente a responsabilidade de resolver problemáticas coletivas e sistémicas.

Não obstante, reforçamos, na leitura daquele excerto, a forma como a ação no futuro se integra no estado metaestável do João: ainda que apontando, posteriormente, às áreas da *“educação, agricultura e pesca que, digamos que, são setores-chave da nossa aldeia”*, fazer *“alguma coisa”* não é uma ação (pré)determinada ou (pré)dada. E mesmo que a leve a cabo com os amigos de *“um grupo que ainda não funcionou, porque eu estou cá, outro está lá, outro está noutro sítio”*, seja o que for que fizer na sua terra natal, isso dependerá do que *“lá”* encontrar, porque *“lá”* é parte dele, e sem isso ele é *“nada”*.

Se estes elementos indicam que os potenciais pré-individuais não foram exauridos, nem excluídos da projeção, permitimo-nos afirmar que a operação de individuação se finalizou com uma abertura generativa ao desconhecido, a novas individuações, e a novas transduções.

Tal é demonstrável, a nosso ver, devido a um conjunto de sinais encorajadores, pelo menos a dois níveis: o primeiro, relativo à operação de individuação, sugere-nos uma temperança do regime de individuação psíquica que algumas técnicas pedagógicas parecem suscitar, mesmo tendo em conta a relativa preponderância que aquele regime parece ter tido, no cômputo geral da participação do João na AU; o segundo, relativo ao objeto do presente trabalho e à capacidade que o discurso do ES parece deter no fomento de novas possibilidades para o sujeito face a si próprio – *“Um empreendedor social que de facto faz alguma coisa”* – fundamentando ações-no-contexto sobre problemáticas que, sendo de si para si, não deixam de ter um cariz vincadamente relacional e genuíno.

No final, o discurso solidário parece sobrepor-se às formações discursivas tornadas hegemónicas pelo trajeto de construção do ES. Em concordância, e pelo que percecionamos do estado metaestável do João pós-AU, talvez aquele tenha compreendido, afinal de contas, que as tragédias dos outros são iterações das tragédias de todos, incluindo as suas, e que não mais terá de as digerir sozinho, como era habitual.

Uma viagem interior para preparar uma outra exterior, física, coletiva, transcendental e recíproca, na qual se afigura permissível sentir uma empatia pelos destituídos a partir

da empatia que, finalmente, sente por si e pela destituição que o formou, desde cedo – eis um resumo extrapolado do que o ES, por intermédio da AU, no João se foi construindo.

De resto, é este o sentido preponderante para o respetivo papel social, tal qual o João o entende e se propõe a emular: um mais próximo do “sagrado” (cf. Capítulo 4) por intermédio da autobiografia que o autoriza, e o mais afastado possível do sujeito-interventor e da ilusão que é, ao sujeito-cliente, *“vender um produto a dizer que estou a fazer isso e mais aquilo, não fazendo nada”*. Portanto, se isso é ser empreendedor social, *“depende do que queremos definir como empreendedor social (...) se for para ter uma certa satisfação de não ver as pessoas a passarem pelo que passei, sim”*.

Se, perante futuras individuações e ações-no-contexto, estes significados tiverem a oportunidade de demonstrar que foram metaestabilizados e que já pertencem a uma estrutura disposicional pronta a ser ativada (Lahire, 2005) – algo que dependerá da relação indivíduo-meio estabelecida e dos constrangimentos que o segundo impõe sobre o primeiro (levando-o a ativar ou suspender as disposições que configuram o sentido dado à operação de individuação) – o João, mesmo que seja colocado novamente perante a sua solidão, poderá evitar a ansiedade que aqui e ali ainda denota:

“A primeira ameaça é não conseguir trabalhar na minha área (...) a segunda grande ameaça é sentir a necessidade de voltar à Europa. (Risos) Para mim é essa a principal. Sentir a necessidade de voltar por causa de alguma frustração qualquer com o que preparei ou estou a preparar na minha vida para ir lá. Obviamente, uma outra ameaça é sentir-me um pouco desconectado com a realidade. Ou seja, já vivi bastante tempo fora do país, poderei não estar muito a par do que se passa lá. E isso sim, é também uma ameaça que até mete um certo medo (...) nós querermos tentar até fazer alguma coisa e não ir de acordo com as expectativas das pessoas...” E11.

Para nós, não se trata de advogar uma normatividade composta de “ações sem inércia e decisões sem incertezas” (Lévi, 1989: 1326, *cit in* Lahire, 2005: 31). O que deve ser salientado, e que a operação transductiva da AU parece comprovar, é que a ação-no-

contexto pode ser mais generativa, e livre, se estiver desprovida da ansiedade que só é típica de quem, apenas individuando (ou sendo levado a individuar) a sua dimensão psíquica, se constitui como resposta solitária, logo insuficiente, para si mesmo.

8.2 Retrato de Ana

O que vejo quando me olho ao espelho? Ana e uma narrativa de des-subjetivação, conversão e (quase-) inovação social.

Ana é portuguesa, nortenha, e tinha 30 anos de idade à data da nossa entrevista. Socializada no seio de uma *“família católica”*, o contexto socioeconómico em que nasceu e cresceu era afluente, possibilitando, por exemplo, um percurso escolar feito quase exclusivamente em organizações privadas. O meio social correspondente, que *“parecia quase uma bolha”*, caracteriza-se pela homogeneidade de pendor classista, com um acesso restrito a indivíduos da mesma condição, origem e pertença social, como a própria admite:

“Acho que foi um sítio bastante protegido, quer pelas pessoas à minha volta, que tinham se calhar um nível socioeconómico elevado... Sempre andei em colégios e, portanto, o meu percurso de vida acho que foi sempre rodeada de pessoas mais ou menos parecidas comigo // Eu acho que cresci num meio muito formatado (...) [e] nunca tive assim um contexto muito diferente” (E8)

Apesar de, aparentemente, ter reunidas *“as condições todas necessárias para ter uma vida equilibrada”*, Ana não a viveu desse modo todo o tempo, muito por culpa de um quadro familiar complexo – tem uma irmã *“sete anos mais velha”* e é filha mais nova de pais *“um bocadinho mais velhos”* – e ensombrado, de forma indelével, por um infeliz evento que ela própria não presenciou, por não ser ainda nascida:

“Tive um irmão que morreu com 8 meses, mais ou menos, e era o primeiro filho dos meus pais. E acho que a partir daí os meus pais... Ele morreu de repente, portanto foi assim uma situação meia traumática (...) E em nossa casa a presença desse bebé sempre existiu.” (E8).

Naquela casa de *“ambiente pesado, triste”*, os silêncios e tensões são palpáveis. Na relação com o progenitor, que *“não era propriamente um pai ausente, mas também não era bem um pai presente”*, a apologia dá-se pelo fardo de ser o provedor do bem-estar material da família, traduzido no facto de que *“trabalhava bastante fora de casa, era economista e trabalhava em Lisboa imensas vezes”*. Apesar disso, intui-se uma certa benevolência perante um homem *“exigente a nível de resultados, de notas”*, cuja atenção era certamente objeto de disputa entre as irmãs.

Pelo menos até ao período da adolescência, a sua relação com a irmã padeceu, igualmente, de certas tensões destrutivas, as quais, numa perspetiva psicodinâmica clássica, dir-se-ia que remetem para a riqueza e pluralidade que revestem a construção de significados pragmáticos e reativos (*“comecei a querer distinguir-me”*), simbólicos (*“[ela] era a menina perfeita e não sei quê”*) e afetivos (*“porque [eu] não era excelente”*), que se intercetam e interligam para formar um composto relativamente coerente e autónomo a que podemos chamar de complexo (de inferioridade).

Sob esta lente, note-se ainda o teor libidinal que subjaz a ligação entre aquilo que constitui fonte de inveja fraternal – *“as notas”* – quem de facto as valoriza (ie. o pai), e o que resta para si: não ser alvo de atenção e afeto, não ser perfeita. Sendo o progenitor o objeto do seu libidinal desejo, constata, com pena, que também ele haveria de sucumbir ao sentimento geral daquela família, isto é, que *“depois também teve uma depressão durante bastante tempo, e ainda tem”*.

Por outro lado, menos apologética e benevolente parece ser a sua relação com a mãe *“pessoa que nunca conseguiu superar esse trauma”* de ver morrer o seu primogénito ainda no primeiro ano de vida. Nas suas palavras:

“A partir daí a minha mãe sempre ficou bastante deprimida e sempre em casa. (...) Portanto eu cresci muito com uma mãe que não foi muito mãe. Fui muito mais a mãe do que ela, porque é uma pessoa que se recusa a ir ter ajuda psicológica, que é um bocadinho mais egoísta, autocentrada, (...) racista (...) e, portanto, é complicado lidar com isso.” (E8).

Com uma infância marcada pelos *“pais ausentes, não no sentido físico nem económico (...) mas mais no sentido afetivo”*, e permanentemente sob o jugo de um complexo fraternal (suportado por uma representação idealizada da irmã à qual não consegue chegar) esta foi uma criança que, mesmo sendo *“muito cumpridora e perfeccionista”*, se poderia caracterizar como uma *“miúda muito tímida, muito calada”*, ardendo com o desejo de *“ser mesmo completamente invisível”*.

Porém, a entrada para a adolescência assume-se como um período crítico, marcado por novas experiências e práticas onde se denota uma crescente influência do seu grupo de pares, também ele em renovação propiciada por *“um salto do colégio para uma escola pública”*. Aqui se fará notar, contundentemente, a diferença entre socializações secundárias. Não só tudo começa a ser feito e visto *“muito através dos amigos”*, como tudo acontece *“sempre fora de casa (...) muitas vezes em casas de amigas”*, isto é, nos espaços alheios à realidade física e simbólica do seu lar.

É aqui que começa a *“ser rebelde”*, a experimentar substâncias psicotrópicas e a *“[beber] imenso”*, embora seja notória a preocupação de manter estes comportamentos em segredo. Curiosamente, o lar (do qual fugia sempre que possível), é também o único espaço que é intencionalmente mantido inviolado, em regra, por aquelas atividades desviantes, que não é por elas dessacralizado.

Similarmente, o afeto que parece encontrar-se em défice na relação com os progenitores é ativado enquanto mecanismo de proteção socioafetivo – *“Muito às escondidas dos meus pais, porque não queria preocupá-los (...) também já são um bocadinho mais velhos”* – deste modo evitando, pelo menos durante algum tempo, e mediante a manutenção de *“quase que uma vida paralela”*, a disrupção das relações familiares e o conflito aberto.

Provavelmente, estaremos defronte de indícios de que a socialização primária, no seio familiar, e respetiva aquisição disposicional, poderá ter sido mais duradoura do que aquilo que à partida se poderia pensar, por via das problemáticas descritas. Talvez mais, até, do que os padrões de socialização desenvolvidos com os pares, em plena

adolescência, os quais só parecem reforçar, apesar de algumas oscilações, a *homologia*²⁰⁶ dos padrões disposicionais e posicionais previamente adquiridos.

Além do mais, uma certa continuidade é visível, também, nas escolhas que marcaram o seu percurso académico. A curta frequência numa escola pública foi rapidamente reconhecida como um erro com consequências potencialmente desastrosas (i.e. comprometimento do acesso ao ensino superior). Consequentemente, foi revertido sem apelo e, no final do ensino secundário, voltou “*para o colégio para conseguir passar de ano*”, por ali continuando todo um ano letivo, essencialmente a melhorar o aproveitamento de uma disciplina.

Seguidamente, ingressa no ensino superior (privado), no qual viria a completar uma licenciatura, um mestrado de cinco anos e um estágio profissional, ligados à Psicologia. Foi posteriormente integrada, profissionalmente, nos quadros técnicos de um dos seus departamentos administrativos, quedando “*responsável por gerir o voluntariado (...) de todos os alunos e professores*”. Continuidade, portanto.

A ruptura chegaria no momento em que formalizou a sua candidatura à AU, instigada por uma “professora (...) que disse que achava que aquilo era mais ou menos relacionado com o [seu] perfil”. Logo pensou “que aquilo era uma academia de liderança”, ideal para dar seguimento à sua carreira profissional, e mais especificamente ao seu estatuto de líder de equipas de trabalho, por via de um prospetivo reforço do seu leque de competências, tidas como deficitárias especialmente no que toca à comunicação interpessoal (ecos, ainda, da “*miúda muito tímida, muito calada*”?).

Sem embargo, o que aqui se pode e deve fazer notar é que tal circunstância só passa a habitar o self autobiográfico da Ana quando ela vem a perceber, muito mais tarde, que

²⁰⁶ Conceito central na obra de Pierre Bourdieu, usamo-lo aqui para denotar uma certa continuidade dos processos estruturantes do indivíduo facilitada pelas especificidades do grupo/classe social a que sempre pertenceu, expressando-se numa “relação fundamental de homologia que se estabelece entre os habitus dos membros de um mesmo grupo ou de uma mesma classe enquanto eles são o produto da interiorização das mesmas estruturas fundamentais: é dizer que, para falar numa linguagem leibniziana, a visão do mundo de um grupo ou de uma classe supõe tanto a homologia das visões de mundo (...) quanto as diferenças sistemáticas (...) tomadas a partir de pontos de vista singulares e, no entanto, concertados.” (Bourdieu, 1983: 80-81).

o facto de ter participado na AU , uma operação de individuação qualitativamente diferente, com atores também eles *“muito diferentes”*, representou um corte com a continuidade recorrente da sua vida, como a própria admitiu: *“vivi numa bolha durante... Até chegar à Academia Ubuntu. Acho que foi mais ou menos isso”*.

Parece seguro afirmar que, até chegar à AU – e mesmo durante um longo período após o seu início – algumas dimensões e consequências fulcrais da sua condição e construção subjetivas permaneciam, para todos os efeitos práticos, invisíveis para si. Logo, ocupando o clássico ponto cego dos sistemas luhmannianos (King & Thornhill, 2003), não constituíam um problema do Ser. Mas quando, munida de uma *“perspetiva de alguma superioridade”*, entrou na AU *“a pensar: ‘eles vão aprender imenso comigo e estou aqui para ensinar muita coisa’*”, Ana não sabia o que estava por vir.

Logo ao primeiro contacto com o grupo de participantes, esta participante experienciou a repulsa, ao *“ver pessoas completamente diferentes (...) [e] sentir algum tipo de preconceito em relação a várias pessoas negras e muito diferentes”*. Em sua defesa, deve dizer-se que o aquilo que nem sempre é óbvio, e menos ainda para o próprio sujeito, é o quanto do significado atribuído a novas experiências pode ser reflexo de individuações cronologicamente anteriores, aquelas que ordenaram as experiências passadas e lhes deram significado, sobretudo prático.

Assim, talvez Ana não tenha tido consciência de que a disposição que acabara de transpor²⁰⁷ para um novo contexto (Lahire, 2005) havia sido moldada especialmente pela influência da sua mãe *“racista”*, e partilhada recorrentemente no contexto familiar em que cresceu, onde *“se as pessoas dissessem uma palavra, ou usassem aquela roupa, eram pessoas diferentes, mas com uma conotação muito negativa”*.

²⁰⁷ Como refere Lahire (2005: 24), *“a transferência opera-se tanto melhor quanto o contexto de mobilização esteja próximo, no seu conteúdo e na sua estrutura, do contexto inicial de aquisição. As disposições atualizam-se sempre sob condição (...) [e] a procura da coerência tem de ser acompanhada por uma preocupação com a delimitação das classes de contextos, das áreas de pertinência e de actualização da disposição reconstruída.”*

Efetivamente, tal aversão foi constantemente sentida nos primeiros encontros da AU, inclusivamente no contexto de fim-de-semana residencial, desenhado justamente para derrubar estas e outras barreiras, como a própria nos reporta:

“Estava a achar que estava completamente fora de tudo, e que aquelas pessoas não me iriam trazer riqueza nenhuma. Portanto foi muito este choque. Lembro-me de, no primeiro fim-de-semana residencial, estar a dormir lá com aquelas pessoas todas, de ter sido estranho. Não me identificava com aquilo que elas falavam, com a forma delas se vestirem, não havia... Não me sentia integrada. (...) lembro-me de, durante os almoços, estar com os meus colegas e não me estar a identificar nada com aquilo. E sentir mesmo essa tal superioridade e de pensar que não tenho pachorra para estar aqui a falar com estas pessoas que não têm interesse nenhum.” (E8).

Se, pelo lado convivial, o regime coletivo da individuação não conhecia, do seu ponto de vista, evoluções significativas e/ou positivas, já o regime técnico da AU ia proporcionando outro tipo de oportunidades de individuação, à medida que desenrolava a diversa gama das suas propostas.

De facto, os seminários foram desempenhando, de forma crescente, um papel importante na prevenção da desistência, na qual pensou “*muitas vezes*”, e na manutenção da “*curiosidade*” e dos índices motivacionais para continuar. Mas não desde logo, e não porque os trabalhos de grupo propostos naquele contexto tenham tido o condão de desbloquear o que quer que seja; pelo contrário, eles pareciam agravar distâncias:

“E lembro-me de estar a fazer o trabalho de grupo e ter claramente a noção de que estava rodeada de pessoas que eram burras e que não estavam a perceber a objetividade daquele trabalho e os resultados que precisávamos de ter. Foi um bocado isso, foi pensar que tínhamos meia hora para fazer um trabalho muito prático e lembro-me de estar a ficar irritada com o facto das pessoas não estarem focadas no objetivo e estarem a demorar muito tempo // Não, não me senti nada confortável. [Os primeiros encontros] não foram nada agradáveis.” (E8).

Aparentemente, apenas as prestações dos convidados parecem ter sido um bom auxílio para equilibrar ou manter os índices motivacionais a um nível aceitável, numa primeira fase, sendo certo que os participantes sabiam de antemão que iriam ter a oportunidade de assistir a palestras de reconhecidos especialistas e/ou figuras públicas, quem sabe até de privar, mesmo que fugazmente, com aqueles.

Naturalmente, as expectativas foram criadas essencialmente em torno de um conjunto de pressupostos e preconceitos ligados ao estatuto e percurso de cada pessoa em causa, mas apenas para serem quebradas por práticas institucionalizadas de forma peculiar pela AU, e que que incluíam oportunidades de comunicação face-a-face genuína e dedicada. De resto, a julgar pelos elementos recolhidos, daquelas ressalta uma qualidade niveladora – a figura pública transforma-se numa pessoa comum que surge *“ali de uma forma completamente transparente, sem máscaras, sem nada”*, e a pessoa comum, integrada num grupo de *“desconhecidos e miúdos”*, sente-se *“especial com isso”* – que parece propiciar novos questionamentos, a par de aprendizagens significativas:

“Sobretudo pela forma como as pessoas se expunham. Pessoas supostamente conhecidas, estavam ali de uma forma completamente transparente, sem máscaras, sem nada. E isso também me fez questionar muito as minhas máscaras e a forma como estava a viver o meu dia-a-dia. (...) eram coisas que transmitiam uma força de carácter e uma dignidade enormes e que eu pensava: 'um dia gostava de ser assim, de querer fazer as coisas, não para toda a gente ver, mas pela própria integridade'.” (E8).

À medida que a “paixão pela Academia [Ubuntu] crescia”, o processo de significação construía-se no “misto de emoções” que é sentir-se “bem integrada na Academia [Ubuntu] enquanto estrutura, [mas] na Academia [Ubuntu] como grupo, não”. Apesar disso, sabemos que é a partir destes contextos e vicissitudes que se abrem portas para uma intersubjetividade que a equipa técnica, e principalmente a coordenação, sabem cultivar.

No caso específico de Ana, e com a equipa técnica “comportando-se quase como se fossem pais e mães (...) de uma generosidade espetacular”, foi sendo construída e cimentada “uma relação de confiança que não vai ser quebrada nunca”. Particularizando, a figura do fundador da AU parece funcionar como âncora de um processo que, numa linguagem psicodinâmica, se poderia descrever como de transferência do desejo de reconhecimento originalmente dirigido ao pai, tal como o seguinte excerto parece indicar:

“[Corresponder] principalmente ao Dr. Rui Marques, porque era uma pessoa que eu na altura, logo que o vi, admirei bastante e já sabia do percurso dele. Portanto, eu sentia muito esta necessidade de querer corresponder às expectativas (...) [de] poder sentir-me especial, ou querer que ele reparasse em mim.” (E8)

Apontando para dinâmicas transindividuais que até aqui não foram abordadas, nomeadamente aquelas que atingem e prefiguram um coletivo para além do grupo de participantes, o desfasamento da Ana manifesta-se primeiramente pela descoberta de uma *“vinculação segura que eu sempre precisei a vida toda e nunca tive”*. Se esta é uma resposta a algo que no passado constituía, como vimos, uma fonte de tensão pré-individual, e no presente se torna possível pela mediação da AU e suas relações, pode o leitor indagar sobre as suas propriedades e efeitos.

Pode, por exemplo, apontar para a possibilidade destas nóveis relações sociais de interdependência serem constitutivamente assimétricas, no sentido que Jaeggi (2013) lhe dá. Não nos parece, contudo, é que as mesmas sejam necessariamente deficitárias ou destitutivas de liberdade. Pelo contrário, julgamos que foram fundamentais para que algo de transformativo pudesse, neste caso, ocorrer.

Também Berger e Luckmann (2004: 208) nos advertiram para essa possibilidade, ao afirmar que “não é possível a transformação radical da realidade subjetiva (...) sem esta identificação [afetiva], que inevitavelmente repete as experiências infantis da dependência emocional com relação aos outros significativos”. Assim, é lícito afirmar que, ao substituir um padrão de *ação instrumental* (como vimos, predominante na construção das expectativas iniciais em torno da aquisição de competências) por padrão

de *ação afetiva*, aquele modo muito particular de integração num coletivo (institucionalizado e alargado para além dos pares) pareceu providenciar a base para a abertura à individuação que seguiu.

Com efeito, a dinâmica transductiva que começou, pela afetividade, a reorganizar o regime psicossocial da individuação da Ana na AU, evoluiu para uma fase onde o labor sobre o regime psíquico foi particularmente intenso. E aí, contou com a influência decisiva de determinadas técnicas pedagógicas, como as que foram desveladas no seminário “autoconhecimento/eneagrama” e, especialmente, no programa paralelo (cf. Anexo F3). Quanto ao primeiro, descreve-o como um “salto” que “custou muito”, explicando:

“Não fazia ideia de que seria aquele número de personalidade [e que] havia ali um nível de autoconhecimento muito baixo, que eu achava que era muito elevado (...) [já que] dava formações sobre autoconhecimento e autoestima (...) [e] na teoria sabia aquilo tudo”. (E8).

Este evento ocorre numa fase intermédia da operação de individuação, na qual o foco parece estar dirigido para o auto-conceito. Porém, que parece ter sido ali colocado em questão foi a pessoalidade²⁰⁸ da Ana, a ideia de si própria que, encontrando-se relativamente estabilizada num dado sujeito-identidade, foi naquela ocasião abalada.

Tendo sido “[*obrigada*] a olhar para coisas que até essa altura tinha ignorado”, sentiu “o choque” de “*perceber que não [estava] a perceber nada*”. Se aqui tratamos de sintomas de uma ansiedade a começar a instalar-se, então a experiência de corresponde, como refere Simondon (2005b, *cit in* Krtolica, 2012: 75) a “um pressentimento do novo nascimento do ser individuado (...) mas para que o mesmo seja

²⁰⁸ Veja-se, a este respeito, a posição de António Damásio (2013: 270-272): “A ideia que cada um de nós elabora acerca de si mesmo, a imagem que gradualmente construímos de quem somos física e mentalmente, e do nosso estatuto social, baseia-se na memória autobiográfica, é construída ao longo de anos de experiência e é constantemente sujeita a remodelação. (...) Estes processos conscientes e inconscientes, qualquer que seja a sua proporção, são influenciados por uma grande variedade de fatores: traços de personalidade inatos e adquiridos, inteligência, conhecimento, meio ambiente social e cultural (...) As nossas atitudes e as nossas escolhas são, em grande parte, a consequência de uma ‘ocasião de pessoalidade’ que os organismos inventam ao correr do tempo.”

possível, a dissolução de estruturas prévias e a sua redução em potencial deve ser completada”.

Para Ana, esse trajeto de dissolução de “questionar[-se] e questionar tudo” é encetado, e traz os primeiros desconfortos e dissabores – “Tive de recuar (...) a vida já estava tão estruturada, na teoria, que ter de desmontar aquilo tudo e passar para a prática foi muito complicado” – continuando até com maior profundidade:

“Mas depois nessas sessões [de “desenvolvimento pessoal e profissional”] eu saía de lá bastante desconfortável. Acho que era claramente estarmos a explorar sombras da nossa existência que até aquele momento não tínhamos explorado. O professor José fazia questões mesmo impactantes. E que agitavam. Eu saía de lá agitada. Ia para casa a seguir, ou ia sair com amigas, mas ficava meia a pensar 'o que é que se passa aqui?'. Era exigente.” (E8).

Aqui se ilustra como um conjunto de tensões latentes do pré-individual emerge e invade o self nuclear – “todas as suas estruturas são atacadas, as suas funções animadas por uma nova força que as torna incoerentes” (Simondon, *cit in* Krtolica, 2012: 75) – estimulando o pensamento sem o conforto de chegar a conhecer, desorientando o sujeito com suas contradições e incoerências.

Se os problemas colocados, nesta relação e por meio destas operações, se limitassem ao campo de resolução individual(izado) que as técnicas (inspiradas pela referida psicopolítica positiva, e mobilizadas nas sessões anteriormente observadas) parecem favorecer, Ana seria candidata a evoluir para uma des-individuação plena de riscos. Porque centrada apenas nos próprios recursos, poder-se-ia seguir um estado ansioso e inerte, socialmente isolado e inseguro, eventualmente até patológico pela contínua operação de ruminação de questões cuja resolução é incapaz de, por si só, criativamente encontrar.

Porém, afortunadamente, tudo “*mudou totalmente (...) quando cada pessoa começou a contar a sua história de vida*”. E, repare-se, a mudança não ocorreu quando foi própria a partilhar a sua história de vida:

“Quando tive de apresentar a minha história de vida, não consegui formular. E fiz assim umas coisas, e apresentei na altura, mas lembro-me de estar a apresentar, na altura, e aquilo não era bem a minha história de vida. Que estava quase a fazer, tipo, um cenário, ou uma lição de moral às pessoas que estavam à minha volta. Mas não estava a falar das minhas feridas (...) foi assim um momento muito sem sentido (...) desconcertante, acima de tudo.” (E8).

Não foi, portanto, através de uma composição comunicada daquilo a que Giovanni Lévi chamava de “tradição biográfica estabelecida”, baseada em “modelos que associam uma cronologia ordenada [a] uma personalidade coerente e estável” (Lévi, *cit in* Lahire, 2005: 31) que a mudança ocorreu. Esta ocorreu quando, subitamente, percebeu que os seus pares “*eram pessoas com uma riqueza enorme e que eu é que estava completamente cega e não tinha visto nada até aí*”.

Descrevendo o evento como um “*clique (...) mesmo forte*” – talvez o “*clique de conversão espiritual*”, de procura pelo “*sentido de vida*”, que a educação católica nunca conseguiu efetivar, porque nunca lá esteve “*presente com o coração*” – Ana recorda-se de “*chorar do início ao fim*”. Aquele foi o seu “instante essencial de emoção [que] é a individuação do coletivo²⁰⁹” (Simondon, *cit in* Krtolica, 2012: 87).

Manifestando-se, uma vez mais através das especificidades desta técnica desenvolvida pela AU, o estabelecimento de um circuito associativo transdividuinte, é justo afirmar que aquele evento marcou uma viragem no percurso de Ana, na AU e na vida, pela abertura do self a novas individuações:

“Acho que andei toda a minha vida a fugir de mim própria (...) Era muito não olhar para mim com verdade, não aceitar as minhas fragilidades. Era uma capa

²⁰⁹ A adequada compreensão desta asserção requer a transcrição total do excerto que a contém: “o instante essencial da emoção é a individuação do coletivo; tanto antes como depois deste instante, uma verdadeira e completa emoção não pode ser descoberta. A latência emocional, a não-adequação do sujeito a si próprio, a incompatibilidade entre a sua carga de natureza e a sua realidade individuada, indica ao sujeito que ele é mais do que um ser individuado, e que esconde dentro de si a energia para uma individuação ulterior; mas esta individuação ulterior só ocorre no ser do sujeito; só pode ocorrer através deste ser do sujeito, e através de outros seres num coletivo transdividual” (Simondon, *cit in* Krtolica, 2012: 87).

gigante que tinha, uma armadura, e cresci com ela. E ela estava a ficar muito resistente, essa armadura. Ali, desmontaram-me completamente a armadura, basicamente. (...) Isto foi uma mudança enorme porque mudou a minha forma de estar em todos os aspetos da minha vida.” (E8).

As inerências e oscilações da metaestabilidade, que encerra em si não apenas a dissolução e/ou suspensão de determinadas estruturas disposicionais, mas também (porque remete para tensões/problemáticas) a possibilidade de formação de estruturas psíquicas distintas, são eloquentemente ilustradas pelo discurso da Ana. Colocada perante uma nova informação, que significava, simplesmente, que *“a nível emocional, as coisas não estavam serenas nem estruturadas (...) [e] afinal também tinha feridas”*, a quebra da *“armadura”* ocorreu por intermédio de uma crucial distinção face à socialização familiar anteriormente predominante, onde a *“questão da superioridade”* e do *“orgulho”* passaram a ser vistas como *“defesas (...) falta de autoconfiança e autoestima”* e o antídoto passou a ser *“estar com pessoas diferentes”*.

Nessa perspetiva, a metaestabilização da Ana prefigura um novo sentido, em torno do reconhecimento intersubjetivo – *“sentir a interligação e que, de facto, tu precisas do outro, independentemente da diferença que ele tenha (...) ver muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa”* – como resposta e problematização do contexto classista a que sempre pertencera: aquele contexto é agora a *“bolha”* onde se fala apenas de *“‘carros, dinheiro’, coisas que não interessam”*, não havendo ali *“nenhum sumo espiritual”*. A transição, explica-a a própria:

“À medida que o tempo ia passando, ia sentindo precisamente o contrário que é: 'se eu estiver com os meus amigos, não estou a aprender nada de útil, não estou a ser questionada'. É engraçado, agora fazendo a ponte para aquilo que sou hoje...” (E8)

Como uma recém-convertida, que teve de *“aniquilar (...) o mundo e os co-habitantes que deixou para trás”* (Berger & Luckmann, 2004: 208), Ana estava agora predisposta a ver a AU como *“mundo real”*, e a deixar-se levar pela sua *“força apaixonante e motivadora”*. Concomitantemente, pôde integrar o ensinamento fundamental para o

exercício laboral da Psicologia, que até então lhe escapara: o *“de nos pormos no lugar dos outros (...) [com isso] conseguindo aumentar a empatia que sentia pelos outros”*.

Não sabemos se o processo de dissolução do self que acabámos de descrever, se aquelas dinâmicas de (des)individuação em si particularmente profundas, foi responsável por fazê-la sentir que *“precisava mais da outra parte mais inspiracional, e que não estava preparada para coisas muito objetivas”*. Porém, mesmo que um pouco a contragosto, porque *“estava a mexer em questões tão profundas e tão importantes que quase que não havia espaço, disponibilidade mental para estar a pensar em coisas muito práticas”*, Ana acompanhou o grande grupo que iniciou a fase de desenvolvimento de projeto²¹⁰.

Concluir que *“a passagem da parte inspiracional para essa parte mais prática foi um bocado drástica”* não é, como vimos no depoimento de João, uma especificidade sua. O que é deveras específico do seu trajeto, nesta fase da AU, é o facto de a ter encarado a partir dos significados (centrais, mas circunscritos a uma técnica) extraídos da anterior.

Com efeito, a abordagem das “histórias de vida” foi tão marcante para si, e para alguns dos seus colegas participantes, que decidiram fazer de uma réplica o seu projeto organizacional a “incubar” na AU, que aqui denominamos de K.

O processo de significação coletivo, ele próprio indicador de progresso de uma co-individuação, começa por resultar numa espécie de “boa-nova” a anunciar ao Mundo, como se depreende do seguinte trecho:

“[Objetivo de] replicar as histórias de vida da Academia [Ubuntu], o processo que [lá] tivemos em empresas, em famílias, em escolas... Portanto, nós também tínhamos aqui objetivos gigantes. (...) Acreditávamos mesmo que (...) a nível das empresas a produtividade seria muito maior, as famílias seriam melhores (...) acreditávamos tanto que (...) achávamos que seria muito inovador, porque as pessoas não estavam atentas para esta fonte de mudança.” (E8).

²¹⁰ Deve ser referido, como nota lateral, que Ana procurou dar seguimento àquele vislumbre de (re)organização individual, iniciando um processo de acompanhamento psicoterapêutico enquanto participava na evolução do próprio regime técnico da AU, isto é, enquanto embarcava na fase de desenvolvimento de projeto.

Apesar de não restarem dúvidas de qual foi a tarefa desenvolvimental mais fundamental, experienciada na AU, devemos chamar a atenção para o modo como a mesma foi logo acomodada. Nomeadamente, ao invés de propiciar a abertura do horizonte de possibilidades e expectativas, como aconteceu com o João, o sentido dado àquela experiência foi canalizado para a pura praxis da IS (Cf. Capítulo 2), onde a solução para todos os problemas se encontra na ênfase técnica, e na conversão desta a um programa organizacional teleológico.

Diga-se de passagem que o programa organizacional do “K”, enquanto representação objetiva de um modelo de intervenção socialmente inovador, começou por se basear na tradicional confiança de quem já decidiu que o que tem em mãos funciona universalmente, e que só não funciona para quem o desconhece.

Acontece que, à medida que o processo se foi desenrolando, a importância que cada membro da equipa estava *“a dar ao projeto”* foi esmorecendo, pouco a pouco tornando-se *“relativa”* – e isto apesar de, talvez por influência do regime técnico, *“a certa altura aquilo [parecer] quase uma competitividade de projetos (...) para ver qual era o projeto que sobressaía mais”* – quedando, por fim, a sensação de que *“o projeto podia ter sido muito melhor do que aquilo que foi”*.

Também deve ser notado que o modelo de constituição da equipa – *“um bocado por sobras (...) lembro-me que a construção do grupo foi uma coisa que me criou alguma confusão”* – colocou, desde cedo, alguns entraves à sua concretização, porque o mero facto de se encontrarem todos integrados no mundo laboral, teve consequências práticas, por exemplo, ao nível da logística de reuniões. Adicionalmente, o mesmo fator faz emergir um conjunto de cogitações que vão compondo, na pluralidade disposicional de cada um, as diferentes economias de tempo e energia pessoal (Lahire, 2005).

Portanto, à medida que se ia instalando a ideia de que a equipa era composta de *“pessoas que se calhar tinham outros objetivos e não estavam alinhadas”*, e que coletivamente não tinham *“nem tempo, nem vontade de investir assim muito naquilo que [estavam] a fazer”*, há razões para crer que novas disposições para agir (ie. assumir o papel de *“empreendedor social”*, da forma como o mesmo foi socializado na AU),

foram perdendo força e relevância com o tempo. Em detrimento, claro está, de investimentos anteriores, os quais já haviam demonstrado serem capazes de providenciar determinadas, e fundamentais, condições materiais de existência.

Por esta via, observa-se uma dissolução do potencial e das opções de futuro que a “incubação” eventualmente chegara a representar, passando o processo de significação a assentar numa progressiva redução de expectativas que a própria AU acabou por confirmar ser, de facto, o caminho mais racional: sobre as alegadas promessas da estrutura da AU, relativas a um apoio pecuniário aos projetos incubados, Ana ecoa aquilo que nos foi reportado pelos restantes entrevistados: *“a parte dos projetos finais não ficou assim muito claro (...) depois se tínhamos financiamento ou não tínhamos...”*.

Assim, a adoção e vivência daquele papel social correspondeu a uma aplicação breve, circunstancial e delimitada do processo de vir-a-ser da Ana, por um lado. E aquilo que aparentemente se tornou central em tudo isto – a técnica pedagógica –, embora tenha provado ser decisiva para que a individuação pudesse progredir (a sua e a de muitos outros participantes), não foi mais do que um artefacto acessório, no grande plano das coisas, perdendo cada vez mais a capacidade de estabelecer circuitos transindividuais à medida que ia sendo instrumentalizada.

Não obstante, enfatiza-se que a introdução desta técnica pedagógica no regime técnico da AU solicitou uma operação transductiva que desbloqueou o acesso e o recurso ao pré-individual da Ana, fez evoluir um regime coletivo autónomo e, comprovando que os recomeços existem, permitiu mesmo uma reaproximação familiar capaz de semear as condições para novas evoluções coletivas:

“Lembro-me de uma coisa que foi muito importante para mim, que foi quando apresentei o projeto em conjunto com os meus colegas. Pela primeira vez convidei os meus pais a irem assistir a uma coisa minha. Eu já tinha feito uma tese de mestrado, não deixei ninguém entrar para assistir. Já tinha feito imensas conferências públicas e nunca tinha incluído os meus pais. Também porque acho que me desliguei muito da minha família. E foi engraçado neste projeto ter

convidado os meus pais para irem assistir (...) lembro-me de pela primeira vez sentir: ‘estão ali os meus pais, estou a reconstruir a minha história de vida’” (E8).

No que diz respeito à AU, e porque esta constituiu *“uma experiência de conversão, de mudança, de pôr em prática as coisas que aparentemente são fáceis e não são nada fáceis”*, a participação da Ana fez com que se pudesse compreender como fase de um ser-no-mundo, como indivíduo em construção, como *“pessoa em caminho, com muito para aprender (...) pacificada com o passado, com sonhos, com objetivos”*.

Congregando os elementos até aqui aduzidos, e para concluir, facilmente se depreende que a experiência da Ana como “empreendedora social” viria a terminar pouco tempo depois da cerimónia de graduação (chamemos-lhe assim), e que a des-subjetivação empreendida não levou à modelagem e corporização de um papel social definido. Por outras palavras, a operação de individuação promovida pela AU não especializou a Ana como “empreendedora social”, não obstante os efeitos de uma psicopolítica positiva que estiveram perto de transformar a experiência do *reconhecimento intersubjetivo* num produto socialmente inovador.

Apesar de tudo, neste processo em que destruiu, para depois construir, Ana aprendeu a *“tentar estar inteira em tudo”*, não se focando só nos objetivos, mas nos processos, para *“no dia-a-dia, nas rotinas, coisas básicas, tentar pôr o melhor daquilo que s[abe]”*.

Só isto é suficiente indício de que a Ana saiu da AU, de facto, diferente da Ana que lá havia entrado, numa asserção reveladora de como o tempo, não cronológico, mas enquanto relação (estabelecida no presente) entre horizontes temporais de referência do passado e do futuro (Luhmann, 1976), é uma dimensão fundamental para a individuação e para o(s) sentido(s) que dela se extraem.

8.3 Retrato de Sofia

Nem sempre se tem aquilo que se deseja – ou a *gramatização* empresarial da “incubação” como obstáculo-limite à estruturação de uma “empresa social sustentável”.

A Sofia é filha de pequenos comerciantes, donos de uma mercearia tradicional que “*todos conheciam*”, nascida numa freguesia semi-rural, há 33 anos (à data da entrevista).

Se gosta “*de estar com pessoas*” e não passa o “*dia-a-dia sem esse aspeto relacional*”, muito se deve ao período de infância, no qual teve “*sempre muito contacto com a natureza, com o campo, com clientes*”, fator que parece ter contribuído para a construção de uma estrutura disposicional extrovertida e evoluída na “*parte da relação, da comunicação, do cuidar do outro*”.

À entrada para o período da adolescência, as longas horas que os seus pais devotaram ao negócio próprio, numa “*visão de trabalhar muito para conseguir dar uma vida melhor aos filhos, ou algo do género*”, força-a a contar com vizinhos e outros familiares para cuidarem dela e a acompanharem as atividades extracurriculares, tal como a “*música*” ou a “*natação*”.

Embora retirasse grande prazer do convívio com pessoas fora da família nuclear, e até não se importasse de “*estar sozinha quando era preciso*”, aquele aspeto adquire, pouco a pouco, uma importância fulcral no percurso biográfico de Sofia. Essencialmente porque, neste período da sua vida, começa a sentir falta de “*ter alguém em casa quando chegasse da escola*” e, como tal, reivindica “*a presença dos pais*”, disparando contra “*um trabalho que [lhes] ocupa imenso tempo*”. A este respeito, e demonstrando a capacidade de permanência e atualização das disposições que, pouco a pouco, tornar-se-á clara para o leitor, um episódio curioso:

“Por exemplo, notava que os meus pais não criavam tempo para eles, e fui eu que andei ali numa batalha para eles passarem pelo menos uma semana de férias. Comecei a sentir-me muito adulta com aquilo. Com 15 anos comecei a marcar as férias, e fiquei contente com isso. Hoje em dia, continuo a fazer um

pouco isso: quando tenho de lhes oferecer alguma coisa, ofereço-lhes um fim-de-semana, daqueles *vouchers*, para os obrigar a ir.” (E9).

Neste encadeamento percebe-se, claramente, que não é o egoísmo que fomenta a resposta afetivo-emocional da Sofia adolescente, mas sobretudo o desapontamento pelos pais não pensarem “*muito neles próprios [e] noutros aspetos também importantes de estarem em conjunto*”, por não conseguirem reservar tempo e espaço para “*pequenos momentos de pausa, sejam os momentos em família [ou] os momentos para si próprios*”. Pausa, tempo, férias – as conquistas das classes trabalhadoras erodiram e são, agora, a principal força motriz daquilo a que Sofia chama de “*revolta típica dos adolescentes*”.

Estranhamente, isto não afeta grandemente tudo o resto. Durante a escolaridade obrigatória, “era bem-comportada nas aulas, gostava de aprender (...) [era] atenta” e “participava muito nos clubes da escola, gostava de participar em tudo”. O seu desempenho granjeou-lhe mesmo um “boletim de matrícula [para o ensino universitário] muito diverso”, embora qualquer escolha devesse corresponder a algo “ligado à saúde [e] bem-estar das pessoas” e que não a limitasse, posteriormente, a “um trabalho solitário e[m] que não trabalhasse em equipa”.

Escolheu frequentar, tal como Ana, um curso universitário de Psicologia (embora numa instituição pública), cuja conclusão lhe deu acesso a uma ocupação que, na sua perspetiva, “*cada vez faz mais sentido*” pelo “*bem que podemos fazer uns aos outros e o contributo (...) para algo maior*”.

Não obstante, a escolha parece padecer de falhas críticas, no que diz respeito quer à sua incrustação sociocultural – “ter que estar sempre a dizer às pessoas o que é um psicólogo, o que é a saúde mental // [e] esse aspeto da pouca valorização que há no nosso país (...) de não se ver a saúde mental como um aspeto da saúde, como deveria ser” – quer laboral, uma vez que parece que “é muito confundido o trabalho do psicólogo com trabalho voluntário” e, perante a questão “esta profissão permite ser remunerado de uma forma justa?” a resposta que encontra é “se calhar, não”.

Com efeito, a “profissão” ligada à Psicologia nunca chegou a sê-lo, de facto, dada “a segmentação dos mercados de trabalho, diversificação das formas de emprego, precariedade e instabilidade laboral” (Gonçalves, 2008: 198) que nunca permitiram a Sofia atingir mais do que um estatuto de profissional independente, vocacionado para a educação e formação de crianças e adolescentes, e/ou voluntário em OTS.

Podemos começar a perceber aqui um padrão (pre)disposicional forte (Cf. Lahire, 2005), atestado pelas práticas sociais em que tem participado e investido, de *cuidado* relativamente ao Outro, no sentido que Honneth (2005) lhe dá, isto é, como uma forma antecedente de reconhecimento que se manifesta numa praxis de engajamento existencial e afetivo fundamental para o processo de (auto)significação. A este respeito, a sua confissão:

“Eu não acredito propriamente num deus ou algo assim, mas a minha entidade maior é o bem que podemos fazer uns aos outros e o contributo que vamos dando no nosso dia-a-dia. Nesse aspeto faz-me todo o sentido, porque no final andamos aqui todos a correr de um lado para o outro e o que é que fica? São as relações entre as pessoas, a família... quando tudo desmorona, o que fica são os valores de base.” (E9).

Ainda que o objetivo do voluntariado, que fazia desde os “17 anos”, “*era sempre no sentido de poder contribuir para a melhoria de algo*”, também parece ser verdade que, do outro lado, as funções e responsabilidades inerentes não eram ajustadas às recompensas simbólicas da economia da dádiva. Por conseguinte, o fulcro da problemática do voluntariado, como de resto se encontra sociologicamente bem descrito²¹¹ é, para Sofia, o “*voluntariado encoberto, que no fundo são funções completamente técnicas*” que não são remuneradas/gratificadas, como a própria relata:

²¹¹ A seguinte passagem é, na nossa perspetiva, deveras ilustrativa daquilo que Sofia retirou da sua experiência de voluntariado, em Portugal: “O recurso ao trabalho voluntário, em Portugal, aponta para uma conceção do voluntário como solução de recurso, cujo valor económico no mercado é baixo ou nulo para as OTS que o integram. Porém, o voluntariado pode ser considerado como uma via de profissionalização das organizações, ao proporcionar a integração de indivíduos qualificados, do mesmo modo que estes encontram nas organizações oportunidades de realização pessoal e profissional. (...) A questão que se coloca e que remete para alguns dos paradoxos de uma época de austeridade e recessão

“No nosso país acontece imenso, na área social (...) em que tens pessoas a fazer trabalho muito técnico como voluntário, que não são voluntários. E em vários projetos tive que acabar por, aos poucos, me ir afastando porque não fazia sentido. Custa muito, porque eram coisas que eu gostava e que sei que a seguir vai para lá alguém. (...) Nós próprios também contribuímos para isso, numa busca por encontrar trabalho ou ganhar experiência, acabamos por entrar nessa rede de fazer funções super-profissionais e técnicas como voluntários. O que nem é legal, nem correto.” (E9).

Então, porque por vezes não podia contar *“sequer [com] uma ajuda para o transporte”*, e sobretudo por não *“receber o que é justo, em troca (...) do trabalho que estás a desenvolver”*, Sofia resiste à inculcação das disposições precarizadas, como lhes chama Bourdieu (1998) e, atingindo o *“ponto de pensar: ‘não, já é demais’”*, ela passa a procurar, desde então, oportunidades *“de poder usar o potencial” de uma forma “sustentável (...) construtiv[a] e em prol do bem comum”* conciliando *“esta parte entre trabalhar em algo que me faz sentido, e também conseguir organizar isso de uma forma equilibrada”*. Deve dizer-se que, na aceção de Sofia, a “sustentabilidade” refere-se sobretudo às condições materiais de existência:

“Se a nossa moeda não fosse apenas o euro. Se pudéssemos trocar, viver de outras formas. Eu muitas vezes sinto-me completamente rica. Mas o que é certo é que tens de pagar uma renda, fazer compras, e é com moedas e com notas. E quando as coisas não são pagas dessa forma, é complicado. (...) Se a nossa forma de troca é através do pagamento de algo, eu não sou menos válida a tratar da saúde mental ou das competências sociais de uma pessoa, do que alguém que está a tratar das suas finanças, ou dos seus pés, ou do seu carro. Isto também é

financeira são os termos (des)iguais em que esta relação se materializa. Do lado das organizações, ganham-se recursos humanos adicionais, motivados e gratuitos; porém, dada a escassez da oferta de emprego fomenta-se, por esta via, a precarização do mercado laboral dos que vivem uma situação de desemprego. (...) Estes voluntários tendem a ter disponibilidade total de tempo para se dedicarem à organização e dada a carência de recursos por parte das organizações, estas podem substituir os postos de trabalho que correspondiam a empregos assalariados por uma força de trabalho voluntária, sobretudo jovem, com dificuldade de transição para a vida ativa.” (Marcos & Amador, 2014: 212).

uma questão de mudança de mentalidade. O setor social não tem que ser um setor de voluntariado.” (E9).

Desta forma marcada por experiências sociais e laborais que ficaram aquém das suas expectativas, e sentindo a *“necessidade de criar os meus próprios projetos e tentar encontrar outras soluções”*, Sofia decidiu participar na AU, a qual parecia configurar *“uma resposta para isso”*.

A primeira fase da sua operação de individuação decorre de forma muito semelhante às dos restantes entrevistados: há evolução transductiva em todos os regimes de individuação, e evidenciam-se circuitos transindividuentes que permitem afirmar uma individuação plena de significados positivos e enriquecedores.

Dos “seminários residenciais [que] permitem uma ligação diferente com grupo”, aos “testemunhos fantásticos [dos convidados] (...) que nos quebram certos estereótipos, que também abrem horizontes”, passando pela capacidade dos ateliers desportivos para transmitir conhecimento através da “prática (...) muito diferente de escreveres num powerpoint”, ou pela aprendizagem devida ao estudo e “crítica construtiva” de “figuras tão veneradas, tão faladas a nível global”, o relato de Sofia sustenta a caracterização de um regime técnico que não apenas socializa modos e modelos de conhecimento éticos, como solicita ativamente a atualização de potenciais e disposições pela recorrência e promoção de desfasamentos. Ambos os aspetos parecem encontrar-se plasmados no seguinte excerto:

“A parte inicial, das formações, foi tudo muito inspirador. Aquilo parece que tinha descoberto... sei lá, alguma essência que me faltava, que não encontrava ligação com essa essência que já estava dentro de mim no meu dia-a-dia. Foi muito de encontro àquilo que acredito, valores em que acredito, que no dia-a-dia as pessoas não falam tanto dessa forma. (...) haver uma preocupação em viver de uma forma diferente, que a liderança pode realmente ser servidora, não precisa de ser aquela liderança de fazer milhões e não querer saber dos outros e não partilhar. (...) E fez-me dar clique em algumas coisas: 'não, isto realmente faz sentido pensar desta forma'.” (E9).

Da vertente das *“dinâmicas de grupo, que também permitiam ali uma entreaajuda, conhecer pessoas e perceber o seu caminho”*, até à forja de um *“espaço”* para si e para o seu *“lado de palhaçada”*, vários e diversos são os pormenores que apontam para a criação, quer com os pares, quer com a equipa técnica, de *“ligações e relações positivas e construtivas, que ainda hoje se mantêm”*, assim se evidenciando a emergência e manutenção de uma dinâmica transdividuante capaz de aportar nada menos do que *“esperança”* renovada.

Reiterando aquilo que já havíamos defendido, a intersubjetividade que advém de *“ver pessoas com realidades tão diferentes e podermos na mesma ter uma relação construtiva”* recebe um impulso decisivo através da abordagem técnica das *“histórias de vida”*, *“marcante”* para a Sofia e *“para outros colegas também”*, não só *“porque algumas das pessoas mostraram realmente coisas que ainda não tinham mostrado”*, mas também porque ela própria, assim que se apartou do *“humor a funcionar como máscara”*, pôde *“pensar”* em si e *“aproveitar a oportunidade para ser mesmo genuína”*.

Toda a operação de individuação na AU, até esse momento, redundou num *“momento extremamente libertador”*. E a magnitude das aquisições que os circuitos transdividuentes propiciam pode ser aptamente qualificada através do seguinte raciocínio, que não será de todo estranho, se pensarmos nas enormes semelhanças que apresenta com o discurso de João:

“Antes de entrar na Academia [Ubuntu], às vezes sentia-me um bocado, sei lá, que não tinha tanta gente com quem partilhar a minha visão do mundo. Realmente ali foi uma lufada de ar fresco, nesse aspeto. Fez-me um bocado luz, género, espera lá, há aqui mais gente a colocar o peso certo em certos valores, a valorizar certos aspetos, a querer perceber mais de certa área, e da vida e do mundo, preocupada com problemas da sociedade com que me preocupo. Nesse aspeto sim, senti-me mais compreendida (...) ouvir que não estava sozinha nessa forma de pensar.” (E9).

Porém, e tal e qual os seus pares aqui entrevistados, a evolução do regime técnico da AU para a *“parte do projeto”* trouxe uma nova realidade à operação de individuação, não necessariamente positiva, como de resto a própria nos conta:

“A parte do projeto foi um bocado penosa porque a ligação entre aquele ambiente da Academia [Ubuntu], em que há muito espaço para a reflexão, e depois, de repente, ser colocado num ambiente muito mais formal, de pessoas que estão habituadas mais a um trabalho super-formal (...) era tão diferente que (...) foi assim uma coisa que não combinava muito bem com o resto que tinha acontecido até lá.” (E9).

Sentindo que os consultores *“têm o seu tempo contado”*, Sofia lamenta que a equipa não tenha tido *“tempo suficiente”* para *“o desenvolvimento da ideia”* e para se colocar *“a par do processo”*. Por ser mais imediato, recuperaram atividades que *“já estavam a acontecer antes”* na vida de todos, que já trabalhavam *“com crianças e adolescentes, às vezes também adultos”* e gostavam *“desse tipo de trabalho”*, para construir o projeto Y, aproveitando da *“incubação”* apenas *“pequenas coisas, tipo os logotipos e isso”*.

Não obstante, Sofia reparte as responsabilidades também com a própria equipa, e a forma como esta foi conjugada, tendo por base a condicionante de que *“ali a meio (...) faltavam pessoas, houve desistências, faltavam pessoas para formar as equipas (...) [e] foi preciso recrutar, entrar pessoal para isso”*.

De forma similar ao que foi relatado por Ana, a saída e entrada de participantes nesta fase – grande parte deles *“nem faziam parte da Academia [Ubuntu]”* – colocou problemas de *“coesão”, “comunicação”* e até logística. Revelando que um dos *“colegas nem sequer chegou a conseguir ir às sessões porque, lá está, o âmbito profissional dele...”*, e que poucos foram aqueles que *“conseguiram estar presentes nas sessões todas”*, as escolhas de cada membro impactaram de sobremaneira, a evolução do regime coletivo, nesta fase.

Adicionalmente, é curioso perceber que disposições anteriores da Sofia, tais como *“o aspeto de conseguir reunir o grupo em função de um objetivo”*, ou *“de conseguir mover um grupo, motivar”*, não parecem ter tido ali a oportunidade de atualização desejada.

Portanto, se a *“equipa não estava toda na mesma onda”*, por *“disponibilidades diferentes, conhecimentos diferentes”*, denota-se a falta de uma dinâmica transdividuante que, como parece evidente, não permitiu que Sofia se individuasse em pleno no coletivo que acabara de ser formado.

Todavia, outros fatores entraram nesta equação, porventura contribuindo para o desfecho inglório (ie. a dissolução pouco tempo após a sua apresentação pública) do projeto “Z”. Para os nomear, o aprofundamento analítico do regime técnico da “incubação” deve assumir agora proeminência, pois julgamos que daqui podem emergir algumas pistas elucidativas, capazes de nos levar para além da batida referência a *“sessões (...) demasiado curtas”* que não davam *“tempo à equipa de saber o que quer[ia] fazer”*, nem *“o que é que cada um queria trabalhar”*.

Com efeito, parece seguro afirmar que as diferenças no regime técnico fazem-se notar, desde logo, na introdução do *“formato de apresentação powerpoint”*, onde *“pessoas [que] tinham muito conhecimento”* debitavam a informação *“rápido demais e mais num formato passivo”*. Parecendo referir-se à incubação e, mais concretamente, a “workshops” da responsabilidade de consultores da Lipor, um dos quais alvo de observação (Cf. Anexo F4), deverá resultar claro que alguns participantes internalizaram mais completamente aquilo que lhes fora transmitido do que outros. Sofia deverá pertencer ao grupo destes últimos que, aqui chegados, se depararam com a emergência de incongruências e incompatibilidades de difícil resolução.

Por exemplo, uma das características do *“formato muito formal”* da consultoria de incubação ressalta deste relato como *“uma discrepância de prioridades”* entre os consultores que *“queriam ver resultados”* e uma equipa (a sua, com experiência socioprofissional naquela área) que não os conseguia produzir. No centro desta tensão poderá estar, *“um fosso grande entre o[s] tipo[s] de atividade”*. Ou seja, apesar de notar que os consultores designados *“se esforçaram”* e *“tinham algumas coisas úteis, como é lógico”*, na sua abordagem vinda *“de dentro de uma empresa, muito menos social (...) não havia uma adaptação propriamente à nossa realidade”*.

Tal como a sessão que foi objeto da nossa análise crítica, também aqui o desfasamento dos processos de individuação psíquica e coletiva podem ter sido comprometidos pela gramatização empresarial das técnicas pedagógicas empregues na “incubação”, a qual parece ter obstaculizado (senão mesmo interrompido) o desfasamento do próprio regime técnico. Sem surpresa, a entrevistada ficou sob a impressão de que participar “*numa coisa tão técnica*” produziu “*coisas ali que empancaram, que se calhar não eram assim tão importantes*”, e ainda a fez sentir como o sujeito passivo de “*uma injeção*”.

Perante o desprazer, e sobretudo a partir do momento em que parece ocorrer uma “conversão do sujeito psicológico não num participante, mas num utilizador, esvaziado da sua consciência e da sua existência” (Leão, 2011: 90), torna-se lícito confirmar e remeter para os óbices levantados por um regime técnico da AU tão internamente diferenciado que, de uma fase para a outra, parece ter desestabilizado as construções de sentido em curso, inclusivamente aquelas relativas à nova organização que Sofia deveria integrar.

Até porque, relembramos, a sua participação ainda é requerida nesta altura, e ao invés da energia da Sofia ser devotada à continuação da operação “Z”, ela deve agora ser revertida para a resolução de questões não-transductivas, para mais na ausência de meios e competências à mesma adequados.

Um aspeto deve ficar, todavia, absolutamente claro: estamos em crer que os verdadeiros problemas não se devem ao facto de coisas como “*questões de orçamento (...) planeamento a 5 anos (...) custos (...) contabilidade [e] vendas*” serem “*quase chinês para*” o grupo, ou não “*saírem naturalmente, como saem outras coisas*”.

Começam, isso sim, pela ineficácia pedagógica de quem tenta, através de indicadores económico-financeiros gravados em séries infindáveis de documentos – “*perante tantos papéis e tantas coisinhas (...) vemos exemplos de como se preenchem coisas, sei lá, aquelas papeladas todas. Eu só me lembro de papeladas*” –, socializar o seu saber-fazer pela via tóxica dos dispositivos técnicos, isto é, “pela estandardização dos meios de acesso à realidade pré-individual (...) [e sua] conversão (...) em dispositivos de controlo,

atuando apenas na promoção de conformidade e na demissão da singularidade” (Leão, 2011: 85).

Já intuíamos o que tais lógicas e tendências poderiam significar, ao nível discursivo e pedagógico. Porém, nesta perspectiva, a fase da operação de individuação da AU conhecida por “incubação”, torna-se palco para a emergência de um conjunto assinalável de paradoxos.

Um dos que primeira e imediatamente se verifica é que tais dispositivos técnicos, prescritos pelos consultores como solução para o problema da construção de uma empresa social, falharam no cumprimento da função de responder às problemáticas por si (pelo menos em parte) configuradas, demonstrando assim que constituem um “falso saber” (Leão, 2011: 79). O seguinte excerto deve providenciar uma adequada ilustração:

“Estávamos a fazer as coisas para um fim, de criar uma empresa social ou o que fosse, mas depois havia outros conceitos que não percebíamos. Ok, como é que funciona uma empresa? E que despesas é que uma empresa tem constantemente? Até para nós percebermos para onde é que estávamos a ir, mesmo estas questões burocráticas da coisa. E tem que se pagar isto? E como é que são os custos com esses aspetos mais práticos, custo de espaço, custos de pessoal... perceber quais eram as nossas despesas, até onde é que podíamos ir, sim isso seria uma ajuda. (...) Só que depois, a nível prático...” (E9).

O segundo paradoxo que pode ser colocado em relevo é que, enquanto a temporalização da experiência parecia sugerir a Sofia que uma das expectativas que detinha aquando da sua entrada na AU, e uma das principais tensões presentes na sua realidade pré-individual – *“Não tem de ser trabalho voluntário. Realmente pode haver empresas sociais. E a pessoa receber por aquilo que faz. E um líder ser pago, mas também os colaboradores serem pagos de uma forma justa”* – estaria mais próxima,

nesta fase, de obter uma resposta decisiva, a sua participação-em-contexto colocava-a, de facto, cada vez mais longe daquilo que era, no fundo, o objeto do seu desejo²¹²:

“A Academia [Ubuntu] realmente parecia-me uma resposta para isso. Então era fantástico, afinal faz todo o sentido fazer este trabalho e dar outra embalagem a isto. (...) Mas depois não percebi bem como é que isso se fazia // E continuei com dúvidas de como é que consegues realmente responder a necessidades verdadeiramente importantes da sociedade, fazer um trabalho válido e haver sustentabilidade nesse projeto (...) [vê-lo] mesmo como um serviço, um serviço que está a ser pago, seja pelo Estado, seja pelas pessoas, seja como for. E não encontrei verdadeiramente solução ali [na AU]”. (E9).

Aparte da referência ao Estado como potencial “*stakeholder*”, não deixa de ser irónico verificar a incapacidade que Sofia demonstrou, mesmo sujeita a uma operação específica e na presença de um interesse e um desejo particulares, para co-construir uma organização capaz de traduzir um dos apelos mais universais do ES e aspeto central do sentido do seu sistema social de pertença: a sua “sustentabilidade”.

Irónico, claro está, porque tal incapacidade foi alimentada e/ou provocada justamente pela gramatização empresarial predominante nos seus modos de socialização (Cf. Capítulo 4). A este nível de mediação, as estratégias e as regras de preferência da “incubação”, bem como os instrumentos e critérios de controlo da realidade profusamente usados pelos consultores, parecem ter orientado um processo de internalização que, ao invés de sedimentar a novilíngua do ES como realidade comprovada (em última instância, pela apresentação pública de uma “start-up”), foi progressivamente distanciando realidade e desejo – “*então estamos a tentar mostrar que o setor social pode funcionar de forma sustentável e depois não mostramos isso, não*

²¹² Como defende Honneth (2005: 128), a respeito da reificação e modos de a obviar: “a adequação e qualidade do nosso pensamento conceptual depende do grau em que conseguimos mantermo-nos conscientes da conexão original do nosso pensamento a um objeto de desejo – uma pessoa ou coisa de que gostamos”.

o fazemos” – produto e produtor(es), “Z” e Sofia, até um ponto que pode aptamente ser adjetivado como *alienante*.

Por outro lado, se as propriedades desta fase poderão ser perspectivadas como fundamental e inexoravelmente dissociativas, a dinâmica que se instalou na prática só não foi total(izante) porque Sofia, refratária, não se submeteu ao conhecimento e à lógica que lhe pretenderam inculcar, como o seguinte excerto denota:

“Lá está, eu noto mesmo uma discrepância de prioridades. (...) Eu não te vou dizer que outras questões como as vendas, tudo o que envolve o nosso dia-a-dia, que não sejam válidas, mas primeiro estão as pessoas. E como é que é possível que, daquilo que conheço do nosso país, também não posso estar a falar de outros, que esta área das pessoas, tudo o que envolve as pessoas no seu íntimo, esteja ainda tão negligenciado. Isso revolta-me bastante.” (E9).

Percebendo o que naquele regime técnico estava a ser deliberadamente esquecido, conservou para si apenas os “*significados inspiradores da parte inicial*”, assim como o potencial de algumas das suas tensões pré-individuais, desta forma evitando acomodar-se a um estado metaestável inerte e desencantado. O que seria uma consequência perfeitamente possível, no plano teórico²¹³.

Porém, e independentemente do que até aqui se explanou acerca da gramatização do regime técnico nesta fase, intuímos que a proposta de internalização do conhecimento até poderia ter sido mais bem-sucedida, caso a AU fosse percebida pelos participantes como uma estrutura de plausibilidade (Berger & Luckmann, 2004), isto é, se tivesse estabelecido uma correspondência, percecionada como adequada e segura (para a experimentação), entre as condições sociais de participação-no-contexto e as condições teóricas que o seu programa de “incubação” se encontrava a debitar.

²¹³ Pois “[no caso da subversão do processo de individuação] a única regularidade simbólica acessível ao desenvolvimento psicológico, passa a ser a dessublimação (ou desencantamento) (...) a destruição da economia libidinal, e com ela a ruína do desejo (energia humana), e a erosão do télos, (...) donde, decorre, necessariamente a perda do sentido de finalidade” (Leão, 2011: 90)

Ora, paradoxalmente, uma tal integração não parece sido regra, e só vários meses depois da participação na AU é que foi enviada uma proposta formal, que foi recebida pela Sofia da seguinte forma:

“Na altura [que o email foi recebido] acho que se falou num dinheiro qualquer, mas que aquilo também não fez a diferença no momento. Nem conseguimos pensar muito nessa hipótese, nem foi preciso discutir muito tempo essa questão. Sinceramente não tenho completamente presente quais eram as condições, mas não foi muito difícil decidir que não fazia muito sentido para nós, naquele momento, ou que não seria suficiente.” (E9).

Desta forma se evidencia que *“o apoio que (...) podia ter feito a diferença”*, eventualmente até na compensação das notórias disfunções da “Z”, nunca chegou a tornar os seus membros *“menos limitados na (...) ação”*, nem a materializar-se em tempo útil.

Note-se que, para esta declaração, nem sequer nos suportamos inteiramente nas falhas anteriormente apontadas pelo João e pela Ana, como a falta de clareza na comunicação dos eventuais apoios, aqui ratificadas²¹⁴ pela Sofia. Chamamos a atenção e reportamo-nos, sobretudo, a uma prática social desconexa dos princípios e do processo no qual se integra.

Por exemplo, ante a informação de que para *“desenvolver atividades nas escolas (...) teríamos de ser uma empresa e depois ir a concurso”*, não só ninguém da AU desconstruiu esta ideia errónea, como a total demissão do processo fez com que o grupo tivesse *“que ir falar (...) depois com uma contabilista aparte, não da Academia [Ubuntu], e perceber que despesas é que estavam inerentes, quais eram as soluções que tínhamos”*. Então, adicionando a este respeito, paradoxal é também o facto de a AU ter

²¹⁴ Como se denota nos trechos seguintes: “A incubação na própria Academia [Ubuntu], também não percebi bem como é que isso ia acontecer (...) não foi muito claro para nós em que medida é que isso ia acontecer, como é que iria funcionar (...) que tipo de ajudas teríamos (...) se passamos a ser parte da Academia [Ubuntu], se o que poderíamos receber (...) ia ser depois devolvido ou não. // Acho que chegámos a receber uma comunicação nesse sentido [n.d.r.: Ficar sob a alçada do IPAV, após o término da Academia Ubuntu] mas lá está, não foi algo que tivesse ficado claro para nós. Tanto é que não fomos para a frente com a situação.” (E9).

enveredado por uma espécie de especialização de uma subestrutura dedicada à “incubação” e, a partir do olhar de Sofia, a mesma se ter revelado uma “*rede um bocado esburacada*”.

Sumarizando os pontos precedentes, apontamos o olhar crítico para aquilo que nos parece constituir um meio (*ie.* a “incubação”) amplamente dissociativo, inclusivamente na dimensão temporal, na qual as tensões do passado de Sofia encontram, no futuro perçecionado, menores possibilidades de atualização.

Na medida em que a compreensão deste processo se torna mais inteligível sob o foco da relação tóxica entre o regime técnico e a (operação de) individuação, que acabou por “inviabilizar a meta-estabilização das significações das múltiplas co-indivuações” (Leão, 2010: 85), a própria AU não pode ser ilibada das suas responsabilidades. Desde logo devido às opções que foi tomando no seu processo de (re)estruturação (Cf. Capítulo 7), e especificamente aquelas que presidiram aos acoplamentos estruturais que originaram a categoria dos *consultores*, as quais deixavam antever este tipo de desajustamentos.

Por fim, desprovidos de “um conhecimento mais alargado das coisas” e cada vez mais assaltados pela dúvida – “chegamos a uma idade em que precisas de perceber: ok, eu estou a fazer isto, mas para quê? Com que rede?” – é a própria teoria sistémica que nos indica que “quando os sistemas encontram tais incertezas, os scripts ou esquemas de apreensão do mundo mudam de acordo, tornando-se mais contingentes, incertos e, frequentemente nas autorreflexões, tematizados enquanto risco” (Luhmann, cit in Arnoldi, 2010: 38). Congruentemente, estamos certos de que os respetivos modos de integração laboral só vieram agravar esta tematização, como explica a entrevistada:

“Não podíamos estar sempre em todas sessões, o que não facilitava, porque é preciso tomar decisões e (...) para isso ir para a frente também é preciso o aval das pessoas que estão à frente naquele projeto. E não dava por vários motivos, motivos profissionais dos outros colegas, motivos pessoais. Também a carga horária que tinha e a forma como estava organizado (...) As pessoas também tinham de manter as suas atividades profissionais para conseguirem ter algum

rendimento. E depois é complicado, não podiam deixar de trabalhar um sábado para estar o sábado inteiro lá na Academia [Ubuntu].” (E9).

Assim, e tendo em conta “a multiplicidade de investimentos sociais que se (...) apresentam e que podem acabar por entrar em concorrência, ou mesmo em contradição” (Lahire, 2005: 38), será mesmo de espantar que o significado conclusivo, coletivamente construído, tenha sido o seguinte?

“Tínhamos todos vidas não completamente estáveis a nível financeiro. E na busca do nosso projeto de vida, de encontrar soluções mais a esse nível profissional. E ninguém conseguia garantir rendimentos, ou um compromisso para pagar por exemplo uma segurança social, despesas inerentes à criação de uma empresa (...) Não poderíamos ter ficado ali agarrados a desenvolver o projeto a tempo inteiro ou algo assim. Não havia hipótese.” (E9).

Transcrevemos a passagem de Seyla Benhabib (1994: 77) – “o trabalho é mesmo a sublimação do desejo, porém o ato de objetivação no qual o desejo é transformado num produto não é um ato de auto-atualização (...) mas auto-negação disfarçada de auto-afirmação” – para concluir a narrativa do seguinte modo: (a) o produto final e objetivado (*ie.* o projeto social “incubado” e publicamente apresentado) não se mostrou apto a sublimar, pelo trabalho e integração sociolaboral, os desejos constantes da realidade pré-individual de Sofia (assim demonstrando o déficit transductivo de toda a operação); e (b) o processo que lhe deu origem entrou em direta contradição com as metaestabilizações das operações anteriores na AU, provocando curto-circuitos entre os três regimes da individuação e inviabilizando uma expansão do seu horizonte prospetivo, então (c) para lá de nos limitarmos a parafrasear uma tímida confiança – *“acredito que tenham tentado acompanhar da melhor forma, mas acabou por ser até, em certos momentos, um bocado penoso”* – cabe-nos, perante as evidências, diagnosticar e denunciar o quadro que nos é dado a ver.

Tal quadro corresponde a uma situação na qual, como certamente prenuncia Inês Leão (2011: 102), o regime técnico enformou, pela “unidimensionalidade da experiência, conteúdos e processos psicológicos” que caracterizou a última fase, um

meio operativo *dissociativo* que privou Sofia “da sua capacidade criativa, fundamental, para a construção de vias inauditas de meta-estabilização das significações psíquicas e coletivas” (idem), impedindo-a efetivamente “de cumprir a individuação como adoção e seleção de novos modos de vida” (ibidem).

Em menos palavras, Sofia chegou a interrogar-se: “*afinal eu posso fazer o que eu acho interessante e importante no mundo, de uma forma sustentável?*”. Porém, longe de apontar um caminho, o seu tempo na AU reaqueceu velhas frustrações, e “*uma certa desilusão de ver 'oh pá, outra vez? Afinal, ainda não é aqui a solução'*”.

8.4 Retrato de Manuel

O empreendedor social que tornou a ser o que já era.

Manuel contava com 35 anos de idade, à data da entrevista. Natural de um concelho nortenho, que “*nos últimos 25 anos teve um retrocesso social e económico digno de estudo*”, cresceu num bairro social nos arrabaldes da cidade, onde o espaço não abunda – “*mais de 3100 pessoas em menos de 1 km²*” – e o que sobra é furiosamente partilhado ou disputado. Ali, a reduzida escala geográfica, no sentido em que a escala implica “o domínio e o resultado da luta pelo controlo do espaço social” (Swyngedouw, *cit in* Brenner, 1998), sempre se fez notar com especial contundência: “*tanta gente em tão pouco espaço, não só é agressivo, como é extremamente competitivo*”.

Apesar de ter testemunhado, recorrentemente, “*comportamentos delinquentes*” e “*tribos*” envolvidas em constantes iterações de um confronto “*muito bélico, muito agressivo*”, ou de viver porta-com-porta de “*ladrões de primeira*” e outros que “*andam no tráfico de droga*”, não só ainda vive lá (tendo regressado, recentemente, de uma ausência relativamente prolongada), como partilha de “*identidade muito vincada no que toca ao ser de bairro*”, na justa medida em que assume “*o máximo orgulho em ser de lá*”.

No processo reflexivo de Manuel, a pertença sociocultural ao território adquire uma vincada proeminência: o amor e a crítica são emparelhados de um modo que espelha

não apenas a observação de realidades geográficas interseccionais, mas a aguda percepção (por nós secundada) de que “o espaço (social) é um produto (social)” (Lefebvre, 1991: 26), pleno de ambivalências e tensões. Como ator que vive e corporiza os incontáveis processos de diferenciação espacial associados a espaços urbanos e periurbanos, tais tensões foram sempre trilhando os caminhos para atingir a superfície, em direção à sua *exteriorização*.

Por exemplo, o seu percurso ao longo da escolaridade obrigatória caracteriza-se por ser de um aproveitamento excelente, continuamente motivado pela atração de agarrar “*uma oportunidade de desenhar um projeto de vida diferente*” fora do bairro, e pela repulsa de não seguir o caminho de “*muitos maus exemplos*”. Portanto, sentindo a escola como “*porta de saída [e] (...) bilhete para sair [dali]*”, consegue terminá-la com “*uma média de 17,8, após as frequências*”, prosseguindo os estudos universitários numa universidade pública, e concluindo a licenciatura em Gestão poucos anos mais tarde.

Confirmando que foi “*o único gajo da [sua] geração que fez faculdade*”, este percurso criou, e de certa forma conservou, um alto potencial de/generativo e polarizante, no sentido de uma “certa incompatibilidade em relação a si mesmo, incompatibilidade feita tanto de forças de tensão quanto da impossibilidade de uma interação entre termos extremos das dimensões” (Simondon, 2005: 2).

Mais concretamente, percebe-se uma construção do self autobiográfico marcada pela polarização “*puto de bairro/bom aluno*”, especialmente quando exacerbada pela observação dos outros significativos – “ *senti alguma força de resistência de: 'oh pá tu és daqui mas não és bem daqui, vais fazer faculdade e não sei quê, e és bom aluno...' ”* – e respetiva interiorização das expectativas alheias. A AU viria a contribuir, na nossa perspetiva, para a resolução (provisória) não só desta tensão, mas de outras que o percurso de vida do Manuel Ihe foi agraciando.

Como o desemprego em 2012, inserido numa sucessão de eventos infelizes – “de um momento para o outro acontece-me tudo: eu fico desempregado; o relacionamento já com alguns anos que eu tenho na altura (...) ia acabar; tive que entregar o apartamento; morreu o meu cão...” – fá-lo “voltar”, ou seja, retornar para a casa dos pais no “bairro”,

tentando ali encontrar o necessário conforto e apoio emocional, o que se verificou, dadas as boas relações familiares que sempre foram mantidas.

Resistindo a um ano em que se *“isolou (...) no casulo”* e *“até tinha medo de tocar nas pessoas”*, porque se sentia *“completamente destruído”*, as oportunidades de melhoria da sua condição chegariam no primeiro trimestre do ano seguinte (2013) quando, após a conversa com um amigo que acabara de ser pai decide aceitar o seu repto, candidatar-se, e eventualmente participar, na AU, no Porto.

Perante o que nos foi relatado, a principal premissa da sua *participação* na AU passava por, chamemos-lhe assim, uma possibilidade de regeneração, e o seguinte excerto aclara isso mesmo:

“Gostei da descrição que li, gostei do sítio para onde podemos levar isto (...) Mas logo ali, no primeiro dia, também percebi que poderia ter algum impacto a nível pessoal especificamente pela fase de vida em que eu estava (...) o facto de eu sentir que estava no fim de uma linha” (E12).

À semelhança do que aconteceu com João, a sessão de apresentação da AU teve um efeito imediato em Manuel. Invocando significantes como *“magia”* ou *“a energia daquele pessoal”*, sente necessidade de *“saber mais”* e renova o compromisso assumido, tendo vindo a participar em *“99,9% das sessões daquela edição”*. Ainda que, de forma contraintuitiva, as imediatamente seguintes tenham sido vividas com um certo distanciamento crítico, coloquemo-lo assim.

Por exemplo, quando participa no “Seminário Ubuntu e Mandela”, a 23 de março de 2013, não se deixa propriamente impressionar pela visualização de filmes e debates, *“porque isto é muito bonito, mas eu sou um gajo que acho que tenho uma cultura, senão mediana, acima da média, e conhecia bem a história dos líderes que estávamos ali a trabalhar”*.

Na sessão seguinte – um fim-de-semana residencial, cujo homólogo por nós observado (cf. Anexo F2) – a sua opinião vai em sentido contrário àquilo que a estrutura da AU e outros entrevistados enfatizaram como sendo uma das principais vantagens do formato: a possibilidade de estreitar relações interpessoais, tal como o próprio explica:

“Acho que tem de haver mais tempo de partilha com este pessoal, não pode ser assim tão em registo linha de fábrica: meter o pessoal numa sala, leva com testemunho, leva com isto... (...) Achei que a nível operacional foi um massacre brutal, porque foi muito compacto e esgotou física e psicologicamente o pessoal, senti muito isso. O pessoal não teve tempo (...) [para] estar com os outros participantes”. (E12).

Apesar do olhar crítico carregar alguma insatisfação, a sessão seguinte trar-lhe-ia mudanças atitudinais decisivas. E muito por ação da equipa técnica do Porto que, numa deriva interessante do regime técnico da AU, decide fazer com Manuel aquilo que ele apelida de “*intervenção*”:

“A sessão acabou e disseram-me que queriam falar comigo (...) as cadeiras colocadas em círculo (...) e fizeram a tal intervenção. Eu lembro-me de algumas coisas que me disse (...): 'pá estivemos aqui a ver o teu percurso, sabemos que (...) não estás propriamente numa fase muito positiva da tua vida, mas (...) queremos-te perguntar por que é que tu nunca conseguiste levar nada até ao fim.' (...) ao início fiquei assim um bocado mais defensivo: 'que é isto? Este pessoal não me conhece de lado nenhum, e isto é logo assim?'” (E12).

Contudo, a julgar pelo sentido (re)construído a posteriori, pode dizer-se que dali emerge a transdução mais relevante do seu percurso na AU, até então:

“Acho que ali percebi que, para aquilo resultar, eu ia ter que fazer uma coisa que eu não gostava muito de fazer: (...) eu tinha de me deixar levar pela mão // vi que tinha uma oportunidade de me transformar e (...) percebi logo à partida que ia ter de fazer um esforço considerável, eu consigo, eu com o meu edifício interior. Estava muito queimado, muito cicatrizado.” (E12).

Do ponto de vista individual, trata-se decididamente, do *evento* que despoleta a cadeia de mudanças que se seguiu, uma vez que o tornou (assim se pensa) menos resistente e mais disponível para um cuidado de si “em direção a uma forma lata e antiga de subjetivação, na qual o sujeito é responsável por cuidar da sua própria subjetividade, em coordenação com, e com a ajuda de outros” (Kelly, 2010: 101).

Uma possível explicação poderá encontrar-se numa renovada *relevância interpretativa*²¹⁵ (Schutz, *apud* Correia, 2004) atribuída às propostas do regime técnico da AU: aquilo que ao início lhe parece serem técnicas pedagógicas *déjà vu*, previamente tipificadas e tidas-por-adquiridas, porque “*já estava muito habituado àquele registo de educação não-formal*”, dá lugar a elementos percetivos e constituintes da emergência, da novidade até então ignorada, com a consequente necessidade de elaboração interpretativa e acomodação.

Sejamos ainda mais concretos. Os ateliers desportivos, por exemplo, poderiam não representar qualquer novidade para quem foi “*atleta até um nível semiprofissional*”, para quem o usa como ferramenta de integração em “*campos de férias, todos os anos*”, ou para quem o assume como “*uma linguagem para [si] perfeitamente natural*”. No entanto, a partir de um certo ponto do seu trajeto na AU, essa mesma linguagem parece reinventar-se e impactar o Manuel com uma profundidade inaudita. Referindo-se ao “*atelier/seminário Judo e Liderança*” (cf. Anexo F1), compreende que “*aquilo não é judo pelo judo*”, acabando por confessar que já havia encontrado “*mais pessoal a fazer coisas nesse registo, mas se calhar não com a profundidade que aqui se faz*”.

Similarmente, o Manuel “*já tinha feito umas coisas do género*”, parecidas com a abordagem da AU às “*histórias de vida*”, “*mas não assim*”. Ou seja, a técnica pedagógica que já conhecia (e que de resto “*hoje em dia utiliz[a] muito, principalmente quando [é] convidado a estar em algum sítio, ou (...) dar formação*”), adquiriu um sentido, no contexto da AU, completamente distinto de experiências passadas, uma vez que se viu “*obrigado a verbalizar algumas coisas que se calhar nunca tinha tido nem a necessidade nem a vontade sequer de tocar*” e dizê-lo “*em voz alta, com as pessoas na plateia*”.

²¹⁵ Como explica Correia (2004: 148), a partir da elaboração conceptual de Alfred Schutz: “A relevância interpretativa consiste na selecção de esquemas interpretativos baseados na reserva de experiência do actor (...) [e] pode ser imposta ou motivada. É imposta quando se verifica uma coincidência rotinizada entre as características de uma situação e os esquemas interpretativos que geralmente lhe são aplicadas. É motivada quando, na falta de um esquema interpretativo na reserva de experiência, o agente tem de se comprometer na elaboração de uma tipificação.”

O potencial da (renovação da) dinâmica transductiva, bem como o efeito transdividuinte desta técnica em particular, foram aspetos já amplamente refletidos em momentos anteriores, e aqui é demonstrado, uma vez mais, pelo Manuel:

“Eu criei uma relação muito profunda com (...) praticamente toda a gente que saiu daquela edição (...) porque apercebi-me que eu não estava assim tão sozinho como isso, e o meu caminho não era assim tão único como isso, e era aquilo que eu precisava de ouvir”. (E12).

Daquela experiência “brutal” e “transformadora”, que o ajudou “a ir ali a partes do [seu] edifício interior” e, simultaneamente, a “compreender se calhar algumas coisas muito específicas nas pessoas”, nada mais há a acrescentar, senão rematar com aquilo que anteriormente defendemos, tendo em conta as evidências: o “impacto é profundo”.

Para finalizar o fio condutor que nos trouxe até aqui, retomamos as mudanças dos padrões de relevância interpretativa, face aos seminários típicos da AU, para colocar em alto relevo o contraste entre cronologias: do processo de significação que anteriormente sumarizámos para o “Seminário Ubuntu e Mandela”, evidenciam-se agora as matizes da mudança que lhe permitiram compreender que, perante *“alguns exemplos muito concretos que foram dados ali, de circunstâncias muito concretas”*, afinal *“não estava assim tão distante daquele contexto”*, pelo que *“bateram de uma forma muito especial, diria”*.

Em síntese, sobre a relação de Manuel com o regime técnico da AU pode dizer-se que houve uma evolução significativa. Senão, como compreender o progresso que decorre desde a entrevista de seleção em que se estava *“mesmo a cagar para aquilo”*, e que culminou na decisão de participar baseada num *“não estou empregado nem nada, o que é eu perco?”*, até à pedra de toque que foi ter percebido, ou *“sentido”* a dado ponto, que *“o objetivo era mesmo fazer a transição para aquilo que estava a acontecer na [sua] vida”*? Reforçando aquilo que temos vindo a defender, aqui se aclara um ponto decisivo no seu processo de individuação:

“Isso aconteceu comigo: eu chegava a casa e o pessoal perguntava-me se eu andava aí nalguma religião (...) porque a transformação começou a ser tão

profunda na minha maneira de abordar as coisas que isto começa sempre em casa. (...) Estás a fazer uma transição esquisita porque estás a começar a aplicar estas coisas na tua maneira de ser (...) Comecei a querer fazer essa transformação à séria. Ouvir falar de Mandela, liderança servidora, ok, [mas] qual é o exercício que eu tenho de fazer aqui?” (E12).

A transição para uma nova fase individuante parece implicar, deste modo, um *“trabalho de casa”*, isto é, de um retorno ao contexto de sempre e uma reativação da realidade pré-individual, com o consequente mergulho nas suas tensões e potenciais. Neste particular, o programa facultativo de *“desenvolvimento pessoal”*, disponibilizado pelo regime técnico da AU, foi, inesperadamente, crucial.

Qualifica-se como inesperado uma vez que o seu impacto individuante no João e na Sofia foi praticamente nulo, assim como para *“muito pessoal ali a quem isso passou completamente ao lado”*. Por outro lado, teve consequências altamente desestruturantes para a Ana, que para estancar a dinâmica desindividuante e retomar uma individuante precisou de participar de outras técnicas, dentro e fora da AU.

Ora, para Manuel, os seus impactos são diametralmente opostos: não passou, seguramente, ao lado da experiência, uma vez que se quedou com a impressão de ter sido *“o exercício mais fundamental que [fez] ali [na AU]”*; e, através da técnica e dos discursos ali empregues, a dinâmica individuante verificou até, incrementos significativos, porque ganhou ali *“confiança”* e *“resiliência”* para *“falar menos sobre a transformação e fazê-la efetivamente”*.

Com efeito, a materialização prática e contextual das transduções ao nível psíquico contou com a preciosa mediação desta técnica pedagógica/psicológica, fomentando a reparação e/ou reconfiguração dos circuitos transindividuais entre o Manuel e as suas pessoas de sempre, as que *“estão contigo todos os dias, que te conhecem nos defeitos e nas (...) nas desculpas que tu dás a ti próprio para não te cumprires”*.

Ao *“impressioná-las”*, Manuel impressiona-se a si próprio e angaria, como consequência, motivação para prosseguir a individuação, já a partir de um outro patamar evolutivo:

“Pá, assimilei, entrou no meu DNA, e o meu percurso de lá para cá acho que tem provado isso. Isto não é *fake news* (...) não é para o *marketing* digital. Eu fiz à séria essa transformação e ultrapassei esse obstáculo. E quando ultrapassei esse obstáculo, sou-te sincero, libertei-me à séria mesmo. Não estou onde quero estar, sou-te sincero, mas estou a caminho. Estou a caminho.” (E12).

Então, por ter sido apurada a condição da “integração activa da técnica na estrutura de mediação da relação do Ser com o mundo” (Leão, 2011: 72), as sessões de desenvolvimento pessoal, se assim podemos designar, demonstraram, neste caso, possuir o potencial, enquanto *pharmakon*, de funcionarem não apenas como “veneno” (como se verificou no caso de Ana), mas também como “remédio”²¹⁶.

A respeito de outras vertentes da operação de individuação da AU, e sem modo de aferir, com rigor, a simultaneidade cronológica dos desfasamentos dos diversos regimes, sabemos que a transição dos regimes técnico e coletivo da AU para a fase da “incubadora social ubuntu” ocorreu sensivelmente em paralelo com os desfasamentos do regime psíquico que acabámos de narrar.

Será que a operação de individuação correspondente à “incubação” ajudou o Manuel a construir respostas metaestáveis para as suas problemáticas mais prementes? Ou, como vimos acontecer com outros casos, falhou ante os seus próprios défices e fê-lo sucumbir ao peso das novas exigências?

Sem *suspense*, deve afirmar-se, logo de partida, que não tomámos contacto com um tão adequado grau de adaptação das estruturas pré-individuais e disposicionais, quer às técnicas pedagógicas que agora começam a ser arroladas, quer às novas relações que naquele momento são estabelecidas, e que incluem, como se sabe, a formação de uma

²¹⁶ Inspirado no excerto de Inês Leão (2011: 78-81), quando a autora aponta: “a técnica é um *pharmakon*, i.e., o seu uso tanto pode funcionar como remédio (...) e.g., de um ponto de vista filogenético, verificável no curso do processo de hominização, em que o recurso à técnica permitiu reservar tempo para a dedicação a outras actividades, representando um contributo fundamental para a emancipação da espécie dos constrangimentos de ordem biológica (...) [ou] como veneno (Stiegler, 2005, 2010b) (...) e.g., recurso às mnemotécnicas (escrita; retórica), na tradição sofística, como dispositivo de controlo (...) artificialização do Ser (...) memória morta”.

equipa de execução de um “projeto social”. Quem sabe se, ali, um perfil “profissional” do empreendedor social encontrou a pedagogia correta no local perfeito?

Com efeito, a integração de algumas destas técnicas pedagógicas, no processo de individuação de Manuel, permitiu operar, como seria desejável e suposto, uma extensão da memória viva e do saber (Leão, 2011), para tanto suportando-se em (pelo menos) três vetores individuantes, que sucintamente passamos a descrever.

O primeiro tem que ver com os dispositivos mnésicos utilizados pelos consultores da Lipor (Cf. Anexo F4) que (ao invés da “proletarização” e perda de saber em que incorreu Sofia ao participar deles) consistiram em “*ferramentas (...) muito importantes*”, por exemplo ao “*nível da organização de tempo, de plataformas de comunicação interna*”, colocadas ao serviço de um “*plano de gestão do projeto*” que, a seu ver e para aquele contexto, revestiu-se de uma credibilidade incomparável, como patenteia o seguinte excerto:

“O plano de gestão de projeto que foi entregue por todos os projetos [da AU] tinha duas páginas, Daniel. Duas páginas. Eu elaborei um mapa de operações, um *business case*, um plano de *marketing*, e tudo o que tinha a ver com a nossa imagem mais corporativa, a nível de manual de normas [que] tinha 52 páginas.” (E12).

Parece evidente, e isso não pode ser escamoteado, que o corpo a quem foi administrada aquela terapêutica, digamos assim, estava à partida mais pronto do que qualquer outro participante para a receber – não esqueçamos que Manuel é licenciado em Gestão, pelo que a “ressonância interna e a tradução da relação” (Simondon, 2005: 5) que, com certeza, nele se fizeram sentir, contribuíram decisivamente para a regulação global da toxicidade dos dispositivos técnicos.

No entanto, há diferenças de abordagem que também podem ter tido aqui uma influência decisiva, porque se a redução da complexidade é a operação epistemológica que possibilita a ação (Luhmann, 1986), aqui verifica-se isso mesmo, com o “[*projeto-piloto*]” a arrancar sob o auspício de um regime técnico contido nos seus “*inputs*”, focado em “*diminuir as variáveis*”, que aponta o que é “*preciso cortar, ou retirar (...), ou*

reformular (...) para ser credível”, em vez de multiplicar os enfadonhos indicadores de controlo (como para a Sofia) ou de persistir em grandes e irrealistas objetivos (como para a Ana).

O segundo vetor que optamos por destacar é a reconfiguração do padrão de relevância interpretativa predominante, que agora passa a dizer “respeito sobretudo a um interesse de ordem pragmática” (Correia, 2004: 148). Tal transição é clarificada pelo próprio ator, do seguinte modo:

“Depois daquela primeira fase de inspiração, que foi extremamente profunda, imaginas o entusiasmo com que eu entrei na fase de projeto? Pá, eu entrei na fase de projeto para rebentar com aquilo tudo! 'Isto agora vai ser o resultado desta transformação toda, com meios, com técnica e com método, nós vamos levar isto para um nível estúpido, sendo que eu estou disposto a que nós façamos o nosso trabalho.’” (E12).

A promoção ativa, por parte do regime técnico da AU, daquele desfasamento altamente antecipado, conjuga uma série fatores, eminentemente estruturais, que se revelou capaz de criar e moldar as expectativas de Manuel. Salientamos, aqui, somente três desses fatores.

O primeiro prende-se com o facto de se encontrar operacional a estrutura que permitiria *“ter método, atravessar um processo de incubação”*, o que funciona como um apelo forte à vontade de *“pegar numa coisa que foi sendo feita, quase sem saber ler nem escrever, e profissionalizá-la”* (ndr. referimo-nos à X, que adiante abordaremos com maior detalhe).

Em segundo lugar, a reputação dos *“parceiros”* da AU – *“eu percebi logo o que é que aquilo podia dar, com parceiros tipo Gulbenkian, Serralves, Lipor e Everis...”* –, bem como o cargos que os consultores ocupavam na respetiva empresa, fá-lo querer muito *“agarrar a oportunidade”*.

Em terceiro, a decisão absolutamente inaudita do IPAV, organização promotora da AU, lhe oferecer *“um contrato de trabalho [que] dizia especificamente que eu tinha sido contratado para desenvolver o projeto (...) na sua forma conceptual [e] na sua forma*

legal”, dando aliás seguimento a indicações informais anteriores. Nesta fase, Manuel tem as melhores expectativas para o futuro, encontrando-se extasiado com as possibilidades que se encontram no horizonte, como se denota:

“Atravessei este processo, está a ser inspirador para mim, está a ter impacto a nível pessoal na minha vida, nas pessoas que me rodeiam no dia-a-dia, nos meus amigos, nos meus pais, nas minhas relações, e agora ainda vou ter a possibilidade de (...) transformar isto numa coisa profissional? Com contrato de trabalho elaborado só para fazer isto? Isto é ouro sobre azul.” (E12).

Contudo, a vivência dessa experiência é menos idílica. Para além de passar a vivenciar aspetos anteriormente apontados pelos colegas entrevistados, tais como , ou a inexistência de capital-semente que, pelo menos na edição anterior da AU, se encontrava contemplado como despesa orçamentada – “(...) *nunca, zero, e desafio qualquer pessoa a dizer-me olhos nos olhos que havia esse dinheiro, e onde havia e de que forma é que foi proposto. Zero*” – Manuel surpreende-se, pela negativa, com a falta de acompanhamento das atividades de desenvolvimento do projeto, bem como com a ausência de exposição e articulação em rede, face à evolução do próprio projeto. Ambos os aspetos são clarificados, pelo próprio, do seguinte modo:

“A nível de gestão de projeto não houve... Lá está (...) a incubadora social ubuntu, é uma coisa que nunca saiu do papel. E acho que isto deve ser transversal a toda a gente que geriu ou que fez parte da equipa de gestão de projeto daquela edição. (...) Nós fizemos três atividades diferentes, ainda durante o período de incubação, e eu nunca vi ninguém (...) lá sentado a tentar perceber o que nós estávamos a fazer. Acho que só isso diz tudo. Senão tudo, praticamente tudo. // Falava essencialmente com os técnicos superiores da LIPOR (...) nunca tive nenhuma conversa de gestão de projeto com mais ninguém. Pelo menos não que eu me recorde e muito menos de uma maneira formal. // Até porque quando tu atravessas um processo assim, e nós estamos a trabalhar para dar autonomia aos projetos, não percebo porque é que não veio alguém ter comigo a dizer: 'então, quais são os próximos passos? Vamos legalizar o projeto? Vamos até usar a rede que nós temos, de contactos, e dizer que isto é um projeto que nasce debaixo

desta árvore, e vamos já começar a trabalhar no sentido até de vos conseguirmos expor aos nossos parceiros?”

Por estes indícios, e por outros ainda por revelar, começamos a compreender que a relação de Manuel com a AU “*não acabou bem*”. Mas, antes de enveredarmos por esse caminho, foquemo-nos no seguinte: os últimos parágrafos tiveram como motivo a “X”, que incidentalmente é o terceiro vetor individuante por nós elencado, e colocado em cena pelo regime técnico da AU.

Certamente que, vista de uma perspetiva estritamente cronológica, a última frase não faz qualquer sentido, já que esta organização precede largos anos a AU, tendo emergido numa “*cave do bairro*” de sempre enquanto “*estúdio artesanal*”, “*sítio seguro*” para o convívio e sede oficial de uma amadora estrutura “*promotora de eventos (...) e agenciamento de artistas*”.

Após ser resgatada de um breve período de latência, a sua elaboração estrutural, de sentido *archeriano*, estava inclusivamente nos planos de Manuel, aquando da sua entrada na AU, sendo “*um fator*” ponderado na decisão de participar. Parece, portanto, obtuso, em certo sentido, apontar o regime técnico da AU como responsável pela entrada em cena desta organização, na vida de Manuel.

Contudo, a partir das diferentes conceções de tempo em que laboramos (Luhmann, 1976) torna-se possível afirmar que foi ali na AU, a um nível operativo transductivo, na incubação e supervisionado pelos consultores, que o passado de Manuel se foi tornando futuro. E não (apenas) devido à abertura daqueles para dar continuidade àquilo que já existia “*no DNA*” de Manuel enquanto história e relações, possuidora de “*tantos cartazes, tantas fotografias, tantas atividades e tanta coisa feita*”.

Também não nos referimos à oportunidade que foi dada a um antigo parceiro, ainda assim corpo estranho²¹⁷ à AU, de ser integrado no processo de coindividação que se

²¹⁷ Referimo-nos a um elemento da equipa de execução do projeto X que, como outros casos já relatados, participou somente desta fase: “*E eu estava a trabalhar com [X] que não tinha tido acesso à Academia [Ubuntu], e apareceu nesta fase do projeto porque... 'Se vamos por este caminho, há uma pessoa com quem já estou a trabalhar, é a pessoa com quem organizo tudo o que tem a ver com galerias de arte ou*

desenhava para quatro participantes, incluindo o Manuel. Ou sequer às “ *muito boa[s]*” relações interpessoais geradas, e posteriormente até desenvolvidas mediante atividades remuneradas por profissionais tornados “*parceiros muito válidos*”. Não, o que “detonou” a individuação de Manuel, para usar a expressão de Simondon (2005: 8), foi a descoberta da “X” como *informação*²¹⁸, de pleno sentido simondiano, organizadora e unificadora do seu processo de perpétua individuação.

A emergência da X, e das suas propriedades sucessivamente alcançadas, revela a sua particular ontogénese, dotada de uma dupla função, do ponto de vista da individuação: por um lado, encerra uma determinada fase da vida de NV com uma resposta metaestável para a questão “*como é que eu aplico isto na minha vida do dia-a-dia?*”, isto é, para a integração da AU no seu Ser; por outro, enquanto “estrutura de percepção, representação e significação” (Leão, 2011: 96), apresenta-se como uma nova dimensão do Ser que se afigura capaz de contribuir, pela sua mera existência, e ainda que provisoriamente, para resolver certos elementos problemáticos e heterogêneos da realidade pré-individual.

Tendo presente, novamente, os extremos teóricos de uma operação de individuação (cf. Figura 7), percebemos que existe uma correspondência direta entre o contexto onde a “X” se implanta (e se propõe a desenvolver as suas ações) e uma das mais produtivas fontes de tensão e vitalidade da realidade pré-individual de Manuel. Com efeito, o contexto que albergará a sede da organização (assim como grande parte das suas

programas de oferta formativa... não é participante (...) como é que vamos fazer isto? (...) E eles [ndr. os consultores] deram-nos a possibilidade de entrar com essa pessoa.” (E12).

²¹⁸ A informação, no sentido *simondiano*, “é a significação que surgirá quando uma operação de individuação descobrir a dimensão segundo a qual duas realidades díspares podem se tornar um sistema; a informação é, portanto, um detonador de individuação, uma exigência de individuação, ela nunca é coisa dada; não há unidade e identidade da informação, pois a informação não é um termo; ela supõe tensão de um sistema de ser; ela é sempre inerente a uma problemática; a informação é aquilo pelo que a incompatibilidade do sistema não resolvido torna-se dimensão organizadora na resolução; a informação supõe uma mudança de fase de um sistema pois ela supõe um primeiro estado pré-individual que se individua segundo a organização descoberta; a informação é a fórmula da individuação, fórmula que não pode pré-existir a essa individuação; poder-se-ia dizer que a informação está sempre no presente, atual, pois ela é o sentido segundo o qual um sistema se individua” (Simondon, 2005: 7-8).

atividades) é, sem surpresa, o “*bairro [onde Manuel se fez] homem*” – particularidade que não pode deixar de augurar um potencial desenvolvimental significativo.

Contudo, é necessário caucionar o leitor: tal como tentámos deixar explícito aquando da análise ao caso de João, não valorizamos simplisticamente o retorno a “*casa*”, eventualmente como cumprimento de um desígnio predeterminado, ou até um bem em si mesmo.

Evitando correr o risco de glorificar a imobilidade social, cultural e geográfica dos sujeitos, o que aqui deve ser colocado em foco é o facto da ação reflexiva de Manuel poder ter tido a possibilidade de incidir num contexto tão relevante para as suas problemáticas pré-individuais, simultaneamente beneficiando de uma proximidade física e simbólica que lhe aporta mais sentido, através de uma organização apta a ali se diferenciar funcionalmente e, no seguimento, gerar (re)soluções pela praxis. O veículo desta ideia, nas palavras do próprio, encontra-se no seguinte excerto:

“Quando voltei, reparei que também não havia ninguém a dar o tipo de respostas que eu e os meus somos capazes de dar, e que havia espaço para nós construirmos aqui. Porque senão também não tinha investido, o investimento que tu vês aqui // [Podia ter encontrado esse espaço noutro lugar,] sim, mas não me ia dizer tanto. Porque eu fui puto de bairro sabes? Andei aqui por estas ruas a esfarrapar os joelhos e a brincar, foi aqui que eu me fiz homem.” (E12).

Ilustrando como “*o bairro*” se afigura como aquele “binómio comunidade-território que se afirma através da identidade e do sentido de pertença e que se contrapõe a outros lugares por diferenciação” (André & Abreu, 2006: 130-131) , a tensão decorrente de uma pertença social a um território pejado de “*conotações negativas*” (em grande medida, decorrentes de processos de diferenciação espacial) encontra uma resolução criativa e afirmativa, através da X.

A sua primeira ação, consiste na produção de um contra-espço (Lefebvre, 1991) negligenciado e subaproveitado, porque economicamente improdutivo. Ainda que tal ação pudesse estar condenada a ser efémera – que é o que acontece quando “um contra-espço e um contra-projeto simulam um espço existente, parodiando-o e

demonstrando as suas limitações, tudo sem conseguirem escapar às suas garras.” (idem: 382) – X requalifica um campo de futebol e nele inscreve “TXS”, num logotipo estilizado. O simbolismo da ação pode ser aptamente capturado mediante o seguinte excerto:

“Este bairro aqui é conhecido como Bairro do Texas. Porquê? Porque havia muitos *cowboys* aqui (...) e tu se andares pelo bairro vais ver muito vandalismo a dizer ou “Texas” ou “TXS”. A logotipagem que nós fizemos no campo de futebol, por exemplo, foi uma coisa que mexeu aqui com a rede social toda e com o pessoal que está lá mais cristalizado: nós fomos pegar numa coisa que identifica os miúdos todos, porque eles não têm vergonha de dizer que são do TXS. E o pessoal que faz trabalho de campo andou 20 anos a tentar meter o Texas debaixo do tapete.” (E12).

Estrutural e simbolicamente reapropriado, através de uma pintura mural que se mostra como sinal de orgulho, abertura e autoestima, assim se evidenciam as ambivalências subjacentes a um território, que pode ser visto por alguns como torpe e feio, por vezes sujo e seguramente degradado, mas que ainda assim conserva potenciais críticos (e suficiente vida social) prontos a serem atualizados. E, já agora, materializados “*em 1.200 m2 de área urbana efetiva*”, numa obra com profundos impactos sociais.

Já a riqueza discursiva com que são descritas aquelas práticas sociais, suportada por vocábulos como “*identidade*”, “*criatividade*”, “*resiliência*”, “*carga positiva*” e “*inovação social*”, alinha-se perfeitamente com aquilo que podem ser características e corolários expectáveis dos processos de regeneração urbana, tal como, por exemplo, Maria João Freitas e Ana Stevens os descrevem²¹⁹ (2012).

²¹⁹ Referimo-nos a um bom contributo para a clarificação do conceito de “regeneração urbana”, demonstrando como este “tem vindo a apresentar como futuros desejáveis [entre outros] a diminuição de assimetrias e distâncias no acesso a oportunidades; o fazer reviver pedaços de cidade moribundos; ou cuidar de pedaços de cidade ‘doentes’ ou em ‘crise’” (Freitas & Stevens, 2012: 5-6). Os corolários de tal ação destacam, por um lado, “a inovação social e resiliência (...) como atributos necessários à configuração das mudanças e processos transformacionais almejados na atribuição do sentido” (idem: 12) e, por outro, “a criatividade orientada para as ações coletivas que visam melhorar a qualidade de vida da população, encorajando e incentivando a construção de uma cidade transformadora e participativa (...) [permitindo] um olhar diferenciado e crítico sobre a realidade em causa, possibilitando a criação de novos lugar coletivos (...)” (ibidem: 13).

Permanecendo cientes do risco das generalizações a partir de um caso, é quase imperativo promovermos aqui um pequeno desvio por um tema de interesse teórico para o presente trabalho. Isto porque, não obstante as marcas do ponto de vista da diferenciação temporal poderem ser encontradas neste discurso – *“não há ninguém em Portugal a fazer aquilo que nós fazemos, da maneira que nós fazemos. E isso eu tenho a certeza absoluta porque já conheço bem o mercado”* – parece-nos sair genericamente reforçada a perspectiva de uma IS fundamentalmente institucional (em contraciclo com grande parte do ficou escrito no Capítulo 2) e focada em situações e contextos homólogos, ou seja, naqueles cuja matriz de forças e relações de poder territorialmente inscritas (Cf. Foucault, 1980) pode ser vista como semelhante à observação original.

Numa certa aceção relacional do espaço (Lefebvre, 1991), o sítio de onde vem (e para onde vai) a X assemelha-se, por observação mútua de uma homologia de condições, a todos os territórios de *“bairro”*. E é (também) devido a isto que, superando as limitações da condição de imobilidade partilhada por estes territórios – *“porque eu percebo as limitações das pessoas que estão aqui, e só estão aqui (...) das pessoas aqui não conseguirem cruzar mundos. Esta é a realidade deles: 'eles vivem, comem, dormem... estão aqui 24/7'”* – a X quer *“atirar para um sítio maior”*, replicar-se, *“provar que isto funciona em Freixo de Espada à Cinta, em Lagos, em Vila Real, na China, na Indonésia, em qualquer lado”*.

Então, inserindo-se em pleno nas “formas atuais de organização social e de configuração cultural, caracteristicamente urbanas, e dos fluxos globalizadores que as atravessam” (Costa, 2002: 19), é igualmente lícito afirmar que a “X” promove, para além de novas configurações institucionais e relacionais, outros padrões de diferenciação espacial, estes fortemente dependentes do espaço e suas conceções (André & Abreu, 2006), para as quais uma geografia crítica pode e deve contribuir decisivamente (e.g.: Lefebvre, 1991; Harvey, 2001).

Aproximando-nos do final deste retrato, e conjugando todas as dimensões que temos vindo a analisar, começamos a compreender como a “X”, ao possibilitar um diálogo “com os grandes eixos antropológicos da existência (e.g., tempo, espaço, corpo e mundo)” (Leão, 2011: 95), simultaneamente afasta o Manuel de uma existência como

mero morador/utilizador de um aglomerado periurbano, e aproxima-o a um modo de (co)construção de um Ser-no-mundo que o transcende e envolve: o “*ser de bairro*” e “*sentir a comunidade na pele*”, o que é algo “*completamente diferente (...) de ter morada fiscal no bairro*”.

Estes processos de diferenciação, desta feita *social*, são de uma profundidade que não havia sido contemplada. Para tal, em muito contribui a estruturação de um conjunto de operações individuantes mais específicas, que também neste enquadramento podem ser descritas e classificadas de acordo com um desdobramento em regimes.

Começando pelo regime psíquico, pode argumentar-se que a “X” representa, para o Manuel, uma oportunidade de evoluir com e na tensão construída na oposição adolescente entre o “*bom aluno*” e o “*vândalo*”, e agravada na duplicidade identitária adultícia do “*puto de bairro*” tornado “*gestor*” e “*diretor executivo*”.

Aqui, a abertura de expectativas, a derradeira novidade de um futuro-presente (Luhmann, 1976), acaba por redundar numa ação-no-contexto mista, se assim o podemos classificar, na medida em que aquela problemática encontra uma resolução distinta das respostas falhadas do passado (*ie.* não totalmente a favor de um extremo ou de outro) e a possibilidade de vir-a-ser ambos se torna concreta, no presente.

Ou seja, para trás ficam os tempos em que “*era mais violento*”, e para o baú das más memórias é atirada a experiência profissional adquirida junto de uma multinacional onde, para além de desempenhar um “*trabalho maçudo*” e “*tarefas repetitivas*”, “*era um número*” e ninguém o “*tratava pelo nome*”.

Passando a assumir, reiteradamente, que faz parte dos “*dois mundos*”, Manuel toma um caminho de reconciliação consigo próprio. E fá-lo, certamente, excluindo diversas estruturas disposicionais sedimentadas a partir de ambos os flancos, mas conservando e atualizando outras em, e consoante, os mais diversos contextos, tal como havíamos retirado de Lahire (2005). Aliás, a “X” afigura-se o veículo ideal para uma nova estrutura operativa da individuação capaz de, dada a enorme proximidade entre as propriedades emergentes de ambos, possibilitar a agência certa, no *milieu* certo.

Por um lado, permite-lhe continuar a aplicar conhecimentos e dispositivos técnicos de índole empresarial, colocados ao serviço de uma racionalidade técnico-científica evoluída (como o “*piloto*” apresentado na AU havia demonstrado), e cada vez mais apta a apresentar: a) aos seus financiadores “*propostas muito concretas, não só a nível oral com apresentação, mas depois com documento[s] específico[s]*”, tais como “*plano[s] de gestão de projeto profissional[izados]*” acompanhados de “*cronograma específico*” e “*mapa financeiro*” e b) aos técnicos coprodutores, “*competências e ferramentas que ficam*”, isto é, “*a formação técnica*” tida como necessária para, “*usando o design thinking, uma estrutura mais visual das coisas (...) elaborar planos pedagógicos para programas curtos, avançados, [de] formação profissional, [ou para] gerir outro tipo de projetos*”.

Por outro, este regime técnico não se monotoniza e abre-se frequentemente a outras possibilidades, que eventualmente desembocam num regime coletivo também ele amplamente generativo, porque recorrentemente transductivo. Referimo-nos aqui à aplicação de uma racionalidade estético-expressiva não como adereço, mas como justificação e *modus operandi* da “X”, que assim liberta os potenciais críticos da Arte que estão presentes desde a génese de ambos²²⁰, organização e indivíduo.

É, de resto, isso que ambas as entidades, uma através da outra, continuam a fazer “*com vídeo, com música, com fotografia, com storytelling, com graffiti, com artes plásticas, com design gráfico*”. A Arte, então, como fio condutor primordial, ou a racionalidade estético-expressiva como sublimação de certos espaços, e das (ir)racionalidades que neles habitam.

Curiosamente, da tensão entre racionalidades distintas, e do despique entre conhecimentos (um de cariz tendencialmente universalista e hegemónico, outro

²²⁰ Desde que a primeira organizava atividades ligadas ao “*percussionismo, artes circenses, ballet*” e era anfitriã, com orgulho, de eventos com “*centenas de pessoas*”. E que o segundo, aos “*15/16 anos*”, e experienciando o atavismo cultural e a depressão demográfica e socioeconómica da sua cidade-natal, decide resgatar para o seu círculo de relações “*pequenos grupos tão criativos*” que se dedicam a expressões do Hip-Hop – “*da música a chegar ao graffiti*” – e do Punk, respeitando o princípio artístico comum a ambas as cenas, isto é, “*muito associado à rutura, contra o sistema*” e feito por “*gajos que não aceitam propriamente aquilo que lhes querem meter no prato*”.

tendencialmente local e contra-hegemónico), emergem continuamente soluções e práticas que (mais por consequência, estamos em crer, do que por finalidade) desembocam num modelo de gestão organizacional evolutivo, autopoietico e, à luz dos ângulos teoricamente preconizados, diferenciado.

Tal como Manuel, socialmente diferenciado, como vimos, pela multiplicidade de combinações disposicionais que, crescentemente, se tornam para si viáveis e recorrentes. E isso parece providenciar-lhe vantagens nas conexões que vai estabelecendo.

Por não parecer, ou *“ser, sei lá, o formador clássico, ou o professor clássico, ou o empreendedor clássico”* os diferentes interlocutores – de líderes empresariais a pré-adolescentes, passando por professores e executivos camarários – nem sempre o conseguem *“situar, à partida”*, o que se afigura *“uma vantagem que normalmente utiliz[a] muito”*. Mas, ainda que Manuel consiga, de facto, corporizar e comunicar (credivelmente) coisas diferentes, pode um conjunto disposicional tão diversificado e adaptável, ser corretamente encapsulado pelo “empreendedor social”, enquanto papel social?

Quanto ao “termo” em questão, Manuel não gosta e fica “logo com a comichão”; aliás, não gosta de “empreendedor social (...) do empowerment (...) de nada dessas coisas”. Porquê? Porque “é um chavão que foi utilizado para desvirtuar muita coisa”, e prefere, nas suas palavras, “mil vezes ser identificado como líder comunitário, e fazer a diferença dentro da comunidade (...) aqui nestas ruas, do que ser empreendedor social.”.

A identificação social é, como se percebe, não-existente, pelo menos no que diz respeito a um conjunto selecionado de sentidos. E não porque as características disposicionais commumente associadas ao papel social ao Manuel não se lhe apliquem (ou que da sua incorporação ele não tenha noção), mas porque aparentemente representam uma certa posição ou classe social elitista, que aparentemente domina o campo social aqui em destaque. O excerto seguinte, embora um pouco longo, deverá clarificar o que se pretende transmitir:

“Comecei a dizer que era empreendedor social e depois apercebi-me que o empreendedor social, em Portugal, está a começar a personificar tudo aquilo com o qual não me queria identificar. (...) O Zé Manel cigano que mora aqui ao lado, e que nunca vai fazer um projeto, mas que faz ali umas grelhadas comunitárias, é empreendedor social. Eu prefiro que ele seja empreendedor social sem saber que é empreendedor social e sem andar com uma *t-shirt* a dizer 'Eu sou empreendedor social', do que como muitos que eu vejo que são empreendedores sociais e são da treta pá, porque tu mete-os num contexto um bocado mais agressivo e tu vais ver a máscara a cair. Ser empreendedor social é muito bonito em ambientes controlados. É o tal *ES gourmet* (...) para a *selfie*, para a fotografia: 'eu quero ser visto a fazer a diferença'". (E12).

Julgamos que esta diferenciação da *diferenciação social* pretendida (do ponto de vista da socialização de que foi alvo) tem subjacente dois catalisadores indissociáveis, ambos relativos ao poder, às relações que constrói e aos efeitos que produz.

Por um lado, a representação horizontal e co-produtiva que Manuel expressa na sua ação coletiva e organizacional leva-o a querer transformar lugares e relações, hábitos e experiências, sem obedecer diretamente, ou traduzir, a ordem social (ou ordens económicas e/ou políticas particulares) para o “seu” território. Talvez por suspeitar lógicas diferentes nos empreendedores sociais, aponta com escárnio quem cria “*uma start-up de ES que vai curar a falta de água no Uganda*”, mas depois “*vão apanhar o metro e está lá o mendigo (...) e não mexem um dedo*”, ou são tirados “*da bolha [para] fazer trabalho de campo e as coisas azedam num instante*”.

Intimamente ligado a isto, encontramos uma representação verticalizada do “[Terceiro] setor em Portugal”, na sua opinião dominado por “3 ou 4 instituições (...) que lançam candidaturas e programas” e por “3 ou 4 grandes que absorvem 99% do financiamento (...) a malta de sempre a fazer a mesma cena de sempre (...) e o resto da malta anda aqui a lutar para não descer.”. Então, o poder, os recursos e as recompensas parecem, efetivamente, ligar-se a representações enraizadas nos tempos e nos espaços em que a construção social do conhecimento ocorre, favorecendo uns em detrimento de outros, consoante o que uns e outros representam para ordem social que se pretende impor.

Já sabemos que existe uma estreita ligação entre uma identidade social (ou um papel social internalizado e externalizado) que seja culturalmente partilhada, imbuída de expectativas, e se encontre codificada por discursos e normas, e o estatuto de um indivíduo na sociedade, bem como a as recompensas sociais que daí advêm (Stryker, 2001). Portanto, o discurso de Manuel corrobora, de uma forma impressionista, a asserção de que a participação no acervo social do conhecimento define, em parte, a capacidade de exercício do poder, na medida em que quem controlar os significados de um determinado papel social (assumindo a identidade social concomitante) controlará mais recursos, ativos e potenciais (Burke, 2016).

Manuel sabe bem o que isso significa. Sabe que há “projetos que vale a pena apoiar, de pessoal que não tem buzz nenhum e que faz uma diferença brutal nas comunidades em que estão inseridos” que ficam para trás, secundados pelos “empreendedores sociais, com os projetinhos da moda, em ambientes controlados, gourmet, dentro da montra.”. Aí está a coerção e poder exercidos pelos stakeholders, que frequentemente apoiam as suas inovações sociais de forma incongruente, anacrónica ou aleatória (Cf. Capítulo 2). Pelo seu grau de incrustação, que por vezes desafia o ridículo, Manuel não vê ninguém com capacidade de dizer:

“Oh pá não, desculpa, com o devido respeito, mas isto é só para a fotografia. Não estás a criar impacto nenhum e estás a ter 10 vezes mais financiamento do que aquele rapaz que está ali naquele bairro, se calhar tão ou mais empreendedor social do que tu que andas aí com esse chavão na testa, e faz a diferença todos os dias.” (E12).

Não obstante, não é esta reflexão que o demove do seu trajeto. E certamente não o impede de se manter fiel, não apenas à sua autobiografia e potenciais, mas também àquele processo de co-construção social, física e simbólica que, prolongando (de forma decisiva na AU) a realidade evolutiva do seu fundador, existe como organização integrada num sistema social – o TS português, na segunda década do séc. XXI. Por esse mero facto, e pelos motivos anteriormente aduzidos, aquele sistema social já ganhou, para nós, novos sentidos, alguns mais positivos do que outros.

Considerações Finais

Ao cabo de nove capítulos – que dividiram a exposição multidimensional de um complexo objeto de investigação sociológica – é chegado o momento de conjugar aqueles que se julga serem os principais marcos reflexivos que dali sobressaem.

Começando pela abordagem filosófica do presente trabalho, deve dizer-se que ela foi construída como forma de afastamento e (re)aproximação. Primeiro, de uma ideia cujo contacto inicial gerou, porque não dizer, entusiasmo²²¹ – o objeto não era, ainda, *problemático*. Depois, de um projeto de investigação (EMPSOC) que moldou um “campo de visibilidade”, construiu “problemas”, configurou a sua “problemática teórica” e, finalmente, construiu “novos objetos de conhecimento” (Almeida e Pinto, 1975: 368) – o objeto, aqui, foi *problemático*, mas os problemas não eram próprios.

Constatando que o presente trabalho não começou de uma exploração livre do objeto, das suas temáticas, conceitos ou autores, a assunção de um exercício reflexivo de segunda ordem implicou operar uma rutura epistemológica assente, tal como Gaston Bachelard preconizara, numa retificação do saber, partindo do pressuposto que refletir é compreender aquilo que, na verdade, não havíamos compreendido (cf. Carvalho, 2010). Portanto, a constituição de uma problemática própria, tida como única forma de propiciar novos conhecimentos, efetivou-se pela colocação da dúvida naquilo em que antes se acreditou (Gadamer, 1989), assumindo os riscos das circunstâncias menos tradicionais, como são as que rodeiam a presente investigação, e partindo para a construção de um caminho original.

²²¹ O primeiro contacto com a expressão “Empreendedorismo Social” ocorreu sensivelmente um ano após o término do primeiro percurso universitário. Surgiu, tanto quanto me recordo, da procura por um percurso profissional consentâneo com um desejo de retribuir à sociedade aquilo que me havia dado. Simplificação excessiva, ou versão romantizada e juvenil, esta é configuração discursiva que se afigura mais imediata para descrever a motivação e as aspirações daquele tempo. Na verdade, a primeira vez que senti estar na presença de uma prometedora resposta foi quando folhee pela primeira vez o livro editado por Alex Nicholls, em 2006, intitulado “Social Entrepreneurship: New Models of Sustainable Change”. Ali encontrei eco para o meu pensamento e excitantes possibilidades de ação: eu *queria* ser um empreendedor social.

Algumas das previsíveis dificuldades foram sendo endereçadas pela progressiva exposição à disciplina que aqui confere o grau, enquanto outras não. A descoberta de que a Sociologia é, afinal, composta por várias sociologias (Collins, 1994; Bryant, 2006), abarcando uma multiplicidade de preferências e domínios de investigação, de paradigmas e métodos, de conceitos e tradições intelectuais, de geografias e tópicos, justificou um certo incómodo inicial²²².

Contudo, do incómodo à acomodação, algo de generativo aconteceu: O relativamente inexplicável interesse pela perspectiva sociológica luhmanianna, e pelos caminhos por esta abertos e desbravados, foi temperado pelo irresistível apelo da visão social-construcionista da realidade, e pela reflexividade indutora da dúvida típica da Filosofia, e mais ainda de uma Teoria Crítica *latu sensu*.

Se a primeira forneceu um modo de conhecer absolutamente original e disruptivo, a segunda providenciou toda a linha de raciocínio necessária a uma sociologia do conhecimento multinível, fazendo-o, ainda por cima, com elegância e elevada presciência, mais de meio século depois de ser escrita. Já a última afigurou-se como preciosa bússola, com os seus conhecimentos, critérios e meta-axiomas a construírem a base do presente trabalho, sustentando as suas decisões, tal como alicerces num edifício.

De entre estes, a noção de que o estabelecimento da problemática teórica, bem como da estratégia metodológica desenhada para lhe fazer face, se encontram dependentes do investigador e do seu percurso biográfico; bem como uma visão das ciências sociais simultaneamente específica no que toca ao contexto, isto é, às estruturas sociais e culturais de um dado espaço-tempo, e inespecífica quanto ao seu objeto de estudo (na medida em que este é multidimensional e, como tal, contempla a possibilidade de ser

²²² A falta de unidade ou coerência disciplinar é um tema recorrente, que parece mesmo ser suficiente para despoletar algumas crises identitárias. Por exemplo, Niklas Luhmann (2005b: 71) refere que “como ramo do ensino e da investigação, a sociologia tem de se poder fundar. Como disciplina científica não tem ainda, em grande parte, o carácter de disciplina (...) falta uma conceção teórica global e conjunta, que reflita a unidade da especialidade”.

abordado por mais do que somente uma disciplina) assumem-se como pilares de grande relevância e utilidade.

Contando com esse suporte (da reconstrução da problemática teórica à estratégia metodológica desenhada e desenvolvida no sentido de a aplacar) tornou-se necessário ligar o rigor teórico-metodológico que ainda caracteriza e sustenta a disciplina em que este trabalho se insere, à objetividade de um olhar subjetivo que selecionou para observação apenas fogachos, esquiços da realidade social, e sobre eles refletiu.

Uma primeira observação foi dirigida para a data em que, supostamente, o significante do ES foi cunhado: 1972 (Cf. Introdução). A contextualização historiográfica desse espaço-tempo permitiu-nos alargar a compreensão acerca de um conjunto de fenómenos.

Por um lado, as conjunturas, nas quais as supostas grandes transformações ocorrem, devem a sua existência a uma miríade de causas, tendentes, por exemplo, a uma dimensão mais material da despossessão (Cf. Anexo H), ou mais próximas de dimensões prático-simbólicas de empobrecimento (Cf. Capítulo 1). Curiosamente, nos períodos históricos analisados, quase sempre as condições para uma (re)integração sistémica foram asseguradas, propiciando um novo período de ordem social no qual, invariavelmente, o Mercado saiu reforçado na sua primazia funcional, e no quadro da interdependência sistémica que caracteriza a Modernidade.

Para compreender tais fenómenos, implicou-se a ideia de que mundivisões particulares disputaram – as ações comunicativas de ambas foram enquadradas pelo recurso à imagem dos ciclos ideológicos, assim ajudando à clarificação de um processo de disputa entre diferentes ideologias – a atribuição legítima de significados quer aos modos de resolução do período transformacional de 1968-1973, quer à experiência e práticas sociais daquela conjuntura sociohistórica.

Ali, os princípios discursivos da corrente ideológica neoliberal, e especificamente aqueles descendentes do velho liberalismo e utilitarismo europeu, não foram verdadeiramente colocados em causa, tal como função e estruturas do Mercado não o foram. O Estado, esse sim, é que atualizou o seu cardápio de funções e sentidos, em face

das ameaças por si percebidas e, posteriormente, integradas, rumo à construção de uma nova ordem social. E assim percebemos a utilidade do estudo das ideologias, e o verdadeiro alcance da proposição de Lévi-Strauss:

“Por detrás de cada edifício ideológico, edifícios mais antigos se perfilam (...) E é também verdade que em cada estágio deste desenvolvimento complexo as condições técnicas e económicas predominantes num local e num momento determinados exercem sobre a ideologia um poder de atração; elas infletem-na e deformam-na de várias maneiras (...) as suas engrenagens encaixam-se em outras engrenagens; a observação jamais revela a parte que toca a cada uma, apenas nos damos conta dos efeitos da sua interação.” (Lévi-Strauss, 2010: 157-158).

Sob este auspício, e quando passado e futuro se unem em processos (ideologicamente guiados) de formação de sentido, a construção de uma ordem social, e correspondente processo histórico de universalização de um modo de viver e pensar, ostenta sempre a marca do constrangimento da ação que se julga livre²²³, e do predomínio de grupos e interesses particulares sobre outros subalternos.

Tal marca talvez não fosse visível quando o TS se constituiu como sistema social funcionalmente diferenciado, e prospectivamente especializado, na resolução de problemas sociais. Mas, na plena tensão da “diferença entre o dado atualmente e o possível baseado nesse dado” (Luhmann, *cit in* Santos, 2005b: 127) a autonomização do TS tratou-se de uma possibilidade perfeitamente tolerável e enquadrável na ordem social a construir, especialmente face ao esvaziamento político da sua ação, que

²²³ Até porque assim, como bem sublinha Vasco Almeida (2010: 64-65) “torna-se muito claro observar que as iniciativas individuais ocorreram dentro de um enquadramento institucional que as viabilizou, o que não significa negar o papel da intencionalidade e do livre-arbítrio dos atores, mas, somente, afirmar que a sua ação é constrangida, incentivada e constituída por um conjunto de novas regras, normas e hábitos”. Nessa medida, seria a “requalificação” e “(re)integração” de indivíduos e/ou grupos excluídos uma expressão mais autêntica das suas identidades? E a sublimação da solidariedade, através de atividades produtivas do ponto de vista económico e mercantil, é um fenómeno que rompe com a alienação política, a racionalidade instrumental e a individualização tipicamente modernas ou, pelo contrário, as reforça e institucionaliza a uma escala inédita?

contribuiu para neutralizar qualquer reconfiguração significativa do Estado (pelo menos, na perspectiva daquilo que pelos NMS era exigido).

Assim, o processo de emergência (e evolução) do TS não pode ser dissociado da matriz generativa e funcional que é pertença das ideologias (Žižek, 2012). E, na medida em que, da disputa ideológica, se extraem os sentidos que orientam um determinado futuro (pela seleção do que não se poderá transportar do passado), aquilo que configura um problema social – as suas causas e efeitos, atores e instituições, condutas e verdades – bem como os modos corretos de os aplacar, são enormemente influenciados pelo desfasamento da ideologia triunfante, e pela regulação que impõe sobre o que se pensa e se diz.

Uma vez que o ES emergiu num ambiente ideologicamente favorável ao Mercado e sua expansão na ecologia dos sistemas sociais modernos, é sem surpresa que um dos seus conhecimentos mais performativos – o “empreendedorismo” – cujo processo de significação passou por sucessivas fases de construção e síntese teórica (e onde cada fase resulta na impressão de um conjunto de significados que se acumulam àqueles pré-existentes), foi não apenas amplamente institucionalizado como conhecimento *verdadeiro* da década de 1980 em diante, como ainda transpôs as suas fronteiras originais para um emergente domínio sistémico.

Isto é especialmente relevante para a nossa análise, já que nos permite argumentar que o ES começou, de facto, por ser não uma criação conceptual original, mas um evento denotativo da transferência, ou até transposição, de uma *assinatura* prático-conceptual (empreendedorismo) para um novo domínio (TS), com a concomitante migração de características associadas daquela, para um universo de práticas e sentidos distinto.

A novidade não está tanto nesse facto, quanto na assunção de que, no âmbito deste processo, tanto o TS, como os sujeitos e práticas sociais nele existentes, passam a poder ser observados e regulados, a partir de um conhecimento que evolui com e a partir do Mercado como sistema social dominante, porque o TS é observado como *potencialmente* semelhante ao Mercado.

Ora, assumindo que o sistema ecologicamente dominante constitui a mais importante fonte externa de pressão adaptativa – é aquele que não só introduz maior variabilidade nos ambientes dos restantes sistemas, como o que ostenta e pode providenciar as melhores ferramentas adaptativas, porque, afinal de contas, ele é dominante porque se adaptou melhor que os outros (cf. Jessop, 2008), o TS procurou e obteve no Mercado (e haveria outro ao qual se pudesse adscriver dominância?) os modos de adaptação e manutenção da sua própria capacidade operacional, assim como os conhecimentos capazes de informar as decisões sobre ações, incorporando-as nos seus processos de complexificação interna.

De resto, foi sobretudo por razões performativas, e por um desejo de tornar o TS tão competitivo como o Mercado, que a *assinatura* do empreendedorismo se transferiu, em mais uma evidência da capacidade daquele sistema social para impor as suas regras, racionalidade e linguagem a todas as esferas da organização social (Habermas, 1987). Consequentemente, do Mercado o TS passou a extrair, “graças à sua complexidade peculiar (...) as técnicas de resolução de problemas internos ao sistema” (Luhmann, 2005b: 86), emulando o *modus operandis* do primeiro.

A interdependência sistémica crescente resultou numa co-evolução da qual os marcos institucionais advindos da chamada Responsabilidade Social (Corporativa) são, do nosso ponto de vista, evidência de que não há mesmo alternativa, nomeadamente ao estabelecimento de um nexo de correspondência entre fazer lucros e fazer coisas socialmente úteis, insistentemente apontado como fonte de inovação e de vantagem competitiva (Prahalad & Hammond, 2002; Porter & Kramer, 2006).

De um ponto de vista crítico, mais do que pela análise aos paradoxos provocados por tal trajetória, julgamos que essa interpenetração sistémica (assimétrica) tem sido nociva para o TS, no sentido em que um progressivo esvaziamento de sentido próprio para o TS – senão ao nível da intervenção social no terreno, pelo menos a um nível macro institucional onde a lógica racional dirigida a fins se substitui à intersubjetividade com facilidade – representa a improbabilidade crescente de qualquer ação ou desiderato capaz de influenciar a construção de uma ordem social diferente.

Se aquilo que o TS e Mercado devem fazer é, basicamente, o mesmo, a questão tornar-se-á, eventualmente, mais perceptível se a formularmos do seguinte modo: entre uma empresa económico-mercantil com preocupações sociais e uma empresa social com preocupações económico-mercantis, qual é a verdadeira diferença? E por que razão devemos acreditar que a segunda é a promessa de redenção da primeira? Não podemos acreditar em tais promessas, por reflexões de índole político-morais, estruturais e institucionais relativas ao ES (*vide* Sud, VanSandt & Baugus, 2008), mas também relativas ao próprio Mercado (cf. Harvey, 2014; Jaeggi, 2015), que fomos articulando, ao longo do presente trabalho.

Deve ainda ser notado que, face a este problema, a questão principal não foi colocou nos termos de uma “colonização” *habermasiana* pura e dura, mas na descrição de uma história co-evolutiva cujos efeitos relevam não só da interação entre todo o tipo de manifestações (internas e externas) pertinentes para um dado sistema social (e para os diversos programas que nele se procuram impor), mas também de uma crescente impossibilidade de ser evitada a interpenetração sistémica e, por consequência praticamente inevitável, a assunção de sentidos e interesses mútuos.

O ponto adjacente é que se os problemas sociais derivam de um complexo de fatores sistémicos, para os quais em muito contribuem as concretizações e contradições inerentes ao Mercado (Harvey, 2014), então quaisquer práticas sociais que partilhem da sua racionalidade e sentido, por mímica ou isomorfismo institucional, não só não os poderão logicamente resolver, como serão incapazes de promover (intencionalmente) as mudanças sociais que volveriam os primeiros inexistentes, ou pelo menos passíveis de resolução.

Agora, se essa é a intenção, e para isso se mobilizaram os poderes, não nos devemos surpreender com o facto do TS não ter sido capaz de descartar, no seu trajeto sistémico do séc. XX, a incorporação ideológica e operativa do ES, que haveria de ser consolidado em formações discursivas, programáticas e funcionais, aptas à plena institucionalização, no séc. XXI. Por conseguinte, assumiu-se o imperativo metodológico e pragmático de interpretar como e porquê este conhecimento, compreendendo as disposições que o mesmo tem assumido e que lhe conferem uma positividade enquanto saber.

Por outras palavras, em vez de parametrizar o ES como conhecimento técnico-científico, ou laborar no sentido da obtenção de um adequado “estado da arte”, optamos por indagar por que motivos ele pôde ser caracterizado enquanto tal, tendo em conta os seus discursos e nódulos de articulação entre representações, instituições e práticas sociais, bem como a sua integração, do ponto de vista funcional e do exercício de poder.

Guiados por Foucault, e uma vez que, para o filósofo francês, os “discursos”, (...) não são, como poderia se esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras” (Foucault, 2008a: 54), e que “analisando discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes das palavras e das coisas, separando um conjunto de regras próprias à prática discursiva” (idem), a tarefa do investigador, tal como a apropriámos, “consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (de elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações)”.

Nesse sentido, as formações discursivas do ES não são mais do que as escolas de pensamento que pululam na literatura especializada, que por sua vez não são mais do que *programas* e *papéis sociais* construídos para distinguir, orientar, programar e institucionalizar novos comportamentos, assim como para contribuir para a formação de novas memórias organizacionais e sistémicas, a partir de saberes que se elevaram a conhecimentos universalmente aceites, e instituições coletivamente partilhadas, do modo que tentámos tornar apreensível.

Então, tratando-as como “práticas descontínuas que se cruzam, às vezes de justapõem, mas também que se ignoram e se excluem” (Foucault, 1992: 33), o carácter contingente das formações discursivas que compõem o ES verte-se numa clarificação de um seletivo “sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (Foucault, 2008: 147), que “diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria” (idem: 148), e do qual fazem parte:

a) Uma *escola Empresarial* que programou as OTS, na ressaca da emergência sistémica, para refletirem em termos económicos e operarem em função de objetivos lucrativos, assumindo-os como uma ordem de comando, e realidade inquestionável;

b) Uma *escola da Economia Social* que, a coberto de uma autoridade conferida pela história supostamente gloriosa que (não) conquistou (Cf. Anexo H), tem conseguido contornar, olímpicamente diríamos, a ubiquidade do Mercado na sua evolução recente (e, particularmente, na ordem discursiva do ES) pela utilização do disfarce ideológico de uma missão social em que todos podem potencialmente embarcar, sem atender que os seus contributos são de facto instrumentais não só para que o TS exista, mas que exista na ordem social do pós-1973 como terceiro, incapaz de ter uma ação social mais-do-que mitigadora (Castel, 1995), porque subserviente do Estado – particularmente, da sua (historicamente perseguida) agenda de penalização da dissidência e da pobreza (Rodger, 2012) – e invejoso do Mercado, ou vice-versa;

c) Uma *escola da Inovação Social* que, modelada num papel social que instrumentaliza, de forma amplamente interpelativa e sedutora, a dedicação aos outros (Han, 2014), corresponde não apenas à evolução de um dado programa científico de investigação, mas também (e sobretudo) a um requisito funcional e performativo de um TS que necessitava de sentidos aptos a moldar subjetividades, para também poder desencadear os seus próprios processos de diferenciação social, os seus critérios de distinção entre atores, entre *alter* e *ego*.

A última, talvez a mais insidiosa das três, tem como recurso (inclusivamente pedagógico) predileto a apresentação dos mitos de outrora como inovadores do seu tempo, facto que permite não apenas a produção de afirmações como “a linguagem do empreendedorismo social pode ser recente, mas o fenómeno não o é” (Dees, 1998: 1), mas sobretudo trazer para o presente, de uma forma “cool”, embora amplamente ideológica e acrítica²²⁴, determinadas biografias seleccionadas como modelos de sabedoria prática.

²²⁴ De resto, só uma visão crítica das interações entre artefactos de diferentes eras poderá expor a verdadeira chantagem ideológica, como expõe Fisher (2009) através de vários exemplos (do Live Aid a Bono Vox), e que aqui adaptando consistirá na ideia de que os problemas do mundo poderiam ser resolvidos, sem necessidade de soluções políticas ou reorganizações económicas, se ao menos houvesse mais empreendedores sociais, e estes se aproximassem, por pouco que fosse, aos mitos de outrora.

Ao mesmo tempo, fomenta o pequeno, mas criativo, empreendedor social, que faz justamente dessa criatividade o maior trunfo para se adaptar às circunstâncias ambientais e produzir, a partir disso, algo especial. Sabendo que também o construto “criatividade” tem sido amplamente abordado pela literatura acerca do “empreendedorismo”, geralmente intercambiando-se com o termo “inovação” enquanto resposta comportamental adequada tendo em vista a necessidade permanente de adaptação à mudança, esta formação discursiva corresponde à profecia que indica que os sujeitos que se integrem no TS serão empreendedores, torná-lo-ão viável apenas se forem inovadores, e que aquele só poderá vir a ser quando converter as suas instituições ao ES.

Então, concordando com Jean-François Lyotard (1979, *cit in* Esteves, 2005: 301), que advoga que “as decisões do sistema não têm de respeitar as aspirações [dos indivíduos], as próprias aspirações é que têm de aspirar a essas decisões”, percebemos que a emergência do “empreendedor social”, sob a égide da IS, é o epifenómeno do jogo de constituição das subjetividades da contemporaneidade – que deve sempre resultar no “trabalhador convertido em empreendedor” (Han, 2014: 9).

Relembrando que este é um jogo que, não violando a autonomia formal do indivíduo, os intervenientes são simultaneamente os jogadores e os seus zeladores, percebemos que, mediante aquele discurso, se obtém um controlo social indireto, mas extremamente eficaz, através da qual a regulação das práticas sociais já não se afigura uma imposição de um agente externo opressor (papel que, noutras épocas, coube ao Estado), mas sim resultado das diferentes formas de auto-organização ativamente buscadas pelos sujeitos, porque crenças de que são, de facto, os “agentes de mudança necessários ao desenvolvimento de novos modelos para um novo século” (Dees, 1998: 1).

Assim, se há construto capaz de ilustrar que “o indivíduo não é o outro do poder; é (...) um efeito do poder e simultaneamente (...) seu centro de transmissão” (Foucault, 2008b: 183-184), o ES, dotado do seu elemento de “inovação”, é um deles.

Adicionalmente, confirma-se que “a gestão das expectativas dos indivíduos apresenta-se como uma consequência directa da estrutura do próprio sistema” (Esteves, 2005: 303), pois no plano das práticas sociais, o momento em que um “problema social” é tudo (e só) aquilo que um indivíduo quiser que seja, é o momento em que o TS evidenciará a completude do seu processo de passagem da *poise* (função social dada) para uma *autopoiese* (função social apropriada), ou seja, para uma teleologia amplamente distribuída e descentralizada.

Por outro lado, por ser “pura praxis sem substância”, seguindo a expressão de Agamben (2009: 11), o signo “inovação” fornece ao ES o critério de preferência pelas organizações que àquele conhecimento aderem. Sem este, o objeto não existiria, não poderia ter-se tornado naquilo que é, porque não lhe bastaria ser só Social e/ou Mercado (Cf. Capítulo 2). Era necessário, e por isso foi incluído, uma espécie de selo de qualidade capaz de sinalizar, com a positividade que lhe é característica (Foucault, 2008; Agamben, 2009), quem está a evoluir com os sistemas sociais, quem embarcou na viagem por assim dizer, e quem ficou pelo caminho.

Consequentemente, e de uma forma sintética, mais do que considerar escolas de pensamento que perspetivam o mesmo objeto de diferentes pontos, a ponderação das formações discursivas, integradas em invólucros-síntese que lhes dão um carácter lógico, sólido e legítimo do ponto de vista técnico (cf. Capítulo 3), denota a passagem de um estado de dispersão de enunciados para a definição de algo ordenado e estratégico (Foucault, 2008).

A construção de um conhecimento afeto ao ES suportada nas suas “escolas de pensamento” consagradas chegou a ter, no âmbito do EMPSOC, os seus méritos, e até a constituir um modelo eclético e original face à literatura disponível. No entanto, considera-se, agora, que esta é uma abordagem complacente, relativista e acrítica, na medida em que ignorou os processos constitutivos e excludentes, não explorando devidamente as (in)compatibilidades entre práticas discursivas e discursivas, especialmente num contexto associativo ou organizacional.

E não basta retirar um ou outro discurso da latência, como outrora o fizemos com a “Economia Solidária” (cf. Anexo A), laborando no erro de estabelecer uma lógica de equivalência que, ao sonhar com a síntese generativa, e ao resultar na consciência tranquila de um projeto comum, descreve o contraste entre discursos sem cuidar de compreender a função desempenhada por cada qual.

Em contraste, ao discernir, de entre as diferentes formações discursivas que compõem o ES, e na passagem da dispersão à regularidade, um determinado conteúdo discursivo e semântico segundo a sua função sistémica (eliminando da equação qualquer hipótese de equidistância), assim como o principal mecanismo que, articulando-as, acelera a sua institucionalização e, por conseguinte, uma determinada trajetória evolutiva do TS, julgamos ter produzido uma incisiva chamada de atenção para a natureza construída, contingente, parcial, e inacabada do conhecimento acerca do mundo social. Uma que não arrola a defesa da equivalência apriorística dos saberes (o que apenas poderia degenerar num relativismo atávico) mas uma (re)afirmação da complexidade e pluridimensionalidade dos processos e factos sociais, face à impossibilidade do determinismo e do essencialismo, isto é, do alcance da derradeira verdade dos objetos.

Portanto, a renúncia do relativismo, que somente se suporta por uma compreensão refletida das condições de existência dos saberes, isto é, compreendendo e clarificando, no espaço e no tempo, a emergência dos saberes legitimados, foi o dínamo para a demonstração de que o objeto do presente trabalho é menos conceito científico – apesar de ter “exigido uma reflexão científica (...) [e] uma compreensão do mundo explicitada cientificamente” (Habermas, 1987: 101) – do que regime, discurso e vontade de verdade (Foucault, 1992) relativo ao sistema social que tem vindo a encarregar-se de observar, construir e, evidentemente, dominar.

E, de facto, na narrativa traçada pelos três primeiros capítulos, fomos lembrados que, nestes processos, pouco ou nada se deve à aleatoriedade, porque o crivo seletivo e vincadamente procedimental dos discursos (que são considerados legítimos) funciona. E funcionou, neste caso, para fazer do ES a verdade para o TS, para o tornar necessário à sua performance e, por conseguinte, indispensável à sua diferenciação e evolução.

Assim considerado, os processos de diferenciação logo se suportaram na proliferação de estruturas, e eventualmente de conhecimentos específicos, em torno da educação das jovens gerações. Como as reflexões acerca da socialização e educação indicaram, só assim poderia o ES tornar-se realidade sólida, objetiva e, pelo menos durante o tempo que durasse, inquestionável.

A observação panorâmica destes processos (Cf. Capítulo 4) revelou, para além de uma veemente entrada em cena do ensino universitário, tendências similares a outras anteriormente descritas, nomeadamente a hegemonia da Gestão e disciplinas limítrofes, uma penetração assinalável das lógicas e linguagem empresariais, ou um foco no empreendedor social decalcado do seu molde mitológico e imbuído por uma pedagogia instrumental e voltada para o desenvolvimento de competências.

Ou ainda, e já agora, uma predominância da influência norte-americana na pedagogia do “empreendedorismo”, a partir das suas *business schools*. Facto que não surpreende, já que nos referimos a uma região central do sistema-mundo que vê naquele signo algo de condizente com a sua própria história e cultura imaginadas; e que, da visão do excecionalismo às representações estético-simbólicas do seu sonho, incluiu a celebração de indivíduos como ícones ou mitos que, pelo seu esforço e mérito pessoais, personificam a noção de mobilidade social, assim como a matéria que faz avançar a História (Kehoane, 2013).

Não obstante, a educação para o ES, que promete “ajudar a desenvolver uma nova geração de empreendedores sociais e seus parceiros” (Bloom, 2006: 4), parece refletir-se quer na plena aceitação da vertente empresarial enquanto solução necessária, e economicamente viável, para lidar com problemas sociais, quer na defesa (e demonstração) de um certo tipo de profissionalismo aferido face às expectativas – nomeadamente dos stakeholders e “clientes” –claramente produzidas num processo de retroalimentação entre os discursos que observam as OTS, e aqueles que emanam da ordem social pré-estabelecida.

Assim, as tendências verificadas neste âmbito parecem revelar, de uma forma geral, sinais de uma conceptualização relativamente estreita acerca do que é o ES – ecoando

Dees (1998), um mero subtipo do “empreendedorismo” – acelerada por uma suposta falta de teorização quer do construto em si, quer do que a sua pedagogia poderia ser (Pache & Chowdhury, 2012). Argumentos estafados que contribuem para que a educação para o ES tenha vindo, genericamente, a focar-se no desenvolvimento de competências ajustadas ao líder-gestor do TS contemporâneo.

Ora, foi precisamente em busca de programas educativos diferentes, que pudessem, com as suas práticas, princípios e discursos, co-construir sentidos alternativos àqueles, que encontrámos a Academia Ubuntu.

A abordagem de estudo de caso que aí aplicámos, revelou um método e evidências que se julgam estar revestidas de interesse para um investigador em ciências sociais, desde logo pela perspectiva da estruturação, que é bem sumarizada por Paulo Granjo:

“Os acontecimentos presentes são condicionados por outros já ocorridos (...) nas suas possibilidades (...) desenvolvimento e desfecho, incluindo no que concerne as posições sociais e condições de ação das pessoas e grupos envolvidos (...) antecedente deverá ser tratado como um fator essencial do quadro geral em que se desenrolam os seguintes.” (Granjo, 2016: 18)

Munidos de uma apropriação reflexiva do “método do caso estendido” (Cf. Capítulo 5), partimos para o estudo da AU com um enfoque no seu processo evolutivo, remetendo a estrutura à sua função, e tendo em conta que um conjunto delimitado de situações sociais e relações de interdependência inscritas num dado espaço-tempo, que operando através de práticas sociais (pedagógicas e programáticas), e emanando da ação e propriedades das estruturas sistémicas, se orienta para a comunicação intencional, performativa, intersubjetiva e linguisticamente mediada de um determinado conjunto de conhecimentos, de alguma forma ligados ao ES.

Por seu turno, é possível que a narrativa do seu processo de estruturação deixe transparecer o prazer que foi, para nós, fazer parte daquela edição de um programa educativo que, no que diz respeito à diferenciação e originalidade dos predicados, não desiludiu.

Ainda assim, julgamos ter sido fiéis ao rigor teórico-metodológico a que fizemos referência no início destas considerações. Porque o aplicámos de igual forma, técnica e disposicionalmente, em todas as observações participantes de cariz etnográfico que efetuamos, fossem elas mais ou menos significativas, do ponto de vista pessoal. E porque assumimos, desde o início, que a continuidade da sociedade – ou a sua reprodução – depende da transmissão da “memória” social através do conhecimento, o que implica ter em consideração que o regime técnico de qualquer programa educativo não só é histórica e socialmente constituído, como é igualmente constitutivo de situações, objetos, relações sociais e indivíduos.

Assim, julgamos que as eventuais críticas dirigidas ao processo de reestruturação da AU, após ser ali introduzido o discurso e práticas afetas ao ES (Cf. Capítulo 7), se justificam a partir não apenas da deontologia, mas sobretudo dos princípios que norteiam a presente tese, e das posições que a mesma foi defendendo e tentando, a cada passo, clarificar.

São ainda justificadas porque – e este talvez seja o fulcro da questão – foram informadas pelos depoimentos recolhidos de diversas fontes, de entre as quais têm óbvio destaque os participantes, porque foram alvo dessa mesma intervenção educativa, desse programa feito de pessoas, atos e relações, mas também de ideias, discursos e dispositivos técnicos.

Tendo em vista a necessidade de se complementar a narrativa processual da estruturação da AU, com a perspetiva estrutural do processo sociocultural de constituição do indivíduo pela (re)construção pedagógica das suas disposições internas, e a perspetiva do próprio sobre a sua experiência, a abordagem metodológica beneficiou igualmente de uma apropriação da teorização de Gilbert Simondon, em torno da ideia de “individuação” (cf. Capítulo 8).

Aquela, para além de altamente profícua – no sentido em que as vozes dos participantes foram ouvidas e integradas, julgamos que de forma relativamente coerente, no corpo do presente trabalho, levando-nos a estar mais próximos de refletir criticamente sobre as relações entre o sujeito, as técnicas/estruturas de socialização e educação, e o mundo

social – permitiu ainda pensar, à escala micro, e ilustrar por via de retratos psicossociológicos, noções prevalentes ao longo do presente trabalho (tais como: o sistema aberto/fechado ao seu ambiente; o discurso como veículo de poder e prática funcionalizada; a falácia da identidade reificada em face da evolução nas/pelas relações constitutivas; ou a função da organização enquanto estrutura simbólica, comunicacional e física – até no sentido topológico do termo – de mediação entre os indivíduos e a sociedade).

Não obstante, logo aí – em carne e osso – observámos alguns dos efeitos, positivos e negativos, do ES e do seu processo de institucionalização: Do sujeito adiado e ansioso²²⁵ porque ainda não “devolveu” aquilo que é à sociedade; à jovem adulta que, nunca tendo conhecido uma situação socioeconómica que não fosse remediada e precária, queria ser empreendedora social e, malogradamente, viu o seu desejo morrer pela forma alienante e tóxica²²⁶ de lá chegar; passando pela adulta jovem que, quando confrontada com um coletivo real, se despedaçou em mais átomos do que a forma atomística com que encarava os seus projetos de realização pessoal; sem esquecer o empreendedor social modelar, que só o é porque já o era (numa mistura absolutamente invulgar de disposições) e porque é da Comunidade, sendo de lá que se insurge (aos ombros da sua Arte) contra o TS e as relações de poder que aquele conjura e o faz distribuir recursos a quem mais tem, ou a quem se faz parecer mais de acordo com a moda.

Se os nossos *retratos* foram o suficiente para evidenciar as “múltiplas ocasiões de desajustamento, de separação entre o que nós incorporámos e o que as situações

²²⁵ Aqui não num sentido intrapsíquico de experiência de solidão, mas enquanto operação sistémica sem ação (mas com emoção permanente) derivada da ausência de processos de individuação coletiva (cf. Krtolica, 2012).

²²⁶ É sabido que, tendo sido clássica e primeiramente definido por Marx, em estreita relação com o Trabalho, foi Lukács (2009) quem desenvolveu o conceito de alienação como categoria constrangedora das potencialidades subjetivas, mormente pela ruptura (operada mormente pela disposição técnica) entre ação e agente. Numa perspetiva simondiana da individuação, este tema surge problematizado por Inês Leão da seguinte forma: “(...) é possível concluir que a socialização do sujeito psicológico com a técnica pela sua via tóxica, revista na fragmentação da relação do sujeito psicológico com o acto e o aparelho produtivos, termina por organizar meios dissociativos, instaurando um regime de curto-circuitos entre os três níveis organológicos do sistema de individuação, e inviabilizando a meta-estabilização das significações das múltiplas co-individações” (Leão, 2010: 85).

exigem de nós” (Lahire, 2005: 38), ou se conseguiram ilustrar adequadamente as “crises do vínculo de cumplicidade ou de convivência ontológica entre o passado feito corpo e a nova situação” (idem), isso não sabemos totalmente. E se estas vozes lograram dialogar adequadamente com o ES e o seu processo de construção social e institucionalização, assim como com as tendências e forças que o têm vindo a orientar ao longo do tempo, tampouco temos certezas.

Talvez estejamos no seio da tradição aporética da Teoria Crítica (Cf. Lash, 1999), aquela que nos diz que é inútil tentar resolver o irresolúvel. Numa perspectiva de autocrítica, as ambições que deram azo ao presente trabalho foram, eventualmente, exageradas face ao âmbito em que o mesmo se insere, e até às capacidades do autor. E é perfeitamente possível que a interrelação entre níveis analíticos apresente défices descritivos, que certas dimensões analíticas não tenham tido o desenvolvimento merecido, ou que as abordagens metodológicas não tenham permitido um maior alcance.

No entanto, pensamos ter semeado a dúvida, pelo menos, quanto a um conhecimento cuja promessa de aumento qualitativo de liberdade parece, paradoxalmente, conter as condições de uma efetiva diminuição da mesma, porquanto se liga quer à emergência até de patologias psicossociais, quer a processos de reprodução social e sistémica de uma realidade detrimental, sob (quase) todos os pontos de vista.

Tal como Peter Berger e Thomas Luckmann, quando assinaram a sua *magnum opus* “A Construção Social da Realidade” em 1967, e aí se estacaram perante um facto social, com ressonância e alcance perfeitamente atuais – “para os filhos, o mundo transmitido pelos pais não é completamente transparente (...) aparece-lhes como uma realidade que lhes é dada, a qual, tal como a natureza, é opaca pelo menos em certos lugares.” (Berger & Luckmann, 2004: 85) – não aceitamos a realidade que nos foi legada. Não só porque não queremos, consciente ou inconscientemente, contribuir para “um programa científico de conhecimento, convertido em programa político de ação (...) que trata de criar as condições de realização e de funcionamento da teoria” (Bourdieu, 1998: 1-2), mas também porque, nessa mesma “realidade”, vemos sobretudo opacidade, exclusão e muito-menos-que transformação generativa, emancipatória e humanizante – quer dos sistemas sociais contemporâneos, quer das condições daqueles que os habitam.

Referências Bibliográficas

Abrantes, Pedro - Para uma teoria da socialização. *Sociologia*. Vol. 21. (2011). p. 121-139.

Adaman, Fikret & Devine, Pat - A Reconsideration of the Theory of Entrepreneurship: A participatory approach. *Review of Political Economy*. Vol. 14. n.º 3 (2002). p. 329-355.

Adorno, Theodor - Epistemologia y ciencias sociales. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

Agamben, Giorgio - The signature of all things: on method. New York: Zone Books, 2009.

Aldrich, Howard E. - The emergence of entrepreneurship as an academic field: A personal essay on institutional entrepreneurship. *Research Policy*. Vol. 41. n.º 7 (2012). p. 1240-1248.

Allman, D. - The Sociology of Social Inclusion. *SAGE Open*. Vol. 3. n.º 1 (2013). p. 1 - 16

Almeida, João & Pinto, José - Teoria e investigação empírica nas ciências sociais. *Análise Social*. Vol. 11. n.º 42/43 (1975). p. 365 - 445.

Almeida, Vasco - Capitalism, Institutional Complementarities and the Third Sector - The Private Institutions for Social Solidarity (IPSS) in Portugal. Barcelona: 2008.

Almeida, Vasco - Governação, Instituições e Terceiro Sector - As instituições particulares de solidariedade social Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

Alter, Kim - Social Entrepreneurship - New models of sustainable social change. Oxford: Oxford University Press, 2006. 10 - Social enterprise models and their mission and money relationships.

Althusser, Louis - Ideologia e aparelhos ideológicos de estado. Editorial Presença, 1970. 1 - Os aparelhos ideológicos de estado.

Alvord, Sarah; Brown, David & Letts, Christine - Social Entrepreneurship and Social Transformation: An Exploratory Study. Harvard University: The Hauser Center for Nonprofit Organizations and The Kennedy School of Government, 2002.

André, Isabel & Abreu, Alexandre - Dimensões e espaços da Inovação Social. *Finisterra*. Vol. 41. n.º 81 (2006). p. 121-141.

Andringa, Diana - Era uma vez um arrastão. 2005. Disponível em: <<https://dai.ly/x4px>>.

Anheier, Helmut - Managing non-profit organisations: Towards a new approach. London, UK: London School of Economics and Political Science, 2000.

Anheier, Helmut & Seibel, Wolfgang - The third sector: Nonprofit organizations in comparative and international perspectives. Berlin: DeGruyter, 1990.

Antonio, Robert - Immanent Critique as the Core of Critical Theory: Its Origins and Developments in Hegel, Marx and Contemporary Thought. *The British Journal of Sociology*. Vol. 32. n.º 3 (1981). p. 330-345.

Arato, Andrew - Civil Society and political theory in the work of Luhmann and beyond. *New German Critique*. n.º 61 (1994). p. 129–142.

Arato, Andrew & Gebhardt, Eike - The essential Frankfurt School reader. New York: Continuum, 1985.

Arbuthnot, Stephen & Horne, Suzanne - The Marketing Activities of UK Charities. *Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing*. Vol. 5. (1997). p. 63-79.

Archer, Margaret - Além do habitus - Teoria social pós-bourdiesiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016. 4 - Explicação e compreensão podem ser ligadas numa história única?

Archer, Margaret - Realist Social Theory. The Morphogenetic Approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Armstrong, Aurelia - Beyond resistance: A response to Zizek's critique of Foucault's subject of freedom. *Parrhesia: A Journal of Critical Philosophy*. n.º 5 (2008). p. 19-31.

Arnoldi, Jakob - Sense making as communication. *Soziale Systeme*. Vol. 16. n.º 1 (2010). p. 28-48.

Atkinson, Robert - The life story interview. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc., 1998.

Audretsch, David & Thurik, Roy - A Model of the Entrepreneurial Economy. *International Journal of Entrepreneurship Education*. Vol. 2. n.º 2 (2004). p. 143-166.

Austin, J., Leonard, H., Reficco, E. & Wei-Skillern, J. - The Accountable Corporation. London: Praeger, 2005. - Corporate Social Entrepreneurship: A New Vision for CSR

Austin, J., Leonard, H., Reficco, E. & Wei-Skillern, J. - Social Entrepreneurship - New models of sustainable social change. Oxford: Oxford University Press, 2006. 8 - Social Entrepreneurship: It is for corporations too.

Ávila, Lucas; Narros, Izabel; Madruga, Lúcia & Júnior, Vitor - Características das publicações sobre Empreendedorismo (Social) no Web of Science no período 2002-2011. *Administração Pública e Gestão Social*. Vol. 6. n.º 2 (2014). p. 88-100

Bachur, João - Distanciamento e crítica: limites e possibilidades da teoria de sistemas de Niklas Luhmann. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

Bacq, Sophie & Janssen, Frank - From social entrepreneurship as a practice to a legitimate field of research: literature review and classification. Bodo, Norway: Center for Research in Entrepreneurial Change & Innovative Strategies, 2008.

Bacq, Sophie; Hartog, Chantal & Hoogendoorn, Brigitte - Beyond the Moral Portrayal of Social Entrepreneurs: An Empirical Approach to Who They Are and What Drives Them. *Journal of Business Ethics*. n.º 133 (2016). p. 703–718.

Bailey, Kenneth - Sociology and the New Systems Theory: Toward a Theoretical Synthesis. New York: State University of New York Press, 1994.

Bakhtin, Mikhail - Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

Balabanis, G.; Stables, R. & Phillips, H. - Market orientation in the top 200 British charity organizations and its impact on their performance. *European Journal of Marketing*. n.º 31 (1997). p. 583-603.

- Balibar, Etienne - The Philosophy of Marx. London: Verso, 2007.
- Bandura, Albert - Social foundations of thought and action: A social cognitive theory. Englewood Cliffs, NJ: Prentice- Hall, 1986.
- Bandura, Albert - Six theories of child development. Greenwich, CT: JAI Press, 1989.
- 1 - Social cognitive theory.
- Bandura, Albert - Exercise of Human Agency Through Collective Efficacy. *Current Directions in Psychological Science*. Vol. 9. n.º 3 (2000). p. 75-78.
- Baraldi, Claudio & Corsi, Giancarlo - Niklas Luhmann Education as a Social System. London: Springer 2017. 2211-1921
- Barthélémy, Jean-Hugues - Gilbert Simondon: Being and Technology. Edinburgh University Press, 2012. - Glossary: Fifty Key Terms in the Works of Gilbert Simondon.
- Barthes, Roland - El análisis estructural. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1977. - Introducción al análisis estructural de los relatos.
- Bastos, Fernando - Arqueologia(s) do poder. Porto: Afrontamento, 2012.
- Bauman, Zygmunt - Por uma Sociologia Crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- Bauman, Zygmunt - Modernidade Líquida. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor Ltda., 2001.
- Bauman, Zygmunt - Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2003.
- Baumeister, Roy & Landau, Mark - Finding the Meaning of Meaning: Emerging Insights on Four Grand Questions. *Review of General Psychology*. Vol. 22. n.º 1 (2018). p. 1–10.
- Beistegui, Miguel de - Gilbert Simondon: Being and Technology. Edinburgh University Press, 2012. 10 - Science and Ontology: From Merleau-Ponty's 'Reduction' to Simondon's 'Transduction'.
- Bell, Daniel - Vers la société post-industrielle. Paris: Laffont, 1976.
- Berger, Peter & Luckmann, Thomas - A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- Bidet, Eric - Économie sociale, nouvelle économie sociale et sociologie économique. *Sociologie du travail*. Vol. 42. n.º 4 (2000). p. 587–599.
- Bies, Robert; Bartunek, Jean; Fort, Timothy & Zald, Mayer - Corporations as social change agents: Individual, interpersonal, institutional, and environmental dynamics. *Academy of Management Review*. Vol. 32. n.º 3 (2007). p. 788–793.
- Binkley, S. - Psychological life as enterprise: social practice and the government of neo-liberal interiority. *History of the Human Sciences*. Vol. 24. n.º 3 (2011). p. 83-102
- Block, Fred - Revising State Theory: Essays in Politics and Postindustrialism. Temple University Press, 1987.
- Bloom, Gordon - Social Entrepreneurship - New models of sustainable social change. Oxford: Oxford University Press, 2006. 13 - The social entrepreneurship collaboratory (SE Lab).

- Blue, J. - Ecopreneuring: Managing for results. London: Scott Foresman, 1990.
- Boltanski, Luc & Chiapello, Eve - The New Spirit of Capitalism. London: Verso, 2007.
- Bonous-Hammarth, Marguerite - Developing Social Change Agents: Leadership Development for the '90s and Beyond. *Concepts and connections*. Vol. 4. n.º 2 (1996).
- Borgaza, Carlo & Defourny, Jacques - The emergence of social enterprise. London: Routledge, 2001.
- Borgaza, Carlo; Galera, Giulia & Nogales, Rocío - Social Enterprise: A new model for poverty reduction and employment generation. UNDP Regional Bureau, 2008.
- Bornstein, David - Changing the world on a shoestring. *The Atlantic* (1998).
- Boschee, Jerr - Some nonprofits are not only thinking about the unthinkable, they're doing it – running a profit. *Across the board*. Vol. 3. (1995).
- Boschee, Jerr & McClurg, Jim - Towards a better understanding of social entrepreneurship: Some important distinctions. Social Enterprise Alliance, 2003.
- Boucher, Marie-Pier - Gilbert Simondon: Being and Technology. Edinburgh University Press, 2012. 6 - Infra-Psychic Individualization: Transductive Connections and the Genesis of Living Techniques.
- Bourdieu, Pierre - The specificity of the scientific field and the social conditions of the progress of reason. *Social Science Information*. Vol. 14. n.º 6 (1975). p. 19-47.
- Bourdieu, Pierre - Outline of a theory of practice. Cambridge University Press, 1977.
- Bourdieu, Pierre - Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- Bourdieu, Pierre - Raisons pratiques: sur la Théorie de l'action. Paris: Editions du seuil, 1994.
- Bourdieu, Pierre - La esencia del neoliberalismo. *Le Monde Diplomatique*. (1998).
- Bowden, Sean - Gilbert Simondon: Being and Technology. Edinburgh University Press, 2012. 9 - Gilles Deleuze, a Reader of Gilbert Simondon.
- Brandsen, Taco & Pestoff, Victor - Co-production, the third sector and the delivery of public services. *Public Management Review*. Vol. 8. n.º 4 (2006). p. 493-501.
- Braudel, Fernand - La historia y las ciencias sociales. Madrid: Alianza Editorial, 1970.
- Breines, Wini - The Great Refusal: Community and Organization in the New Left: 1962–1968. New York Praeger, 1982.
- Brenner, Neil - Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. *Environment and Planning D: Society and Space*. Vol. 16. n.º 4 (1998). p. 459-481.
- Brilliant, Eleanor - Private Charity and Public Inquiry, A History of the Filer and Peterson Commissions. Bloomington: Indiana University Press, 2000.
- Brinckerhoff, Peter - The Keys to Financial Empowerment for Your Organization. *Nonprofit World*. Vol. 13. n.º 4 (1995). p. 20-23.
- Brock, Debbi - Social Entrepreneurship Teaching Resources Handbook. Ashoka's Global Academy for Social Entrepreneurship, 2008a.

Brock, Debbi & Steiner, Susan - Social Entrepreneurship Education: Is it achieving the desired aims? San Antonio: 2008b.

Brohm, Jean-Marie - Les meutes sportives: Critique de la domination. Paris: Editions L'Harmattan, 1993.

Brown, Peter - The Complete Guide to Money-Making Ventures for Nonprofit Organizations. Washington D.C.: The Taft Group, 1986.

Bryant, Clifton & Peck, Dennis - The discipline of Sociology. London: Sage, 2006.

Bryman, Alan - Social Research Methods. New York: Oxford University Press Inc., 2012.

Burawoy, Michael - Critical Sociology: A dialogue between two sciences. *Contemporary Sociology*. Vol. 27. n.º 1 (1998a). p. 12-20.

Burawoy, Michael - The Extended Case Method. *Sociological Theory*. Vol. 16. n.º 1 (1998b). p. 4-33.

Burawoy, Michael - For Public Sociology. *American Sociological Review*. Vol. 70. (2005). p. 4-28.

Burke, P. - Identity Control Theory. London: John Wiley & Sons, Ltd. , 2016.

Burrell, Gibson & Dale, Karen - Utopiary: Utopias, gardens and organization. *The Sociological Review*. Vol. 50. n.º 1_Suppl (2002). p. 106-127.

Caetano, Ana - Registos do actor plural: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa. Porto: Edições Afrontamento, 2012. 1 - A análise da reflexividade individual no quadro de uma teoria disposicionalista.

Cafferata, Roberto - Nonprofit organizations, privatization and the mixed economy: A managerial economics perspective. *Annals of Public and Cooperative Economics*. Vol. 68. n.º 4 (1997). p. 665-688.

Caillé, Alain - Handbook on the Economics of Reciprocity and Social Enterprise. Edward Elgar Publishing, 2013. 3 - Anti-utilitarianism, economics and the gift-paradigm.

Calhoun, Greg - Handbook of Sociological Theory. New York: Springer, 2001. 11 - The Critical Dimension in Sociological Theory.

Canastra, Fernando - O perfil formativo-profissional do(a) educador(a) social - Uma experiência de investigação a partir do enfoque biográfico-narrativo. *Revista Iberoamericana de Educación*. Vol. 49. n.º 8 (2009). p. 1-10.

Caria, Telmo - Prática e Aprendizagem da Investigação Sociológica no Estudo Etnográfico numa Escola Básica 2.3. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 41 (1994). p. 35-62

Caria, Telmo - A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 55 (1999).

Carroll, Archie - The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility Oxford: Oxford University Press, 2008. 1 - A History of Corporate Social Responsibility: Concepts and Practices.

Carvalho, José - Gaston Bachelard e a renovação da episteme no século XX. Ensaios Filosóficos. Vol. 1. n.º 1 (2010).

Casaqui, Vander - Concepções e significados do empreendedorismo social no Brasil e em Portugal: crise, performance e bem comum. Covilhã: 2013.

Castel, Robert - Les Métamorphoses de la Question Sociale: Une Chronique du Saliariat. Paris: Fayard, 1995.

Castellani, Brian & Hafferty, Frederic - Sociology and Complexity Science. Berlin: Springer, 2009.

Castoriadis, Cornelius - The Imaginary Institution of Society. Paris: Éditions du Seui, 1975.

Catford, John - Social entrepreneurs are vital for health promotion – but they need supportive environments too. *Health Promotion International*. Vol. 13. n.º 2 (1998).

Cattani, Antonio; Laville, Jean-Louis; Gaiger, Luiz & Hespanha, Pedro - Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009.

Caulier-Grice; J. Davies; A. Patrick & Norman, W. - Social Innovation Overview: A deliverable of the project “The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe” (TEPSIE). Brussels: The Young Foundation & European Commission – 7th Framework Programme 2012.

Chang, Jane; Benamraoui, Abdelhafid & Rieple, Alison - Learning-by-doing as an approach to teaching social entrepreneurship. *Innovations in Education and Teaching International*. Vol. 51. n.º 5 (2013). p. 459-471.

Chase-Dunn, Christopher & Hall, Thomas - Rise and demise: Comparing world-systems. Colorado: Westview Press, 1997.

Chaves, Rafael - La economía social como enfoque metodológico, como objeto de estudio y como disciplina científica. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*. n.º 33 (1999). p. 24.

Chaves, Rafael & Monzón, Jose - Beyond the crisis: the social economy, prop of a new model of sustainable economic development. *Service Business*. Vol. 6. n.º 1 (2011). p. 5-26.

Chell, Elizabeth - The Entrepreneurial Personality: A Social Construction. New York: Routledge, 2008.

Chen, P.; Ellsworth, P. & Schwarz, N. - Finding a Fit or Developing It: Implicit Theories About Achieving Passion for Work. *Personality and Social Psychology Bulletin*. Vol. 41. n.º 10 (2015). p. 1411-1424.

Chiapello, Eve & Fairclough, Norman - Understanding the new management ideology. A transdisciplinary contribution from Critical Discourse Analysis and New Sociology of Capitalism. *Discourse & Society*. Vol. 13. n.º 2 (2002). p. 185–208.

Cho, Albert - Social Entrepreneurship. New York: Palgrave MacMillan, 2006. 4 - Politics, values and social entrepreneurship: A critical appraisal.

Choi, Nia & Majumdar, Satyajit - Social entrepreneurship as an essentially contested concept: Opening a new avenue for systematic future research. *Journal of Business Venturing*. (2013).

Christie, Michael & Honig, Benson - Social entrepreneurship: New research findings. *Journal of World Business*. Vol. 41. n.º 1 (2006). p. 1-5.

Clandinin, D. & Connelly, F. - Narrative inquiry: Experience and story in qualitative research. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

Clark, Thomas & Stewart, Julie - Teaching social entrepreneurship: Arts management with a community engaged perspective. *Journal of Entrepreneurship Education*. Vol. 15. (2012). p. 1-18.

Coelho, André - Investigações Kantianas II - Novas Vozes. Florianópolis Nefipo, 2013. 4 - A Filosofia da História de Kant à Luz da Teoria Crítica.

Coelho, Sandra - Registos do actor plural: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa. Porto: Edições Afrontamento, 2012. 4 - A organização e os seus agentes: análise das trajetórias biográficas de voluntários de uma associação de Comércio Justo.

Cohen, J. & Uphoff, N. - Participation's place in rural development: Seeking clarity through specificity. *World Development*. Vol. 8. (1980). p. 213-235.

Cohen, Jean - Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements *Social Research* Vol. 52. n.º 4 (1985). p. 663-716.

Coimbra, Susana - Estudo diferencial de auto-eficácia e resiliência na antecipação da vida adulta. Porto: Universidade do Porto, 2008.

Commission, European - EaSI New EU umbrella programme for employment and social policy. Luxembourg: European Commission, 2013.

Commission, European - A recipe book for social finance. Second edition: A practical guide on designing and implementing initiatives to develop social finance instruments and markets. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2019.

Cook, Beth; Dodds, Chris & Mitchell, William - Social entrepreneurship: False premises and dangerous forebodings. *Australian Journal of Social Issues*. Vol. 38. n.º 1 (2003).

Cordero, R.; Mascareño, A. & Chernilo, D. - On the Reflexivity of Crises: Lessons from Critical Theory and Systems Theory. *European Journal of Social Theory*. (2016). p. 1-20.

Correia, João - A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

Correia, João - O pensamento de Niklas Luhmann. Universidade da Beira - Ta Pragmata, 2005. - Entre o sistema e o mundo da vida: um lugar para a estranheza na análise sistémica do jornalismo.

Cox, Robert - Civil Society at the Turn of the Millenium: Prospects for an Alternative World Order. *Review of international studies*. Vol. 25. n.º 1 (1999). p. 3-28.

Crampton, Jeremy & Elden, Stuart - Space, knowledge and Power: Foucault and geography. Aldershot: Ashgate, 2007.

Creswell, John - Research Design - Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches. 3rd. Thousand Oaks: Sage, 2009.

da Costa, António Firmino - Identidades culturais urbanas em época de globalização *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17. n.º 48 (2002). p. 15-30.

Dacin, M. Tina; Dacin, Peter A. & Tracey, Paul - Social Entrepreneurship: A Critique and Future Directions. *Organization Science*. Vol. 22. n.º 5 (2011). p. 1203-1213.

Dalglish, Bregham - Critical History: Foucault after Kant and Nietzsche. *Parrhesia*. n.º 18 (2013). p. 68-84.

Damásio, António - O sentimento de si - corpo, emoção, consciência. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2013.

Danermark, Berth; Ekstrom, Mats; Jakobsen, Liselotte & Karlson, Jan - Explaining Society: Critical Realism in the Social Sciences. London: Routledge, 2001.

Dart, Raymond - Being “Business-Like” in a Nonprofit Organization: A Grounded and Inductive Typology. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. Vol. 33. n.º 2 (2004a). p. 290-310.

Dart, Raymond - The Legitimacy of Social Enterprise. *Nonprofit Management & Leadership*. Vol. 14. n.º 4 (2004b). p. 411-424.

Davidsson, Per - Researching Entrepreneurship. Boston: Springer, 2004.

De Boever, Arne; Murray, Alex; Roffe, Jon & Woodward, Ashley - Gilbert Simondon: Being and Technology. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012.

de Oliveira, Patrícia - Narrativas identitárias e construções subjetivas: Considerações teóricas e análise empírica de identificações entre jovens das classes populares. *Civitas*. Vol. 11. n.º 1 (2011). p. 156-171.

Dees, Gregory - The Meaning of “Social Entrepreneurship”. The Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership, 1998. Disponível em: <http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf>.

Dees, Gregory & Anderson, Beth - Enterprising Social Innovation: Focusing Research on the Most Intriguing Form of Social Entrepreneurship. (2006). Disponível em: <https://centers.fuqua.duke.edu/case/wp-content/uploads/sites/7/2015/02/Article_Deese_EnterprisingSocialInnovationFocusingResearchontheMostIntriguingFormofSocialEntrepreneurship_2006.pdf>.

Dees, Gregory & Anderson, Beth - Social Entrepreneurship - New models of sustainable social change. Oxford: Oxford University Press, 2006a. 7 - Rhetoric, reality, and research: building a solid foundation for the practice of social entrepreneurship.

Dees, Gregory & Anderson, Beth - Framing a Theory of Social Entrepreneurship: Building on Two Schools of Practice and Thought. *ARNOVA Occasional Paper Series*. Vol. 1. n.º 3 (2006b). p. 39-66.

Dees, J. Gregory - A Tale of Two Cultures: Charity, Problem Solving, and the Future of Social Entrepreneurship. *Journal of Business Ethics*. Vol. 111. n.º 3 (2012). p. 321-334.

Dees, J. Gregory; Anderson, Beth & Wei-Skillern, Jane - Scaling Social Impact. *Stanford Social Innovation Review* Vol. 1. n.º 4 (2004). p. 24-32.

Defourny, Jacques & Develtere, Patrick - L'économie sociale au Nord et au Sud. Brussels: De Boeck, 1999. - The Social Economy: The worldwide making of a third sector.

Defourny, Jacques & Nyssens, Marthe - Social enterprise in Europe: At the crossroads of market, public policies and third sector. *Policy and Society*. Vol. 29. n.º 3 (2010a). p. 231-242.

Defourny, Jacques & Nyssens, Marthe - Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences. *Journal of Social Entrepreneurship*. Vol. 1. n.º 1 (2010b). p. 32-53.

Deleuze, Gilles - Michel Foucault Philosopher. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1992. 3 - What is a dispositif?

della Porta, Donatella & Keating, Michael - Approaches and Methodologies in the Social Sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Demoustier, Danièle & Rousseliere, Damien - Social Economy as Social Science and Practice: Historical Perspectives on France *Cahier de Recherche - Laboratoire d'Economie de la Production et de l'Intégration Internationale*. n.º 6 (2004). p. 1-26.

Denzin, Norman & Lincoln, Yvonna - The Sage Handbook of Qualitative Research 3rd. Thousand Oaks: Sage, 2005.

Dey, Pascal - Social entrepreneurship and the 'New Spirit of the Third Sector'. Durham: Fuqua School of Business, Duke University, 2011.

Dey, Pascal - Social entrepreneurship and enterprise: Concepts in context. Melbourne: Tilde University Press, 2013. 5 - Governing the social through 'social entrepreneurship': A Foucauldian view of 'the art of governing' in advanced liberalism.

Dey, Pascal & Steyart, Chris - The politics of narrating social entrepreneurship. *Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy*. Vol. 4. n.º 1 (2010). p. 85-108.

Dey, Pascal & Steyart, Chris - Rethinking the Space of Ethics in Social Entrepreneurship: Power, Subjectivity, and Practices of Freedom. *Journal of Business Ethics*. (2014).

Dey, Pascal & Teasdale, Simon - The tactical mimicry of social enterprise strategies: Acting 'as if' in the everyday life of third sector organizations. *Organization*. (2015). p. 1-20.

DiMaggio, Paul & Powell, Walter - The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*. Vol. 48. n.º 2 (1983). p. 147-160.

Dowling, J. & Pfeffer, J. - Organizational Legitimacy: Social Values and Organizational Behavior. *Pacific Sociological Review*. Vol. 18. n.º 1 (1975). p. 122-136.

Drayton, Bill - Everyone a Changemaker: Social Entrepreneurship's Ultimate Goal. MIT Press, 2006.

Drayton, William - The Citizen Sector: Becoming as entrepreneurial and competitive as business. *California Management Review*. Vol. 44. n.º 3 (2002). p. 120-132.

- Drucker, Peter - What Business Can Learn from Nonprofits. *Harvard Business Review*. (1989). p. 88-93.
- Drucker, Peter - Managing the non-profit organization. New York: Routledge, 1990.
- Dubar, Claude - *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.
- Dubet, François - Le déclin de l'institution. Paris: Le Seuil, 2002.
- Dufays, Frédéric & Huybrechts, Benjamin - *On the way to the hybrid organization? When worlds collide through collective entrepreneurship*. Liège: 2013.
- Dussel, Enrique - The invention of the Americas. New York: Continuum, 1995.
- Dussel, Enrique - Ética de la liberación. Madrid: Editorial Trotta, 1998.
- Ehrenberg, Alain - Le culte de la performance. Paris: Calmann-Lévy, 1991.
- Eikenberry, Angela & Kluver, Jodie - The Marketization of the Nonprofit Sector: Civil Society at risk? *Public Administration Review*. Vol. 64. n.º 2 (2004). p. 132-140.
- Elias, Norbert - Sociologia do Conhecimento: Novas perspectivas. *Sociedade e Estado*. Vol. 23. n.º 3 (2008). p. 515-554.
- Elliot, Andrew & Dweck, Carol - Handbook of competence and motivation. New York: The Guilford Press, 2005.
- Elmes, Michael; Justo, Scott; Whiteman, Gail; Hersh, Robert & Guthey, Greig - Teaching Social Entrepreneurship and Innovation From the Perspective of Place and Place Making. *Academy of Management Learning & Education*. Vol. 11. n.º 4 (2012). p. 533-554.
- Emerson, J.; Wachowicz, J. & Chun, S. - *Social Return on Investment: Exploring aspects of value creation in the nonprofit sector* Roberts Enterprise Development Fund, 2000.
- Emerson, Jed - The Blended Value Proposition: Integrating Social and Financial Returns. *California Management Review*. Vol. 45. n.º 4 (2003).
- Emerson, Jed & Twersky, Fay - *New social entrepreneurs: The success, challenge and lessons of nonprofit enterprise creation*. San Francisco, CA: Roberts Foundation, 1996.
- Esteves, João - O pensamento de Niklas Luhmann. Covilhã: Lusosofia, 2005. - Legitimação pelo procedimento e deslegitimação da opinião pública.
- Estivill, J.; Bernier, A. & Valadou, C. - Las Empresas Sociales en Europa. Barcelona: Comisión Europea DG V, 1997.
- Etzioni, Amitai - The untapped potential of the "Third Sector". *Business and Society Review*. Vol. 1. n.º 61 (1972). p. 39-44.
- Evans, Mitchell & Shields, John - *Neoliberal Restructuring and the Third Sector: Reshaping Governance, Civil Society and Local Relations*. *Ryerson University Working Papers*. n.º 13 (2000).
- Evers, Adalbert - Balancing Pluralism. New Welfare Mixes in Care for the Elderly. Aldershot: Avebury, 1993. 2 - The welfare mix approach. Understanding the pluralism of welfare systems.

Evers, Adalbert - Part of the welfare mix: The third sector as an intermediate area. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations* Vol. 6. (1995). p. 159–182.

Evers, Adalbert - Les dimensions sociopolitiques du tiers secteur: Les contributions théoriques européennes sur la protection sociale et l'économie plurielles. *Sociologie du travail*. Vol. 42. n.º 4 (2000). p. 567-585.

Fairbairn, Brett - The Meaning Of Rochdale: The Rochdale Pioneers And The Co-Operative Principles. *University of Saskatchewan, Centre for the Study of Co-operatives - Occasional papers*. Vol. 31778. (1994).

Fairclough, Norman - Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language. New York: Longman Publishing, 1995.

Fallon, Robert - Not-for-profit not equal to no profit: profitability planning in not-for-profit organizations. *Health Care Management Review*. Vol. 16. n.º 3 (1991). p. 47-61.

Fernandes, António - A Sociologia e a Modernidade. Lisboa: 1992.

Fernandes, Cristina & Castro, Paula - Guia Prático para Associações sem Fins Lucrativos. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 2005.

Fernandes, Maria - Organizações sem fins lucrativos e a sua gestão estratégica. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1991.

Ferreira, Sílvia - O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego do empresário social em Portugal. *Oficina do CES*. n.º 223 (2005).

Ferreira, Sílvia - A questão social e as alternativas da sociedade civil no contexto das novas formas de governação. *Ciências Sociais Unisinos*. Vol. 44. n.º 1 (2008). p. 28-38.

Ferreira, Sílvia - A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 84 (2009a). p. 169-192.

Ferreira, Sílvia - As (re)construções estratégicas da ideia de uma economia social. II Série. Le Monde diplomatique – edição portuguesa, 2009c.

Ferreira, Sílvia - As incubadoras sociais e a universidade: novas propostas para novos desafios. Coimbra: 2010.

Feyerabend, Paul - Philosophy. Warburton, Nigel, 2005. - How to defend society against science.

Filho, Genauto - Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas*. Vol. 7. n.º 1 (2007). p. 155-174

Firstenberg, P. - Managing for profit in the nonprofit world. . New York: The Foundation Center, 1986.

Fischer-Lescano, Andreas - Critical systems theory. *Philosophy & Social Criticism*. Vol. 38. n.º 1 (2012). p. 3–23.

Fisher, Mark - Capitalist Realism: Is there no alternative? Winchester, UK: Zero Books, 2009.

- Foucault, Michel - Power/Knowledge - Selected interviews and other writings 1972-1977. New York: Pantheon Books, 1980.
- Foucault, Michel - Nietzsche, la genealogía, la historia. Valencia: Pre-textos, 1988.
- Foucault, Michel - Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. *Bulletin de la Société française de philosophie*. Vol. 82. n.º 2 (1990). p. 35-63.
- Foucault, Michel - El orden del discurso. Buenos Aires: Tusquets Editores, 1992.
- Foucault, Michel - A arqueologia do saber Editora Forense Universitária, 2008a. 978-85-218-0344-7
- Foucault, Michel - Nascimento da Biopolítica - Curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- Fram, Eugene - Changing expectations for third sector executives. *Human Resource Management*. Vol. 19. n.º 3 (1980). p. 8-15.
- Franco, Raquel; Sokolowski, Wojciech; Hairel, Eileen & Salamon, Lester - O setor não lucrativo português numa perspetiva comparada. Porto: Johns Hopkins University, 2005.
- Freeman, C. & Soete, L. - The Economics of Industrial Innovation. London: Pinter, 1997.
- Freire, Paulo - Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Freitas, Maria & Estevens, Ana - Territórios resilientes, criativos e socialmente inovadores: desafios e paradoxos à transformação e mudança face a disrupções e processos com expressões difusas e diluídas no tempo. Porto, Portugal: 2012.
- Froelich, Karen - Diversification of Revenue Strategies: Evolving Resource Dependence in Nonprofit Organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. Vol. 28. n.º 3 (1999). p. 246-268.
- Fuchs, Christian - Structuration Theory and Self-Organization. *Systemic Practice and Action Research*. Vol. 16. n.º 2 (2003).
- Fuchs, Christian & Hofkirchner, Wolfgang - Autopoiesis in organization theory and practice. Bingley: Emerald, 2009. 6 - Autopoiesis and critical social systems theory.
- Gadamer, Hans-Georg - Truth and method. New York: Crossroad, 1989.
- Gamson, William - Commitment and agency in social movements. *Sociological Forum*. Vol. 6. n.º 1 (1991).
- Gangas, Spyros - The Palgrave Handbook of Critical Theory. New York: Palgrave Macmillan, 2017. 25 - Recognition, Social Systems and Critical Theory.
- Garrett, Paul - Examining the 'Conservative Revolution': Neoliberalism and Social Work Education. *Social Work Education*. Vol. 29. n.º 4 (2010). p. 340-355.
- Gassler, Robert - Nonprofit and Voluntary Sector Economics: A Critical Survey. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. Vol. 19. n.º 2 (1990).
- Germak, Andrew & Singh, Karun - Social Entrepreneurship: Changing the Way Social Workers Do Business. *Administration in Social Work*. Vol. 34. n.º 1 (2009). p. 79-95.

Giddens, Anthony - The constitution of society - outline of the theory of structuration. Cambridge: Polity Press, 1984.

Giddens, Anthony - As consequências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

Giddens, Anthony - Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura. Oeiras: Celta Editora, 2000.

Gide, Charles - Économie Sociale. Paris: Contant Laguerre, 1905.

Gomes, R.; Cerdeira, L.; Lopes, J. T.; Vaz, H.; Brites, R.; Cabrito, B.; Machado-Taylor, M.; Magalhães, D.; Patrocínio, T.; Peixoto, P.; Ganga, R. & Silva, S. - Retratos sociológicos: orientações gerais. Coleção Working Papers BRADRAMO (PTDC/IVC-PEC/5049/2012), 2014.

Gonçalves, Carlos - Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* Vol. 17. (2008). p. 177-223.

Grenier, Paola - Social Entrepreneurship - New models of sustainable social change. Oxford: Oxford University Press, 2006. 6 - Social Entrepreneurship: Agency in a globalizing world.

Grosz, Elizabeth - Gilbert Simondon: Being and Technology. Edinburgh University Press, 2012. 3 - Identity and Individuation: Some Feminist Reflections.

Guba, Egon & Lincoln, Yvonna - Naturalistic Inquiry London: SAGE Publications, 1985.

Guclu, Ayse; Dees, Gregory & Anderson, Beth - The Process of Social Entrepreneurship: Creating Opportunities Worthy of Serious Pursuit. Center for the Advancement of Social Entrepreneurship, 2002.

Guibentif, Pierre - O Pensamento de Niklas Luhmann. Covilhã: Lusosofia, 2005. - O direito na obra de Niklas Luhmann. Etapas de uma evolução teórica.

Gundlach, Michael & Zivnuska, Suzanne - An Experiential Learning Approach To Teaching Social Entrepreneurship. Triple Bottom Line, And Sustainability: Modifying And Extending Practical Organizational Behavior Education (PROBE). *American Journal of Business Education* Vol. 3. n.º 1 (2010). p. 19-28.

Habermas, Jürgen - Técnica e ciência como ideologia. Lisboa: Edições 70, 1987.

Habermas, Jürgen - Problemas de legitimación en el capitalismo tardío. Madrid: Ediciones Cátedra, S. A., 1999.

Habermas, Jürgen - O Discurso Filosófico da Modernidade: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Hall, Jeremy; Daneke, Greg & Lenox, Michael - Sustainable development and entrepreneurship: Past contributions and future directions. *Journal of Business Venturing*. Vol. 25. n.º 5 (2010). p. 439-448.

Hall, Peter - The Nonprofit Sector. 2. New Haven: Yale University Press, 2006. 2 - A Historical Overview of Philanthropy, Voluntary Associations, and Nonprofit Organizations in the United States, 1600–2000.

Hall, Robert - The Unemployment Explosion of the 1970s. *Unpublished*. (1978). Disponível em: <https://web.stanford.edu/~rehall/Unemployment%20Explosion%201978>>.

Halsall, Francis - Niklas Luhmann and the Body: Irritating Social Systems. *The new bioethics*. Vol. 18. n.º 1 (2012). p. 4–20.

Hamann, Trent - Neoliberalism, Governmentality, and Ethics. *Foucault Studies*. n.º 6 (2009). p. 37-59.

Han, Byung-Chul - Psicopolítica. Barcelona: Herder, 2014.

Hansmann, Henry - The role of nonprofit enterprise. *The Yale Law Journal*. Vol. 89. n.º 5 (1980).

Harding, Rebecca - Understanding social entrepreneurship. *Industry & Higher Education*. Vol. 21. n.º 1 (2007). p. 73-84.

Harvey, David - Spaces of Capital. New York: Routledge, 2001.

Harvey, David - O enigma do capital Boitempo Editorial, 2011.

Harvey, David - Seventeen Contradictions and The End of Capitalism. London: Profile Books, 2014.

Hatten, Mary - Strategic Management in Not-For-Profit Organizations *Strategic Management Journal* Vol. 3. n.º 2 (1982). p. 89-104.

Hemingway, Christine - Personal Values as a Catalyst for Corporate Social Entrepreneurship. *Journal of Business Ethics*. Vol. 60. n.º 3 (2005). p. 233-249.

Hensmans, Manuel - Social Movement Organizations: A Metaphor for Strategic Actors in Institutional Fields. *Organization Studies*. Vol. 24. n.º 3 (2003). p. 355–381.

Henton, Douglas; Melville, John & Walesh, Kimberly - The age of the civic entrepreneur: Restoring civil society and building economic community. *National Civic Review*. Vol. 86. n.º 2 (1997). p. 149-156.

Hernes, Tor - Understanding Organization as Process. New York: Routledge, 2008.

Hillenkamp, Isabelle; Lapeyre, Frédéric & Lemaître, Andreia - Solidarity Economy as Part of Popular Security Enhancing Practices: A Neo-Polanyian Conceptual Framework. Geneva, Switzerland: 2013.

Hillman, Amy J.; Withers, Michael C. & Collins, Brian J. - Resource Dependence Theory: A Review. *Journal of Management*. Vol. 35. n.º 6 (2009). p. 1404-1427. 0149-2063

Himmelfarb, G. - Poverty and compassion: The moral imagination of the late Victorians. New York: Alfred A. Knopf, Inc., 1991.

Hobsbawm, Eric - Age of extremes: The short twentieth century (1914-1991). London: Abacus, 1995a.

Hobsbawm, Eric - Age Of Capital (1848 -1875). London: Abacus, 1995b.

Hogg, Michael - Contemporary social psychological theories. Stanford: Stanford University Press, 2006. 5 - Social Identity Theory.

Hokyu, Hwang & Powell, Walter - The Rationalization of Charity: The Influences of Professionalism in the Nonprofit Sector. *Administrative Science Quarterly*. n.º 54 (2009). p. 268–298

Honneth, Axel - The Critique of Power: Reflective Stages in a Critical Social Theory. Boston: The MIT Press, 1993.

Honneth, Axel - Organized Self-Realization: Some Paradoxes of Individualization. *European Journal of Social Theory*. Vol. 7. n.º 4 (2004). p. 463–478.

Honneth, Axel - Reification: A Recognition-Theoretical View. University of California, Berkeley: 2005.

Hoogendoorn, Brigitte - Social Entrepreneurship in the Modern Economy. Rotterdam: Erasmus University Rotterdam, 2011.

Hoogendoorn, Brigitte; Pennings, Enrico & Thurik, Roy - What Do We Know about Social Entrepreneurship? An Analysis of Empirical Research. *International Review of Entrepreneurship*. Vol. 8. n.º 2 (2010). p. 1-42.

Hook, Derek - Discourse, knowledge, materiality, history : Foucault and discourse analysis *Theory & Psychology*. Vol. 11. n.º 4 (2001). p. 521-547.

Horkheimer, Max - Between Philosophy and Social Science. Cambridge: MIT Press, 1993. 9780262082211

Horkheimer, Max & Adorno, Theodor - Dialéctica del Iluminismo Escuela de Filosofía Universidad ARCIS, 1944/2004.

Howaldt, J., Butzin, A., Domanski, D., & Kaletka, C. - Theoretical Approaches to Social Innovation - A Critical Literature Review. A deliverable of the project: ‘Social Innovation: Driving Force of Social Change’ (SI-DRIVE). Dortmund: Sozialforschungsstelle, 2014.

Howaldt, Jürgen & Schwarz, Michael - Social Innovation: Concepts, research fields and international trends. Dortmund: 2010.

Hughes, Mark - Bookshelf. *The Philanthropist*. Vol. 7. n.º 4 (1988). p. 61-65.

Ilie, Elisabeta & During, Roel - An analysis of social innovation discourses in Europe - This is how we do it! Wageningen: Alterra - Transition processes, Institutions, Management and Policy Programme, 2012.

Inglehart, Ronald - Post-Materialism in an Environment of Insecurity. *American Political Science Review*. Vol. 75. n.º 4 (1981). p. 880-900.

Innerarity, Daniel - Order and disorder: Poetics of exception. *Telos*. Vol. 171. (2015). p. 175-188

Iturra, Raul - O processo educativo: Ensino ou aprendizagem? *Revista Educação, Sociedade & Culturas*. Vol. 1. n.º 1 (1994).

Jaeggi, Rahel - What is a (good) institution? Universiteit van Amsterdam: 2012.

Jaeggi, Rahel - Reconhecimento e subjugação: da relação entre teorias positivas e negativas da intersubjetividade. *Sociologias*. Vol. 15. n.º 33 (2013). p. 120-140.

Jaeggi, Rahel - What (if Anything) Is Wrong with Capitalism? Dysfunctional, Exploitation and Alienation: Three Approaches to the Critique of Capitalism. *The Southern Journal of Philosophy*. Vol. 54. n.º S1 (2015).

Jameson, Fredric - Pós-modernismo, ou a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

Jarvis, Owen & Marvel, Ruth - When Bees meet Trees - How large social sector organisations can help to scale social innovation. London: Clore Social Leadership Programme, 2013.

Jessop, Bob - Der Staat der bürgerlichen Gesellschaft. zum Staatsverständnis von Karl Marx. Baden-Baden: Nomos, 2008. 5 - The relevance of Luhmann's systems theory and of Laclau and Mouffe's discourse analysis to the elaboration of Marx's state theory.

Johnson, Sherril - Literature Review Of Social Entrepreneurship. Alberta: Canadian Centre for Social Entrepreneurship, 2000.

Jones, Angela; Warner, Beth & Kiser, Pamela - Social Entrepreneurship: The "New Kid" on the University Block. *Planning for Higher Education Journal*. Vol. 38. n.º 4 (2010).

Kant, Immanuel - Resposta à pergunta: "O que é o Iluminismo?" *Lusosofia*, 1784/2003.

Kaplan, Robert - Strategic Performance Measurement and Management in Nonprofit Organizations. *Nonprofit Management & Leadership*. Vol. 11. n.º 3 (2001). p. 353-370.

Katsiaficas, George - The Imagination of the New Left: A Global Analysis of 1968. Michigan: South End Press, 1987.

Kelly, Mark - The Political Philosophy of Michel Foucault. New York: Routledge, 2010. 4 - Subjectivity.

Kendall, Gavin - What Is Critical Discourse Analysis? Ruth Wodak in Conversation With Gavin Kendall. *Forum Qualitative Social Research*. Vol. 8. n.º 2 (2007).

Kerlin, Janelle - Social Enterprise in the United States and Europe: Understanding and Learning from the Differences. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*. Vol. 17. n.º 3 (2006). p. 246-262.

Kerlin, Janelle - A Comparative Analysis of the Global Emergence of Social Enterprise. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*. Vol. 21. n.º 2 (2010). p. 162-179.

Keucheyan, Razmig - The left hemisphere. London: Verso, 2013.

Kickul, J.; Janssen-Selvadurai, C. & Griffiths, M. - A Blended Value Framework for Educating the Next Cadre of Social Entrepreneurs. *Academy of Management Learning & Education*. Vol. 11. n.º 3 (2012). p. 479-493.

Kindleberger, Charles & Aliber, Robert - Manias, Panics, and Crashes. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2005.

King, Michael & Thornhill, Chris - Niklas Luhmann's Theory of Politics and Law. London: Palgrave Macmillan, 2003. 1 - Luhmann's Social Theory.

Kitchener, Martin - Mobilizing the Logic of Managerialism in Professional Fields: The Case of Academic Health Centre Mergers. *Organization Studies*. Vol. 23. n.º 3 (2002). p. 391-420.

Knight, F. - Risk, Uncertainty and Profit New York: Houghton Mifflin, 1921.

Koteles, Brittany & Tobin, Tommy - Changemaking 101 - A student guide to social entrepreneurship. Ashoka U & The Sullivan Foundation, 2012.

Krtolica, Igor - Gilbert Simondon: Being and Technology. Edinburgh University Press, 2012. 5 - The Question of Anxiety in Gilbert Simondon.

Kummitha, Rama & Majumdar, Satyajit - Dynamic curriculum development on social entrepreneurship – A case study of TISS. *The International Journal of Management Education*. Vol. 13. n.º 3 (2015). p. 260-267.

Kwong, Caleb; Thompson, Piers & Cheung, Cherry - The Effectiveness of Social Business Plan Competitions in Developing Social and Civic Awareness and Participation. *Academy of Management Learning & Education*. Vol. 11. n.º 3 (2012). p. 324-348.

Laclau, E. & Mouffe, C. - Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics. London: Verso, 1985.

Lahire, Bernard - Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*. Vol. 49. (2005). p. 11-42.

Laine, Jussi - Debating Civil Society: Contested Conceptualizations and Development Trajectories. *International Journal of Not-for-Profit Law*. Vol. 16. n.º 1 (2014).

Lakatos, Imre - Criticism and the Methodology of Scientific Research Programmes. *Proceedings of the Aristotelian Society*. Vol. 69. (1968). p. 149-186.

Landström, Hans; Harirchi, Gouya & Åström, Fredrik - Entrepreneurship: Exploring the knowledge base. *Research Policy*. Vol. 41. n.º 7 (2012). p. 1154-1181. 00487333

Lash, Scott - Crítica da informação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 54 (1999). p. 13-30.

Laville, Jean-Louis - Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. *Revista Katálisis*. Vol. 11. n.º 1 (2008). p. 20-42.

Laville, Jean-Louis - A economia solidária: Um movimento internacional. (2009).

Lawrence, T.; Phillips, N. & Tracey, P. - From the Guest Editors: Educating Social Entrepreneurs and Social Innovators. *Academy of Management Learning & Education*. Vol. 11. n.º 3 (2012). p. 319-323.

Leadbeater, Charles - The rise of the social entrepreneur. London: Demos, 1997.

Leadbeater, Charles - Social enterprise and social innovation: Strategies for the next ten years. London: Office of the Third Sector, 2007.

Leaman, Michelle; Frizer, Lani; Brock, Debbi; Krampetz, Erin & Leu, Jane - Campus Starter Kit for Faculty and Staff. Ashoka U, 2012.

Leão, Inês - Individação, técnica e desejo: oportunidades e riscos a partir de um ponto de vista da Psicologia Crítica. . Porto: Universidade do Porto, 2011.

Lechat, Noelle - Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 2. n.º 1 (2002).

Lee, Daniel - The Society of Society: The Grand Finale of Niklas Luhmann. *Sociological Theory*. Vol. 18. n.º 2 (2000). p. 320-330.

Leeson, Robert - The eclipse of Keynesianism: The political economy of the Chicago counter revolution. New York: Palgrave MacMillan, 2000. - The Chicago Counter-Revolution and the Sociology of Economic Knowledge.

Lefebvre, Henri - The production of space. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LeGrand, Julian & Bartlett, Will - Quasi-Markets and Social Policy. London: MacMillan Press, 1993.

Letts, Christine; Ryan, William & Grossman, Allen - Virtuous Capital: What Foundations Can Learn from Venture Capitalists. Harvard Business School Publishing, 1997.

Lévi-Strauss, Claude - O olhar distanciado. Lisboa: Edições 70, 2010

Leydesdorff, Loet - A Sociological Theory of Communication: The Self-Organization of the Knowledge-Based Society. Universal Publishers, 2000. - The 'Post-Institutional' Perspective: Society as an emerging system with dynamically changing boundaries. Disponível em: <<http://www.leydesdorff.net/sozsys97/>>

Lianza, Sidney & Henriques, Flávio - A Economia Solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

Lifset, R. - The future of the nonprofit sector: Challenges, changes, and policy considerations. San Francisco: Jossey-Bass, 1989. - Cash cows or sacred cows: The politics of the commercialization movement. .

Liggio, Leonard - Charles Dunoyer and french classical liberalism. *Journal of libertarian studies*. Vol. 1. n.º 3 (1977). p. 153-178.

Lipovetsky, Gilles - A era do vazio. Lisboa: Relógio d' Água 1989.

Lopes, João Teixeira - Registos do actor plural: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa. Porto: Edições Afrontamento, 2012.

Luhmann, Niklas - The Future Cannot Begin: Temporal Structures in Modern Society. *Social Research*. Vol. 43. n.º 1 (1976). p. 130-152.

Luhmann, Niklas - The Theory of Social Systems and Its Epistemology: Reply to Danilo Zolo's Critical Comments. *Philosophy of the Social Sciences*. n.º 16 (1986). p. 129-134.

Luhmann, Niklas - Selforganization. Portrait of a scientific revolution. Dordrecht: Kluwer, 1991. - The cognitive program of constructivism and a reality that remains unknown.

Luhmann, Niklas - O pensamento de Niklas Luhmann. Universidade da Beira - Ta Pragmata, 2005a. - Iluminismo sociológico.

Luhmann, Niklas - O pensamento de Niklas Luhmann. Universidade da Beira - Ta Pragmata, 2005b. - Sociologia como teoria dos sistemas sociais.

Luhmann, Niklas - Theory of Society, Volume 1. Stanford, CA: Stanford University Press, 2012.

Luhmann, Niklas - Theory of Society, Volume 2. Stanford, CA: Stanford University Press, 2013.

Lukacs, Georgy - O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 6 - As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem.

Lundberg, Craig - Organization change in the third sector. *Public Administration Review*. Vol. 35. n.º 5 (1975). p. 472-477.

Lyman, V. A. Hodgkinson & R. W. - The future of the nonprofit sector: Challenges, changes, and policy considerations. San Francisco: Jossey-Bass, 1989.

Mair, Johanna - Handbook of Research on Social Entrepreneurship. Cheltenham: Edward Elgar, 2010. 2 - Social entrepreneurship: taking stock and looking ahead.

Mair, Johanna & Martí, Ignasi - Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. *Journal of World Business*. Vol. 41. n.º 1 (2006). p. 36-44.

Mair, Johanna & Noboa, Ernesto - Social entrepreneurship - how intentions to create a social enterprise get formed. *IESE Business School Working Papers*. (2003).

Mair, Johanna; Robinson, Jeffrey & Hockerts, Kai - Social Entrepreneurship New York: Palgrave Macmillan, 2006.

Marcos, Vanessa; Amador, Cláudia - Empreendedorismo Social em Portugal. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras, 2014. 7 - A gestão do voluntariado.

Marcuse, Herbert - One-dimensional man: Studies in the ideology of advanced industrial society. Boston: Beacon Press, 1991.

Markovits, Daniel - The Meritocracy Trap. New York: Penguin Books, 2019.

Marques, Rui - Esperança em Movimento. Porto: Porto Editora, 2009.

Martens, Wil - The Distinctions within Organizations: Luhmann from a Cultural Perspective. *Organization*. Vol. 13. n.º 1 (2006). p. 83-108.

Martin, Jeanette & Novicevic, Milorad - Social entrepreneurship among Kenyan farmers: A case example of acculturation challenges and program successes. *International Journal of Intercultural Relations*. Vol. 34. n.º 5 (2010). p. 482-492.

Martin, Roger & Osberg, Sally - Social Entrepreneurship: The Case for Definition. Stanford Social Innovation Review, 2007.

Massarsky, Cynthia & Beinhacker, Samantha - Enterprising nonprofits: Revenue generation in the nonprofit sector Yale School of Management & The Goldman Sachs Foundation, 2002.

Mateus, Samuel - O Indivíduo pensado como Forma de Individuação. *Estudos em Comunicação*. n.º 10 (2011). p. 93-106.

Mateus, Sandra - “As classificações classificam os classificadores?” - Notas sobre os processos de categorização na construção de conhecimento sobre os descendentes de imigrantes. CIES-IUL, 2013.

Maturana, Humberto & Varela, Francisco - Autopoiesis and cognition. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company, 1980.

Maurer, Kathrin - Communication and Language in Niklas Luhmann's Systems-Theory. *Pandaemonium germanicum* n.º 16 (2012). p. 1-21.

McClelland, D. - Need achievement and entrepreneurship: A longitudinal study. *Journal of Personality and Social Psychology*. n.º 1 (1965). p. 389-392.

McGill, Michael & Wooten, Leland - Management in the third sector. *Public Administration Review*. Vol. 35. n.º 5 (1975). p. 444-455.

McMurtry, John - Prometheus, Trojan Horse or Frankenstein? The Social and Solidarity Economy as Community Creation, Market Wedge, or State Monster. Geneva: 2013.

McNay, L. - Self as Enterprise: Dilemmas of Control and Resistance in Foucault's The Birth of Biopolitics. *Theory, Culture & Society*. Vol. 26. n.º 6 (2009). p. 55-77.

McQuillan, Colin - Philosophical archaeology in Kant, Foucault, and Agamben *Parrhesia: A Journal of Critical Philosophy*. Vol. 10. (2010). p. 39-49.

Mead, George - Mind, self, and society: from the standpoint of a social behaviorist. Chicago: The University of Chicago Press, 1992

Melo, Ana - Novos movimentos sociais e economia solidária: uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2007.

Melucci, Alberto - The Symbolic Challenge of Contemporary Movements. *Social Research* Vol. 52. n.º 4 (1985). p. 789-816.

Midgley, G. - Dealing with coercion: Critical systems heuristics and beyond. *Systems Practice*. n.º 10 (1997). p. 37-57.

Midgley, G., & Richardson, K - Systems thinking for community involvement in policy analysis. *Emergence: Complexity and Organization*. n.º 9 (2007). p. 167-183.

Miller, T.; Wesley, C. & Williams, D. - Educating the Minds of Caring Hearts: Comparing the Views of Practitioners and Educators on the Importance of Social Entrepreneurship Competencies. *Academy of Management Learning & Education*. Vol. 11. n.º 3 (2012). p. 349-370.

Mills, C. Wright - The Sociological Imagination. New York: Oxford University Press, 2000.

Mingers, John - Towards an appropriate social theory for applied systems thinking: critical theory and soft systems methodology. *Journal of applied systems analysis*. Vol. 7. n.º 5 (1980). p. 41-49.

Minhoto, Laurindo - Notes on Luhmann, Adorno, and the critique of neoliberalism. *Thesis Eleven*. Vol. 143. n.º 1 (2017). p. 56-69.

Mirabella, Roseanne & Young, Dennis - The development of education for social entrepreneurship and nonprofit management: Diverging or converging paths? *Nonprofit Management and Leadership*. Vol. 23. n.º 1 (2012). p. 43-57.

Montuori, Alfonso - On Complexity. Hampton Press, 2008. Foreword - Edgar Morin's Path of Complexity.

Moulaert, Frank & Ailenei, Oana - Social economy, third sector and solidarity relations: A conceptual synthesis from history to present. *Urban Studies*. Vol. 42. n.º 11 (2005). p. 2037-2054.

Mouzelis, Nicos - Social and System Integration: Lockwood, Habermas, Giddens. *Sociology*. Vol. 31. n.º 1 (1997). p. 111-119.

Mulgan, Geoff - Social Innovation - What it is, why it matters and how it can be accelerated. London: The Young Foundation, 2007.

Myrdal, Gunnar - Objectivity in Social Research. London: Pantheon Books, 1969.

Namorado, Rui - Cooperativismo — história e horizontes. (2007).

Newton, G. & Buda, C. - Profit Making for Nonprofit Agencies. Berkeley: Centre for Community Ventures, 1986.

Nicholls, Alex - Social Entrepreneurship - New models of sustainable social change. Oxford: Oxford University Press, 2006a. - Introduction.

Nicholls, Alex - 'We do good things, don't we?': 'Blended Value Accounting' in social entrepreneurship. *Accounting, Organizations and Society*. Vol. 34. n.º 6-7 (2009). p. 755-769.

Nicholls, Alex - The Legitimacy of Social Entrepreneurship: Reflexive Isomorphism in a Pre-Paradigmatic Field. *Entrepreneurship: Theory & Practice*. Vol. 34. n.º 4 (2010). p. 611-633.

Nicholls, Alex - Social Entrepreneurship - New models of sustainable social change. Oxford: Oxford University Press, 2006b.

Nicholls, Alex & Cho, Albert - Social Entrepreneurship: New Paradigms of Sustainable Social Change. Oxford: Oxford University Press, 2006. 5 - Social Entrepreneurship: The structuration of a Field.

Nicholls, Alex & Young, Rowena - Social Entrepreneurship: New Paradigms of Sustainable Social Change. Oxford: Oxford University Press, 2006. - Introduction: the Changing Landscape of Social Entrepreneurship.

Nunes, Cristina - O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. *Sociologia, Problemas e Práticas*. n.º 75 (2014). p. 131-147.

Nutt, Paul - A Strategic Planning Network for Non-profit Organizations. *Strategic Management Journal*. Vol. 5. (1984). p. 57-75.

Nyssens, Marthe - Les approches économiques du tiers secteur: Apports et limites des analyses anglo-saxonnes d'inspiration néo-classique. *Sociologie du travail*. n.º 42 (2000). p. 551-565.

O'Neill, John - The Disciplinary Society: From Weber to Foucault. *The British Journal of Sociology*. Vol. 37. n.º 1 (1986). p. 42-60.

O'Keefe, P.; Dweck, C. & Walton, G. - Implicit Theories of Interest: Finding Your Passion or Developing It? *Psychological Science*. Vol. 29. n.º 10 (2018). p. 1653-1664.

Oberfield, Alice & Dees, Gregory - Note on Starting a Nonprofit Venture. Harvard Business Review, 1991.

Ogude, James - Ubuntu and the Reconstitution of Community. Indiana: Indiana University Press, 2019.

Osberg, Sally - Social Entrepreneurship - New models of sustainable social change. Oxford: Oxford University Press, 2006. 14 - Wayfinding without a compass: Philanthropy's changing landscape and its implications for social entrepreneurs.

Oster, Sharon - Strategic Management for Nonprofit Organizations. New York: Oxford University Press, 1995.

Pache, A & Chowdhury, I. - Social Entrepreneurs as Institutionally Embedded Entrepreneurs: Toward a New Model of Social Entrepreneurship Education. *Academy of Management Learning & Education*. Vol. 11. n.º 3 (2012). p. 494-510.

Parente, Cristina - Empreendedorismo Social em Portugal. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras, 2014.

Parente, Cristina; Costa, Daniel & Diogo, Vera - Handbook de educação para o empreendedorismo no contexto português Lisboa: Universidade Católica, 2013. - Educação para o Empreendedorismo Social.

Parente, Cristina; Diogo, Vera & Costa, Daniel - Empreendedorismo Social em Portugal. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras, 2014. 13 - Educação para o empreendedorismo social.

Parente, Cristina; Marcos, Vanessa; Costa, Daniel & Amador, Cláudia - Representações sobre empreendedorismo social. *Cooperativismo e Economia Social*. Vol. 35. (2013). p. 37-65.

Parente, Cristina; Costa, Daniel; Santos, Mónica & Chaves, Rosário - Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. Lisboa: 2011.

Parente, Cristina; Marcos, Vanessa & Diogo, Vera - Empreendedorismo Social em Portugal. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras, 2014. 9 - Sobre inovação e empreendedorismo social.

Parente, Cristina; Santos, Mónica; Costa, Daniel; Marcos, Vanessa & Veloso, Luísa - Perspectives of Social Entrepreneurship in Portugal: Comparison and Contrast with International Theoretical Approaches. *International Review of Social Research*. Vol. 2. n.º 2 (2012). p. 113-134.

Parkinson, Caroline & Howorth, Carole - The language of social entrepreneurs. *Entrepreneurship & Regional Development*. Vol. 20. n.º 3 (2008). p. 285-309.

Pastakia, Astad - Grassroots Ecopreneurs: Change agents for a sustainable society. *Journal of organizational change management*. Vol. 11. n.º 2 (1998). p. 157-173.

Peck, Jamie - Keywords in Radical Geography: Antipode at 50. Oxford: Wiley, 2019. - Combination.

Peredo, Ana María; McLean, Murdith - Social entrepreneurship: A critical review of the concept. *Journal of World Business*. Vol. 41. n.º 1 (2006). p. 56-65.

Pestoff, Victor - Third Sector and Co-operative services - An alternative to privatization. *Journal of Consumer Policy*. Vol. 15. (1992). p. 21-45.

Phills, James; Deiglmeier, Kriss & Miller, Dale - Rediscovering Social Innovation. *Stanford Social Innovation Review*. n.º Fall (2008). p. 34-43.

Piketty, Thomas - O Capital no séc. XXI. Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2014.

Pinto, Carla - Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

Pinto, José Madureira; Pereira, Virgílio Borges - Pierre Bourdieu - A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

Pires, Rui - Árvores conceptuais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura. *Sociologia - Problemas e Práticas*. n.º 53 (2007). p. 11-50.

Plaskoff, J. - Building the Heart and the Mind: An Interview With Leading Social Entrepreneur Sarah Harris. *Academy of Management Learning & Education*. Vol. 11. n.º 3 (2012). p. 432-441.

Plehwe, Philip & Mirowski, Dieter - The Road from Mont Pèlerin. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Harvard: Harvard University Press, 2009.

Podence, Maria - A gestão nas organizações da economia social e sua importância local (o caso particular da obra social padre Miguel, em Bragança). Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2012.

Porter, M & Kramer, M - Strategy & Society: The Link between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility. *Harvard Business Review*. n.º 84 (2006). p. 78-85.

Portney, P - The (Not So) New Corporate Social Responsibility: An Empirical Perspective. *Review of Environmental Economics and Policy*. Vol. 2. n.º 2 (2008). p. 261-275.

Poulantzas, Nicos - The Capitalist State. *New Left Review* n.º 95 (1976). p. 63-83.

Poulantzas, Nicos - Classes in Contemporary Capitalism. London: Verso, 1978.

Powell, Walter - The nonprofit sector: a research handbook. Yale University Press, 1987.

Prahalad, C & Hammond, A. - Serving the World's Poor, Profitably. *Harvard Business Review*. n.º 80 (2002). p. 48-57.

Preston, A. - The Non-Profit Worker in a For-Profit World *Journal of Labour Economics*. Vol. 7. n.º 1 (1989). p. 438-63.

Prigogine, Ilya - Exploring complexity. *European Journal of Operational Research*. Vol. 30. (1987). p. 97-103.

Procacci, Giovanna - The Foucault Effect: Studies in Governmentality. Chicago: University of Chicago Press, 1991. - Social Economy and the Government of Poverty.

Quintão, Carlota - O Terceiro Sector e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar. *IS Working Papers*. Vol. 2. n.º 2 (2011). p. 1-18.

- Rabinow, Paul - The Foucault reader. New York: Pantheon Books, 1984.
- Ramos, Amílcar - Gestão estratégica de uma organização sem fins lucrativos. Porto: Universidade do Porto, 2004.
- Ramos, Maria - Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. *Laboreal*. Vol. 7. n.º 1 (2011). p. 81-104.
- Rawhouser, Hans; Cummings, Michael & Newbert, Scott - Social Impact Measurement: Current Approaches and Future Directions for Social Entrepreneurship Research. *Entrepreneurship Theory and Practice*. Vol. 43. n.º 1 (2019). p. 82-115.
- Rear, David & Jones, Alan - Discursive struggle and contested signifiers in the arenas of education policy and work skills in Japan. *Critical Policy Studies*. Vol. 7. n.º 4 (2013). p. 375 - 394.
- Reis, Tom - Unleashing the New Resources and Entrepreneurship for the Common Good: a Scan, Synthesis and Scenario for Action. Michigan: W.K. Kellogg Foundation, 1999.
- Reis, Tom & Clohesy, Stephanie - Unleashing new resources and entrepreneurship for the common good: A philanthropic renaissance. *New Directions for Philanthropic Fundraising*. n.º 32 (2001). p. 109-144.
- Rey-Martí, Andrea; Ribeiro-Soriano, Domingo & Palacios-Marqués, Daniel - A bibliometric analysis of social entrepreneurship. *Journal of Business Research*. Vol. 69. n.º 5 (2016). p. 1651-1655.
- Roberts, D. & Woods, C. - Changing the World on a Shoestring: The Concept of Social Entrepreneurship. *University of Auckland Business Review*. Vol. 7. n.º 1 (2005). p. 45-51.
- Rodger, John - ‘Regulating the Poor’: Observations on the ‘Structural Coupling’ of Welfare, Criminal Justice and the Voluntary Sector in a ‘Big Society’. *Social Policy & Administration* Vol. 46. n.º 4 (2012). p. 413–431.
- Rodrigues, Ricardo - Empresarialização: a lógica da gestão como modelo de organização da sociedade. *SOCIUS Working Papers*. n.º 7 (2010). p. 1-16.
- Roldão, Cristina - Regularidades e Emergência: Notas sobre a explicação sociológica a partir de uma pesquisa não extensiva. *CIES e-WORKING PAPER*. n.º 100 (2010). p. 1-16.
- Rosa, Gonçalo - O “arrastão” de Carcavelos como onda noticiosa. *Análise Social*. Vol. 46. n.º 198 (2011). p. 115-135.
- Rose-Ackerman, Susan - The Economics of Nonprofit Institutions. New York: Oxford University Press, 1986.
- Rose, Nikolas - Powers of Freedom: Reframing Political Thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- Roth, Steffen & Schütz, Anton - Ten Systems: Toward a Canon of Function Systems. *Cybernetics and Human Knowing*. Vol. 22. n.º 4 (2015). p. 11-31.
- Ruebottom, Trish - The microstructures of rhetorical strategy in social entrepreneurship: Building legitimacy through heroes and villains. *Journal of Business Venturing*. Vol. 28. n.º 1 (2013). p. 98-116.

Sagawa, Shirley & Segal, Eli - Common Interest, Common Good: Creating Value through Business and Social Sector Partnerships. *California Management Review*. Vol. 42. n.º 2 (2000). p. 105-122.

Sakurai, Masanari & Hashimoto, Satoru - Exploring the distinctive feature of social enterprise in Japan. Trento: 2009.

Salamon, Lester - Of Market Failure, Voluntary Failure, and Third-Party Government: Toward a Theory of Government-Nonprofit Relations in the Modern Welfare State. *Journal of Voluntary Action Research*. Vol. 16. n.º 1-2 (1987). p. 29-49.

Salamon, Lester & Abramson, Alan - The Federal Budget and the nonprofit sector. Washington D.C.: Urban Institute, 1982.

Salamon, Lester & Anheier, Helmut - The International Classification of Nonprofit Organizations: ICNPO-Revision 1, 1996. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1996a.

Salamon, Lester & Anheier, Helmut - Social origins of civil society - Explaining the nonprofit sector cross-nationally. The Johns Hopkins University Institute for Policy Studies, 1996b.

Salamon, Lester & Anheier, Helmut - Defining the nonprofit sector: A cross-national analysis. Manchester: Manchester University Press, 1997.

Salamon, Lester & Anheier, Helmut - Caring Sector or Caring Society? Discovering the Nonprofit Sector Cross-Nationally. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1994.

Salamon, Lester & Sokolowski, Wojciech - Beyond Nonprofits: Re-conceptualizing the Third Sector. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*. Vol. 27. n.º 4 (2016). p. 1515-1545.

Salamon, Lester; Sokolowski, Wojciech & List, Regina - Global Civil Society - an overview. Baltimore: The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, 2003.

Salamon, Lester; Sokolowski, Wojciech; Haddock, Megan & Tice, Helen - Portugal's nonprofit sector in comparative context. Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 2012.

Santos, Boaventura - A crítica da Razão Indolente - Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora, 2002a.

Santos, Boaventura - Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 6 (2002b). p. 237-280.

Santos, Boaventura - Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

Santos, Boaventura - A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 72 (2005). p. 7-44.

Santos, B. - Globalizations. Theory, Culture & Society. Vol. 23. n.º 2-3 (2006). p. 393-399.

Santos, Boaventura & Meneses, Maria - Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

Santos, Filipe - A Positive Theory of Social Entrepreneurship. *INSEAD Working Paper Series* n.º 23 (2009). p. 1-50.

Santos, José - O pensamento de Niklas Luhmann. Covilhã: Lusosofia, 2005a. I - Apresentação.

Santos, José - O pensamento de Niklas Luhmann. Covilhã: Lusosofia, 2005b. II - A complexidade do mundo.

Sarikaya, Muammer & Coşkun, Eda - A New Approach in Preschool Education: Social Entrepreneurship Education. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*. n.º 195 (2015). p. 888-894.

Sauvagnargues, Anne - Gilbert Simondon: Being and Technology. Edinburgh University Press, 2012. 4 - Crystals and Membranes: Individuation and Temporality.

Schaper, Michael - Making ecopreneurs - developing sustainable entrepreneurship. New York: Routledge, 2016.

Schoeneborn, Dennis - Organization as Communication: A Luhmannian Perspective. *Management Communication Quarterly*. Vol. 25. n.º 4 (2011). p. 663-689.

Schutz, A. - Collected Papers I. The Problem of Social Reality. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1982.

Scott, John - Social Theory. London: Sage, 2006. - Contemporary Critical Theory.

Sebadelhe, Paula - A Gestão nas Organizações Sem Fins Lucrativos: O Caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

Seelos, Christian & Mair, Johanna - Social entrepreneurship: the contribution of individual entrepreneurs to sustainable development *IESE Business School Working Papers*. n.º 553 (2004). p. 1-17.

Seelos, Christian & Mair, Johanna - Social entrepreneurship: Creating new business models to serve the poor. *Business Horizons*. Vol. 48. n.º 3 (2005). p. 241-246.

Seidl, D & Becker, K - Directions in Organization Studies. Los Angeles: 2010. 3 - Organizations as Distinction Generating and Processing Systems: Niklas Luhmann's Contribution to Organization Studies.

Seidl, David & Helge Becker, Kai - Niklas Luhmann and Organization Studies. Copenhagen: CBS Press, 2013.

Seidl, David & Mormann, H - Oxford Handbook of Sociology, Social Theory and Organization Studies: Contemporary Currents. Oxford: Oxford University Press, 2015. 1 - Niklas Luhmann as organization theorist.

Sennett, Richard - A Cultura Do Novo Capitalismo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

Sepulveda, Leandro - Outsider, missing link or panacea? Some reflections about the place of social enterprise (with)in and in relation to the Third Sector. *Third Sector Research Centre - Working Papers*. n.º 15 (2009).

Serrano Pascual, A. & Magnusson, L. - Reshaping Welfare States and Activation Regimes in Europe. Bern: Peter Lang 2007.

Setton, Maria - Marcel Mauss e Norbert Elias: Notas para uma aproximação epistemológica *Educação Social*. Vol. 34. n.º 122 (2013). p. 195-210.

Short, Jeremy; Moss, Todd & Lumpkin, G. - Research in social entrepreneurship: past contributions and future opportunities. *Strategic Entrepreneurship Journal*. Vol. 3. n.º 2 (2009). p. 161-194.

Silby, D. - Social venture capital: sowing the seeds of a sustainable future. . *Journal of Investing*. Vol. 6. n.º 4 (1997). p. 108–111.

Simondon, Gilbert - L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information. Paris: Édition Jérôme Millon, 2005/1958. - Introduction..

Skloot, Edward - Should not-for-profits go into business? *Harvard Business Review*. Vol. 61. n.º 1 (1983). p. 20-26.

Skloot, Edward - Evolution or Extinction: A Strategy for Nonprofits in the Marketplace. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. Vol. 29. n.º 2 (2000).

Smith, Adam - The Wealth of Nations. Oxford, England: Bibliomania.com Ltd, 1776/2002.

Smith, Brett; Barr, Terri; Barbosa, Saulo & Kickul, Jill - Social entrepreneurship: a grounded learning approach to social value creation *Journal of Enterprising Culture*. Vol. 16. n.º 4 (2008). p. 339–362.

Smith, W. K.; Besharov, M. L.; Wessels, A. K. & Chertok, M. - A Paradoxical Leadership Model for Social Entrepreneurs: Challenges, Leadership Skills, and Pedagogical Tools for Managing Social and Commercial Demands. *Academy of Management Learning & Education*. Vol. 11. n.º 3 (2012). p. 463-478.

Snow, D.; Soule, Sarah & Kriesi, Hanspeter - The Blackwell Companion to Social Movements. Cornwall: Blackwell Publishing Ltd., 2004.

Sodhi, ManMohan & Tang, Christopher - Social enterprises as supply-chain enablers for the poor. *Socio-Economic Planning Sciences*. Vol. 45. n.º 4 (2011). p. 146-153.

Spear, Roger - Social entrepreneurship: a different model? *International Journal of Social Economics*. Vol. 33. n.º 5/6 (2006). p. 399-410.

Steckel, Richard - Filthy rich and other nonprofit fantasies: changing the way nonprofits do business in the 90's. Berkeley, CA: Ten Speed Press, 1989.

Steinberg, Richard - Voluntary Donations and Public Expenditures in a Federalist System. *The American Economic Review*. Vol. 77. n.º 1 (1987). p. 24–36.

Steyaert, Chris & Dey, Pascal - Nine Verbs to Keep the Social Entrepreneurship Research Agenda 'Dangerous'. *Journal of Social Entrepreneurship*. Vol. 1. n.º 2 (2010). p. 231-254.

Stiegler, Bernard - Gilbert Simondon: Being and Technology. Edinburgh University Press, 2012. 12 - The Theatre of Individuation: Phase-Shift and Resolution in Simondon and Heidegger.

Stryker, Sheldon - Handbook of Sociological Theory. New York: Springer, 2001. 11 - Traditional Symbolic Interactionism, Role Theory, and Structural Symbolic Interactionism: The Road to Identity Theory.

Suchman, Mark - Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *The Academy of Management Review*. Vol. 20. n.º 3 (1995). p. 571-610.

Sud, Mukesh; VanSandt, Craig & Baugous, Amanda - Social Entrepreneurship: The Role of Institutions. *Journal of Business Ethics*. Vol. 85. n.º S1 (2008). p. 201-216.

Tada, Mitsuhiro - Time as sociology's basic concept: A perspective from Alfred Schutz's phenomenological sociology and Niklas Luhmann's social systems theory. *Time & Society*. Vol. 0. n.º 0 (2018). p. 1-18.

Tajfel, H. & Turner, J. - Psychology of Intergroup Relation. Chicago: Hall Publishers, 1986. 1 - The Social Identity Theory of Intergroup Behavior.

Tan, Wee-Liang; Williams, John & Tan, Teck-Meng - Defining the 'Social' in 'Social Entrepreneurship': Altruism and Entrepreneurship. *The International Entrepreneurship and Management Journal*. Vol. 1. n.º 3 (2005). p. 353-365.

Taylor, Charles - The Ethics of Authenticity. Boston: Harvard University Press, 1992.

Thake, Stephen & Zadek, Simon - Practical People, Noble Causes: how to support community-based social entrepreneurs. New Economics Foundation, 1997.

Thompson, Michael - The Palgrave Handbook of Critical Theory. 2017a. - Introduction: What Is Critical Theory?

Thompson, Michael - The Palgrave Handbook of Critical Theory. Palgrave Macmillan US, 2017b. - Critique as the Epistemic Framework of the Critical Social Sciences.

Thorp, Holden & Goldstein, Buck - Engines of Innovation: The Entrepreneurial University in the Twenty-First Century. North Carolina: University of North Carolina Press, 2010.

Toner, Anna; Lyne, Isaac & Ryan, Patrick - Reaching the promised land: can social enterprise reduce social exclusion and empower communities? *Education, Knowledge and Economy*. Vol. 2. n.º 1 (2008). p. 1-13.

Tracey, Paul & Phillips, Nelson - The Distinctive Challenge of Educating Social Entrepreneurs: A Postscript and Rejoinder to the Special Issue on Entrepreneurship Education. *Academy of Management Learning & Education*. Vol. 6. n.º 2 (2007). p. 264-271.

Turner, Jonathan - Handbook of Sociological Theory. New York: Springer, 2001.

van Dijk, Teun - Ideology: A multidisciplinary approach. London: Sage, 1998.

van Til, Jon - Mapping the third sector: Voluntarism in a changing social economy. New York: The Foundation Center, 1988.

Vanderstraeten, Raf - Autopoiesis and socialization: on Luhmann's reconceptualization of communication and socialization. *British Journal of Sociology*. Vol. 51. n.º 3 (2000). p. 581-598.

Varoufakis, Y. & Arnsperger, C. - A Most Peculiar Failure On the dynamic mechanism by which the inescapable theoretical failures of neoclassical economics reinforce its

dominance 2009. Disponível em:
<<https://varoufakis.files.wordpress.com/2012/04/neoclassical-economics-as-a-most-peculiar-failure.pdf>>.

Vasconcelos, Diogo - Gestão de organizações sem fins lucrativos - O desafio da Inovação Social. Porto: Impulso Positivo, 2010. - Inovação Social - A agenda do futuro.

Vaux, Marie Baudry de; Paddeu, Josiane; Tissot, Françoise & Warin, Maud - Insertion et nouvelle économie sociale: un bilan international. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.

Venn, Couse - Individuation, Relationality, Affect: Rethinking the Human in Relation to the Living. *Body & Society*. Vol. 16. n.º 1 (2010). p. 129-161.

Vidal, Josep - Niklas Luhmann neosystemic theory and the notion of communicative autopoiesis in organizational studies. *Cadernos EBAPE.BR*. Vol. 15. n.º 2 (2017). p. 274-291.

Vienney, C. - L'économie sociale. Paris: Reperes, La Découverte, 1994.

Waddock, Sandra & Post, James - Social entrepreneurs and catalytic change. *Public Administration Review*. Vol. 51. n.º 5 (1991). p. 393-401.

Wagner, Lilya - The 'new' donor: creation or evolution? *Journal of philanthropy and marketing*. Vol. 7. n.º 4 (2002). p. 343-352.

Wagner, Wolfgang; Kepler, Johannes; Duveen, Gerard; Farr, Robert; Jovchelovitch, Sandra; Lorenzi-Cioldi, Fabio; Markova, Ivana & Rose, Diana - Theory and method of social representations. *Asian Journal of Social Psychology* Vol. 2. n.º 1 (1999). p. 95-125.

Wallerstein, Immanuel - SpaceTime as the Basis of Knowledge. Cartagena: 1997.

Wallerstein, Immanuel - Structural Crisis in the World-System: Where Do We Go from Here? *Monthly Review*. Vol. 62. n.º 10 (2011). p. 31-39.

Warburton, Nigel - Philosophy. London: Routledge, 1999.

Webb, Sidney; Webb, Beatrice - English poor law history. London: Frank Cass & Co., 1963.

Weber, J. - Social Innovation and Social Enterprise in the Classroom: Frances Westley on Bringing Clarity and Rigor to Program Design. *Academy of Management Learning & Education*. Vol. 11. n.º 3 (2012). p. 409-418.

Weber, Max - The theory of social and economic organization. New York: The Free Press, 1964.

Weerawardena, Jay & Mort, Gillian - Investigating social entrepreneurship: A multidimensional model. *Journal of World Business*. Vol. 41. n.º 1 (2006). p. 21-35.

Weisbrod, Burton - Altruism, morality and economic theory. New York: Russel Sage Foundation, 1975. - Toward a theory of the voluntary nonprofit sector in a three-sector economy.

Wesseling, H. - The European Colonial Empires: 1815-1919. London: Routledge, 2004.

Willis, Jerry - Foundations of qualitative research: Interpretive and critical approaches. Thousand Oaks: SAGE Publications Inc., 2007.

Wodak, Ruth & Meyer, Michael - Methods for Critical Discourse Analysis. London: Sage Publications Ltd, 2009. 1 - Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology.

Wood, Van & Bhuian, Shahid - Market orientation and nonprofit organizations: Performance associations and research propositions. *Journal of Nonprofit and Public Sector Marketing*. Vol. 1. n.º 1 (1993). p. 7-32.

Worsham, Erin - Reflections and Insights on Teaching Social Entrepreneurship: An Interview With Greg Dees. *Academy of Management Learning & Education*. Vol. 11. n.º 3 (2012). p. 442-452. 1537-260X

Wright, Erik - Envisioning Real Utopias. London: Verso, 2009.

Wu, Yen-Chun; Kuo, Tsuang & Shen, Ju-Peng - Exploring social entrepreneurship education from a Web-based pedagogical perspective. *Computers in Human Behavior*. Vol. 29. n.º 2 (2013). p. 329-334.

Young, Dennis - If Not for Profit, for What? Toronto: Lexington Books, 1983/2013.

Young, Robert - Postcolonialism: An historical introduction. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

Zadek, Simon - Balancing Performance, Ethics, and Accountability. *Journal of Business Ethics*. Vol. 17. (1998). p. 1421-1442

Zaefarian, Reza; Tasavori, Misagh & Ghauri, Pervez - A Corporate Social Entrepreneurship Approach to Market-Based Poverty Reduction. *Emerging Markets Finance and Trade*. Vol. 51. n.º 2 (2015). p. 320-334.

Zahra, Shaker; Gedajlovic, Eric; Neubaum, Donald & Shulman, Joel - A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. *Journal of Business Venturing*. Vol. 24. n.º 5 (2009). p. 519-532.

Zietlow, John - Social Entrepreneurship: Managerial, Finance and Marketing Aspects. *Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing*. Vol. 9. n.º 1-2 (2001). p. 19-43.

Zietsma, Charlene & Tuck, Richard - First, Do No Harm: Evaluating Resources for Teaching Social Entrepreneurship. *Academy of Management Learning & Education*. Vol. 11. n.º 3 (2012). p. 512-517.

Zizek, Slavoj - Mapping Ideology. London: Verso, 2012. - Introduction: The Spectre of Ideology.

Zumbansen, Peer - Law as a Social System, by Niklas Luhmann. *Social and Legal Studies* Vol. 15. n.º 3 (2006). p. 453-468.

ANEXOS

Em Busca de um Tipo-Ideal de Empreendedorismo Social:
a aplicação a organizações do terceiro setor português
Daniel Costa¹ e Cristina Parente²

Inovação Social

Inovação Social

Disseminar a ideia de empreendedorismo social enquanto agente de mudança, e a inovação social como ferramenta organizacional motora do impacto social da divulgação de melhores práticas e replicação dos resultados e da transformação sistêmica (Gibbsberg & Martin, 2007).

Conferir ampla liberdade ao tipo de recursos e métodos usados para alcançar a sustentabilidade econômica, admitindo diversos níveis de criação de valor econômico e social (Dees, 1998).

Constrói uma trípla dimensão – política, econômica e social (Gaiger & Correa, 2011) – apresentando-se como uma verdadeira alternativa ao status quo, na criação de objetivos, metodologias e práticas de intervenção, envolvendo-se com um quadro teórico-ideológico, econômico, político alternativo ao sistema normativo dominante (Marais, 2007). Adicionalmente, aponta a mudança social em princípios norteadores de sustentabilidade, cidadania, ecologia, participação democrática, solidariedade e cooperação econômica (Lustig & Gaiger, 2008; Gaiger &



Bibliograf

Anexo B – Exemplo de grelha de observação (excerto de Obs. #9)

Hora	Descrição (conteúdos, estratégias e técnicas pedagógicas)	Notas	
		Reflexivas	Teórico-metodológicas
10h10	Visualização do filme corporativo “Prémios de excelência no trabalho”. É sobre a própria Lipor, empresa de “gestão de resíduos sólidos” com “300 parceiros internos/colaboradores”, dedicada “há 30 anos” a “oferecer soluções sustentáveis a cada cliente.”	Momento de imersão em todos os pormenores das suas práticas organizacionais, sem cuidado em transladar para a AU ou sequer para o ES.	Foco em (a) “orientação para resultados” (b) “gestão estratégica”; (c) “competências de inovação”; (d) “alinhamento entre missão, visão e valores”
10h50	Dinâmica de grupo #1	Regras que tornam o erro inevitável.	O “erro que faz rir, mas faz parte” é o mote para um exercício conjunto de “concentração” e “flexibilidade”
11h05	Dinâmica de grupo #2	Introdução de um elemento competitivo.	A “competitividade que é saudável ajuda, a tóxica não” é o mote para um jogo competitivo entre equipas com nome, slogan, líder e “grito de guerra.”
11h30	Dinâmica de grupo #3		Jogos que ostentam 5 desafios a cada equipa: (a) Pensar “fora do quadrado”; (b) “acreditar que é possível”; (c) Estimular o “pensamento lateral”; (d) “libertar as ideias”; e (e) “simplificar”.
12h30	Pausa para almoço		
14h05	Apresentação dos projetos em incubação	Apresentação treinada e cuidada de cada organização e do momento em que se encontra.	Com introdução e presença de colaboradores da Lipor

Anexo C – Guião de entrevista aplicado à *Coordenação da AU*

Data __/__/____ Local _____ Hora: __h__

1 Estruturação da AU

“De acordo com o mais recente relatório encomendado pela Comissão Europeia, e que distingue a AU como uma boa-prática no âmbito da aprendizagem do empreendedorismo e do emprego dos jovens... Participaram, desde 2011, mais de 350 indivíduos, sendo que 298 deles completaram os dois anos de formação da AU.”

1.1 – O que é que representam, para si, estes números?

1.2 – E a distinção no relatório citado?

1.3 – Mudança de público-alvo: “Na sua origem, a AU tinha como público-alvo os adolescentes e jovens adultos da região da grande Lisboa, descendentes de imigrantes, e provenientes de contextos socioculturais vulneráveis e/ou de exclusão social. Em edições posteriores, o âmbito geográfico alargou-se e o critério da descendência familiar foi abandonado em favor de uma maior abrangência em torno do potencial de liderança. Para a corrente edição, o público-alvo da AU consiste em indivíduos entre os 18 e os 35 anos com alto potencial de liderança e disponíveis para trabalhar ou desenvolver projetos socialmente empreendedores em contextos de vulnerabilidade.”

1.3.1.1 Isto é correto?

1.3.1.2 Como é que foi feito o recrutamento e seleção dos participantes?

1.3.1.3 Quão diferente é trabalhar com alguém proveniente de um contexto vulnerável, relativamente a alguém que não provém, mas quer aí intervir?

1.3.1.4 Como avaliam o potencial de liderança?

1.3.1.5 Como concilia este conceito – talvez mais centrado nas características pessoais de um indivíduo – com os fatores estruturais e institucionais que estão na base dos chamados “problemas sociais”?

2 Colaboradores atuais

Avancemos agora para outro tema. As pessoas são o que torna a AU naquilo que ela é, e os parceiros institucionais que a AU tem conseguido angariar ao longo do tempo têm certamente contribuído para o seu crescimento. Começando pela orgânica interna da AU, o relatório que usei há pouco menciona que a AU tem neste momento 27 formadores e 20 consultores externos.

2.1 – Pode traçar a diferença entre estes grupos, de forma sucinta?

2.2 – Qual o grau de envolvimento atual por parte de antigos educandos, ou ex-ubuntus?

2.3 – E quanto a outras figuras que participaram noutras edições enquanto convidados ou padrinhos e madrinhas?

2.4 – Tem havido então alguma renovação quanto às pessoas que colaboram com a AU?

2.5 – Por que razões foram convidados a integrar (ou a sair) da AU?

2.6 – O secretariado executivo, também sofreu mudanças? Porquê?

2.6.1 – Em 2013, dele faziam Madalena Saldanha, o Rui Nunes da Silva e próprio Rui Marques, correto? Posteriormente, entraram o Filipe Pinto e a Joana Castro, certo?

2.7 – Relativamente ao chamado “Conselho consultivo”, ele era composto, ao que sabemos em 2013, pelo Nuno Delgado, José Costa Ramos, Pedro Góis, Isabel Guerra, Mónica Dias, Pedro Calado e Luísa Valle.

2.7.1 – Aqui também houve mudanças? Que papel tem desempenhado este órgão?

3 Parceiros

3.1 Quanto aos parceiros institucionais da AU. Quantos são atualmente e qual a natureza dessas relações? Quais os seus papéis?

3.2 Houve algum parceiro institucional entretanto deixado pelo caminho?

3.3 Falando especificamente dos modos de financiamento da AU, ao que parece esta recebe doações da Fundação Gulbenkian, da Fundação Porticus, da Fundação

Montepio e da Fundação de Serralves. Pontualmente, tem sido ajudada, a este nível, pela Câmara Municipal de Lisboa e pela União Europeia, nomeadamente no estabelecimento de uma versão do projeto na Guiné-Bissau.

3.3.1.1 Isto é correto?

3.4 No caso da AU, a sustentabilidade financeira parece advir essencialmente de relações de parceria estabelecidas com organizações do TS.

3.5 Como vê o papel do Estado e das políticas públicas nesta área?

3.6 E como acha que estes temas são percebidos pelas forças, atores e organizações do sistema económico dominante ou ortodoxo?

4 Governança e desafios.

Estes temas parecem apontar para alguns dos desafios da governança das OTS na contemporaneidade. Sobre isto, gostaria de confrontá-lo com uma passagem retirada da nossa entrevista de 2013:

“Uma das coisas que tem sido muito bonito ver na Academia é que as parcerias não são parcerias de fachadas, não só parcerias formais, têm o seu mérito, mas enfim, são parcerias verdadeiramente envolvidas nos projetos e que se apropriam, no bom sentido, do projeto e vivem o projeto como seu. Vivem o projeto com imensa intensidade e a níveis de decisão muito elevados (...) Por exemplo: “a Gulbenkian foi muito entusiasta desta ideia que este projeto tinha tal valia e tal relevância que era uma pena limitá-lo só ao grupo de jovens descendentes de imigrantes.”

4.1 Tendo isto em conta, qual é o verdadeiro grau de autonomia de um projeto organizacional como a AU?

4.2 Quando é que as preocupações e contributos exteriores passam a exigências de mudança interna?

4.2.1.1 Posto de outra forma, como resolver esse enigma da governação, sem que uma lógica se sobreponha a outra, sem que haja partes com mais capacidade a exercer o seu poder de forma dominante?

4.3 Relativamente à integração da AU em redes organizacionais.... Em que estado se encontra a UBUNTU Global Network? É essa a única rede internacional em que participam?

4.3.1.1 E redes nacionais?

5 Frutos

O crescimento da AU pode ser igualmente notado no número de projetos e/ou organizações relativamente autónomas que agora gravitam em seu torno...

5.1 – Por exemplo, o “Vidas UBUNTU”. Em que consiste? Porque surgiu? Que objetivos tem? Qual o seu grau de autonomia? Que vida para além desta ligação à AU?

5.2 – E o “Pontes Ubuntu”? Em que consiste? Porque surgiu? Que objetivos tem? Qual o seu grau de autonomia? Que vida para além desta ligação à AU?

5.3 – E o “Ubuntu no Bairro”? Em que consiste? Porque surgiu? Que objetivos tem? Qual o seu grau de autonomia? Que vida para além desta ligação à AU?

5.4 – Há mais projetos deste tipo – componentes relativamente autónomos da AU que perseguem objetivos mais específicos – atualmente em execução? “Ubuntu Rugby”?

5.5 – Quais destes projetos são iniciativa da própria AU e dos seus órgãos decisórios, e quais são projetos incubados em edições anteriores?

6 Incubação e impactos

6.1 Que avaliação geral fizeram do processo de incubação das edições anteriores?

6.1.1.1 Quais os principais destaques? Que pontos fortes e fracos identificam?

6.2 Como funciona a incubadora social atualmente?

6.3 Sabemos já que há incubadoras em Lisboa, no Porto e brevemente em Oeiras. E que estas têm gestores de espaço. Quem são estas pessoas e qual o seu papel?

6.4 As regras, digamos assim, que estavam antes em vigor (prazos, capital-semente, apoio logístico no IPAV), mantêm-se para esta edição?

6.5 A frequência na incubadora é paga? Há custos para o utilizador?

6.5.1.1 Quem assume estes custos?

6.6 Esta mudança foi instigada por parceiros, nomeadamente a Lipor e a Everis?

6.7 O que é que estas parcerias aportaram? Novas formas de fazer? De trabalhar numa organização?

6.8 Em que medida é que os projetos são incubados numa perspetiva de gestão empresarial?

6.8.1.1 Que oportunidades e que ameaças vê nisso?

7 Empregabilidade

Agora gostaria de confrontá-lo com mais uma citação extraída da nossa entrevista de 2013:

“E gostaríamos muito, com a experiência da Academia, pudesse resultar direta ou indiretamente maior possibilidade de emprego e de integração profissional (...) Alguns dos projetos da primeira edição avançaram e geraram emprego para vários deles. Outros vão gerando trabalho pontualmente, mas eu gostaria imenso quer os da primeira, quer os da segunda geração que pudessem em projetos próprios ou em projetos já existentes colocar evidentemente todos os seus talentos, todas as suas aprendizagens ao serviço da comunidade e poder fazer isso de uma forma profissional, de uma forma a tempo inteiro, com dedicação plena.”

7.1 A % de organizações incubadas ainda em atividade é um indicador importante para vós?

7.2 Dos projetos e organizações que aqui foram incubados, que % mantêm atividade?

7.3 Quem são? O que os caracteriza e os distingue? Pode-me dizer a sua designação?

7.4 Com que dificuldades se deparam esses projetos?

7.5 Considera que as mudanças introduzidas, incluindo a separação da Academia de Líderes e um maior filtro no que diz respeito ao perfil dos participantes, tornam esta atividade, digamos, mais séria?

7.6 Esperam resultados mais concretos em termos de ES?

8 Métodos pedagógicos

Relativamente aos métodos pedagógicos, gostaria igualmente de clarificar alguns aspetos:

8.1 Que diferenças encontra entre trabalhar com jovens vindos de contextos vulneráveis e jovens que daí não provêm, mas aí têm vontade de trabalhar?

8.2 De que modo a pedagogia foi mudando consoante se foi mudando de público-alvo?

8.3 Isso traduz-se em novas ferramentas pedagógicas?

8.4 Que objetivos se pretendeu atingir?

8.5 Para a presente edição, estabilizaram então o “Método Ubuntu” que descreveu na entrevista anterior. A pergunta que lhe coloco é: Qual foi o peso das relações de parceria existentes na definição deste método?

8.5.1.1 Dito de outra forma e utilizando um exemplo: A elevação do “Autoconhecimento” a pilar deste método foi consequência de uma ligação à Aprender & Agir, ou essa ligação surgiu precisamente para desenvolver esse pilar, para colmatar um eventual défice? O que é que surgiu primeiro?

8.6 Quanto às ferramentas pedagógicas, sabemos da importância dada às histórias de vida, quer dos participantes quer dos exemplos que utilizam para inspirar os participantes. A primeira pergunta é, porque não incluiu “empreendedores sociais” nessa lista de exemplos? Parece haver uma certa distância entre aquilo que se está a ajudar a ser, e os exemplos mais genéricos de liderança e humanidade...

8.7 Outra questão é como lidam quando a imagem de um dos exemplos utilizados se vem a revelar, com o tempo, menos do que perfeita. E aqui temos em mente, evidentemente, a Aung Suu Kyi.

8.8 Ainda acha que os processos de transformação (de pessoas e sociedade) podem ocorrer através dos exemplos? Como é que isso se traduz em ação?

8.9 O conceito UBUNTU, sendo um artefacto discursivo de origem africana, parecia bastante adequado ao público-alvo da primeira edição, que eram descendentes de imigrantes africanos na sua esmagadora maioria.

8.9.1.1 Acha que as mudanças de público-alvo retiraram poder de influência ou de identificação a este conceito?

8.9.1.2 Qual é o seu lugar e importância no mundo atual?

8.9.1.3 Que ameaças e oportunidades para a disseminação dessa filosofia para a sociedade? A que níveis?

9 Evolução da AU

9.1 Como olha para esta evolução da AU desde 2011?

9.2 Agora gostaria de explorar a sua visão para o futuro da AU

9.2.1 Novos contextos?

9.2.2 A Escola de Verão de Cabo Verde? Outros PALOPs?

9.3 Na entrevista anterior falava de uma dimensão de aplicação territorial". Em que é que consiste e o que planeiam relativamente a isto?

9.4 Não acha que as mudanças ao nível dos públicos-alvo e da incubadora social retiraram algo à ligação direta que dantes havia entre o participante na AU e a sua comunidade geográfica e simbólica de origem?

9.4.1 Os impactos são mais difusos, mais indeterminados, por causa disso?

9.5 Novos formatos? Também acabam de lançar uma pós-graduação, numa escola superior de educação no Porto, intitulada "Inovação Educacional Inclusiva: Ubuntu para Educadores"...

9.5.1 Quais as razões para esta aposta? Que objetivos pretendem atingir? Que razões presidiram à escolha daqueles formadores?

9.5.2 Diferentes durações de tempo? Novos públicos? (Trabalhadores sociais, educadores?)

9.5.3 E na calha para o futuro, podes desvendar alguma coisa? Como projetam o crescimento ou a escalabilidade da AU?

10 Discursos sobre o objeto

Para finalizar, gostaria de discutir consigo alguns dos conceitos que norteiam o nosso trabalho, nomeadamente o ES e conceitos que lhe surgem frequentemente associados, como a IS. Gostaria de começar por mais uma citação sua:

“há nesta altura uma moda em torno do empreendedorismo e da inovação social e se queremos ter mesmo empreendedorismo e inovação social a primeira coisa que devemos fazer é expurgarmos os traços de moda nisto. (...) porque é vital o empreendedorismo social e inovação social e deve ir muito para além de uma moda do momento (...) acho que precisamos de ser (...) mais maratonistas do que corredores de 100 metros e eu vejo muitos corredores de 100 metros nesta altura aqui e que, enfim, farão o seu trabalho, darão o seu contributo, claro que sim, mas o ideal é que se transformem em corredores de maratona”.

10.1 Ainda acha que o ES está na moda?

10.2 Em Portugal também?

10.3 Que desenvolvimentos tem observado com atenção e expectativa?

10.4 Como vê o recente desenvolvimento destas áreas que, partindo de diretrizes e posições tomadas no âmbito da União Europeia, têm representado, em Portugal, a adoção de certos marcos tais como a Lei de Bases da Economia Social, a criação da conta-satélite nacional e, mais recentemente, a criação de um fundo de 95 ME dedicado a projetos de Inovação Social no âmbito do Portugal 2020...

10.5 E quanto aos atores do campo do ES em Portugal... A AU está envolvida em redes nacionais? Quais e porquê?

10.6 Ainda vê muitos corredores de 100 metros ou as pessoas envolvidas são maratonistas?

10.7 Sobre os empreendedores sociais, dizia em 2013 que:

“São pessoas que fazem a diferença no sentido que são capazes de enfrentar as necessidades com uma resposta pró-ativa e procurando encontrar novas soluções para essa necessidade não resolvida (...) pessoas que fazem mexer, são capazes de olhar a

realidade e encontrar as necessidades que ainda não estão resolvidas e procurar encontrar novas soluções ainda que imperfeitas ou incompletas. (...) alguém capaz de ser líder, de ter iniciativa, de ter capacidade de diagnóstico e de solução”.

10.7.1 Acha que os empreendedores sociais fazem mesmo a diferença ou, numa perspetiva mais alargada, não são mais do que paliativos?

10.7.2 Se a sua função, ou aquela que tomam para si, é a de resolver problemas sociais, que dizer sobre este tipo de responsabilidade?

10.8 Quanto ao conceito de IS, dizia em 2013 que:

“A inovação social é o que me interessa mais é o que se quiser aquilo que eu mais reúno maior número de interesses que eu tenho. Muitas questões relacionadas também com a empregabilidade, as questões relacionadas com a reforma do Estado e como as novas soluções de governação integrada para resolver os problemas sociais mais complexos, são esses temas que me interessam. (...) “a inovação pode cumprir o papel que cumpriu na área científica, tecnológica, empresarial, ou seja, ser um fator de reforço, de eficiência e de eficácia da intervenção. Os grandes saltos de desenvolvimento económico deram-se em torno de uma enorme capacidade de inovação e de criatividade mesmo a ciência e a tecnologia e portanto, no social coloca-se este desafio o ser capaz, o sermos capazes de encontrar novas soluções para velhos e novos problemas.”

10.8.1 Continua com a mesma opinião?

10.8.2 Em que é que a IS se distingue do ES?

10.8.3 Prefere mais um, mais do que o outro?

10.8.4 Sente alguma desilusão ou arrependimento face ao uso destes conceitos?

10.8.5 Prefere agora usar outros?

10.8.6 Encontrou, entretanto, outras e novas inspirações para os desafios do mundo atual, seja sistemas de pensamento, conceitos ou atores?

Anexo D – Guião de entrevista aplicado a participantes da AU

Data __/__/____ Local _____ Hora: __h__

1 – Realidade pré-individual – determinações e potencialidades

(Ex-Ante: Dados sociodemográficos):

Antes de começarmos, posso apenas saber alguns dados de identificação? Como te chamas? Que idade tens? Onde vives, neste momento? Em termos profissionais, estás a trabalhar neste momento?

1.1 História de vida (juventude e identidades)

1.1.1 – Gostava de começar a entrevista pelo teu passado. Achas que o sítio onde cresceste te influenciou? Como e porquê? Que experiências, negativas ou positivas, foram para ti mais marcantes?

1.1.2 – No teu período de adolescência, e à entrada para a vida adulta, achas que procuraste alguma atividade ou grupo enquanto “refúgio”? Que referências manténs dessas vivências?

1.2 História de vida (percurso escolar)

1.2.1 – E quanto à escola? Como eras, enquanto aluno?

1.2.2 – Prosseguiste os teus estudos até que ponto?

1.2.2.1 – (Se seguiu para a universidade). Que razões motivaram essa tua escolha?

1.2.2.2 – Achas que foi uma escolha acertada ou errada?

1.3 História de vida (percurso profissional)

1.3.1 – Quanto ao trabalho. Já tiveste experiências de trabalho? Quais? / Exerceste profissão nessa área?

1.3.2 – Tencionas manter-te nessa área? / Por que é que quiseste mudar de área?

1.4 – Motivações / Objetivos (de entrada na AU)

1.4.1 – Entrando agora no tema da AU. O que é que te levou a ingressar na AU?

1.4.2 – Sabendo que eles procuravam pessoas com perfil de liderança, achas que te enquadravas neste perfil? Porquê?

1.4.3 – Que expectativas tinhas quando começaste?

1.4.4 – Sabias que, eventualmente, irias empreender um projeto de cariz social. O que achaste disso, na altura?

2 – Operação de individuação – Participação na AU

2.1 – Participação no contexto

2.1.1 – Salvo erro, um dos primeiros seminários foi residencial – o seminário Mandela. O que é que achaste desse evento?

2.1.2 – Quanto à relação que se pretendeu estabelecer entre a liderança e o desporto ou as artes, por exemplo o seminário “Judo e a Liderança” com o Nuno Delgado, o que é que achaste? Dos contextos, da abordagem, do que vos foi transmitido...?

2.1.3 – Que tipo de sessão gostaste mais, e porquê?

2.1.4 – Que momentos mais te marcaram, pela positiva, e pela negativa?

2.2 – Crises / dúvidas

2.2.1 – Alguma vez duvidaste do que estavas ali a fazer? Os teus colegas, sentiram o mesmo?

2.2.2 – O que é que foi menos bem conseguido? Em que aspetos a AU podia melhorar?

2.3 – Aquisições (Papel / Programa)

2.3.1 – De uma forma geral, que aprendizagens foram para ti mais importantes?

2.3.2 – E quanto aos seminários de autoconhecimento (E.g. eneagrama) e de desenvolvimento pessoal? De que forma é que os viveste? O que é que retiraste daí?

2.3.3 – Fazia-te a mesma questão para as sessões de “incubação” (como por exemplo aquelas asseguradas pela Lipor de “Gestão da Marca” ou “Gestão eficiente de pessoas”.

2.3.4 – Sentes que adquiriste aqui competências importantes?

3 – Equilibração

3.1 – Significados cognitivos/representações

3.1.1 – Achas que essas competências são úteis a um empreendedor social?

3.1.2 – Identificas-te, de algum modo, com esta categoria? Achas que és, ou poderás vir a ser um empreendedor social? Porquê?

3.1.2.1 – O que achas mais atrativo?

3.1.2.2 – Achas que é uma profissão de futuro? Porquê?

3.1.3 – E quanto ao tipo de organizações que integram hoje em dia o setor social... Que características achas que devem ter, idealmente?

3.1.4 – Quanto ao projeto que incubaste na AU

3.1.4.1 – Como surgiu essa ideia?

3.1.4.2 – E a constituição da equipa, foi feita com que critérios?

3.1.4.3 – Que papéis é que cada um de vós desempenhava? O grau de participação nas decisões era equivalente?

3.1.4.4 – O projeto está em funcionamento, nesta altura?

3.1.4.5 – Se não, por que razões desapareceu?

3.1.5 – Dirias que têm/tinham uma visão empresarial da vossa organização?

3.1.5.1 – Em que medida é que isso vos ajudou a atingir os vossos objetivos ou a vossa missão social?

3.1.5.2 – Em que medida é que obter financiamento para as atividades era uma prioridade vossa? A que fontes recorriam?

3.1.6 – Alguma vez sentiram a necessidade de adaptar o discurso, em nome do projeto, para se mostrarem mais empreendedores ou inovadores?

3.1.6.1 – Achas que é importante ter essa reputação, de ser empreendedor, ou inovador?

3.2 – Significados emocionais

3.2.1 – E quando a AU chegou ao fim, o que sentiste?

3.2.2 – Que avaliação geral fazes dessa experiência?

3.2.3 – Ainda manténs algum tipo de colaboração com a AU? Qual? Porquê?

3.3 – Ação afetiva

3.3.1 – Ainda manténs relação com aqueles que foram teus colegas?

3.3.2 – E com a equipa técnica da AU (Joana, Filipe, Rui Marques, Rui Nunes)? Que tipo de relação?

3.3.3 – Manténs uma relação pessoal ou profissional com alguns destes? Ou até com convidados, formadores ou designers?

3.4 – Ação reflexiva sobre o self

3.4.1 – Estamos quase no fim da entrevista. Proponho-te agora um exercício: Pensar no (nome) em três momentos diferentes: (a) Antes de entrar na AU; (b) O momento em que partilhas a tua história de vida e (c) Agora, o teu presente.

3.4.1.1 – Como eras em cada um destes momentos?

3.4.1.2 – O que achaste da metodologia das histórias de vida?

3.4.1.3 – Face à pessoa que eras antes, achas que a AU mudou a tua vida?

3.5 – Ação prática sobre o meio e prospetiva

3.5.1 – Para além de tudo isso, achas que o facto de teres participado na AU te “abriu algumas portas”?

3.5.1.1 – Achas que fizeste contactos importantes para a tua atividade?

3.5.2 – Esclareceu-te, de alguma forma, sobre o que queres fazer no presente e futuro?

3.5.3 – Tens intenções de vir a fundar uma organização ou participar em projetos na chamada área social?

3.5.3.1 – Aqui em Portugal? Na tua comunidade?

3.5.3.2 – Achas que o tempo é o ideal? Que oportunidades ou ameaças vês na presente conjuntura?

**Anexo E – Observação participante de eventos da Academia
Ubuntu, edição 2013/2014 (Porto)**

Código	Evento	Data	Local	Tempo (aprox.) de observação
Obs.1	“Seminário Residencial – ‘Mandela’”	13 e 14 de abril de 2013	INATEL – Foz do Arelho	30 horas
Obs.2	“Judo e Liderança”	11 de maio de 2013	Esc. Sec. Fontes Pereira de Melo – Porto	8 horas
Obs.3	“Desmond Tutu / Comissão de Verdade e Reconciliação”	1 de junho de 2013	Universidade Católica do Porto – Porto	6 horas
Obs.4	“Autoconhecimento/Eneagrama”	5 de outubro de 2013	Universidade Católica do Porto – Porto	3 horas
Obs.5	“Seminário ‘Vidas Ubuntu’”	7 de dezembro de 2013	Fundação de Serralves – Porto	2 horas
Obs.6	“Marketing e Comunicação”	8 de março de 2014	Universidade Católica do Porto – Porto	2 horas
Obs.7	“O meu ponto de partida”	22 de março de 2014	Universidade Católica do Porto – Porto	3 horas
Obs.8	“Melhores práticas para a gestão eficiente de pessoas”	7 de junho de 2014	Universidade Católica do Porto – Porto	2 horas
Obs.9	“Apresentação Final dos Projetos”	5 de julho de 2014	Universidade Católica do Porto – Porto	3 horas

Anexos F

F1 – Observação da sessão de 11 de maio de 2013 – Atelier/seminário “Judo e Liderança”.

O *tatami* disposto no centro do pavilhão, bem como o título associado, não deixaram dúvidas quanto à temática que viria a ser abordada ao longo da manhã de 11 de maio de 2013. Devidamente equipados com *kimono* e cinturão preto estiveram os dinamizadores Nuno Delgado e seus dois parceiros adultos (um professor da Escola Secundária Fontes Pereira de Melo, no Porto – local da primeira parte do evento – e um treinador da secção de Judo do Boavista Futebol Clube), contando-se ainda a presença de dois elementos do secretariado executivo, três formadores Ubuntu e 25 participantes.

Se as circunstâncias que acabámos de descrever são, de certa forma, típicas na prática educativa da AU – a utilização do desporto como veículo pedagógico, ou a participação de convidados célebres, devem ser, por esta altura, enquadradas na norma – é difícil que o mesmo grau de trivialidade possa ser verificado através da ótica do participante.

Perante aquela situação inicial – donde se destacam o contexto físico preparado de uma determinada forma e os convidados todos devidamente equipados – e para além do mediano embaraço provocado pela presença de um laureado atleta olímpico que, adicionalmente, até parece transparecer uma certa aura de austeridade, imagina-se toda uma gama de incertezas: o que os espera, já que aquela figura pública “*só trabalh[a] com campeões*”; o que “*ser campeão*” tem a ver consigo e com tudo aquilo; ou como responder à franqueza brusca com que as “*regras fundamentais do judo*”, nomeadamente, “*organização, disciplina e respeito*”, foram delineados logo à partida, e rematadas com a máxima “*o respeito funciona para os dois lados*”.

Imagina-se igualmente que (quase) tudo se tenha desvanecido, ao menos para grande parte do grupo de participantes, assim que os exercícios começaram, e o relativo desconforto (também provocado pela formalidade mais ou menos exótica que ali se vai impondo a cada pedido que o convidado, formula e vê realizado) foi esmorecendo.

Os corpos vão-se libertando, parecendo deixar que a prática guiada, mediante sucessivos exercícios, ordens e metáforas, adquira a imediação de uma filosofia prática²²⁸, isto é, ao desvelar de um certo conhecimento por meio de uma praxis reflexiva e motivada. E, neste particular, não podiam ter principiado de melhor forma, com um ritual prático de reconhecimento, simétrico e livre de quaisquer outras exigências que não o da troca de olhares.

Paralelamente, a ênfase discursiva encontramos-na na construção da imagem de um *“campeão” “preparado”, “dinâmico”, “forte” e “flexível”* que, se for capaz de *“dominar o corpo e a mente”*, pode colocar-se onde deve: *“sempre numa posição de vantagem física, mental e tática”*. É claro que os efeitos dependem da apropriação do discurso, mas até dá para *“ficar com a consciência abanada”*, de acordo com um dos participantes.

A introversão guiada é, certamente, aquilo que queda revelado quando os participantes são chamados a intervir no fim da sessão matinal: o que *eu* sou, quero e faço; o que *eu* poderei ser, querer e fazer de diferente. O que ali foi dito, por diversos indivíduos de tão diversas proveniências, poderia entrar numa caixa de ressonância e talvez sair sintetizada numa frase batida, como aquela proferida a certa altura por Nuno Delgado: *“Não podemos controlar o contexto, mas podemos controlar-nos a nós próprios”*.

Parece evidente que uma tal abordagem carecia de contrapontos, de nuances que expliquem que um *“campeão”* não se faz sozinho, ou que um self saudável não resulta de um diálogo solitário e ensimesmado, pontos que viriam a ser abordados na sessão vespertina, curiosamente pelo mesmo ator.

²²⁸ Essa percepção foi assim vertida no diário de bordo *“Quando o indivíduo se encontra subjugado pelo adversário, há sempre uma saída – nem que seja a desistência – pelo que esta deve ser procurada sempre e por todos, de acordo com as suas capacidades”*; assim, quando a vida nos apresenta uma situação difícil, diz o mestre que devemos lembrar que há sempre uma saída à espera de ser encontrada. Noutro exemplo, quando um adversário impetuoso é projetado e logo depois subjugado, isso deve ensinar que *“a mesma força que é colocada contra nós pode e deve ser utilizada em nosso favor”*. Este último é remanescente da *“metáfora da água”* de Bruce Lee, que aliás também partiu do universo das artes marciais para a elaboração de um interessante sistema de filosófico baseado no Jeet Kune Do.

Com efeito, o Nuno Delgado que se apresenta à plateia de um dos anfiteatros da UCP, pelas 14h05, já não veste *kimono*, mas uns jeans e uma t-shirt com as cores e símbolos da AU. Os seus princípios filosóficos surgem agora plasmados em *slides*, que se sucedem perante uma audiência atenta: da sobreposição de formas geométricas simbolizando a “*base*” (círculo), o “*controlo*” (retângulo) e o “*poder*” (triângulo), à enumeração dos pontos que constituem o “*método do líder*”²²⁹, passando pela explicação do seu (e da sua organização) lema, escrito assim em inglês, “*achieve, collect & give back*”.

Iniciando a análise pelas formas geográficas, tanto a base (como metáfora para o lugar do indivíduo ordenado) como o controlo (como metáfora para a ação reflexiva sobre circunstâncias ambientais determinadas) já haviam sido descritas na sessão da manhã e, laborando nos mesmos equívocos, subscrevem dimensões fundamentais do indivíduo *moderno*: o primeiro insiste numa essência interna e constituída ao qual o indivíduo deve retornar para se solucionar e pacificar; o segundo retoma a velha dicotomia cartesiana para conjurar, no fluxo de todas as possibilidades, a vantagem da perspectiva autónoma do indivíduo, quer pela gestão calculada da sua ação, quer pelas escolhas racionais e estratégicas que emprega, sobre o mundo, que assim se encontra à mercê da sua vontade.

Ambas as dimensões, tais como foram apresentadas, falham na (re)conciliação do “eu” com o “nós”, porquanto insistem no sujeito já constituído (cada vez mais desprovido, portanto, de oportunidades de desenvolvimento) que, quando se relaciona os outros e o seu ambiente, fá-lo de forma deficitária porque assimétrica (Jaeggi, 2013), isto é, impondo à relação uma inerência de dominação.

O mesmo se pode dizer da terceira forma geométrica – o triângulo do “*poder*” – cuja suposta posse ninguém no seminário refuta, e cuja origem, dialética, condições ou objetivos ninguém ali indaga. Como não se desenvolve uma noção de poder constitutivo

²²⁹ Segundo a exposição de Nuno Delgado, o “*método do líder*” envolve saber: (1) Identificar pessoas e condições no nosso entorno; (2) Comunicar com as diferentes pessoas; (3) Definir objetivos; (4) Motivar aqueles que estão ao redor; (5) Utilizar o conhecimento técnico; (6) Procurar *feedback* e (7) Devolver o que nos foi dado, ou *give back*.

e constituinte (Foucault, 1980), não há a clarificação de quais as relações de poder são possíveis de mudar ou desejáveis de ocorrer, o que reveste uma das principais condições para a sua mobilização inconsciente e retransmissão submissa.

Quanto ao denominado “*método do líder*”, catálogo de prescrições que parecem basear-se nas aprendizagens advindas da sua carreira desportiva, há a salientar uma postura mais equilibrada face ao tom individualista que atrás criticámos. Agora, “*a equipa é a maior força do líder*”, o “*aperfeiçoamento pode ser guiado* [por outros, como por exemplo um treinador]”, “*a performance, na vida, baseia-se na comunicação e na relação entre as pessoas*” e, em consonância e de forma sintética, a “*aprendizagem é a troca de papéis e perspetivas*”.

Ao revigorar o coletivo, bem como as trocas aparentemente igualitárias e construtivas que aí se dão, temperou-se a (omni)potência do indivíduo, abrindo caminho a outras possibilidades que não a superioridade (sobre a situação, sobre o adversário, sobre si próprio) mas, por exemplo, a “*superação*”, algo substancialmente diferente. Naquele método, que depois é sistematizado e vertido para a sequência “*achieve, collect & give back*”, há também uma componente processual.

Contudo, atentemos no encadeamento em que, tal como todos os processos, cada fase depende e deve a sua existência a fases anteriores. “*Give back*” é a devolução, a âncora discursiva da filantropia e da responsabilidade social que revimos e criticámos (cf. Capítulo 2). Se, neste contexto, esta invetiva pode ligar-se ao triângulo do “*poder*”, a mesma faz-se depender de uma fase de “*collect*”, um sentido que, ajudado por uma linguagem corporal apropriada²³⁰, pretende veicular a necessidade de uma organização interior meditativa e integradora daquilo que se atingiu, por essa via se ligando ao círculo da “*base*”.

²³⁰ “O orador vai fazendo gestos à medida que explica os conceitos. Em “*achieve*”, ambos os punhos fechados percorrem um caminho de cima para baixo; em “*collect*”, os punhos abrem-se e os braços vão de fora para dentro, cruzando-se contra o peito; em “*give back*”, o caminho é o inverso, os braços descruzam-se e os braços ficam virados para fora, com as palmas das mãos para cima.” In grelha de observação, 11 de maio 2013.

Repare-se então que a ação reflexiva, filantrópica e baseada num poder discricionário, só deve ocorrer a partir do indivíduo pacificado, constituído e organizado, isto é, desprovido das tensões que o fizeram organizar-se naquela forma específica. Esta premissa parece abonar, portanto, à perspectiva crítica que foi sendo sustentada (cf. Capítulo 1 e 2).

Neste caso em concreto, julgamos que o verdadeiro dilema situa-se, a nosso ver, a jusante e a montante, isto é, nas possibilidades que o sujeito mantém para se continuar a individuar (cf. Capítulo 8), isto é, a organizar-se, de forma faseada e temporária, face a pontos de tensão eruptivos (Simondon, 2005). E, tendo em conta que não há, nesta análise, outro ponto a que nos possamos vincular que não seja o “*achieve*” (que pode ser traduzido como realização ou conquista), as perspectivas não são, aparentemente, as melhores.

A nossa interpretação ganha tração quando se adjudica o desporto como a principal referência do discurso em análise, e as suas dinâmicas como principais observações da realidade pré-individual. Mais concretamente, o discurso de Nuno Delgado é a solução individualizada para as dinâmicas, conhecimentos e experiências acumuladas de décadas em torno do desporto individual, competitivo e olímpico conhecido por Judo, que consagra como vencedor o atleta que tiver melhor performance.

Tal dedução suportar-se-á melhor se concebermos o desporto como um sistema social *moderno*, codificado pelo binómio falhanço/sucesso (Roth, 2015) e, consequentemente, orientado pelo “culto da performance”, como diria Ehrenberg (1991).

Sabendo que este não consiste em “uma essência ou um *ethos* etéreo, nem uma forma cultural pura, mas um conjunto de determinados processos materiais, organizacionais, simbólicos e institucionais” (Brohm, 1993: 3), e se considerarmos, suplementarmente, as dinâmicas de interpenetração sistémica entre o desporto, a economia e a política, observadas, pelo menos, desde o último quartel do séc. XX (Cf. Ehrenberg, 1991), aqui entronca, evidentemente, a falácia da meritocracia (Markovits, 2019) que o desporto, enquanto “expressão paradigmática da ideologia da competição entre indivíduos ou grupos sociais” (Brohm, 1993: 8), tem ajudado a cimentar e perpetuar.

Concedemos que, no mais das vezes, o faz inadvertidamente, porquanto é na acumulação de eventos de tradução para outros sistemas sociais, envolvendo especialmente o Mercado e o Estado, que o seu léxico serve realmente os propósitos da ordem social contemporânea: o de legitimar o agravamento das desigualdades sociais e o aumento da injustiça social (Markovitz, 2019).

No entanto, a partir destes elementos, percebemos a ameaça que representa a defesa de uma sociedade composta por sistemas sociais construídos à imagem da ordem aparentemente justa do desporto, através da qual os estatutos sociais se conquistam pelo talento e esforço, e as desigualdades estruturais para pouco ou nada contribuem.

Julgando que no desporto, e especificamente na experiência desportiva contemporânea do Judo, da qual Nuno Delgado recolhe os elementos que organizam o seu discurso²³¹, o evitamento do falhanço e a aproximação ao sucesso é ditado, na prática social, pela observação da performance competitiva. Na medida em que esta, como refere Erik Ohlin Wright (2009: 33) “avalia as pessoas apenas em termos do seu posicionamento relativo face a outros [definindo] o *achievement* não como a realização do potencial, mas como vencer, como ser melhor do que as outras pessoas”, é notório que a sua aplicação se afigura, neste contexto, problemática.

Se este é um discurso configurado para ativar competências, e motivar ou energizar o comportamento em face de uma direção e metas definidas (Elliot & Dweck, 2005), cuja validade depende da verificação empírica do seu sucesso e não de consensos valorativos – o critério por excelência da racionalidade instrumental (Habermas, 1987) – então a possibilidade anteriormente levantada (i.e. o “*método do líder*” como dependente do reconhecimento intersubjetivo) cai por terra, pelo menos enquanto lógica imanente, assim que as relações com o coletivo passam agora a poder ser vistas pelo prisma

²³¹ É nesta contemporaneidade que o convidado deste seminário existe, e o Judo já não pertence ao Japão antigo. Aliás, numa nota lateral, mas relevante face àquilo que argumentamos, a única referência à raiz etimológica e sua implantação naquela cultura ancestral – relativa ao conceito nipónico *Budo* que, segundo o convidado “significa, literalmente, agir para repor a justiça” – aconteceu durante a sessão matutina e, sobre o conteúdo, isto é, sobre o que significa “repor a justiça” e de que modo isso pode mobilizar a ação, nem mais uma palavra foi dita.

instrumental, isto é, por e para tudo aquilo que possibilita ao sujeito atingir os objetivos a que se propõe.

Por conseguinte, parece justo questionar os objetivos pedagógicos da AU e a propalada ligação profícua entre “liderança” e desporto. Conseguirá a AU demarcar-se do discurso “que emergiu na literatura ocidental, de sociedades individualistas, e que tende a conceber o *‘achievement’* em termos de realizações individuais nos domínios prototípicos da escola, desporto e trabalho” (Elliot & Dweck, 2005: 4)? O que é, afinal, se pretende ali traduzir o desenvolvimento pessoal: conquista do adversário ou realização pessoal?

Já perto do final da sua intervenção, o convidado tenta responder a esta questão, chamando a atenção dos presentes para “*um momento marcante*” da sua carreira. Quando seria expectável assistir ao registo audiovisual de qualquer uma das várias e importantes vitórias desportivas, Nuno Delgado surpreende e mostra aquela que é, provavelmente, a sua mais estrondosa derrota: um afastamento na primeira ronda do torneio olímpico de Atenas, em 2004, quando era genericamente apontado como favorito às medalhas.

Sabendo que, provavelmente, e devido a uma lesão, não iria longe na competição, preferiu ainda assim competir e ser derrotado, porque, nas suas palavras, “*Eu queria ser o melhor que podia ser (...) [e] enquanto porta-estandarte senti que era um exemplo, para lutar e não desistir*”.

O sentido atribuído àquele evento, suportado na valorização do adversário (“não como inimigo (...) [mas como] adversário que merece o maior respeito, porque sem ele não estaríamos ali, nem poderíamos ser melhor do que o que somos”) e do processo sobre o resultado (“não tenham medo de errar, de perder (...) [porque] o líder não tem medo de perder, interessa é a maneira como se compete”) demonstra não apenas como o pretenso domínio da situação pode sucumbir à força da circunstância e do inesperado, mas também como é possível um sujeito ser vencedor no momento é que é derrotado.

Com esta opção, o sucesso como conquista foi, de facto, minorizado, evidenciando-nos como “a relação entre a “competição e o desenvolvimento humano é complexa”

(Wright, 2009: 33). E, através desta partilha, concretizada no momento mais emotivo do dia, o *atelier* “Judo e Liderança” pôde acrescentar à sua pedagogia uma propriedade associativa que até então pecava por escassa, tendo em conta aquilo que foi, em grande parte, um processo de ensimesmamento ativado por constantes apelos à autorreflexividade, soados a partir de um relacionamento relativamente distanciado.

Tal circunstância pode ter sido o bastante para permitir o acesso coletivo a um nível de desenvolvimento que, não sendo do desporto nem da técnica, é da vida de todos e de cada um.

F2 – Observação da sessão de 13 e 14 de abril de 2013 – Fim-de-semana residencial e Seminário “Liderar como Mandela”.

Conforme a metodologia descrita, a primeira sessão de observação participante foi levada a cabo no fim de semana de 13 e 14 de abril de 2013, naquilo que corresponde ao quarto evento da 2ª Edição da AU para o grupo de participantes de Lisboa, terceiro para o do Porto, primeiro fim-de-semana residencial para ambos e em conjunto.

O local do evento é uma unidade hoteleira de gama média-alta e com uma envolvência cénica belíssima, visto encontrar-se numa colina a escassos metros da praia, na localidade da Foz do Arelho. A beleza do espaço não passará despercebida, até porque o seu valor simbólico seria notado por Rui Marques. Com efeito, na sua primeira intervenção, e já com ambos os grupos reunidos, aquele espaço é assumido enquanto intencional e simbólico, na medida em que *“simboliza a dignidade de que todos são merecedores”*, especialmente aqueles provenientes de *“contextos difíceis”*. Adicionalmente, afigura-se como apto veículo de um *“espírito ubuntu”*, porquanto parece facilitar aquilo que deve pautar *“o nosso comportamento – a educação, o respeito, a simpatia e a alegria”*.

Após o introito de boas-vindas no pátio exterior, todos se dirigiram para uma ampla sala de conferências, onde se efetuou uma pequena dinâmica de quebra-gelo – *“speed-dating”* – que antecedeu a apresentação dos convidados²³² do dia.

A meio da manhã, a técnica pedagógica principal é explicada: implica o visionamento guiado de excertos da longa-metragem *“Invictus”*²³³, a que se seguem debates

²³² Que incluem Ana Costa Cabral e José Manuel Seruya (CEPCEP e Associação Aprender para Agir); Pedro Miravaz (Clube Kellerman Rugby); Francisca Assis Teixeira (IPAV/AU/FCG; apresentada enquanto “mãe do projeto”, embora seja revelado que este ano terá menos tempo dedicado pois foi assumir a gestão do programa de desenvolvimento humano da FCG); equipa CEPCEP: Ana (Lisboa) e Tânia (Porto); Edson, Ubuntu de 1ª geração, agora responsável pela ONGD “Estímulo”, que irá levar a AU para Moçambique.

²³³ Ndr. Filme de 2009, com a duração de 2h14, realizado por Clint Eastwood. Situável entre os géneros da biografia histórica e o drama, apresenta a seguinte sinopse: “Nelson Mandela, no seu primeiro termo como presidente da África do Sul, inicia um empreendimento único para unir a sua terra devastada pelo Apartheid: desafiar a equipa nacional de rãguebi para a missão de ganhar o Mundial de Rãguebi de 1995.” Fonte: <https://www.imdb.com/title/tt1057500/>

orientados. As expectativas são verbalmente alinhadas e textualmente reforçadas, desta feita com recurso a um “Roteiro de interpretação” (cf. Figura aF2_1).

Figura aF2_1 – Policopiado do “Roteiro de interpretação” d’ “O filme Invictus e as lições de liderança de Mandela”



Instituto Pe. António Vieira



ACADEMIA
UBUNTU

Bloco IV –Inspiração

Pistas para reflexão:

- Que gestos de coragem e de inspiração revela Mandela neste excerto?
- Como comentar a atitude de liderança de Pienar na derrota?
- Liderar não é só dar voz ao sentir do seu povo/equipa. Pode ser até o contrário. Como interpretar a atitude de Mandela em relação à extinção da equipa de rugby?
- “No dia em que tiver medo é o dia em que deixarei de servir para líder” (Mandela).
- “Temos de ser melhores do que isso. Temos de os surpreender com a compaixão e a generosidade” (Mandela).

Bloco V– Inspiração. Liderança servidora.

Pistas para reflexão:

- Na dúvida sobre a capacidade da equipa o que faz Mandela?
- O que é que Mandela pretende evitar a todo custo?
- Todos os líderes são humanos. Têm as suas zonas de fragilidade. Qual é a de Mandela?
- Conversa de Pienar com o segurança: “Como é ele?”, resposta “**Para ele ninguém é invisível**”.
- Que quererá dizer Mandela com o gesto de servir o chá a Pienar?
- Qual é a filosofia de liderança que une Mandela e Pienar?.
- Que importância atribui Mandela à inspiração?

Esta figura ilustra uma parte de um documento com 6 páginas e de fácil leitura, estrategicamente dividido por “blocos”, nos quais se inscrevem algumas “pistas de reflexão” em formato de questão, terminando com a transcrição e tradução do poema “Invictus”, figurante na película com o mesmo nome.

No que diz respeito à técnica pedagógica subjacente, o cerne parece estar no facto de que a narrativa presente no objeto, dividida em porções “adequadas”, vai sendo paulatinamente apreendida e reinterpretada pelos participantes tendo em conta eixos previamente definidos.

Já quanto às reações, pode ser afirmado que pelo menos metade do grupo acaba por intervir, denotando motivação, interesse e observância de regras básicas de comunicação, sendo que as conversas fluem, por vezes com demonstrações de emoção à mistura, nos tempos dedicados para o efeito. Uma maior congruência ou completude é então atingida pela hábil mediação do facilitador que, não deixando de valorizar todas as intervenções, tende a recentrar os sucessivos processos reflexivos naquilo que o programa educativo pretende transmitir ou disseminar.

Tal perceção permite-nos clarificar, desde logo, um potencial equívoco: a pedagogia não-formal (que esta técnica promove) não é sinónimo de desestruturação; pelo contrário, ela pode ser altamente estruturada (*vide* “pistas de reflexão”), pelo que o seu usufruto não é inteiramente livre, nem os seus resultados inteiramente espontâneos.

Não se pretende desvalorizar os participantes, ou as suas próprias capacidades reflexivas; apenas se chama a atenção para o facto dessas reflexões serem produzidas em torno de um objeto (filme), orientadas por outro objeto (roteiro de interpretação), vocalizadas no tempo designado para o efeito (debate), e utilizadas por outros atores, de acordo com os objetivos programáticos que estão subjacentes à sua ação.

De facto, praticamente todas as “pistas de reflexão” do roteiro de interpretação são abordadas, senão pelos participantes, por Rui Marques que, numa postura de abertura e facilitação, aproveita todas as oportunidades para estabelecer pontes entre pormenores constantes no filme e aquilo que a AU pretende veicular ou enfatizar acerca, nomeadamente, da “liderança”.

Por exemplo, no “Bloco II – Características de liderança”, chama-se a atenção para a *“pontualidade, [o] detalhe que nunca falha”*; para o *“medo”* que *“é perigoso e condiciona”*, sendo importante *“não nos deixamos condicionar”*; ou ainda para a *“coragem”* que *“não é a ausência de Medo”*, mas é *“essencial para vencer a desconfiança e um contexto adverso”*. Aqui, a transmissão dos conteúdos parece suportar-se na exploração da simbologia inerente à ação daquelas personalidades, perante situações particulares.

Intuindo que a compreensão dos símbolos e ação com e sobre eles “requer agentes capazes de situar esses símbolos em redes conceptuais mais vastas” (Baumeister & Landau, 2018: 2), o enquadramento pedagógico propicia a que os diversos significados sejam transmitidos quer como realidade, quer como possibilidade de interiorização. Nessa medida, a agência de Nelson Mandela, em variadas circunstâncias, é continuamente transformada em *scripts* de ação, passíveis, portanto, de uma apropriação reflexiva, sobretudo quando mediada pedagogicamente.

Após a pausa de almoço, ela própria suscitadora de elementos reflexivos pertinentes ao investigador²³⁴, a sessão da tarde foi evoluindo, na mesma linha, para outros pormenores comportamentais, para outras capacidades e estilos de liderança – do *“líder pragmático”* na geopolítica à *“liderança a partir da retaguarda”* – culminando, perto das 18h, em mais um momento emotivo: O poema *“Invictus”*, que encerra o filme, e em especial a estrofe *“Sou o comandante da minha alma, senhor do meu destino”*, providenciam a oportunidade para um claro estímulo à autoeficácia individual e coletiva. Isto depreendido pela efusividade que aquela estrofe despoleta, apenas entrecortada por máximas de Rui Marques que incluem: *“não recuar em face de dificuldades”*; *“nós conseguimos”*; *“quando se faz um caminho, muitas vezes não é só o*

²³⁴ Como demonstram as notas de diário de campo: “(...) Das suas impressões, duas se destacam e relacionam entre si: (1) Na vinda do Porto tentou-se ensaiar, no autocarro, o canto coletivo de um hino de origem africana que, pelos vistos, colheu pouca aceitação por parte do grupo; (2) Os grupos das diferentes cidades são, também eles, muito diferentes entre si pelo menos num aspeto: o tom da pele. De ambas sobressaem questões: Haverá manifestações de racismo ou xenofobia? Como irá ser acolhida, por parte do grupo do Porto (caucasianos, na sua esmagadora maioria), a AU, seus conteúdos e símbolos? (Excertos de diário de campo, dia 13 de abril de 2013).

resultado final que importa” ou “a importância das pequenas conquistas graduais, do que vamos construindo”.

Pelas 18h30, quando o ambiente serenou, Rui Marques deu as boas-vindas a António Mateus, jornalista e autor. Falando para uma audiência pregada às suas palavras, relatou que esteve destacado, desde 1990 e em representação da agência Lusa, na África do Sul. Facto que, explica, lhe permitiu acompanhar e viver intensamente as causas e efeitos de acontecimentos de importância mundial – a queda do muro de Berlim, a Perestroika, a queda do Apartheid, a ascensão de Mandela. Sobre este último, revela que o entrevistou antes da, e durante a sua presidência, confessando a sua profunda admiração pela figura e pelo homem: *“Mandela não nos deixa indiferentes como seres humanos. Ele foi melhor do que no filme que vocês viram”.* (...)

Depois de um espaço, muito concorrido, de perguntas e respostas, o convidado aproxima todos do fim dos trabalhos com a seguinte afirmação: *“A Academia [Ubuntu] é uma jóia da Humanidade”*, acrescentando, *“o que vocês estão a fazer é o que toda a sociedade deveria estar a fazer. Por isso, obrigado por fazerem o que fazem”*. A sala irrompeu num forte aplauso, numa expressão daquilo que pode ser conotado com uma identidade social Ubuntu.

A história profissional e pessoal deste convidado é, evidentemente, riquíssima, e tendo em conta a temática do dia, o convite à sua presença foi, pode dizer-se, perfeitamente acertada. Porém, há ali algo que vai para além do ajuste calculado, uma vez que, para além da sua capacidade comunicativa e do seu próprio carisma, o convidado trouxe algo mais de si: acedeu a todos os pedidos, autografou livros, partilhou uma refeição, contou e ouviu histórias. A tal não estava, naturalmente, obrigado, mas fê-lo com demonstrável generosidade, tomando o seu tempo com cada interlocutor, que com ele ia iniciando pequenas conversas, sorrindo, elogiando, viajando.

Tudo o que ali foi observado permite afirmar que esta é, senão a derradeira, mais uma instância em que se denota uma atitude de apropriação (cultural, sem dúvida, mas num sentido benigno e mais estrito do que outros usos contemporâneos), por parte de

agentes não diretamente visados pelo programa educativo, e que faz com que o seu contributo vá para além da *persona* e para além das expectativas, suas e dos outros.

É possível que a expectativa de estar perante “oportunidades cruzadas com pessoas que se calhar eles [ndr. os participantes] nunca pensariam vir a conhecer (...) aos quais habitualmente eles não teriam acesso” (E3), possa ser um fator de atenção e motivação para a assimilação daquilo que os convidados têm para transmitir.

Todavia, a partir da performance particular deste convidado, observa-se como uma relação pedagógica se pode tornar, à maneira freireana, afetiva e emotiva. Intui-se, no seguimento, que este modo particular de socialização de conhecimentos e experiências, entrecortado por exemplos de condutas que apontam para algo que todos partilhamos, pode catalisar revestir-se de oportunidades construtivas e constituintes, que a todos faz “crescer” um pouco.

Também, ou justamente, porque o seu efeito é moderado por uma intersubjetividade que, assim que é estabelecida, evidencia-se enquanto fonte de genuinidade, reflexão e prazer. No domínio das relações empáticas e informais, recíproca e emocionalmente engajadas, a disponibilidade e a apropriação do processo de ensino-aprendizagem, por parte dos diferentes atores, parece sair reforçada.

Após os eventos acima retratados, outras dinâmicas de coesão grupal foram ensaiadas: no dia seguinte, por exemplo, foi orquestrado e gravado um animado vídeo ao estilo “*Harlem Shake*”²³⁵.

Mais convidados foram igualmente apresentados, também eles munidos das suas próprias experiências, propostas pedagógicas e ferramentas de persuasão. Se nos referirmos aos praticantes de râguebi, e ex-jogadores da seleção nacional, que, na manhã do segundo dia daquele fim-de-semana residencial, apresentaram o seu desporto enquanto “*ferramenta de inclusão social*”²³⁶, compreendemos a utilização

²³⁵ Disponível em: <https://youtu.be/apOyJJ2TYQc>

²³⁶ Os convidados destacaram, por um lado, as experiências educativas e pedagógicas em contextos “*difíceis*” como os bairros do Cerco (Porto) e da Galiza (Cascais) e, por outro, o valor intrínseco do râguebi que, segundo eles, é justo e inclusivo, como se depreende do seguinte excerto: “A cor, só a das camisolas;

sistemática e estratégica do Desporto, por parte da AU, enquanto veículo de transmissão pedagógica de valores e princípios de atuação.

No encerramento oficial do fim-de-semana residencial, pelas 16h de domingo, dia 14 de abril de 2013, Rui Marques faz a recapitulação, desafiando o grupo a organizar a comemoração do dia Mandela (18 julho) e abrindo espaço à intervenção de dois participantes: o primeiro insta todo o grupo a ir ao lançamento do livro do convidado António Mateus, assim demonstrando solidariedade e gratidão; o segundo canta uma canção cabo-verdiana, intitulada “Mistérios”, acompanhada de viola e palmas a compasso. Em jeito de balanço, e apelando à memória emocional, é mostrado um vídeo com fotos do fim-de-semana e ao som de uma faixa cujo refrão ostentava a frase “*a mudança começa em ti*”.

Parece evidente que estas ações, envoltas em jogos cuidadosamente operacionalizados, correspondem a uma *mise en scène* que não apenas dá “vida a uma organização (...) para além da estratégia, do conhecimento e do discurso coerente” (Burrell & Dale, 2002: 108), como necessariamente afeta “a forma como o impacto performativo é produzido naqueles que estão envolvidos” (idem). A este respeito, e como evidência, podemos deixar uma nota sobre o momento de avaliação, que pôs termo ao evento²³⁷.

Ainda assim, e de uma forma geral, a observação participante permitiu atestar a originalidade, o detalhe e a intencionalidade pedagógica deste tipo de eventos, no contexto da AU, para além daquilo que já sabíamos estar subjacente, isto é, um “forte investimento num tema e na construção de laços entre os participantes” (R1). Assim,

não há religião mas sim espírito e regras; ninguém quer saber de estatuto social, só de escalões etários e mérito; Os valores são os da disciplina, auto-controlo, respeito mútuo, coragem, lealdade e cooperação.” (in Grelha de observação, dia 14 de abril de 2013).

²³⁷ A primeira avaliação do fim-de-semana residencial proposta consistiu na apresentação de um alvo com cinco aros, correspondentes a uma escala de 5 pontos (1 – não gostei nada e 5 – gostei muito), sobre o qual os participantes deveriam colocar uma marca adesiva. A esta iniciativa, seguiu-se o preenchimento de um questionário de “avaliação final”, com escala de 5 pontos. Para além do facto da primeira atividade de avaliação ser pública, e daí poder ser inferido algum grau de enviesamento, o comentário presente no texto advém de uma conversa informal mantida com três participantes e donde sobressai a seguinte afirmação: “A avaliação não se faz assim, em público. É intimidante. Criou-se uma atmosfera em que era difícil dizer algo que correu mal” (In Diário de campo, dia 14 de abril de 2013).

não será sacrilégio afirmar que os objetivos propostos – um reforço da confiança e da coesão no seio grupo de participantes, em simultâneo com a moldagem da AU como lugar de partilha e pertença onde se geram relações de interdependência – foram genericamente atingidos, tendencialmente com o recurso a meios e atividades associativos.

F3 – Observação da sessão de 22 de março de 2014 – Seminário “O meu ponto de partida”.

A observação da sessão denominada de “O meu ponto de partida”, realizada a 22 de março de 2014, foi uma de quatro sessões (duas delas observadas) deste programa de “desenvolvimento pessoal e profissional” da responsabilidade da Associação Aprender e Agir, co-ocorrente à AU e de frequência facultativa.

Iniciando a nossa análise, poder-se-ia dizer que, mesmo antes da sessão começar, já mudanças haviam sido induzidas, ainda que muito subtis, na relação entre o sujeito e a memória de si. Referimos a uma tarefa, que assim registámos no diário de bordo:

“José Manuel Seruya (JMS), que entrevistámos, pergunta se eles [ndr. os participantes] fizeram o passo 1 de 4 do “*caminho*” – uma espécie de ficha de autoavaliação – que tinham por TPC. A maioria revela que não concluiu o que lhes foi enviado por e-mail, despoletando a pergunta: “*O que é que correu mal?*” ‘*Foi para o spam*’, dizem uns; ‘*pensei que tinha mais tempo*’, dizem outros (...) Aos que fizeram pelo menos um pouco do TPC, JMS pergunta: ‘*Do que é que gostaram mais? O que mais vos surpreendeu?*’” In Diário de bordo, 22 de março de 2014

Ao ativar chamado *self nuclear*, através de um meio tecnológico, para o ato de recordar e tornar explícitas as memórias autobiográficas, a estabilização de um determinado estado de consciência foi, para quem se envolveu minimamente na tarefa, propiciadora de boas sensações: “*Gostei do meu olhar*”, “*gostei de escrever sobre mim*” e “*senti-me mais viva, desperta*” foram algumas das respostas obtidas.

Aqui, percebe-se os resultados, quase viscerais, da evocação de uma consciência nuclear gerada simultaneamente pela tarefa (e meio tecnológico utilizado) e pela “exibição do *self* autobiográfico” (Damásio, 2013: 267).

Deve notar-se, porém, que nada de substantivo foi descrito ou partilhado, ao contrário, por exemplo, das sessões da AU dedicadas às chamadas “histórias de vida”. A ideia seria “aquecer” para o que viria depois, designadamente um par de horas dedicadas ao denominado “desenvolvimento pessoal” naquilo que, numa visão geral, parece

equivaler-se a um desafio à (re)constituição das estruturas do self, para que algo de novo possa emergir.

Isto é, se o efeito pretendido (mais ou menos declarado) de qualquer operação desenvolvimental passa pela emergência de um “novo” indivíduo, simultaneamente dotado de novas estruturas subjetivas (porque consciente e possuidor de uma nova “verdade”) e de novas capacidades para a ação (porque facilitadas por uma nova organização de motivações e disposições), então a primeira condição *sine qua non* da sua prática discursiva parece ser a participação ativa numa dinâmica de des-individuação (Kelly, 2010; Krtolica, 2012), ou seja, de “enfrentar o problema de desmantelar, desintegrar a precedente estrutura nômica da realidade subjetiva” (Berger & Luckmann, 2004: 208).

Mas, será que a proposta de revisão (e atualização de sentidos previamente sedimentados no self) foi, naquele evento, solicitada como fim em si mesmo²³⁸, ou a partir de algum tipo de racionalidade? A orientação do exercício tornou-se clara, pela observação e posterior crítica do discurso: a prática de (re)construção de um ser livre é, antes demais, um projeto reflexivo de libertação do passado, já que, apontando os “quadros de referência”, os “hábitos”, “rotinas” e “normas” em que “nos formamos”, o facilitador exorta a “não deixar que isso nos condicione”.

A Sociologia tem, claro, dedicado atenção a este fenómeno, equacionando-o como tendência (crescente) das formações sociais para o favorecimento um tipo de individualização que atribui ao sujeito um papel mais ativo na construção dos seus projetos biográficos, especialmente pela apropriação crítica e/ou rejeição das instituições culturais do passado (Giddens, 1991; Habermas, 2000; Bauman, 2001).

Por conter estes ingredientes de construção da subjetividade, relacionados com aspetos culturais e normativos tão em voga nas sociedades centrais contemporâneas, num espaço-tempo em que os padrões, códigos, regras e grupos de referência que anteriormente eram sólidos guias orientadores das vidas parecem desfeitos,

²³⁸ Esta é, segundo Foucault (*cit in* Kelly, 2010: 88) a intenção primordial da filosofia para gregos e romanos: “a constituição do sujeito como um fim para si mesmo e através do exercício da verdade”

liquidificados (Bauman, 2001), esta prática discursiva junta-se, sem dificuldade, aquelas que promovem um controlo social sedutor e extremamente eficaz (Han, 2014), um controlo através do qual a reprodução da ordem social já não é uma imposição disciplinar, efetiva ou percebida, de um agente externo (papel que, noutras épocas, coube ao Estado assumir, frequentemente de forma abusiva ou coerciva), mas sim ativamente procurada como oportunidade de *autorrealização organizada* (Cf. Capítulo 2).

Já a estratégia para a mudança é desvelada, também discursivamente, como a experiência de um longo e distendido presente que exige um *“trabalho consciente e constante, que exige esforço”* contínuo e ativo do sujeito: *“Não é só os fins, mas o caminho que é feito para lá chegar”*; *“só existimos no caminho do presente, não existimos no futuro.”* e *“ser, é no presente, em cada momento”*, são algumas das frases debitadas pelo “coach²³⁹” José Manuel Seruya.

Assim incumbido da *simples* tarefa de, como refere Sennett (2006: 15) “viver a própria vida”, corporizada numa “individualidade voltada para o curto prazo, preocupada com as habilidades potenciais e disposta a abrir mão das experiências passadas” (idem), o sujeito pode, finalmente, reconstruir-se.

Sem necessidade de recurso, acrescente-se, à memória coletiva ou ao Outro, contrariando as teses que defendem que a Verdade não é monológica, não desvela algo que preexiste, mas sim dialógica e resultante do entendimento comum, da intersubjetividade (cf. Gadamer, 1989).

O foco na dimensão psicológica começa a fazer-se notar, e resvala mesmo, a certo ponto, para uma certa simplificação pseudoexistencialista, exortando o sujeito a sentir de outra forma aquilo que o corpo nos transmite como verdadeiro. Por exemplo, quando evoca a metáfora da *“onda do mar”*, que *“tem sentido, [porque] recua e depois*

²³⁹ Apesar desta expressão não ter sido em momento algum verbalizada, julgamos que a nomenclatura permite que as evidências das suas práticas possam ser inseridas no esquema maior de compreensão de uma técnica psicológica, das mais eficazes da contemporaneidade, de incitação à ação – o coaching – que se desenrola tipicamente através da orientação cognitiva para um duplo movimento dirigido ao self: a construção do novo pela destruição ou dissolução do velho (Binkley, 2011).

impulsiona (...) para um fazer que se situa no equilíbrio do ser”, até parece que os salpicos da orla beijam os ouvintes.

Noutro exemplo, a exortação para estar *“em contacto e ligado aos outros”* parece ter que ver com os sentidos que são necessários apurar, com as sensações de olhar para as coisas, para objetos e para pessoas, de uma forma diferente, selecionando-os de forma diferente.

Este apelo começa por ser eficaz, do ponto de vista psicológico, porque as mudanças solicitadas pelas instâncias superiores do self – um *outro* sujeito que olha para tudo com *outra* atenção – são efetivamente capazes de gerar “novos” objetos e sentimentos em sede do proto-self, cujas representações serão tornadas conscientes e transitoriamente catalogadas como novo conhecimento pelo self nuclear²⁴⁰, em trânsito até à sua integração no self autobiográfico. No fundo, renova-se a asserção de Lahire (2005: 11) de que é “o ponto de vista que cria o objeto e não o objeto que fica tranquilamente à espera, no real”. O corolário expectável é que esse novo conhecimento, substituindo uma anterior mentira ou crença deficitária, não pode deixar de ser representado como verdadeiro.

Mas, como é sabido, “entre as crenças e as possibilidades reais de ação” (Lahire, 2005: 18) há uma distância que deve ser ponderada, considerando-se as últimas sempre delimitadas e constrangidas, mais ou menos fortemente, pelo contexto ambiental. Ainda que, sob a orientação do facilitador, aparentemente nada há a dizer sobre isto. Aliás, sobre os constrangimentos ambientais, a perspetiva é invariavelmente a da possibilidade, desde que a ela seja devotada uma detalhada, constante e diferente “atenção”, quer a si, quer ao contexto envolvente – é por isso que o nível de alerta requerido parece ser alto.

²⁴⁰ Como refere Damásio (2013: 211-212): “(...) a primeira base para o self consciente é um sentimento que surge na re-representação do proto-self não consciente, durante o processo de ser modificado. O primeiro truque da consciência é a criação do relato desta modificação, e a sua primeira consequência é o sentimento de conhecer”.

Cientes de que, para os nossos propósitos, a necessária abordagem “consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos” (Foucault, 2008a: 55), tomamos aqui um desvio apenas para vincar o seguinte: de facto, a necessidade de estar alerta a tudo, a todo o momento, é uma orientação constitutiva do “empreendedorismo”, nomeadamente desde que Kirzner o tornou central (mais até que o conceito de “inovação”) para a definição do agente empreendedor como “um decisor cujo principal papel consiste em estar alerta para oportunidades que até então não tinham sido percebidas” (Kirzner, 1979: 38-39, *cit in* Chell, 2008), e que, através dessa ação, restaura o equilíbrio sistémico onde antes não o havia.

Congruentemente, tudo parece poder ser perscrutado pelo olhar atento, produtivo, e certamente empreendedor: das situações mais mundanas às situações-limite – por exemplo as que se caracterizam pelo sofrimento e perda e como foi de resto evocado²⁴¹ por um dos participantes – quaisquer situações de “*desequilíbrio*” podem ser vistas (e exploradas) enquanto oportunidades de “*mudança*”, porque é esta que irá restaurar o aparentemente necessário “*equilíbrio*”.

“Equilíbrio” é também uma palavra-chave no discurso em análise. Exalta-se o “*fazer que se situa no equilíbrio do ser*”, o qual deve ser mantido por via de um “*alinhamento*” e de uma “*coerência*” com o interior “*genuíno*”, só possível quando permanentemente “*em contacto com aquilo que querem ser*”.

Mesmo descontando a constatação de noções perfeitamente *cliché* daquilo que Foucault famosamente designou de “culto californiano do *self*” (*cit in* Hamann, 2009) e que fazem seguramente parte de qualquer bom *best-seller* de autoajuda ou de orientação metafísica – devidamente introduzido com o inusitado determinismo do repto “*ousar ser quem têm de ser*” – não podemos deixar de interpretar esta prática discursiva como instância concreta daquilo que Honneth (2004) descreve como

²⁴¹ Como evidencia este excerto do diário de bordo de 22 de março de 2014: “(...) Quando questiona sobre aquilo que prende a atenção dos formandos, recebe respostas como: ‘situações difíceis’, ‘uma visão diferente trazida pela doença’ ou a ‘literatura assim mais espiritual, como o Osho’. JMS não descarta nenhuma das ideias, e diz que estar atento, naquele contexto, é também uma coisa “mais ou menos espiritual”.”

exigências institucionais contemporâneas de um self autêntico, cujos requerimentos para a descoberta e apresentação de uma originalidade autobiográfica podem redundar num exercício solipsista e fictício, quando desprovido do diálogo intersubjetivo.

Há razões para temer que esse seja o efeito atingido, porque embora a prática discursiva aponte, sem margem para equívocos, as relações sociais como componentes fundamentais da ação, o processo de desenvolvimento (que, naquela circunstância, é solicitado) parte sobretudo de dentro para fora, consubstanciando uma gramatização da técnica que sustenta o “foco na mutualidade, na cooperação e na reciprocidade emocional como problema da interioridade psicológica” (Binkley, 2011: 94). O contexto que permite tal afirmação encontra-se modelado pelo discurso: “*a mudança nos outros decorre da mudança interior, pessoal*”; então, fruto de um “*egoísmo positivo*”, o corolário é: “*vou-me encontrar para ser útil aos outros*”.

Aquela foi, efetivamente, uma boa deixa para introduzir as relações sociais: “*cumprimo-nos no outro*” e a “*a responsabilidade de ser porque tu és*” alinha-se perfeitamente com os primeiros sentidos da AU (cf. Capítulo 6).

Porém, vertido no “*ideal renovado todos os dias [que é] pensar [n]o que é que vamos trazer e propor aos outros*”, e apoiado no imperativo de “*ser útil aos outros*”, aquilo que poderia ser uma viragem no discurso até então, passa a assumir aquilo que, na verdade, sempre se procurou: um “*compromisso para agir*²⁴²”.

Assim, é lícito que a ação social desejada possa passar pela adoção de comportamentos estratégicos e contemplativos que comunicam aquilo que sujeito considera ser necessário (i.e. “*preciso*” de estabelecer relações “*para me cumprir*” e “*há que decidir como queremos existir na relação*”).

Para além disso, advoga-se que essa é uma teleologia a ser efetuada (a todo o custo?), ainda que para a outra parte “*não seja fácil, porque as tira do espaço de conforto*”, e

²⁴² Ideia-chave da segunda sessão “Os meus recursos pessoais” e levada a cabo no dia 17 de maio de 2014, declarada mais do que uma vez por JMS – reforçada por asserções tais como “a transformação vem da prática, não da compreensão” e “sucesso está na vivência”. Essa ideia foi registada por um dos participantes que declarou, já perto do final da sessão: “o maior desafio é esse compromisso para agir”.

que se deva estar preparado para a mesma “*não querer*” ou não “*estar preparad[a]*” para aquilo que é proposto, e será devido a isso que “*devemos conviver de uma certa maneira, senão a ligação perde-se*”.

Aparentemente dispensando a compreensão mútua que advém tomada de perspectiva (intersubjetividade), “*pensar [n]o que é que vamos trazer e propor aos outros*” demonstra que a participação no coletivo é ulterior e dependente dos problemas individualizados de formação de sentido. Deste modo, tais evidências qualificam uma dimensão programática que apresenta como ponto de partida inabalável o próprio sujeito individua(liza)do, o que pode produzir efeitos contrários àquilo que é o sentido de desenvolvimento co-construído suportado pela AU.

Em paralelo, o discurso parece fixar, de forma precisa, o objetivo-último da ação, orientando-a processualmente pela função que cada ator desempenha, de forma a atingi-lo. Vejamos como esta premissa foi por nós registada, perto do final da sessão observada:

“(…) Embora afirme que a “dimensão de mim tem de estar incluída no projeto empreendedor”, “a visão do futuro é o que torna possível ligarmo-nos aos outros em torno de um projeto, de uma esperança.”. Então, para além da sustentabilidade da organização – “não é só definir quem faz o quê, ou como se vai arranjar o dinheiro para fazer isto ou aquilo. Isso é importante, mas não é o que define” – é preciso “vocaçã”, “dom”, “responsabilidade”, “paixão”, “tomada de decisão”. (...) Outra ideia forte: “Não há ideias que mudam a História. Há pessoas”, referindo como exemplos [Mohammad] Yunus e Madre Teresa [de Calcutá]. (...) Volta a referir que para além da “construção formal” da organização, “que é fundamental, mas não suficiente”, é importante “a pessoa que lá está”. No seguimento, afirma “as vidas ubuntu são o melhor tema para o pitch, porque sou eu [sentido figurado] que lá estou”, insistindo, “quem vos apoiar, vai apoiar-vos a vós, não ao projeto, porque o projeto não fala de si próprio (...) há outros fatores que não a racionalidade”. In diário de bordo, 22 março de 2014

A declaração que inicia o excerto – “*a dimensão de mim tem de estar incluída no projeto empreendedor*” – não deixa aqui espaço para duvidar da proposta de autorrealização, nem da dimensão programática desta técnica pedagógica. O objetivo declarado para todos, ou se quisermos dizer de outro modo, as expectativas partilhadas, desembocam num objeto que, recordando Dey e Steyaert (2012), parece representar muito mais do que uma mera profissão (cf. Capítulo 2).

Ao conter aquilo que permite “*ligarmo-nos aos outros em torno de um projeto (...) de uma visão do futuro (...) de uma esperança*”, o projeto socialmente empreendedor, como propriedade emergente de um processo de descoberta de si, reflete a abordagem individualizada que destacamos como (proto)típica na literatura do ES. Até pela centralidade “da comunicação da visão em termos morais”, como advogam Roberts e Woods (2005: 48) que, ao ter sede no “topo da escala de complexidade [ndr. a consciência moral]” (Damásio, 2013: 280), se serve da estafada referência aos exemplos de indivíduos heroicos, quasi-mitológicos (Cf. Capítulo 2).

Similarmente, os anseios mais ou menos enraizados de ser e fazer a diferença no mundo conjugam-se com a sua colocação em prática, no campo socioprofissional, através de uma conduta própria aos empreendedores sociais, é embrulhada por termos como “*responsabilidade*”, “*paixão*” e “*vocação*”, algo que é sobejamente defendido pelos decanos autores do ES (cf. Capítulo 3) e acompanha, de resto, uma tendência já bem documentada de incrustação destes significantes nas teorias implícitas que enquadram o debate público, popular e académico sobre o Trabalho (Chen, Ellsworth & Schwartz, 2015).

Analiticamente interessante, uma vez mais, é a profundidade de processos psicológicos a que se tenta chegar. Repare-se como o discurso se move, lenta e intencionalmente, em direção a uma das mais poderosas fontes de motivação para a ação comprometida, nomeadamente os sentimentos e emoções. Ao declarar, por exemplo, que existem “*outros fatores que não a racionalidade*”, o facilitador não está propriamente a constatar uma verdade *lapalissiana*, mas sim a convocar o princípio da emoção como máxima liberdade e contraponto à coação racional, como explica Byung-Chul Han, apontando às grandes tendências que objetivam a nossa existência contemporânea:

“A partir de um determinado nível de produção, a racionalidade, que representa a sociedade disciplinar, enfrenta os seus limites. A racionalidade percebe-se então como coação, como obstáculo. De repente, tem efeitos rígidos e inflexíveis. Em seu lugar, entra em cena a *emocionalidade*, que vai paralela ao sentimento de liberdade, ao livre desenvolvimento da personalidade. Ser livre significa inclusivamente dar livre-trânsito às emoções. O capitalismo da emoção serve-se da liberdade. Celebra-se a emoção como uma expressão da subjetividade livre.” (Han, 2014: 38-39).

Conclui-se que, no entrecruzamento entre a psicologia e a sociologia²⁴³, entre o Trabalho e a identidade, encontramos sinais de uma governamentalidade psicopolítica *positiva*, na AU, neste caso facilitada por um *coach* que assenta a sua intervenção num paradigma de gestão emocional instrumental e produtivista (Binkley, 2011).

Avançando na análise, se neste tipo de eventos se solicitam (mudanças nas) estruturas psicológicas bem enraizadas, eventualmente até subsumadas pelos acontecimentos biográficos dos indivíduos, intui-se que a sua (recorrente) ativação só pode fazer sentido na companhia de uma atualização de expectativas que tenha em conta a sua concretização. Pelo menos, se seguirmos a linha de orientação ali proposta, e tomarmos como válida a aceção de que só “os hábitos que foram interiorizados precocemente, em condições favoráveis à sua boa interiorização (...) e que encontram condições positivas (socialmente gratificantes) de concretização, podem dar lugar àquilo que é comumente denominado por paixão” (Lahire, 2005: 22).

Mas, o que é que acontece se as novas expectativas, ou as representações entretanto criadas, não encontrarem as necessárias condições para se exprimirem no *real*? Se

²⁴³ Como referem Berger e Luckmann (2004: 234, 235) a este respeito: “Na medida em que as teorias psicológicas são elementos da definição social da realidade, a sua capacidade de gerar a realidade é uma característica de que participam com outras teorias legitimadoras. Contudo, seu poder realizador é particularmente grande, porque é atualizado por processos de formação de identidade emocionalmente carregados. (...) Sua interiorização é acelerada pelo fato de referir-se à realidade interna, de modo que o indivíduo a realiza no próprio ato de interiorizá-la. Além do mais (...) é provável que sua interiorização seja acompanhada pela identificação, por conseguinte *ipso facto* é provável que seja formadora de identidade.”

aceitamos que “vivemos em sociedades em que os atores podem incorporar crenças (normas, modelos, valores, ideais...) sem ter os meios (materiais e/ou disposicionais) para as respeitar, concretizar, atingir ou cumprir” (Lahire, 2005: 18-21), e que “certas disposições constituídas podem enfraquecer ou apagar-se pelo facto de não encontrarem condições para a sua atualização, e às vezes mesmo pelo facto de encontrarem condições de repressão” (idem), então um contexto social que providencie fracas oportunidades de realização socioprofissional é, teoricamente, mais penalizador para os sujeitos que, suportando-se em crenças sobre o que é (não o que pode vir-a-ser) a sua paixão ou vocação, investiram todos os recursos psicológicos e afetivos nisso mesmo (O’Keefe, Dweck, & Walton, 2018).

Por conseguinte, e sabendo que “estes desfasamentos entre crenças e condições objetivas de existência, ou entre crenças e disposições para agir, conduzem muitas vezes a sentimentos de frustração, de culpabilidade, de ilegitimidade ou de má consciência” (Lahire, 2005: 18-19), poder-se-á assumir um aumento do risco de frustração e insatisfação não só com a estrutura educativa que deu azo às novas crenças, mas também com as dinâmicas complexas de um processo de desenvolvimento individual.

Isto para não irmos mais longe, ao considerarmos uma possível entrada em processos mais ou menos preocupantes de desorganização psicológica e afetiva, algo que não pode ser descartado tendo em conta o enorme e enfático peso colocado sobre o indivíduo e os seus “*recursos pessoais*”.

Em adição, se recordarmos a referência final ao “*pitch*²⁴⁴” (momento em que alguém decide “comprar” algo) suportada pela noção de que “*quem vos apoiar, vai apoiar-vos a vós, não ao projeto, porque o projeto não fala de si próprio*”, como não encarar um possível falhanço como um falhanço do próprio?

²⁴⁴ Termo já amplamente importado para a literatura do ES e aplicado a várias das suas vertentes, da educação (Chang, Benamraoui & Rieple, 2013) à chamada finança social (Varga & Hayday, 2019), a palavra *pitch* pode significar, de acordo com a definição do dicionário *online* de Cambridge (retirado de <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/pitch>, acedido a 22/06/2018), “um discurso ou ato que tenta persuadir alguém a comprar ou a fazer algo: (...) [E.g.] um homem na loja deu-me o seu *pitch* sobre a qualidade do que vendia.”

Reflexões como “Penso em tudo o que a AU me tem dado, mas colocar isso em prática...” e “Estou mais disponível e inspirada, mas de concreto... é difícil” foram verbalizadas, e por nós escutadas, em sessões posteriores d’ “Os meus recursos pessoais”. Serão elas o reflexo de sujeitos ansiosos que, sentindo o insustentável peso da responsabilidade sobre os seus ombros, como diria Kundera, bloqueiam ou não encontram formas de produzir uma resposta à altura do que (aparentemente) se lhes é exigido? Que impactos podem ser esperados de uma incorporação atomística, empresarial e responsável, das crises do mundo social (McNay, 2009)? Teria razão Honneth (2004) ao ligar as vãs promessas emancipatórias da individualização institucionalizada, à emergência de patologias não apenas do foro social, mas também psicológico?

No seguimento, é imprescindível considerar a hipótese de não estarmos defronte de uma chamada para a vivência de um processo libertador, porquanto as evidências que sobressaem dos jogos de verdade aqui praticados não nos permitem descrever um processo de autodescoberta, nem um verdadeiro cuidado de si (Cf. Hamann, 2009), como à primeira vista parecia ser o caso.

É certo que, do ponto de vista formal, presenciámos o recurso a dispositivos técnico-discursivos que, eivados de subtilezas e plenos de sedução, aparentemente fornecem uma muito maior liberdade ao sujeito para se reconstruir nos seus próprios termos, tendo o Outro como *raison d’être*. É possível, até, que os participantes se tenham acercado de práticas sociais mais livres e esclarecidas através de “uma relação crítica, mas imanente com as formas como a nossa individualidade nos é dada a priori” (Hamann, 2009: 58).

Porém, não nos iludamos. A sedução que reveste os discursos e práticas discursivas contemporâneas que apontam ao desenvolvimento pessoal, alerta-nos frequentemente Byung-Chul Han (2014), deve ser vista ela próprio como uma tecnologia de si, cuja eficácia reside no ato do sujeito atuar sobre si próprio de forma voluntária e prospetiva, enquanto interpreta todo o processo como usufruto e fonte de liberdade, não suspeitando que essa é, na realidade, uma falsa liberdade.

Julga-se que a gramatização da(s) técnica(s) aqui mobilizadas – porque não concebe um espaço para que novas crenças sejam co-construídas, e porque sobre as relações contextuais e de poder nada tem a dizer – não parece configurar uma “forma de subjetivação crítica e de resistência onde, ao invés de se objetivarem num dado discurso de poder/conhecimento, os indivíduos encetam práticas de liberdade acionadas por uma *parrhesia* ética, por um ‘falar verdade’ ao poder” (Hamann, 2009: 56).

Assim, e tendo em conta que “não existem caminhos para a pessoalidade ou subjetividade que se situem fora do poder” (Weberman, 2000: 264, *cit in* Hamann, 2009), não se pode afirmar que o subprograma educativo aqui em análise tenha apresentado, pelo menos nos eventos observados, suficiente mérito para passar o teste, que McNay formula da seguinte forma:

“Como pode um processo individualizado de auto-formação ter suficientes recursos para apresentar um desafio sério, ou uma recusa, a uma forma de poder que opera precisamente pela profusão da diferenciação e da gestão da autonomia individual?” (McNay, 2009: 68).

Em conclusão, assumimos que o engajamento num processo deste tipo – que não admite que o sujeito possa individuar-se coletivamente, ou com algo que não seja o próprio self – pode, por mais remoto que seja este o efeito da sessão agora em análise, e muito menos aquilo que era pretendido, levar o sujeito a deixar de saber distinguir aquilo que da “viagem” de auto-descoberta subsiste como real, ou se apresenta como fictício.

Talvez ainda pior, o sujeito pode ser instado a reproduzir uma trama de dominação por outrem urdida, como que agarrado à “separação cognoscitiva das trevas e da luz” (Berger & Luckmann, 2004: 212) em que tanto investiu, à medida que para si não acumula senão “sintomas de vazio interior, de superfluidade e ausência de propósito” (Honneth, 2004: 467).

A expressão de uma das participantes, verbalizada também numa sessão posterior – “*não consigo explicar, mas fez-me agir*” – não poderia aqui ser mais eloquente ou ilustrativa dos potenciais efeitos grotescos advindos da utilização de técnicas

individualizantes e *psicologizantes*, do self e das relações sociais, como base para a constituição apolítica das subjetividades (Foucault, 1980, 2008b; Han, 2014).

F4 – Observação da sessão de 8 de março de 2014 – Seminário “Marketing e Comunicação”.

Ostentando o título de “Marketing e Comunicação”, este é o primeiro “*módulo de formação*”, dinamizado por consultores afetos à LIPOR (ndr. consultora da 2ª Edição, no Porto). A primeiríssima intervenção de um destes remeteu para o primeiro slide da sua apresentação powerpoint:

“Com Steve Jobs e o logo da Apple em primeiro plano, pode ler-se que os líderes ‘*change the world*’ porque, sendo ‘*loucos ou génios*’, demonstram ‘*pouco respeito pelas regras*’ e pelo ‘*statu quo*’.” (in Diário de bordo, 8 de março 2014).

A caracterização de Steve Jobs como um líder disruptivo, um empreendedor e “*inovador*”, com o seu quê de génio e de louco – como se *dele* tivéssemos todos temos um pouco – abre a porta a uma prática discursiva que, se quiséssemos adotar um tom ecuménico, poderia ser assim descriptado: Celebremos os líderes extraordinários pois, tal como eles trouxeram a tão ansiada inovação, também vós lhes poderão seguir as pisadas.

Esta introdução é deveras reveladora quer do *programa* de ES que a AU, através da LIPOR, pretende que os seus participantes internalizem, quer das tendências gerais que, desde cedo, se verificaram na construção social do conhecimento.

Se, a partir de Berger e Luckmann (2004: 104), “os papéis são representativos de uma ordem institucional que define seu carácter (incluindo seus apêndices de conhecimentos) e da qual derivam o sentido objetivo que possuem”, não será por acaso, evidentemente, que a sessão começa com tão ilustre representante das ordens discursivas e institucionais hegemónicas²⁴⁵ da contemporaneidade. Até porque é,

²⁴⁵ Uma vez mais, recorremos ao enfoque que Berger e Luckmann (2004: 106) colocam no conceito de papel social, acrescentando: “Alguns papéis, contudo, representam simbolicamente esta ordem em sua totalidade mais do que outros. Tais papéis têm grande importância estratégica numa sociedade, uma vez que representam não somente esta ou aquela instituição, mas a integração de todas as instituições em um mundo dotado de sentido (...) isto é, têm uma relação especial com o aparelho legitimador da sociedade. Alguns papéis não têm outras funções senão esta representação da ordem institucional como totalidade integrada (...)”.

justamente, através de uma excitada e estratégica imersão simbólica no papel social do indivíduo-empREENDEDOR que tais instituições se tornam “presença real na experiência de indivíduos vivos” (Berger & Luckmann, 2004: 109).

Continuando por este prisma, não surpreende que a sessão tenha avançado para elementos discursivos próprios do Mercado. Vejamos um excerto de diário de bordo desse dia:

“Ao declarar que *‘o futuro já aconteceu’*, adverte que, neste contexto, *‘só vencemos se nos anteciparmos, se fizermos diferente’*. De seguida, abre imediatamente caminho à competitividade inerente, afirmando que os formandos *‘vão concorrer no mercado, mesmo com outros projetos sociais’*, pelo que a aposta deve passar por *‘antecipar o mercado’*. Definido o tom, avança-se para uma exposição sobre o que é a *‘gestão de marketing’*.

Aqui plasmadas encontram-se as regras do jogo discursivo, que virão a ocupar o resto da sessão, partilhadas e legitimadas como memória coletiva a reter. E estas são os *mantras* da inovação e da diferenciação que suportam a lógica competitiva de uma certa cultura empresarial e corporativa, isto é, a lógica que afirma que “as forças da competição, em conjunto com incentivos fiscais e económicos, moldam o ambiente no qual as decisões estratégicas e táticas são feitas” (Chell, 2008: 59), e que “o objetivo [de tais decisões] é ganhar vantagem competitiva sobre as empresas rivais” (idem).

Tudo isto, asseguram-nos agora, existe para e entre as “*organizações sociais*”, restando pouca complacência para quem não muda, para quem não se adapta ou conquista a mudança, com quem não a faz acontecer. E, para fazer acontecer, afigura-se necessário absorver e incorporar os conceitos (e.g.: Cliente), táticas (E.g.: “antecipar o mercado”) e “ferramentas” (E.g.: Análise de *Benchmarking*) que configuram este *stock* de conhecimentos que deve ser acedido, a linguagem que deve ser apreendida, e que registámos do seguinte modo:

“(…) A linguagem é claramente empresarial: expressões como “Satisfação de necessidades”; “Lucro”; “Cliente”; “Fidelização”; “Mercado”; “Encantar”; “Inovação” e “Concorrência” são pontos centrais para a definição proposta do

que é a “gestão de marketing”, antecipando a descrição de algumas das suas principais “ferramentas”. Também estas, posteriormente descritas uma por uma, são decalcadas das teorias contemporâneas da Gestão: “Análise SWOT (interna e externa)”, “Análise de Benchmarking” e “Marketing Mix”, com seus 4 Ps (Produto, Promoção, Preço e Placement). Os exemplos de organizações reais que acompanham estas descrições são apenas e só de empresas de âmbito lucrativo.” (In Diário de bordo, 8 de Março de 2014).

Sabendo que “as instituições também são representadas de outras maneiras” (Berger & Luckmann, 2004: 92) e que as “suas objetivações linguísticas, das simples designações verbais até a incorporação em simbolizações da realidade altamente complexas, também as representam (isto é, tornam-nas presentes) na experiência” (idem), as escolhas linguísticas de quem dirigiu o evento em análise revelam uma clara intenção programática: a empresarialização, de lógica instrumental e gestionária, que apenas anui, como refere Rodrigues (2010: 4), a uma “concepção do funcionamento global da sociedade que tem por referência, ou modelo, o funcionamento das empresas (privadas)”.

Em congruência, e se este é o “segundo núcleo [formativo] (...) de caixa de ferramentas para um líder, muito relacionadas com a parte de gestão de projeto (...) em termos de concepção e gestão de projeto, desde a identificação das necessidades até à avaliação” (E4), estaremos defronte de mais um exemplo de que, “de facto, os modelos, as técnicas e as ideias da gestão mantêm correspondência com uma lógica instrumental, típica da utilização que se dá a uma mera ferramenta, ou seja, a que se recorre conforme a situação e posteriormente se deposita novamente na respectiva” (Rodrigues, 2010: 6).

Além do mais, e como se tem vindo a demonstrar, a *transferência da assinatura* do Mercado (Cf. Capítulo 1), ou do seu *universo simbólico* como diriam Berger e Luckmann (2004), torna-se aqui um fenómeno perfeitamente verificável: o fio condutor vem de cima para baixo, e tal como as regras são naturalizadas como ubíquas, isto é, como aplicáveis a qualquer contexto e momento, também as ferramentas, os instrumentos da produtividade e da obtenção dos fins, o são relativamente às organizações com “missão social”.

Nesta perspetiva, é perfeitamente plausível, por exemplo, acrescentar um S de social a ROI (*return on investment*) sem qualquer dificuldade:

“Talvez intuindo a oportunidade para, agregando elementos, trazer a conversa para o “campo” social, Rui Marques introduz o debate do “*retorno social do investimento*” com “*valor financeiro para stakeholders*”, especificando os “*trabalhadores*”, e também para a “*comunidade*”. Apresenta o conceito como “*mudança de paradigma*” face a práticas de despesa e políticas públicas de carácter mais tradicional. Ao invés da formadora, o exemplo de SROI (ndr. Social Return On Investment) vai buscá-lo a uma organização sem fins lucrativos, nomeadamente a “Casa do Gil”, enfatizando o seu rácio de 1€ investido para 20€ de retorno.” (*In* Diário de bordo, 8 de março de 2014)

Considerado, também naquela sessão, como novo padrão-ouro da angariação e gestão de recursos, acoplada à transparência e eficiência, o SROI é amplamente representativo do comentário recorrente que indica que as organizações do TS só melhoram a sua performance e só são viáveis (quanto mais prósperas) se estiverem dispostas a aplicar as últimas práticas de gestão (Cf. Capítulo 3).

Não obstante, já o referimos, tal transferência pode encontrar resistências, sabendo que “a socialização nunca é completamente sucedida (...) [e] este problema intrínseco acentua-se quando versões divergentes do universo simbólico começam a ser partilhadas” (Berger & Luckmann, 2004: 144). Neste particular, a seguinte passagem pode ser deveras ilustrativa:

“Numa conversa informal à hora de almoço, um *participante* verbalizou o seguinte pensamento: “*Quando falaram da marca, parecia que não estavam a falar de pessoas*”. De facto, quando a “*marca*” é um “*instrumento diferenciador*”, que tem “*personalidade*” e “*necessita de algo que a revele*”; quando a marca “*faz-se*” e “*conquista-se*” garantindo “*unidade*”, “*ADN*” e “*consistência*” para atingir os “*atributos-base*” (“*relevância*”, “*durabilidade*”, a “*confiança*” e “*excepcionalidade*”); Quando se oscila “*entre texturas*”, e se faz “*deslocar*” o investimento em *marketing* dos “*valores posicionais*” para os “*profundos*”;

Quando se deve “*auferir valor*”, “*fidelizar*” e “*perdurar no tempo*”... Quando todo este jargão é assim mobilizado, percebe-se melhor o comentário/desabafo do participante.” (In Diário de bordo, 8 de março de 2014).

Assim se demonstra a dissonância cognitiva relativa à promoção, clara e desenfreada, de um isomorfismo que apresenta como referência as práticas e enquadramentos institucionais típicos das empresas do Mercado, para qualquer OTS existente ou por criar. E parece também evidente, como defende Habermas (1987), que a utilização massiva de significantes encriptados numa lógica funcionalista tem, como consequência, a obliteração dos espaços e tempos da interação e da intersubjetividade, com uma consequente desumanização.

Porém, a resistência que parece montar-se, aqui e ali, à internalização desta prática discursiva revela a possibilidade de o sujeito poder não ser um mero veículo reprodutor e acrítico. Ainda assim, quando este ímpeto de resistência surge não como locução murmurada e desiludida, mas como confrontação ativa e *in vivo*, também ela pode ser extinta através de eficazes modos de controlo da interação comunicativa (Van Dijk, 1998). Tomemos como exemplo o pequeno “debate” que se gerou acerca do conceito de “lucro”:

(...) ‘O lucro não é mau, é bom! Precisamos de ter dinheiro, não é? A par disso posso ter cuidados com a comunidade, com o ambiente, etc. Mas não tenham medo de falar de lucro.’ (...) A primeira intervenção de um dos formandos parece ir contra esta lógica, preferindo afirmar outros conceitos, notoriamente o de “valor”. Mas é contestado pela formadora que reafirma que “é preciso lucro. Para alavancar, para fomentar, para crescer”, pelo que [todos] “podem e têm de ganhar dinheiro.” Uma segunda intervenção demonstra concordar com a formadora, indo até mais longe no sentido de ser “preciso convencer os colegas, porque a mensagem tem mesmo de ser essa”. (In Diário de bordo, 8 de Março de 2014).

É evidente que o tal “*lucro*” se encontra, sob qualquer ponto de vista, numa posição perfeitamente central do edifício de sentido do Mercado – como vimos, o universo

simbólico de referência para esta sessão. E sucede que toda a ordem institucional que o suporta beneficia continua e sucessivamente de instâncias e eventos, estruturas e práticas de legitimação ideológica. Já o sabemos, não estamos a lidar com qualquer exceção. Então, em vez de repetir o argumentário já anteriormente aduzido, lembramo-nos somente dos ensinamentos de Marcuse (1991), que julgávamos já de certa forma obsoletos, na medida em que a redução de tão diversas ideias e aspirações, discursos e práticas, a termos de um universo particularmente fechado, consubstancia a evidência de um padrão de pensamento unidimensional.

Interessa igualmente ressaltar que a noção de que a ideologia suturada nesta prática discursiva só se manifesta com este vigor porque a estrutura da AU permitiu que o contexto comunicativo pudesse ser construído (certamente aproveitando reminiscências dos contextos escolásticos) a partir de posições sociais bem definidas.

Mais concretamente, os recipientes do conhecimento e os atores que o debitam, a partir da sua posição de peritos, interligam-se numa relação de poder que atribui aos últimos o controlo da situação social, bem como a definição daquilo que é relevante, e, não menos importante, a dinâmica e os ritmos da interação (Fairclough, 1995; Van Dijk, 1998).

De facto, o que foi testemunhado *in loco* foi, parafraseando Laclau, a incessante “vontade de totalizar de um discurso totalizante” (Laclau, 1990, *cit in* Rear & Jones, 2013). Perante esta vontade, as relações de poder assimétricas tornaram a contra-argumentação difícil, e a manutenção do controlo da interação contou com diversas táticas para a sua neutralização: da desmistificação (“*O lucro não é mau, é bom!*”) ao apelo à ação contra-intuitiva e “corajosa” (“*não tenham medo de falar de lucro.*”), passando pela naturalização do legado institucional (“*Precisamos de ter dinheiro, não é? (...) para alavancar, para fomentar, para crescer*”).

Mesmo que tudo isto não seja suficiente para convencer um auditório de que nesta lógica, tomada como natural e certa, todos ganham²⁴⁶, a própria dinâmica grupal pode

²⁴⁶ Parece ser, de facto, essa a mensagem, como julgamos que comprova o seguinte excerto: “Rui Marques responde [ndr. A um participante que, alertando para os perigos do “green washing”, promoveu o

ser alterada de forma a isolar a voz, ainda que tímida, de quem não concorda necessariamente que “aquilo que cria lucro também serve a sociedade” (Boltanski & Chiapello, 2007: 13).

Nessa circunstância, e caso sejam acionados os “vários mecanismos destinados a manter o universo ‘oficial’ contra o desafio herético” (Berger & Luckmann, 2004: 144-145), também não se afigura penalizador, para os objetivos gerais da comunicação, reprimir a ameaça que constitui tal heresia.

Portanto, e em suma, a técnica pedagógica em análise pretendeu transmitir um determinado universo simbólico como conhecimento naturalizado e facto relevante a ser cognitivamente apreendido. Para tanto, apoiou-se num contexto comunicativo propício ao estabelecimento imediato de relações de poder assimétricas, o que permitiu a profusão de uma linguagem técnica e funcionalizada – uma gramatização empresarial – que dispensou grandes elaborações ou consensos.

O contraste face a eventos antecedentes da AU foi notório, e talvez daí faça mais sentido a confissão de um dos participantes – *“já estava com saudades destas sessões de liderança”* – verbalizada no seminário vespertino, dedicado a Aung San Suu Kyi, que viria a ter lugar poucas horas depois.

“consumo responsável”], dizendo essencialmente que há situações em que todos ganham, aquilo a que chama de “situações win-win”, dando como exemplo o “modelo muito inteligente” do Banco Alimentar, através do qual ganham tanto as grandes superfícies como os beneficiários finais.” In Diário de bordo, de 8 de março de 2014.

Anexo G – Excurso 1: O “Iluminismo” e a emergência *moderna* do Estado, Comunidade e Sociedade Civil.

É, sensivelmente, no séc. XVIII que a *Modernidade* se insinua, manifestando-se nos interstícios de antigos e emergentes (sub)sistemas sociais, enquanto parte das grandes transformações que consubstanciam o “século das luzes” europeu. Previamente a qualquer apreciação, vejamos como um dos mais eminentes protagonistas do também designado “Iluminismo”, o filósofo Immanuel Kant, o descreveu, à laia de reflexão sobre o seu zeitgeist:

"Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. Sapere aude! Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo." (Kant, 1784: 1).

O principal legado do “Iluminismo” consta, a nosso ver, deste pequeno discurso. No seu centro está o Homem, posto entre um passado agrilhado pela tradição e um futuro emancipado pela Razão. O caminho é claro e a construção frásica obedece como se se tratasse de um imperativo categórico. Consubstanciando um programa de libertação da magia e do mito (Horkheimer & Adorno, 1944), que é também o do corte com o monopólio de legitimação das instituições religiosas, a premissa central do Iluminismo enforma a sua derradeira atitude: o mundo encontra-se aberto à transformação, por via da ação racional do Homem (Giddens, 1991).

Por um lado, o “Iluminismo” produziu e revelou tudo aquilo que o sistema-mundo, herdado do séc. XV, precisava para poder evoluir para novos estádios, nomeadamente, para se poder diferenciar temporalmente (Luhmann, 1976): do passado obscuro dos mitos, rumo a um futuro elucidado pela Razão.

Se quisermos colocar as coisas de outra forma, a Modernidade sucede-se à constituição do sistema-mundo – assumimos que esta, devidamente articulada no séc. XVIII como

européia, ocidental e capitalista, é na realidade efeito do sistema-mundo e não causa do mesmo (Dussel, 1995, 1998) – porque representa o conteúdo descritivo de que aquele necessitava, de forma a poder atualizar o seu sentido e, com isso, construir uma identidade própria e diferente de sistemas passados.

No entanto, se o Iluminismo marcou a diferença entre o passado e futuro do sistema-mundo, que legitimidade teriam as autoridades sedimentadas pelo passado – os reis, nobres e chefes locais – para operar a propalada transição para o futuro? Como poderiam elas manter as suas hierarquias e estruturas de domínio, algumas institucionalizadas há séculos, quando novos sentidos para a conduta humana são promovidos através de novas, diferentes e (supostamente) melhores possibilidades? Em síntese, que futuro estaria reservado para os senhores feudais do passado? Mudança, evidentemente, “mudança nas estruturas sociais e nas relações entre as suas partes componentes” (Mills, 2000: 166).

Começamos por comentar que as distinções seletivas dos séculos XVII, e especialmente do séc. XVIII, foram consagrando opções que, na medida em que “formam séries encadeadas de acontecimentos que restringem opções futuras” (Santos, 2005a: 135), configuraram um modelo de integração sistémica cada vez mais difícil gerir em face de diversas dinâmicas institucionais, umas de continuidade com o passado, outras de exteriorização de um futuro por anunciar.

É no último quartel do séc. XVIII, que a problematização de “um sistema histórico [que] exauriu os mecanismos para se reequilibrar, extinguiu a eficácia dos ritmos cíclicos e afastou-se de tal forma do equilíbrio que as oscilações se tornam selvagens e imprevisíveis” (Wallerstein, 1997: 6) encontra, notoriamente em França, o espaço-tempo transformacional no qual se precipitaram os eventos tendentes à conquista daquilo que o “Iluminismo” preconizou – e que por isso mesmo o encerra: apresentamos como produto subsumido da conjuntura “das luzes”, a Revolução Francesa de 1789 como evento que efetivou a mudança histórica.

O que a Revolução Francesa identifica e sinaliza, retrospectivamente falando, é que, se por um lado define o “Ancien Régime”, arrastando consigo a ordem monárquica e

feudal prevalecente, por outro o Estado *Moderno* nasce, assim que se concebe a si próprio enquanto sistema de governo mais legítimo do que os precedentes. A fundamentação é clara, tal como o principal significado que lega para o futuro, como nos explica Bastos (2012: 267): “Com a Revolução Francesa, a justificação do poder do Estado reside na sua legitimidade conferida pela vontade popular, recuperando uma finalidade ética assente na declaração e realização dos direitos fundamentais do homem”.

Do ponto de vista da proteção da ética individualista, não há dúvidas que o desiderato se cumpriu formalmente: Aquilo que a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, escrita no ano revolucionário de 1789, começou por consagrar – todo o homem nasce livre e é portador de direitos inalienáveis, tais como o direito à liberdade, à propriedade privada, à segurança, ou à participação cívica e política – o influente código civil napoleónico de 1804 ratificou e estabeleceu como jurisprudência para todos os ordenamentos jurídicos ditos *modernos* (Habermas, 2000).

Ainda assim, não deve ser esquecido que o cumprimento daquele predicado não deixou de implicar (tal como já implicara para quase todos os anteriores sistemas de governação) o exercício de um poder decisivo e soberano sobre um dado território, fosse o mesmo sustentado pelo monopólio da violência física, ou pelo monopólio da produção legislativa (Weber, 1964). Portanto, é desprovido das bases de legitimação de outrora que o Estado se vê confrontado com a necessidade de assegurar que as decisões sobre o sistema-mundo continuarão a ser tomadas, e que as mesmas serão aceites com cada vez maior naturalidade.

Sabendo que a chave para este problema “diz respeito, por conseguinte e antes de mais, ao modo como a aceitação de decisões pode ser conseguida” (Esteves, 2005: 288), a estratégia de resolução passou, uma vez mais, pela incursão numa operação de redução da complexidade da qual resultariam macroprocessos de diferenciação interna: primeiro de sentidos – esgrimidos num contexto simbólico-discursivo dominado pela semântica da liberdade, cidadania e ordem social (Bastos, 2012) – e, no seguimento, de estruturas.

Atentando a este último aspeto, o Estado começa por se modernizar diferenciando internamente as suas estruturas como uma segmentação, tendo em vista, evidentemente, a “criação” dos chamados ramos legislativo, executivo e judicial. A emergência e autonomização destes subsistemas sociais traduz, pela sua imaginada equivalência, aquela que é, para Luhmann (*apud* Roth, 2015), a função social do *Estado*: a limitação do poder exercido por cada um dos subsistemas políticos, cuja apreensão não dispensou o apelo à evolução sistémica do Direito²⁴⁷ que, desonerando os sistemas sociais da tarefa de trabalhar e explicar a informação em toda a sua extensão²⁴⁸, se especializou na função definir e impor a Lei como fonte de legitimidade e garantia da ordem social²⁴⁹, a partir de uma racionalidade ética, moral e prática específica.

Sobre novas *estruturas* assim criadas, e através de um “diálogo” cada vez mais profícuo entre os seus subsistemas e o ambiente que os rodeia, ergue-se um complexo sentido *moderno* para o Estado: uma entidade acima de, e representante de *todos*; uma unidade da unidade e da diversidade e *já não* uma unidade dos interesses particulares das elites, nomeadamente das vetustas nobrezas europeias, como havia no passado.

É claro que, na prática, o declínio de determinados grupos sociais correspondeu à ascensão de outros. Mas isso, na perspetiva sistémica, e a partir de uma linha de

²⁴⁷ Neste processo, basta lembrar que somente através dela, e dos seus sucessivos reordenamentos jurídico-legais – como o advento do jusnaturalismo no séc. XVIII e a sua transição para o direito positivo do séc. XIX (Habermas, 2000) – se pôde codificar e generalizar os novos símbolos da autoridade formal, nomeadamente através dos binómios governo/oposição (Luhmann, *cit in* Roth, 2015) ou do binómio parlamento/povo, ambos sustentáculos para a criação das instituições necessárias à governação democrática, secular, parlamentarista e sufragista típica (Giddens, 1984) das sociedades centrais do sistema-mundo moderno.

²⁴⁸ Discernindo o horizonte de possibilidades através do binómio legal/não-legal, a Lei apresenta-se como dispositivo “de referência simplificado para a inserção, consciente ou inconsciente, de técnicas de resolução de problemas internos ao sistema, que não se encontram à disposição no meio ambiente e que também não se podem aplicar sem mediação ao meio ambiente.” (Luhmann, 2005b: 85)

²⁴⁹ Aqui se evidencia a crescente influência da disciplina do Direito na regulação social, através essencialmente da função de estabilização das expectativas mediante a produção de regras/instituições normativas que preservam, num dado espaço-tempo, a identificação de algo como legal; função essa que é coadjuvada pelas características autopoieticas do próprio sistema, que se vai refinando ao longo do tempo pelos códigos e mecanismos de jurisprudência, à luz da qual todos os novos casos são analisados (Cf. Zumbansen, 2006)

entendimento *foucauldiana*, é irrelevante²⁵⁰. Trata-se apenas de uma constatação que permite salientar uma outra dimensão de sentido, para nós bem mais relevante: a de que as seletividades inscritas na constituição do Estado moderno deram às sociedades crescentemente complexas e capacidade de decidir, aparentemente de forma coletiva, sobre os seus desafios, atuais e futuros.

Esta aceção leva-nos, desde logo, a rejeitar o carácter definitivo da ideia da limitação de poderes dos subsistemas políticos, imposta uns sobre os outros. Isto porque, mesmo que ela exista, as decisões do Estado, sejam elas impostas pela produção e aplicação de leis, ou pelo exercício da disciplina, vigilância e violência (Foucault, 2008b), estão sempre vinculados à representatividade do coletivo; dessa forma, cada subsistema político concorre para o exercício do poder da *totalidade* a que pertencem. Mas, exercício de poder ou dominação sobre quê?

Voltemos ao início do presente capítulo para responder: tendo em conta os princípios da longa duração que orientam a trajetória da *Modernidade*, aquilo que o Estado se apresta a dominar é um determinado espaço, física e simbolicamente percecionado como unitário, que lhe possibilite a entrada no grande desafio da diferenciação espacial, que é aquele que hierarquiza as sociedades no sistema-mundo a partir do seu posicionamento relativo no *continuum* centro-periferia.

A ideia de “nação” continua a ser o bilhete de entrada e, sob esse imperativo, a autodescrição do Estado moderno teve de gerar a heterodescrição de uma outra unidade de sentido complementar: uma Comunidade composta de indivíduos-cidadãos, no seguimento da inscrição da microética individualista, no já referido *code* napoleónico de 1804. Numa explicação complementar, assumimos que a constituição moderna do Estado teve como reverso da medalha a autonomização e diferenciação funcional da

²⁵⁰ Fazemos nossa a interpretação de Honneth (1993: 194-195) relativamente à obra de Foucault: “Da perspectiva de uma teoria dos sistemas, como aparentemente pode ser encontrada no ‘Discipline and Punish’ (...) as classes que dominam um dado momento são vistas como meros portadores [*bearers*, no original] dos processos sistémicos, isto é, como uma quantidade que pode, em princípio, ser ignorada.”

Comunidade, numa dupla lógica de independência e interdependência sistêmicas asseguradas, claro está, pela via comunicacional.

Alvo de inúmeras considerações político-filosóficas, e palco privilegiado de um imenso espectro da experiência humana, a Comunidade *moderna* apresenta-se-nos como um sistema social apto a manter coesas e organizadas as condutas, a (co)ordenar papéis sociais e identidades, a providenciar sentimentos e significados de pertença (Berger & Luckmann, 2004) porquanto é no seu núcleo de sentido que, como refere Giddens:

“Uma associação entre o sistema social e um local ou território específicos pode ser encontrado, que elementos normativos existem para ajudar a legitimar a ocupação do local (...) [que se] produzem as instituições ao longo do tempo e do espaço (...) e onde existe uma certa identidade comum entre os membros que não envolve necessariamente um consenso valorativo” (Giddens, 1984: 164).

Refletindo sobre estes aportes, no quadro da perspectiva sistémica que temos vindo a apresentar, defendemos então que a função social da Comunidade é, para um dado período ou extensão temporal e no âmbito de relações e práticas sociais territorialmente inscritas e institucionalmente sancionadas, reproduzir social e autonomamente (pela autopoiese) as instituições selecionadas (dominantes), a partir dos sistemas sociais e pessoais que as tornam possíveis.

Para efeitos comunicacionais, o seu meio simbolicamente generalizado deve necessariamente dizer respeito (a) à dimensão espacial que presidiu à sua constituição, avançando-se aqui a existência do código binário local/não-local como organizador fundamental e (b) à dimensão temporal, apenas por hábito cognitivo separada da do espaço, que então poderá ver os modos de reprodução social desdobrarem-se em tradição/ inovação.

A relação assimétrica que se infere pela invocação da reprodução social de estruturas dominantes na Comunidade implica aceitarmos a premissa de que este sistema social emerge a partir do momento em que passa a existir a necessidade de se definir um conjunto de indivíduos sujeitos (porque territorialmente inscritos) ao Estado. Mas também descreve a percepção de um sistema social que (re)constrói e reproduz,

frequentemente de forma pré-reflexiva (Bourdieu, 1977), determinados elementos comunicativos legados por outros sistemas sociais, especialmente pelo Estado, conquanto é representante legítimo da vontade geral.

Contudo, tal compreensão só é clarificada a partir do momento em que se traz à equação o mecanismo de acoplamento que articula ambos os sistemas sociais numa relação assimétrica ou até, se quisermos, de subalternidade. Falamos daquilo que, desde Rosseau, se designa de “contrato social”, e através do qual pode ser revelada toda uma nova gama de princípios de legitimidade da ação estatal, e aos quais os sucessivos processos de decisão coletivamente vinculantes podem passar a ser referidos.

O seu sucesso enquanto solução política *racional* reside, a partir de Bastos (2012) na comunicação de uma lógica processual que, firmada como um pacto, pressupõe uma reciprocidade tácita entre Estado e Comunidade, em que o segundo fundamenta a legitimidade do primeiro e o primeiro protege (a liberdade, a igualdade e a fraternidade?) dos indivíduos, elementos agregados do segundo, sob a sua jurisdição. A lógica processual subjacente é, segundo António Bastos, a seguinte:

“A corrente contratualista (...) procura legitimar o Estado com base em princípios racionais em que o poder não assentava no consenso, mas num pacto, ou contrato, que depois de estabelecido se assumia como a única forma de progresso. Aliás, é por esse contrato que o Estado tem a sua origem e fundação. (...) O contrato apresenta-nos três momentos consecutivos e interdependentes: No primeiro, o indivíduo aliena a sua pessoa e o seu poder; no segundo, forma-se a vontade geral, entidade abstracta que assegura a soberania; e no terceiro, cada indivíduo, agora reconhecido como cidadão, readquire legítima e legalmente, tudo aquilo que tinha alienado” (Bastos, 2012: 104; 125).

Apesar de parecer uma troca imediata, o “contrato social” põe, contudo, em marcha diferentes tempos sociais. A parte que cabe ao Estado cumprir entronca, como vimos, no tempo distendido da ordem social que planeia, embora adie, um futuro superlativo e ordeiramente civilizado, reclamando para o efeito uma “dependência submissa em relação à lei que o corpo político expressa (Bastos, 2012: 134), que mais não é do que a

submissão – não amanhã, mas hoje – da dimensão de liberdade individual que se julgue ser necessária ou justificada (Santos, 2002).

Paradoxalmente, perante uma dimensão espacial tão claramente vincada, é o tempo que nos faz desconfiar do “contrato social” e da suposta equivalência e reciprocidade estabelecida entre os “contratantes”. Apesar de tudo, ele (ainda) “funciona” e a ordem social pode, *in nomine*, ser mantida.

De facto, pode argumentar-se que os fins justificam os meios, mas não deixa de ser curioso observar, com Foucault (1980) o raciocínio tautológico do indivíduo que prescinde da sua liberdade para produzir uma certa ordem e coesão sociais, passando nesse momento a estar ainda mais sujeito a estruturas coercitivas e mecanismos disciplinares destinadas a assegurar que a ordem e coesão sociais são produzidas.

A partir de um estatuto delegatório (de certa forma demissionário até) do indivíduo enquanto cidadão, obtém-se o consentimento para existência do Estado. Mas, se algum dia foi pensado que tal consentimento “deveria ser tácito, periódico e convencional” (Bastos, 2012: 104), a ideia esbarra na prática comunicativa, porque aquilo que passa por ser a sua derradeira expressão – o sufrágio – só convencional e periodicamente expressa uma preferência no âmbito do código sistémico que determina quem ocupa a oposição e quem ocupa o governo. Portanto, o consentimento ao Estado é já dado a partir do momento em que os indivíduos participam mediante as regras e os códigos de comunicação àquele específicos; na medida em que não há rejeição desse tipo de comunicação, o sistema social e as suas estruturas mantêm-se.

Assim, a institucionalização de um “contrato social” enquanto acoplamento sistémico entre Estado e Comunidade, que especifica quer a natureza *racional* e consensual desse arranjo sistémico, quer o contexto prático-discursivo em que o mesmo ocorre, resulta numa certa generalização do conformismo, uma “atitude que acabou por transformar o consentimento no elemento essencial do controlo político” (Bastos, 2012: 104). E isto, do nosso ponto de vista, foi o que *modernizou* o Estado relativamente à sua função social, exponenciando a capacidade performativa e regulatória para “inculcar, de maneira universal, à escala de uma determinada jurisdição territorial, um princípio de

visão e divisão comum (...) que, no termo de um longo processo de incorporação, se torna imanente a todos” (Bourdieu, *cit in* Pinto & Pereira, 2007: 268).

Por outro lado, e numa tónica quiçá mais positiva, uma das consequências, talvez imprevistas, desta nova forma de governação foi a instituição, e garantia constitucionalmente preservada, de uma outra forma ou medida de liberdade, uma liberdade coletiva propiciada pela associação de homens livres e “expressa, por via directa, em assembleias públicas” (Bastos, 2012: 131).

Julgamos ser por esta via que podemos começar a clarificar aquilo que para nós representa o conceito de “Sociedade Civil”. Com efeito, a genealogia deste conceito pode ser traçada aos discursos de filósofos da Antiguidade como Sócrates, Aristóteles ou Cícero, embora tenha sido resgatado por “filósofos” do Iluminismo como David Hume, Adam Smith ou Adam Ferguson para designar uma rede de relações separada do Estado cuja virtude, baseada na livre iniciativa, na agência providencial e na perseguição de interesses particulares, consiste no seu contributo para o bem-comum (cf. Laine, 2014).

A somar a esta carga semântica, parece ser relativamente seguro afirmar que o significante adquiriu, no final do séc. XVIII e à entrada para o séc. XIX, um sentido marcadamente hegeliano enquanto estrutura oposta ao Estado, isto é, enquanto somatório de todos os aspetos da sociedade àquele não afetos quer na esfera pública, enquanto agregação de interesses particulares, quer na esfera privada, suportada pelas famílias e indivíduos tornados cidadãos livres e possuidores de direitos (Santos, 2004).

Indo além da sua construção histórico-discursiva e usos contemporâneos, o nosso argumento é o de que, ao invés da Comunidade, a Sociedade Civil *não* se constituiu – e alguma vez o fará? – no final do séc. XVIII como um sistema social diferenciado comparável aos restantes sistemas sociais modernos (pelo menos, não da mesma forma). Pelo contrário, concordamos com Luhmann quando afirma o seguinte:

“Se atualmente se fala com frequência de cidadania, sociedade civil ou sociedade de cidadãos, com isso não se continua a tradição aristotélica nem se contrapõe o impulso político aos interesses económicos (...) o impulso está em boa medida

contra a organização. Trata-se de participar na vida pública sem pertencer a uma organização” (Luhmann, 2012: 671).

Sem a dimensão organizacional dificilmente poderemos referir a existência de um processo de estruturação sistémico. E se isso não acontece, significa que não houve a observação e seleção de uma função social capaz de suscitar um processo de diferenciação. Nesta linha de entendimento, posicionamos a Sociedade Civil não no plano teórico de um sistema social e respetivas organizações, mas no plano das interações luhmaniannas que incrementalmente passaram a contribuir para processos de cada vez maior integração social e sistémica.

Não obstante, se a relevância que a elevou a objeto discursivo não decorre do cumprimento de uma função social, mas de uma elaboração comunicativa e intersubjetiva de certas funções sociais latentes que, nesse momento, se tornam mais acessíveis à observação por parte de outros sistemas sociais, acreditamos que a Sociedade Civil é, então, a designação necessariamente vaga e imprecisa de um tipo de comunicação – a comunicação verbal, não-verbal e as suas componentes extralinguísticas – que eleva, por assim dizer, o ruído ambiental a um nível mais “audível” para os sistemas, e que torna manifesta a existência de pontos “cegos” dos sistemas sociais.

Com isto, julgamos que o verdadeiro potencial emancipatório da Sociedade Civil reside justamente na adiada estruturação sistémica, justificada pela própria latência em que se encontra, do nosso ponto de vista, a função social à partida mais propícia para si própria: A da interação social pelo restauro da comunicação intersubjetiva baseada na linguagem, enquanto ferramenta humana primordial do desenvolvimento humano e social (Habermas, 1987), por contraponto à disseminação asfixiante dos principais meios simbolicamente generalizados da contemporaneidade.

É então que, como Esteves, também aqui encontramos uma problemática pertinente e de difícil resolução, que, no entanto, não deve deixar de ser procurada, eventualmente noutros locais de reflexão:

“Podemos então concluir que no horizonte mais longínquo da hipótese de evolução social preconizada por esta teoria dos sistemas de segunda geração se coloca como possibilidade, a comunicação nas sociedades acabar por se desvincular completamente da linguagem humana/natural. Aliás, na perspectiva de Luhmann, mais que uma possibilidade isto parece mesmo apresentar-se como inevitável e, acima de tudo, desejável. A pergunta que se coloca é a seguinte: que lugar ficará então reservado à linguagem (se é que algum lugar ainda fica)? Acabará esta por desaparecer pura e simplesmente ou, mesmo permanecendo, ver-se-á relegada a uma posição cada vez mais residual? (...) será que a Teoria Social se pode permitir passar assim com toda esta ligeireza adiante?” (Esteves, 2005: 304).

Anexo H – Excurso 2: Reflexões sobre a “Economia Social”, a partir de uma perspectiva histórica e sistêmica.

No início do *longo séc. XIX* (1789 a 1914), como lhe chama Hobsbawm (1995b), o sistema-mundo *moderno*²⁵¹ encontra-se muito para além das contingências que o constituíram: com três séculos de evolução, as suas realizações sistêmicas já estão pressupostas nas suas estruturas, são já história e complexidade reduzida (Luhmann, 2012).

Os seus três principais sistemas sociais funcionalmente diferenciados – Mercado, Estado e Comunidade – inscrevem-se no quadro alargado da construção de ordem social moderna a partir de diferentes posições, com diferentes ritmos de diferenciação e estruturação, numa “relação ecológica na qual alguns sistemas podem ser dominantes, mas em que nenhum domina” (Luhmann, *cit in* Jessop, 2008).

Não obstante, sabemos que foi no séc. XVII, sobretudo, que o Mercado atingiu alguma maturidade no “seu princípio constitutivo numa diferenciação de dentro e fora” (Luhmann, 2005b: 75), quando passou a fornecer respostas crescentemente eficazes ao problema da escassez, e assumiu em pleno a função que o especializou como sistema social, isto é, a de distribuir recursos ao nível global, de forma mais eficiente e eficaz que as abordagens predecessoras, tendo em vista a acumulação de riqueza para *ego*, e a subtração a *alter*.

²⁵¹ Segundo Enrique Dussel (1995), imediatamente precursor do sistema-mundo encontra-se um sistema inter-regional com 4.500 anos de história, protagonizado pelas civilizações mesopotâmica e egípcia, e no qual as relações políticas, económicas, tecnológicas e culturais eram dominadas, no seu estágio final, a partir de sociedades centrais localizadas entre o mundo muçulmano e o extremo oriente. Por força de alterações percetivas e materiais nos seus componentes, um novo sistema global emergiu. Aqui, rejeita-se a noção de que o sistema-mundo é um produto da aleatoriedade. Aliás, o “novo mundo”, a descobrir e conquistar, não nasce do vácuo, nem da sorte a que por vezes se atribui à “descoberta” acidental da Ameríndia, em 1492, por navegadores ao serviço da realeza castelhana. Ele é fruto da procura ativa de romper com, e suplantar, um dado e estabelecido sistema inter-regional (Dussel, 1985), cuja matriz de relações de força era desfavorável aos europeus. Assim se apreende que o sentido sistémico que a “descoberta” e a cartografia de novas massas continentais e arquipélagos (no sítio onde antes só habitavam os mitos) encerra é o da possibilidade de diferenciação de sistemas (regionais) dentro de um sistema (global).

Quando, adicionalmente, os seus sentidos são amplamente partilhados com o colonialismo instituído, sob a forma da exploração/extração dos recursos dos territórios periféricos (i.e., colónias) e sua exportação para os territórios centrais (i.e., metrópoles²⁵²), assumimos que o Mercado apresenta, no início do *longo séc. XIX*, e a partir do centro do sistema-mundo, uma maior complexidade interna do que seus congéneres. Por conseguinte, se naquele espaço-tempo existe algum sistema social mais dominante do que outros, isto é, algum sentido detentor de alguma primazia²⁵³ na seleção e padronização das ações de acordo com certos significantes, normas e regras partilhadas que definem o que é e há de ser, esse sistema deverá ser o Mercado.

Por seu turno, compreendemos que também o Estado, na sua recentíssima versão *moderna* pós-revoluções liberais americana (1776) e francesa (1789), emerge com fronteiras de sentido em grande medida antitéticas das ordens do passado. Aprestando-se como sistema otimizado para o exercício do poder económico, e estrutura regulatória tendente à imposição *racional* da ordem social (Bastos, 2012), é correto lembrar que a legitimidade dos sistemas sociais não depende exclusivamente de motivações antropológicas ou metafísicas, mas baseia-se sobretudo na capacidade de se garantirem operações sistémicas que levem à tomada de *decisão*, nomeadamente através das suas organizações (Luhmann, 2005b; Esteves 2005).

²⁵² Como, aliás, um dos pais fundadores da Economia moderna, Adam Smith viria posteriormente a consagrar: a partir de uma leitura da sua *magnum opus* “A riqueza das nações” (1776), interpreta-se que deve o sistema-mundo guiar-se pela perspetiva do Mercado e das organizações por si encarregues de “gerir o comércio externo”, não sendo o seu horizonte outro que não a apropriação desigual das mais-valias provenientes das atividades produtivas, vendendo os produtos europeus na periferia ao preço mais caro possível, e comprando os produtos da periferia ao preço mais baixo possível, tendo em conta cálculos sobre a procura e a oferta, de um lado e do outro.

²⁵³ Luhmann é céptico quanto à atribuição hierárquica de graus de importância ou influência aos sistemas sociais, mas cremos que esta é uma das consequências levada ao extremo da sua defesa dos sistemas como autopoiéticos e da sociedade como a-cêntrica, sem sistemas, pessoas ou grupos aos comandos. Apesar disso, julgamos ser perfeitamente possível manter estas premissas sem assumir uma equivalência ou simetria dos sistemas sociais. Aliás, esta posição é que seria problemática e dificilmente sustentável (sobre esta discussão cf. Bachur, 2009: 128-132). Portanto, para uma descrição acerca das condições “internas, externas e transversais” como “fatores relevantes à dominância ecológica nas relações entre sistemas funcionais” e discussão sobre as possibilidades de aplicação ao Mercado, cf. Jessop (2008: 11-17).

Assim, não surpreende que o sentido e a mundividência que o Estado moderno projeta para o séc. XIX – com o lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” forjado pela radicalidade – não o faça entrar em conflito com o Mercado, a princípio pelo menos. Pelo contrário, se há razão para que os observadores do primeiro quartel do séc. XIX tivessem conjurado a expressão *laissez-faire, laissez-passer*, ela será justamente para denotar e sinalizar a submissão²⁵⁴ do reconfigurado Estado liberal face ao *juggernaut* observado, para usar uma expressão giddeniana.

Já a sua relação com a Comunidade tampouco parte de um pressuposto lógico de equivalência (cf. Anexo G), embora àquela, e às contingências que nela se apresentam, pareça estar, desde a sua constituição mútua e por via do contrato social, estrutural e especialmente sensível. Apesar de parecer irremediavelmente remetida a uma posição de subalternidade face aos dois sistemas sociais supracitados, a Comunidade – talvez o mais volátil dos três sistemas sociais arrolados – conserva características que, sopesadas entre a tradição e a mudança, lhe conferem um certo potencial disruptivo.

Por exemplo, se notarmos a influência do princípio comunicacional “local/não-local” (traduzido culturalmente em “nós” vs. “eles”) inerente à Comunidade, vêmo-lo ser amplamente mobilizado no *longo* séc. XIX, quer do ponto de vista simbólico – e aqui temos em mente os novos símbolos (republicanos) do Estado moderno, como o hino ou a bandeira tricolor, que rapidamente se disseminam e passam a representar as próprias Comunidades (Hobsbawm, 1995b) – quer do ponto de vista geoestratégico, como testemunham as guerras napoleônicas do primeiro quartel do séc. XIX.

O “endurecimento” da realidade, que na Comunidade genericamente se exponencia (Berger & Luckmann, 2004), pode ser instrumentalizado, mas também desestabilizado, particularmente se tivermos em consideração que, sob certas circunstâncias e

²⁵⁴ Lograda a elevação do “*laissez-faire, laissez-passer*” a marco institucional definidor daquela relação intersistêmica, o contributo do Estado para a ordem social, neste espaço-tempo, é ilustrado da seguinte forma por Lavige (2008: 22), relevando a hegemonia da filosofia política liberal herdada do *Iluminismo*: “os liberais preconizam acelerar o processo de retirada das estruturas sociais hierarquizadas próprias ao antigo regime e empurrar mais longe a estruturação de uma ordem económica baseada no interesse. A força deles consiste em postular que a chegada de um mercado basta para realizar o projeto democrático e a paz social pela simples conjugação dos interesses individuais”.

conjunturas, da articulação com outros sistemas, e especialmente a Arte²⁵⁵, sobressai ruído luhmanianno, e potenciais sentidos para a mudança.

Servem estes brevíssimos apontamentos para demonstrar que o modelo de integração sistémica da Modernidade, emanado dos centros de decisão do sistema-mundo, parte de um conjunto relativamente estável de coordenadas hierarquizantes, porposto por relações dialógicas estabelecidas entre o Estado, o Mercado e a Comunidade. Estas, estabelecidas e potenciadas principalmente por intermédio de acoplamentos estruturais bem-sucedidos, resultam numa seleção de variáveis que parecem estabelecer uma correspondência entre as condições autorrealização subjetivas propostas pelos sistemas sociais, e as condições objetivas favoráveis de inclusão dos indivíduos no âmbito das suas organizações (Cf. Braeckman, 2006).

A noção luhmanianna de inclusão/exclusão social é aqui articulada para denotar que os indivíduos fazem parte da sociedade quando comunicam, isto é, quando um “sistema social reconhece a relevância particular de um sistema psíquico no seu ambiente e o faz participar [da sua própria comunicação]” (Luhmann, 2000b, *cit in* Braeckman, 2006). Quer isto dizer que altos níveis de integração social, no sentido de Lockwood, serão atingidos quanto mais indivíduos se encontram incluídos num ou mais sistemas sociais.

No entanto, o contrário também é válido, e na medida em que a exclusão é sempre uma possibilidade, os níveis de integração social (i.e. cooperação com a ordem social) baixarão correlativamente às possibilidades que os indivíduos percecionam de serem incluídos pelos sistemas sociais. Nesse ponto, novas formas de integração sistémica são requeridas de forma ora a propiciar novas oportunidades de inclusão, ora a estancar as dinâmicas encadeadas de exclusão.

²⁵⁵ A Arte é parte fulcral da construção da ordem social não só quando a projeta e sobre ela reflete, mas sobretudo quando dela releva aquilo que foi negado. Concordando com a função sistémica à Arte atribuída por Cubeiro (2008: 105), a partir de uma perspetiva luhmanianna – “A complexidade da sociedade diferenciou um sistema da arte encarregado de oferecer ao mundo a possibilidade de observar-se a si mesmo através das possibilidades excluídas” – assumimos que a Arte é imprescindível a qualquer sentido de mudança social, porquanto o seu maior contributo é, possivelmente, para a regulação da tensão entre visível e o invisível, entre o latente e o manifesto (Roth & Schütz, 2015) situando-se, portanto, a meio caminho entre aquilo que é real, e o que pode vir a ser.

Retomando o fio condutor, aquele universo simbólico selecionado, sussurrado – nunca como determinação absoluta, mas como espírito manifesto (Castoriadis, 1975) – numa ordem social relativamente coerente (apesar de evidentes desvios, exceções e oscilações) corresponde ao dealbar de uma nova era industrial (Hobsbawm, 1995b), na qual a espantosa evolução das sociedades centrais do sistema-mundo parece justificar uma hierarquia sistêmica que o Mercado, em estreito diálogo com a Ciência²⁵⁶, aparentemente se encontra em condições de encimar.

Com efeito, parece existir um generalizado sentimento de excitação e irredutível otimismo no primeiro quartel do longo séc. XIX. Pelo menos, face àquilo que os economistas mais reputados da época, recorrendo e avançando as teorias económicas de Adam Smith e Richard Cantillon, tomam como adquirido: a nova sociedade é a sociedade industrial e mercantil, e o Mercado – ordeiro, expansivo e dinâmico (Harvey, 2001) – detém uma capacidade tão natural quanto invisível para se autorregular (cf. Smith, 1776), e assim também o sistema-mundo.

As negras previsões *malthusianas* são apenas pequenas irritações face ao discurso laudatório do Mercado e seus heróis, tal como o “*entrepreneur*” de Jean-Baptiste Say (1821, *cit in* Chell, 2008), legado para a posteridade como o agente que “cria valor ao redirecionar os recursos económicos devotados a áreas de baixa produtividade para áreas de maior produtividade” (Dees, 2001: 2).

Note-se que, para autores como Dees (2001) este é mesmo o “pai” do conceito, tendo praticado e teorizado acerca do indivíduo que gere e combina os diferentes fatores de produção, e que ocupa dessa forma o lugar de intermediário entre o capital e a mais-valia, sem ser propriamente capitalista ou proprietário (Chell, 2008).

²⁵⁶ Ao fornecer a “decisão sobre as premissas da decisão, em cuja consideração a ação é correta e em cujo erro é falsa” (Luhmann, 2005: 88), a Ciência *moderna* foi também crucial para a primazia do Mercado, já que o progressivo favorecimento da conversão dos conhecimentos científicos à sua utilidade enquanto força produtiva (Santos, 1994) – processo a que Habermas (1968) viria a chamar de tecnicização da ciência – não só aportou ganhos de performance notórios, como a crescente interdependência resultou que os interesses adaptativos de ambos os sistemas sociais passassem, genericamente, a ser coincidentes (Habermas, 1987).

Para além dos contributos para a teorização do “empreendedorismo”, e do papel social que o mesmo enforma – o empreendedor – Say é ele próprio visto pelos seus contemporâneos como um dos primeiros e mais bem-sucedidos empreendedores, experiência que certamente influenciou a sua construção discursiva acerca do tema (Comte, 1833, *cit in* Liggió, 1977).

No seu tempo, “*entreprendre!*” parece ser a palavra de ordem, recuperada do francês medieval²⁵⁷ para que indivíduos e grupos interpretem e ajustem as suas práticas quotidianas aos novos espaços da existência – as grandes urbes – nos quais o ritmo exponencial de industrialização se impõe, em paralelo com as vagas constantes de êxodo rural.

Os arranjos sistémicos subjacentes, com seus respetivos mecanismos de acoplamento e compatibilidade institucional, cedo revelariam, porém, a relativa fragilidade de seus fundamentos, uma vez que os seus potentes efeitos produziram novos desafios e problemas que até aí não tinham sido sequer concebidos. Na verdade, as nações do centro do sistema-mundo não experienciam, no segundo quartel do séc. XIX, nem a ordem social nem o bem-estar geral como realidades tangíveis, como nos descreve Thomas Piketty:

“O facto mais marcante da época é a miséria do proletariado industrial. Não obstante o crescimento, ou talvez parcialmente devido a ele, e também ao enorme êxodo rural que a progressão da população e da produtividade agrícola

²⁵⁷ Das ferramentas ao dispor do arqueólogo do saber, a etimologia dos conceitos alcança um lugar de destaque (Foucault, 2008). A palavra “empreender”, por exemplo, parece advir do francês “entreprendre” que significa, pelo menos desde o séc. XII, tomar, alcançar, ganhar controlo sobre; um significado devido essencialmente à raiz proto-indo-europeia “ghend”, também presente em palavras como “apreender” ou “compreender”. Já a palavra “empresa”, particípio passado de “empreender”, terá entrado em uso linguístico corrente, justamente no início do séc. XV (OED)²⁵⁷. Por sua vez, da análise etimológica, sobressai: (1) a palavra “entreprendre” como derivativa da ideia da capitulação de forças militares, por força do movimento de pinça do adversário (tomar + entre) e (2) e o “empreendedor” (entrepreneur), que passa, no séc. XV, a “descrever um comandante militar que lidera as suas tropas para a batalha”. Sem promovermos uma análise extensa a esta informação, que apresentamos e tomamos como válida, ela pode, não obstante, ser evidência da função que este signo desempenhou nas relações de poder exercidas sobre o sistema-mundo, nomeadamente na distribuição, demarcação, controlo e organização dos territórios físicos (Foucault, 1980).

começou a provocar, os operários amontoam-se em casebres sem condições mínimas. Os dias de trabalho são longos e remunerados com salários muito baixos. Uma nova miséria urbana desenvolve-se, mais visível, mais chocante, e, nalguns aspectos, ainda mais extrema que a miséria rural do Antigo Regime.” (Piketty, 2014: 23).

Em França, centro do sistema-mundo da época, as consequências nefastas do belicismo proto-imperialista parecem somar-se um desiludido mal-estar face aos tímidos efeitos do liberalismo “*laissez-faire*”, tendo em conta, claro está, aquilo que havia sido prometido. O espaço-tempo estrutural da primeira metade do séc. XIX parece beneficiar apenas alguns²⁵⁸, deixando vastas massas, em espaços urbanos sob a égide de uma crescente, mas até aí latente, miséria material.

Então, possivelmente como reação adaptativa a uma inédita e paradoxal “questão social” – a “interrogação principal é simples: para que serve o desenvolvimento da indústria, para que servem todas aquelas inovações técnicas, todo o trabalho, todos os êxodos, se ao fim de meio século de desenvolvimento industrial a situação das massas se mantém tão miserável quanto anteriormente (...)?” (Piketty, 2014: 25) – emergem práticas sociais diferenciadas, dotadas de configurações institucionais inusitadas.

Talvez porque “obrigados” a forjar novos e inclusivos laços sociais, enquanto resposta possível a um desenraizamento topológico e sociocultural significativo, sujeitos individuais e coletivos recuperam e adaptam recursivamente práticas e tradições da Europa continental, sobretudo medievais e renascentistas. Assim redescobrem o associativismo comunitário como forma de inclusão social alternativa aos modos propostos pela ordem social vigente, ou se quisermos, enquanto praxis experimental de

²⁵⁸ Recorrendo, uma vez mais, à análise de Thomas Piketty (2014: 24): “a proporção do capital – lucros industriais, rendas fundiárias, rendas urbanas – no rendimento nacional (...) progride fortemente nos dois países [Reino Unido e França] durante a primeira metade do séc. XIX”, enquanto “é necessário esperar pela segunda metade – ou até mesmo pelo último terço – do séc. XIX para verificar um aumento significativo do poder de compra dos salários” até então estagnados “em níveis muito baixos – próximos dos do séc. XVIII e dos séculos precedentes, senão mesmo inferiores.” Aspeto que, de forma não despicienda, sai da latência a que havia sido, inicialmente, devotada para uma dimensão de visibilidade pública através da Arte romanceada d’ “Os Miseráveis” (1862) de Victor Hugo ou de “Oliver Twist” (1839) de Charles Dickens.

ajuda mútua e cooperativa de si para si, ligada à satisfação de necessidades específicas e à proteção de relações sociais ameaçadas (Defourny & Develtere, 1999; Moulaert & Ailenei, 2010). Poderiam estas emergências indicar um processo de diferenciação interna da Comunidade?

De forma, eventualmente, ainda mais dissonante, um processo similar parece ocorrer no Mercado, especialmente no eixo central franco-britânico, a julgar pela fundação de numerosas associações de trabalhadores industriais promovida por Henri Saint-Simon (Liggio, 1977), ou ainda de numerosas experiências proto-cooperativistas, como a “Rochdale²⁵⁹ Friendly Co-operative Society”, constituída em 1830 por cerca de 60 trabalhadores da indústria de fiação (Fairbarn, 1994). Serão também estas uma evidência de um processo em curso de diferenciação interna do Mercado?

O que parece seguro afirmar é que determinadas práticas sociais começaram por se institucionalizar localmente por referência a sentidos do Mercado e da Comunidade, manifestando dinâmicas de integração social que, sobretudo a partir do momento em que foram tipificadas – como, por exemplo, os falanstérios propostos por François Charles Fourier (1772-1837) enquanto “unidades comunais auto-suficientes (...) [dedicadas] a atividades prevalentemente agrícolas e artesanais organizadas (...) onde se propagariam experiências de convívio baseadas, sobretudo, na supremacia da economia do desejo sobre a economia do lucro, passando o prazer a constituir-se o princípio regulador da organização social” (Melo, 2007: 29-30) – constituíram um ruído sistémico passível (exigível até) de ser integrado por observações de segunda ordem.

Até porque, partindo do pressuposto que “a diferenciação funcional gera interdependência e a integração de todo o sistema, porque cada sistema funcional deve

²⁵⁹ Esta organização formaria a base teórico-prática do manifesto dos Pioneiros de Rochdale, assinado em 1844 nos arredores de Manchester, considerado por muitos historiadores como “ponto fulcral da plena autonomização do fenómeno cooperativo e conseqüente emergência de uma identidade cooperativa específica, tal como hoje a conhecemos” (Namorado, 2007:6). Como figura destacada encontramos Robert Owen, um capitalista industrial defensor da ideia, segundo Fairbarn (1994), de que aos trabalhadores das fábricas (incluindo da sua, em New Lanark, Glasgow) era devida uma divisão mais equitativa dos frutos do seu trabalho, isto é, uma maior compensação financeira, para além de uma educação literária, política e económica capaz de se tornar numa ferramenta de emancipação e desenvolvimento social e comunitário.

assumir que outras funções têm de ser cumpridas noutro lado” (Luhmann, *cit in* Bailey, 1994: 395), o facto de haver instanciações locais de funções aparentemente inexistentes, ou a descoberto, obrigaria a uma problematização da qual pudesse resultar uma generalização (nos termos de uma ação social legítima) ou um desterro para o esquecimento. Assim, na tensão propiciada pela necessidade de dar sentido às contingências (Zizek, 2012), uma tal problematização ocorreu no âmbito de um ciclo ideológico. Vejamos de que forma.

A “Economia social” no centro da disputa ideológica do segundo quartel do séc. XIX.

Marcado pelo pressentimento dos ares de mudança que ambas as trajetórias de integração (sistémica e social) ameaçavam tornar inevitável, tomamos como ponto de referência para a presente análise o ciclo ideológico que cobre a “era de crise nas décadas de 1830 e 1840” (Hobsbawm, 1995b: 14) no centro do sistema-mundo.

Assumindo-se como um discurso crítico do *laissez-faire* do primeiro quartel do séc. XIX, mas construído como extensão liberal²⁶⁰ e individualista (libertária até, sob determinadas interpretações) da emergente disciplina da Economia Política (Demoustier & Rousseliere, 2004) uma observação particular parece ter-se destacado das demais, que é aquela que ostenta como figura-pivô Charles Dunoyer, um economista liberal francês, discípulo de Jean-Baptiste Say e confidente de Auguste Comte, o positivista.

²⁶⁰ O ímpeto crítico de Dunoyer encontra-se plasmado, julgamos, no seguinte excerto: “O que eles desejam, a partir do exemplo de Saint-Simon, é um Estado composto de conhecedores, artistas e artesãos, onde os mais distintos conhecedores e artistas formarão o poder espiritual, e os mais preponderantes industriais formarão o poder temporal da sociedade; onde os primeiros estarão encarregues da formação das ideias, os segundos com a formação dos sentimentos e os últimos com a administração dos interesses materiais. Este sistema não teve em conta os indivíduos; só se ocupou com a espécie humana inteira. Determinou como destino da espécie a cada vez mais perfeita exploração do mundo em que vivemos. Proclamou o princípio organizacional da associação produtiva entre todos os povos. A lei desta associação não é a liberdade. “Laissez faire et laissez passer” não é conselho suficiente”. (Dunoyer, 1827, *cit in* Liggio, 1977).

No seu “Tratado de Economia Social”, Dunoyer ambiciona fundar uma disciplina científica²⁶¹, cunhando um significante (i.e. “Economia Social”) agregador das novas configurações institucionais associativas observadas, para tanto elaborando dois argumentos cruciais: primeiro, é no trabalho (industrial) que se encontra a liberdade máxima; segundo, é na associação entre indivíduos (ie. trabalhadores e patrões) que pode ser encontrada o mecanismo para elevar a sociedade aos seus mais altos patamares morais (Demoustier & Rousseliere, 2004).

Antes de qualquer outra consideração, releva-se que o emergente discurso da “Economia Social” se perfila, assim, como uma saudável e útil adição aos modos de integração social típicos do Mercado, porquanto expressa o valor social da livre associação dos indivíduos/trabalhadores, aceção que viria a ser retomada com vigor por John Stuart Mill, poucos anos depois, em 1848.

Tendo obtido um rápido reconhecimento académico, e galgado latitudes²⁶² nas décadas seguintes, a “Economia Social” não foi, no entanto, o único significante em jogo, no campo de discursividade do segundo quartel do séc. XIX. Enquanto um quadrante observa, e interpreta como relevantes, determinadas práticas sociais a partir de uma racionalidade que, enquadrada pela *moderna* divisão do trabalho, não vai muito para além do que o “resultado da ação comunicativa intersubjectiva dos seus membros que concordam em levar a cabo uma ação instrumental” (Enjolras, 1998, *cit in* Ferreira, 2008), outros há que, na tensão entre o romantismo e o positivismo, escolhem referir-

²⁶¹ Imbuído desse espírito, escreve o autor espanhol de la Sagra (*cit in* Chaves, 1999): “A economia social pertence à grande categoria de ciências político-morais e, tanto pelo seu objeto quanto pelas ciências auxiliares que emprega, deve colocar-se no lugar mais elevado da escala dos conhecimentos humanos”.

²⁶² O sucesso da sua disseminação chega inclusivamente a Portugal, onde a expressão “Economia Social” entra, mais concretamente em 1857, no manuscrito “Economia Social. Primeira Parte. O trabalho”, pela pena de Francisco Brandão. Obra que, segundo Ribeiro (1990), desvaloriza a ação política e governativa, optando por explanar um programa cooperativo que visava garantir o trabalho a todos os indivíduos, organizando o trabalho de modo a que não houvesse trabalhadores, mas sim associados, dessa forma reproduzindo os ecos do socialismo utópico parisiense, de Louis Blanc a Pierre Joseph Proudhon, sete anos antes da I Internacional (1864) É certo que esta obra é posterior ao cunho de Charles Dunoyer, contudo surge quase meio século antes do impulso definitivo dado por Walras em 1896 ou mesmo por Gide em 1912, o que denota bem o seu carácter vanguardista.

se a determinadas configurações institucionais como materialização, segundo uma racionalização estético-expressiva, das concepções utópicas que então fervilham.

De facto, o diversificado campo discursivo que problematizou a “questão social” e depois se propôs a objetivar as instituições emergentes dessa referência conjuntural, provou ser um importante campo de batalha das ideologias *modernas*, para além de um abrangente terreno discursivo, capaz de abarcar e congregar princípios de liberdade e redistribuição equitativa dos frutos do trabalho (Buche, *cit in* Demoustier & Rousseliere, 2004) com manifestações quasi-metafísicas de justiça social, solidariedade e amor ao próximo (Leroux, 1841, *apud* Laville, 2008):

“Antes de ser institucionalizada no fim do séc. XIX ou início do séc. XX, as várias formas de ‘associacionismo’ foram inspiradas por várias visões, ideologias, teorias e filosofias, por vezes competidoras, que influenciaram a formação da economia social. De acordo com Defourny e Develtere (1997), as principais ideias que desempenharam um papel fundamental foram: o ‘socialismo utópico’ (Owen, Fourier, Leroux, Saint-Simon, Proudhon) (...) que promoviam os valores da cooperação e da ajuda mútua; o ‘socialismo cristão’ que estabeleceu um ‘corpo intermédio’ para combater o isolamento do indivíduo e a sua absorção pelo Estado (...); e o movimento liberal que favoreceu as associações de autoajuda ao elogiar a liberdade económica e recusar a interferência estatal. Estes movimentos não se limitaram a um país, mas espalharam-se por toda a Europa.” (Moulaert & Ailenei, 2005: 2039).

Quanto aos adversários, pode supor-se uma polarização: de um lado, a já afluente corrente liberal-reformista, a que se somam as novidades vindas além-fronteiras, especialmente a partir dos escritos de Tocqueville, que concebem as novas instituições não apenas como cidadania em ação, mas como parte de uma estrutura da *res publica* “naturalmente” oposta à tirania do Estado (Cox, 1999); do outro, os discursos socialistas-revolucionários, nos quais se incluem os ramos “científico” (avançado por Marx e Engels), “utópico” (protagonizado por Proudhon), “cristão” (articulado discursivamente por Lamennais ou Le Play) e “anárquico” (proposto por Kropotkin ou Bakunine).

Como se denota, o sentido proposto pela “Economia Social” não era pertença exclusiva da primeira facção, tendo mesmo sido abordado e mobilizado, de forma particular, pelo Socialismo pré-manifesto comunista de 1848, que viria a figurar nos anais da História como Socialismo Utópico. Mais concretamente, um dos seus mais proeminentes ideólogos, Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), concebe-o (*apud* Melo, 2007) como instrumento fundamental para a transformação do Estado e da sociedade em geral, partindo da condição de abolição da propriedade privada para a defesa de modelos de integração social baseados em associações produtivas de trabalhadores livres, as quais deveriam autogerir os meios de produção detidos em comum, e articular as suas atividades produtivas com estruturas federativas a criar.

Contrariamente ao que seria expectável, um tal programa parece difundir-se por um movimento operário crescente, de carácter multifacetado e cada vez mais dinâmico, dotado de novas práticas de classe e capaz de as traduzir em políticas de classe, como refere Santos (1994). A este respeito, escreve Laville:

“O movimento operário e socialista nascente torna-se o laboratório das formas associativas e das utopias da associação. É então, em nome da solidariedade, que abundam as associações operárias entre 1830 e 1848” (Laville, 2008: 24).

Daqui se depreende que a semântica produzida pelo Socialismo Utópico para os novos associativismos fá-los converterem-se, em meados do séc. XIX (1848), num pilar da ideologia tornada dominante, pela consagração da jovem II República francesa. As notícias deste “novo” Estado espalham-se por “fronteiras e países da Europa, mais e menos desenvolvida, como um fogo” (Hobsbawm, 1995b: 22) e, incluído numa posição de relevo no governo daquilo que Hobsbawm (*idem*: 36) classifica de “república social e democrática com objetivos políticos e sociais”, o socialista utópico Louis Blanc tenta mesmo reformar o Estado a partir da instauração de associações produtivas mutualistas, sob a designação de Oficinas Nacionais (cf. Demoustier & Rousseliere, 2004).

Porém, esta seria uma contingência histórica tão potente quanto efémera. A partir do relato do historiador britânico sabemos que, nos primeiros meses da II República Francesa, a espiral económica recessiva em que o país se encontrava mergulhado (cujo

sinal mais evidente era a elevada taxa de desemprego) é inicialmente aplacada através das associações operárias sob a égide do mutualismo *proudhonianno*, mas estas medidas não só tiveram efeitos económicos pouco duradouros, como criaram as condições para uma forte agitação social no seio das classes burguesas e do campesinato, receosas das eventuais mudanças por vir, especialmente ao nível da propriedade privada (Hobsbawm, 1995b).

As eleições marcadas para o último mês daquele mesmo ano viriam a revelar um desfecho para a “primeira revolução mundial” (Hobsbawm, 1995b: 22) no qual a proposta de construção de uma ordem social “liberal” se sobrepõe à proposta revolucionária: poucos meses depois de ser eleito, o governo da II República Francesa cai, na sequência de eleições para a Assembleia Constituinte, das quais resulta um novo (des)equilíbrio de forças, desta feita claramente desfavorável aos partidos socialistas; seguem-se tumultos, liderados pelo socialista Auguste Blanqui (1805-1881), cujo destino é o da derrota copiosa, do restabelecimento da ordem pela repressão violenta, e o da marcação de eleições presidenciais para dezembro desse ano; beneficiando do sufrágio universal aprovado pela II República, aquelas viriam a ser ganhas por Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte que não perdeu tempo a dissolver a Assembleia e a instaurar o autoritário Segundo Império Francês, desembocando naquilo a que Marx chamou de repetição da história, primeiro como tragédia, depois como farsa.

Abre-se um novo espaço-tempo estrutural no qual o Socialismo Utópico, com as suas configurações institucionais prediletas – as associações e federações de trabalhadores – ilegalizadas em 1851, em território francês (Demoustier & Rousseliere, 2004), derrotado em toda a linha e a caminho do esquecimento²⁶³, não mais se encontra

²⁶³ Numa linha argumentativa à maneira weberiana, dir-se-ia que as ideias serão desacreditadas no curso histórico se não apontarem para uma direção de conduta que os diversos interesses promovem. Parece ter sido isso mesmo que aconteceu ao Socialismo Utópico, assim batizado pelos defensores, e seus detratores, do chamado Socialismo Científico articulado por Friedrich Engels (1820-1895) e Karl Marx (1818-1883). Esta última corrente viria a hegemonizar-se aquando da Primeira Internacional de 1864 e nos subsequentes congressos (Namorado, 2007), relegando para os confins da História outras concepções dissidentes de Socialismo, bem como a dimensão organizacional/associativa como chave do progresso civilizacional. A justificação parece enraizar-se na ideia de que, tendo aquelas organizações sido constituídas no âmbito de um espaço-tempo estrutural dominado pelo Mercado, “naturalmente

capacitado para influenciar decisivamente os modos de compatibilização institucional/sistêmica e, com isso, negociar novos equilíbrios de poder. Como, aliás, se percebe, a partir desta interessantíssima passagem:

“Num sentido, todas as teorias de revolução à época [1870’s] eram, e tinham de ser, tentativas de digerir a experiência de 1848. Isto aplica-se a Marx, tal como a Bakunine (...) podemos mesmo dizer que todos saíram do fermento dos anos 1830-1848, não tivesse uma das cores pré-48 desaparecido de vez do espectro da esquerda: O Socialismo Utópico. As principais correntes utópicas deixaram de existir enquanto tal. O Saint-Simonismo cortou relações com a esquerda. Transformou-se no positivismo de Auguste Comte e numa experiência jovial partilhada por um grupo de aventureiros capitalistas (principalmente franceses). Os seguidores de Robert Owen viraram as suas energias intelectuais para o espiritualismo e secularismo, as suas energias práticas para o campo modesto das lojas cooperativas. Fourier, Cabet e outros inspiradores de comunidades comunistas, principalmente na terra da liberdade e oportunidades, foram esquecidos. (...) O Socialismo Utópico não sobreviveu a 1848.” (Hobsbawm, 1995: 191).

Por inerência, e como atesta Laville (2008: 61) aquele “projeto de uma economia solidária ou fraternal é simbolizado pelo momento de 1848, onde ele atinge seu apogeu antes de encontrar seu refluxo”. Não mais podendo sustentar-se do mesmo modo, a “Economia Social” dá os seus últimos suspiros enquanto “ciência [subordinada ao princípio geral] da organização do trabalho tendo em vista a mais perfeita preservação da sociedade e do indivíduo, da liberdade, igualdade e fraternidade” (Ott, *cit in* Demoustier & Rousseliere, 2004), entrando depois num certo estado de latência, do qual só seria resgatada perto do final do séc. XIX, por via de um conjunto de condições sociohistóricas a isso propícias.

reproduzem, e têm de reproduzir, em todas as suas dimensões organizacionais, todos os défices do sistema prevalecente.” (Marx 1894, *cit in* Demoustier & Rousseliere, 2004:8).

As condições para o ressurgimento da “Economia Social”, na segunda metade do séc. XIX.

À entrada para a segunda metade do séc. XIX, o sistema-mundo prepara-se para uma conjuntura bem diferente daquela que se vivia na primavera de 1848. Na ressaca do susto revolucionário, a França evolui politicamente para um regime autoritário, tornando-se assim exemplar do perigo de uma ordem social dirimida entre extremos do espectro político-filosófico.

Quem aproveita este facto é a Grã-Bretanha victoriana, que passará a assumir-se como farol do mundo civilizado – o que equivale a dizer nação central do centro do sistema-mundo moderno – preconizando uma ordem social largamente justificada com base no *Utilitarismo* atualizado por John Stuart Mill, do qual se extrai a seguinte máxima, a partir da interpretação certa de Caillé (2013): racional é a política que concilia a maior felicidade possível com o interesse individual, através do contrato e do mercado-livre.

Estamos em crer que o modelo de integração sistémica, destacado para o terceiro quartel do séc. XIX, volta a ser encimado pelo Mercado, num processo que o Estado se apresta a facilitar. E, apesar de utilizar todo um outro léxico, é ainda assim possível estabelecer paralelos interessantes com o pensamento de Poulantzas (1976; 1978) quanto a este tópico, no qual se defende que o Estado detém um papel crucial quer para a criação das condições para a acumulação capitalista, quer para a reprodução social da divisão do trabalho do capitalismo, porquanto é a estrutura formalizada de poder – um aparato soberano, centralizado e unificado capaz de exercer uma autoridade legítima sobre os cidadãos e assegurar a coesão social – que o capitalismo não tem mas precisa.

Nesse sentido, o marco institucional do “*free trade*”, remanescente de mercantilismos prévios, rapidamente se consubstancia na (re)legitimação jurídica da propriedade privada e das relações comerciais e sociais tipicamente capitalistas, subordinando ambas às exigências do Mercado (Polanyi, 1944, *cit in* Ferreira, 2008). Aliás, esse cariz típico daquela conjuntura histórica evidencia-se no seguinte juízo:

“A situação geral dos países desenvolvidos tendia a ser como descrita no *Gewerbeordnung* Alemão de 1869: ‘As relações entre aqueles que independentemente praticam uma troca ou um negócio (...) são determinados pelo contrato livre.’ Apenas o mercado regula a compra e venda da força laboral, tal como tudo o resto.” (Hobsbawm, 1995b: 52)

Aparentemente, tratou-se mesmo de um período áureo para o Mercado, uma vez que os modos de integração sistémica e social lhes foram genericamente favoráveis –apenas mediatamente políticos e imediatamente económico-industriais – tendo o processo de comoditização do Trabalho (iniciado ainda na primeira metade do séc. XIX) intensificado de sobremaneira o processo histórico de institucionalização do regime de acumulação tipicamente capitalista.

Adicionalmente, a realidade material parece fazer jus, pelo menos a princípio, ao ideal *utilitário*: as elites económicas exploram sagazmente as condições económico-financeiras favoráveis da inflação crescente, do aumento das exportações e da expansão dos mercados globais para configurar nada menos do que uma “era do Capital” (Hobsbawm, 1995b).

Corporizando determinadas expectativas e condutas, ao seu leme encontramos, uma vez mais, o “empreendedor”, desta feita observado pelo economista austríaco Carl Menger como uma síntese do *projector* e do *undertaker* propostos por Adam Smith²⁶⁴ (1776), ou seja, enquanto *tipificação* do indivíduo que simultaneamente planeia e conduz o processo de angariação de capital e transformação do mesmo em produtos capitalizáveis, o que inclui calcular o que é necessário para que haja um processo produtivo eficiente e supervisionar a sua consecução (*apud* Adaman & Devine, 2002).

²⁶⁴ Adam Smith (1776) observou as exteriorizações do seu tempo e daí tipificou os comportamentos (individuais) daqueles: (1) que metodicamente planificam os seus projetos comerciais, tendo em conta estratégias “racionais” e rigorosos cálculos especulativos (no original, *projectors*); (2) que, perante um meio ambiente ainda pejado de incerteza e riscos vários – fator que já tinha sido identificado por Cantillon – todavia arriscam e aplicam o capital de outros, antecipando o sucesso das suas empreitadas (no original, *adventurers*); (3) e que organizam os fatores de produção de forma a fazer equivaler, prudentemente e no âmbito do que é razoavelmente expectável, o risco da atividade económica com um proporcional aumento do lucro (no original, *undertaker*).

Não obstante, a crescente magnitude e regularidade (relevância, portanto) de crises económico-financeiras neste período, especialmente as 1857, 1866, 1873 e 1875 (Kindleberger & Aliber, 2005) contribuíram, certamente, para que o último quartel do séc. XIX apresentasse características diferentes. Com estas se relacionando, o aumento da competição pelo controlo dos produtos da acumulação capitalista no âmbito do Mercado também promove o crescimento de tensões geoestratégicas (Harvey, 2001).

Neste particular, se o eixo franco-britânico conseguiu manter, neste espaço-tempo e mediante conflitos bélicos de grande escala²⁶⁵, a fatia de leão dos territórios colonizados, também é verdade que, enquanto isso, reporta-nos Wesseling (2004), as recém-unificadas Itália e Alemanha “adquirem” e passam a gerir o seu quinhão colonial, Portugal mantém intactas as suas “possessões ultramarinas”, os Países Baixos alargam a sua influência no sudeste asiático e, do outro lado do Atlântico, os EUA emergem da sua guerra civil como nação-central em potência.

Paralelamente, as nações do centro do sistema-mundo tiveram de lidar com os seus próprios problemas internos, alguns dos quais representando uma ameaça direta à exteriorização pós-1848 como, por exemplo, a “segunda vida” dos ímpetus revolucionários parisienses canalizados na Comuna de Paris, eventos a que não estão alheios os efeitos da disseminação de conhecimentos e mundivisões potencialmente disruptivas do statu quo²⁶⁶.

²⁶⁵ Temos em mente, por exemplo: (1) a Guerra da Crimeia (1853-1856) enquanto conflito de magnitude internacional alimentado por diversas camadas de sentido, da dimensão étnica e religiosa, ao controlo (ou tentativa de) pontos geográficos estratégicos, passando por uma miríade de objetivos económicos e diplomáticos; (2) a chamada Rebelião Indiana de 1857, paradigmática em diversas facetas da modernidade, tal como a institucionalização do racismo, ou a opressão dos sujeitos colonizados ou a repressão violenta dos movimentos rebeldes, ou ainda a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), símbolo apropriado de como disputas circunstancialmente mais acesas entre Estados-Nação pela supremacia no processo de diferenciação espacial do sistema-mundo podem dar azo a processos de estruturação do Estado que incluem a centralização e reforço do seu “peso”, estruturas e meios de ação administrativos e militares (Aron, 2010).

²⁶⁶ Entre as quais destacamos como especialmente influentes para o devir histórico (1) A transição para o domínio da racionalidade ético-moral da teoria evolucionária da “Origem das Espécies” de Darwin (1859), animada por Huxley, proponente de um darwinismo social, mais tarde confrontado por Kropotkine e as suas teses sobre a cooperação nas sociedades de abelhas; (2) A prolífica articulação teórica do capitalismo no primeiro tomo d’ “O Capital” por parte de Karl Marx, cuja análise viria a energizar, como vimos anteriormente, a atualização do Socialismo da segunda metade do séc. XIX em diante

Então, como resposta prioritária, uma vez que é o epicentro do sistema que é atingido (Habermas, 1987), e adaptativa face a um crescentemente audível ruído, o Estado transmuta-se, no último quartel do séc. XIX, por força de ameaças percecionadas no seu meio ambiente (em dimensões internas e externas à sua “jurisdição”): De abstencionista no que toca à iniciativa privada e à competição no Mercado, passa a patrocinar um certo “reavivar da política” (Hobsbawm, 1995b: 47), culminando-se como “agente ativo das transformações” (Santos, 1994: 77), especialmente sob a capa conciliatória de um Estado “social”.

Reconfigurando as suas fronteiras semânticas, a adscrição de um sentido social ao Estado parece justificar-se com a necessidade de conter ou minimizar o efeito (dominó) das exclusões dos sistemas sociais funcionalmente diferenciados, uma vez que toda uma panóplia de direitos e regalias sociolaborais foi institucionalizada, assumindo a forma, segundo Laville (2008) de um novo direito social, composto por um direito do trabalho na empresa (que regula, por exemplo, aspetos relativos ao rendimento pessoal advindo do trabalho ou à estabilidade do posto), articulado a mecanismos de proteção social destinados à prevenção dos principais riscos sociolaborais (como por exemplo aqueles ligados à doença, ao acidente, à maternidade, à velhice ou à inatividade forçada).

Sem destilarmos outras considerações sobre os eventuais méritos desta transformação, e remetendo para o excelente trabalho de Robert Castel (1995) sobre o tema, não podemos deixar de assinalar uma “cidadania” reforçada e conferida aos trabalhadores como condição e correlato da contínua extensão do Mercado, da sua performance produtiva e das relações desiguais pelas suas instituições promovidas.

Aqui, no final do *longo séc. XIX*, pretendemos sobretudo sublinhar a paulatina diferenciação dos parâmetros da ordem social²⁶⁷, marcada por uma trajetória coevolutiva entre Estado e Mercado *modernos*. Eventualmente representando o dealbar de uma “terceira via entre o liberalismo e o socialismo” (Laville, 2008: 61), a

²⁶⁷ Um processo bem mais amplo do que surge aqui retratado. Tanto que, aparentemente, justifica a contemplação teórica de uma transição da “Era do Capital” (1848-1875) para a “Era dos Impérios” (1875-1914) (Hobsbawm; 1995a, 1995b).

reconfigurada relação entre Estado e Mercado pode evidenciar, como o faz Habermas (1987), a ação do primeiro como simultaneamente compensatória face às disfunções do segundo, e preventiva face aos riscos de uma desintegração sistémica (e social) incontrolável.

Nesta perspetiva, a proatividade do Estado desenha um modelo de integração sistémica que, (re)legitimando as formas privadas e mercantis de revalorização do capital, se afigura, pelo menos, mais equitativo na distribuição de recursos.

Prometedor de estabilidade e crescimento económicos, o novo arranjo sistémico cumpre isso mesmo, até ao fim do *longo séc. XIX*, isto é, regista níveis de desemprego negligenciáveis, assegura baixos riscos pessoais devido a políticas de “*welfare*”, mantém uma inflação controlada e providencia as condições para uma produtividade crescente (Habermas, 1987). Tudo isto sem sobressaltos relevantes, a julgar pelo enorme espaçamento entre crises económico-financeiras, uma vez que não se registou qualquer evento significativo, deste tipo, entre 1873 e 1907 (Kindleberger & Aliber, 2005).

Curiosamente, numa conjuntura que parece asseverar o sucesso de ações políticas tendentes a um maior equilíbrio entre forças sistémicas, um economista francês, precursor de modelos económicos baseados na noção de equilíbrio, chamado Leon Walras²⁶⁸ (1874, *cit in* Chell, 2008), encontra também aqui um novo significado para o papel social do “empreendedor”, sugerindo-o como aquele que, agindo na adequação da oferta à procura, organiza ou coordena recursos e assim contribui ativamente para o (re)equilíbrio sistémico.

Laborando sobre pressupostos idênticos (i.e. o equilíbrio geral e homeostático dos sistemas), os quais se encontram vertidos no seu compêndio de 1890 intitulado

²⁶⁸ Léon Walras (1834-1910) é aqui uma referência importante na medida em que, sendo um economista que legou para a posteridade muitas das ferramentas conceptuais e técnicas indispensáveis aos modelos de equilíbrio da influente corrente neoclássica da Economia do séc. XX, abordou no seu pensamento e obras quer o conceito de “Economia Social” – distinguindo-a como um terceiro componente da Economia (após a Economia Política e a Economia Aplicada) situada sobretudo no âmbito de políticas públicas (Moulaert & Ailenei, 2010) destinadas a regular os excessos do Mercado – quer o papel social do empreendedor que identifica, especificamente em estados de desequilíbrio e incerteza, as oportunidades de obtenção de lucro e as explora com sucesso (Adaman & Devine, 2002; Chell, 2008).

“Princípios de Economia”, o britânico Alfred Marshall (1842-1924) concebe o “empreendedor” como o indivíduo que, estando alerta aos momentâneos desequilíbrios sistêmicos de oferta e procura, ajusta as suas decisões de alocação de recursos (e faz ajustar as dos capitalistas), pese embora ressalvando, numa fase e obra posteriores, uma possível distinção entre aqueles que abrem caminho a novos e melhores métodos de produção e aqueles que seguem caminhos já batidos (Adamson & Devine, 2002).

As atualizações discursivas adscritas a este papel social, e os caminhos projetados pela nova ordem social, não são fenómenos insulados. A correspondência, e até congruência entre ambos deriva da perene necessidade dos sistemas sociais determinarem um “conjunto limitado de hipóteses de organização (interna) do sistema” (Esteves, 2005: 303) capaz de discernir e comunicar as condutas individuais, coletivas e organizacionais que se afiguram “corretas”, tanto quanto contribuem, no plano material e simbólico, não apenas para a ordem social em que se encontram investidos, como também para a performance que a materializa (Luhmann, 2005b).

Se os discursos sobre o comportamento e *ethos* empreendedor – uma seleção de uma ínfima parte das condutas que a ordem social do sistema-mundo exteriorizou – são aquilo que torna possível definir “as áreas institucionalizadas da conduta e (...) as situações que se localizam dentro destas áreas” (Berger & Luckmann, 2004: 93), a problematização do “empreendedorismo”, levada a cabo por estes “proprietários institucionalizados do conhecimento que fazem a ‘reconstrução racional’ de factos plausíveis” (Bauman, 1977: 174), parece ser evidência da “sintonização concreta da conduta social” (Luhmann, 2005b: 93).

Então, seleções induzidas por observações de segunda ordem – como as de Walras e Marshall – passam a descrever “as situações de aplicabilidade das diferentes expectativas”, assim generalizando-as “de uma forma estável no tempo para a maioria dos indivíduos” (Esteves, 2005: 303), dessa forma contribuindo para que o sistema social possa, efetiva e pragmaticamente, desenvolver as operações que concorrem para o cumprimento da função social pré-determinada.

Especialmente quando os fenómenos de integração sistémica são predominantes numa dada sociedade, verifica-se que os sujeitos e grupos tendem a interpretar o novo universo simbólico e a ajustar as suas práticas quotidianas, genericamente cooperando com a ordem social pré-estabelecida. Sucede que tal acontece quando as condições de autorrealização subjetivas propostas pelos sistemas sociais têm correspondência com condições (objetivas e favoráveis) de inclusão dos sujeitos no âmbito das suas organizações, isto é, quando fenómenos de integração social são predominantes (Mouzelis, 1997), o que parece ter sido o caso, no espaço-tempo aqui em análise.

Porém, a proposição evolutiva implica que nada se mantém perene, e a mudança é ubíqua. Então, para que um sistema social seja capaz de se estruturar, de forma adaptativa, autónoma e resiliente, e assim contribuir para uma dada ordem social, afigura-se vital promover um “jogo” capaz de determinar “de um modo prévio, o que se pode esperar e que comportamento faria explodir as fronteiras do sistema” (Luhmann, 2005b: 94).

É aqui que se estabelecem os critérios de aferição do que é problemático ou não, do que deve ser seguido ou evitado, enfim, os critérios seletivos das ações que devem ser mantidas o máximo de tempo possível, por oposição àquelas que devem ser votadas à latência, à ilegalidade ou ao esquecimento. Neste plano, não só se institucionalizam as regras e expectativas congruentes com a ordem social preconizada, como são paralelamente desenvolvidas estratégias que, sinalizando o seu contrário, desencadeiam sanções e punições para os dissidentes, como nos explica Luhmann, da seguinte forma:

“Na dimensão social, a complexidade do mundo reduz-se ao problema da dissensão. Nem tudo o que os outros experimentam, experimentaram ou poderiam experimentar é problemático para o sistema, mas apenas aquilo que se desvia das opiniões seleccionadas através do sistema. Assim, a complexidade da dimensão social estrutura-se sob o ponto de vista do dissentimento possível e, em relação a tal, podem em seguida projectar-se estratégias de comportamento.” (Luhmann, 2005b: 89)

Partindo do pressuposto de que é na “dimensão social” que as estruturas de sentido se especificam, mediante a produção de discursos capazes de orientar a ação dos indivíduos, a evolução discursiva do papel social do “empreendedor” constituiu um aporte relevante para a ordem das expectativas, chamemos-lhe assim. Não foi, nem podia ser, todavia, contributo solitário, pois faltava codificar o antagonista, isto é, sinalizar tudo aquilo que não se faz “concordar com a posição social e os interesses do sistema” (Luhmann, 2005b: 89).

A complexa dialética entre processos de integração sistémica e social pode ser aflorada através de uma menção ao modo como a relação entre Estado e Comunidade também sofreu, na transição para a “Era dos Impérios”, significativas alterações.

Escolhemos como exemplo ilustrativo a constituição, em território britânico, da *Charity Organization Society* (1869) – evidência de um processo integrativo de estruturação da Comunidade, pela federalização das sociedades privadas filantrópicas ativas naquele momento – e da nova estrutura ministerial internamente diferenciada, intitulada de *Local Government Board* (1871) – processo similar, mas ao nível do Estado, congregando “três departamentos dispersos, nomeadamente um ramo de *Public Health* (...), um ramo de *Home Office* e a *Poor Law Board*” (Webb & Webb, 1963: 197). Esta última diz respeito, claro está, a uma atualização importante (no sentido do recrudescimento) daquilo que, por referência à “Questão Social” do primeiro quartel do séc. XIX, se havia asseverado no ordenamento jurídico-legal britânico, e mais especificamente na “*Poor Law Amendment Act*”²⁶⁹ (cf. Webb & Webb, 1963).

Passível de ser percecionada como a primeira tentativa *moderna* de apreender e lidar com os fenómenos sociais da pobreza (Procacci, 1991; Himmelfarb, 1991), aquela lei estabeleceu, do ponto de vista prático e simbólico, que os modos de integração social

²⁶⁹ Aparentemente composta de “regras e diretivas concebidas para a sociedade tomar conta dela (...) [que tem como] objeto a amenização dos problemas dos pobres e sua moralização, através das ações filantrópicas paliativas” (Laville, 2008:22) esta lei foi promulgada no território britânico em 1834, data que, diga-se de passagem, na análise de Burawoy (2013) aos processos históricos de institucionalização do regime de acumulação capitalista ocidental, é o ponto cronológico escolhido para o início da expansão da comoditização do Trabalho.

incentivados, moralmente sancionados e eticamente apropriados, quaisquer que venham a ser considerados, têm de advir do Trabalho (no Mercado) e sua remuneração (Procacci, 1991), porque àqueles se contrapõe o Estado. E porquê? Porque esta providência: (a) a assistência (habitacional e médica, principalmente) limitada a um quadro regulatório/sancionatório específico, “mais centralizado e, ao mesmo tempo, mais seletivo, já que a situação do pobre assistido devia ser muito menos vantajosa do que a do trabalhador”, como refere Almeida (2010: 104) e (b) A generalizada estigmatização dos que, “podendo”, não trabalham (Himmelfarb, 1991) e que portanto, na qualidade de marginais, não merecem apoio estatal (o chamado *relief*) mas o tratamento reservado aos criminosos (cf. Webb & Webb, 1963).

Em síntese, os modos de integração social num dado espaço-tempo refletem preferências vertidas em condutas a generalizar/instituir; mas, vistos por este prisma, tal reflexo tanto pode concretizar-se em construções discursivas de papéis sociais “corretos” – como o “empreendedor” – ou “incorretos”, sinalizadores da dissidência, como tão aptamente o conseguem os “loucos”, os “indigentes” ou os “pobres”.

Portanto – este é o ponto a fazer – é sob a égide do crescimento do Estado e consequente reformismo político do último quartel do séc. XIX, suscitado pela lembrança dos combates (físicos e simbólicos) travados ao longo de todo o séc. XIX em nome de ideologias opostas (Habermas, 1987; Laville, 2008), que o futuro superlativo e ordeiramente civilizado se apresenta como possível somente através de (a) um alívio ou mitigação das consequências perniciosas da hegemonia do Mercado, sem colocar em causa a sua função e processos de estruturação baseados no discurso utilitarista e (b) uma materialização da (nova) ordem social também no âmbito da Comunidade, em concordância com os significados atribuídos pelo Estado enquanto representante da vontade geral, sob a forma de processos de reprodução social mediados pelos significados legítimos do Trabalho e pela submissão à Lei. Ou melhor, pela “dependência submissa em relação à lei que o corpo político expressa” (Bastos, 2012: 134) através do aumento das estruturas coercitivas e mecanismos disciplinares cujo propósito é, justamente, o de punir a dissidência, assim assegurando a coesão social (Foucault, 1980).

Curiosamente, ou talvez não, é no final do séc. XIX que a “Economia Social” é “acordada” do estado de latência a que havia sido genericamente devotada desde 1848 (ou de 1851, se quisermos considerar o ano da publicação de “Tratado de Economia Social”, por Auguste Ott, como verdadeiramente o “canto do cisne”).

Parece ser factual, ainda assim, que o termo ressurgiu, com alguma proeminência, em 1867 na Exposição Mundial de Paris, muito por culpa de Frédéric le Play, um dos poucos intelectuais vivos relacionáveis a este conceito, fundador em 1856 da “Sociedade de estudos práticos de economia social” e de uma revista intitulada precisamente “A Economia Social” (Gide, 1905; Bidet, 2000).

Desconhecendo-se, porém, o verdadeiro alcance e ressonância destas iniciativas, sabemos que, na Exposição de 1878, a “Economia Social” não tem destaque algum, sendo que a justificação para tal é a de que aparentemente “afirma distinções sociais incompatíveis com o estado dos costumes e o regime republicano” (Gide: 1905: 9).

Acordamos, por isso, que é na transição para o séc. XX que, como refere Robert Castel, a “Economia Social” ganha ímpeto enquanto economia política “suave”, isto é, enquanto forma de “fazer o social, de trabalhar sobre a miséria do mundo capitalista, isto é, sobre os efeitos perversos do desenvolvimento económico (...) de tentar aportar correções aos produtos mais desumanos da organização em sociedade, mas sem tocar na sua estrutura” (Castel, 1995: 245).

A relação entre o contexto sociohistórico e este facto particular que nele ocorre não é, nem pode ser, fortuito. A esta construção discursiva teve de ser reconhecido um certo potencial para cumprir uma dada função comunicacional. Ora, tanto quanto a dissensão dos caminhos de integração (social e sistémica, programados neste espaço-tempo pelo centro do sistema-mundo) não é, como vimos, uma opção tolerável ou tolerada, ela é efetivamente observada pelos promotores da “Economia Social” como, de facto, um problema. A este respeito, é perfeitamente ilustrativa uma citação de 1864 (Casimir-Périer 1864: 28, *cit in* Demoustier & Rousseliere, 2004) onde se afirma o seguinte acerca do valor social das associações: “O associado escapa à sedução dos cafés e *pubs*. Ao viver melhor, ele poupa mais, e a atração das poupanças é bem-conhecida”.

A partir deste ponto, temos já algumas condições para especular que o ressurgimento da “Economia Social” se afigura como um bom auxílio para a legitimação da nova ordem social, e um potencial antídoto para os seus problemas mais prementes, afigurando-se ideológica e funcionalmente relevante porque detém um acervo semântico e lexical suficientemente estabelecido e disponível para que sejam comunicadas, por esse prisma, as possibilidades e distúrbios com os quais os sistemas se confrontam (Leydesdorff, 2000).

Como evidência desta asserção, destacamos o facto da Exposição Mundial de 1867 ter promovido, sob o desígnio da “Economia Social” um “curso destinado a premiar as organizações que tendam a estabelecer a harmonia entre pessoas cooperando no mesmo trabalho e aquelas que tendam a conservar e a fortificar o espírito de família” (Gide, 1905: 9).

Com efeito, vejamos, a partir do testemunho fundamental de Charles Gide (1905), de que forma podemos discernir em que é que tudo isto (literalmente) se traduz, mediante uma breve análise arqueológica (Foucault, 1986) a uma sucessão de eventos: as exposições mundiais de Paris (1889 e 1900).

A recuperação e reconstrução discursiva da “Economia Social”, encetada por Charles Gide.

Sob o pretexto de se “apresentar os resultados admiráveis do aumento da independência individual combinada com o princípio da associação” (Gide, 1905: 10), a “Economia Social” conta com um lugar de destaque na Exposição Mundial de 1889. Neste evento, uma seleção de organizações incorre numa classificação composta por 6 grupos, consoante se devotam a “esforços sociais” para (a) “Aumentar a parte do trabalho no produto das indústrias” (E.g.: Associações cooperativas de produção); (b) “Aumentar o bem-estar dos trabalhadores pela previdência” (E.g. Sociedades de socorros mútuos); (c) “Diminuir os custos de vida e de produção das pequenas indústrias (E.g.: Associações cooperativas de consumo); (d) “Melhorar o destino dos trabalhadores

pela constituição de alojamento e melhoria das condições de salubridade” (E.g.: Sociedades cooperativas de habitação); (e) “Esforços feitos pelo patronato para favorecer o seu pessoal (E.g.: Instituições patronais) e (f) “Esforços feitos pelo Estado para melhorar as condições do povo” (E.g.: “intervenção económica dos poderes públicos”) (Gide, 1905: 18-19).

É curioso notar que este sistema de classificação comporta não só um conjunto de fins considerados meritórios, como concebe que esses mesmos fins, necessitando de uma organização de meios para serem atingidos, podem emanar “da iniciativa individual, da associação livre, do patronato ou do Estado.” (Gide, 1905: 17). Adicionalmente, “esta distinção tem um grande interesse (...) pois poderá talvez mostrar-nos a parte respetiva de cada um dos grandes fatores [sistemas] sociais na evolução social e económica de um país (...) [mas] muitas vezes os três fatores visam o mesmo objetivo e aplicam os mesmos métodos, parecendo chocante ver separadas, por causa da diversidade das suas origens, as instituições onde o objetivo é semelhante” (Gide, 1905: 17 18).

Esta passagem, para além de mostrar uma atualidade impressionante, é indicativa de dois desenvolvimentos importantes para a “Economia Social”: (a) o seu discurso diz mais respeito aos fins do que aos meios porque “toda a instituição social não é mais do que uma adaptação a um certo fim e é esse fim que a torna interessante” (Gide, 1905: 17) e (b) Esses fins parecem constituir, à primeira vista, um imenso terreno comum de atuação dos diferentes sistemas sociais, o que legitima ainda mais a “Economia Social” enquanto locus relevante não só para a integração social, como para um certo tipo de integração sistémica.

Com uma dinâmica considerável, certo é que o termo se dissemina novamente por outras latitudes, integrando outras exposições mundiais – Chicago, 1893; Lyon, 1894; Genève, 1896 são algumas delas (Gide, 1905) – e sendo objeto da atenção de alguns dos mais reputados economistas da época, como por exemplo do já citado Léon Walras (1896). Isto até atingir o seu zénite na Exposição Mundial de Paris de 1900, deduzido a partir das condições físicas de que dispõe: “um grande palácio consagrado inteiramente à economia social dá asilo a 5.891 expositores, dos quais 3.397 pela França e 2.494 do estrangeiro repartido entre 40 nações” (Gide, 1905: 10-11).

Foi esta que serviu de mote para a publicação da obra “Economia Social” (1905), testemunho histórico em que nos temos vindo a apoiar, e onde, concordando genericamente com a distinção *walrasiana*, Gide acentua a “Economia Social” como evolução crítica e diferenciada da Economia Política tradicional, pelo menos assim interpretando a origem do seu comentário mordaz: “aquela soberba ciência das riquezas não disse nada ao povo das suas dores e dos modos de a gerir, enquanto a Economia Social de tudo isso lhe falou” (Gide, 1905: 2). Se bem que, adiante, não deixa de salientar como vantagem comparativa a “salvaguarda da independência económica e do sentimento de se trabalhar por si ou pelos seus pares e não para um patrão” (Gide, 1905: 27-31) – argumento que, pela sua ubiquidade atual, dispensa referências.

Destacando como forças deste discurso a sua vertente organizacional, racional²⁷⁰ e prática²⁷¹, enquanto via para a emancipação da classe trabalhadora²⁷², o intuito do autor era, segundo o próprio, o de relevar “as instituições sociais que dão provas de vitalidade, as reformas cujos resultados parecem adquiridos, os experimentos que já se mostram mais eficazes e aquelas que caracterizam a melhor evolução social dos nossos tempos” (Gide, 1905: VII).

Mas logo um primeiro conjunto de questões assoma: Evolução a partir de quê, e melhor para quem? Que instituições sociais são estas, e como podem ser identificadas? Sobre as últimas, Gide não labora no vazio e, ciente das classificações e desenvolvimentos conceptuais anteriores, lega para a posteridade o seu próprio exercício de síntese (ou redução de complexidade).

²⁷⁰ A Economia Social, segundo o autor, “não se faz depender do livre jogo das leis naturais para assegurar a felicidade dos homens, nem aliás às inspirações (...) de uma vaga filantropia, mas ela crê na necessidade e eficácia da organização desejada, refletida e racional” (Gide, 1905: 4)

²⁷¹ A este respeito, o autor concede que a Economia Social “Não abarca ainda o domínio da teoria, mas apenas o da aplicação prática” pelo que a observação científica e a produção discursiva devem inclinar-se para “não o que deve ser como ideal desejável, mas o que existe e que resultados obtidos.” (Gide, 1905: 4)

²⁷² Revela-se assim o grupo que supostamente mais beneficiaria da Economia Social: “E dentro destas instituições abraça quase exclusivamente aquelas que interessam à classe trabalhadora, porque é sobretudo para esta que as condições económicas da felicidade estão em falta” (Gide, 1905: 4)

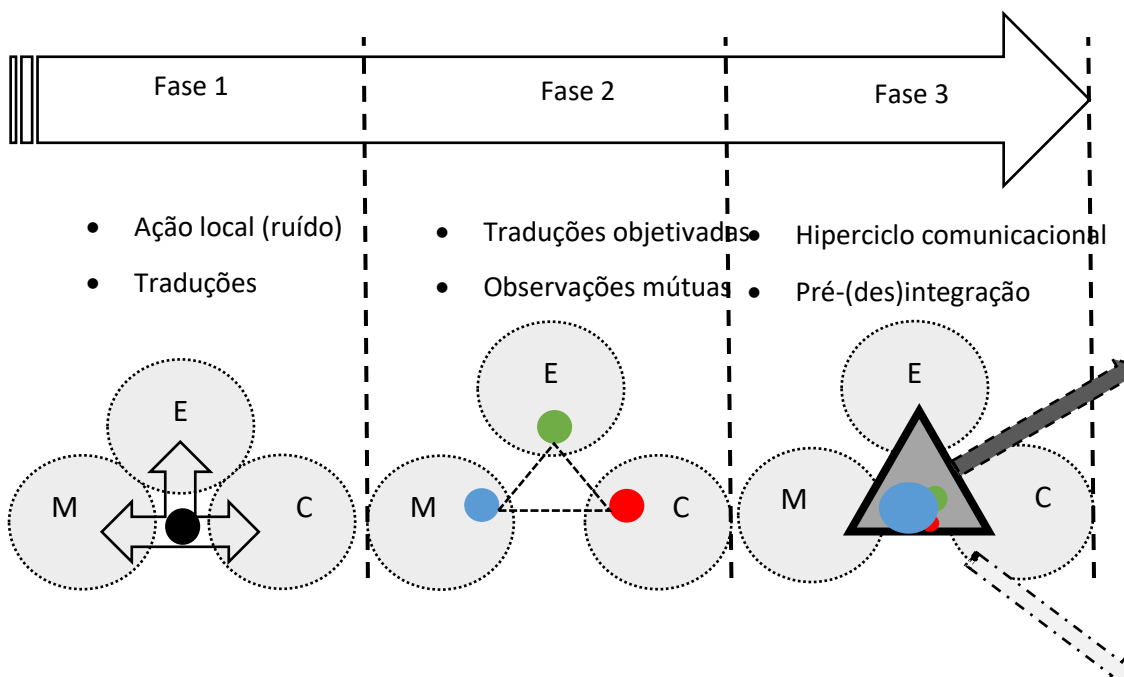
Pelas características intrínsecas, como na Biologia, “pode-se repartir em espécies distintas, cada uma no seu compartimento” as associações profissionais (sindicatos), as cooperativas e as instituições de previdência (Gide, 1905: 16). Sabemos que esta tipologia – que seleciona e objetiva as mutualidades, as cooperativas e as associações de entre todas as experiências associativas existentes e idealizadas – virá a informar o reconhecimento e integração, no plano jurídico, da Economia Social no séc. XX que, dessa forma passou a ter existência legal e institucional em praticamente todas nações centrais do sistema-mundo (Laville, 2008; Moulaert & Ailenei, 2010).

Já pelos fins a que se devotam, o critério afigura-se mais problemático, porque “numerosas são as instituições cujos fins são múltiplos” (Gide, 1905:24). Assim, a solução poderá passar por uma comunicação diferente, talvez “uma descrição menos científica e mais pitoresca deve impor-se: será necessário representar os diferentes aspetos da vida do trabalhador – familiar, profissional, social – e aí representar as crises que vêm perturbar o curso normal da existência, tal como o alcoolismo.” (Gide, 1905:24). Chegados aqui, completado que está o ciclo da “vida feliz”, poderá o leitor confrontar-se com uma questão, cuja elaboração precipitará a conclusão do presente capítulo: Como interpretar então, à luz da perspectiva sistémica, o trajeto de construção do conhecimento, no séc. XIX, a que se deu o nome de “Economia Social”? Terá um sistema social emergido a partir de si?

A “Economia Social” como sistema social?

Para ensaiar uma possível resposta às questões formuladas, e tendo em conta que “Economia Social” é um produto comunicacional sintetizado, que entrecruza diferentes conjunturas e eventos históricos com o seu próprio desenlace e complexificação discursiva, julgamos heurístico mobilizar o conceito de *sistema de tradução emergente* proposto por Leydesdorff (2000) para o interpretar, passo a passo (cf. Figura Ex2_1).

Figura Ex2_1 – Evolução de um *sistema de tradução emergente*



A primeira condição para a emergência deste tipo de sistemas é a existência de sistemas sociais, funcionalmente diferenciados e autônomos, ecologicamente relacionados entre si. Uma vez mais, tomamos em consideração Estado, Mercado e Comunidade.

A segunda condição é a emergência de práticas sociais (desde logo, informação geograficamente localizada e distribuída) que, num determinado espaço-tempo, se apresentam como novidade, gerando incerteza às entidades que as observam, não necessariamente porque representam a aleatoriedade ou a impossibilidade, mas apenas porque são uma possibilidade que atrai a “atenção” dos sistemas²⁷³. Os associativismos “alternativos” do segundo quartel do séc. XIX parecem, pois, enquadrar-se sem dificuldade nesta segunda condição.

Quando ambas as condições se encontram presentes, pode ocorrer que os sistemas, cuja atenção foi atraída, procedam à elaboração mais ou menos simultânea da

²⁷³ Aqui vemos o ruído sistêmico a mostrar, novamente, a sua enorme importância – uma vez que, recordando com Maurer (2012: 19), a “evolução depende de um sistema se permitir ser irritado por um evento de tal forma que o próprio sistema é estruturalmente transformado”

informação observada, para tanto utilizando o seu próprio código comunicativo²⁷⁴. Por outras palavras, mais do que um sistema social traduz a realidade que observa para, digamos, a sua própria língua. A exteriorização dos primeiros produtos traduzidos marca o início da Fase 2.

Aqui, as interações locais são (discursivamente) objetivadas e novamente sintetizadas em organizações específicas, originando configurações institucionais modelares que, não deixando de ser iterações locais, detêm um maior potencial reprodutor, provavelmente por se apresentarem com maior grau de reflexividade inerente, e maior homogeneidade do que aquela que a variação inicial continha. A coberto de uma causalidade circular “prática-observação-prática”, assim podemos entender a objetivação e reprodução de certos modelos organizacionais pré-1848, tais como a cooperativa, a mutualidade ou o falanstério.

A partir daqui, pode formar-se uma conjuntura curiosa, e potencialmente desestabilizadora: um “sistema [implicado na tradução] encontra informação que não se adequa às expectativas cognitivas ou normativas” (Arnoldi, 2010: 41). Com efeito, pode provar-se ser cada vez mais difícil, para um observador sistémico, “fechar” uma determinada perspetiva sobre aquilo que observa, seja porque a realidade escapa ao seu controlo e capacidade, seja porque os seus próprios recursos comunicativos (que incluem os meios simbolicamente generalizados) resultam numa inadequação para decifrar a informação e torná-la útil às suas próprias operações (Luhmann, 2012).

Tomemos como exemplo desta ideia a intrigante configuração organizacional proposta por Robert Owen para a sua aldeia de New Lanark, cujos valores e princípios de atuação, expressos em texto em 1844, granjearam fama duradoura aos “Pioneiros de Rochdale” (Fairbairn, 1994):

²⁷⁴ Sabemos já que os sistemas usam os seus próprios códigos para interpretar, categorizar e formar expectativas acerca das entidades observadas, das suas funções sociais e dos significados atribuídos e atribuíveis (Luhmann, 2012). Aliás, eles “são funcionalmente diferenciados justamente porque comunicam de formas mutuamente distintas” (Arnoldi, 2010: 28).

- As sociedades serão governadas democraticamente e cada membro representará uma voz, qualquer que seja o capital investido;
- As sociedades serão abertas a qualquer membro que as deseje integrar;
- Haverá lugar a uma divisão do excedente pelos cooperantes para evitar a sua apropriação por parte dos investidores;
- As sociedades venderão produtos de qualidade;
- Haverá lugar ao desenvolvimento educacional dos seus membros conforme os princípios cooperativos;
- As sociedades serão neutras, religiosa e politicamente.

Concretizando a linha de raciocínio anteriormente delineada, se o significado prático-simbólico destes princípios resulta de ter sido constituído, através de uma organização pertencente ao Mercado, um modo de integração social institucionalmente diferente daquele que esse sistema social aparentemente impõe desde que emergiu na sua versão *moderna* (cf. por exemplo os princípios #3 e #4), também não deixa de ser verificada uma forma de comunicação aproximativa com o Estado, emulando alguns dos seus ideais democráticos e cumprindo mesmo algumas das funções que lhe poderiam ser adscritas (cf. por exemplo os princípios #1 e #5) sem àquele poder pertencer.

Relativamente à Comunidade, demonstra similar capacidade de inclusão social (cf. Princípio #2), mas a aparente ausência de uma racionalidade estético-expressiva subjacente (em favor de outras instrumentais), bem como a sua anunciada neutralidade política e religiosa (Cf. Princípio #6) torna difícil sustentar que é ali o seu enquadramento lógico.

Estas interações locais “incongruentes” podem, então, seguir um de dois caminhos: ou perdem relevância, numa dada conjuntura histórica, e trilham uma trajetória de sub-integração; ou, dado que as diversas e multidimensionais interações estabelecidas podem, dependendo das condições sociais de um dado espaço-tempo, aumentar a variabilidade e a complexidade da informação, readquirir uma relevância que, a dado ponto, clamará por uma solução de integração sistémica ampla e generalizada (Leydesdorff, 2000).

O que o trajeto da “Economia Social” nos mostra é que ambos os caminhos não são mutuamente exclusivos, mercê de diferentes conjunturas históricas e novas programações que à história recorrem²⁷⁵, seja para construir uma nova ordem, ou prevenir os riscos de desordem.

Portanto, a relevância (observada e/ou posteriormente recuperada) de certas práticas sociais pode “obrigar” os sistemas a novos patamares reflexivos que resolvam, na medida do possível definitivamente, as incongruências observadas, sob pena das suas fronteiras se esticarem a limites que, não obedecendo a qualquer programação, podem contribuir para processos entrópicos e, no limite, caóticos.

Novamente “irritados”, mas não dispostos a abrir mão (pelo menos para já) do que quer que seja, os sistemas sociais servem-se da complexidade já reduzida para o estabelecimento de plataformas de tradução simultânea, digamos assim, visíveis a todos quantos as observam.

Assim, o *sistema de tradução emergente* entra na Fase 3, a de um regime de traduções em série, uma plataforma comunicativa com relativa autonomia e capacidade para elaborar grandes quantidades de informação diferentemente codificadas via traduções dinâmicas, no quadro da ecologia e interdependência sistémica que o tornou possível, e tendo em vista objetivos sistémicos funcionais e operacionais (Leydesdorff, 2000).

Inspirados pela sugestão de Leydesdorff (2000: 6) que “uma tal série de traduções pode ser considerado um [hiperciclo comunicacional fechado] constituído como novo sistema de comunicação sobreposto a outros subjacentes”, a este regime corresponderá a “Economia Social”, na sua versão “*roadshow*” do último quartel do *longo séc. XIX*, a qual denota não só a “abertura para a reflexividade” que os grandes eventos internacionais

²⁷⁵ Refere Luhmann (2005b: 98), acerca deste ponto: “A história recordada é, porventura, o meio mais importante, pelo menos um meio indispensável, de redução da complexidade. O passado já não tem mais possibilidades. É complexidade já reduzida e não pode, por isso, abandonar-se inteiramente ao passado, mas deve manter-se presente como história recordada a fim de, como directiva de expectativa e ajuda da decisão, simplificar o futuro. Como história das auto-descrições recíprocas dos homens e dos sistemas sociais, o passado já sempre ratificou e tipificou expectativas, providas de consenso. Esta realização não se deve desvanecer de instante para instante; é um valioso capital de orientação. Por isso, o passado adquire um valor simbólico para o que é correcto”.

representaram, como as evidências de uma “comunicação integrativa (...) internamente diferenciada” (Leydesdorff, 2000: 6,9) presentes na coletânea de Gide, e que a pretendeu estabelecer, definitivamente, como “ciência da paz social e da vida feliz” (Gide, 1905: 3).

No entanto, uma vez que esta fase “não emerge de uma diferenciação de uma comunalidade subjacente, mas (...) é baseada nas interações entre sistemas funcionais” (Leydesdorff, 2000: 6), a possibilidade de uma desigualdade de forças, materializada naquilo que é ou não selecionado para integração, ganha plausibilidade.

O argumento que se pretende fazer parte do princípio de que uma estrutura de comunicação deste tipo não constitui a soma de todas as instituições locais potencialmente adscritas à “Economia Social”, nem representa (pela adscrição de um significante) a soma de todos os discursos que para ela, ao longo do tempo, contribuíram, porquanto a diferenciação comunicacional interna que já então sustenta não é senão uma cristalização de sucessivas seleções do passado que se projeta (por algum motivo) como possibilidade de futuro.

Então, subjacente ao facto da “tradução ser uma operação assimétrica” (Leydesdorff, 2000: 7), será nesta fase que as forças reflexivas e metarreflexivas tenderão a manifestar-se justamente num viés comunicacional, que deve ser teoricamente congruente com as qualidades assimétricas que revestem as relações intersistémicas em cada espaço-tempo. Por outras palavras, as desigualdades revelam-se na forma como determinados sentidos se perdem na tradução, e outros se fixam às práticas locais para delas selecionar algo; não de forma aleatória, mas pelo valor que a sua integração e generalização pode aportar para um ou vários sistemas sociais (Leydesdorff, 2000).

Quanto a este aspeto, a trajetória é relativamente clara. A recuperação/seleção das versões objetivas de Dunoyer e de le Play parecem ter sido decisivas para reduzir a variabilidade, que até então existia, à lente de um Mercado que ali só via os sinais do do pleno usufruto do regime de propriedade privada, dos benefícios das liberdades individuais e associativas, e do dinamismo utilitário e industrialista dos novos empreendedores.

Assim estabilizado o terreno discursivo sobre o qual novas observações e seleções sistémicas viriam a recair, tal processo não pode ser insulado dos conhecimentos mobilizados para a significação e adscrição de um sentido legítimo para o objeto observado, já que a cunhagem e circulação da expressão “Economia Social” (cuja eficácia não pode ser dissociada dos aportes do significante técnico-científico “Economia”), só vieram acentuar um certo desígnio teleológico às práticas sociais nela enquadráveis.

Se esta tradução deslocou progressivamente o terreno discursivo da “Economia Social” da praxis para uma *poïese*, e foi esta a que mais contribuiu (pelo menos, assim o interpretamos) para diferenciar e moldar o seu modo particular de comunicação no final do *longo séc. XIX*, também é facto que a existência (e mesmo hegemonia) de elementos comunicativos poiéticos não implica, necessariamente, a constituição de um (sub) sistema social funcionalmente diferenciado, senão vejamos.

Arrolando como evidência que as expectativas em torno da “Economia Social” (cf. Gide, 1905) foram de facto estabilizadas e generalizadas, mas pelos sistemas sociais intervenientes na sua tradução, ao “máximo salário com o mínimo de trabalho” correspondeu, em parte, o Mercado que, ao instituir os seus próprios mecanismos de “concertação social” entre sindicatos e associações patronais, e mercê igualmente da otimização técnico-científica dos seus modos de produção industrial (e.g. fordismo) logrou conceder uma significativa melhoria do poder de compra dos trabalhadores no último terço do séc. XIX (Piketty, 2014), embora à custa de alterações significativas dos padrões das relações sociais por via da uma progressiva cedência ao trabalho assalariado e reificante.

Quanto à “segurança do ‘amanhã’”, o modelo mais influente será o de Estado Social proposto pelo general Otto von Bismarck – obreiro da vitória germânica sobre a França na Guerra Franco-Prussiana (1870-71) e chanceler da recém unificada Alemanha (II Reich) – cujo marco institucional propiciou, como vimos, a conceção e execução em

larga escala de políticas sociais que, mediante a abstração dos vínculos solidários²⁷⁶ tornaram possível, por exemplo, conciliar a segurança com a ausência de propriedade privada (Castel, 1995)

No que diz respeito à “realização do bem-estar, ou *social betterment*”, é no âmbito da Comunidade que as transformações são mais notórias, nomeadamente através das estruturas de controlo das condutas anteriormente mencionadas, quer da disseminação de agremiações culturais e/ou desportivas, quer ainda das primeiras fundações filantrópicas, modelo de redistribuição de recursos (de um indivíduo ou grupo privilegiado para um outro presumivelmente mais alargado e desfavorecido) que viria a obter uma grande expressão nos EUA (Hall (2006: 43), particularmente a partir da criação da Peabody Fund (1868), da John F. Slater Fund (1882) ou a General Education Board (1903) “criadas por filantropos ricos do Norte para providenciar educação aos negros livres”.

Assim se demonstra como, na presença de um hiperciclo comunicacional típico de uma terceira fase de um sistema de tradução emergente, os sistemas sociais são “subsequentemente forçado[s] a reajustar[em]-se” (Arnoldi, 2010: 41), mas o resultado de tal reajustamento sistémico não tem necessariamente de assumir a forma de um novo (sub)sistema social.

Na medida em que “é expectável”, escreve Leydesdorff (2000: 18) “que todos os discursos reflexivos sejam atualizados quando confrontados com os resultados inesperados de interações complexas que geraram novas dimensões comunicativas”, o que os parágrafos anteriores demonstram é que “também a formação de subsistemas é um caminho para intensificar o consenso em sistemas parciais e, ao mesmo tempo,

²⁷⁶ Completa Jean-Louis Laville este raciocínio afirmando que “gradualmente, o Estado Social, nos países europeus, nos quais adquire mais amplitude, torna-se o fiador da solidariedade. Das relações solidárias horizontais baseadas no compromisso sucedem os direitos positivos à vocação universal, mas tornam a solidariedade mais abstrata e a confiam ao Estado. Neste caso, o impulso associacionista, que tinha constituído a primeira reação da sociedade contra desregulamentos causados pela divulgação do Mercado, cedeu progressivamente o espaço à intervenção do Estado” (Laville, 2008:27).

elaborar a dissensão entre sistemas parciais na forma de conflitos regulados.” (Luhmann, 2005b: 97).

Portanto, colocados perante “acontecimentos [que] ameaçam as existências” (Luhmann, 2005b: 78), o modelo vigente de integração (e interdependência) sistêmica produziu escolhas que lograram subsumir a variedade institucional local do segundo quartel do séc. XIX, em novas possibilidades para os sistemas envolvidos, mediante diferenciações internas visíveis no último quartel do mesmo.

Tudo isto à custa da exclusão de inúmeras outras iterações, *vis-à-vis* a prevenção e regulação de conflitos à escala macroestrutural, não restando dúvidas de que os significados que mais (se) perderam (porque sucessivamente cortados pela seleção assimétrica e controlada pelos que podiam devotá-los ao esquecimento e silêncio), foram aqueles que advinham do associacionismo devoto da estética utópica e da expressão da solidariedade. Ou, para utilizar a distinção hegeliana de Habermas (1987), os significados que materializavam, pela praxis, um sistema de interação linguisticamente mediado e orientado para o reconhecimento intersubjetivo de indivíduos, normas e expectativas.

Então, para responder à hipotética questão sobre se terá a Economia Social transposto o limiar de um sistema de tradução, para se afirmar como sistema social de pleno direito, dir-se-ia que não, uma vez que, de uma forma genérica e a partir de um ponto de vista interpretativo, a putativa função social que um novo subsistema social da “Economia Social” poderia cumprir – tanto quanto se concede a possibilidade de um sistema de traduções emergente poder encetar novos processos de integração sistêmica e propiciar a emergência de um novo (sub)sistema social, autónomo e funcionalmente diferenciado (Leyedesdorff, 2000) – foi, como se argumentou, subdividida e parcialmente absorvida pelos sistemas sociais existentes, que assim ampliaram as suas próprias fronteiras de sentido.

Especulando sobre a possibilidade das circunstâncias terem gerado outro tipo de resultados, pode apontar-se um caminho de reflexão: A repartição da “Economia Social” pelos sistemas sociais interessados em funcionalizar alguns dos seus sentidos não se

teria efetuado caso a sua construção discursiva não tivesse acompanhado aquilo que, na sociedade em que se inseria, se foi processando ideologicamente enquanto problematização (e deslocação do problema) que havia dado origem à “Questão Social”, e que apresenta como pedra-de-toque, do nosso ponto de vista, o Trabalho.

O Trabalho como fruto e instrumento da boa moral (Dunoyer²⁷⁷, 1830), composto de ações dedicadas “à solução de problemas e à consecução de objetivos; que parte de regras e disposições técnicas [e] se baseia em prognoses e imperativos condicionados; que [só] é bem-sucedida quando contribui para o aumento das forças produtivas e para a extensão do poder da disposição técnica” (cf. Habermas, 1987: 28), foi sempre acompanhado e integrado pela evolução de uma “Economia Social” que nele nada mais descortinou, assim se colocando ao serviço daquilo que o *longo séc. XIX* consagrou nestas matérias, e que as palavras de Zygmunt Bauman providenciam, de resto, uma adequada ilustração:

“Elevado ao posto de principal valor dos tempos modernos (...) ao trabalho foram atribuídas muitas virtudes e efeitos benéficos, como, por exemplo, o aumento da riqueza e a eliminação da miséria; mas, subjacente a todos os méritos atribuídos estava sua suposta contribuição para o estabelecimento da ordem, para o ato histórico de colocar a espécie humana no comando do seu próprio destino. (...) Colocar o trabalho como “condição natural” dos seres humanos, e estar sem trabalho como anormalidade; denunciar o afastamento dessa condição natural como causa da pobreza e da miséria, e da privação e da depravação; ordenar homens e mulheres de acordo com o suposto valor da contribuição de seu trabalho ao empreendimento da espécie como um todo; e

²⁷⁷ Na análise promovida por Liggio (1977) aponta-se para a máxima que consta do prefácio da mais conhecida publicação de Dunoyer (1827): “Só nos tornamos livres se nos tornamos industriais e morais”. A confluência do trabalho (industrial) com a liberdade e a moralidade – “o progresso da indústria e o progresso da moral e da liberdade estão correlacionados; toda a ação não derivada do livre arbítrio e da competição é um roubo; todo o governo que não se assemelhe a uma empresa industrial é uma desilusão” (Liggio: 1977, 166) – revela-nos que o discurso que Dunoyer avança e representa não é tanto a novidade que por vezes se faz crer, mas muito mais uma extensão e redundância de sentido do Mercado do seu tempo, o que evidentemente se repercutiu nas observações contemporâneas (e posteriores) da Economia Social, da qual é considerado autor crucial.

atribuir ao trabalho o primeiro lugar entre as atividades humanas, por levar ao aperfeiçoamento moral e à elevação geral dos padrões éticos da sociedade.” (Bauman, 2001: 157,158).

Tendo por referência a supraordenada centralidade do Trabalho enquanto chave para a resolução definitiva da “Questão Social” e posterior (re)estabelecimento da ordem social preconizada – aqui já produto da prioridade comunicativa atingida pelo Estado, no último quartel do séc. XIX – a sucessão de atualizações da “Economia Social”, observações cristalizadas face às circunstâncias que ditam a sua necessidade modelam o que se pensa e o que se diz (Foucault, 1980), foi semeando as condições da sua própria irrelevância.

Numa aceção dialógica, a visão de uma identidade própria da “Economia Social”, sob a forma de um sistema social autónomo contraposto aos principais sistemas sociais *modernos*, constitui mesmo um equívoco teórico, pois aí se ignora que o percurso, elaboração e troca de informação acerca daquele “conhecimento” ao longo do séc. XIX contribuiu, isso sim, para a fixação de duradouros significados para cada um deles, especialmente no que concerne o Trabalho, e que se podem descrever, todavia de forma simplista, a partir das seguintes máximas: (a) quem pode trabalhar, deve ser integrado no Mercado; (b) quem não pode trabalhar temporariamente, deve ser integrado pelos mecanismos de proteção social do Estado; (c) quem não pode trabalhar definitivamente (ou se encontra simplesmente em usufruto de tempo de lazer) deve ser integrado pela Comunidade²⁷⁸.

Consequentemente, argumenta-se que a “Economia Social” se projeta para o séc. XX fragilmente sustentada por três polos de significação adscritos ao Trabalho, tantas quantas são as tematizações impostas por cada um dos principais sistemas que a

²⁷⁸ Em linha com os argumentos de Nassehi e Luhmann sintetizados por Braeckman (2006) e que apontam para a Comunidade como último reduto da inclusão social, isto é, como sistema que, representando a necessidade semântica de inclusão social plena nas sociedades funcionalmente diferenciadas e albergando em si grande parte das estruturas sistémicas pré-modernas que subsistem (e.g. Religião), revela uma capacidade única para incluir no seu âmbito qualquer indivíduo, grupo ou organização excluído de, por hipótese, todos os outros sistemas sociais.

interpelam – Estado, Mercado e Comunidade – ganhando, perdendo e sintetizando elementos discursivos à medida que vai sendo por aqueles traduzido e vertido para as suas organizações, sob a forma de regras e recursos.

Reativa, dependente e órfã de um sentido próprio para aquilo que lhe deu origem, à “Economia Social” e ações *in nomine* não foi reservado um estatuto sistémico equivalente, e muito menos especializado, porquanto não havia sido comprovado, até então, que pudesse cumprir qualquer função, de forma comparativamente mais eficaz²⁷⁹.

Sem o saber, foi isto que Gide estabilizou retrospectivamente em 1905: uma observação de observações legitimadas, de modelos organizacionais mais ou menos instituídos, redundantes e classificáveis pelos fins previamente considerados problemáticos, cujo conjunto povoou o último estágio de um *sistema de tradução emergente* esgotado nas suas possibilidades de ir mais além, e em vias de dissolução. O destino não tinha que ser esse, mas à partida era até o mais provável: a estrutura sistémica de comunicação não evoluiu para outro patamar, antes se tornando “fractal, frágil, fragmentada” (Leyedesdorff, 2000: 7), cooptada, distribuída e reproduzida pelos sistemas nela implicados: Mercado, Estado e Comunidade.

Donde se conclui que, submetida a uma pobreza semântica pelas assimetrias decorrentes dos modelos de integração sistémica vigentes, diluída nas funções dos sistemas sociais que por ela foram interpelados, resignada às distinções jurídicas que artificialmente lhe esconderam as raízes e só parecem ter engendrado a sua domesticação (Laville, 2008), e (sub)vertida a instrumento e conjunto de técnicas de evitamento de desvios à norma, de apaziguamento de conflitos e de gestão dos fenómenos de pobreza (Procacci, 1991), a “Economia Social” só podia voltar a eclipsar-

²⁷⁹ A reflexão de Baecker (1999) permite-nos afirmar, mediante a noção de equivalência funcional, que uma dada função pode ser levada a cabo de diferentes maneiras, pelo que o seu cumprimento decorre de uma articulação, negociação ou arranjo sistémico sempre sujeito a mudanças adaptativas no decurso da evolução histórica dos sistemas relevantes e/ou envolvidos, mas tendendo a uma regulação social baseada no evitamento do conflito. Assim, tais mudanças podem incluir quer a formação de subsistemas sociais, quer a passagem de uma dada função para outro (sub)sistema, quer ainda a substituição de uma dada forma de cumprir a função em causa por outra comparativamente mais eficaz.

se à entrada para o séc. XX (Bidet, 2000), face à pujança do Estado, à hegemonia do Mercado, e à articulação destes sistemas com uma Comunidade em expansão. Assim participando, sobretudo pela omissão do que poderia ter sido, no contexto sociohistórico que, sintetizando fervores nacionalistas e ambições imperialistas, acumulou o substrato (i)material para os eventos e conjunturas catastróficos, como bem sabemos, da primeira metade do séc. XX.